

LIBERDADE

ECONÔMICA

E

IGUALDADE

SOCIAL

A portrait of Paulo Galvão Júnior, a man with a shaved head, wearing a light-colored suit jacket, a light blue shirt, and a yellow tie. The portrait is split vertically down the middle. The left side is in natural color, and the right side is in grayscale. The background features a faint world map.

iesp
faculdades

PAULO GALVÃO JÚNIOR



eBook

Paulo Galvão Júnior

Liberdade Econômica
e
Igualdade Social

Editora do IESP



Cabedelo

2019



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP

Diretora Geral

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Diretora Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Diretor Administrativo/Financeiro

Richard Euler Dantas de Souza

Editores

Cícero de Sousa Lacerda

Hercilio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

Corpo editorial

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Hercilio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Larissa Nascimento do Santos - Design

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas – Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago Bizerra Fideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho – Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Copyright © 2019 – Editora IESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei no 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.
O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)**

G182l Galvão Júnior, Paulo.
Liberdade econômica e igualdade social [recurso eletrônico] / Paulo Galvão Júnior. - Cabedelo, PB: Editora IESP, 2019.

351 p. il.

Prefixo Editorial: 5597
Tipo de Suporte: eBook
Formato: PDF
ISBN: 978-85-5597-107-5

1. Economia brasileira. 2. Economia mundial. 3. Empresas – Brasil. 4. Desigualdade social – Brasil. 5. Crise econômica – Brasil. 6. Reforma tributária – Brasil. I. Título.

CDU: 330

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053.

Editora IESP
Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central - 2 andar – COOPERE
Morada Nova
Cabedelo – PB
CEP: 58109-303

Para as minhas filhas



Priscilla Galvão, que retornou depois de quase dois anos consecutivos morando e trabalhando na maior floresta tropical do mundo.



Pamella Galvão, que fez intercâmbio cultural no segundo maior país do planeta por mais de um mês; com muito amor, dedico o meu décimo segundo e-book de economia.

As lindas filhas e os livros digitais são verdadeiros nortes em minha vida familiar, acadêmica e profissional, além de valiosas contribuições ao desenvolvimento sustentável, pois não derrubam árvores, mas sim, semeiam sorrisos e conhecimentos.

*Seja quem você for, seja qualquer posição que você tenha na vida,
no nível altíssimo ou o mais baixo social,
tenha sempre como meta muita força,
muita determinação e sempre faça tudo
com muito amor e com muita fé em Deus,
que um dia você chega lá.
De alguma maneira você chega lá.*
Ayrton Senna (1960-1994)

*As economias modernas valorizaram indivíduos
não pelo que sabem,
mas pelo que podem fazer com o que sabem*
OCDE (2016)

*O professor é o indivíduo vocacionado a tirar outro indivíduo das trevas,
da ignorância, da escuridão, para as luzes do conhecimento,
dignificando-o como pessoa que pensa e existe.*
Juiz Eliezer Siqueira de Sousa Júnior (2017)

*Enquanto uns poucos realizam banquetes esplêndidos,
muitos não têm pão para viver. (...)
Compreendemos o que alimenta a vida
não são os bens, mas o amor.
Não é a voracidade, mas a caridade.
Não é abundância ostentosa,
mas a singeleza que temos que preservar.*
Papa Francisco (2018)

*Derrubem os muros da ignorância e da intransigência,
porque nada tem de ficar como está.*
Angela Merkel (2019)

Sumário

Apresentação.....	10
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo I - A insatisfação e a preocupação nas ruas do Brasil.....	13
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo II - A contabilidade aliada à economia nas tomadas de decisões das empresas no Brasil.....	16
<i>Jurandy de Andrade Freire</i>	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo III - A desigualdade é um dos mais importantes problemas da humanidade.....	22
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo IV - A importância da XIII Cúpula do G20 na Argentina.....	35
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo V - A importância da Transparência Pública na Prefeitura Municipal de João Pessoa.....	43
<i>Érica Alves da Silva</i>	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo VI - A importância das certificações financeiras para gestores de investimentos no Brasil.....	58
<i>Leandro Santos de Lima</i>	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo VII - A Quarta Revolução Industrial em pleno século XXI.....	74
<i>Luiz Alberto Machado</i>	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo VIII - A evolução do mercado de meios de pagamento eletrônico no Brasil.....	83
<i>Marcelo Rodrigo Sousa Martins</i>	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo IX - Com apenas um salário mínimo no Brasil.....	98
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	

Capítulo X - Comparativo tributário em uma EPP: um estudo de caso da empresa JTS em Araçagi.....	101
<i>Giseli dos Santos Melo</i>	
<i>Paulo Galvão Junior</i>	
Capítulo XI - Como conciliar a liberdade econômica com a igualdade social no Brasil?.127	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XII - Mais uma década perdida no Brasil.....	130
<i>Luiz Alberto Machado</i>	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XIII - Muita atenção nos 13 anos de morte de Galbraith.....	141
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XIV - Os 240 anos de Rousseau: O homem de ideias revolucionárias.....	154
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XV - O círculo vicioso da pobreza no Brasil.....	158
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XVI - Os impactos da crise econômica sobre o comportamento emocional dos trabalhadores no Brasil.....	162
<i>Ana Patrícia Alves de Brito Formiga</i>	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XVII - Os impactos que o <i>BREXIT</i> poderá provocar para o Reino Unido e à União Europeia.....	173
<i>Kalwenglen Barbosa Macena</i>	
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XVIII - Os principais índices dos países nórdicos na atualidade.....	191
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XIX - Por que o Brasil é tão rico e ao mesmo tempo tão desigual?	208
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
Capítulo XX - Possíveis aspectos positivos do PROSUL.....	222
<i>Paulo Galvão Júnior</i>	
<i>Luiz Alberto Machado</i>	
Capítulo XXI - Propostas e projeções do turismo e da economia na Paraíba.....	226

Paulo Galvão Júnior

Capítulo XXII - Reforma Tributária em 2019..... 243

Paulo Galvão Júnior

Capítulo XXIII - Sai o NAFTA, entra o USMCA..... 249

Paulo Galvão Júnior

Capítulo XXIV - Uma breve análise dos dois principais indicadores das cinco maiores empresas do Brasil..... 254

Ana Carolina Carvalho de Lemos

Gabryella Andrezza Paschoal da Nóbrega

Paulo Galvão Júnior

Capítulo XXV - Últimas análises do Relatório Focus e da situação na Argentina, Brasil e Venezuela..... 273

Paulo Galvão Júnior

Capítulo XXVI - Uma visão contábil e econômica do grupo BRICS.....280

Victorya Maria dos Santos Gomes

Paulo Galvão Júnior

Capítulo XXVII - Uma visão crítica sobre a carga tributária no Brasil no período 2002 a 2017..... 299

Leonardo Epaminondas Pereira

Paulo Galvão Júnior

Capítulos XXVIII - Valente fantasma da recessão ronda o Brasil de novo.....323

Paulo Galvão Júnior

Capítulo XXIX - Vida e obras do Conde Francesco Matarazzo: O maior empreendedor do Brasil no século XX..... 325

Luciana Santos Ferreira

Paulo Galvão Júnior

Capítulo XXX - Xeque-mate no desemprego no Brasil..... 345

Paulo Galvão Júnior

Sobre o autor.....349

Apresentação

No decorrer das comemorações alusivas aos 243 anos da obra prima do economista escocês Adam Smith (1723-1790), *Uma Investigação Sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, de 1776, nos princípios da Revolução Industrial, hoje, eu tenho o enorme prazer de apresentar o meu décimo segundo livro digital de economia intitulado *Liberdade Econômica e Igualdade Social*, nos primórdios da Quarta Revolução Industrial.

O Brasil é um país com mais de 8,5 milhões de km², mas é um país de economia majoritariamente não livre, com o Índice de Liberdade Econômica de 51,9 pontos em 2019, conforme o *Heritage Foundation*. O Brasil é um país com mais de 208 milhões de habitantes, porém é o nono país mais desigual do mundo, com o Índice de Gini de 51,3 no ano de 2017, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O Brasil é um país continental, populoso, emergente, com recursos naturais finitos, com recursos públicos escassos, com pouca liberdade econômica, muito desigual e muito violento. O Brasil tem a 5ª maior taxa de homicídios de mulheres no mundo, com uma taxa de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres, atrás apenas de El Salvador (8,9), Colômbia (6,3), Guatemala (6,2) e Rússia (5,3), segundo dados de 2016 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Segundo o Atlas da Violência, em 2017, em média, 13 mulheres foram mortas por dia no Brasil.

Em 11 de janeiro de 2011, começou a maior tragédia climática do Brasil, na região Serrana no estado do Rio de Janeiro, provocando a morte de 917 brasileiros. Em 25 de janeiro de 2019, aconteceu o crime em Brumadinho, no estado de Minas Gerais, após o rompimento da barragem 1 da mina Córrego do Feijão, da Vale, que provocou 246 mortos e 24 pessoas desaparecidas na lama até 25 de junho. Ambas revelaram que somos um país sem alvará e sem pensar no dia seguinte.

Não há planejamento no crescimento das cidades brasileiras nem tão pouco fiscalização rígida nas empresas. É visível a falta do alvará de funcionamento da Prefeitura Municipal para dar legalidade, regularidade e tranquilidade aos consumidores e do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para atender as normas de segurança contra incêndio e pânico. O Brasil é uma nação sem alvará para funcionar seguramente, falta rigor nos procedimentos de segurança e apreço por leis, normas e regras. A sucessão de tragédias, acidentes e crimes estão destruindo a maior riqueza da 5ª maior nação do mundo, o povo.

O Brasil é um país sem pensar no dia seguinte. O Brasil é o país com maior biodiversidade do planeta, a maior floresta tropical no mundo e uma das maiores reservas de água doce da Terra. Precisamos conhecer e explorar mais as riquezas das cinco regiões do País, em especial, a Amazônia Verde e a Amazônia Azul. O Brasil é

atualmente a oitava maior economia do mundo (em PIB em dólares ou em dólares PPC – paridade do poder de compra), segundo os dados de 2018 do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O presente livro buscou contribuir e incentivar o leitor a pensar no dia seguinte. É uma obra com uma coletânea que reúne 30 artigos, sendo quatorze artigos como coautor com correções e revisões para o seu aprimoramento técnico: 1. A contabilidade aliada à economia nas tomadas de decisões das empresas no Brasil; 2. A importância da Transparência Pública na Prefeitura Municipal de João Pessoa; 3. A importância das certificações financeiras para gestores de investimentos no Brasil; 4. A Quarta Revolução Industrial em pleno século XXI; 5. A evolução do mercado de meios de pagamento eletrônico no Brasil; 6. Comparativo tributário em uma EPP: Um estudo de caso da empresa JTS em Araçagi; 7. Mais uma década perdida no Brasil; 8. Os impactos da crise econômica sobre o comportamento emocional dos trabalhadores no Brasil; 9. Os impactos que o BREXIT poderá provocar para o Reino Unido e à União Europeia; 10. Possíveis aspectos positivos do PROSUL; 11. Uma breve análise dos dois principais indicadores das cinco maiores empresas do Brasil; 12. Uma visão contábil e econômica do grupo BRICS; 13. Uma visão crítica sobre a carga tributária no Brasil no período 2002 a 2017; e 14. Vida e obras do Conde Francesco Matarazzo: O maior empreendedor do Brasil no século XX.

Para escrever a quatro mãos é preciso reconhecer a inteligência do autor e a importância do seu pensamento. Meus sinceros agradecimentos aos estimados autores e valiosos parceiros deste eBook: Ana Carolina Carvalho de Lemos, Ana Patrícia Alves de Brito Formiga, Érica Alves da Silva, Gabryella Andrezza Paschoal da Nóbrega, Giseli dos Santos Melo, Jurandy de Andrade Freire, Leandro Santos de Lima, Leonardo Epaminondas Pereira, Luciana Santos Ferreira, Luiz Alberto Machado, Kalwenglen Barbosa Macena, Marcelo Rodrigo Sousa Martins e Victorya Maria dos Santos Gomes.

Os 16 artigos de minha autoria são: 1. A insatisfação e a preocupação nas ruas do Brasil; 2. A desigualdade é um dos mais importantes problemas da humanidade; 3. A importância da XIII Cúpula do G20 na Argentina; 4. Com apenas um salário mínimo no Brasil; 5. Como conciliar a liberdade econômica com a igualdade social no Brasil?; 6. Muita atenção nos 13 anos de morte de Galbraith; 7. O círculo vicioso da pobreza no Brasil; 8. Os 240 anos de Rousseau: O homem de ideias revolucionárias; 9. Os principais índices dos países nórdicos na atualidade; 10. Por que o Brasil é tão rico e ao mesmo tempo tão desigual?; 11. Propostas e projeções do turismo e da economia na Paraíba; 12. Reforma Tributária em 2019; 13. Sai o NAFTA, entra o USMCA; 14. Últimas análises do Relatório Focus e da situação na Argentina, Brasil e Venezuela; 15. Valente fantasma da recessão ronda o Brasil de novo; e 16. Xeque-mate no desemprego no Brasil.

Como escritor paraibano de livros digitais, exatamente, doze eBooks, faço votos que este livro digital estimule mais pessoas a estudar Economia (hoje, 25 anos do Plano Real) e a se engajar na busca da liberdade econômica e da igualdade social no Brasil e no mundo. Hoje, a projeção da taxa de crescimento do PIB brasileiro para 2019 é de 0,85% (Relatório Focus). Foi a 18ª queda consecutiva na previsão. O IBGE revelou que a taxa de

crescimento econômico foi de 1,1% ao ano em 2017 e 2018. A taxa de desemprego ficou em 12,3% no primeiro trimestre móvel encerrado em maio, com 13,0 milhões de desempregados, quase quatro Uruguais, com 3,4 milhões de habitantes, logo, o Brasil continua em recuperação econômica muito lenta.

O presente eBook oferece uma visão mais ampla da economia e estimula uma reflexão crítica sobre os rumos da Paraíba, do Brasil e do mundo, em busca da liberdade econômica e da igualdade social no século XXI. Em suma, os erros, os equívocos e as omissões são de inteira responsabilidade do autor. Uma boa leitura e até o próximo eBook de economia.

Cabedelo, 01 de julho de 2019.

Paulo Galvão Júnior

Capítulo I

A insatisfação e a preocupação nas ruas do Brasil

Paulo Galvão Júnior¹

*A pobreza aniquila o futuro.
George Orwell (1903-1950)*

1 Considerações iniciais

Nas ruas do Brasil estamos muito insatisfeitos, muito preocupados. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 0,2% no primeiro trimestre do ano de 2019 em relação ao quatro trimestre de 2018. A recessão técnica acontecerá no Brasil se o próximo trimestre ocorrer uma nova queda nas atividades econômicas.

É o primeiro recuo do PIB trimestral após oito trimestres seguidos de recuperação econômica muito lenta no País. A próxima recessão econômica no Brasil provocará mais desemprego, mais pobreza, menos consumo, menos investimentos, logo, mais sofrimento, menos futuro.

A educação é uma grande força propulsora de crescimento econômico e desenvolvimento social, mas os gastos públicos em educação no Brasil são de 6% do PIB (IBGE) e no ranking mundial de qualidade da educação encontra-se em 39ª colocação (*Pearson International*). O Brasil tem mais de 100 milhões de habitantes sem coleta de esgoto (SNIS) e vinte crianças morrem por dia no País por não acesso ao saneamento básico (Trata Brasil).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), “O brasileiro trabalha, em média, 153 dias, ou seja, cinco meses por ano, só para pagar impostos”. Uma ação esperada pelo mercado será substituir cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um único tributo intitulado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), porque as famílias e as empresas não aguentam mais o excesso de impostos, taxas e contribuições de melhoria. É um absurdo o número de impostos incidentes sobre o consumo no Brasil.

2 A situação socioeconômica do Brasil

Sabemos que a vida de um desempregado nas ruas do Brasil é muito difícil. Em 2018, segundo os dados da PNAD Contínua do IBGE, 14 milhões de lares brasileiros

¹Economista, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela UNINTER. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

estavam sem botijão de gás de cozinha de 13 kg, logo, eles preparavam os alimentos com o uso de lenha ou carvão.

As três principais causas destes 19,8% dos 71 milhões de domicílios brasileiros, com uso de carvão e lenha no preparo de alimentos são: i) o elevado desemprego nas cinco regiões do País (atuais 13,0 milhões de desempregados); ii) o aumento do preço do botijão de gás de cozinha (subiu 24% entre 2016 e 2018, em João Pessoa já chega a R\$ 70,00); e iii) o monopólio da Petrobras na exploração, produção, transporte e comercialização do GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), logo, define o preço no mercado brasileiro.

A situação socioeconômica do Brasil está ficando cada vez pior e o poder de nossas escolhas econômicas é às vezes irreversível a curto prazo. Para reduzir o desemprego alto é fundamental que o agente econômico seja contra os elevados impostos. Para diminuir o preço do botijão de gás de cozinha é essencial que este mesmo agente econômico seja a favor da lei da oferta e da demanda e um dos defensores do livre comércio, da livre concorrência e da liberdade econômica.

A mão invisível (*the invisible hand*), do economista escocês Adam Smith (1723-1790), o Pai da Economia moderna, descreve a natureza autorreguladora do mercado. É uma metáfora criada no século XVIII e com ênfase nas forças do próprio interesse, da competição, e da lei da oferta e da demanda, como sendo o incentivo capaz de alocar os recursos escassos na sociedade capitalista.

Na obra prima *A Riqueza das Nações*, de 1776, Adam Smith, o maior economista do século XVIII, refutou as ideais mercantilistas (ouro e prata) e fisiocratas (terra), argumentando que a verdadeira fonte de riqueza de uma nação somente pode ser conseguida por meio do trabalho e, essa fonte só pode ser elevada com o aumento da produtividade, a extensão de sua especialização e a acumulação do produto sob a forma de capital. A divisão do trabalho aumenta a produtividade de uma nação.

A crise econômica brasileira no biênio 1930-1931 foi muito forte. A taxa de crescimento do PIB brasileiro foi negativa de 2,1% em 1930 e de 3,3% em 1931. No ano de 1931, o então presidente Getúlio Vargas mandou queimar 71 milhões de sacas de café, para forçar o aumento do preço do grão no mercado internacional. Depois de 84 anos ocorreu uma forte recessão econômica por dois anos consecutivos no Brasil, um país emergente e de renda média, desta vez nos anos de 2015 (-3,8%) e de 2016 (-3,7%). A recessão econômica provocou desemprego, inadimplência, falência, divórcio, desalento, desespero, amargura e, sobretudo, desigualdade.

A desigualdade é o maior problema do Brasil. A OXFAM Brasil enfatizou que “No Brasil, os 6 maiores bilionários concentram a mesma riqueza que metade mais pobre da nossa população – mais de 100 milhões de pessoas”. O Brasil é um dos nove países mais desiguais do planeta. Segundo o presidente da OXFAM Brasil, Oded Grajew (2019), “(...) Se quisermos reduzir a pobreza e as desigualdades e aumentar a renda das pessoas, educação de qualidade é fundamental. (...) O Brasil, vergonhosamente, é um dos países mais desiguais do mundo. Aqui, 5% da população brasileira auferem 95% da renda”.

3 Considerações finais

Desta forma, apontamos com consciência que a economia brasileira tem um grande desafio, é a prosperidade econômica, e uma das singulares portas deste *boom* econômico é a economia criativa. Com pessoas e indústrias criativas podemos gerar mais emprego e renda, aumentar a produtividade. Infelizmente, se a economia brasileira não voltar a crescer forte, mais empresas fecharão as suas portas e mais trabalhadores ficarão desempregados.

Referências

OXFAM. **Análise de balanço**. Disponível em: <https://oxfam.org.br/>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. (Os Economistas). Vol. I e Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Capítulo II

A contabilidade aliada à economia nas tomadas de decisões das empresas no Brasil

*Jurandy de Andrade Freire²
Paulo Galvão Júnior³*

1 Considerações iniciais

O presente artigo tem como principal objetivo apresentar de maneira clara uma breve análise da contabilidade aliada à economia nas tomadas de decisões das empresas no Brasil. Esse artigo desenvolve ainda uma visão conceitual, na qual define os principais termos contábeis e econômicos vigentes.

2 O que é contabilidade?

Segundo o economista Paulo Sandroni (2008, p.183), contabilidade significa “Setor das ciências de administração que cuida da classificação, registro e análise de todas as transações realizadas por uma empresa ou órgão público, permitindo dessa forma uma constante avaliação da situação econômico-financeira”.

A contabilidade registra e controla os fatos econômicos e financeiros das pessoas jurídicas. O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio. E o papel do contador é muito importante no crescimento econômico e financeiro das empresas nas cinco regiões do Brasil.

De acordo com a VERS Contabilidade (2018), “À primeira vista, a contabilidade pode não parecer tão importante para a estratégia de uma empresa. No entanto, o gestor que passar a olhar a especialidade como uma ferramenta poderosa para a tomada de decisões no empreendimento terá uma surpresa agradável com a maior facilidade no planejamento de ações, alcance de metas e atingimento de resultados”. Estes resultados poderão ser positivos e consistentes. O objetivo final de uma empresa é a maximização

²Contador, graduado em Ciências Contábeis pela UFPB em 2000, Especialização em Contabilidade Decisória II pela UFPB em 2003. Vasta experiência em custos, tributação e finanças com 25 anos de exercício profissional em grandes empresas como: AmBev; Alpargatas; Coca Cola; Louis Dreyfus e Cerâmica Elizabeth, e ex-Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira no IESP/FATECPB. E-mail: jurandyandrade72@gmail.com

³Economista, graduado em Ciências Econômicas pela UFPB, com especialização em Gestão em Recursos Humanos pela UNINTER. Professor do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e em Administração nas disciplinas de Economia e de Economia Brasileira no IESP Faculdades. E-mail: paulogalvaojunior@gmail.com.

do lucro. A contabilidade é uma ferramenta indispensável para alcançar este objetivo mensal, trimestral e anualmente. Segundo a VERS Contabilidade (2018) a empresa requer conhecimentos contábeis de, “Orçamento, fluxo de caixa, análise de investimentos, análise das demonstrações contábeis, planejamento tributário, gestão de estoques, controle de contas a pagar e a receber são termos contábeis que devem fazer parte do dicionário de qualquer empresário”. Este empresário pode ser micro, pequeno, médio ou grande no Brasil.

Entender a importância da contabilidade na gestão dos negócios e para a tomada de decisões vão influenciar o futuro das empresas, assim exercer um olhar inovador e especial na gestão, sempre propondo a evolução, o crescimento e a continuidade dos negócios.

O gestor tem que usar a contabilidade para o crescimento do negócio com segurança no registro dos fatos contábeis. Conforme a VERS Contabilidade (2018), “(...) o empresário pode ter uma previsão dos lucros que sua companhia terá em determinado período do ano, podendo planejar gastos e até mesmo analisar se é hora de investir”. O empresário poderá também reduzir os gastos, além de gerir os custos fixos e variáveis de forma equalizada.

3 O que é economia?

A economia é outra ferramenta indispensável para alcançar o objetivo mensal e anual de lucro da empresa. A economia é fundamental para ter uma visão de mercado de bens e serviços nos dias atuais, além de custos de produção. De acordo com o economista Paulo Sandroni (2008, p.271), economia significa “Ciência que estuda a atividade produtiva. Focaliza estritamente os problemas referentes ao uso mais eficiente de recursos materiais escassos para a produção de bens; estuda as variações e combinações na alocação dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia), na distribuição de renda, na oferta e procura e nos preços das mercadorias”.

A economia tem como objeto de estudo a escassez. A economia como a contabilidade são uma ciência social, uma ciência social aplicada, uma ciência humana, não são uma ciência exata. Com a contabilidade aprendemos que o empresário não abre uma empresa, mas sim constitui uma empresa. Com a contabilidade aprendemos também que o empresário não fecha uma empresa, mas sim encerra as atividades de uma empresa. Com a economia o empresário decidirá constituir sua empresa na recuperação econômica ou na prosperidade econômica ou encerrar sua empresa na recessão econômica ou na depressão econômica. Os lucros das empresas não podem ser previstos pelos empresários, sem registros contábeis condizentes e tempestivos com a realidade. De acordo com a VERS Contabilidade (2018), “Muitos gestores tentam prever o lucro da empresa por pura adivinhação, sem se basear em dados concretos, correndo o risco de tomar decisões totalmente completamente erradas para aquele momento”. São decisões inadequadas no atual ciclo econômico.

Com a economia o empresário precisará estar atento sobre a taxa de inflação, a taxa de juros, a taxa de câmbio e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)

do Brasil, a oitava maior economia do mundo, com um PIB de R\$ 6,2 trilhões (IBGE, 2017). O empresário precisa compreender que a restrição orçamentária do consumidor decidirá nas escolhas entre bens ou serviços de consumo concorrentes.

Para VERS Contabilidade (2018), “Ao analisar a contabilidade da empresa, no entanto, é possível saber, por meio de dados estatísticos, exatamente quanto à empresa lucrou e, a partir daí, fazer uma previsão muito mais precisa de quanto ela poderá lucrar no mesmo período. Assim, em vez de basear em achismos, o empresário, com o uso da contabilidade, pode tomar uma decisão mais embasada”. Com a contabilidade é possível o empresário saber o quanto a empresa gastou para ter seus lucros otimizados dentro do planejamento.

Com conhecimentos de economia, o empresário entenderá que a economia tem fases cíclicas. Estamos agora numa recuperação econômica muito lenta da economia brasileira, e com três caminhos a seguir a curto prazo, a continuação da recuperação muito lenta, a recuperação econômica robusta ou o retorno à recessão econômica a partir de 1 de julho de 2019. Com noções fortes de microeconomia e de macroeconomia, o empresário estará apto e disposto a tomar suas decisões com mais planejamento após 10 anos da Crise de 2008.

4 Planejamento de custos e despesas

No mercado globalizado e competitivo, conforme a VERS Contabilidade (2018), “Os empresários que sabem analisar dados contábeis conseguem planejar as despesas da empresa com menor chance de erro. Ao fazer uma análise do desempenho contábil da companhia no ano anterior, por exemplo, é possível identificar períodos em que os gastos foram maiores, seja por conta de formação do custo do estoque, gastos com folha de pagamento ou com pagamento de tributos. De posse desses dados é possível planejar as despesas de forma a não comprometer o capital de giro da companhia ou ficar com pouco dinheiro em caixa (...)”. É possível planejar também todos os gastos sem comprometer drasticamente o capital de giro do negócio, fazendo com que o produto ou a mercadoria para revenda gire no estoque agregando valor real ao caixa.

Assim, planejar todos os gastos do negócio, além de “Planejar as despesas é um ponto essencial para negociar com fornecedores e clientes, mantendo a saúde financeira da empresa em dia”, segundo a VERS Contabilidade (2018). Portanto, tornando a empresa líquida, a empresa competitiva.

Com a economia o empresário fará seu plano de negócio baseado nos principais indicadores econômicos como o PIB, o PIB *per capita*, a balança comercial e a carga tributária. Com a contabilidade aliada à economia, o empresário poderá entender como se encontra a economia brasileira na atualidade, por exemplo, analisando os resultados do balanço de pagamentos. Portanto, requer conhecimentos econômicos de exportação, importação, investimentos externos diretos (IED), empréstimos, tantas outras transações de caráter econômico-financeiro realizados por residentes no Brasil com residentes no resto do mundo.

5 Gestão de crescimento e continuidade do negócio

De acordo com a VERS Contabilidade (2018), “Ter uma previsão de crescimento acurada, baseada em dados contábeis confiáveis é essencial para empresários que desejam planejar os próximos passos de sua companhia. Saber o quanto a organização deve crescer nos próximos meses ou anos facilita muito na hora de planejar investimentos, alocar recursos ou até mesmo buscar potenciais investidores, que estarão muito mais propensos a apostar na sua empresa quando você conseguir mostrar, de forma concreta, o quanto ela deve crescer no futuro”.

Imprevistos acontecem, porém, devem ser guiados pela contabilidade sustentável e segura. Conforme a VERS Contabilidade (2018), “A contabilidade ajuda na tomada de decisões da sua empresa a partir do momento em que você consegue saber o quanto deve reservar no seu caixa para imprevistos, que fazem parte do dia a dia de qualquer companhia como, por exemplo, um gasto inesperado com manutenção de equipamentos, um cliente que não paga na data correta e até mesmo um pagamento a fornecedor que deve ser antecipado”. As incertezas econômicas dominam o dia a dia do Brasil. Quando o empresário visualiza as oscilações da taxa de câmbio, compreenderá o poder do mercado nos rumos do quinto maior país do planeta. O empresário eficiente e eficaz no mercado tem muitos conhecimentos de contabilidade aliada à economia.

6 Tributação no Brasil

Dentro dessa linha de gestão do negócio não podemos deixar de comentar a respeito da parte tributária, assim, as empresas pela visão gerencial sendo obrigadas a ter um planejamento tributário eficiente e que traga ganhos reais à empresa, dentro da legislação pertinente.

Tema que aborda as operações com mercadorias, que, dependendo da empresa pode incorrer em vários tipos de tributos, sendo os principais: ICMS, IPI, PIS e COFINS, ainda temos o ISS (para as empresas prestadoras de serviços), todos fazendo parte das atividades operacionais das empresas, observando, logicamente suas características próprias de não-cumulatividade e cumulatividade dentro dos regimes específicos de tributação.

As empresas no Brasil, conforme sua atividade fiscal ou do faturamento, podem optar por seu regime tributário: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado, Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI). A sistemática do MEI foi instituída pela Lei Complementar nº 128/2008 e foi criado para formalizar os autônomos com pequenos negócios, que tenham o faturamento baixo. Com conhecimentos macroeconômicos o empresário entenderá que temos uma política fiscal contracionista, ou seja, corte nos gastos públicos e aumento de tributos.

No Brasil, a sexta nação mais populosa do mundo, tem 93 tributos, sendo 13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria no ano de 2017. As famílias brasileiras estão consumindo menos bens e serviços, devido os aumentos diários, semanais, mensais e anuais de tributos federais, estaduais e municipais na economia

brasileira, além disso, as empresas estão com custos maiores de produção com os sucessivos aumentos nas alíquotas dos impostos.

A Constituição Federal de 1988 determina a adoção do princípio da não-cumulatividade para o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e para o ICMS (Imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação) e determina em seus Arts. 153, parágrafo 3º, inciso II (para o IPI) e 155, parágrafo 2º, inciso I (para o ICMS), que os valores devidos de cada operação serão compensados com o montante cobrado nas operações anteriores.

Além da previsão constitucional, ocorreu a implementação da não cumulatividade para o PIS (Programa de Integração Social), Lei nº 10.637/02 e para o COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), Lei nº 10.833/03.

Se a empresa for contribuinte do IPI, ICMS, PIS e COFINS (estes dois últimos não cumulativos), na aquisição de mercadorias com a incidência destes tributos, a empresa recupera-os, compensando-os quando da venda do produto.

7 Tributos sobre o lucro

No Brasil, as empresas além de pagar os tributos sobre suas atividades operacionais, como visto no parágrafo anterior, ainda tem que pagar os tributos incidentes sobre o lucro apurado pelo negócio. Assim, se faz necessário o entendimento sobre resultado contábil e lucro tributável. No resultado contábil, temos a apuração do lucro ou prejuízo para o período antes da dedução dos tributos sobre o lucro. Lucro tributável, por sua vez, é o lucro ou prejuízo para um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades tributárias, sobre o qual os tributos sobre os lucros são devidos (recuperáveis).

Para conseguir o lucro e pagar os elevados tributos no Brasil, é preciso vender mais bens ou serviços. Com a economia o empresário entenderá melhor o perfil dos seus clientes atuais e futuros. O gestor precisa entender se o consumidor é integrante de uma das cinco classes econômicas: Classes A e B (classe rica), Classe C (classe média) e Classes D e E (classe pobre).

Os consumidores são os grandes responsáveis pelo lucro e pelo pagamento dos tributos da empresa. Devemos observar que não existe gestão sem um bom planejamento tributário de forma a agregar valor tributário ao negócio, em outras palavras, usar a lei para trabalhar uma efetiva elisão fiscal para a atividade econômica.

8 Análise de balanço

Segundo o Grupo Portal de Auditoria (2018), “Sem dúvida, a utilização mais tradicional da contabilidade refere-se à análise de desempenho, medido pelo balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, além de outras demonstrações auxiliares”, destacando-se também a demonstração do fluxo de caixa.

Entre as demonstrações auxiliares destacamos os índices financeiros e os índices de liquidez. Entre os principais índices de liquidez encontramos a liquidez geral, a liquidez corrente e a liquidez seca. Já os principais índices financeiros são: ativo circulante, ativo permanente, receita operacional bruta, receita operacional líquida, patrimônio líquido, passivo circulante e exigível a longo prazo.

Os índices financeiros são fundamentais para entender a estrutura do capital que são apresentados em porcentagens para os empresários, tais como, grau de endividamento, perfil de endividamento, rentabilidade do ativo ou rentabilidade do patrimônio líquido.

9 Considerações finais

Na era do conhecimento evoluímos rumo a uma rediscussão completa de modelos de valoração de ativos, que, hoje, deixam a desejar. O grande ponto de crescimento empresarial está fundamentado nos controles corretos e eficazes, para tomadas de decisões.

A contabilidade aliada à economia agrega valor aos negócios e proporciona uma grande perspectiva de crescimento sustentável da empresa. A contabilidade aliada à economia nas tomadas de decisões das empresas no Brasil geram destacadamente competências no uso adequado da legislação em vigor, na defesa do crescimento e continuidade dos negócios e a nível gerencial agregando valor, inovação e conhecimento, elementos integrantes do conhecimento competitivo.

Referências

GRUPO PORTAL DE AUDITORIA. **Análise de balanço**. Disponível em: <https://portaldeauditoria.com.br/analise-de-balanco/>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 4ª ed. São Paulo: Record, 2008.

VERS CONTABILIDADE. **Entenda a importância da contabilidade para a tomada de decisões na sua empresa**. Disponível em: <http://www.verscontabilidade.com.br/2015/03/02/entenda-a-importancia-da-contabilidade-para-a-tomada-de-decisoes-na-sua-empresa/>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

Capítulo III

A desigualdade é um dos mais importantes problemas da humanidade

Paulo Galvão Júnior

1 Considerações iniciais

Em setembro de 2013, o economista francês Thomas Piketty, publicou um livro intitulado *Le Capital au XXI^e siècle* (em português, *O Capital no século XXI*). O livro de Piketty revela que um por cento da população mundial possui 50% da riqueza do planeta. O *best-seller* de Piketty aborda a crescente desigualdade e acendeu um debate intelectual dentro e fora das faculdades no mundo e no Brasil.

Piketty leu muito o filósofo e economista alemão Karl Marx (1818-1883) e célebre autor do revolucionário livro *Das Kapital* (em português, *O Capital*), de 1867. Karl Heinrich Marx nasceu em 5 de maio de 1818, na pequena cidade de Tréves, no sul da ex-Prússia Renana, região situada hoje na Alemanha, nas fronteiras com Luxemburgo e França. Enquanto, Thomas Piketty nasceu em 7 de maio de 1971, na cidade francesa de Clichy, há 153 anos depois de Karl Marx.

Marx e Piketty leram os livros dos filósofos Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Lendo os pensamentos do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau até os pensamentos do economista francês Thomas Piketty, há muitas perguntas sobre a desigualdade que poderão aguçar sua reflexão crítica: O que é desigualdade? Qual é a origem da desigualdade? Por que a economia capitalista gera desigualdade social? Por que a desigualdade vem crescendo no mundo? Por que o Brasil é muito desigual? Como explicar o aumento da desigualdade?

O presente artigo tenta compreender o alarmante crescimento da desigualdade e refletir criticamente o descompasso entre o crescimento econômico e o aumento da desigualdade no mundo e no Brasil. É grande o descontentamento diante da elevada desigualdade, sobretudo, entre os jovens.

2 Marx e Piketty com os jovens

Tomando café na Rua dos Franceses, em Berlim, o jovem Marx se reunia com outros jovens alemães para debater o pensamento do maior pensador mundial em sua época, o filósofo alemão Friedrich Hegel (1770-1831). O renomado Marx quando jovem tomou muito café com o jovem Friedrich Engels (1820-1895) nos cafés de Paris, ambos

debateram os rumos do capitalismo e surgimento do socialismo científico em substituição ao socialismo utópico. Marx afirmava que as desigualdades sociais tendem a se perpetuar no capitalismo, portanto, é preciso abolir o capitalismo e iniciar o socialismo e depois implantar o comunismo.

Em Paris, os jovens franceses bebem uma xícara de café na *Avenue des Champs-Élysées*, café e açúcar produzidos no Brasil, e debatem o polêmico livro do jovem economista francês Thomas Piketty e comparam com o mais importante pensador da humanidade do século XIX, o economista alemão Karl Marx.

3 O pensamento econômico de Karl Marx

Caro leitor, que mora num país emergente localizado na América do Sul, imagina a inteligência de Rousseau, Voltaire, Saint-Simon, Feuerbach, Bacon, Hegel e David Ricardo reunidas em uma só pessoa de barba⁴ e terá Karl Marx. O filósofo Marx defendeu a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e que as massas proletárias são capazes de promoverem as mudanças sociais, econômicas e políticas na Europa.

Karl Marx foi o mais influente economista do século XIX e defendeu a luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Marx enfatizou sua prática revolucionária: “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas formas; o que importa é modificá-lo”. Marx nas suas análises sobre os mecanismos do modo de produção capitalista revelou as fases cíclicas e criticou a desigualdade social. De acordo com Piketty (2014, p.223):

Para Marx, o mecanismo central por meio do qual a “burguesia produz sua própria cova” correspondia ao que na Introdução chamamos de “princípio da acumulação infinita”: os capitalistas acumulam quantidades de capital cada vez mais significativas, o que conduz a uma queda inexorável da taxa de lucro (ou seja, da taxa de rendimento do capital) e causa suas próprias perdas.

O estudo da desigualdade social no modo de produção capitalista foi um grande desafio para o economista alemão Karl Marx no século XIX, pois o problema chegou muito forte com os impactos econômicos e sociais da Primeira Revolução Industrial, além da Segunda Revolução Industrial. Karl Marx apontou que a desigualdade está diretamente relacionada com o modo de produção capitalista.

4 O pensamento econômico de Thomas Piketty

Prezado leitor que vive num país continental localizado na América, o economista Piketty, em *O Capital no século XXI*, estuda a dinâmica da repartição da riqueza em 28 países desde o século XVIII e afirma que a desigualdade aumentou no mundo nos últimos duzentos anos e que, portanto, é necessário mais controle do Estado sobre os

⁴Karl Marx: Biografia. Lisboa: Edições Avante!, 1983.

mercados, ou seja, um governo mundial impondo taxas progressivas sobre fortunas no planeta.

O livro de Piketty (2014, p.8) tem um grande objetivo, “espero, contribuirá para o desenvolvimento de uma economia política multipolar no século XXI”. Este livro trata da distribuição da riqueza no mundo, uma das questões mais debatidas nos dias de hoje. Para alguns economistas, nos quais eu me incluo, as desigualdades crescem em um mundo cada vez mais injusto.

A desigualdade ocorre quando os benefícios advindos dos recursos produtivos limitados estão sendo distribuídos de maneira desigual entre os membros da sociedade com necessidades humanas ilimitadas e desejos infinitos. Professor Piketty (2014, p.9), na Introdução enfatiza que:

A distribuição da riqueza é uma das questões mais vivas e polêmicas da atualidade. Mas o que de fato sabemos sobre sua evolução no longo prazo? Será que a dinâmica da acumulação do capital privado conduz de modo inevitável a uma concentração cada vez maior da riqueza e do poder em poucas mãos, como acreditava Marx no século XIX? Ou será que as forças equilibradoras do crescimento, da concorrência e do progresso tecnológico levam espontaneamente a uma redução da desigualdade e a uma organização harmoniosa das classes nas fases avançadas do desenvolvimento, como pensava Simon Kuznets no século XX? O que realmente sabemos sobre a evolução da distribuição da renda e do patrimônio desde o século XVIII, e quais lições podemos tirar disso para o século XXI? Essas são as perguntas que procuro responder neste livro.

Fruto de 15 anos de pesquisas, de 1998 até 2013, este estudo econômico do muito inteligente Piketty, é o mais ambicioso estudo já realizado sobre a desigualdade mundial, sendo baseado em dados estatísticos muito maiores do que qualquer estudo anterior.

Piketty não usa dados econométricos, mas, sim, dados históricos de 1810 até 2010, que atravessaram três séculos, a partir da Revolução Francesa, em 14 de julho de 1789, em pleno século XVIII, até os dias atuais, e renova toda a compreensão da dinâmica histórica do capitalismo, e da relação entre o crescimento econômico e a taxa de retorno sobre o capital.

5 A difusão do conhecimento

A difusão do conhecimento aparece como a principal força de igualdade de condições, a longo prazo, a partir da experiência de séculos passados, e sobretudo, de lições para o futuro. Este livro revolucionário mostra que existem maneiras de reverter essa tendência global, e principalmente, a melhor profissão deve ser a que proporciona ao homem a oportunidade de trabalhar pela igualdade social da humanidade.

Para o economista Piketty (2014, p.9), “O crescimento econômico moderno e a difusão do conhecimento tornaram possível evitar o apocalipse marxista, mas não modificaram as estruturas profundas do capital e da desigualdade”. Para Marx a força

motriz da história é a luta de classes, ele defendeu o proletariado e lutou para sua vitória contra a burguesia.

Em seguida, o economista Piketty (2014, p.10), destaca que, “Na verdade, a questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a todo o mundo, e é melhor que seja assim mesmo”. A riqueza é uma grande quantidade de bens econômicos e o foco da pesquisa monumental de dados históricos em mais de dois séculos em mais de vinte países de Piketty foi a desigualdade de riqueza no mundo.

6 O pensamento econômico de Thomas Malthus

Karl Marx e Thomas Piketty leram também os principais livros dos economistas clássicos como Adam Smith, Thomas Robert Malthus, Jean-Baptiste Say, David Ricardo, John McCulloch, Nassau Senior e John Stuart Mill em séculos diferentes. Entre os economistas clássicos, destacamos o pensamento econômico de Thomas Malthus, o primeiro professor de Economia Política do mundo. A fim de entender a desigualdade mundial, é importante olhar para trás, exatamente há 220 anos, em 1798, no livro polêmico do economista inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834).

Malthus foi o mais sombrio economista de todos os tempos. Malthus é ainda famoso por seus comentários pessimistas sobre a incapacidade da humanidade para fornecer alimentos para uma população crescente. A superpopulação é um grande problema. O que é particularmente interessante, porém, é que, apesar de essas ideias não ser muito surpreendente, Malthus tornou-se um economista de um nome familiar no século XVIII, mais do que qualquer outro economista clássico naquela época.

Uma das razões para a fama mundial de Malthus era simplesmente as ideias do livro lançado em 1798 anonimamente e denominado *An Essay on the Principle of Population, as It Affects the Future Improvement of Society with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers* (em português, Um Ensaio sobre o Princípio da População, na Sua Influência sobre a Melhoria Futura da Sociedade com Observações sobre as Especulações do Sr. Godwin, do Sr. Condorcet, e Outros Escritores).

No século XVIII o povo britânico estava cada vez mais preocupado com a superpopulação das cidades do Reino Unido, e combinado com décadas de baixos salários agrícolas e de uma guerra nefasta com a França, não é nenhuma surpresa que o pessimismo de Malthus atingiu o seu apogeu. Outra razão para o sucesso popular da teoria da população de Malthus no século XVIII na Inglaterra, na Europa e no mundo foi a sua simplicidade. O economista clássico Thomas Malthus, famoso por seu encantamento com modelos que simplificam a realidade numa linguagem matemática. No Modelo de Malthus, ele afirmou que, enquanto a população era capaz de crescer em uma progressão geométrica, a produção de alimentos só poderia crescer a uma progressão aritmética.

Malthus foi um economista clássico que usou a progressão aritmética (PA) crescente da produção de alimentos e a progressão geométrica (PG) crescente da

população, apesar de ter esquecido a solução do progresso técnico aos problemas do pouco crescimento da produção agrícola comparada com o aumento da população mundial em sua época. A previsão sombria do Modelo de Malthus é, naturalmente, que o crescimento populacional vai empurrar milhões de pessoas para a pobreza na Primeira Revolução Industrial. O professor Piketty (2014, p.12) destaca o pensamento econômico de Malthus:

Argumentou que todas as medidas de assistência aos pobres deveriam ser suspensas de imediato e que a taxa de natalidade deveria ser severamente controlada, com a finalidade de afastar o risco de uma catástrofe global associada à superpopulação, ao caos e à miséria.

Para o modelo de Malthus, a miséria é um fato da natureza, e não da sociedade capitalista. A natureza espalhou entre a humanidade, a miséria. Em 1830, a humanidade alcançou pela primeira vez um bilhão de habitantes.

7 O Modelo de Piketty

Assim como o Modelo de Malthus foi refutado com o crescimento geométrico da população ao mesmo tempo com o aumento extraordinário da produção e da produtividade agrícola, o principal argumento do Modelo de Piketty está sendo resumido em comentários e artigos com relação às duas variáveis: **r**, taxa de retorno sobre o capital, e **g**, taxa de crescimento econômico. E como Malthus as inevitáveis consequências de um desequilíbrio entre essas duas variáveis é previsivelmente sombrio.

O Modelo de Piketty é $r > g$. Para Piketty, o modelo atual do capitalismo global, **r** deixaria de ser maior que o **g**, com um impulso sobre fortuna de âmbito mundial com alíquota de até 80%, assim a riqueza seria melhor distribuída. Para Piketty, o principal fator de desigualdade é a taxa de retorno sobre o capital que excede a taxa de crescimento econômico, que está novamente ameaçando gerar extremo descontentamento e minar valores democráticos.

Piketty argumenta que a tendência geral é de haver mais desequilíbrio nas sociedades capitalistas, e não de maior igualdade econômica. Uma de suas principais conclusões é que o mundo vai na direção do capitalismo do patrimônio, com acumulação de renda ininterrupta, enquanto persistir uma taxa de retorno financeiro bem mais alta do que o crescimento da economia. Segundo Piketty (2014, p. 555):

A desigualdade $r > g$ faz com os patrimônios originados no passado se recapitalizem mais rápido do que a progressão da produção e dos salários. Essa desigualdade exprime uma contradição lógica fundamental. O empresário tende inevitavelmente a se transformar numa rentista e dominar cada vez mais aqueles que só possuem sua força de trabalho.

O aumento da desigualdade se intensifica em todas as grandes cidades do Brasil, porque é muito visível um abismo social entre as moradias das famílias pobres e das famílias ricas em diferentes bairros. Quando ocorrem fortes chuvas os 6,3 milhões de

miseráveis nas cinco regiões do País são as principais vítimas da piora na performance social.

8 De Thomas Malthus a Thomas Piketty

Lendo o pensamento econômico de Thomas Malthus a Thomas Piketty, surge duas perguntas muito críticas: Por que os 99% restantes da humanidade não estão conscientes do altíssimo nível de desigualdade e não exigem nas ruas mudanças muito profundas na economia capitalista? Por que ainda não surgiu um novo sistema econômico?

É fácil ler e entender, hoje, o pensamento econômico de Thomas Piketty. Para muitos leitores, Piketty fornece provas de falhas inerentes do capitalismo, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA), o país mais rico do mundo, onde o 1% dos ricos americanos detêm 50% da riqueza do país, por isso o movimento *Occupy Wall Street* nas ruas das principais cidades dos EUA. Piketty e seus colegas economistas e não economistas vêm trabalhando no banco de dados bem antes da crise financeira internacional de 2008 e recessões econômicas subsequentes, porém, seu livro é perfeitamente consciente em resposta ao crescente desencanto público, sobretudo, entre os mais jovens, com a economia capitalista.

Novamente, podemos enxergar a reação positiva do público ao livro de Piketty. Ao longo dos últimos quarenta e cinco anos, a partir da Primeira Crise do Petróleo em 1973, provocada pela guerra entre árabes e israelenses, tornou-se cada vez mais óbvio que a desigualdade de renda vem aumentando no mundo, com dados estatísticos para apoiar esta constatação. Todavia, o livro de Piketty faz mais do que descrever os novos dados, ele fornece um modelo simples, marcante e explica como o sistema capitalista leva inevitavelmente a desigualdade crescente. Piketty divulga os dados estatísticos no site em inglês denominado *The World Top Incomes Database (WTID)*.

O paralelo entre os Modelos de Malthus e de Piketty é que ambos descrevem perfeitamente o problema que enfrenta a sociedade capitalista de sua época, e eles são bons o suficiente para sugerir uma solução.

Para o economista clássico Thomas Malthus, a solução foi controle populacional pela restrição moral, e não pelas Leis dos Pobres (*Poor Laws*), de 1601, a primeira lei assistencialista na Inglaterra. A rainha Elizabeth I criou um fundo monetário a todos que não tinham trabalho ou condição de sustentar seus filhos, mas tinham força o suficiente para trabalhar, assim, esses pobres deveriam trabalhar para o Estado inglês e para a Igreja.

Há 185 anos morria em Bath, no sudeste da Inglaterra, o primeiro professor de Economia Política do mundo. Aos 68 anos de idade, morria de doença cardíaca, o economista Thomas Robert Malthus, filho de Henrietta Catherine e de um homem culto chamado Daniel Malthus. Thomas Malthus era um forte opositor as Leis dos Pobres, que geravam pobreza e corrupção na Inglaterra.

As propostas de Piketty, que em geral consistem em impostos mais altos sobre a riqueza e a renda, são sem surpresa tão controverso, com apoio igualmente apaixonado

e oposição forte. Mais uma vez existe uma vontade popular, hoje, para discutir esses tipos de políticas, embora seja um debate contraditório. Mas, Piketty enaltece a importância da educação de qualidade como a solução da desigualdade, através dos processos de difusão do conhecimento e investimento na qualificação e na formação da mão de obra.

9 A fama mundial de Piketty

Piketty não é o primeiro economista a conhecer a fama mundial, e ele não será o último. É importante tentar entender como certas ideias econômicas enfurecem ou excitam, uma vez que estas ideias irão moldar o debate público, além de influenciar a formulação de políticas econômicas e, inevitavelmente, afetar a forma como a economia e a sociedade capitalista tomam suas decisões.

A fama mundial de Piketty é devido o furor internacional causado pela sua obra intitulada *O Capital no século XXI*. O economista francês Thomas Piketty escreveu um livro revolucionário e que tem introdução, 16 capítulos, conclusão, além de listas de gráficos e tabelas. Seu estudo sobre a concentração de riqueza em vinte e oito países e a evolução da desigualdade econômica ganhou manchetes nos principais jornais e revistas do mundo como *Libération*, *Le Monde*, *El País*, *The Guardian*, *The Economist*, *The Financial Times*, *The Wall Street Journal*, *The New York Times*, *Foreign Affairs*, *Veja*, *Valor Econômico* e *Exame*, além de gerar discussões nas redes sociais e nas faculdades.

O PhD em Economia Thomas Piketty colheu comentários, críticas e, sobretudo, elogios de diversos economistas ganhadores do Prêmio Nobel de Economia como os americanos Joseph Stiglitz (2001) e Paul Krugman (2008). Sobre o livro de Piketty, Stiglitz enfatizou que, “Planteia chaves para entender o funcionamento da democracia e suas instituições”. Para Krugman, “O novo livro do economista francês Thomas Piketty, *‘O capital no século XXI’*, é um prodígio de honestidade. Outros livros de economia foram um sucesso nas vendas, mas diferentemente da maioria deles, a contribuição de Piketty tem uma séria erudição, capaz de mudar a retórica. E os conservadores estão aterrorizados”.

No ano de 2014 o Prêmio Nobel de Economia foi para o economista Jean Tirole, compatriota de Piketty. O professor Tirole é da Universidade de Toulouse e dirige a Fundação Jean-Jacques Laffont na mesma cidade francesa. Ele foi premiado por seus estudos na área de economia industrial, sobretudo pela “análise do poder e regulação de mercado”, como principal motivo para sua valiosa e inesquecível premiação em Estocolmo na Suécia.

O que pensa Tirole sobre o livro de Piketty? Jean Tirole concorda com o argumento de Thomas Piketty, de que, numa economia onde a taxa de rendimento sobre o capital supera a taxa de crescimento econômico, a riqueza herdada sempre crescerá mais rapidamente do que a riqueza conquistada? O que pensam os franceses Tirole e Piketty sobre os perigos da desigualdade no decorrer do século XXI?

10 Os perigos da desigualdade

O polêmico livro de Piketty, *O Capital no século XXI*, se apoia em dados estatísticos que remontam ao século XVIII até o século XXI, provenientes de 28 países: 1. África do Sul; 2. Alemanha; 3. Argentina; 4. Austrália; 5. Canadá; 6. Colômbia; 7. Coreia do Sul; 8. Dinamarca; 9. Espanha; 10. Estados Unidos; 11. Finlândia; 12. França; 13. Holanda; 14. Índia; 15. Indonésia; 16. Irlanda; 17. Itália; 18. Japão; 19. Malásia; 20. Maurício; 21. Nova Zelândia; 22. Noruega; 23. Portugal; 24. Singapura; 25. Suécia; 26. Suíça; 27. Reino Unido; e 28. Uruguai.

Para Piketty, o crescimento econômico e a difusão do conhecimento impediram que fosse concretizado o cenário apocalíptico por Karl Marx no século XIX. Contudo, os registros históricos demonstram que o capitalismo tende a criar um círculo vicioso da desigualdade, pois, no longo prazo, a taxa de retorno sobre os ativos é maior do que o ritmo do crescimento econômico, o que se traduz numa concentração cada vez maior da riqueza.

Uma situação de desigualdade extrema pode levar a um descontentamento mundial e até ameaçar os valores democráticos. Mas, Piketty lembra também que a intervenção política já foi capaz de reverter tal quadro no passado e poderá voltar a fazê-lo.

O Capital no século XXI é uma obra do pensamento econômico que já se tornou uma referência mundial entre os estudos econômicos sobre desigualdade, e contribuiu para renovar inteiramente a compreensão sobre a dinâmica do capitalismo, ao colocar sua contradição fundamental na relação entre o crescimento econômico e o rendimento do capital. A obra nos obriga a refletir profundamente sobre os perigos da desigualdade, um dos mais relevantes temas da humanidade e que tende a crescer no mundo.

11 O pensamento econômico de Simon Kuznets

O economista russo naturalizado norte-americano Simon Smith Kuznets (1901-1985), Prêmio Nobel de Economia de 1971, destacou que a “curva de Kuznets” relaciona desigualdade de renda ao crescimento do produto de uma economia. A curva se assemelha a uma parábola com concavidade para baixo, ou seja, nos estágios iniciais de crescimento econômico de um país a desigualdade (medida pelo Índice de Gini) vai aumentar. Isso acontece porque nessa fase do crescimento econômico vai ocorrer um aumento grande da demanda por mão de obra qualificada, elevando os salários dos trabalhadores qualificados em detrimento dos não qualificados.

À medida que o crescimento econômico do país progride mais, vai haver ganhos de educação e as pessoas irão buscar mais qualificação, logo, a proporção de mão de obra qualificada da não qualificada vai aumentar, reduzindo a desigualdade de renda. Em 1955, Simon Kuznets, formulou a tese de que, na história das sociedades em industrialização, a desigualdade tenderia a subir por algum tempo, até atingir um ponto máximo, a partir do qual passaria a diminuir, contínua e naturalmente. Por trás disso estariam dois mecanismos fundamentais.

O primeiro deles é a transição de uma economia tradicional para uma economia moderna. Com o início da modernização, a economia tenderia a dividir-se em dois grandes setores, um tradicional, mais pobre, e um moderno, mais rico, e isso aumentaria a desigualdade. À medida que a industrialização se generalizasse, os trabalhadores migrariam, abandonando os setores tradicionais em direção aos modernos, e com isso a desigualdade voltaria a ser reduzida.

O segundo mecanismo é o efeito igualitário da democracia. Para Kuznets, sociedades modernas se organizariam como democracias. A igualdade na democracia se traduziria em políticas de promoção de igualdade econômica, como, por exemplo, o aumento da tributação sobre o capital e sobre as heranças. Combinados a outros efeitos de menor importância, a modernização e a democracia resultariam em menor desigualdade no longo prazo.

12 De Simon Kuznets a Thomas Piketty

O economista francês Thomas Piketty (2014, p.18) ressalta o pensamento econômico de Simon Kuznets: “ Segundo a teoria de Kuznets, a desigualdade de renda deveria diminuir de modo automático nos estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista de um país, a despeito das políticas adotadas ou das diferenças entre países, até que se estabilizasse num nível aceitável. Em seguida Piketty (2014, p.20) revela que, “Kuznets constatou que uma forte redução da desigualdade de renda havia ocorrido nos Estados Unidos entre 1913 e 1948”. Na “curva de Kuznets” segundo Paulo (2008, p.212):

Curva formada por pontos que designam de um lado a renda *per capita* em um país e de outro o seu coeficiente de distribuição da renda (coeficiente de Gini). Esta curva teve origem em estudos realizados por Simon Kuznets (1901-1985) em cerca de cem economias, relacionando os dois fatores. A curva mostra que países com níveis de renda *per capita* muito baixos têm um coeficiente de distribuição da renda menos desigual que países em desenvolvimento com renda *per capita* maior; no entanto, esses últimos teriam uma renda distribuída com maior desigualdade do que países desenvolvidos.

Em um gráfico que representasse a evolução da desigualdade no tempo, esse aumento seguido de queda traçaria uma curva em forma de U de cabeça para baixo. Essa imagem estatística ficou conhecida como a “curva de Kuznets”. Embora o próprio autor tivesse reservas sobre a generalização dessa ideia, durante a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, os seus sucessores trataram-na como uma lei inexorável.

Descartaram do esquema original de Kuznets o papel dos mecanismos democráticos de controle da economia e passaram a sustentar que os mecanismos de mercado da modernização eram uma panaceia para a desigualdade. Muitos já haviam avaliado o U invertido e apresentado evidências de que a “curva de Kuznets” era mais uma profissão de fé, não havendo nada que indicasse que um dia a desigualdade cairia de forma rápida no mundo.

Piketty fez mais do que isso. Reuniu, em um trabalho exaustivo de coleta de informações sobre tributos, heranças e registros de salários, uma série histórica mostrando que, em praticamente todos os países desenvolvidos do mundo, ocorreu o oposto: a desigualdade. Portanto, a desigualdade havia caído entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), voltou a subir em 1973, a partir do aumento do preço do barril de petróleo em dólares americanos, então começou a diminuir o padrão de vida, além de aumentar a concentração de renda entre os mais ricos, que ocupam o topo da pirâmide social.

Piketty inverteu o U invertido, de cabeça para baixo, da curva de Kuznets. Agora o U de cabeça para cima implica na crença de que caminhamos rumo a um mundo menos igualitário. A precariedade das habitações é uma das características das famílias pobres. A redução da desigualdade social é um grande desafio da humanidade, porque os pobres estão cada vez mais pobres, cada vez mais excluídos.

13 O debate da desigualdade

O livro de Piketty não dá razão a Thomas Malthus, no século XVIII, nem a Karl Marx, no século XIX, nem tão pouco a Simon Kuznets, no século XX. O livro tem cinco partes: Primeira Parte intitulada *Renda e Capital*; Segunda Parte denominada *A dinâmica da relação capital/renda*; Terceira Parte intitulada *A estrutura da desigualdade*; e Quarta Parte denominada *Regular o capital no século XXI*. Em seguida, a última e quinta parte, a *Conclusão*. O livro *O Capital no século XXI*, foi escrito em francês e publicado na França, em 2013, e traduzido em inglês em 2014, espanhol, português, além de outros idiomas, devido à grande relevância de sua revelação sobre a desigualdade no mundo, a partir de 1973 até 2013, a desigualdade aumentou significativamente no planeta nos últimos quarenta anos.

Malthus foi um economista sombrio e não acreditava nas novas tecnologias em plena Primeira Revolução Industrial para aumentar a produção de alimentos. Já passamos a Segunda Revolução Industrial. Enfrentamos também a Terceira Revolução Industrial. Agora, já estamos em plena Quarta Revolução Industrial.

Marx pensava que as desigualdades iriam aumentar na sociedade burguesa até a revolução do proletariado. Em 1847, Marx participou da Liga dos Comunistas e colaborou muito para realização da Primeira Internacional Comunista, em Londres, no ano de 1864, três anos antes da publicação da sua obra prima, *O Capital: Crítica a Economia Política*.

Kuznets foi o criador das primeiras contas nacionais americanas em 1937, que registrou o fluxo de dinheiro entre os três setores econômicos (primário, secundário e terciário), e das primeiras séries sobre desigualdades nos Estados Unidos. Kuznets achava que na etapa avançada do crescimento econômico as desigualdades iriam diminuir e se estabilizar num nível inferior. De acordo com Thomas Piketty, professor de Economia da *Paris School of Economics*, os economistas Malthus, Marx e Kuznets estavam errados no debate da desigualdade no mundo, em seu respectivo século. A desigualdade é oriunda da tendência natural do capitalismo à concentração de renda e

defende um imposto global sobre fortunas para debelar a elevada concentração de renda no planeta.

14 O Marx do século XXI

O professor Thomas Piketty foi denominado em vários idiomas pela mídia internacional, o Marx do século XXI, porque desafia a ortodoxia da esquerda e da direita com o argumento de que o agravamento da desigualdade no mundo é um resultado inevitável do capitalismo do patrimônio. Piketty afirma que o patrimônio está ficando cada vez mais concentrado entre os mais ricos no mundo e a dinâmica inerente do capitalismo impulsiona forças poderosas que ameaçam as sociedades democráticas.

O Capital no século XXI de Piketty tem 146 anos de diferença de *O Capital* de Marx, mas ambos têm seu extraordinário valor no pensamento revolucionário da economia mundial. Se Piketty é o Marx do século XXI. Então, quem é o Engels do século 21? Qual é a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Índia, na China, na Rússia, nos Estados Unidos, no Canadá e no Brasil?

As seis décadas entre 1914 e 1973, destacam-se na economia capitalista, de acordo Piketty, porque a taxa de crescimento econômico excedeu a taxa de retorno sobre o capital após os impostos. Desde a Primeira Crise do Petróleo até os dias atuais, a taxa de crescimento da economia diminuiu, enquanto o retorno sobre o capital está aumentando a seus níveis pré-Primeira Guerra Mundial. O professor Piketty (2014, p.27) ressaltou que: “ A segunda conclusão, que constitui o cerne deste livro, é que a dinâmica da distribuição da riqueza revela uma engrenagem poderosa que ora tende para a convergência, ora para a divergência, e não há qualquer processo natural ou espontâneo para impedir que prevaleçam as forças desestabilizadoras, aquelas que promovem a desigualdade.

Karl Marx, nos últimos 13 anos de sua vida, em Londres, interessou-se plenamente pela Rússia. Marx estudou a língua russa, deteve-se no exame da história política do país dos czares, e sobretudo, de sua economia, prevendo que no maior país do mundo haveria de ocorrer uma grande revolução do proletariado. O autor escreveu em 12 de fevereiro de 1870 para o estimado amigo e filósofo alemão Engels: “A situação atual na Rússia é insustentável. A emancipação dos servos apenas acelera o processo de dissolução. Uma terrível revolução social é iminente”. A Revolução Russa de 1917, aconteceu 47 anos depois da profecia de Marx.

Piketty (2014, p.17) destaca o pensamento econômico de Karl Marx, “A revolução comunista acabou acontecendo, mas eclodiu no país mais atrasado da Europa, onde a revolução industrial mal havia começado (a Rússia)”. Marx na vida de pobreza que levava em Londres, desde 24 de agosto de 1849, ia quase diariamente à biblioteca pública do Museu Britânico para ler livros, reler livros e ler de novo livros, entre estes livros, dos escritores russos, e realizar suas anotações. Em setembro de 1867, mesmo ano em que Alfred Nobel inventou a dinamite, Marx publicava o volume I do *O Capital*.

O Marx do século XXI não lê em russo nem aponta uma revolução no mundo, mas pode ver as obras de arte e ler os livros do Museu Britânico pela internet em sua casa, na

França, e defende o imposto progressivo sobre a fortuna, contrariando diretamente os princípios conservadores americanos contemporâneos que defendem políticas públicas de eliminar o imposto sobre a propriedade privada, além de contrário também aos interesses dos países que propositadamente têm baixas taxas de imposto, a fim de atrair investimentos externos diretos (IED).

Muitos economistas ou não economistas divergem do pensamento econômico de Thomas Piketty. Para eles, o Governo não deveria cobrar altos impostos sobre a renda das pessoas mais ricas como Bill Gates e Warren Buffett ou no recebimento de uma grande herança. Como os muitos ricos reagiram a esse imposto progressivo defendido por Thomas Piketty? Piketty (2014, p.37) não é marxista, neomarxista, nem comunista, não era a favor da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como podemos constatar neste breve depoimento:

Pertenço a uma geração que fez dezoito anos em 1989, bicentenário da Revolução Francesa e, também, ano da queda do Muro de Berlim. Minha geração é, ainda, a que chegou à idade adulta ouvindo as notícias do desmoronamento das ditaduras comunistas e que jamais sentiu qualquer ternura ou nostalgia por esses regimes ou pela União Soviética.

Na economia planejada da antiga União Soviética não existia a precariedade das moradias, pois a moradia popular era uma das características das famílias soviéticas mais pobres. Mas, a fila de espera para conseguir uma moradia popular, sobretudo um pequeno apartamento em Moscou, era em torno de 10 (dez) anos, devido à excessiva burocracia soviética.

15 Thomas Piketty e o Brasil

No livro, Piketty cita o Brasil três vezes como um país emergente. Mas, não analisa os dados estatísticos da nona economia do mundo (FMI, 2017) e ao mesmo tempo a nona nação mais desigual do planeta (PNUD, 2017). Dos 28 países analisados, oito são países emergentes e 20 são países desenvolvidos. O Brasil não foi analisado por um simples motivo, a falta de acesso aos dados estatísticos, sobretudo, os dados fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF). O maior problema do Brasil é a desigualdade social. Precisamos melhorar significativamente as condições de vida da população brasileira. Nos últimos anos, constatamos que o consumo das famílias está debilitado, o investimento das empresas está parado, os gastos governamentais estão congelados e as exportações são muito limitadas. A economia brasileira está produzindo cada vez menos que o seu potencial e associada a um desemprego crônico, que aumenta a pobreza e a miséria e gera mais desigualdade.

Piketty e eu sabemos que, “O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo”. No revolucionário livro, Piketty (2014, p.36) cita o Brasil: “A observação vale também para os países hoje denominados emergentes, como a China, o Brasil ou a Índia, que, afinal, não de sofrer tanto os efeitos da desaceleração do crescimento demográfico quanto da redução no ritmo da expansão econômica”. Piketty (2014, p.50) cita

novamente o Brasil, “Nesse estágio, é suficiente afirmar que a maior parte dos países, ricos ou emergentes, desfruta hoje de situações mais equilibradas do que às vezes se imagina. Na França e nos Estados Unidos, na Alemanha e no Reino Unido, na China e no Brasil, no Japão e na Itália, a renda nacional não é muito diferente da produção interna – 1% ou 2% de distância, apenas”.

16 Considerações finais

A desigualdade é um dos mais importantes problemas da humanidade. Por isso, a grande discussão internacional do livro de Thomas Piketty. Todavia, a solução foi dita claramente em suas 669 páginas em português. Foram declarações normativas de Piketty de que o conhecimento é fundamental para tornar sociedades desiguais em iguais, à medida que as pessoas passam a ter acesso à educação de qualidade.

A educação de qualidade é a solução para uma humanidade que almeja a prosperidade econômica, o bem-estar social e a proteção ambiental, assim promover para todos um padrão de vida elevado e ao mesmo tempo ser feliz. Em suma, o capitalismo gera desigualdade, portanto, precisamos combater a desigualdade de renda e de riqueza no mundo e no Brasil. A solução é conciliar a igualdade social com a liberdade econômica sem destruir o meio ambiente no mundo e no Brasil em pleno século XXI.

Referências

KRUGMAN, Paul. **O pânico a Piketty e a direita sem ideias**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mundo/o-panico-a-piketty-e-a-direita-sem-ideias/>. Acesso em: 26 de dezembro de 2018.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Capítulo IV

A importância da XIII Cúpula do G20 na Argentina

Paulo Galvão Júnior

1 Considerações iniciais

Este artigo procura analisar os principais indicadores do Grupo dos Vinte (G20), lutar contra o protecionismo e despertar reflexões críticas individuais ou coletivas sobre o rumo da economia mundial nos dias atuais. Nesse sentido, esclarecer: o G20 é formado por 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) mais a União Europeia (UE).

Os Chefes de Estado e de governo do G20 estarão juntos novamente em Buenos Aires, nos próximos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2018. A Argentina realizará a primeira reunião dos líderes do G20 na América do Sul e terá três temas prioritários de uma agenda ampla e global: (i) O futuro do trabalho; (ii) Infraestrutura para o desenvolvimento; e (iii) Um futuro alimentar sustentável.

A Argentina é a anfitriã da XIII Cúpula do G20 e pretende demonstrar a importância da América do Sul e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) para a economia internacional, bem como deseja dar sua valiosa contribuição para a boa governança mundial e para o crescimento do comércio global. O G20 foi criado em 1999 após as crises econômicas dos países emergentes: México (1994), Tigres Asiáticos (1997), Rússia (1998) e Brasil (1999). A pioneira Cúpula do G20 foi em dezembro de 1999, em Berlim, na Alemanha, e reuniu os ministros das Finanças e os presidentes dos Bancos Centrais de economias avançadas e de economias emergentes para debater os rumos da economia internacional e tentar promover a estabilidade econômica global.

Muitos cidadãos dos países do G20 têm acesso à Internet, eles têm o interesse por economia internacional e podem pesquisar em seus lares sobre a importância da XIII Cúpula do G20 na Argentina. As soluções para os graves problemas mundiais como a fome, as mudanças climáticas, as crises econômica e migratória estão em nossas mãos. As decisões dos líderes do G20 alteram significativamente o dia a dia dos países. Além destas considerações iniciais, o presente artigo é composto por mais quatro seções. A segunda seção mostra as três primeiras cúpulas dos líderes do G20. A terceira seção analisa os principais indicadores dos países do G20. A quarta seção aborda a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. A última e quinta seção trata das considerações finais.

2 As primeiras cúpulas dos líderes do G20

Em 14 de novembro de 2008, em Washington, nos Estados Unidos, pela primeira vez, os Chefes de Estado e de governo se reuniram e não somente os ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais. A I Cúpula do G20 foi o início da reforma do mercado financeiro internacional e da economia mundial. As principais metas foram: melhora da regulação e fortalecimento da transparência do mercado financeiro e reforço na cooperação econômica internacional.

Em Londres, em 2 de abril de 2009, ocorreu a II Cúpula do G20, para iniciar e intensificar o processo de reformas estruturais na economia mundial, mas, ocorreram muitos protestos populares contra a globalização e a crise econômica que empurraram milhões de pessoas para a pobreza. Em Pittsburgh, no estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, ocorreu entre 24 e 25 de setembro de 2009 a III Cúpula do G20. Os líderes de 19 países e os líderes da UE (o presidente do Conselho Europeu e o presidente da Comissão Europeia) revisaram o progresso feito em relação às Cúpulas de Washington em novembro de 2008 e de Londres em abril de 2009 e juntos discutiram ações adicionais para assegurar uma recuperação econômica sustentável diante da crise econômica global.

A Crise de 2008 foi a segunda maior crise do capitalismo, iniciada em 15 de setembro, com a falência do banco de investimentos americano Lehman Brothers e provocou a Grande Recessão. A maior crise do sistema capitalista é considerada a Crise de 1929, que começou em 24 de outubro com a grande queda da Bolsa de Valores de Nova York e gerou a Grande Depressão dos anos 30. Os líderes do G20 chegaram a um acordo histórico, o centro dos esforços foi para juntos trabalhar e construir uma recuperação econômica durável, evitando as fragilidades financeiras que conduziram à crise econômica global. Os líderes do G20 perceberam que precisavam construir uma economia mundial mais forte, mais equilibrada, reformar o sistema financeiro internacional, melhorar a qualidade de vida do cidadão mais pobre, diminuir a emissão de gases de efeito estufa e criar um fundo de combate à mitigação dos efeitos do aquecimento global (secas, enchentes, furacões, tufões e ciclones).

Nove países desenvolvidos, dez países emergentes e a UE chegaram a um consenso sobre os princípios para reequilibrar o crescimento da economia mundial. O G20 tornou-se o principal fórum informal de debate internacional; trata-se de um foro de governança global; com mais influência e poderes aos países emergentes como China, Índia e Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial; adotou regras mais rígidas de regulamentação sobre bancos e outras empresas financeiras e uma supervisão maior sobre os mercados de futuros e derivativos que deram origem a Crise de 2008 – para que não se repita crises semelhantes no futuro – porque milhares de empresas faliram e milhões de trabalhadores perderam seus empregos.

3 Os principais indicadores do G20

O G20 debaterá os rumos do capitalismo globalizado tardio na Argentina. Parafraseando outra obra do economista belga Ernest Mandel (1923-1955): Fim da Crise Econômica Global ou Crise Econômica Global Sem Fim? O descompasso econômico gera milhões de pobres e miseráveis no G20. Uma das principais características da economia capitalista é o surgimento de crise. As crises econômicas mundiais são cíclicas, elas têm início, auge e fim, e são obstáculos ao crescimento econômico acelerado dos países do G20 e a maximização de lucros das empresas, provocando a falência ou a inadimplência de inúmeras empresas.

Portanto, para estimular a economia mundial e reduzir a desigualdade nas economias avançadas e nas economias emergentes nos cinco continentes, é necessário, urgentemente, conhecer e sobretudo, analisar os cinco principais indicadores (PIB, dívida pública, desemprego, população e IDH) dos países do G20. De acordo com o Quadro 1, abaixo, no qual podemos ver os principais indicadores na atualidade e expõe a realidade vigente.

Quadro 1 - Os principais indicadores dos países do G20 – 2017

País	PIB	Dívida Pública	Desemprego	População	IDH
Estados Unidos	US\$ 20,4 trilhões	105,4% do PIB	4,7%	323 milhões	0,924
China	US\$ 14,0 trilhões	47,6% do PIB	4,0%	1,380 bilhão	0,752
Japão	US\$ 5,1 trilhões	253,0% do PIB	3,1%	127 milhões	0,909
Alemanha	US\$ 4,2 trilhões	64,1% do PIB	4,2%	83 milhões	0,936
Reino Unido	US\$ 2,9 trilhões	85,3% do PIB	4,9%	66 milhões	0,922
França	US\$ 2,9 trilhões	97,0% do PIB	9,6%	67 milhões	0,901
Índia	US\$ 2,8 trilhões	68,7% do PIB	3,2%	1,320 bilhão	0,640
Itália	US\$ 2,1 trilhões	131,8% do PIB	11,4%	61 milhões	0,880
Brasil	US\$ 2,1 trilhões	74,0% do PIB	12,1%	208 milhões	0,759
Canadá	US\$ 1,8 trilhão	89,6% do PIB	6,9%	36 milhões	0,926
Coreia do Sul	US\$ 1,4 trilhão	38,0% do PIB	3,8%	25 milhões	0,903
Rússia	US\$ 1,2 trilhão	12,6% do PIB	5,5%	144 milhões	0,816

Austrália	US\$ 1,2 trilhão	41,9% do PIB	5,2%	24 milhões	0,939
México	US\$ 1,0 trilhão	46,4% do PIB	4,4%	128 milhões	0,774
Indonésia	US\$ 932 bilhões	28,7% do PIB	5,4%	261 milhões	0,694
Turquia	US\$ 858 bilhões	28,3% do PIB	11,5%	80 milhões	0,791
Arábia Saudita	US\$ 646 bilhões	17,2% do PIB	6,0%	32 milhões	0,853
Argentina	US\$ 546 bilhões	57,1% do PIB	7,4%	44 milhões	0,825
África do Sul	US\$ 295 bilhões	53,1% do PIB	27,4%	56 milhões	0,699

Fontes: FMI, Banco Mundial, OIT e PNUD.

Os líderes do G20 para resolver uma crise econômica contam com a ajuda financeira do FMI e do Banco Mundial, ambos em operação desde 1946. Além disso, para melhorar a qualidade de vida da sua população contam com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), contam também com a Organização Mundial do Comércio (OMC), em vigor desde 1º de janeiro de 1995, para reduzir as barreiras tarifárias, os subsídios e as barreiras não tarifárias, além de outras barreiras comerciais.

A XIII Cúpula do G20 terá a presença dos líderes das dez maiores economias do mundo: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Índia, Itália, Brasil e Canadá. Além dos líderes mundiais de países desenvolvidos como Austrália e Coreia do Sul (o menor país do G20 e dos países desenvolvidos que compõem o G20, com apenas 100 mil quilômetros quadrados) e de países emergentes como Rússia, México, Indonésia, Turquia, Arábia Saudita, Argentina e África do Sul.

Os 19 países sem a UE (atualmente, com 28 países membros) produziram um Produto Interno Bruto (PIB) nominal de US\$ 66,377 trilhões em 2017, ou seja, representam 85% do PIB global. Observando os principais indicadores econômicos dos 19 países que compõem o G20, percebemos muitos contrastes entre nações desenvolvidas e nações emergentes. Os Estados Unidos são o país mais rico do G20 e do mundo, com o PIB de US\$ 20,4 trilhões, enquanto a África do Sul é o país mais pobre do G20 e um dos mais ricos da África, com US\$ 295 bilhões, segundo dados de 2017 do FMI.

Entre os países do G20, o Japão tem a maior dívida pública com 253,0% do PIB e a Rússia tem a menor dívida pública com apenas 12,6% do PIB. A elevada dívida pública em relação ao PIB revela as dívidas governamentais de cada país. Entre os países europeus do G20, a Itália tem a maior dívida pública com 131,8% do PIB e a Alemanha tem a menor dívida pública com 64,1% do PIB, segundo dados do FMI.

Entre os países integrantes do G20, o único país africano, a África do Sul tem a maior taxa de desemprego com 27,4%, enquanto, o Japão tem a menor taxa de desemprego com 3,1%. O desemprego é um dos grandes problemas do mundo e os

líderes do G20 precisam encontrar as melhores maneiras de reduzir o elevado desemprego e o melhor caminho é reduzir os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) para aumentar o consumo das famílias e diminuir os custos de produção das empresas.

O G20 reúne 4,447 bilhões de habitantes, ou seja, 66% da população mundial. A China é a nação mais populosa do G20 e do mundo, com 1,380 bilhão de habitantes, porém a Austrália é a nação menos populosa do G20 e a mais populosa da Oceania, com 24 milhões de habitantes, segundo o Banco Mundial. Destaca-se que vários países do G20 têm quase o mesmo contingente populacional, México tem 128 milhões de habitantes e Japão com 127 milhões de habitantes, já a França tem 67 milhões de habitantes e o Reino Unido com 66 milhões de habitantes, segundo os dados de 2017 do Banco Mundial. Enquanto, a Coreia do Sul tem 25 milhões de habitantes e a Austrália com 24 milhões de habitantes.

Destaca-se também que entre os 12 maiores produtores mundiais de petróleo, sete são países integrantes do G20: Estados Unidos, Arábia Saudita, Rússia, Canadá, China, México e Brasil. Já entre os dez maiores produtores de gás natural do mundo, seis são países membros do G20: Estados Unidos, Rússia, Canadá, China, Arábia Saudita e Indonésia. Entre os 9 maiores produtores de etanol do planeta, oito são países do G20: Estados Unidos, Brasil, China, Índia, Canadá, França, Alemanha e Argentina.

Na Casa Branca desde 20 de janeiro de 2017, o presidente americano Donald Trump gerou 2,4 novos milhões de empregos com o maior corte de impostos e reformas da história americana. Os Estados Unidos são um país de renda alta, segundo o Banco Mundial. O Brasil é um país de renda média, porque o seu PIB *per capita* encontra-se entre US\$ 1.056 e US\$ 12.500. O Brasil encontra-se na armadilha da renda média e não consegue entrar no seleto grupo dos países de renda alta, ou seja, acima de US\$ 12.500.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) recentemente divulgou o novo ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entre as nações desenvolvidas do G20, a única nação da Oceania, a Austrália tem o melhor IDH do G20 e o 3º do mundo, com 0,939, enquanto a Índia tem o pior IDH do G20, com 0,640, segundo dados de 2017 do PNUD.

O melhor IDH entre o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é o da Federação Russa, com 0,816. A Rússia é o maior país do G20, do mundo e do BRICS, com 17,0 milhões de quilômetros quadrados. A Rússia tem o mais alto IDH entre o grupo RBCAI (Rússia, Brasil, China, África do Sul e Índia), já que o acrônimo BRIC, de autoria do economista inglês Jim O'Neill, tem sua preocupação no PIB de quatro países emergentes, enquanto o acrônimo RBCAI, de minha autoria, tem o seu foco no IDH de cinco países emergentes. A Rússia já faz parte do seleto grupo dos países com desenvolvimento humano muito elevado.

O PNUD divide os países em grupo do desenvolvimento humano muito alto (0,800 ou superior), grupo do desenvolvimento humano alto (0,700 a 0,799), grupo do desenvolvimento humano médio (0,550 a 0,699) e grupo do desenvolvimento humano baixo (menos do que 0,550). O IDH da Austrália (0,939), Alemanha (0,936), Canadá (0,926), Estados Unidos (0,924), Reino Unido (0,922), Japão (0,909), Coreia do Sul

(0,903), França (0,901), Itália (0,880), Arábia Saudita (0,853), Argentina (0,825) e Rússia (0,816) são de países do grupo do desenvolvimento humano muito elevado.

Entre os países que integram o G20, doze países são de IDH muito elevado, quatro países de IDH elevado e três países de IDH médio, logo nenhum país de IDH baixo. Os países de desenvolvimento humano alto do G20 são: Turquia (0,791), México (0,774), Brasil (0,759) e China (0,752). Já os países de desenvolvimento médio do G20 são: África do Sul (0,699), Indonésia (0,694) e Índia (0,640).

4 A guerra comercial entre as duas maiores economias do planeta

Em março de 2018 começou a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, as duas maiores economias do planeta. O presidente americano Donald Trump iniciou sua política protecionista com a sobretaxa do aço e do alumínio da China para diminuir o déficit comercial. Em Buenos Aires, terá um novo capítulo, a reunião entre os presidentes Donald Trump e Xi Jinping. As medidas protecionistas do governo dos Estados Unidos impactaram as 19 economias mais industrializadas do planeta e o comércio internacional. O G20 representa 75% do comércio global.

Os Estados Unidos aplicaram tarifas protecionistas de até 25% sobre US\$ 250 bilhões em importações de produtos chineses e acusam a China de práticas desleais no comércio internacional e de roubo de propriedade intelectual. A medida protecionista americana provocou represália da China na ordem de US\$ 110 bilhões de bens procedentes dos Estados Unidos.

Segundo o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, “As relações entre a China e os Estados Unidos são de vital importância para ambos e para o mundo”. Este encontro bilateral será um dos mais importantes da XIII Cúpula do G20. Esta relevante reunião provavelmente acontecerá depois da reunião do grupo BRICS dentro do G20. O Brasil precisa de investimentos externos diretos (IED) para investir bilhões de dólares americanos na modernização da infraestrutura logística em cinco regiões do País, porque faltam ferrovias, portos, aeroportos, estradas e dutos para transportar as riquezas produzidas no quinto maior país do mundo.

Chega de elevação de barreiras comerciais, porque diminui as importações do país. Chega de protecionismo, porque provoca a queda da produtividade, diminui a competitividade e sobretudo, restringe a liberdade econômica. Mais liberdade econômica possibilita o progresso econômico e este promove as oportunidades de igualdade social.

O economista escocês Adam Smith demonstrou as vantagens absolutas do livre comércio em pleno século XVIII. Já o economista inglês David Ricardo explicou as vantagens comparativas do livre comércio no século XIX. Os dois economistas britânicos eram contra o protecionismo e a favor da liberdade econômica para a integração com o mundo e realizar a abertura comercial.

5 Considerações finais

A conclusão da importância da XIII Cúpula do G20 na Argentina é revelar a luta contra o protecionismo e a construção de soluções eficazes para enfrentar os graves problemas econômicos, sociais e ambientais do mundo em plena Quarta Revolução Industrial. O economista escocês Adam Smith foi um severo crítico ao protecionismo, mesmo sendo o Comissário da Alfândega no Porto de Edimburgo de 1778 até a sua morte em 1790. Adam Smith, em pleno domínio do pensamento mercantilista, defendeu o livre comércio e argumentou que as nações deveriam especializar-se na produção de mercadorias com as quais tinham uma vantagem absoluta e importar aquelas mercadorias que tinham uma desvantagem absoluta.

Os líderes do G20 estão juntos no combate à crise econômica global desde 2008, bons exemplos, a chanceler alemã Angela Merkel e o presidente turco Recep Erdogan. O presidente argentino Mauricio Macri é o anfitrião da XIII Cúpula do G20, com lema “Construindo Consenso para um Desenvolvimento Equitativo e Sustentável”. O líder argentino Macri enfatizou que, “Com uma visão centrada nas pessoas, a Argentina colocará o desenvolvimento, a equidade e a sustentabilidade na vanguarda da agenda do G20”. A reunião de líderes do G20 na capital da Argentina será dez anos após a primeira Cúpula de Líderes do G20 na capital dos Estados Unidos.

Ouvindo os tangos de Astor Piazzolla e de Carlos Gardel, na terra onde o sol nasce primeiro na América, ressalto que o continente americano tem cinco países integrantes do G20: Canadá, Estados Unidos, México, Brasil e Argentina. Estes países da América têm enormes recursos naturais e grande potencial de crescimento econômico nos próximos quatro anos. Na Cúpula dos Líderes do G20, na Argentina, o Brasil, infelizmente, mais uma vez, será coadjuvante com o incompetente e impopular presidente Michel Temer, com apenas dois encontros bilaterais, com o primeiro-ministro Scott Morrison da Austrália e o primeiro-ministro Lee Loong de Singapura.

A situação econômica global continua complicada pela guerra comercial entre as duas maiores economias do planeta. Recentemente na reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), o presidente chinês Xi Jinping afirmou que, “A História mostrou que um confronto – seja sob a forma de guerra fria, guerra quente ou guerra comercial – não produz vencedores”. Os rumos da economia mundial serão debatidos entre os líderes dos países desenvolvidos e dos países emergentes em Buenos Aires. A lua de mel econômica está longe e a cada mês mais esfriamento nas relações comerciais.

A situação socioeconômica internacional poderá complicar ainda mais com a saída do Reino Unido da União Europeia. Faltam três dias para começar a XIII Cúpula do G-20, em Buenos Aires, e ressalto o pronunciamento em vídeo da chanceler da Alemanha, Angela Merkel (2018): “Atualmente, Alemanha, Argentina e Japão são os que assumem de maneira especial a responsabilidade pelo avanço da agenda do G20. Alemanha estará muito disposta a contribuir ao êxito da presidência argentina por meio de um amplo intercâmbio de experiências”.

É possível dar um giro especial em direção à recuperação econômica robusta. É possível dar um passo adiante para o desenvolvimento sustentável. Destaco também o

pronunciamento em vídeo do primeiro-ministro japonês Shinzo Abe: “ Mentiras se estendem o fenômeno protecionista no mundo, o G20 é um foro principal com seu enorme papel e responsabilidade na economia mundial, pelo qual, é sumamente importante manter um mercado aberto e demonstrar claramente uma firme postura para lutar contra o protecionismo”.

A próxima e XIV Cúpula do G20 será em Osaka no Japão, em 2019, para discutir os antigos e os novos problemas da cooperação econômica e financeira global. No próximo ano, o presidente Jair Bolsonaro participará da sua primeira reunião representando o Brasil, atualmente a economia mais fechada do G20, e será a primeira cimeira dos líderes do G20 que se celebrará na terra do sol nascente. Em suma, vamos defender o livre comércio na economia brasileira e na economia mundial e ler mais a obra prima de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*.

Referências

ABE, Shinzo. **ARGENTINA G20 2018 Saludo Primer Ministro Shinzo Abe**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lktku-mi_pc. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

FMI. **World Economic Outlook: Challenges to Steady Growth – October 2018**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/09/24/world-economic-outlook-october-2018>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

G20. **G20 Argentina 2018**. Disponível em: <https://www.g20.org/en>. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

MERKEL, Angela. **Saludo de Angela Merkel a Macri por el G20**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lc-2b9dcP4w>. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

PNUD. **Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update**. Disponível em: <http://www.hdr.undp.org/en/content/human-development-indices-indicators-2018-statistical-update>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

REVISTA EXAME. **INFRAESTRUTURA: 20 anos para tirar o atraso**. Edição 1122. Nº 18. 28 de setembro de 2016.

REVISTA EXAME. **Henry Kissinger: "Relação entre a China e os EUA é vital para o mundo"**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/henry-kissinger-relacao-entre-a-china-e-os-eua-e-vital-para-o-mundo/>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. (Os Economistas). Vol. I e Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Capítulo V

A importância da Transparência Pública na Prefeitura Municipal de João Pessoa

*Érica Alves da Silva⁵
Paulo Galvão Júnior*

1 Introdução

O presente artigo procura analisar a importância da Transparência Pública na Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). A transparência na evidenciação dos atos e das contas da gestão pública é uma questão que encerra relevância social e que ganhou maior notoriedade no Brasil a partir da edição da Lei Complementar nº 101/2000. Porém, a transparência da gestão pública ainda se encontra em um estágio incipiente em decorrência da divulgação de tais informações, se dar em um ambiente político e cultural marcado por ideologias e interesses diversos.

Nota-se que a sociedade contemporânea vem gradativamente percebendo a importância da Lei de Acesso à Informação (LAI), por saber que encontraram informações necessárias ao cumprimento de direitos e deveres dos cidadãos. Além do mais, a LAI nº 12.527/2011, veio garantir este direito. Seu descumprimento por parte do Estado constituirá conduta ilícita.

Nesse contexto, surge um conjunto de conhecimentos, procedimentos e políticas sob a denominação da Transparência Pública, capaz de garantir o controle de todos os documentos e informações, com vista de uma transparência pública e boa governança.

A referida Lei foi sancionada em 18 de novembro de 2011, pela presidenta Dilma Rousseff, dispõe sobre procedimentos observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com fim de garantir o acesso à informação prevista no inciso XXXIII do art. 5º, como também, no parágrafo 2º do art. 216 da Constituição Federal (CF) de 1988.

O mecanismo estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, espontânea e pró-ativamente, independente de solicitações. Segundo o portal da PMJP, afirma que dois anos depois, em 2013, a cidade de João Pessoa foi à segunda do Nordeste a regulamentar a própria Lei de Acesso à Informação. Trata-se da Lei Municipal nº 12.645/2013, que dispõe sobre a política municipal de transparência e acesso à informação.

O instrumento é mais um mecanismo que contribui para a sólida política de transparência pública desenvolvida pelo atual prefeito da terceira capital mais antiga do Brasil, que tem tornado referência nacional através da avaliação de órgãos nacionais

⁵Bacharel em Administração pelo IESP Faculdades (2018). E-mail: erica.alvessilva@hotmail.com

e estaduais de controle. O objetivo de tornar a gestão transparente tem esforços contínuos como atualizações na forma de divulgação dos recursos públicos e a construção de profissionais específicos para trabalho com a transparência pública municipal. Para tanto, surge o seguinte problema: *Quais são as políticas públicas da PMJP para fortalecer a Transparência Pública no município de João Pessoa?*

Diante do exposto justifica-se dizer que a Transparência Pública estimula a participação social, e a informação divulgada aproxima a sociedade da gestão exercida por seus representantes. João Pessoa é o município mais rico, mais populoso e com o melhor IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do estado da Paraíba, por isso a importância de fortalecer a Transparência Pública.

Com vista a atender o objetivo geral, avaliar os processos e a LAI na PMJP. Além de três objetivos específicos, analisar seus processos e suas Leis vigentes; descrever suas principais ferramentas utilizadas no Controle Social; e identificar as vantagens no processo do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) e do Sistema de Ouvidorias do Município (e-OUV).

Além desta introdução, o presente artigo é composto por quatro seções. A segunda seção trata do referencial teórico do tema proposto. A terceira seção enfatiza a metodologia utilizada neste artigo. A última e quarta seção trata das considerações finais.

2 Referencial teórico

2.1 A Importância da transparência na Administração Pública

A Transparência Pública e boa governança caminham juntos. Nosso país enfrenta atualmente uma série de desafios para concretizar as políticas públicas nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, mobilidade urbana, segurança, combate às desigualdades regionais, entre outros, que precisam ser superados para viabilizar o pleno desenvolvimento econômico, social e humano.

Pode-se dizer que a Transparência Pública nas ações governamentais tem sido constantemente citada como capaz de contribuir para redução da corrupção no espaço público e de tornar as relações entre o Estado e a sociedade civil mais democrática.

Segundo Bobbio (2002), “a democracia que é o governo do ‘poder visível’ tem sido um dos lugares comuns, e a sua natureza pertence ao fato de que nada pode permanecer confinado no espaço do mistério”.

Portanto, a Lei institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo corresponde somente à exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na CF, a Lei define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à Administração Pública pelos cidadãos. Além disso, a Lei determina que os órgãos e entidades públicas deverão divulgar um rol mínimo de informações de forma proativa e por meio da Internet. Para Przeworski (1998, p.61),

Os governos são responsáveis se os cidadãos têm como saber se aqueles estão ou não atuando na defesa dos interesses públicos e podem lhes aplicar as sanções apropriadas, de tal modo que os políticos que atuarem a favor dos interesses dos cidadãos sejam reeleitos, e os que não o tenham feito percam as eleições: subentende que para isso os cidadãos obtenham tal conhecimento a transparência dos atos dos governos é a *sine qua non*.

Destaca-se que *sine qua non* significa ser uma ação cuja condição ou ingrediente é indispensável e essencial, ou seja, os atos da Transparência Pública são essenciais para uma boa Política Pública. Tal pensamento é compartilhado por O'Donnel (1991, p.32),

Quando este destaca a obrigação do governante de prestar contas dos seus atos, com necessária transparência para que a cidadania possa avaliar a sugestão e, questioná-los e até puni-los em caso de constatação de maneiras impróprias no cumprimento de suas responsabilidades, como um dos aspectos principais da *accountability*. Claro que a publicação de informações elaboradas pelos seus gestores, devendo, pois alcançar um nível de evidência tal que permita a sociedade julgar as ações dos seus gestores.

Destaca-se que *accountability* significa responsabilidade com ética. No Brasil dos dias atuais a ética está muito ausente. A busca pela transparência na Administração Pública deve se configurar em um valor a ser observado. Contudo, como leciona Nogueira (2001, p.14), “todo governo ou esquema de dominação prática, em algum grau, arte de esconder dos olhares do público, ou dos adversários”.

Segundo ele, a prática dessa “arte” não se dá necessariamente para ocultar atos ilícitos ou vergonhosos, mas para surpreender e não ser surpreendido. Assim, diante do exposto, pode-se afirmar que Transparência Pública e boa governança caminham juntos para uma gestão de qualidade. Somos vários países dentro de um mesmo Brasil, a quinta maior nação do mundo (IBGE) e ao mesmo tempo a nona nação mais desigual do planeta (PNUD).

Diante da magnitude dos gastos públicos, é essencial que haja especial cuidado com a governança para uma boa transparência. A distribuição de responsabilidade entre os diversos entes federados acaba por existir uma atuação coordenada, eficiente e articulada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios a fim de que as expectativas da sociedade sejam, de fato, atendidas. Para tal devemos:

- i) Escolher líderes competentes e procurar avaliar seus desempenhos;
- ii) Verificar se esses líderes estão atuando com ética e combate aos desvios de recursos públicos;
- iii) Estabelecer modelo de gestão da estratégia que assegure seu monitoramento e avaliação;
- iv) Estabelecer estratégias considerando as necessidades das partes interessadas;
- v) Estabelecer metas e delegar poder para alcançá-las;
- vi) Estabelecer mecanismo de coordenação de ações com outras organizações.

2.2 A importância da lei de acesso à informação

No Brasil, a CF de 1988 em seu artigo 5º, no inciso XXXIII prevê que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”, considerando este direito como relativo aos direitos e garantias fundamentais individuais e coletivas. Ainda na CF o artigo 216, parágrafo 2º prevê que “Cabem à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Embora a CF tenha garantido o direito de acesso à informação para sociedade brasileira desde 05 de outubro de 1988, percebe-se que houve um grande esforço para que esse direito não viesse a ser cumprido quando se observa a criação das legislações legitimando o sigilo de documentos públicos, causando um grande atraso no que se refere ao acesso à informação pública, pois o sigilo virou prioridade e transparência à exceção.

Desta maneira, o direito de acesso à informação pública é um direito humano fundamental, reconhecido pelo regime internacional de direitos humanos, inclusive pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, um tratado legalmente vinculante ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, e pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ratificada pelo Brasil em 15 de junho de 2005.

Após anos de mobilização popular, o Brasil pôde contar com uma LAI que favorece a aplicação dos princípios do direito à informação presentes na CF de 1988. O governo brasileiro regulamentou o acesso à informação através da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto-Lei Federal nº 7.724/2012. Esta Lei passou a entrar em vigor a partir de 16 de maio de 2012, desde então tem sido objeto de regulamentação em outros poderes da União, bem como nos estados e municípios (JARDIM, 2012, p.3).

Com a LAI em vigor, a transparência das informações torna-se fator primordial na Administração Pública, trazendo inúmeros benefícios para a sociedade, definindo as garantias do direito de acesso e os procedimentos aos pedidos de acesso. Um atributo de qualidade relacionado à facilidade do uso de algo. Mais especificamente, refere-se à rapidez com que os usuários podem aprender a usar alguma coisa, a eficiência deles ao usá-la, o quanto lembram daquilo, seu grau de propensão a erros e o quanto gostam de utilizá-la. Nielsen (1993, p.26) ainda complementa que,

Um bom sistema interativo deve proporcionar cinco vantagens aos seus usuários: *Facilidade de aprendizado*: o sistema deve ser o mais simples possível e de fácil aprendizagem para que o usuário tenha a possibilidade de, sem demora, conhecer o sistema e desenvolver suas atividades; *Eficiência de uso*: o sistema deve ser hábil o suficiente para permitir que o usuário, tendo aprendido a interagir com ele, atinja altos níveis de produtividade no desenvolvimento de suas atividades; *Facilidade de memorização*: aptidão do usuário de regressar ao sistema e realizar suas tarefas mesmo tendo estado sem fazer uso dele por um determinado tempo; *Baixa taxa de erros*: em um

sistema com poucos índices de erros, o usuário é capaz de realizar suas tarefas sem grandes problemas, recuperando erros, caso aconteçam; e, por fim, *Satisfação subjetiva*: o usuário acha agradável a interação com o sistema e se sente particularmente satisfeito com ele.

No que diz respeito aos Portais de Transparência, a LAI prevê que é dever do gestor público garantir que a informação seja acessível, ou seja, que não haja dificuldades para os interessados que queiram obter informação ou objeto de pedido de acesso. Dessa forma, é salutar que os órgãos e entidades públicas, ao divulgarem suas informações, seja na Internet ou em outros meios, tenham o cuidado de analisar se a informação disponibilizada é compreensível para qualquer tipo de público.

Na Revista do Arquivo Nacional intitulada *Acervo*, a consultora *Human Rights Watch*, (Martins 2011, p.233), enfatiza que: “O direito de acesso à informação é um direito humano fundamental para a vida em sociedades democráticas”. De acordo com a LAI é dever de todo órgão e entidade pública divulgar informações de interesse coletivo produzidas por ele ou que estejam sob sua guarda, independente de requerimentos. Para isso, o órgão público deve utilizar todos os instrumentos legítimos de que disponha, sendo obrigatória a divulgação das informações na Internet de forma objetiva, transparente, em linguagem de fácil compreensão e com acessibilidade para pessoas com deficiência.

A PMJP dispõe também do sistema eletrônico de informação ao cidadão (SIC) através do Portal da Transparência ou aplicativo Transparência JP (para *smartphones*), o cidadão também pode pedir informação. A acessibilidade possibilita que qualquer pessoa independente de suas capacidades físicas, motoras, perceptivas, culturais e sociais usufrua os benefícios de uma vida em sociedade, ou seja, a possibilidade de participar de atividades que incluam produtos, serviços e informações municipais, possuindo o mínimo de restrições possíveis.

No Brasil, a Lei nº 10.098 de 2000 estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A referida Lei define acessibilidade como: a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse contexto, é possível destacar e citar o Portal da Transparência, o qual é o meio de comunicação utilizado para facilitar o acesso à informação pública. O Portal visa assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, aumentando assim a transparência da gestão pública e permitindo que o cidadão acompanhe de maneira acessível todas as informações das ações da PMJP.

De acordo com o *site* oficial denominado Portal da Transparência, a primeira forma de interferência, as quais vários autores recusam inclusive nomear como forma de participação, por exemplo, a qualifica como forma de “controle social da administração”, mas não de participação popular, deve ser enquadrada como forma de Participação Subjetiva, relacionada à tutela dos interesses individuais dos agentes que

tomam parte da decisão administrativa, configurando situações comuns desde o advento do Estado Liberal de Direito; não realizam, de fato, participação popular.

A segunda, a Participação Cidadão em sentido escrito, diz respeito a um grau mais amplo de desenvolvimento político, pois refere-se às formas de participação objetiva, semidiretas ou diretas do povo na condução da função administrativa do Estado, segundo o Portal da Transparência. São exemplos: a participação do cidadão na composição do Conselho de Contribuintes; a denúncia de irregularidades ou do abuso de poder, mediante representação; a participação em conselhos deliberativos onde são debatidos temas de interesse geral, a participação em audiências públicas; a reclamação relativa à prestação dos serviços públicos, entre outras formas.

A LAI entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e tem como propósito regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no país. A LAI tem vários conceitos e princípios norteadores do direito fundamental de acesso à informação, bem como estabelece orientações gerais quanto aos procedimentos de acesso. Tais conceitos e princípios devem ser corretamente compreendidos pelos ocupantes de cargos e funções públicas, de forma a garantir a qualquer interessado o pleno exercício de direito constitucional de acesso à informação de seu interesse participar ou de interesse coletivo ou geral.

A LAI representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois define que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar acesso às informações públicas, isto é, aquelas não classificadas como sigilosas, conforme procedimento que observará as regras, prazos, instrumentos de controle e recursos previstos.

Conforme o Portal da Transparência Pública, o Decreto nº 7.724/2012 regulamenta a LAI. É importante destacar que esse Decreto abrange toda a Administração Pública, referindo-se somente ao Poder Executivo Federal. Com a aprovação da LAI, o Brasil garantiu ao cidadão o acesso amplo a qualquer documento ou informação produzida ou custodiada pelo Estado que não tenham caráter pessoal e não estejam protegidos por sigilo. De cumprimento obrigatório para todos os entes governamentais, essa Lei produz grandes impactos na gestão pública e exigirá, para a sua efetiva implementação, a adoção de uma série de medidas.

2.3 Principais ferramentas de controle social no âmbito municipal

A transparência estimula a participação social e a informação divulgada aproxima a sociedade da gestão exercida por seus representantes. Um ponto importante a ser trabalhado para alcançar uma participação maior na sociedade nas questões governamentais consistente no ensino das crianças, adolescentes e jovens sobre a importância de se exigir transparência dos dados públicos e a busca por espaço nos instrumentos de participação.

A Lei da Transparência Pública atenderá seus objetivos, na medida em que o cidadão tiver à consciência do seu papel primordial na busca e no acompanhamento da informação. É preciso o cidadão estar muito atento, de olho vivo nos recursos públicos.

É um absurdo o desvio de dinheiro público nas áreas de educação, saúde, obras públicas, etc. Infelizmente, os principais órgãos públicos brasileiros descumprem a LAI em todo o país.

O índice demonstra a constância e a completude que a PMJP mantém em todos os itens avaliados. Segundo o Secretário de Transparência Pública (SETRASNP), da PMJP, Ubiratan Pereira, “estamos no pódio dos municípios que melhor disponibilizam as informações”. De acordo com o *site* da PMJP suas principais ferramentas de controle social são:

- i) Conselhos de Política Pública - O Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção é formado por membros do governo municipal e sociedade civil, paritariamente, com o objetivo de debater e sugerir medidas para aperfeiçoar o controle da Transparência na Administração Pública municipal, combatendo a corrupção e impunidade;
- ii) Orçamento Participativo (OP) - É um canal de interlocução do governo municipal com a sociedade para definir as prioridades de investimentos em obras, ações e serviços que serão realizados a cada ano com recursos públicos do orçamento municipal. Para facilitar o diálogo com a população o OP divide a cidade em 14 regiões de participação popular e conta, ainda, com outras ferramentas;
- iii) Plano Plurianual Participativo (PPA Participativo) - Através da realização de fóruns temáticos e do Congresso Municipal do Orçamento;
- iv) OP Criança e Adolescentes (OPCA) - Estudantes das escolas municipais de João Pessoa elaboram e votam propostas para garantir uma melhoria na qualidade do ambiente escolar e da comunidade;
- v) OP Online - A população tem a possibilidade de escolher três prioridades para cidade por meio da internet;
- vi) Ouvidoria Municipal - Através de Ouvidoria, a população e os servidores da PMJP podem fazer suas reclamações, denúncias, sugestões e elogios sobre as atitudes administrativas do governo municipal. O órgão recebe, trata e acompanha as demandas da população até sua resolução final. A Ouvidoria Geral, Ouvidoria Setorial da Saúde, Ouvidoria Setorial da Educação, Ouvidoria Setorial da SEMOB, Ouvidoria Setorial da EMLUR, e os correspondentes nas demais unidades de serviço;
- vii) Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) - Por meio do SIC, qualquer cidadão pode solicitar informações públicas pelo governo municipal. Para isso, basta preencher um formulário com seus dados pessoais e acompanhar o andamento de sua demanda. Pode ser presencial e pelo sistema eletrônico;
- viii) Controladoria Geral do Município (CGM) - Tem a missão de zelar pelo controle e pela correta aplicação dos recursos públicos. Atua preventivamente no combate à corrupção e a improbidade administrativa. Acompanha e fiscaliza a execução orçamentária e financeira de todas as Secretarias Municipais, faz análises e emite pareceres sobre a legalidade dos atos dos administradores municipais;
- ix) Portal da Transparência - É um espaço onde a população tem acesso às informações sobre despesas, receitas, editais, licitações e obras do governo. Caso não encontre a informações que necessita, o cidadão pode solicitar através do SIC;
- x) Processos Administrativos - Ferramenta que o cidadão e/ou servidor dispõe para ter acesso a assuntos inerentes à sua vida profissional e/ou pessoal. Podemos dar entrada na Divisão de Protocolo através de formulário próprio. Após todos os

levantamentos/instruções, análise e parecer jurídico. A decisão é publicada no Semanário Oficial da PMJP.

2.4 Portal da Transparência Pública da Prefeitura de João Pessoa

A LAI foi pioneira na consolidação do fortalecimento da Transparência Pública. Desde então, a PMJP tem sido destaque sucessivo em rankings nacionais e estaduais de avaliação na transparência, seja pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), seja por instituições nacionais, por exemplo, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O acesso à informação sobre a Administração Pública é considerado um direito em vários países – o cidadão precisa e deve ser informado para onde e como são investidos os recursos públicos oriundos dos seus tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria). Fornecer tais informações são provas de uma gestão eficiente e moderna.

O portal da transparência municipal disponibiliza dados e informações com detalhamento de receitas, acompanhamento de despesas, licitações e contratos, orçamento, convênios e transferências, semanários e prestação de contas. No *site* interativo, os cidadãos encontram o SIC, canal que pode ser utilizado para solicitar e receber informações, como também o Sistema de Ouvidorias do Município (e-OUV).

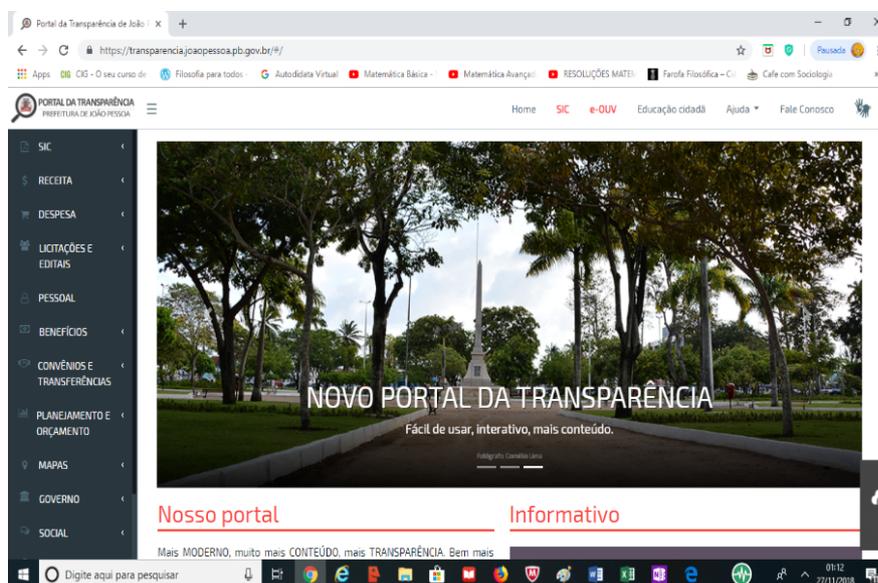
Recentemente, o Portal da Transparência Pública da PMJP está de layout novo. Segundo o *site* do Portal da Transparência ficou mais moderno, apresentando mais conteúdo, e maior nível de transparência. Bem mais simples de consultar, filtrar e fazer download dos arquivos. Diversos serviços em um só lugar. Um Portal muito à frente do seu tempo trazendo informações relevantes para que todo cidadão tenha acesso e possa contribuir com o controle social. A PMJP sai na frente mais uma vez inovando e se consolidando como referência em Transparência Pública no Brasil.

O Portal da Transparência Pública a nível municipal divulga as receitas e as despesas municipais, os serviços públicos municipais oferecidos à população, a competitividade econômica e a sustentabilidade financeira do município.

O Portal da Transparência Pública Municipal é uma ferramenta pública onde todos os dados, as estatísticas e as informações públicas estão à disposição dos cidadãos pelo site do Portal local.

O conteúdo do portal do município de João Pessoa está estruturado em Menu superior, bloco de acesso rápido e recursos extra do portal. A figura a seguir mostrará a visualização inicial do portal, logo depois as indicações da estrutura:

Figura 1: Página Inicial do Portal da Transparência PMJP



Fonte: PMJP, 2018.

O Menu Superior, como é possível observar na figura acima está dividido em:

- i) Home;
- ii) SIC;
- iii) e-OUV;
- iv) Educação Cidadã;
- v) Ajuda;
- vi) Fale conosco.

O Bloco de Acesso Rápido está dividido em:

- i) SIC;
- ii) Receita;
- iii) Despesa;
- iv) Licitações e Editais;
- v) Pessoal;
- vi) Benefícios;
- vii) Convênios e Transparências;
- viii) Planejamento e Orçamento;
- ix) Mapas;
- x) Governo;
- xi) Social;
- xii) Acessibilidade;
- xiii) Dados abertos.

No Portal o cidadão pode encontrar informações sobre a Gestão Municipal de João Pessoa. De acordo com uma observação analítica realizada no Portal da Transparência foi possível perceber que o portal reestruturado para atender melhor às suas necessidades, mantendo suas antigas funcionalidades e informações.

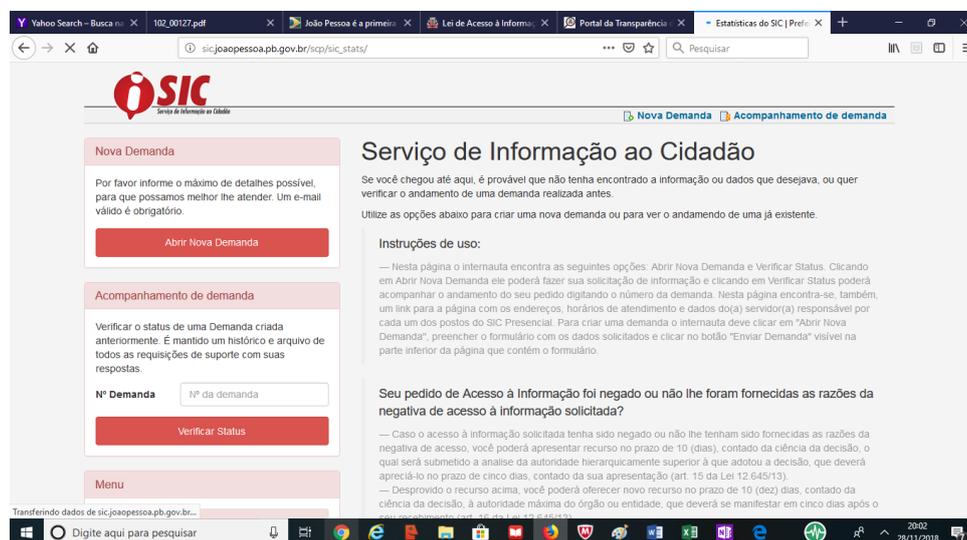
O cidadão também pode verificar Despesas, Receitas, Editais e Licitações, Despesas com Pessoal. Foi possível observar também melhorias e novas informações. Informações sobre as Unidades de Saúde, Unidades de Educação e outros Mapas, Beneficiários do Bolsa Família e Acessibilidade em Libras.

Além de contar com uma nova interface para facilitar a sua navegação, o cidadão pode acessar de qualquer lugar e de qualquer dispositivo. Todas essas medidas foram tomadas pela gestão pública objetivando maior transparência e nível de justiça social aos cidadãos da capital paraibana. E oferecer ao cidadão todo o poder para exercer a sua cidadania.

O Portal da Transparência de João Pessoa é fácil de usar, muito interativo e com muito mais conteúdo, possibilitando o melhor atendimento aos cidadãos em seu bairro exercer sua cidadania dignamente. João Pessoa tem 64 bairros e mais de 800 mil habitantes.

Atualmente, um dos sistemas mais acessado pelo cidadão no Portal da Transparência da PMJP é o SIC e o e-OUV. A figura 2, a seguir, mostrará o SIC no município de João Pessoa:

Figura 2: Página do SIC



Fonte: PMJP, 2018.

O SIC resume a informação com ou sem pedidos de documentos. Segundo Portal da Transparência Pública da PMJP (2018), “Os dados do SIC do ano de 2018 até o mês de outubro mostram um índice de resposta de 100%, ou seja, absolutamente todas as solicitações dos cidadãos foram respondidas”. Tanto a Lei Municipal quanto a Federal

estabelecem que a resposta à solicitação de informação deve ser dada de imediato, se houver a possibilidade, e abre prazo para 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogada por mais 10 (dez) dias, caso haja necessidade.

Até o momento, durante o ano de 2018, o sistema recebeu 775 demandas que foram atendidas em um média de 6,44 dias. Em 2017, a média foi de 6,94 dias. “Tivemos 123 demandas respondidas no mesmo dia e 370 em até cinco dias. O número de respostas dadas no mesmo dia subiu 34% durante o ano”, segundo a SETRANSP.

A LAI é um direito do cidadão no município em todo o Brasil e ela cuida da cidade e dos seus cidadãos, e sobretudo, na transparência nas contratações temporárias da prefeitura municipal. A LAI se preocupa muito com o dinheiro público e que a transparência pública saia do papel. A figura 3, a seguir, mostrará os quantitativos de demandas criadas e respondidas por Secretarias:

Figura 3: Página do Relatório estatística de 2017 - PMJP.

Órgão	Criadas	Abertas	Com Interação	Abertas 20	Abertas 30	Fechadas	Respondidas	Respondidas em até 20 dias	Respondidas em até 30 dias	Respondidas em mais de 30 dias	Sem Resposta	Índice de Resposta	Recursos	Tempo médio geral (dias)	Avaliadas
SEAD	40	0	0	0	0	40	40	33	7	0	0	100,00%	5	10,53	14
LGBT	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	100,00%	0	8	1
SECOM	9	0	0	0	0	9	9	9	0	0	0	100,00%	0	5,33	7
CGM	32	0	0	0	0	32	32	30	2	0	0	100,00%	2	6,13	14
Defesa Civil	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	100,00%	0	4	4
SEDES	19	0	0	0	0	19	19	18	1	0	0	100,00%	0	6,11	4
SEDURB	31	0	0	0	0	31	31	31	0	0	0	100,00%	2	5,65	11
SEDEC	62	0	0	0	0	62	62	62	0	0	0	100,00%	1	1,61	14
EMLUR	14	0	0	0	0	14	14	12	2	0	0	100,00%	1	10,43	4
SETIN	10	0	0	0	0	10	10	8	4	0	0	100,00%	0	10,3	4
FLUNJOPE	6	0	0	0	0	6	6	6	0	0	0	100,00%	0	3,67	2
GAPRE	4	0	0	0	0	4	4	3	1	0	0	100,00%	0	16,5	1
SEGAP	6	0	0	0	0	6	6	6	0	0	0	100,00%	0	2,17	1
SEMHAB	30	0	0	0	0	30	30	28	2	0	0	100,00%	0	8,57	2
SEINFRA	31	1	0	1	0	30	30	28	1	1	0	100,00%	4	8,73	4
IPM	6	0	0	0	0	6	6	6	0	0	0	100,00%	0	4,83	2
SEMAM	23	0	0	0	0	23	23	22	2	0	0	100,00%	1	9,17	1
SEMOB	150	1	0	1	0	149	149	113	59	0	0	100,00%	27	11,92	75
OP	4	0	0	0	0	4	4	2	2	0	0	100,00%	0	18	4
CGM	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	100,00%	0	3	4
SEPLAN	47	1	0	1	0	46	46	42	4	0	0	100,00%	1	10,07	11
SEPPM	6	0	0	0	0	6	6	6	0	0	0	100,00%	0	3,33	4
PROCON	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	100,00%	0	28	1
PROSEM	9	0	0	0	0	9	9	8	0	1	0	100,00%	0	10,22	2
SEREM	119	0	0	0	0	119	119	115	6	0	1	100,00%	1	5,17	28
SAUDE	56	0	0	0	0	56	56	46	8	2	0	100,00%	2	11,55	25
SEMUSB	5	0	0	0	0	5	5	5	0	0	0	100,00%	0	7,2	5
SETRAB	20	0	0	0	0	20	20	20	1	0	0	100,00%	0	6,15	2
SETRANSP	165	0	0	0	0	165	165	163	2	0	0	100,00%	2	2,56	51
SETUR	3	0	0	0	0	3	3	3	0	0	0	100,00%	0	3,67	4
TOTALS	911	3	0	3	0	908	908	828	105	5	0	100,00%	49	7,23	301

Fonte: PMJP, 2018.

João Pessoa foi à segunda cidade nordestina a criar sua própria lei de transparência e, a cada ano, os instrumentos vêm sendo aperfeiçoados para garantir que todos os cidadãos tenham seus questionamentos e demandas atendidas.

E para melhor atender o público a PMJP foi a primeira capital nordestina aderir ao e-Ouv Municípios. O e-OUV Municípios está disponível por meio da adesão ao Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Profort) e oferece benefícios tanto para a sociedade como para a administração pública municipal. Segundo o superintendente da Controladoria Geral da União (CGU) na Paraíba, Gabriel Aragão, “Parabenizo a iniciativa da ouvidoria da capital por buscar melhorar o atendimento ao cidadão e me coloco à disposição para orientação e adaptação sobre o uso do sistema”.

Segundo a entrevista ao Portal da CGU, Benilton Lucena, ouvidor-geral da Prefeitura de João Pessoa, afirmou que “A iniciativa da CGU traz um importante apoio

aos municípios, por disponibilizar uma ferramenta informatizada própria para as ouvidorias, gratuita e sem necessidade de instalação de software nos servidores e computadores da prefeitura”.

De acordo com o ouvidor-geral, o e-OUV Municípios contribuirá para qualificar o gerenciamento das manifestações recebidas, pois “o demandante poderá acompanhar de maneira mais simples todas as informações sobre os processos”.

A figura 3, a seguir, mostrará o Sistema e-OUV implantado no Portal da Transparência Pública de João Pessoa:

Figura 4: Página do Sistema e-OUV.



Fonte: PMJP, 2018.

O sistema é de grande importância para a Transparência Pública, foi lançado no dia 04 de setembro de 2017. O e-OUV Municípios é uma evolução do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV). Atualmente, a ferramenta é responsável por atender quase 50% de todas as 313 ouvidorias federais, e já vinha sendo cedido a estados e municípios por meio da cessão do seu código fonte.

O projeto visa fomentar as ouvidorias em todo o país e atende ao disposto na Portaria Interministerial nº 424/2016, de dezembro de 2016, que estabeleceu para órgãos e entidades públicas que recebam recursos federais por meio de transferência voluntária, a exemplo dos convênios, a obrigação de manter um canal de comunicação efetivo para registro de solicitações, elogios, sugestões, reclamações e denúncias.

3 Metodologia

3.1 Definição da pesquisa quanto aos seus objetivos

Os objetivos do referido estudo foram expostos de forma, onde a prioridade é fazer o levantamento de dados e, posteriormente, sejam analisados e interpretados no intuito de obter respostas satisfatórias. Com base em Gil (2002, p.41): “ A pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com pessoas o problema. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.139): “ A pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. De característica básica, a pesquisa a ser apresentada tem o intuito de expandir o conhecimento adquirido, colaborando na formação de uma gestão mais equilibrada e eficiente, independentemente de sua aplicação no âmbito municipal.

3.1.1 Definição da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos

Os procedimentos técnicos do estudo caracterizam-se como sendo de pesquisa bibliográfica e investigação documental. No caso do levantamento bibliográfico, este é baseado em livros, *sites* e monografias publicadas, nos quais possuem informações relacionadas ao assunto. Conforme Vergara (2010), “o estudo bibliográfico é um estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais que pode ser acessado pelo público em geral”.

Na investigação documental foram pesquisados e analisados relatórios e registros internos na Secretaria de Transparência Pública (SETRANSP) a fim de coletar informações que servem como norteadores do estudo. Conforme Vergara (2010), “a investigação documental é realizada em documentos conservados no interior das empresas, órgãos públicos e privados de qualquer natureza, sendo registros, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais ou até vídeos”.

4 Considerações Finais

A LAI propiciou maiores condições para que as políticas públicas possam ser implementadas, e que assim seja possível proporcionar o direito no âmbito do Estado brasileiro. Contudo, a legislação é um aspecto ainda insuficiente em alguns sentidos para a garantia absoluta desses direitos.

A pesquisa bibliográfica e documental ora realizada induz pensar que grandes avanços seriam alcançados por meio de uma mudança cultural. Para a implementação de tais medidas é preciso observar as questões relativas à burocracia, e assim alterar aspectos relevantes a exemplo da capacitação dos servidores, processos estratégicos

para tomada de decisões, o estabelecimento de metas, determinações de recursos entre outros.

O acesso às informações de órgãos públicos enfrenta um grau de desconhecimento por parte da gestão, e a nova Lei tem ajudado para alterar esse cenário de modo a torná-lo mais transparente. De forma que a concretização desse ordenamento depende também do desempenho da gestão pública, que deve mover os interesses coletivos por meio das condições e pelo contexto político em que está inserida.

Considerando a importância dos direitos e deveres do cidadão, bem como a inclusão social dos mesmos no que se refere ao acesso à informação da Administração Pública, a LAI veio de modo significativo para contribuir de maneira importante, garantindo o direito de acesso à informação previsto desde 1988 na CF fosse finalmente algo visível e disponível.

Desde então, o Portal da Transparência trouxe o direito de ser disponível todas as informações fazendo uma ligação entre a sociedade e a Administração Pública, tornando a informação possível ao cidadão que precisa e deve ser informado para onde e como são investidos os recursos públicos escassos oriundos dos seus tributos.

A gama de informações que o cidadão pode solicitar é muito ampla. Ele pode desde acompanhar a aplicação de recursos públicos em projetos específicos, como também, informações gerais no funcionamento do órgão sobre as suas atribuições, portanto, é preciso salientar que existe exceções em algumas informações, são informações relativas geralmente aos assuntos de Estado, que coloquem em risco a segurança do próprio país.

A partir das ponderações realizadas no decorrer desse artigo, consideramos que o Portal da Transparência é de grande importância para PMJP. Visto que o Portal é muito bem estruturado e o seu objetivo principal é realmente disponibilizar informações de maneira que o cidadão seja capaz de entender de forma clara e direta.

Espera-se que esse artigo, primeiro contato mais profundo com o tema, sirva para novas imersões de pesquisa e possa dar origem a outras pesquisas. Além disso, também se corrobora como um novo instrumento de estudo para novos pesquisadores que possam a se interessar pela temática a nível municipal, estadual e federal.

Referências

ACERVO. **Revista do Arquivo Nacional**. Vol. 24 n. 01 jan./jun. 2011.

ANGÉLICO, Fabiano. **Coleção para Entender Direito Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <www.paraentenderdireito.com.br/livro.php?id:25>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

AYRES BRITO, Carlos. **Distinção entre Controle Social do Poder e Participação popular**, In: Revista de Direito Administrativo (RDA), Rio de Janeiro, nº 189, pp.114-122, jul./set., 1992.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 de junho de 2018.

CGU. **Transparência e Controladoria Geral da União**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/09/joao-pessoa-e-a-primeira-capital-a-aderir-ao-e-ouv-municipios>. Acesso em: 28 de novembro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

JOÃO PESSOA. **Lei 10.429/2005**. Estrutura administrativa da Prefeitura do Município de João Pessoa. Disponível em: http://www.jpmpj.pb.gov.br/site/wpcontent/uploads/PDF/Legislação/Municipal/Lei_Municipal_10.429.pdf. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: SENAC, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa?** *Novos Estudos*, n. 31. 1991.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2018/7/116967-prefeitura-de-joao-pessoa-lanca-novo-portal-da-transparencia-nesta-segunda-23>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Lei 12.645/2013**. Lei Municipal de Acesso à Informação. Disponível em: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/leis-sobre-transparencia>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

PRZEWORSKI, Adam. **Sobre o desenho do Estado**: uma perspectiva agente principal em Reforma do Estado e Administração Pública gerencial. Luiz Carlos Bresser Pereira & Peter Spink (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VEGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Capítulo VI

A importância das certificações financeiras para gestores de investimentos no Brasil

*Leandro Santos de Lima⁶
Paulo Galvão Júnior*

*Aprender significa crescer.
A pessoa que busca aprender
está em constante crescimento.
Abílio Diniz*

1 Introdução

O presente artigo trata da qualificação profissional financeira e pretende demonstrar a importância das certificações financeiras para cargo de gestor de investimentos no Brasil. Cargo este que vem recebendo grande destaque nacional e internacional no mercado financeiro, apesar de existir há anos, havia um descontrole nas indicações de investimentos entre profissionais da área, surgindo à necessidade de uma qualificação para esses profissionais.

Atualmente, são necessárias certificações específicas para os gestores de investimentos que atuam no mercado financeiro dentro das áreas de interesse e atribuições cabíveis para cada certificação.

No Brasil, país que ocupava a nona colocação na economia mundial, segundo os dados de 2017 do Fundo Monetário Internacional (FMI), no tocante a maior entidade em relação às certificações do mercado financeiro existe à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), ela tem como objetivo informar, representar, autorregular e educar o mercado financeiro e de capitais no País.

São participantes deste mercado, bancos, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que desejam se filiar a entidade. Para isto, devem seguir 12 (doze) códigos de autorregulação, dentre eles o Programa de Certificação Continuada.

O Programa de Certificação Continuada procura elevar o nível de conhecimento dos profissionais que atuam no mercado, principalmente aqueles que possuem contato diretamente com produtos de investimento e/ou investidores, é baseado no contexto

⁶Graduado em Administração pelo IESP Faculdades (2018). E-mail: leandrosantosadmvalor@gmail.com

onde o profissional está inserido, assim como: cenário macroeconômico, entendimento de mercado econômico, entre diversos outros temas.

As certificações ANBIMA possuem objetivos diversos para públicos e perfis diferentes, sendo estas disponíveis no mercado financeiro como: Certificação Profissional ANBIMA - Série 10 (CPA-10), Certificação Profissional ANBIMA - Série 20 (CPA-20), Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA (CEA) e Certificação de Gestores ANBIMA (CGA).

Por exigência do Banco Central do Brasil (BACEN), apenas as certificações CPA-10 e CPA-20 são obrigatórias para indicação sobre investimentos. CEA e CGA são ideais para os gestores que querem se especializar no mercado.

Este artigo engloba as certificações CEA e CGA, focaremos ainda na certificação de nível internacional *Certified Financial Planner* (CFP), que são exames de conhecimentos específicos da área financeira e no setor bancário, na língua inglesa, que tem por objetivo certificar profissionais para atuarem nas vendas e gestão de produtos de investimento ou na manutenção de carteiras nos segmentos varejo de alta renda, *private banking*, *corporate* e investidores institucionais.

Tomando como base uma população que não está habituada a lidar adequadamente com seus investimentos, é de fundamental importância que os gestores se atentem ao mercado financeiro para reverter este quadro. Diante do exposto, busca-se responder a seguinte questão: *Qual a importância da certificação financeira para os gestores de investimento no Brasil?*

Desta forma este trabalho busca identificar a importância da qualificação financeira dos gestores que atuam diretamente com o setor de investimentos, para que estejam devidamente qualificados, pois quando um investidor for aplicar seu capital, ele levará em consideração um gestor que seja qualificado e preparado para escolher o melhor investimento para o seu perfil (Conservador, Moderado, Arrojado ou Agressivo), podendo realizar essa tarefa através da Análise de Perfil do Investidor (API), assim, reduzindo os riscos e executando uma análise de investimento para que não decida por ações equivocadas que possam prejudicar o futuro do mesmo.

O objetivo geral desse artigo é identificar a importância das certificações financeiras para gestores de investimentos no Brasil. Sendo seus objetivos específicos: descrever o porquê dessa necessidade da qualificação profissional; verificar a importância de cada certificação do mercado financeiro; e identificar as oportunidades para os gestores que já têm essas certificações.

O presente trabalho nessa primeira seção apresentou a introdução. Na segunda seção trata do referencial teórico. A seção seguinte aborda o procedimento metodológico. E na última e quarta seção trata das considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Sistema Financeiro Nacional

De acordo com Cavalcante (2002), o Sistema Financeiro Nacional é um conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilitam a transferência de recursos dos ofertadores finais aos tomadores finais, e criam condições para que os títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado. Isto é o Sistema Financeiro Nacional (SFN) pode ser compreendido como sendo o intermediador de transferência de recursos entre superavitário (pessoas com recursos) para o deficitário (pessoas sem recursos) através das instituições financeiras.

O SFN tem como objetivo regulamentar, fiscalizar e executar as operações relacionadas à gestão da moeda e do crédito, e é orientado por três órgãos normativos: Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB). De acordo com Assaf Neto (2012), o Sistema Financeiro Nacional pode ser dividido em duas partes distintas: subsistema de supervisão e subsistema operativo.

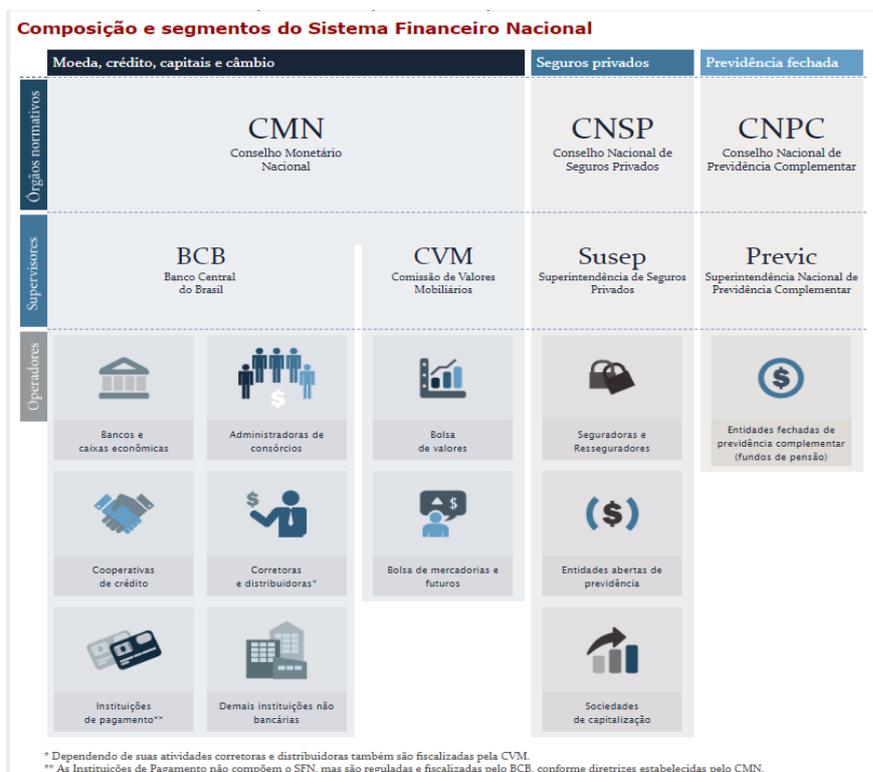
De acordo com a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o mercado financeiro é por definição um ambiente de compra e venda de valores mobiliários (ações, opções, títulos), câmbio (moedas estrangeiras) e mercadorias (ouro, minério de ferro, produtos agrícolas). As negociações são realizadas através de diversas instituições, que facilitam o encontro entre os agentes que regulam e fiscalizam as transações.

Para Bodie (2015), os mercados financeiros são extremamente competitivos. Milhares de analistas bem preparados constantemente buscam os mercados de títulos à procura das melhores oportunidades de compra.

Conforme apurado pelo BACEN, a economia brasileira tirou grande proveito da política anti-inflacionária a partir do segundo semestre de 1994, devido à implantação do Plano Real, que ocasionou a estabilidade da inflação que outrora se encontrava em colapso desde a década de 60. Assim, acentuou-se o processo de reordenamento da economia brasileira. Para o economista Paulo Sandroni (2008, p.777), no Brasil, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é:

Conjunto de instituições financeiras voltadas para a gestão da política monetária do governo, sob a orientação do Conselho Monetário Nacional (CMN). Abrange, além do CMN, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e bancos regionais de desenvolvimento, (...), sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, cooperativas habitacionais, Caixa Econômica Federal e as estaduais, Bolsas de Valores, fundos de investimentos, sociedades financeiras de crédito e financiamento, distribuidoras de valores e corretoras.

Figura 1: Composição e segmento do Sistema Nacional Financeiro



Fonte: BACEN.

Como é possível observar o SFN no Brasil é formado por um conjunto de instituições, financeiras ou não, voltadas para a gestão da política monetária do Governo Federal. O BACEN propõe uma subdivisão do Sistema Financeiro Nacional em 3 (três) níveis: órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores financeiros.

2.1.1 Subsistema de Supervisão

Conforme Assaf Neto (2012), o subsistema de supervisão se responsabiliza por fazer regras para que se definam parâmetros para transferência de recursos entre uma parte e outra, além de supervisionar o funcionamento de instituições que façam atividade de intermediação monetária.

O subsistema de supervisão é formado pelo Banco Central do Brasil (BCB, BC ou BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Brasil Resseguros (IRB), Conselho de Gestão da Previdência Complementar e Secretaria de Previdência Complementar (PREVIC).

2.1.2 Subsistema Operativo

Segundo Assaf Neto (2012), subsistema operativo, também chamado de intermediação, é composto por todas as demais instituições financeiras, monetárias ou não, oficiais ou não, como também demais instituições auxiliares, responsáveis, entre outras atribuições, pelas intermediações de recursos entre poupadores e tomadores ou pela prestação de serviços.

2.2 Gestores de Investimento

De acordo com Bodie (2015), “o profissional precisa enunciar o plano financeiro e manter a par dos resultados”. Ainda, conforme Bodie (2015), “a gestão profissional de grandes carteiras é dificultada ainda mais pela necessidade de estabelecer uma organização eficiente em que as decisões possam ser descentralizadas e as informações apropriadamente disseminadas”.

A gestão da carteira permite a diversificação de ativos bem como de risco, levando a maior tranquilidade ao investidor e menor volatilidade do capital, a gestão de investimentos tem inserido uma relação clara entre risco e retorno.

Os gestores de investimento são profissionais que enfrentam duas grandes dificuldades na carreira: a primeira, a de fazer com que o seu cliente expresse seus objetivos e restrições, exigindo por parte do mesmo uma considerável habilidade. E a segunda, gerenciar a carteira de terceiros, que necessita de bastante *know-how*, diante das taxas e despesas que os planejadores e gestores de investimento profissionais atribuem a seus trabalhos, logo será visto que não compensa o tempo e a energia que será desperdiçada na gestão de sua carteira. E por fim, deverá reconhecer acima de tudo a provável diferença existente nos resultados dos investimentos da carteira gerenciada por um profissional devidamente certificado (BODIE, 2015).

Conforme Gaslene (1999), sabendo que, situações que envolvem recursos de investidores que normalmente não têm conhecimento sobre rendimentos e risco de mercado, para reverter esta situação de uma possível perda, faz-se o presente trabalho, identificar a importância dos gestores qualificados na economia brasileira.

Diante do exposto, é possível observar que o mercado financeiro tem uma indiscutível complexidade, devido a sua variedade de produtos de investimentos que são divididos em renda fixa e variável. Os investimentos de renda fixa, que normalmente são recomendados para investidores que não pretendem se arriscar muito, os chamados conservadores, sendo eles: Poupança, Títulos públicos (Tesouro Direto), Certificados de Depósito Bancário (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e para os investidores de perfil moderado são: Fundos de Renda Fixa e Debêntures. Já, os investimentos de renda variável, tem um risco mais elevado sendo indicado para o perfil arrojado como: ações, fundos de renda variável (fundo de ações, multimercado e outros), quotas ou quinhões de capital, Commodities (ouro, moeda e outros), derivativos (contratos negociados nas Bolsas de valores, de mercadorias, de

futuros e assemelhadas), e imóveis (Fundo de Investimento Imobiliário, especulação e retorno de aluguéis).

Todo investimento necessita de uma decisão e essa decisão financeira comporta um risco e um retorno. Existem inúmeros elementos que possibilitam a desatualização das previsões que serviram como base anteriormente em uma decisão; um erro de avaliação do mercado pode transformar um sucesso esperado em um estrondoso fracasso (GASLENE, 1999).

Com tudo, fica nítido que é impossível escapar do risco ao investir, mesmo que seja menor que 1%, existirá a todo o momento, a probabilidade de perda ou ganho dirigir-se ao entendimento do gestor sobre os investimentos, e a necessidade dos seus clientes. Em conformidade a Gaslene (1999), neste caso, se houver um profissional que não seja qualificado, e o investimento não for analisado de forma correta, poderá levar a sua aplicação a ruínas, com perdas significativas de recursos, o tempo e dinheiro despendidos acarretar em prejuízos inesperados.

Diante do exposto, é possível formular a hipótese de que a qualificação financeira, no setor de investimentos, pode contribuir para uma relação equilibrada com o dinheiro, proporcionando aos investidores maiores chances de adquirir produtos com rendimentos com menor risco, consciente no que tange às suas finanças e aliada à educação de qualidade.

2.2.1 Oportunidade no Mercado de Financeiro

A escolha de bons gestores tem sido cada vez mais valorizada no mercado financeiro, devido à crescente necessidade de inovação na área. As empresas estão pagando muito bem os profissionais que atuam com investimentos em mercado de capitais, avaliações financeiras e mesas de operação. Os requisitos ideais para grandes empresas são graduação nas áreas de economia, matemática, contabilidade ou administração de empresas, dominar algum idioma estrangeiro, de preferência o inglês ou espanhol e ter algum curso de especialização na área de planejamento financeiro ou marketing financeiro.

Vejamos as oportunidades do mercado financeiro de acordo com as especificações de cada certificação. Gestores com certificação CPA-10 podem atuar como gerente de agência bancária, gerente de relacionamento PF (pessoa física) ou PJ (pessoa jurídica), assistente de relacionamento PF ou PJ, gerente de negócios PF ou PJ e gerente de produtos, gerente comercial. Por força da resolução CMN 3158/2005, a certificação é obrigatória para todos os operadores que lidam diretamente com produtos de investimento.

A CPA-20 também tem ótimas oportunidades além dos cargos citados da CPA-10, podendo realizar a manutenção de carteiras de investimentos no segmento de varejo da alta renda, gerente de relacionamento *private banking*, gerente de relacionamento *corporate banking* ou para gerente de relacionamento investidores qualificados. Os gerentes com a certificação CGA são específicas para gerentes de investimentos de instituições filiadas à ANBIMA, como exemplo a Onix Investimentos, MTZ Capital, *Legacy*

Capital, *Smart* Agro Investimentos, Versa Gestora de Recursos, *Lifetime* Gestora de Recursos, VL Gestora de Recursos, Paramis BR Investimentos e Magnetis Gestora de Recursos.

Já os gestores com a certificação CEA são específicas para consultores ou analistas de investimentos que atuam em agências bancárias ou plataformas de atendimento ao cliente, que dão assessoria em investimentos aos gerentes de contas de aplicadores pessoa física, podendo indicar produtos de investimento. E os gestores com a certificação CFP são ideais para gestores financeiros que querem atua com gerente de relacionamento *private bankers*, planejador financeiro e gerentes de relacionamento que auxiliam os clientes de alta renda.

No mercado financeiro tem diversas profissões e isso é bom, pois cada profissional pode se especializar na função que deseja desempenhar. As certificações indicam o nível de qualificação que o profissional tem. Para investidor, é importante sempre ficar de olho no nível de quem está te auxiliando ou mesmo aplicando o seu dinheiro.

2.3 Qualificação Profissional Financeira

Conforme Moraes e Neto (2005), no Brasil, o quinto mais extenso país do planeta (IBGE), existe duas formas de certificação, estruturadas de acordo com os conceituados propósitos, público-alvo e grupos de interesse que as orientam. Primeiramente, existe a certificação regulamentada do ensino de diferentes níveis: fundamental, médio e superior, incluindo o ensino técnico, e secundamente, a certificação e formação profissional ou qualificação profissional.

Compreendendo que o sistema de ensino escolar desempenha um papel fundamental na promoção do conhecimento social e científico, ou seja, a certificação regulamentada é fundamental para o desenvolvimento pessoal e não tanto profissional. Sendo assim, a necessidade da certificação de formação profissional, tratando-se essa mais específica para a função que o indivíduo pretende exercer. As medidas "alinhadas com as demandas do mercado de trabalho, interessadas no reconhecimento formal de competências adquiridas e acumuladas no exercício de trabalho, com a finalidade de aumentar a competitividade do sistema produtivo e/ou organizar e valorizar o mercado de trabalho" (ALEXIM; LOPES, 2003).

Portanto, a qualificação profissional deve ser vista como fator determinante para o futuro daqueles que estão buscando uma colocação no mercado de trabalho, por isto, é de suma importância aos que buscam manter a posição ocupada, alimentando chances reais de crescimento profissional. Segundo Moraes e Neto (2005), no Brasil, a sexta nação mais populosa do mundo (IBGE), o processo de certificação para fins escolares e profissionais foi impulsionado pelo aumento dos parâmetros de escolarização da população a partir da década de 1990. Também atuaram neste sentido, políticas de qualidade e produtividade exigidas por um novo ordenamento da economia global e, conseqüentemente, as mudanças técnico-organizacionais que afetam as relações de trabalho.

A Resolução CMN 3.057 (revogada pela resolução CMN 3.058) de 2002 do BACEN, estabeleceu condições específicas para a certificação de empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas. A resolução previa que no mínimo 25% estariam aptos até 2003, no mínimo 50% estariam aptos até o final de 2004, no mínimo 75% até o final de 2005, e 100% dos empregados que exercerem as atividades de distribuição e mediação de títulos, valores mobiliários e derivativos, deveriam ser considerados aptos em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica até o final de 2006.

O CMN também estendeu a certificação aos empregados das cooperativas de crédito e sobre a atuação dessas instituições na distribuição de cotas de fundos de investimento em agosto de 2005 (RESOLUÇÃO CMN 3.309).

2.3.1 As Certificações existentes no Mercado Financeiro

A ANBIMA e a Associação Brasileira de Planejadores Financeiros (PLANEJAR) são as maiores entidades quando o assunto é certificação no mercado financeiro no quinto maior país do planeta. As certificações ANBIMA completou 16 (dezesesseis) anos desde o seu lançamento (em novembro de 2002 a novembro de 2003), emitindo mais de 460 mil certificações, entre as provas da CPA-10, CPA-20, CEA e CGA. Conforme a ANBIMA (2017), as certificações foram elaboradas para aumentar o nível de conhecimento dos profissionais que atuam nos mercados financeiro e de capitais sobre os produtos de investimento.

Ainda, de acordo com a ANBIMA (2017), a ideia de certificar os profissionais do mercado financeiro no Brasil surgiu no ano de 2002, após ser percebido a falta de conhecimento específico sobre os produtos que eram oferecidos aos consumidores.

Em conformidade com a ANBIMA (2017), para que essa lacuna fosse suprida, foram realizados estudos no Estados Unidos da América (EUA), maior economia mundial, analisando as provas que qualificam os profissionais do mercado financeiro daquele país, e eram elaboradas pela *Finra (Financial Industry Regulatory Authority)*, entidade que atua na regulamentação do mercado financeiro no país. Sendo assim, constatado que os profissionais do mercado financeiro brasileiro precisavam de uma melhoria na formação, aliada ao fato de que outros mercados tinham encontrado modelos bem-sucedidos, assim, estimulando a criação do programa de certificações por meio de autorregulação.

Depois do lançamento das certificações CPA-10 e CPA-20, foi estipulado um prazo para que 100% dos profissionais do mercado financeiro até o fim do ano de 2006, data que foi posteriormente estendida para 2007 pela resolução CMN nº 3.158, de 17/12/2003, com a resolução em vigor, o modelo de certificações ANBIMA se destacou das demais instituições, tornando-se referência no mercado.

De acordo com o que foi instituído na Resolução de nº 3.158, de 17/12/2003, § 3º a partir de 1º de janeiro de 2008, somente poderão exercer as atividades mencionadas no caput os empregados que tenham sido considerados aptos para os efeitos desta resolução.

Em 2009, as áreas de Certificação e de Educação Continuada conquistaram o selo internacional de qualidade ISO 9001, que é a versão brasileira que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Dessa forma, fica atestado periodicamente que todos os processos seguem elevados padrões de qualidade e obtenção da ISO foi uma demanda para atestar a excelência das atividades. Com todos esses reconhecimentos os exames de certificação da ANBIMA cresceram e consolidaram a associação como principal instituição certificadora do mercado perante os profissionais, as instituições e os órgãos reguladores (ANBIMA, 2017).

Conforme a ANBIMA (2017), devido à qualidade das provas, desde junho de 2015, profissionais com CPA-20 (primeira prova da instituição) válida podem solicitar dispensa da prova para o PQO (Programa de Qualificação Operacional) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) que é a bolsa de valores oficial do Brasil, sediada na cidade de São Paulo, antiga BM&FBovespa, na área de conhecimento “Operações”, exclusivamente para assessores, e estão dispensados da renovação da certificação da bolsa que é o PQO.

De acordo com a ANBIMA (2017), as primeiras provas da certificação foram aplicadas em formato bastante diferente do atual. A primeira prova da CPA-20 foi realizada em novembro de 2002, sendo realizados 1.050 exames e a taxa de aprovação ficou em apenas 32%. No ano seguinte, foi aplicada a primeira prova da CPA-10, em novembro de 2003, sendo realizados 1.038 exames e a taxa de aprovação foi bastante satisfatória alcançando 98%.

Os exames mudaram com o passar dos anos para melhor refletir as necessidades do mercado. Nos primeiros cinco anos, as provas eram unicamente impressas. A transição para o formato digital deu início em 2006 tornando o exame mais acessível. Estabelecida como o único formato disponível em 2010, a prova computadorizada cortou custos e contribuiu para a expansão dos centros de teste pelo país.

Com os processos ganhando mais agilidade de forma geral: hoje, quem quer se certificar pode agendar a prova para qualquer dia útil (além de alguns sábados no Rio de Janeiro e em São Paulo). Até 2006, entretanto, os profissionais tinham apenas quatro chances por ano para fazer os testes (ANBIMA, 2017).

Conforme a ANBIMA (2017), durante 2015 e 2016, foi criado um grupo de trabalho de conteúdo para discutir a atualização dos programas detalhados dos exames CPA-10, CPA-20 e CEA. A proposta foi aproximar os programas ao cotidiano dos profissionais para que, ao estudarem para as provas, eles também se aprimorem para as atividades do dia a dia. Em relação às atualizações das certificações são realizadas a cada cinco anos para os profissionais que trabalham em instituições financeiras (chamados de “vinculados”) e de três anos para aqueles que não estão no mercado financeiro.

De acordo com a ANBIMA (2017), os profissionais têm a opção de renovar as certificações antes do vencimento por meio da prova de atualização, sejam nas provas de CPA-10, CPA-20, CGA e CEA.

2.3.2 Certificação Profissional ANBIMA - série 10 (CPA-10)

A prova de certificação CPA-10 não foi a primeira, pois a prova da CPA-20, que nasceu com o nome de Certificação Qualificada foi lançada primeiro (novembro de 2002). A CPA-10 se chamava Certificação Básica (novembro de 2003). Ambas mudaram de nome a partir dos exames de março de 2004. As justificativas para a alteração foi que a palavra “básica” não refletia a importância da qualificação e o uso das siglas “CPA-10” e “CPA-20” transmitia a ideia de níveis mais adequada à relevância dos exames.

A Certificação Profissional ANBIMA - Série 10 (CPA-10) é destinada aos profissionais que atuam principalmente dentro dos bancos, instituições financeiras e cooperativas de crédito, para atuar na prospecção ou venda de produtos de investimento diretamente junto ao investidor.

Desde seu primeiro ano (novembro de 2003) o certificado CPA-10 tem o maior número de profissionais entre as certificações nacionais com mais 300.000 aprovados no exame até o ano de 2016, segundo dados da ANBIMA.

A prova é composta por 50 (cinquenta) questões e tem o tempo de duração de 2 (duas) horas para ser realizada, é necessário acertar 70% (setenta por cento) das respostas para aprovação, a prova pode ser realizada em mais de 50 cidades do Brasil, em qualquer dia útil da semana (e até nos sábados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo).

O exame CPA-10 é extremamente técnico e são cobrados conhecimentos sobre: i) SFN; ii) Ética, regulamentação e análise do perfil do investidor; iii) Noções de Economia e Finanças; iv) Princípios de Investimento; v) Fundos de Investimento; vi) Instrumentos de Renda Fixa e Renda Variável; e vii) Previdência Complementar Aberta: PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). Devido sua credibilidade essa certificação é um grande diferencial para os profissionais no mercado de trabalho, principalmente para instituições financeiras.

2.3.3 Certificação Profissional ANBIMA - série 20 (CPA-20)

O CPA-20 foi a primeira prova de certificação profissional pela instituição ANBIMA, logo depois do lançamento do código de certificação que ocorreu em junho de 2002, a exame tinha o nome de Certificação Qualificada (novembro de 2002). A Certificação Profissional ANBIMA - série 20 (CPA-20) é destinada aos profissionais que atuam na distribuição de investimento para clientes dos segmentos varejo alta renda, *private banking*, *corporate* e investidores institucionais em agências bancárias ou plataformas de atendimento digital, ao obter o certificado CPA-20 o profissional automaticamente pode exercer as atividades abrangidas na certificação CPA-10, ou seja, não é necessário ter o CPA-10 para realizar a prova do CPA-20.

A prova é composta por 60 (sessenta) questões (sendo 10 questões a mais que o exame CPA-10) e tem o tempo de duração de 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos para ser realizada, é necessário apresentar um índice de acerto igual ou superior a 70% (setenta por cento) para ser aprovado, a prova por ser feita nas capitais e principais

idades. O exame CPA-20 é extremamente técnico e são cobrados conhecimentos sobre: i) SFN e participantes; ii) *Compliance* legal, ética e análise do perfil do investidor; iii) Princípios básicos de Economia e Finanças; iv) Fundos de Investimento; v) Instrumentos de Renda Fixa, Renda Variável e Derivativos; vi) Previdência Complementar Aberta: PGBL e VGBL; e vii) Mensuração e Gestão de Performance e Risco.

A atualização da CPA 20 é muito importante para o profissional que já é certificado. Segundo a ANBIMA, 30% das certificações emitidas estavam vencidas, o principal motivo do vencimento foi porque profissionais perderam o prazo de atualização.

2.3.4 Certificação de Gestores ANBIMA (CGA)

Ao observar que a CPA-10 e CPA-20 não atendiam às demandas dos gestores especializados em investimentos, foi lançado em junho de 2009 a Certificação de Gestores ANBIMA (CGA), buscando qualificar os profissionais que atuam diretamente com a gestão dos recursos de terceiros. Ou seja, essa certificação tem como objetivo atestar o conhecimento por parte dos gestores de investimentos uma grande cadeia de produtos e ferramentas necessárias para a boa execução de sua função.

Os profissionais que pretendem realizar o exame terão que fazer duas provas, pois a CGA é dividida em dois módulos sendo necessários alcançar um índice de acerto igual ou superior a 70% em cada, o tempo de duração da prova é de 3 (três) horas, cada módulo é composto por 60 (sessenta) questões e os profissionais devem ficar atentos, pois a prova ocorre apenas 4 (quatro) vezes por ano, normalmente nos meses de Abril, Junho, Novembro e Dezembro. O CGA é uma certificação financeira obrigatória para gestores de carteira. Esse profissional financeiro pode atuar em uma *Asset Management* de um banco.

Para isso, é necessário ser aprovado no Exame do GCA e estudar os seguintes assuntos no Módulo I: i) Métodos Quantitativos; ii) Economia; iii) Análise de Relatórios Financeiros; iv) Finanças Corporativas; v) Mercados de Renda Fixa, de Renda Variável e Derivativos; vi) Investimentos no Exterior; e vi) Ética, Legislação e Regulação do Investidor. Os assuntos no Módulo II são: i) Teoria Moderna de Carteiras; ii) Modelos de Precificação; iii) Finanças Comportamentais; iv) Processo de Gestão e Políticas de Investimento; v) Formação de Expectativas; vi) Formação, Alocação e Rebalanceamento; vii) Gestão de Carteiras: Renda Fixa e Renda Variável; viii) Investimentos Alternativos; ix) Avaliação de Desempenho; e x) Gestão de Risco. Existem 1.028 (ANBIMA em maio de 2017) de profissionais com a certificação CGA, sendo a taxa de aprovação dos candidatos que realizaram os dois módulos é de 33%. Já a taxa de aprovação individual do Módulo I é de 49% e do Módulo II é de 57%.

2.3.5 Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA (CEA)

A ANBIMA, querendo suprir a necessidade dos profissionais especializados em indicação de produtos de investimentos para pessoa física, em novembro de 2009, foram

lançadas as provas do CGA e também foi anunciada a Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA, inicialmente com a sigla CEI (Certificação de Especialista em Investimentos). A necessidade dessa certificação foi identificada nas discussões do Comitê de Distribuição de Produtos no Varejo. Na época, foi elaborado um grupo de trabalho com os profissionais que atuavam nessa atividade para definir quais habilidades eles deveriam ter e os assuntos trabalhados no cotidiano, o que serviu de base para a estrutura do exame.

Um ano depois do lançamento, a abreviação da prova passou a ser CEA (Certificação de Especialista em Investimentos ANBIMA), para harmonizar com as siglas das outras certificações. O CEA é uma certificação financeira obrigatória para o especialista em investimentos. Esse profissional financeiro pode atuar em bancos como gerente para assessorar os profissionais de contas de investidores no varejo de alta renda, *private banking*, corporate e investidores institucionais. Para isso, é necessário ser aprovado no Exame do CEA e estudar os seguintes assuntos: i) SFN e participantes do mercado; ii) Princípios básicos de Economia e Finanças; iii) Instrumentos de Renda Fixa, Renda Variável e Derivativos; iv) Fundos de Investimento; v) Produtos de Previdência Complementar; vi) Gestão de Carteiras e riscos; e vii) Planejamento de Investimento. Para ser aprovado no exame o candidato tem que obter um índice de acerto igual ou superior a 70% (setenta por cento), o tempo de duração da prova é de 3 (três) horas e trinta (30) minutos, sendo composta por 70 (setenta) questões e os profissionais devem ficar atentos, pois a prova ocorre apenas uma vez por mês, exceto, no mês de Janeiro.

2.3.6 Certified Financial Planner

Para os gestores que querem atuar no mercado financeiro fora do País, existem as certificações internacionais, que são aprovadas em mais de 200 países, a principal delas é o *Certified Financial Planner* (CFP®), que atualmente o Brasil ocupa a décima colocação no ranking mundial de gestores com esse certificado, de acordo o *Financial Planning Standards-Board* (FPSB).

O FPSB é reconhecido mundialmente pela sua certificação CFP®, que avaliar e qualificar os planejadores financeiros. O CFP® é uma marca do símbolo global da excelência no planejamento financeiro. No Brasil, a única entidade afiliada da FPSB é a Planejar (Associação Brasileira de Planejadores Financeiros) e autorizada a conceder a Certificação CFP® para profissionais que atendam aos padrões mundiais desta certificação, resumidos nos 4 (quatro) E's: Exame, Educação, Experiência profissional e Ética.

A Planejar foi criada em novembro de 2016, a partir do Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros (IBCPF), fundado em maio de 2000 por iniciativa de profissionais da área financeira. O profissional deve preencher 4 (quatro) requisitos que começa através da educação, o candidato deve ter formação acadêmica em curso superior completo reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Deve comprovar experiência profissional no relacionamento direto com clientes pessoas

físicas, sendo: planejamento financeiro, gestão de investimentos, planejamento da aposentadoria, gestão de riscos e seguros, planejamento fiscal, planejamento sucessório, com tempo mínimo de 1 (um) ano, se supervisionada, ou de 3 (três) anos, se não supervisionada.

Para obter a Certificação CFP® os candidatos precisarão aderir ao Código de Conduta Ética e Responsabilidade Profissional da Planejar, que são exigidos dos profissionais no tratamento com o cliente, com colegas de profissão, empregados, empregadores e autoridades. O exame é o mais complexo entre todos os outros citados anteriormente, a prova é dividida em 6 (seis) módulos: planejamento financeiro e ética; gestão de ativos e investimentos; planejamento de aposentadoria; gestão de riscos e seguros, planejamento fiscal e o planejamento sucessório. O exame completo é composto por 140 (cento e quarenta) questões de múltipla escolha abrange os seis módulos, o candidato que deseja realizar a prova completa deve obter índice de aproveitamento médio igual ou superior a 70% das questões, observado índice mínimo de 50% em cada módulo. Agora, se o candidato optar por efetuar a prova modular o candidato deve obter índice de aproveitamento de 70% ou superior em cada módulo, no prazo de até 24 meses ou 6 provas, contados a partir da data da primeira aprovação.

2.4 Regularização da certificação financeira

De acordo com o BACEN, órgão que regulariza as atividades bancárias, cujas políticas se destacam por serem implantadas predominantemente por atores privados. Esta regulação em termos de certificações trabalhista tem como ponto de partida a resolução do BACEN (Resolução 3.057 de 2002) que estabeleceu condições específicas para a certificação de empregados das instituições financeiras que atuam no Brasil (SARSUR, 2010).

Com o passar do tempo, outras certificações passaram a ser exigidas, o que possibilitou a consolidação das atividades de certificação em entidades como a Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e Capitais (ANBIMA). O monitoramento da competitividade do setor bancário em termos de efetividade, confiabilidade e padrão de qualidade de operação são fatores de mensuração de atratividade de investimento e desenvolvimento dos países (LANVIN; EVANS, 2013).

Para Lanvin e Evans (2013), a certificação permite ainda o surgimento de oportunidades para os cidadãos e para a economia do país em geral, já que melhora e amplia os horizontes de conhecimento e acesso tecnológico, conseqüentemente, expandindo a capacidade competitiva das organizações e da nação, no cenário mundial.

Ainda não há estudos consistentes para verificar os impactos da certificação bancária na melhoria do serviço ao cliente e na economia do país, uma vez que se toma como certo esta necessidade a partir da ótica do órgão regulador e das instituições do setor, pela melhoria do conhecimento sobre o fazer do empregado do setor bancário, ainda que sem qualquer participação do sindicato dos trabalhadores.

Daí o risco de se estabelecer um viés corporativo da certificação e regulação em que as suas vantagens atendam mais aos interesses das instituições do sistema

financeiro, sob a égide legítima da educação corporativa, em detrimento do cliente, do trabalhador bancário e da própria sociedade.

O Brasil necessita de mais profissionais com as certificações financeiras para aumentar o seu Produto Interno Bruto (PIB), o seu PIB *per capita* e melhorar significativamente o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Tipos de Estudo

Este artigo é de campo experimental tendo em vista a escassez de conteúdo no que se refere a natureza da produção científica de conteúdo como os artigos, por isso, foi realizado utilizando o método descritivo, e por sua vez tem sua natureza qualitativa.

3.2 Técnicas Utilizadas no Artigo

A técnica adotada neste artigo para coleta de informações foi a partir de pesquisa bibliográfica, assim, trata-se do levantamento de diversas bibliografias já publicadas, contando com o autor Zvi Bodie que é um professor de Administração na Universidade de Boston, nos Estados Unidos da América. De acordo com Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, *eBooks*, publicações avulsas e imprensa escrita. A finalidade desse tipo de pesquisa é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas em sites de órgãos e entidades federais, buscando informações verídicas e com conteúdo relevante sobre o tema abordado. A pesquisa bibliográfica permite busca a resolução de um problema por meio de referências teóricas publicados em livros e sites confiáveis, assim, podendo analisar as várias contribuições científicas. Estas pesquisas também serviram para uma melhor absorção do assunto explorado, uma vez que nem todas as pessoas têm o conhecimento aprimorado sobre este tema.

4 Considerações Finais

Um dos fatores que se destacam neste artigo são as formas de qualificação profissional existentes para os gestores financeiros, uma vez que apesar de sua graduação podendo ser em distintas áreas do conhecimento, os mesmos devem possuir certificações padrões para atuar no mercado financeiro.

Pode-se observar que as certificações foram criadas para atender a diversos públicos e objetivos, é de suma importância que esses gestores se adequem às exigências do mercado para garantir aos que lhes empregam maior segurança ao lidar com seu

dinheiro. Diante do exposto é interessante que se divulgue e abram cursos e turmas de certificações financeiras (CPA-10, CPA-20, CGA, CEA e CFP®) para que os estudantes enquanto futuros profissionais, saibam os rumos e caminhos que pode seguir e como alcançar seus objetivos de carreira.

Referências

ALEXIM, João Carlos; LOPES, Carmen Lucia Evangelho. **A certificação profissional revisitada**. Rio de Janeiro: Boletim Técnico do SENAC, 2003.

ANBIMA. **Quem somos**. Disponível em:
<http://www.anbima.com.br/pt_br/institucional/a-anbima/posicionamento.htm>.
Acesso em 01 de Abril de 2018.

ANBIMA. **Relatório de certificações ANBIMA 2017**. Disponível em:
http://www.anbima.com.br/data/files/01/27/71/58/C960E5106D60FCD5A8A80AC2/Relatorio_Certificacoes_ANBIMA_2017.pdf>. Acesso em 02 de Dezembro de 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição**. Disponível em:
<<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>>. Acesso em 12 de Setembro de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/texto.asp?idpai=revsfn199812>>.
Acesso em: 01 dezembro de 2018.

BODIE, Zvi; KANE, Alex e MARCUS, Alan J. **Investimentos**. 10^a ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais**. 5^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Funcionamento do mercado**. Disponível em:
<http://investidor.cvm.gov.br/menu/Menu_Investidor/funcionamento_mercado/Introducao.html>. Acesso em: 03 de Junho de 2018.

GASLENE, Alain; FENSTERSEIFER, Jaime E. E LAMB, Roberto. **Decisões de investimentos da empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; LOPES NETO, Sebastião. **Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 93, pp.1435-1469, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000400019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 dezembro de 2018.

PLANEJAR. **Brasil é destaque em ranking global de planejadores financeiros CFP**. Disponível em: <<https://www.planejar.org.br/noticias/brasil-e-destaque-em-ranking-global-de-planejadores-financeiros-cfp/>>. Acesso em 22 de Setembro de 2018.

SARSUR, Amyra Moyzes. **Empregabilidade como uma nova gestão de recursos humanos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia no século XXI**. 4ª. ed. São Paulo: Record, 2008.

Capítulo VII

A Quarta Revolução Industrial em pleno século XXI

*Luiz Alberto Machado⁷
Paulo Galvão Júnior*

*Não se fazem mais futuros como antigamente
Paul Valéry*

1 Considerações iniciais

Segundo o fundador e CEO do *World Economic Forum* (Fórum Econômico Mundial – FEM), na Suíça, e autor do livro **A Quarta Revolução Industrial**, o engenheiro e economista alemão Klaus Martin Schwab (2016, p.16), “(...) hoje estamos no início de uma quarta revolução industrial. Ela teve início na virada do século e baseia-se na revolução digital. É caracterizada por uma internet mais ubíqua e móvel, por sensores menores e mais poderosos que se tornaram mais baratos e pela inteligência artificial e aprendizagem automática”.

Este artigo tem como objetivo principal realizar uma breve análise da trajetória das quatro revoluções tecnológicas ou quatro revoluções industriais, cuja síntese pode ser vista no quadro 1 mais adiante.

De acordo com Klaus Schwab (2016, p.15), “A palavra ‘revolução’ denota mudança abrupta e radical. Em nossa história, as revoluções têm ocorrido quando novas tecnologias e novas formas de perceber o mundo desencadeiam uma alteração profunda nas estruturas sociais e nos sistemas econômicos”.

A tecnologia tem o papel de reduzir os custos da empresa e incrementar a produção de bens, sejam eles bens de consumo ou bens de capital. As invenções do século XVIII até os dias atuais estão influenciando os rumos da economia. As novas tecnologias têm gerado muitos avanços na qualidade de vida da humanidade. A tecnologia é fruto do conhecimento humano acumulado ao longo dos tempos e os avanços têm sido cada vez mais rápidos à medida que o ser humano vai desvendando os mistérios que envolvem o funcionamento de seu cérebro.

Segundo o site SOCIENTÍFICA⁸, “o cérebro mantém o intelecto humano, talvez precisemos saber não apenas o estado atual de todos os 86 bilhões de neurônios e suas

⁷Economista, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Sócio-diretor da empresa SAM – Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas. E-mail: lasam.machado@gmail.com

⁸Artigo intitulado “O cérebro vazio” no site Sociedade Científica e disponível em: <http://societificacom.br/2017/06/o-cerebro-vazio/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

100 trilhões de interconexões, não apenas as forças variadas com as quais estão conectados e não apenas a estados de mais de 1.000 proteínas que existem em cada ponto de conexão, mas como o momento-a-momento, a *atividade* do cérebro contribui para a integridade do sistema”.

O artigo traz um olhar de economistas brasileiros conscientes da velocidade com que a Indústria 4.0 vem produzindo mudanças e transformações digitais na economia. As expressões *Quarta Revolução Industrial*, *quarta revolução tecnológica*, *Revolução 4.0* e *Indústria 4.0* serão utilizadas com o mesmo significado neste artigo, tentando explicar como estas quatro expressões têm sido divulgadas na mídia, nas conferências e palestras realizadas em diversas instituições do Brasil e do mundo.

2 A revolução da máquina a vapor

A mecanização da indústria e da agricultura ocorreu com o uso da máquina a vapor, inventada pelo engenheiro escocês James Watt em 1765. A aplicação da força motriz na indústria possibilitou o desenvolvimento do sistema fabril. Ocorreu um espetacular acesso aos transportes com uso de trens e navios a vapor. A primeira locomotiva a vapor do mundo foi uma invenção do engenheiro inglês George Stephenson em 1825.

A primeira revolução tecnológica, que é reconhecida como Revolução Industrial ou Primeira Revolução Industrial, ocorreu na segunda metade do século XVIII (aproximadamente entre 1760 e 1840) tendo a Inglaterra como nação pioneira. Seu maior símbolo é a utilização da energia a vapor, extraída do carvão vegetal, como fonte energética básica, em substituição às formas tradicionais de energia mais utilizadas até então, quais sejam, energia movida a tração animal e energia hidráulica. Além da transição para a energia a vapor, costuma ser muito enfatizada a introdução de máquinas e equipamentos, transformando em mecânicos processos até então artesanais ou manuais, que dependiam da força muscular. Observamos o surgimento do primeiro tear mecânico em 1784.

Não tão citada, mas de importância tão grande ou até maior do que essas duas, para a primeira revolução tecnológica é a disseminação da divisão do trabalho, aspecto que não escapou à arguta visão do economista escocês Adam Smith, que a ela dedicou os capítulos iniciais de sua célebre obra intitulada *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776. Smith sustentava que a riqueza de uma nação depende da produtividade do trabalho e da proporção de trabalhadores que se empregam de maneira produtiva:

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam a abreviar o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas (1983, p.43).

3 A revolução da eletricidade

O ferro é substituído pelo aço como matéria prima da indústria de base. E o vapor é substituído pela eletricidade como fonte de energia para a indústria. A energia elétrica foi essencial na Segunda Revolução Industrial e, nesse sentido, destacamos a lâmpada elétrica incandescente de 1879 do inventor, cientista e empresário americano Thomas Edison, autor de uma afirmação muito reproduzida: “Minhas invenções são um por cento de inspiração e noventa e nove por cento de transpiração”.

A segunda revolução tecnológica (ou Segunda Revolução Industrial) ocorreu cerca de um século depois da primeira – na metade final do século XIX, portanto – e é simbolizada pela substituição da energia a vapor pela eletricidade e pelo petróleo como fontes energéticas básicas e pelo advento da linha de montagem, que favoreceu a produção em massa.

Essas novas fontes energéticas propiciaram às empresas, à medida que iam se adaptando, um potencial muito superior ao proporcionado pela energia a vapor, expandindo consideravelmente a capacidade produtiva dos países que mais rapidamente se integraram nesse paradigma, de acordo com o significado atribuído ao termo por Thomas Khun⁹. Foi a pronta capacidade de se integrar à mudança que permitiu que os Estados Unidos da América (EUA) assumissem a hegemonia econômica (além de geopolítica) mundial. Observamos que a primeira linha de produção industrial surgiu nos matadouros de Cincinnati, nos EUA, em 1870.

4 A revolução do computador

A Terceira Revolução Industrial, que se propagou na segunda metade do século XX, é constituída, segundo o professor e economista Eduardo Giannetti, pelas tecnologias voltadas à busca, geração, processamento e transmissão de informações e pela engenharia genética. Klaus Schwab (2016, p.16) afirma que: “Ela costuma ser chamada de revolução digital ou do computador, pois foi impulsionada pelo desenvolvimento dos semicondutores, da computação em *mainframe* (década de 1960), da computação pessoal (décadas de 1970 e 1980) e da internet (década de 1990)”. Observamos que o primeiro controlador lógico programável (CLP) em 1969.

Essa Terceira Revolução Industrial, caracterizada, pelo surgimento do primeiro computador (1943) e do primeiro robô (1948) para automatizar a produção, portanto, pelo uso crescente dos computadores, cujo tamanho foi se reduzindo aceleradamente, é muitas vezes associada ao fenômeno da globalização da economia e, de acordo com Eduardo Giannetti, foi acompanhada pela criação de áreas de livre comércio e blocos

⁹Em *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn afirma: “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (1998, p. 13).

econômicos integrados (União Europeia, NAFTA, MERCOSUL, etc.) e pela interligação e interdependência dos mercados físicos e financeiros em escala planetária.

Nesse período, fomos testemunhas do aumento do uso de chips eletrônicos e da importância relativa dos países da Ásia na economia mundial, começando pelo Japão, que se tornou a segunda maior potência econômica mundial de 1992 até 2009, passando pelos chamados Tigres Asiáticos na década de 1980 (Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong), chegando à China, atualmente, a segunda economia do mundo desde 2010 e, mais recentemente, à Índia.

5 A revolução do robô autônomo e integrado

Por fim, a Quarta Revolução Industrial, também chamada de Indústria 4.0, “um termo cunhado em 2011 na feira de Hannover para descrever como isso irá revolucionar a organização das cadeias globais de valor” (SCHWAB, 2016, p.16) e que se propaga nas primeiras décadas do século XXI. Embora estejamos em seu início e precisando ainda compreendê-la em toda a sua extensão, já não nos restam dúvidas a respeito da velocidade e amplitude desse novo paradigma. A esse respeito, vale reproduzir a visão do doutor em Economia pela Universidade de Fribourg, Klaus Schwab (2016, p.11), na Introdução da sua obra:

Imagine as possibilidades ilimitadas de bilhões de pessoas conectadas por dispositivos móveis, dando origem a um poder de processamento, recursos de armazenamento e acesso ao conhecimento sem precedentes. Ou imagine a assombrosa profusão de novidades tecnológicas que abrangem numerosas áreas: inteligência artificial (IA), robótica, a internet das coisas (*IoT* na sigla em inglês), veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, armazenamento de energia e computação quântica, para citar apenas algumas. Muitas dessas inovações estão apenas no início, mas já estão chegando a um ponto de inflexão de seu desenvolvimento, pois elas constroem e amplificam umas às outras, fundindo as tecnologias dos mundos físico, digital e biológico.

Como é natural quando ocorre uma mudança tecnológica dessa magnitude, existe certa resistência por parte de algumas pessoas mais céticas, que procuram minimizar a importância das alterações em curso, afirmando que não passa de exagero compará-las com as revoluções tecnológicas anteriores ou revoluções industriais passadas. Klaus Schwab, no entanto, está convicto da ocorrência da Quarta Revolução Industrial e apresenta três razões para justificar seu ponto de vista: a velocidade; a amplitude e profundidade; e o impacto sistêmico. Segundo o professor Annibal Affonso (2017):

A rapidez dos avanços que estão ocorrendo não tem precedentes na história e interferem em quase todos os setores de todos os países. Em termos de amplitude e profundidade ela tem a revolução digital como base e integra diversas tecnologias, levando a mudanças profundas de paradigmas e finalmente o impacto sistêmico na medida em que envolve a transformação de

sistemas inteiros entre países e dentro deles, em empresas, setores e em toda a sociedade.

Já Klaus Schwab (2016, p.16), no seu best-seller *A Quarta Revolução Industrial*: “As tecnologias digitais, fundamentadas no computador, *software* e redes, não são novas, mas estão causando rupturas à terceira revolução industrial; estão se tornando mais sofisticadas e integradas e, conseqüentemente, transformando a sociedade e a economia global”.

Na Quarta Revolução Industrial ocorre a convergência dos mundos biológico (Tecnologia digital aplicada à genética), digital (Internet das coisas ou plataformas digitais) e físico (Impressão em 3D ou robótica avançada), por exemplo, um robô cozinheiro. No Vale do Silício, na Califórnia, nos EUA, a Zume Pizza oferece pizzas deliciosas feitas por robôs.

De acordo com a atual chanceler da Alemanha desde 2005, Angela Merkel¹⁰(2017), “A Indústria 4.0 é a transformação abrangente de toda a esfera de produção industrial por meio da fusão da tecnologia digital e de Internet com a indústria convencional”. Nos países desenvolvidos como também nos países emergentes, entre as dez profissões menos propensas à automação na Quarta Revolução Industrial, destacadas por ordem decrescente de probabilidade por Klaus Schwab (2016, p.45) são: 1) Assistentes sociais de abuso de substâncias e saúde mental; 2) Coreógrafos; 3) Médicos e cirurgiões; 4) Psicólogos; 5) Gerentes de recursos humanos; 6) Analistas de sistemas de computador; 7) Antropólogos e arqueólogos; 8) Engenheiros marinhos e arquitetos navais; 9) Gerentes de Vendas; e 10) Diretores.

Muitas indústrias dos países desenvolvidos e emergentes investem bilhões de dólares norte-americanos por ano em tecnologia da informação (TI), em Internet, em robôs, em *e-commerce*, além de marketing digital para atrair mais consumidores nacionais e internacionais para seus produtos ou serviços.

6 Síntese das quatro grandes revoluções industriais

Desde o final do século XVIII até os dias atuais já ocorreram quatro grandes revoluções industriais: a revolução a vapor, a revolução elétrica, a revolução do computador e a Indústria 4.0. Estamos em plena Quarta Revolução Industrial. O Quadro 1 permite uma visão sintetizada das principais características das revoluções tecnológicas ou revoluções industriais desde o século XVIII até o século XXI.

Quadro 1. Características tecnológicas das revoluções industriais

¹⁰Trecho citado no artigo intitulado *Indústria 4.0 – A indústria conectada ao mundo virtual: conceitos e desafios*. Disponível em: <http://www.studioestrategia.com.br/industria-4-0-conceitos-e-desafios/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

Revolução industrial	Período	Características tecnológicas
Primeira Revolução Industrial	Iniciou na segunda metade do século XVIII e avançou até meados do século XIX. Ocorreu entre as décadas de 1760 e 1840.	<ul style="list-style-type: none"> • Máquina a vapor; • Substituição da produção artesanal pela produção fabril; • Tear mecânico.
Segunda Revolução Industrial	Iniciou no século XIX e avançou a primeira metade do século XX. Ocorreu entre as décadas de 1860 e 1900.	<ul style="list-style-type: none"> • Energia elétrica; • Petróleo; • Sistema de produção taylorista-fordista da divisão do trabalho manual e intelectual; • Automação e produção em massa; • Linha de montagem móvel.
Terceira Revolução Industrial	Iniciou na segunda metade do século XX e avançou até o final deste século. Ocorreu entre as décadas de 1960 e 1990.	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento da informática e avanço das comunicações; • Surge a sociedade do conhecimento; • Sistema de produção flexível; • Tecnologia da informação (TI); • Computação.
Quarta Revolução Industrial	Iniciou na primeira década do século XXI, na década de 2000.	<ul style="list-style-type: none"> • Internet mais ubíqua e móvel, sensores menores e mais poderosos; • Fusão das tecnologias e a interação entre domínios físicos, digitais e biológicos; • Sistemas e máquinas inteligentes conectados possibilitando um modelo de produção de personalização em massa; • Robótica avançada.

Fontes: Aires; Moreira; Freire (2017), com base em Aires, Freire e Souza (2016) e Schwab (2016).

7 As inovações tecnológicas na Quarta Revolução Industrial

Com o início da Quarta Revolução Industrial surgiram várias inovações tecnológicas, entre as quais destacamos:

- 1) Inteligência artificial (IA);
- 2) Robótica;
- 3) Internet das coisas (*Internet of Things* – IoT, em inglês);
- 4) Veículos autônomos (carros, caminhões, aviões e barcos sem motoristas);
- 5) Drones (eles, são, essencialmente, robôs voadores, segundo Schwab);
- 6) Impressão em 3D (Terceira Dimensão);
- 7) Nanotecnologia;
- 8) Biotecnologia;
- 9) Neurotecnologia;
- 10) Armazenamento de energia;
- 11) Computação em Nuvem;
- 12) Computação Quântica;
- 13) Big Data;
- 14) Biologia Sintética;
- 15) CPS (*Cyber Physical Systems* – Sistemas Ciberfísicos, em português);
- 16) *Blockchain*;
- 17) Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC);
- 18) *Machine Learning*;
- 19) Biomedicina;
- 20) Aplicativos de Economia Compartilhada (Uber, Airbnb, Alibaba, Cabify, etc.).

Na Economia Colaborativa ocorrem diariamente novas formas de organizar o trabalho coletivo em sociedade como o *coworking*. Os fatores que distinguem a Quarta Revolução Industrial das três revoluções industriais anteriores são a velocidade, a amplitude e a profundidade das inovações tecnológicas; além da fusão de tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos no setor industrial. Por exemplo, uma geladeira conectada à Internet das coisas, envia informações de funcionamento diário, como temperatura e consumo de energia na tela digital da sua porta, o estoque de alimentos, informando que acabou o queijo, o presunto, o requeijão, os ovos, além de frutas, legumes e verduras.

Nas últimas reuniões anuais do FEM, em Davos, na Suíça, tem sido enfatizado o papel da Quarta Revolução Industrial na resolução de graves problemas da humanidade como a miséria, a desigualdade social, o aquecimento global, o terrorismo e os conflitos internacionais.

Vale a pena ressaltar a robótica avançada nos dias atuais. A palavra robô é de origem tcheca. Podemos encontrar robôs de aplicação operacional e industrial como também robôs dotados de inteligência artificial. Recentemente, cientistas japoneses lançaram o primeiro robô humanoide do mundo com habilidade real de uma apresentadora de telejornal.

Os robôs já fazem parte da vida de muitos seres humanos e de muitas fábricas em países desenvolvidos como Japão e países emergentes como China. De acordo com a Federação Internacional de Robôs (*IFR*, em inglês), a China é o país com mais robôs no mundo, com 87.000 robôs em 2016. O Japão encontra-se em terceiro lugar com 38.586

robôs no ano de 2016. O Brasil tem 1.207 robôs industriais. Hoje é quase unânime que os robôs representam muito para a humanidade, porque eles podem protegê-la e ajudá-la na busca de uma melhor qualidade de vida.

8 Considerações finais

Para Klaus Schwab, estamos agora na próxima fase da nova tecnologia, a Quarta Revolução Industrial. É preciso estarmos atentos aos seus impactos na economia e no mercado de trabalho. A automação, a robotização e a impressão em 3D nas empresas poderão acabar com 7 milhões de empregos formais no mundo até 2020.

A Quarta Revolução Industrial já está em andamento, os robôs humanoides já estão trabalhando nas fábricas inteligentes e em serviços de atendimento inteligente, portanto, prepare-se para esta revolução, pois chegou à sua vez de estar apto e disposto a criar sua nova oportunidade, seu novo negócio. Neste mundo, em que as mudanças ocorrem num ritmo vertiginoso, é impossível prever o que ocorrerá em poucos anos, daí a epígrafe deste artigo. A Indústria 4.0 já começou e o ouro do século XXI é o conhecimento.

Referências

a) Bibliográficas

GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. **Globalização, transição econômica e infraestrutura no Brasil**. Texto preparado para o Seminário “Competitividade na infraestrutura para o Século XXI”, promovido pelo Instituto de Engenharia, São Paulo, realizado em 24/09/96, reproduzido em *Ideias Liberais*, Ano IV, N° 62, 1996.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1998.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. **Aplicando a Quarta Revolução Industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas**, com a introdução de Edwin Cannan. Apresentação de Winston Fritsh. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (*Os Economistas*)

b) webgráficas

AFFONSO, Annibal. **Você está preparado para a quarta revolução industrial?** Disponível em: <https://professorannibal.com.br/2017/05/09/voce-esta-preparado-para-a-quarta-revolucao-industrial/>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

AIRES, Regina Wundrack do Amaral; MOREIRA, Fernanda Kempner; FREIRE, Patrícia de Sá. **Indústria 4.0: competências requeridas aos profissionais da quarta revolução industrial**. Vol. 1 No 1 (2017): Anais do VII Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação. Disponível em: <http://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/314/153>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

CINTRA, Marco Antonio Macedo. **A crise econômica mundial e a quarta Revolução Industrial**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/a-crise-economica-mundial-e-a-quarta-revolucao-industrial>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

IFR. **Executive Summary World Robotics 2017 Industrial Robots**. Disponível em: https://ifr.org/downloads/press/Executive_Summary_WR_2017_Industrial_Robots.pdf. Acesso em: 06 de setembro de 2018.

INDÚSTRIA 4.0 (por David Kupfer). Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2016/09/23/industria-4-0-por-david-kupfer/>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

MACHADO, Luiz Alberto. **Revoluções industriais: Do vapor à Internet das coisas**. Disponível em: <http://www.portalcafebrasil.com.br/iscas-intelectuais/revolucoes-industriais/>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

Capítulo VIII

A evolução do mercado de meios de pagamento eletrônico no Brasil

Marcelo Rodrigo Sousa Martins¹¹

Paulo Galvão Júnior

1 Introdução

O mercado de meios eletrônicos de pagamento no Brasil surgiu nos anos 70, devido a popularização dos cartões de crédito no mundo, em especial, nos Estados Unidos da América (EUA), porém na República Federativa do Brasil, esse meio de pagamento sofreu uma certa resistência dos lojistas, tendo em vista que, a princípio as máquinas de cartões representavam mais uma dor de cabeça do que um meio fácil e rápido de realizar vendas de bens e serviços.

Segundo Kasznar (2017, p.52), “Os choques de petróleo de 1973 e 1979 inibiam a evolução de uma economia independente de energia provida do exterior”. A Primeira Crise do Petróleo em 1973, e sobretudo, a Segunda Crise do Petróleo em 1979, elevaram a dívida externa brasileira. A partir dos anos 90, o mercado de meios eletrônicos de pagamento cresceu muito, por conta dos grandes bancos nacionais (como Bradesco e Banco do Brasil) e nesse período também se consolidou o Plano Real (1994), que estabilizou a economia e fez com que a taxa de inflação diminuísse consideravelmente, assim a obtenção de crédito se tornou mais fácil e bancos começaram a imprimir mais cartões de crédito e de débito.

Nesse cenário surgiu duas grandes empresas, a Visanet que mais tarde se tornaria Cielo e a Redecard que passaria a se chamar Rede, sendo assim havia um duopólio no mercado, que logicamente não é um bom cenário de negócios, porém em 2010, o Banco Central do Brasil (BCB, BACEN ou BC) rompeu o duopólio e com isso novas empresas surgiram no mercado. Segundo Kishtainy et al. (2013, p.340), duopólio significa “controle do mercado por duas empresas”. Pode-se constatar o duopólio como dois vendedores que dominam o mercado de meios de pagamento eletrônico no Brasil. Teoricamente ainda existe o duopólio, pois a empresa Cielo controla 53,40% do mercado em 2016 e a Rede 34,30% do total, segundo dados do site Pagamento.me (2018).

Desta maneira, o presente artigo tem o seguinte questionamento: Com as consequências dessa mudança e as novas empresas que entraram no mercado, o que

¹¹Graduado em Administração pela IESP Faculdades (2019). E-mail: mrsmartins95@gmail.com

esperar para o futuro do setor de meios de pagamento eletrônico no Brasil? É relevante a busca de transparecer para sociedade como funciona o mercado de meios de pagamento eletrônico no Brasil, o quinto maior país do mundo e a sexta nação mais populoso do planeta.

Outro ponto de grande importância, é fortalecer a livre concorrência do setor, já que ainda há reflexos do duopólio, principalmente porque duas das maiores empresas são dirigidas pelos maiores bancos do país, isso faz com que em alguns casos os bancos atrelem seus pacotes as máquinas de cartão, caracterizando a venda casada. Segundo Kasznar (2017) é necessário que se controle o medo ao qual as adquirentes e subadquirentes têm (em especial, as mais novas) de perderem suas carteiras de clientes, uma vez que, foram necessários altos investimentos em tecnologia e logística para criar diferenças. Isto porque, o sistema vigente de compensação beneficia o duopólio.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o setor de meios eletrônicos de pagamento no Brasil com ênfase nos meios físicos.

1.1.2 Objetivos Específicos

i) Comparar o início do mercado até os dias atuais; ii) Descrever as principais empresas do mercado; e iii) Apontar fatores que norteiam o futuro do setor.

2 Referencial Teórico

2.1 Aplicabilidade e conceituação

O Brasil é um país emergente, de renda média alta e localizado na América do Sul. Atualmente, o Brasil é a oitava economia do mundo, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a nona mais desigual do planeta, conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o mercado eletrônico de meios de pagamento tem enorme potencial de crescimento seguindo a tendência mundial.

Na evolução do mercado eletrônico de meios de pagamento no Brasil, podemos destacar três fases distintas: i) Entre 1970 e 1989, quando surge no Brasil as primeiras máquinas de cartão de crédito; ii) Entre 1990 e 2009, quando surge o crescimento exponencial do setor, a criação da Visanet e da Redecard, além do crescimento do Sistema Financeiro Nacional (SFF); e iii) Entre 2010 e 2019, quando ocorreu a quebra do duopólio entre Cielo e Rede, o surgimento de novas empresas no mercado, a fiscalização mais forte do BACEN, as novas tecnologias de pagamento, além do domínio bancário no setor.

Para que se possa entender melhor o mercado de meios de pagamento Akra e Duarte (2018), os meios de pagamentos eletrônicos surgiram no nosso comércio com o objetivo de viabilizar a relação entre lojistas e consumidores com um meio de pagamento rápido e seguro, dentre esses atores surgem as adquirentes, responsáveis por transacionar os valores em cartão. As cinco principais empresas adquirentes do Brasil são Rede, Cielo, Safra, Getnet e PagSeguro.

Das empresas da cadeia de pagamentos eletrônicos no Brasil, são elas que têm mais contato com os lojistas, sendo assim, o principal ponto de apoio com relação pagamentos eletrônicos. Dentro desse cenário ainda atua os bancos e as bandeiras (Visa, Mastercard, por exemplos).

Para maior esclarecimento é importante destacar também sobre os outros participantes da cadeia de pagamento eletrônico, ainda para Akra e Duarte (2018) os bancos são responsáveis pela emissão dos cartões de crédito e débito. As bandeiras, essas por sua vez são o elo entre a adquirente e o banco, pois regulam as transações, as maiores bandeiras do mundo são: Mastercard e Visa.

É preciso revelar que de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) O Brasil tem sete classes econômicas distintas. Classe A (Com renda média acima de R\$ 23.345,11), classes B1 e B2 (Entre R\$ 10.386,52 e R\$ 5.363,19 de renda), classes C1 e C2 (Entre R\$ 2.965,69 e R\$ 1.691,44 de renda), classes D e E (Até R\$ 708,19 de renda média). A importância desse mercado é extremamente alta pois atinge todas as classes econômicas.

2.2 Configuração do mercado financeiro brasileiro

O mercado financeiro brasileiro sofreu grande impacto após o Plano Real em 1994, principalmente em relação as instituições bancárias, que antes do plano econômico tinham enormes dificuldades de administrar serviços simples como as cadernetas de poupança. Após o Plano Real, os bancos puderam investir em outras linhas para adquirir mais receitas e captar mais clientes, assim como os órgãos reguladores como BACEN (Banco Central do Brasil) se modernizaram reforçando as fiscalizações.

Outro fato importante foi o surgimento de bancos estrangeiros no país que forçaram os bancos nacionais a melhorarem suas tecnologias, tornando o Sistema Financeiro Nacional (SFN), mais seguro e dinâmico. Segundo Fortuna (2010), o grande marco da modernização se deu com o fim da inflação, oriunda do Plano Real. Esse processo refletiu diretamente nos bancos que enfrentaram a globalização e precisaram se reestruturar para acompanhar o mercado financeiro, para ele a principal arma dos bancos foi mudar as estratégias de atendimento e partir para o aumento da oferta de produtos e serviços.

Outro fator importante percebido pelo BACEN foi a diminuição da competitividade entre os bancos em meados de 2008, fruto dos primeiros resultados da crise financeira, com isso os pequenos bancos nacionais tiveram que vender suas carteiras de créditos para os bancos maiores. O desenvolvimento do banco Santander no Brasil também é um fato importante a ser estudado, o banco é subsidiária do banco Santander espanhol e

chegou ao Brasil em 1982. Com passar dos anos a empresa foi adquirindo outros bancos até a aquisição do Banco Real em 2007, fruto de uma negociação global no valor de 71 bilhões de euros. Com essa aquisição o banco se tornou um dos maiores bancos de varejo do Brasil.

2.3 Reforçando a problemática

Como já foi observado nesse artigo, o próprio Sistema Financeiro Nacional (SFN) embora tenha se modernizado com o tempo, ainda é perceptível que existem poucos integrantes nesse mercado, entre eles os grandes bancos de varejo e outros poucos estrangeiros. Dentro desta perspectiva é natural que o mercado de adquirência tenha sido por tanto tempo dividido entre duas empresas.

Alguns autores buscam evidenciar a situação atual no mercado e principalmente na época do duopólio, para Kasznar (2017) ficou evidente que o mercado precisava mudar, o cenário de duopólio estava derrubando outras empresas, visto que, antes da quebra das exclusividades das empresas Rede e Cielo dominavam cerca de 90% do mercado.

Para Kasznar (2017) o cenário vem mudando, porém, ainda precisa avançar mais, o poder dos bancos sobre o mercado ainda forte, fazendo com que as empresas independentes fiquem sem poder de barganha, devido ao poder bancário nacional. Para entender melhor essa situação, Kasznar (2017) mostrou que os grandes players do mercado são derivados dos grandes bancos: Itaú, Bradesco e Santander, com isso muitos dos gerentes dessas agências inibem que seus clientes possam trabalhar com outras empresas de máquinas de cartão, com a premissa que isso afetará sua linha de crédito com o banco.

Nesse contexto, Kasznar (2017) ainda afirma que para que o mercado se torne mais saudável para os lojistas é preciso restringir as autonomias dos bancos e isso depende dos órgãos fiscalizadores, pois o exemplo citado acima, configura-se em venda casada, prática ilegal para o BACEN. Para Akra e Duarte (2018), a abertura do mercado foi um marco na história, mas antes disso outras empresas se destacaram no mercado duopolizado: Getnet (que tem maior parte de suas ações pertencentes ao Banco Santander) e a PagSeguro (pertencente ao UOL), essas por sua vez tiveram estratégias diferentes para entrar no mercado.

Já a Getnet se uniu a Banco Santander e passou a oferecer a conta conjunta aos seus clientes, com isso conseguiu contratos com a Zara, Magazine Luiza e Walmart. A PagSeguro optou por agredir as pequenas empresas que não possuíam uma opção mais condizente com sua realidade financeira. Sendo assim, a empresa passou a vender suas máquinas com taxas tabeladas para seus clientes. A Cielo e a Rede cobravam mensalidades pela máquina deixando o custo da loja de pequeno porte muito alto.

Outras empresas, como a Stone, a Vero, a Bin e a SafraPay também estão presentes nesse segmento, ainda que em escala bem menor. Recentemente, o Banco do Brasil e o Bradesco também anunciaram que passariam a vender “maquininhas” (AKRA; DUARTE 2018, p. 30).

2.3 Principais empresas que atuam no cenário atual

Com a atualização do mercado à nível mundial, o cenário atual está bem diverso, com dezenas de empresas atuando no setor de meios de pagamentos, algumas ainda com grandes bancos como seus principais acionistas, mas também percebem o surgimento e concretização de grandes *players* independentes, que buscaram principalmente as bolsas internacionais como a Nasdaq em Nova York, para captar novos investidores.

Nesse artigo destacam-se as seis principais adquirentes do país em 2017, segundo as fontes da ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), *CardMonitor*, relatórios das empresas, com estimativas e análises da Boanerges & Cia. São elas: Cielo, Rede, Getnet, First Data, PagSeguro e Stone.

Embora não esteja entre as principais empresas na lista da *CardMonitor* também será citada nesse artigo a empresa SafraPay, pertencente ao banco Safra, que ano de 2019 ganhou bastante representatividade no mercado.

O Quadro 1 mostra a participação no mercado de meios de pagamentos eletrônicos do Brasil, de cada adquirente no ano de 2017, conforme dados oficiais da ABECS. Atualmente, a Cielo lidera o mercado de aquisição, seguida pela Rede, e pela Getnet. Em seguida, First Data, PagSeguro e Stone ocupam a 4^a, 5^a e 6^a posições no ranking, respectivamente, à frente de outros como SafraPay.

Quadro 1. Porcentagem de mercado das adquirentes – 2017

Ranking	Empresa	Participação no mercado
1°	Cielo	45,20%
2°	Rede	28,90%
3°	Getnet	10,50%
4°	First Data	2,60%
5°	PagSeguro	2,20%
6°	Stone	2,00%
7°	Outros	8,60%

Fonte: ABECS.

2.4.1 Cielo

Anteriormente denominada Visanet Brasil, fundada em 1995, com sede em Barueri e tem como principais acionistas: Banco do Brasil e Bradesco, além da Caixa Econômica

Federal (CEF). A Cielo é a maior empresa de pagamentos eletrônicos da América Latina, segundo dados do próprio site da empresa, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é capturado pela Cielo¹².

Segundo a Boanerges & Cia (2019), empresa de consultoria financeira especializada em mercado de varejo, os dados de 2017 mostram que a Cielo deteve 45,2% de valores transacionados em cartão de crédito e débito, um percentual menor frente 47,1% obtido no ano de 2016. Os percentuais da empresa vêm caindo gradativamente com sua abertura de mercado desde 2010 pelo BACEN.

A empresa domina esmagadoramente o mercado, principalmente por ter parcerias com grandes empresas nacionais e internacionais como: Bob's, McDonald's, Riachuelo, dentre outras, porém vem sofrendo baixas expressivas ao longo dos anos na sua carteira, principalmente em clientes de menor fluxo de vendas, isso porque empresas como PagSeguro estão dominando esse nicho do mercado.

A principal arma utilizada para reverter esse cenário, esta principalmente relacionadas em reduzir as taxas administrativas. "Com a nossa escala e robustez, vamos disputar preço sim", diz Paulo Caffarelli, CEO da Cielo, em entrevista à Exame em 29 de janeiro de 2019. Isso mostra que o principal *player* do mercado está armado para "guerra das maquininhas".

2.4.2 Rede

A antiga Redecard fundada em 1996, tendo como acionistas principais os bancos Citibank, Itaú e Unibanco. Foi empresa criada da necessidade de oferecer para os lojistas com contas nos bancos acima citados, uma solução de captação de vendas em cartão de débito e crédito, ao qual a extinta Credicard não conseguia atender. Com a fusão do Itaú e Unibanco em 2010, o então Grupo Itaú Unibanco comprou todas as ações da Redecard em 2012, fechando seu capital, e em 2013 mudou o nome da empresa para Rede, deixando a cara da marca mais parecida com o Grupo.

A Rede detém o segundo maior *market share* do país com 28,9% do mercado no ano de 2017¹³, assim como a Cielo a Rede vem sofrendo baixas em seus resultados, para compensar essa baixa a empresa anunciou no dia 17 abril de 2019 o fim da taxa de antecipação para as vendas em crédito à vista, porém essa condição só é válida para correntistas do banco Itaú. Esse detalhe fez com que no dia seguinte o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) abrisse o processo para investigar práticas anticompetitivas por meio do Banco Itaú e a sua credenciadora Rede.

Por outro lado, essa campanha da Rede impacta positivamente os lojistas que necessitam realizar antecipações, de modo a reduzir seus custos totais, impactando principalmente estabelecimentos que não utilizam parcelamento, por exemplos,

¹²Disponível em: <https://www.cielo.com.br/conheca-a-cielo/>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

¹³Disponível em: <https://www.boanergesecia.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Boanerges-Cia-Evento-Barcelos-Tucunduva-Mercado-de-adquir%C3%A4ncia-no-Brasil-Impactos-da-Circular-3.8872018-Limita%C3%A7%C3%A3o-do-interchange-dos-cart%C3%B5es-de-d%C3%A9bito.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

restaurantes e lanchonetes. Num exemplo prático é possível notar essa economia. Um restaurante que passe R\$ 50.000,00 em crédito todo mês, tem uma taxa administrativa de crédito de 2% e uma taxa de antecipação de 1,5%, todo mês esse restaurante perde R\$ 1.750,00 na taxa administrativa do crédito mais a taxa de antecipação. Na campanha da rede o restaurante irá economizar R\$ 750,00 todo mês, gerando uma economia anual de R\$ 9.000,00. Valores de taxas foram colocados com base na média do mercado, para faturamento relacionado.

2.4.3 Getnet

Em 2003 o então funcionário do Banrisul José Renato Hopf, resolveu se arriscar no empreendedorismo, em um cenário extremamente ríspido, onde Visanet (Cielo) e Redecard (Rede) detinham exclusividade das principais bandeiras do mercado; Visa e Mastercard, respectivamente.

Surge então, a Getnet, com foco em bandeiras regionais. Paulo, a priori, começou de porta em porta, transformou 9 funcionários em 4 mil em 10 anos de atividades, tornando-se uma das maiores empresas processadoras de cartão da América Latina. Em 2014 a empresa foi vendida ao Santander por 1,1 bilhões de reais¹⁴.

Diferentemente da Rede a Getnet tem um objetivo bem definido no mercado, a empresa foca quase que 100% em clientes correntistas do Banco Santander, por um lado oferecendo mais vantagens que fazem os clientes permanecer no banco e na adquirente. Esse modelo de negócios vem dando muito certo, segundo o site Valor Econômico (2019), o resultado da Getnet em 2018 chegou a um lucro de R\$ 482,763 milhões, uma alta 13,7% em relação ao ano de 2017.

Isso é reflexo do crescimento da receita do banco que no ano de 2017 chegou em 25,8 bilhões de reais, segundo o Jornal *El País* Brasil (2019): “Nosso modelo de negócios especializados, integrado com o banco, qualidade no atendimento e inovações têm se mostrado nossos maiores diferenciais”, assim afirmou Sergio Rial, Presidente do Banco Santander sobre sua adquirente.

2.4.4 First Data

A First Data em uma empresa norte-americana fundada em 1971, ela foi a primeira processadora de cartões de crédito a transacionar Visa e Mastercard, durante sua história fez várias parcerias com outras empresas como American Express Western Union e Google, esse em especial para a criação do Google Wallet.

Em 2014 a First Data surge no Brasil por sua subsidiária Bin, visando expandir sua participação no mercado de meios de pagamentos global. No país estratégia da First Data/Bin foi criar parcerias com Bancos menores para que os mesmos pudessem distribuir suas máquinas aos correntistas, assim surgiu a Sipag, a parceria operacional

¹⁴Disponível em: <<https://endeavor.org.br/desenvolvimento-pessoal/day1-nao-sou-fundador-de-nada-sou-um-engajador-de-fundadores-jose-renato-hopf-getnet/>> Acesso em: 04 de abril de 2019.

da First Data/Bin com banco BACOOB (Banco Cooperativo do Brasil). A Bin também comercializa suas próprias máquinas no mercado. Em 2017 a First Data era a quarta maior empresa do setor com 2,6% do mercado, conforme os dados da ABECS, *CardMonitor* e Boanerges & Cia.

2.4.5 Stone

Apensar de a Stone ter sido fundada em 2012, seus idealizadores André Street, Eduardo Pontes, já fazem parte do mercado de meios de pagamento há muito tempo fundaram a Braspagg, empresa com foco em pagamentos em lojas virtuais¹⁵. A Braspagg foi vendida para o grupo Silvio Santos e em 2011 a Cielo adquiriu 100% das ações da empresa. André e Eduardo, fundaram mais tarde a *Mundipagg*, a empresa hoje domina boa parte do mercado virtual de pagamentos, trabalhando com empresas como Extra, *Ifood* e Americanas.com¹⁶. A Stone se aproveitou do rompimento do duopólio para entrar no mercado e mesmo com pouco tempo, a empresa coleciona importantes vitórias em sua trajetória.

Em 2016, a empresa adquiriu a carteira de clientes da Elavon¹⁷ que no ano detinha 2% do mercado brasileiro, com a aquisição o Stone se tornou a quinta maior adquirente do país atrás de: Cielo, Rede, Getnet e PagSeguro, segundo dados da ABECS, *CardMonitor* e Boanerges & Cia.

Já no ano de 2018 a empresa abre capital na Nasdaq, famoso mercado automatizado de ações de empresas americanas, perdendo em volume de negócios para a Bolsa de Valores de Nova Iorque. No *IPO* a empresa levantou segundo a VEJA (2018), 1,2 bilhões de dólares e chamou a atenção de grandes investidores como o americano Warren Buffett, da *holding* de investimentos *Berkshire Hathaway* e Jack Ma dono do conglomerado chinês Alibaba.

Muito desse crescimento da Stone surgiu da proposta diferente que a empresa implantou para competir no mercado. Por não ser ligada a nenhum banco, a Stone surge com uma *Fintech* (*Startup* de tecnologia focada no mercado financeiro). Em resposta ao site Exame (2019), Yuri Gitahy especialista em Startup denominou o termo como: “Um grupo de pessoas trabalhando com uma ideia diferente que, aparentemente, poderia fazer dinheiro”. Além disso, o método de captação de novos clientes é feito por meio de um alto número de consultores espalhados por todo Brasil. De acordo com o site InfoMoney (2019), o aumento anual da empresa em 2018 foi de 73,8% em comparação com o ano anterior.

¹⁵Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/12/jovens-empresendedores-de-18-anos-dividem-seu-tempo-entre-escola-e-uma-empresa-de-r-500-milhoes.html>> Acesso em: 15 de abril de 2019.

¹⁶Disponível em: <<https://www.mundipagg.com/>> Acesso em 15 de abril de 2018.

¹⁷Elavon é uma credenciadora multibandeira, atuante no setor de cartões de pagamento, advindas dos grupos de bancos Citigroup Inc. e U.S. Bancorp.

2.4.6 PagSeguro

A PagSeguro é a empresa que pertence ao grupo UOL, fundada em 2006, com foco em pagamentos financeiros unicamente virtual. Em 2013 a empresa lançou a “moderninha”, nomenclatura dada para suas máquinas¹⁸. Realmente, a PagSeguro foi um divisor de águas no mercado brasileiro, pois ela viu uma grande brecha deixada pelas gigantes Rede e Cielo, para as empresas de pequeno porte e MEI (Microempreendedor Individual). O principal marketing da empresa estava na aquisição do equipamento evitando o pagamento de aluguel, tão oneroso para os pequenos empresários. Para fomentar seu produto a empresa investiu pesado em propagandas nas principais mídias digitais, com participação de astros como Wesley Safadão e Michel Teló.

Em 2013 a PagSeguro lançou um modelo que, ao invés do tradicional aluguel mensal cobrado dos varejistas, vendia suas maquininhas, a “moderninha” e a “minizinha”, por um preço acessível a todos os bolsos. Com isso, a empresa conquistou clientes que o até então oligopólio formado por Cielo (do Bradesco e do Banco do Brasil) e Rede (do Itaú) não miravam (TOLEDO, 2018, s.p.).

A PagSeguro e a Stone, junto com a 99, NuBank e Ifood fazem parte dos unicórnios brasileiros, assim é denominado as *Startup* que valem um 1 bilhão de dólares americanos ou mais.

2.4.7 SafraPay

Adquirente do banco Safra nasceu em maio de 2017, com a proposta de mudar o modo de cobrança de taxas, a empresa chegou ao mercado oferecendo 100 dias sem cobranças de taxas MDR¹⁹ (*Merchant Discount Rate*), que são as taxas administrativas cobradas por cada modalidade de venda (Débito, Crédito e Crédito Parcelado). Com isso a empresa ganhou grande representatividade.

Recentemente a SafraPay investiu ainda mais em *Marketing* para alavancar suas vendas, fazendo do Thiago Leifert, apresentador e jornalista da TV Globo, seu garoto propaganda. Além do incentivo em publicidade, com a nova proposta da Rede em zerar a taxa de antecipação para as vendas em crédito à vista, a SafraPay decidiu zerar permanentemente as taxas de crédito à vista e parcelado, cobrando de seus clientes apenas as taxas de débito e antecipações de recebíveis.

Como a empresa consegue zerar as taxas administrativas sem gerar prejuízos é um mistério para muitos, ainda mais quando verificamos a composição dessa taxa também chamada de MDR. O MDR é dividido em três partes: Margem de lucro para adquirentes; *Fee* de Intercâmbio, que é a parte destinada a bandeira do cartão e a Taxa de intercâmbio, que por sua vez é o valor repassado ao banco emissor do cartão. Dentro

¹⁸Disponível em: <http://investors.pagseguro.com/overview/Index?KeyGenPage=431118>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

¹⁹A Taxa MDR é o valor cobrado por cada passada de cartão na máquina, se for no débito.

dessa conjuntura fica difícil entender como SafraPay consegue gerar lucro, uma vez que, ela é responsável por transferir as bandeiras e aos bancos valores que ela não cobra de seus clientes.

Para o pesquisador, autor deste artigo, existe uma explicação, além dos valores cobrados pelas antecipações de recebíveis onde o lucro é total para adquirente, o Safra é conhecido por ser um banco para clientes classe A, com expertise em investimentos provas disso são seus prêmios em, 2017, pelo 3º ano consecutivo, o Safra foi vencedor do prêmio Top Gestão na categoria "Maiores - Renda Fixa". *Ranking* elaborado pela *Standard & Poor's* (Empresa responsável pela publicação de análises e pesquisas sobre bolsas de valores e títulos) e publicado pela revista Valor Investe Edição em junho/2017.

Em 2018, fundos de investimento do Safra foram premiados com 5 estrelas na edição especial "Onde Investir" da Revista Exame. Com essa bagagem no mercado financeiro, o banco consegue investir os valores que são captados pelos seus clientes em suas máquinas, rentabilizando esse valor e gerando lucro com ele, podendo assim pagar as taxas referentes ao *Fee* de intercâmbio e a taxa de intercâmbio.

Vale salientar que essa prática não é ilegal, pois os valores transacionados nas máquinas precisam chegar aos clientes no prazo máximo de 30 dias ou de acordo com as parcelas selecionadas, caso o cliente peça antecipação o banco deposita o valor cobrando as taxas de antecipação. Logicamente trata-se de uma prática arriscada, porém se esses investimentos renderem ao menos 5% ao mês já é possível pagar todos os custos e gerar lucro para empresa.

Embora suas condições sejam bastante competitivas a SafraPay, sofre com altos índices de reclamações por parte de seus clientes, é possível observar por meio de suas redes sociais como também no site Reclame aqui, onde é a empresa do setor pior avaliada com nota 5,6/10. Os diretores, tanto da adquirente quanto do banco, ainda não se manifestaram sobre o caso. Fato é que a empresa vem ganhando força nesse mercado tão competitivo.

2.40 que esperar para o futuro

A diversificação de novos produtos ou serviços será ponto chave nessa disputa, a corrida que hoje, em plena Quarta Revolução Industrial, não irão está relacionada as taxas, muito possivelmente a "guerra das maquininhas" será vencida pela empresa que no futuro apresentar um maior leque de produtos agregados para seus clientes. Por exemplo, as empresas que antes só eram responsáveis por transacionar, agora precisaram ser mais inteligentes e precisaram gerar inteligência para os lojistas, com programas que mostrem que semana, que dia, que hora vende mais, qual o *ticket* médio, quantas vezes o mesmo cliente volta na loja, ou seja, as empresas precisam entender que para se rentabilizar é preciso pensar como fazer o seu cliente ganhar mais dinheiro de forma efetiva.

Outra estratégia que vem sendo utilizada no mercado ainda relacionado à diversificação para ganhar essa competição acirrada, está na produção de novos produtos e serviços essenciais para o lojista. A PagSeguro por exemplo, desenvolveu em 2018, a sua própria conta, fazendo com que seus clientes não precisem mais de um banco para movimentar suas rendas, com isso é possível eliminar a concorrência indireta com os bancos de varejo.

Por outro lado, as empresas que não têm como processamento de pagamentos sua atividade principal, vêm desenvolvendo esse serviço para fidelizar ainda mais seus clientes, um caso bem importante refere-se ao aplicativo de *delivery Ifood* que em julho de 2018 desenvolveu sua própria plataforma de pagamento físico.

Para Fortuna (2010), outro aspecto importante serão os novos modelos de realizar as vendas nos estabelecimentos, os pagamentos por aproximação e por celular serão cada vez mais utilizados, por sua comodidade e segurança. Nesse ponto ao que parece todas as adquirentes citadas no artigo já possuem tecnologia de aproximação nos seus equipamentos, assim as empresas não poderão deixar suas tecnologias obsoletas, pois a tecnologia será diferencial nesse mercado.

Um bom *benchmarking* para as empresas brasileiras é a *Square*, uma empresa norte americana de pagamentos, ela oferece um portfólio amplo em serviços para seus clientes, além de pontos de pagamentos em cartão ela oferece sistema de gestão específicos para cada tipo de negócio, serviços de fidelidade e desenvolvimento de marketing para os estabelecimentos, fazendo com que seus clientes não precisem de outras empresas para que seu negócio funcione, isso cria barreiras a concorrência.

Porém engana-se quem acha que o EUA é o futuro do mercado de meios de pagamentos, hoje a Europa é centro das atenções nesse assunto, desde a criação da tecnologia NFC que faz o pagamento por aproximação, *Skype* e *TransferWise* uma empresa de transferências global hoje avaliada em US\$ 1,6 bilhões, os olhares do mundo estão voltados para o velho continente, por lá 40% das transações bancárias são capturadas por *fintechs*. Ainda bem diferente da nossa realidade atual onde em 2018, 84,8% do mercado de crédito estava concentrado nos 5 maiores bancos do país (Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa), segundo Portal G1.

É notório que um novo marco regulatório se faz necessário, o modelo atual ainda tem tendência a falha, dando margem para o monopólio dos grandes bancos. O principal motivo desse marco é deixar a concorrência mais justa para todos os lados envolvidos. Kasznar (2017) reforça que se torna evidente a adoção de medidas regulatórias para o aperfeiçoamento do mercado de meios de pagamento, uma vez que o mercado se moderniza toda vez que atitudes como essas acontecem. Para isso, o Banco Central está se atualizando para criar normas para o mercado de meios de pagamento.

3 Metodologia

3.1 Tipologia de pesquisa

Esse artigo baseia-se na utilização de conteúdos oriundos de livros e *sites* acerca do tema abordado. Dessa forma é definido como pesquisa bibliográfica. Para Marconi e Lakatos (2010, p.166) a finalidade da pesquisa bibliográfica é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Com o objetivo de explicar a situação de um nicho de mercado na economia brasileira, observando os impactos para as empresas que utilizam os serviços de aquisição a pesquisa em si tem cunho exploratório. De acordo com Severino (2007, p.123) “A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições e manifestações desse objeto”.

4 Considerações finais

O desenvolvimento desse artigo buscou entender como foi estruturado o mercado de meios de pagamentos eletrônicos no Brasil e suas atualizações com o passar dos anos, assim como ajudar os empreendedores brasileiros a entender melhor como funciona esse importante mercado da economia brasileira. Foi possível observar também a entrada de novas empresas para abertura de concorrência nesse setor, algo que já era esperado a muito tempo, assim como uma política mais forte de punições pelos órgãos regulamentadores para os grandes *players*.

Através de pesquisa em livros, artigos e sites, foi possível constatar a história por trás das “máquinas de cartões”, o início e sua evolução com o passar dos anos. Por meio também dessa pesquisa foi possível observar as táticas de cada concorrente para crescer no mercado, dentre elas: Rede (Itaú), Cielo (BB e Bradesco), Getnet (Santander), Fisrt Data (BANCOOB) e SafraPay (Safra) que ainda tem seus bancos como portos seguros. As empresas Stone e PagSeguro surgiram e hoje já possuem capital aberto em bolsas internacionais, tendo seus valores de mercado estipulados em mais de 1 bilhão de dólares norte-americanos.

Ainda é muito alta a diferença entre Cielo e Rede das demais empresas, mas já é fácil perceber que o mercado está se moldando e que nos próximos anos essa diferença tende a cair ainda mais, tornando ele ainda mais competitivo, possivelmente a “Guerra das Maquininhas” ainda esteja muito longe fim, fato é que está sendo uma das maiores brigas comerciais dos últimos anos no cenário nacional. Por fim, tudo indica um futuro promissor para os empreendedores brasileiros que buscam as máquinas de cartões para receber suas vendas. Melhorar no atendimento, taxas mais justas, criação de serviços periféricos que façam com que o lema das adquirentes faça se cumprir, que é fazer seus clientes venderem mais.

Referências

ABEP. **Crítério Brasil**. Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

AKRA, Ana Clara Mello Costa; DUARTE, Henrique de Oliveira. **Estratégia competitiva no mercado de meios de pagamento brasileiro**: Estudo de caso de uma empresa do setor de adquirência. Projeto de graduação – Curso de Engenharia de Produção, na Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10026835.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2019.

BANCOOB. **Adquirência de meios eletrônicos de pagamentos**. Disponível em: <https://www.bancoob.com.br/adquigencia>. Acesso em 01 de maio de 2019.

BOANERGES & CIA. **Mercado de adquirência no Brasil**: Impactos da Circular 3.887/2018 Limitação do *interchange* dos cartões de débito. Disponível em: <https://www.boanergesecia.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Boanerges-Cia-Evento-Barcelos-Tucunduva-Mercado-de-adquir%C3%Aancia-no-Brasil-Impactos-da-Circular-3.8872018-Limita%C3%A7%C3%A3o-do-interchange-dos-cart%C3%B5es-de-d%C3%A9bito.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

CIELO. **Quem é a Cielo**. Disponível em: <https://www.cielo.com.br/conheca-a-cielo/>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

CONSUMIDOR MODERNO. Onde a inovação em meios de pagamento acontece? Se você pensou nos EUA, errou. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2018/10/22/onde-inovacao-em-meios-de-pagamento-acontece-se-voce-pensou-nos-eua-errou/>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

ENDEAVOR. **Day 1. “Não sou fundador de nada, sou em engajador de fundadores, José Renato Hopf, Getnet**. Disponível em: <https://endeavor.org.br/desenvolvimento-pessoal/day1-nao-sou-fundador-de-nada-sou-um-engajador-de-fundadores-jose-renato-hopf-getnet>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Jovens empreendedores de 18 anos dividem seu tempo entre a escola e uma empresa milionária**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/12/jovens-empreendedores-de-18-anos-dividem-seu-tempo-entre-escola-e-uma-empresa-de-r-500-milhoes.html>. Acesso em 15 de abril de 2019.

EXAME. **O que é uma startup?** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/o-que-e-uma-startup/>. Acesso em: 06 de junho de 2019.

EXAME. **Cielo diz que voltou ao jogo, mas prevê lucro menor em 2019.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/cielo-diz-que-voltou-ao-jogo-mas-preve-lucro-menor-em-2019/>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

FIRST DATA: **História.** Disponível em: https://www.firstdata.com/pt_br/about-first-data/media/first-data-history.html. Acesso em: 01 de maio de 2019.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro:** Produtos e serviços. 18. ed. Rio de Janeiro: Qualitymak, 2010.

G1. Cinco maiores bancos comerciais detinham 84,8% do mercado de crédito no fim de 2018, revela BC. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/28/cinco-maiores-bancos-comerciais-detem-848percent-do-mercado-de-credito-no-fim-de-2018-revela-bc.ghtml>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

INFOMONEY. Stone mostra resultados positivos, PagSeguro compra banco e a Cielo? Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/grandes-empresas/noticia/7878848/stone-mostra-resultados-positivos-pagseguro-compra-banco---e-a-cielo>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

JORNAL EL PAÍS BRASIL. Economia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tag/bancos>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

KASZNAR, Istvan. **O Mercado de meios eletrônicos de pagamento no Brasil e no mundo:** Realidade setorial, diagnóstico, sugestão e proposta de ação estruturante dos arranjos de pagamento e do sistema financeiro. 3ª. Ed. São Paulo: Book Express, 2017.

KISHTAINY, Niall; ABBOT, George; et al. **O livro da economia.** São Paulo: Globo, 2013.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MUNDIPAGG. **Página Inicial.** Disponível em: <https://www.mundipagg.com/>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

PAGAMENTO.ME. **Dados Share de mercado de meios de pagamento eletrônico no Brasil em 2016.** Disponível em: <https://pagamento.me/market-share-adquirentes/>. Acesso em: 22 de set. 2018.

PAGSEGURO. **Sobre a empresa.** Disponível em:

<http://investors.pagueguero.com/overview/Index?KeyGenPage=431118>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

RECLAMEAQUI. **Reputação de SafraPay.** Disponível em:

<https://www.reclameaqui.com.br/empresa/safrapay/>. Acesso em: 27 de abril de 2019.

SAFRA. **Fundos de Investimento.** Disponível em: <https://www.safra.com.br/pessoa-fisica/investimentos/fundos-de-investimentos.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLEDO, Letícia. **PagSeguro: o futuro incerto da dona da “moderninha”.** Disponível em:

<https://exame.abril.com.br/negocios/pagueguero-o-futuro-incerto-da-dona-da-moderninha/>>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

VALOR ECONÔMICO. **Lucro da Getnet aumenta 13,7% em 2018 e alcança R\$ 482,7 milhões.** Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/6096325/lucro-da-getnet-aumenta-137-em-2018-e-alcanca-r-4827-milhoes>. Acesso em 12 de junho de 2019.

VEJA. **Stone Pagamentos levanta US\$ 1,2 bilhão em abertura de capital nos EUA.**

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/stone-levanta-12-bilhao-de-dolares-em-nova-york/>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

Capítulo IX

Com apenas um salário mínimo no Brasil

Paulo Galvão Júnior

*Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.
Charles Chaplin (1889-1976)*

1 Considerações iniciais

É grande o número de brasileiros e brasileiras que sobrevivem com apenas um salário mínimo por mês. Os trabalhadores com 15 anos ou mais de idade, os aposentados e os pensionistas que ganham um salário mínimo mensal somam 48 milhões de pessoas no Brasil, mais do que a população total da Espanha, com 46,5 milhões de habitantes.

No Reino da Espanha, recentemente, o primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez assinou um decreto de aumento de 22,3% do salário mínimo. Passando dos antigos 858 euros em 2018 para 1.050 euros em 2019, o equivalente a R\$ 4.650,00 no Brasil. É o maior aumento do salário mínimo na Espanha desde 1977 e o primeiro-ministro espanhol enfatizou: “Um país rico não pode ter trabalhadores pobres”.

Num país emergente como o Brasil são 48 milhões de pessoas com apenas um salário mínimo por mês, destes 23,2 milhões são beneficiários do INSS, 12,2 milhões de empregados, 8,9 milhões atuam por conta própria e 3,7 milhões de trabalhadores domésticos (DIEESE).

O Congresso Nacional tinha aprovado o reajuste previsto do salário mínimo para R\$ 1.006,00 por mês. Mas, o atual governo Jair Bolsonaro cortou em oito reais do estabelecido no orçamento da União, ficando o valor nacional em R\$ 998,00 mensal.

Algumas pessoas conseguem ter acesso a alimentação, a moradia, o vestuário, a educação, a saúde e o transporte somente com esse salário, a maioria não. Por isso, que muitas pessoas acabam se perguntando: Como administrar bem um salário mínimo no Brasil? Por que muitas pessoas passam apertadas e outras não? Mas, afinal de contas, qual o segredo para que possamos sobreviver em plena recuperação econômica?

Desde 29 de julho de 2015 o aumento no salário mínimo no País é baseado na lei 13.152, que prevê que o salário mínimo deve ser reajustado levando em conta a inflação, medida pelo INPC do IBGE do ano anterior e a taxa de crescimento do PIB de dois anos antes para determinar aumento real, ou seja, acima da inflação. Esse aumento não é

significativo, mas é bem melhor do que ficar estagnado, por isso, que muitas pessoas acabam aguardando esse aumento, mesmo sabendo que ele será pouco, muito pouco.

Desta vez, o ex-presidente da República, Michel Temer, não assinou o decreto no final do ano de 2018. Cabendo o atual presidente Jair Messias Bolsonaro e o ministro da Economia Paulo Guedes assinarem o decreto federal 9.661 que estabelece o salário mínimo de R\$ 998,00 a partir de 1º de janeiro de 2019. O aumento do salário mínimo, em números absolutos, foi de apenas R\$ 44,00, ou seja, um reajuste de 4,61% (1% do PIB de 2017 mais 3,61% do INPC de 2018) sobre o salário mínimo de 2018 (R\$ 954,00).

2 Como administrar bem um salário mínimo no Brasil?

Viver com um salário mínimo por mês não é fácil, extremamente difícil, mas, se soubermos administrar não passamos necessidades e nem entramos em dívidas também. Portanto, destacamos dicas básicas para que sejam úteis a todos que desejam também aprender como administrar o seu salário mínimo na ainda oitava maior economia do mundo e ao mesmo tempo nona nação mais desigual do planeta.

Algumas dicas básicas para administrar bem um salário mínimo nas cinco regiões do Brasil: (i) A regra número um, é nunca gastar mais do que você ganha; (ii) Faça seu orçamento familiar para saber administrar seu salário mínimo; (iii) Tenha um controle de gastos e receitas mensais, seja no caderno ou nas planilhas do Excel; (iv) Anote todos os gastos e contas a pagar, além das receitas por mês; (v) Sempre guarde 10% do salário mínimo na poupança, porque nunca sabemos quando a época das “vacas magras” vão chegar; (vi) Evite compras desnecessárias; (vii) Evite o uso de cartão de crédito, cheque especial e empréstimo pessoal.

Administrar bem um salário mínimo no quinto maior país do planeta, depende muito de cada pessoa, de suas necessidades ilimitadas e desejos infinitos, além de responsabilidades diárias. Hoje em dia, é enorme o número de famílias que sobrevivem somente com esse salário, os seus custos desnecessários fazem diferença no final do mês, por isso, temos que ter controle e pensar bem antes de comprar.

Quadro 1: Salário mínimo no Brasil nos últimos dez anos – 2010-2019

Ano	Salário mínimo no Brasil
2010	R\$ 510,00
2011	R\$ 545,00
2012	R\$ 622,00
2013	R\$ 678,00
2014	R\$ 724,00
2015	R\$ 788,00
2016	R\$ 880,00
2017	R\$ 937,00
2018	R\$ 954,00
2019	R\$ 998,00

Fonte: IBGE.

Em 2010, o salário mínimo era de R\$ 510,00. Em 2011, o salário mínimo foi de R\$ 545,00. Em 2012 alcançou R\$ 622,00. Em 2013, chegou a R\$ 678,00. Em 2016 era de R\$ 880,00. Em 2018, o salário mínimo foi de R\$ 954,00 (IBGE). Agora, em janeiro de 2019, foi o menor aumento absoluto nos últimos 24 anos. O salário mínimo é de R\$ 998,00.

Nos dias de hoje, com R\$ 44,00 a mais, não podemos comprar um botijão de gás (R\$ 65,00) em João Pessoa, porque faltará R\$ 21,00.

3 Considerações finais

Segundo o salário mínimo necessário do DIEESE, o salário deveria ser de R\$ 3.960,57 ao mês, em dezembro de 2018, para uma família de quatro pessoas, um casal com dois filhos menores de 21 anos, pagar as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, transporte, higiene, previdência e lazer. Em outras palavras, o valor do salário mínimo é 4,15 vezes inferior ao salário mínimo necessário em novembro de 2018.

Nos últimos dez anos, o salário mínimo no Brasil subiu apenas R\$ 488,00, ou seja, um aumento relativo de 95,68%. Com este valor atual podemos comprar pelo site das Lojas Americanas um smartphone LG K9 TV. Agora resta saber em relação a janeiro de 2019. O presidente Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes se quiserem podem mudar a regra atual de reajuste do salário mínimo no sexto país mais populoso do planeta. Em suma, o salário mínimo do próximo ano tende a ser menor no seu reajuste anual, logo, mais sofrimento.

Capítulo X

Comparativo tributário em uma EPP: um estudo de caso da empresa JTS em Araçagi

Giseli dos Santos Melo²⁰

Paulo Galvão Junior

Empresas reduzem despesas com o planejamento tributário.

Pinheiro Advocacia & Consultoria

1 Introdução

Em um país continental onde a carga tributária é alta e representa grande impacto na vida das empresas nas cinco regiões brasileiras é muito difícil gerenciar e ao mesmo tempo planejar. “Ao trazer um custo financeiro enorme às empresas e constante insegurança aos empresários, que não tem a certeza de estar cumprindo com as obrigações exigidas pelo Fisco” (CREPALDI, 2017, p.29).

Há diversas dificuldades ao se constituir uma empresa, uma delas é saber o quanto vai pagar de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria), a partir daí começam as primeiras informações a respeito, e com isso nos leva a alguns questionamentos básicos como em qual regime de tributação que a empresa vai se enquadrar, para encontrar uma forma de gerar benefícios e vantagens ou evitar as desvantagens em relação à atividade econômica da empresa.

Existem duas escolhas para reduzir os encargos tributários no Brasil, podendo ser tanto pela elisão fiscal que é a redução da carga tributária dentro da legalidade, quanto pela evasão fiscal que é a redução da carga tributária que descumpri as determinações legais, sendo crime de sonegação fiscal (FABRETTI, 2005, p. 33).

O fato de discutir sobre a relevância de se fazer um planejamento tributário em uma Empresa de Pequeno Porte (EPP) no município de Araçagi, localizado no estado da Paraíba (PB), não é somente uma questão de interesse aleatório. Haja vista que é também um dever legal determinado pelo artigo 153 da Lei nº 6.404/1976: “O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios”.

²⁰Graduada em Ciências Contábeis no IESP Faculdades (2019). E-mail: giselimelo19@hotmail.com

A partir da análise empírica de algumas dúvidas de clientes e empresários do ramo de comércio, surgiu a seguinte inquietação: *Qual a viabilidade e a necessidade de fazer planejamento tributário e financeiro para uma empresa do ramo de comércio?*

Este artigo tem como objetivo geral mostrar a relevância do planejamento tributário para a empresa JTS Comércio de Alimentos EIRELI²¹ estabelecida em Araçagi, município localizado na região metropolitana de Guarabira, PB. Além de quatro objetivos específicos: Elaborar um levantamento tributário para a empresa selecionada nos seguintes regimes: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional; Comparar os resultados apurados de acordo com cada regime; Evidenciar qual o regime mais adequado para a empresa; Demonstrar os benefícios para uma empresa ter o seu próprio planejamento anual.

As constantes mudanças na legislação tributária brasileira, fez com que a gestão tributária ganhasse um espaço maior nas empresas, esse avanço está justamente atrelado ao papel estratégico dessa gestão, então a definição dessa temática trouxe como justificativa a relevância de ter uma gestão atenta ao planejamento tributário no decorrer do exercício, capazes de gerar impactos positivos para a empresa.

Por isso, com a realização desse estudo permitirá demonstrar posteriormente a contribuição direta para a melhoria na gestão, ao responsável da empresa estudada, podendo trazer benefícios econômicos que poderão ser revertidos em benefícios financeiros, capazes de trazer uma estratégia para o desenvolvimento financeiro para a empresa.

E no âmbito acadêmico a pesquisa poderá contribuir com a formação dos que ainda irão estudar contabilidade e o que estão cursando, sendo assim futuros contadores, podendo servir de auxílio com conhecimento prático e teórico, englobando o conhecimento assimilado durante o curso com a realização prática. Por ser mais uma fonte de pesquisa para aqueles que possuem interesse, logo, será mais uma escolha que adota diferentes abordagens de estudo, que precisa de frequente atualização da Instituição de Ensino Superior (IES).

A metodologia tem como base a legislação tributária, livros, dados da empresa, textos e revistas que discutem sobre o planejamento tributário, visando a deduzir a carga tributária na empresa, plataformas digitais, com os trabalhos científicos e a pesquisa bibliográfica.

O artigo se complementar com estudo de caso, visto que serão realizados estudos sobre um caso específico, verificando os documentos disponibilizados, possibilitando a elaboração e sugestões a respeito da situação tributária atual e uma projeção futura para as possibilidades no enquadramento tributário. Será realizada uma pesquisa qualitativa e explicativa, pretende apurar dados e compará-los a fim de entender e identificar os enquadramentos possíveis e adequados para a empresa no período analisado.

²¹ERIEMI significa Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Ela pode ser definida como um tipo de categoria empresarial, onde o negócio irá possuir apenas um único sócio.

Enquanto fundamentação teórica, o trabalho se baseia Crepaldi (2017), Fabretti (2017) e Pêgas (2017), os quais discutem contabilidade tributária e planejamento tributário. O estudo apresenta uma base teórica, demonstrando a contabilidade tributária com seus conceitos, bem como o planejamento tributário para uma tomada de decisão, tipos de regimes tributários. Em seguida será apresentada a metodologia, logo será feita uma análise dos dados e cálculos práticos. Por último, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2 Fundamentação teórica

2.1 Contabilidade tributária

A contabilidade tributária está diretamente ligada ao registro de tributos e o controle a serem saldados pela empresa. A partir de princípios tributários que sobressaem nas normas jurídicas, será válido, se forem editadas de maneira rigorosa em acordo com eles. Segundo Fabretti (2016, p.16), “A contabilidade tem por método a prática dos conceitos, normas básicas e princípios da contabilidade e da legislação, de forma conjunta e adequada”.

A legislação tributária é o regulamento que direciona o funcionamento para a área tributária. Segundo a Lei nº 5.172 de 1966, no artigo 96: a legislação tributária engloba as leis, convenções e tratados internacionais, normas e os decretos complementares que abordam, por completo ou em parte, nas relações jurídicas dos tributos nele oportunos no Código Tributário Nacional (CTN) de 1966.

Os princípios constitucionais tributários prevalecem sobre todas as normas jurídicas, sendo que as mesmas somente são válidas se editadas em rigorosa consonância com eles. No princípio da legalidade tem como fonte teórica que apenas será possível exigir ou aumentar tributos por meio de Lei que o estabeleça.

No princípio da isonomia colocam-se apostos que a norma tributária deve ser igualmente aplicada aos contribuintes que se encontrem em situação equivalente, independentemente de sua atividade profissional, tendo como base filosófica o princípio constitucional da isonomia (artigo 150, II, da Constituição Federal de 1988).

Portanto, a contabilidade tributária tem o objeto de verificar com exatidão do resultado econômico no seu ano fiscal da entidade, de maneira sucinta e clara, futuramente atendendo os requisitos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para fins de tributação (FABRETTI, 2016).

A contabilidade deve ir além da preocupação em resolver às obrigações fiscais, mas sim, destinar prudência no preenchimento das declarações de forma correta para que não haja erro diante à legislação fiscal, do mesmo modo, em um sentido gerencial, recolher informações para utilizar como base no planejamento tributário.

2.2 Planejamento Tributário

O planejamento tributário consiste em identificar alternativas de formas lícitas para que venha a possibilitar o cumprimento das obrigações tributárias e de forma menos onerosa para os contribuintes. Portanto, em um estudo prévio, trata-se da concretização de fatos administrativos com efeitos fiscais, jurídicos e econômicos para determinar uma decisão gerencial.

Os regimes tributários são compostos por quatro formas de tributação: Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado. É relevante que os analistas tributários ou contadores de acordo com atividade operacional façam um estudo e vejam previamente os tributos que estão agregados na empresa e seus respectivos impostos a restituir.

Compreende que o planejamento tributário é uma medida lícita que reduz a carga tributária fiscal, o que exige um conhecimento especializado e ter a prudência dos responsáveis nas decisões estratégicas no ambiente corporativo. Estudo prévio dos fatos administrativos, dos efeitos econômicos, fiscais e jurídicos para ter uma tomada de decisão na área gerencial da empresa, com propósito de constatar uma alternativa menos onerosa e de forma legal (OLIVEIRA, et al, 2010, p.17).

O estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário (FABRETTI, 2017, p.37).

As empresas atualmente no Brasil, conforme sua atividade fiscal ou do faturamento, podem optar por seu regime tributário: Lucro Real, Lucro Arbitrado, Lucro Presumido, Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI).

A sistemática do Microempreendedor Individual (MEI) foi instituída pela Lei Complementar (LC) nº 128/2008, o MEI foi criado para formalizar os autônomos com pequenos negócios, que tenham o faturamento baixo. Existem condições para enquadramento, dentre elas é o faturamento anual limitado a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), por isso será desconsiderado para fins de estudo neste artigo, as opções tributárias que serão estudadas e podem ser resumidas em: Lucro Presumido, Lucro Arbitrado, Lucro Real e Simples Nacional.

2.2.1 Sistema Tributário

O Sistema Tributário Nacional (STN) é o conjunto de normas que traz limites à atuação do poder de tributar do Estado. Segundo Crepaldi (2017, p.34), "Constitui instrumento da sociedade. É por meio das receitas tributárias que é viabilizada a manutenção das estruturas política e administrativa do Estado e as ações de governo". O CTN, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, regulamenta no Artigo 2º:

O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional nº 018, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do

Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais (BRASIL, 1996).

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988 a partir dos artigos 153 e 162, nessas disposições da Constituição a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, encontram-se especificados os princípios gerais sobre os tributos, que são classificados em três expressos na CF (1988), mais o Supremo Tribunal Federal (STF) ampliou para incluir as contribuições sociais e empréstimos compulsórios ao lado dos impostos, taxas e contribuições de melhoria. A CF não cria o tributo, mais sim divide entre o poder político e entidades, por meio da Lei, observando os limites determinados.

2.2.2 Obrigação Tributária

A obrigação tributária é definida e classificada no artigo 113 do CTN, gerando um dever para o contribuinte, terceiro ou responsável, a obrigação tributária é subdivida em principal e acessória:

A obrigação tributária é principal ou acessória. § 1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. § 2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela prevista no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. § 3º. A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária (BRASIL, 1996).

Isto é, a obrigação principal refere-se a tributos e também as penalidades pecuniárias, mas os tributos não se confundem com multas, o fato gerador é definido por Lei. Já obrigação acessória não tem caráter pecuniário, a prestação de fazer algo ou deixar de fazer algo no interesse da fiscalização e arrecadação tributária e o fato gerador é definido na legislação tributária.

2.2.3 Tributos

Em relação aos tributos, por definição de um aspecto de obrigatoriedade ao contribuinte de pagar, cuja cobrança deve ser normatizada em Lei, ou seja, o pagamento dos tributos é um dever dos indivíduos, tendo que disponibilizar um percentual de seus rendimentos e patrimônio à manutenção e desenvolvimento do Estado, tal como está disposto no art. 3º do CTN (1966), “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em Lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Portanto, o tributo, em regra, está relacionado ao pagamento compulsório em moeda, forma normal de extinção da obrigação tributária. Mas, para efeito de pesquisa, de acordo com o art. 4º do CTN (1966), segundo Fabretti (2016, p.149), “os tributos

podem ser divididos em impostos, taxas e contribuições. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação. De acordo com os incisos I e II da art. 4º [CTN]”. Por isso é interessante definir a relação entre fator gerador e obrigação tributária.

2.2.4 Fator Gerador

Na concepção de Fabretti (2005, p.145), o fator gerador pode ser definido em razão da “concretização da hipótese de incidência tributária em abstrato na Lei, que se faz gerar (faz nascer) a obrigação tributária”. Nesse sentido, de modo complementar, pode-se afirmar que “concretização do fato gerador pode fazer uma obrigação principal que é sempre de natureza pecuniária” (FABRETTI, 2005, p.147). Isto é, o pagamento de tributo ou uma obrigação acessória representam um dever do contribuinte à esfera da administração pública.

2.2.5 Impostos, taxas e contribuições

Para uma melhor compreensão dos tributos: os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria a nível federal, estadual e municipal, segundo dados oficiais, no Brasil há 94 tributos (13 impostos, 36 taxas e 45 contribuições de melhoria). Portanto, o tributo pode ser classificado em três definições: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Desse modo, segundo o art. 16 do CTN (Lei nº 5.172/66), “o imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade específica, relativa ao contribuinte”. O imposto é regido pela CF de 1988 nos arts. 153 ao 155, como sendo de competência privativa. Isto é, pode ser categorizado como sendo o tributo mais relevante, pois incide de modo obrigatório ao contribuinte (FABRETTI, 2005). Por outro lado, em relação às taxas, segundo o CTN, nos arts. 77 e 78 dispõem acerca da definição de taxa:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Parágrafo único. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (BRASIL, 1996).

Contudo, cabe evidenciar que a taxa pode ser definida como sendo a exigência financeira imposta pelo Estado à pessoa física ou jurídica, em decorrência da legitimidade de serviços públicos fundamentais, por exemplo. Por outro lado, no tocante aos conceitos e definições de contribuições, segundo Fabretti (2005, p.151), “essa contribuição é anterior à instituição das contribuições sociais”. Desse modo, faz-se necessário apreciar no art. 5º do CTN (1996), ao especificar que as Contribuições dizem respeito a um tipo de tributo, em regra, direcionada a arcar com as despesas referentes às atividades estatais, o interesse das categorias econômicas ou profissionais e o custeio do sistema da seguridade social, tal como está disposto nos art. 81 e 82 do CTN (1996):

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. **Art. 82.** A Lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos: I - publicação prévia dos seguintes elementos: a) memorial descritivo do projeto; b) orçamento do custo da obra; c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição; d) delimitação da zona beneficiada; e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas (BRASIL, 1996).

Destarte, em relação às contribuições, pode-se afirmar que, em regra, encontram-se divididas em dois grupos: de melhoria ou especiais. As contribuições de melhoria dizem respeito aos benefícios ao contribuinte, como uma obra pública que valorizou seu imóvel. Enquanto que as contribuições especiais a ser definidas e sendo direcionadas a aspectos específicos, tais como: Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), dos trabalhadores do setor privado e público, respectivamente.

2.3 Formas de tributação

2.3.1 Simples Nacional

O Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) é uma forma simplificada e unificada de recolhimento de tributos, mediante a aplicação de percentuais favorecidos e progressivos, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta (ANDRADE FILHO, 2010). No art. 12 da LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006 está previsto:

Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Infere-se do conceito supracitado e do artigo exposto que o Simples Nacional é uma nova forma de tributação destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, que visa, através de um tratamento diferenciado

e favorecido (alíquotas progressivas), unificar a apuração e a arrecadação de tributos de todos os entes da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2006).

De acordo com o art. 13 da LC nº 123/2006, os tributos abrangidos pelo Simples Nacional são: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Assim, esta Lei promoveu uma transformação grande na forma de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte (SANTIAGO, 2011).

O contribuinte que optar pelo Simples Nacional tem os seguintes benefícios: apuração dos tributos com alíquotas progressivas e mais favorecidas; e recolhimento centralizado dos tributos federais, estaduais e municipais em um único documento de arrecadação. Outro benefício de importância trata-se da dispensa da pessoa jurídica do pagamento das contribuições instituídas pela União, destinadas ao Serviço Social do Comércio (SESC), ao Serviço Social da Indústria (SESI), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e seus congêneres, assim como das relativas ao salário-educação e à Contribuição Sindical Patronal (ANDRADE FILHO, 2010).

Assim, não há dúvida de que além de estabelecer normas legais e instituir um estatuto para as microempresas e empresas de pequeno porte, a LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tem a finalidade de favorecer a tributação dessas empresas, com alíquotas diferenciadas e sem a burocracia das diversas leis existentes para cada um dos tributos administrados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (SANTIAGO, 2011).

No art. 3º a LC nº 123/2006 teve uma alteração pela Lei nº 155/2016, está definido que são consideradas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aquelas que auferem, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais):

§ 1º - Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos (BRASIL, 2006).

A definição ocorre de duas formas: São elas: constitutiva e econômica. No critério constitutivo, a Lei estabelece que a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário podem ser considerados ME ou EPP. Quanto ao critério econômico, os tipos empresariais citados

anteriormente serão classificados como ME ou EPP segundo a receita bruta auferida em dado ano-calendário (SANTIAGO, 2011).

De acordo com a LC nº 123/2006 o art. 13-A, discute sobre o recolhimento do ISS e ICMS, os Municípios e Estados precisam aderir sublimites (limites diferentes) de receita bruta anual para as ME e EPP. Na legislação o sublimite é de R\$ 3.600.000,00 para os estados do Amapá, Acre e Roraima o a receita bruta auferida é de R\$ 1.800.000,00, já em determinados estados o sublimite estabelece conforme a participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. A Paraíba adotou a redução do ICMS segundo a legislação prevista para o sublimite no Simples Nacional, de R\$ 1.800.000,00:

Art. 1º Fica reduzida, a partir de 1º de janeiro de 2018, a base de cálculo do ICMS nas operações e prestações realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecidas neste Estado, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Art. 2º O benefício previsto no art. 1º desta Lei será concedido na forma de redução do percentual efetivo do ICMS devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte, considerando a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, e determinado de acordo com o Anexo Único desta Lei, nos termos do § 20 do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e arts. 31 e 32 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011. Lei nº 11.031 de 12 de dezembro de 2017 (RICMS - PB - Anexo único).

Para aderir à opção do Simples Nacional necessita-se de algumas formalizações que são solicitadas por meio da internet, na qual se configuram como imutáveis para todo o ano calendário a partir de então. O prazo para inscrição no sistema unificado do simples tem validade até o último dia útil de janeiro e se estende durante todo o ano calendário vigente (PÊGAS, 2017).

2.3.1.1 Base de cálculo

O cálculo do Simples Nacional é realizado mediante as alíquotas efetivas, com base na receita bruta acumulada dos últimos doze meses, multiplicando pela alíquota nominal existente nos anexos, a parcela encontrada sendo deduzida, por um valor, a deduzir existente nos anexos e dividido pela receita bruta acumulada dos últimos doze meses. Conforme o art. 18 da LC nº 155/2016.

No § 1º do art. 18 da LC nº 155/2016 estabelece que, para calcular a alíquota nominal o “o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração” já no § 2º o resultado da alíquota efetiva tem a seguinte fórmula:

$$\frac{(RBT12 \times Alíq) - PD}{RBT12}$$

Na LC nº 123/20016, demonstra os termos da fórmula acima: **RBT12**: receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração; **Alíq**: alíquota nominal constante dos Anexos I a V; **PD**: parcela a deduzir constante dos Anexos I a V.

O Simples Nacional tem alíquotas variadas da qual está entre 4,0% a 33% que estão nos anexos da LC nº 123/2006, segundo sua atividade empresarial. Por exemplo, o anexo I aplicado em empresas com atividade referente a comércio, de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1: Anexo I – Comércio

Tabela do Simples Nacional - Anexo I - Comércio			
Faixa	Receita bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquot a	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	0
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Fonte: Adaptado pelos autores conforme o anexo I da LC nº 123/2006 e da LC nº 155/2016.

2.3.2 Lucro Real

O Lucro Real é um regime de tributação tido como regra geral para todas as empresas, independente de valor de faturamento. Com base na legislação, foram estabelecidos alguns preceitos e normas para as entidades que forem obrigadas a escolherem este regime de tributário com base no Lucro Real, que se trata de um sistema onde as empresas recolhem o IRPJ na alíquota de 15,00% ou utiliza-se o adicional de 10% se o lucro exceder R\$ 20.000,00 ao mês ou R\$ 240.000,00 ao ano, e a CSLL na alíquota de 9,00%, ambas com base no Lucro Contábil ajustado através das Adições, Exclusões e Compensações. Estão obrigadas à apuração do Lucro Real as pessoas jurídicas citadas no Art. 14 da Lei nº 9.718/1998, que são as entidades:

I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses; II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta; III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior; IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto; V - que, no

decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996; VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação (*factoring*); VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio (incluído pela Lei nº 12.814, de 2013).

Para Fabretti (2015, p.226), “o lucro real é apurado de acordo com o resultado contábil com base no período, que pode gerar lucro ou prejuízo. Então presumir que a escrituração contábil é regular e mensal”. Conforme a Lei nº 10.637 de 2002 e a Lei nº 10.833 de 2003 institui como regra que o PIS e COFINS no Lucro Real com a incidência não cumulativa, a base de cálculo é apurado sobre a receita bruta do mês, gerando crédito de energia elétrica, menos as compras devolvidas, aplicando a alíquota de 0,65% de PIS e 7,6% de COFINS, onde há créditos nas notas de entradas para compensar os débitos nas notas de saída (BRASIL, 2003).

2.3.3 Lucro Arbitrado

É adotado pelo Fisco, quando tiver falta de confiabilidade com as demonstrações. E acontecerá em casos onde a entidade não atender e disponibilizar os documentos solicitados para comprovar sua atividade. A norma deverá ser aplicada na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, devidos pelo contribuinte, ao deixar de exercer as obrigações associada ao Lucro Real ou Presumido (OLIVEIRA et al., 2013).

Segundo Fabretti (2015, p.275), “quando a receita bruta for conhecida, o lucro arbitrado será determinado pela aplicação dos percentuais de presunção do lucro, acrescido de 20%”. A apuração do IRPJ com a alíquota 15% com adicional, e CSLL com alíquota de 9%, sua base de cálculo é sob os índices de arbitramento. A mudança do regime de tributário do lucro real para o arbitrado no decorrer do ano-calendário está fundamentada na letra *a* do § 2º do artigo 47º da Lei nº 8.981/1995, a seguir transcrito:

VII - o contribuinte não mantiver, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, livro Razão ou fichas utilizadas para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário. § 1º Quando conhecida a receita bruta, o contribuinte poderá efetuar o pagamento do Imposto de Renda correspondente com base nas regras previstas nesta seção.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior: a) a apuração do Imposto de Renda com base no lucro arbitrado abrangerá todo o ano-calendário, assegurada à tributação com base no lucro real relativa aos meses não submetidos ao arbitramento, se a pessoa jurídica dispuser de escrituração exigida pela legislação comercial e fiscal que demonstre o lucro real dos períodos não abrangido por aquela modalidade de tributação, observado o disposto no § 5º do art. 37.

A perspectiva de se fazer o arbitramento do lucro, não é muito comum, porém é substancialmente possível, de maneira bem especial partindo do Fisco. Para se preparar melhor para essa outra maneira de se tributar. E fazendo o planejamento tributário junto ao gestor, pois o arbitramento geralmente ocorre por falta de orientações ou por causa de uma má gestão.

2.3.2 Lucro Presumido

O Lucro Presumido é uma maneira de se tributação que utiliza apenas as receitas da empresa, ou seja, o faturamento. Para assim fazer a apuração dos tributos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. Com isso, com o resultado aplica-se uma estimativa de lucro que seria percentual de presunção que são cálculos estimados, e estes percentuais estão definidos em lei. O cálculo de IRPJ e CSLL pelo presumido é muito mais simples comparado ao cálculo pelo lucro real, pois não transitam pela demonstração do resultado.

Conforme Pêgas (2017, p.29), “o lucro presumido não representa uma forma de tributação obrigatória, podendo o contribuinte, se assim desejar, ser tributado pelo lucro real, mesmo com valor de receita bem reduzido”. No entanto, algumas empresas não podem optar pelo Lucro Presumido, conforme será apresentado a seguir. O Lucro Presumido está inserido em regras básicas apresentadas no Regulamento do Imposto de Renda. Algumas regras para esta inserida no Lucro Presumido estão previstas no art. 13 da Lei nº 9.718/1998:

Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido. (Redação dada pela Lei nº 12.814, de 2013) (Vigência) § 1º A opção pela tributação com base no lucro presumido será definitiva em relação a todo o ano-calendário. § 2º Relativamente aos limites estabelecidos neste artigo, à receita bruta auferida no ano anterior será considerada segundo o regime de competência ou de caixa, observado o critério adotado pela pessoa jurídica, caso tenha, naquele ano, optado pela tributação com base no lucro presumido (BRASIL, 1998).

De acordo com art. 600, do Decreto nº 9.580 de 2018, as empresas que optarem pelo Lucro Presumido, será atribuído obrigações acessórias que deverá manter a escrituração contábil segundo a legislação comercial, Livro de Registro de Inventário (onde constam os registros do estoque no ano calendário), livros de escrituração obrigatória prevista na legislação fiscal específica, com isso os documentos e demais papéis que tem como base a escrituração comercial e fiscal (BRASIL, 1999).

Quadro 2: Lucro Presumido: atividade e alíquota

ATIVIDADES	PERCENTUAIS IRPJ	PERCENTUAIS CSLL
Revenda de combustíveis para consumo	1,6%	12%
Indústria e comércio em geral	8%	12%
Serviços hospitalares e de transportes de cargas	8%	12%
Demais serviços de transportes	16%	12%
Serviços em geral	32%	32%

Fonte: Adaptado da Lei nº 9.430, de 1996.

No Lucro Presumido, existem quatro tipos de impostos federais que incidem em relação ao faturamento e a presunção do lucro, o PIS e COFINS é feita a apuração de forma mensal e com incidência cumulativa, com o percentual de 0,65% e 3% respectivamente, sua base de cálculo inclui as receitas auferidas do mês. Na modalidade apresenta os percentuais de presunção são variados conforme o tipo de negócio ou atividade em cima da receita bruta, e aplica-se outra alíquota, que é o percentual utilizado no imposto CSLL, segundo a Lei nº 11.727, de 2008, em seu art. 17, verifica-se que: “I – 15% (quinze por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar no 105, de 10 de janeiro de 2001; II – 9% (nove por cento)”, no caso das demais pessoas jurídicas (BRASIL, 2008).

No IRPJ é aplicado o percentual de 15%, e no CSLL de 9%, e os percentuais serão aplicados sobre o faturamento apurado no final de cada trimestre nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, e o pagamento é efetuado no mês subsequente. De acordo com a Lei nº 9.430 de 1996, art. 4º, alega que na apuração da parcela a base de cálculo do IRPJ exceder o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais ou R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no trimestre, sujeita na incidência no IRPJ com o adicional de 10% na alíquota (BRASIL, 1996).

3 Metodologia

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa pode ser caracterizada como sendo estudo de caso e, por sua vez, no tocante aos objetivos, pode ser definida como sendo quantitativa e descritiva, ocorrendo por meio de um levantamento de dados referentes às informações contábeis e fiscais. A definição metodológica de levantamento de dados “remete às investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa e instrumentos de coleta de

dados” (FONSECA, 2002, p.36). Dessa maneira, no contexto das pesquisas sociais aplicadas, o estudo de caso pode ser definido como sendo:

Estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002, p.32).

Em relação à conceituação de pesquisa descritiva, segundo Gil (2007), diz respeito uma metodologia recorrente nas ciências sociais aplicadas, sendo necessária a realização de um levantamento de dados coletados, por exemplo, em documentos. A pesquisa tem natureza quantitativa, em função de “a pesquisa se preocupar com representatividade numérica, estatística e referente aos dados quantificáveis” (GIL, 2007, p.17). Para tanto, seguiu-se a lógica científica do método dedutiva, em função de características gerais possibilitarem a formulação de conclusões com aspectos particulares (GIL, 2007).

3.2 Ambiente de pesquisa

Esse artigo foi realizado a partir de um estudo de caso, cujo ambiente de pesquisa é uma empresa que deu início a sua atividade desde 21 de janeiro 2014. A empresa é optante pelo regime tributário do Simples Nacional e com a sua atividade sendo a do comércio, ela se enquadra no Anexo 1 do Simples Nacional, e está localizada no município de Araçagi, PB, registrada como JTS Comércio de Alimentos EIRELI. A empresa atua no ramo de atacado de alimentos, equipamentos e artigos de uso pessoal, artigos de escritório e de papelaria e higiene e limpeza, sendo eles distribuídos de acordo com as licitações que a empresa participa, e estas licitações é realizada para o estado da Paraíba e a Grande João Pessoa.

A entidade é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com o capital social em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em seu quadro societário é composto apenas por João Targino. Será analisado o ano-calendário de 2018, visto que, é possível determinar a melhor forma de tributação. Neste estudo de caso, será feito um comparativo, entre o Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, realizado através de documentos fiscais, contábeis e das informações apresentadas pelo sócio e administrador João Targino, para evidenciar o regime mais adequado para a empresa.

3.3 Instrumentos de coletas de dados

O estudo será baseado em levantamento de dados referentes às informações contábeis e fiscais da empresa pesquisada. As informações contábeis serão coletadas através do Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e do Balanço Patrimonial

(BP). Enquanto que as informações fiscais foram coletadas do Extrato do Simples Nacional.

3.4 Perspectiva de análise de dados

A perspectiva de análise de conteúdo dos dados obtidos nessa pesquisa foi pautada em função da estratificação dos dados coletados, através de tabelas e gráficos no *software Microsoft Excel*, em virtude de ser bastante usada na academia, também, é considerada simples e pertinente às investigações quantitativas. Portanto, a análise dos dados permitirá estabelecer argumentos em relação ao assunto pesquisado, ou seja, costuma ser apresentada em função do objeto de estudo, por meio de relações graficamente representadas em números e quantidades.

4 Resultados e discussão: estudo de caso

Neste tópico será realizado um estudo comparativo dos regimes tributários, por meio de tabelas e quadros, no qual seu conteúdo irá contribuir para que a tributação se torne mais lucrativa para a empresa atacadista de gênero alimentício, de acordo com os dados coletados.

4.1 Apresentação dos dados pesquisados

As informações da empresa JTS foram coletadas por meio dos relatórios de saídas e entradas, sendo para melhor análise, emitidos os extratos do Simples Nacional e os relatórios contábeis. A empresa é optante do Simples Nacional, o faturamento está na faixa de R\$ 64.328,55 a R\$ 233.535,36 por mês. Por se tratar de um atacadista de alimentos, verifica-se o faturamento de produtos com ICMS isentos e com substituição tributária. A Tabela 01 demonstra o faturamento do ano de 2018:

Tabela 1: Faturamento mensal de 2018

MÊS	FATURAMENTO MENSAL 2018
Janeiro	
Fevereiro	R\$ 64.328,55
Março	R\$ 74.300,55
Abril	R\$ 114.371,91
Maió	R\$ 206.311,91
Junho	R\$ 40.661,71
Julho	R\$ 77.463,38
Agosto	R\$ 105.434,31
Setembro	R\$ 137.899,23
Outubro	R\$ 106.219,65
Novembro	R\$ 233.535,36
Dezembro	R\$ 113.590,40
Total	R\$ 1.274.116,96

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

De acordo com a Tabela 1, verifica-se que o somatório dos faturamentos mensais de 2018 corresponde à cifra de R\$ 1.274.116,96, sendo que o mês de novembro apresentou o maior faturamento mensal de 2018, com exatamente R\$ 233.535,36. Portanto está em conformidade com os requisitos para ser uma EPP, pois no art. 3º da LC nº 123/2006, alterado pela Lei nº 155/2016, consideradas ME e EPP aquelas tem receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

4.2.1 Apuração com base no Simples Nacional

O Simples Nacional tem uma tributação mais simplificada, com o recolhimento dos tributos em uma única guia, conhecida por Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). A Lei Complementar nº 155/2016 disponibiliza várias tabelas de acordo com a atividade exercida da empresa. Para realizar o cálculo de empresas do comércio, conforme a Tabela 2 que contém as alíquotas nominais e as alíquotas efetivas da receita bruta dos últimos doze meses, conforme o enquadramento da empresa.

Tabela 2: Apuração do Simples Nacional

Mês	Faturamento Mensal (R\$)	Receita Acumulada (R\$)	Alíquota Tabela (%)	Dedução Tabela (R\$)	Alíquota Efetiva (%)	Simples Nacional (R\$)
Janeiro						
Fevereiro	64.328,55	568.888,48	9,50	13.860,00	5,51	3.541,85
Março	74.300,55	592.574,33	9,50	13.860,00	6,14	4.559,58
Abril	114.371,91	629.033,21	9,50	13.860,00	5,37	6.146,32
Mai	206.311,91	690.258,98	9,50	13.860,00	6,08	12.535,12
Junho	40.661,71	876.919,23	10,70	22.500,00	6,33	2.572,51
Julho	77.463,38	892.908,10	10,70	22.500,00	6,96	5.394,49
Agosto	105.434,31	931.419,55	10,70	22.500,00	6,29	6.629,46
Setembro	137.899,23	974.173,90	10,70	22.500,00	7,71	10.631,61
Outubro	106.219,65	1.058.677,30	10,70	22.500,00	6,74	7.163,89
Novembro	233.535,36	1.070.840,01	10,70	22.500,00	7,01	16.380,62
Dezembro	113.590,40	1.282.500,71	10,70	22.500,00	7,52	8.546,85
Total	1.274.116,96	10.146.120,28		212.940,00		84.102,30

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

De acordo com a Tabela 2, para realizar o cálculo, é necessário calcular as alíquotas efetivas. Para calcular a alíquota efetiva considera-se o valor da receita bruta dos últimos 12 meses vezes a alíquota nominal. Com o resultado deste cálculo, realiza-se a subtração do valor da dedução que está na tabela disponibilizada, segundo a faixa que a empresa estar enquadrada. Logo, em seguida, com os resultados já encontrados, deve-se realizar uma divisão da receita bruta dos últimos 12 meses, e por fim, encontra-se a alíquota efetiva.

A partir da alíquota efetiva já calculada ela será multiplicada pelo faturamento tributável do mês, resultando no valor único devido de Simples Nacional do período declarado. No período estudado a alíquota efetiva oscilou entre 5,51% a 7,52%, a empresa teve um gasto total de R\$ 84.102,30 no ano de 2018. Portanto, corrobora com os estudos de Oliveira et al (2010), ao especificar que o planejamento tributário exige um conhecimento especializado, com propósito de constatar uma alternativa menos onerosa e de forma legal. Na Tabela 3 demonstra o rateio dos tributos devido de forma bem detalhada do mês de janeiro ao mês de dezembro no ano de 2018.

Tabela 3: Cálculo do Simples Nacional por tributo

Mês	IRPJ (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS (R\$)	INSS (R\$)	ICMS (R\$)	IPI (R\$)
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	249,92	159,04	578,90	125,42	1.908,47	520,10	-
Março	292,64	186,22	677,86	146,86	2.234,69	1.021,31	-
Abril	478,18	304,30	1.040,72	225,27	3.406,73	283,04	408,08
Maiο	871,73	554,73	1.942,05	420,50	6.374,44	1.901,02	470,65
Junho	182,10	115,88	421,08	91,22	1.387,90	369,76	4,57
Julho	352,88	224,57	800,45	173,36	2.632,68	1.107,10	103,45
Agosto	480,40	305,71	1.112,78	241,07	3.668,50	821,00	-
Setembro	636,36	404,96	1.474,05	319,34	4.859,50	2.937,40	-
Outubro	500,94	318,78	1.160,37	251,38	3.825,37	1.107,05	-
Novembro	1.120,09	712,79	2.530,98	548,13	8.320,89	2.760,19	387,55
Dezembro	565,36	359,77	1.282,18	277,69	4.217,04	1.677,68	167,13
Total	5.730,60	3.646,75	13.021,42	2.820,24	42.836,21	14.505,65	1.541,43

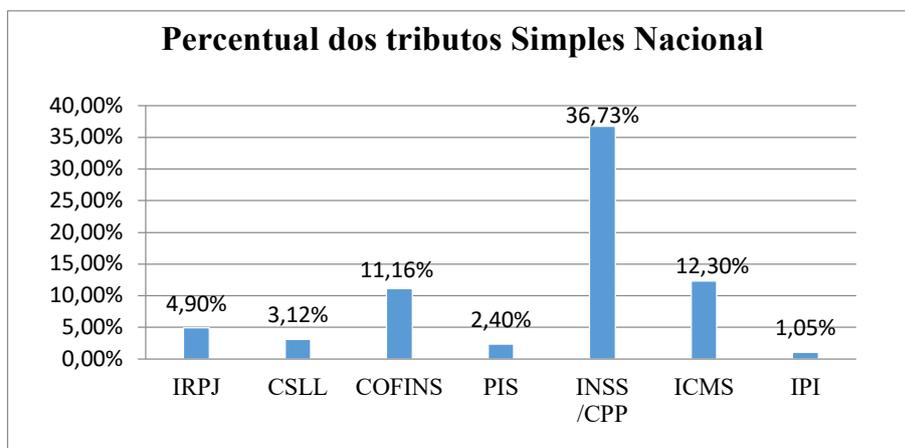
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A Tabela 3 expõe o cálculo dos impostos devidos ao Simples Nacional que está embutida no DAS para melhor entendimento, os valores são derivados das alíquotas efetivas do Simples Nacional que foram rateados entre os tributos e analisados de forma individual, somando seus respectivos valores demonstra o total de recolhimento do Simples Nacional que foi no valor de R\$ 84.102,30 pagos no ano de 2018.

Portanto, os resultados estão em conformidade com a legislação da Paraíba, em virtude de o estado adotar a redução do ICMS prevista para o sublimite no Simples Nacional, de R\$ 1.800.000,00. Nesse sentido, complementa os argumentos de Pêgas (2017), ao inferir que à opção do Simples Nacional exige formalizações solicitadas na internet, cujo prazo para inscrição no sistema unificado do simples tem validade até o último dia útil de janeiro e se estende durante todo o ano calendário vigente (PÊGAS, 2017). De acordo com o Gráfico 1, verifica-se em percentual quanto foi o peso dos pagamentos de tributos como o INSS Patronal²² e contribuições do Simples Nacional em 2018.

²²INSS Patronal é o INSS/CPP (Instituto Nacional do Seguro Social/Contribuição Patronal Previdenciária) que corresponde ao recolhimento de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a

Gráfico 1: Percentuais dos Tributos do Simples Nacional



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No Gráfico 1 demonstra o percentual representativo dos tributos que compõe o valor anual do Simples Nacional de acordo com o enquadramento da empresa JTS, e observa-se pelos dados que as maiores participações dos tributos ficaram a cargo do INSS Patronal e COFINS que são tributos de caráter federal; os percentuais foram de 36,73% e 12,30%, respectivamente, na qual somados e vistos perante o total representam quase a metade da composição geral do imposto do Simples Nacional. Os resultados se mostram bem representativos para entendimentos do imposto e de quais tributos mais influenciam no total do débito.

Desse modo, os resultados enaltecem os estudos de Fabretti (2016), ao destacar que a contabilidade tributária objetiva verificar o resultado econômico no ano fiscal da entidade para atender os requisitos da CSLL e do IRPJ para fins de tributação.

4.2.2 Cálculo Lucro Presumido

Neste tópico serão analisados os cálculos dos tributos na sistemática de tributação do Lucro Presumido. Destaca-se que, no Lucro Presumido correspondente a uma forma de tributação simplificada, para IRPJ e CSLL os tributos e contribuições que foram calculados, são os mesmos que fazem parte da tributação composta no Simples Nacional e na atividade de comércio, que são: COFINS, PIS, CSLL, IRPJ, ICMS e o INSS Patronal.

Os cálculos do PIS e COFINS são contribuídos pelo regime cumulativos de forma que não é permitido o aproveitamento do crédito. Com isso, a empresa terá o cálculo dos tributos a partir do faturamento considerando mês a mês utilizando as alíquotas de 0,65% para o PIS e 3% para o COFINS.

qualquer título durante o mês aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços.

Tabela 4: Cálculo do PIS e COFINS Cumulativo, INSS Patronal, ICMS e IPI.

Mês	Faturamento mensal (R\$)	PIS 0,65% (R\$)	COFINS 3% (R\$)	INSS (R\$)	ICMS (R\$)	IPI (R\$)
Janeiro						
Fevereiro	64.328,55	418,14	1.929,86	198,80	11.579,14	
Março	74.300,55	482,95	2.229,02	198,80	13.374,10	
Abril	114.371,91	743,42	3.431,16	198,80	20.586,94	10.468,15
Mai	206.311,91	1.341,03	6.189,36	198,80	37.136,14	11.777,84
Junho	40.661,71	264,30	1.219,85	198,80	7.319,11	105,95
Julho	77.463,38	503,51	2.323,90	198,80	13.943,41	2.383,52
Agosto	105.434,31	685,32	3.163,03	198,80	18.978,18	10,77
Setembro	137.899,23	896,34	4.136,98	198,80	24.821,86	
Outubro	106.219,65	690,43	3.186,59	198,80	19.119,54	
Novembro	233.535,36	1.517,98	7.006,06	198,80	42.036,36	8.518,72
Dezembro	113.590,40	738,34	3.407,71	198,80	20.446,27	3.538,79
Total	1.274.116,96	8.281,76	38.223,51	2.186,80	229.341,05	36.792,96

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Observa-se na Tabela 4, na escolha do regime tributário Lucro Presumido, o cálculo do PIS e COFINS foi sobre o valor total do faturamento do mês, logo após foi aplicado às alíquotas 0,65% e 3%, respectivamente, resultando no valor total recolhido no ano de 2018 de PIS (R\$ 8.281,76) e de COFINS (R\$ 38.223,51), sendo eles calculados e recolhidos de forma cumulativa, portanto não haverá reduções relativas a créditos das contribuições nas notas de entrada.

Assim, os resultados corroboram com os posicionamentos de Santiago (2011), ao inferir que a LC nº 123/2006 promove uma transformação na forma de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte (SANTIAGO, 2011).

Ainda em relação à Tabela 4, demonstra-se o cálculo do INSS Patronal é necessário o valor da folha de pagamento da empresa na forma do Lucro Presumido, mas a empresa não tem folha de pagamentos, pois só possui arrecadação do pró-labore.

A base de cálculo do INSS Patronal foi sobre o pró-labore, portanto, se empresa JTS optasse pelo regime do Lucro Presumido ocorreria o desembolso total de R\$ 2.186,80 no ano de 2018.

Usando como base as informações de faturamento e produtos já aplicadas pelo Simples Nacional, no caso do tributo estadual, para se fazer o cálculo considerando a possibilidade de estar no lucro presumido inicialmente, o ICMS seria calculado na sistemática de não cumulativo, ou seja, geram créditos tributários, para a nossa análise não teria muito impacto, pois o que está sendo considerado é o valor final do tributo e não o efeito financeiro, que foi usada na base do cálculo, o faturamento mensal com o percentual de alíquota dos produtos, que foi de 18% que chegou a um valor de R\$ 229.341,05 conforme a Tabela 4.

Na Tabela 4 o IPI está sendo considerado, pois tiveram produtos que geraram esse tributo, para fazer o cálculo, a consideração e dentro dos meses que o tributo foi

apurado pelo Simples Nacional: abril, maio, junho, julho, agosto, novembro e dezembro. Nesses meses foi aplicado um percentual de 15% no valor que tiveram produtos com a industrialização. Enquanto que nas Tabelas 5 e 6 serão analisados os cálculos do IRPJ e da CSLL. São tributos calculados trimestralmente, sua base de cálculo é a receita bruta do período.

Tabela 5: Cálculo do IRPJ no Lucro Presumido.

PERÍODO	FATURAMENTO (R\$)	PRESUNÇÃO 8% (R\$)	IRPJ 15% (R\$)
Jan/Fev/Mar	138.629,10	11.090,33	1.663,55
Abr/Mai/Jun	361.345,53	28.907,64	4.336,15
Jul/Ago/Set	320.796,92	25.663,75	3.849,56
Out/Nov/Dez	453.345,41	36.267,63	5.440,14
Total	1.274.116,96	101.929,36	15.289,40

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A Tabela 5 demonstra o cálculo do IRPJ²³, por a empresa ser de atividade comercial, o cálculo do IRPJ é utilizado à presunção de 8% sobre receita bruta, em seguida com o resultado encontrado aplica-se na base presumida de cada período com o percentual de 15% referente ao IRPJ, resultando na tributação total de R\$ 15.289,40 no ano de 2018. Analisando a Tabela 5, observa-se que nos trimestres a empresa não teve o adicional de 10% para o IRPJ, pois a base presumida destes trimestres não ultrapassou o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Tabela 6: Cálculo do CSLL

PERÍODO	FATURAMENTO		CSLL 9% (R\$)
	MENSAL (R\$)	PRESUNÇÃO 12% (R\$)	
Jan/Fev/Mar	138.629,10	16.635,49	1.497,19
Abr/Mai/Jun	361.345,53	43.361,46	3.902,53
Jul/Ago/Set	320.796,92	38.495,63	3.464,61
Out/Nov/Dez	453.345,41	54.401,45	4.896,13
Total	1.274.116,96	152.894,04	13.760,46

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A Tabela 6 refere-se ao cálculo do CSLL, sendo recolhido da mesma forma que o IRPJ, pois assim como o IRPJ, já o CSLL possui um percentual de presunção será de 12%. No cálculo do CSLL, tem a estimativa de 12% do percentual de presunção sobre o faturamento, a base da presunção tributável para o cálculo do CSLL equivale a R\$ 152.894,04 (não terá adições no cálculo, bem como referido no cálculo do IRPJ, por não

²³São contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) no Brasil:

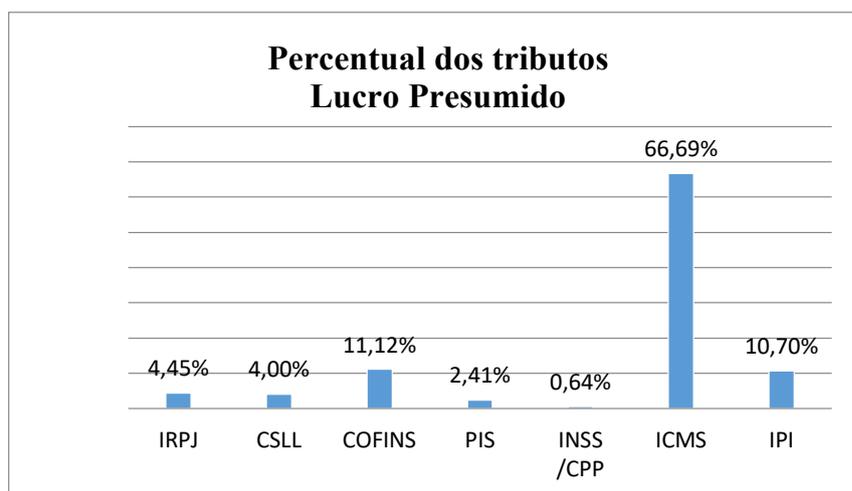
I – as pessoas jurídicas;

II – as empresas individuais.

As disposições tributárias do IRPJ aplicam-se a todas as firmas e sociedades, registradas ou não.

possuir receitas acima da atividade principal). Foi aplicada sobre o valor encontrado na parte da presunção e aplicado a alíquota de 9%, que resultou em na tributação total de R\$ 13.760,46 em 2018.

Gráfico 2: Percentuais dos Tributos do Presumido.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

O Gráfico 2 demonstra de forma em percentual os pagamentos de tributos e contribuições considerando o sistema de tributação do Lucro Presumido, que foram calculados nas tabelas 4 a 6, onde observa-se que os valores do ICMS e COFINS são os maiores no Lucro Presumido, por fim isso contribui com o percentual deles sejam de 67% e 11%, respectivamente, e são os tributos que mais influenciam no total do débito.

4.2.3 Cálculo Lucro Real

O cálculo do Lucro Real foi realizado a parti da DRE do ano-calendário 2018, no quadro 2 a DRE foi elabora a partir dos dados fornecidos pela empresa, onde foi aplicado as alíquotas e forma de tributação de acordo com o regime do Lucro Real, sendo possível a recuperação nas incidências de alguns impostos, no qual encontrou-se o lucro líquido no valor de R\$ 315.338,08. Com a análise dos dados coletados não houve ajuste do lucro líquido do período (adições, exclusões e compensações), de forma que não há necessidade de escriturar no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) e por não alterando o resultado do lucro líquido do exercício apurado no Lucro Real.

O Lucro Real é um regime não-comutativo de tributos e contribuições, onde geram créditos tributários em suas aquisições de mercadoria e em seus faturamentos são apurados, usando as alíquotas de 7,6 % no COFINS e com 1,65% no PIS. As receitas foram separadas as que têm substituição tributária (ST) ou PIS e COFINS monofásico (é a redução das alíquotas a zero) e as receitas com ou sem o ST e com IPI, para gerar as deduções de tributos sobre o faturamento e resultando a receita líquida de vendas, e

depois foi feito a recuperação dos impostos sobre os produtos vendidos sem o ST e com IPI para encontrar o custo da mercadoria vendida e depois foram deduzidas as despesas legais e outras receitas.

Quadro 3: Apuração dos Resultados do Exercício Ano 2018

Apuração do Resultado do Exercício - Lucro Real	R\$	%
Venda de Produtos (ST ICMS, e PIS/COFINS Monofásico)	242.861,49	
Venda de Produtos (Sem ST)	785.969,42	
Venda de Produtos (Com IPI)	245.286,18	
Total da Receita	1.274.117,09	
ICMS	-185.626,01	18,00 %
PIS	-17.015,72	1,65%
COFINS	-78.375,43	7,60%
IPI	-36.792,93	15,00 %
Receita Líquida (Vendas - Impostos)	956.307,01	
Custo Compra Produto (ST ICMS e PIS/COFINS Monofásico)	175.157,69	
Custo Compra Produto (Sem ST)	374.744,75	
ICMS Recuperável	-67.454,06	18,00 %
PIS Recuperável	-6.183,29	1,65%
COFINS Recuperável	-28.480,60	7,60%
Custo Mercadoria Vendida (Custo Compra - Impostos)	447.784,50	
Lucro Bruto (Receita Líquida - CMV)	508.522,52	
Outras Receitas	9.502,00	
Despesas Administrativas e Gerais	-76.603,19	
Lucro Antes dos Impostos (Lucro Bruto - Despesas)	441.421,33	
Base de Cálculo do IRPJ	441.421,33	
IRPJ	-66.213,20	15,00 %
Adicional IRPJ - S/Lucro Que Exceder R\$ 240.000,00	-20.142,13	10,00 %
Base de Cálculo da CSLL	441.421,33	
CSLL	-39.727,92	9,00%
Total dos Impostos S/Lucro (IRPJ, Adic. IRPJ e CSLL)	-126.083,25	
Lucro Líquido Final	315.338,08	

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

No Quadro 3 o cálculo do IRPJ é realizado após a apuração do LALUR que foi no valor de R\$ 441.421,33, essa é a base de cálculo do IRPJ aplica-se alíquota de 15% assim obtém o valor de R\$ 66.213,20. Por causa do valor do LALUR exceder R\$ 240.000,00 no ano foi considerado os adicionais de 10%, obtendo o valor de R\$ 20.142,13. O CSLL tem a mesma base de cálculo do IRPJ, foi aplicada a alíquota de 9% demonstrado o valor de R\$ 39.727,92.

4.2.4 Comparativo tributário

A este tópico é reservado a parte do comparativo dos tributos e, com qual o sistema de tributação e mais adequado para a empresa. Após os cálculos de todos os regimes sendo o Simples Nacional, Lucro Presumido e no Lucro Real, cuja atividade da empresa é o comércio, é necessária uma análise comparativa dos dados, demonstrada na Tabela 7. Os tributos que foram calculados é o mesmo nos três regimes que são: PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IPI, INSS e ICMS.

Tabela 7: Comparativo tributário

TRIBUTO	SIMPLES NACIONAL (R\$)	LUCRO PRESUMIDO (R\$)	LUCRO REAL (R\$)
INSS	42.836,21	2.186,80	2.186,80
ICMS	14.505,65	229.341,05	185.626,01
PIS	2.820,24	8.281,76	17.015,72
COFINS	13.021,42	38.223,51	78.375,43
IRPJ	5.730,60	15.289,40	86.355,33
CSLL	3.646,75	13.760,46	39.727,92
IPI	1.541,43	36.792,97	36.792,97
Total	84.102,30	343.875,96	446.080,18

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A partir dos dados disponibilizados na Tabela 7, na apuração dos regimes foram encontrados os seguintes resultados, no Simples Nacional teve sua carga tributária de R\$ 84.102,30, já o Lucro Presumido o valor foi de R\$ 343.875,96, por fim o Lucro Real tendo o valor de R\$ 446.080,18. Na Tabela 7 fica evidente que o melhor resultado e que traz os benefícios econômicos e financeiros para empresa é o Simples Nacional. Há vários fatores que determina a opção dos regimes tributários, folha de pagamento, receitas e despesas estabelecem essas variáveis.

Observando o estudo feito a empresa fez a escolha certa, optando pelo Simples Nacional, por ser uma arrecadação mais desburocratizada com o recolhimento unificado de impostos e ao mesmo tempo revelando o grau de importância do planejamento tributário, tendo em vista que foi essa a nossa principal questão. Havendo um possível desenquadramento do regime Simples Nacional conforme os dados na Tabela 7, seria vantajoso o Lucro Presumido.

5 Considerações finais

No desenrolar dessa pesquisa, em função da discussão sobre a relevância de se fazer um planejamento tributário em uma EPP no município de Araçagi na Paraíba foi possível apreciar algumas dúvidas de clientes e empresários do ramo de comércio em relação à viabilidade e a necessidade de fazer planejamento tributário e financeiro para uma empresa do ramo de comércio.

Nesse sentido, os objetivos elencados inicialmente foram atingidos, pois foi possível constatar a relevância do planejamento tributário para a empresa JTS Comércio de Alimentos EIRELI, com nos resultados apurados de acordo com o regime tributário do empreendimento, comparar os resultados apurados de acordo com cada regime demonstrar os benefícios para uma empresa ter o seu próprio planejamento anual.

Os resultados obtidos evidenciam que as mudanças na legislação tributária brasileira devem ser acompanhadas pelos profissionais da contabilidade, pois a demanda tributária tem um espaço de destaque nas empresas. A pesquisa viabilizou demonstrar a contribuição direta para a melhoria na gestão, ao responsável da empresa estudada, visando contribuir positivamente com benefícios econômicos e financeiros ao empreendimento.

Por fim, pode-se concluir que o estudo apresentou uma base teórica e demonstrando a contabilidade tributária e planejamento tributário para uma tomada de decisão, por meio de tipos de regimes tributários. Na apuração dos regimes foram encontrados os seguintes resultados, no Simples Nacional teve sua carga tributária de R\$ 84.102,30, já o Lucro Presumido o valor foi de R\$ 343.875,96, por fim o Lucro Real tendo o valor de R\$ 446.080,18.

Os resultados evidenciam que o melhor resultado e que traz os benefícios econômicos e financeiros para empresa é o Simples Nacional. Há vários fatores que determina a opção dos regimes tributários, folha de pagamento, receitas e despesas estabelecem essas variáveis. No estudo feito, conclui-se que a empresa fez a escolha certa, optando pelo Simples Nacional, por ser uma arrecadação mais desburocratizada com o recolhimento unificado de impostos. Portanto, para além da conformidade com a Lei, o planejamento tributário é uma ferramenta essencial para gerenciamento e redução de pagamento de tributos que está atrelado à tomada de decisão para o crescimento da empresa.

Referências

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de Renda das Empresas**. 7^a. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Código Tributário Nacional, Lei n nº 5.172, de 25/10/1966**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/.../lei-das-sociedades-anonimas-de-1976-lei-6404-76>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718.htm. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.031, de 12 de dezembro de 2017**. Disponível em: <https://www.receita.pb.gov.br/ser/legislacao/34-leis/5168-lei-n-11-031-de-12-de-dezembro-de-2017>. Acesso em: 24 mai. 2019.

BRASIL. **Lei complementar nº 155, de dezembro de 2016**. Alteração no Simples Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm. Acesso em: 24 mai. 2019.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006**. Simples Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. **Lei complementar nº 128, 19 de dezembro de 2008**. Simples Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.430, de 27 de Novembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9430.htm. Acesso em: 04 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.727, de 23 de Junho de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11727.htm. Acesso em: 04 jun. 2019.

CREPALDI, Silvio. **Planejamento Tributário**. 2ª. ed. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547217990/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade tributária**. 15ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 16ª. ed. São Paulo, 2017.
Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009446/>.
Acesso em: 11 abr. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PÊGAS, Henrique P. **Manual de Contabilidade Tributária**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Luiz Martins de; Et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luís Martins de; Et al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 12ª. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTIAGO, Silas. **Simple Nacional: O Exemplo do Federalismo Fiscal Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Capítulo XI

Como conciliar a liberdade econômica com a igualdade social no Brasil?

Paulo Galvão Júnior

*(...) é muito difícil você vencer a injustiça secular,
que dilacera o Brasil em dois países distintos:
O país dos privilegiados e o país dos despossuídos.*

Ariano Suassuna

1 Considerações iniciais

O Brasil é mais rico e populoso do que o Canadá. Mas, o Canadá, na América do Norte, é bem maior e tem uma qualidade de vida muito superior ao do Brasil, na América do Sul. As economias do Brasil e do Canadá guardam diferenças importantes. Com uma população de 208,4 milhões de habitantes, o Brasil é quase seis vezes mais populoso que o Canadá, com seus 36,2 milhões de habitantes. Mesmo assim, o PIB do Canadá atingia em 2018 a soma de US\$ 1,798 trilhão, pouco menos do que o PIB total do Brasil, com US\$ 2,141 trilhões, ou seja, uma diferença de apenas US\$ 343 bilhões.

O Brasil é o quinto maior país em área territorial, com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Mas, se um economista que mora em uma das nove capitais da região Nordeste, desejar viajar de trem de passageiros, para uma das três capitais da região Sul, terá que esperar no mínimo cinco décadas nos atuais 29.849 km de malha ferroviária.

O Canadá é o segundo maior país do planeta, com mais de 9,9 milhões de quilômetros quadrados. Porém, se uma estudante universitária que mora em uma cidade à beira do Oceano Atlântico, por exemplo, Halifax, desejar viajar de trem de passageiros, para uma cidade à beira do Oceano Pacífico, por exemplo, Prince Rupert, conseguirá pegar este trem moderno. O sistema de transporte ferroviário de 72.932 km funciona no Canadá. As estações de trem disponibilizam os horários em que o trem vai passar e passam exatamente na hora determinada. Os canadenses usam o transporte ferroviário de qualidade.

O Índice de Liberdade Econômica do Brasil é de 51,9 pontos e encontra-se na 150ª posição no ranking mundial, segundo dados de 2019 da *Heritage Foundation*²⁴. O Brasil é um país de economia majoritariamente não livre, com nota inferior a 60 ou superior a 50 pontos. Já o Índice de Liberdade Econômica do Canadá é de 76,8 pontos e situando-se no 12º lugar entre 180 países, um país de economia majoritariamente livre.

²⁴Índice de Liberdade Econômica 2019 está disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/economia/ranking-de-liberdade-economica-2019/>.

O Brasil é a nona nação mais desigual do planeta, conforme dados de 2017 do PNUD, com o Índice de Gini de 51,3, enquanto, no Canadá, o Coeficiente de Gini é de 33,7. A população canadense tem uma distribuição de renda infinitamente melhor do que a brasileira. Por isso, especificamente, pretendo estudar a liberdade econômica e ao mesmo tempo a igualdade social no Brasil, então, descubro que falta liberdade econômica e igualdade social diante de uma dura realidade socioeconômica e, portanto, a pergunta que eu faço é: Como conciliar a liberdade econômica com a igualdade social no Brasil?

2 Liberdade econômica e igualdade social

Eu defendo a notável ideia da liberdade econômica do economista escocês Adam Smith (1723-1790). Em 1776, Adam Smith explicou em sua obra prima **A Riqueza das Nações**, que a mão invisível não funcionaria adequadamente se houvessem impedimentos ao livre comércio, a livre concorrência. Ele era, portanto, um forte oponente aos altos impostos, ao monopólio, ao protecionismo, as tarifas de importação e às intervenções do Estado na economia, que afirmava resultar em uma economia menos eficiente, e assim fazendo gerar menos riqueza.

A mão invisível, de Adam Smith, o fundador do liberalismo econômico, descreve a natureza autorreguladora do mercado. É uma metáfora criada no século XVIII e com ênfase nas forças do próprio interesse e da lei da oferta e da demanda.

Segundo o economista americano Milton Friedman (1912-2006), Prêmio Nobel de Economia de 1976, “A sociedade que prioriza a igualdade e não a liberdade, acaba sem nenhuma. A sociedade que prioriza a liberdade e não a igualdade, consegue uma boa quantidade de ambas”²⁵.

Friedman foi um dos mais influentes economistas de todos os tempos e continua influenciando com sua liberdade econômica, que é a liberdade de gerir a sua vida econômica sem interferência do Estado. Para Friedman, “A liberdade humana e política não podem existir sem uma grande parcela de liberdade econômica”²⁶.

O Brasil é a oitava economia do mundo, com um PIB de US\$ 2,1 trilhões (FMI, 2018), mas tem 94 tributos, sendo 13 impostos, 36 taxas e 45 contribuições de melhoria. O 1% mais rico da população brasileira recebe 36 vezes mais do que os 50% mais pobre. Trabalhamos 153 dias pagar tributos.

Que falta faz o grande brasileiro Joaquim José da Silva Xavier, patrono cívico do Brasil, o nosso herói nacional. Mas, a voz de Tiradentes ainda ecoa no sexto país mais populoso do mundo, porque o Brasil tem 54,8 milhões de pobres e 15,2 milhões em situação de pobreza extrema, além de 11,8 milhões de analfabetos. O Estado brasileiro é muito obeso, gasta muito, gasta mal e com muitos e altos tributos que atrapalham a liberdade econômica e provocam a desigualdade social.

²⁵Free to Choose. Disponível em:

<https://www.bing.com/videos/search?q=arnold+scharzeneger+e+friedman+sobre+a+liberdade&&view=detail&mid=31CF7A0F7E074DAA0A9C31CF7A0F7E074DAA0A9C&&FORM=VRDGAR>.

²⁶Idem.

3 Considerações finais

A igualdade social no Brasil requer a justiça de oportunidades econômicas e sociais na relação dos membros e grupos da sociedade capitalista, sem grandes obstáculos para obter uma renda pessoal e gozar dos seus direitos humanos.

O acesso à educação de qualidade é uma oportunidade decisiva no nível de igualdade social da nação brasileira para diminuir o Índice de Gini, além de aumentar a competitividade e gerar mais liberdade econômica. Em suma, mais liberdade econômica, mais igualdade social no Brasil.

Referências

FMI. **Indicadores do Brasil e do Canadá**. Disponível em: <https://www.imf.org>. Acesso em: 07 de setembro de 2019.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. (Os Economistas). Vol. I e Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Capítulo XII

Mais uma década perdida no Brasil

Luiz Alberto Machado²⁷
Paulo Galvão Júnior

1 Considerações iniciais

Este novo artigo tem como objetivo principal tratar da economia brasileira, analisando o PIB *per capita* e o PIB ao longo de duas décadas distintas. O PIB *per capita* e o PIB brasileiro cresceram bem menos do que os de outras economias emergentes do grupo BRICS nos últimos 38 anos.

No período de 1979 a 2017 o Brasil sofreu muito com anos de elevada dívida externa, de alta taxa de inflação, de economia fechada ao comércio exterior e de forte intervenção do Estado na economia. As dificuldades econômicas foram muitas no final de 1979, quando o preço do barril de petróleo subiu de US\$ 13 para US\$ 34, na chamada segunda crise do petróleo.

Os problemas econômicos são graves nos dias atuais, o desalento gerou 4,8 milhões de desempregados sem vontade de procurar um emprego no País. Considerando que no ano de 2018 a expectativa do mercado é de um crescimento de 1,49%²⁸, o Brasil precisaria crescer num ritmo bem superior no próximo ano, em 2019, para tentar evitar mais uma década perdida a partir de 2020.

O PIB *per capita* brasileiro cresceu pouco entre 1979 e 1989. Posteriormente, o PIB *per capita* nacional cresceu muito pouco entre 2010 e 2017. O PIB *per capita* é um indicador fundamental de crescimento econômico. Segundo o economista Mansueto de Almeida, secretário do Tesouro Nacional, "a exemplo dos anos 1980, o Brasil vive mais uma década perdida em virtude de erros cometidos por governos passados".

Em termos econômicos, a década de 2010 será mais desastrosa se comparada com a década de 1980, que se tornou conhecida em toda a América Latina como "década perdida", como se pode ver na Tabela 1, reproduzida do livro **Qual democracia?**, de Francisco Weffort (1992, p.67).

²⁷Economista, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Sócio-diretor da empresa SAM – Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas. E-mail: lasam.machado@gmail.com

²⁸Boletim Focus – Banco Central do Brasil, <https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20180817.pdf>, 17 de agosto de 2018.

Tabela 1 - A década perdida

1981–1989 Crescimento do PIB por Habitante – (em %)			
América Latina*	(8,3)	Chile	9,6
Bolívia	(26,6)	Haiti	(18,6)
Equador	(1,1)	Honduras	(12,0)
México	(9,2)	Nicarágua	(33,1)
Peru	(24,7)	Panamá	(17,2)
Venezuela	(24,9)	Paraguai	0,0
Argentina	(23,5)	Rep. Dominicana	2,0
Brasil	(0,4)	Uruguai	(7,2)
Colômbia	13,9	Guatemala	(18,2)
Costa Rica	(6,1)	El Salvador	(17,4)

Fonte: CEPAL. (*) O índice geral, elaborado pela CEPAL, inclui todos os países latino-americanos, não apenas os aqui listados. Não considera os dados de Cuba porque o conceito de produto social é diferente dos demais.

Na década perdida de 1980 convivemos com a hiperinflação. Na década perdida de 2010 a corrupção prejudica a competitividade e a produtividade das empresas brasileiras e destrói o acesso de qualidade aos serviços públicos pelas famílias nos 5.570 municípios.

O Brasil precisa resolver urgentemente diversos graves problemas, entre os quais destacamos cinco:

1. 13,0 milhões de desempregados;
2. 93 tributos;
3. 5,133 trilhões de reais em dívida pública bruta;
4. 63,3 milhões de consumidores inadimplentes; e
5. 63.880 homicídios por ano.

Entre as mazelas brasileiras a maior delas é a desigualdade social. Infelizmente, não podemos esperar que uma mazela social que já perdura por 518 anos seja resolvida em apenas dois anos. As soluções verídicas e práticas para diversos problemas nacionais requerem grandes investimentos em educação de qualidade a longo prazo. Nos dias de hoje, necessitamos a curto prazo de urgentes reformas estruturais que possam evitar que o País siga rumo a uma nova década perdida a partir de 2020

2 Década Perdida: anos de 2010

Precisamos analisar a queda do PIB e do PIB *per capita* que afetam a qualidade de vida da população brasileira, revelada no IDH de 0,759 (PNUD) e no Índice de Gini de 51,3 (PNUD). O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado país, durante um período determinado. E o PIB *per capita* é a divisão de todos os bens e serviços produzidos no país pela quantidade de habitantes. É muito interessante analisar os dados estatísticos e históricos do Brasil através de tabelas, gráficos ou quadros. No Quadro 1, observamos claramente a taxa de crescimento do PIB *per capita* brasileiro entre 2010 e 2017, a taxa média neste período, as projeções para 2018 e 2019 dos autores, e a taxa média projetada para a década de 2010.

Quadro 1. Taxa de Crescimento do PIB per capita brasileiro – 2010-2019											
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média	2018p	2019p	Médiap
6,5%	3,0%	1,0%	2,1%	-0,4%	-4,3%	-4,2%	0,2%	0,6%	1,0%	2,0%	0,7%
Fonte: IBGE.											
Nota: p significa projeções dos autores.											

Analisando os dados estatísticos do IBGE, constatamos que a taxa de crescimento do PIB *per capita*, ou seja, o PIB dividido pela população total no país, foi muito baixa na década de 2010. A taxa média de crescimento do PIB *per capita* foi de apenas 0,6% ao ano entre 2010 e 2017. As nossas projeções são de aumento de 1,0% em 2018 e de 2,0% em 2019, respectivamente. A taxa média projetada de crescimento do PIB *per capita* brasileiro será de 0,7% ao ano na década de 2010.

A retração econômica provocou a queda do PIB *per capita* no Brasil no triênio 2014-2015-2016. As quedas consecutivas foram de 0,4% em 2014, de 4,3% em 2015 e de 4,2% em 2016. A retração acumulada foi de 8,9% entre 2014 e 2016. Esta queda acentuada do PIB *per capita* revela uma trajetória de empobrecimento geral do Brasil. Com a pujança de recursos naturais de um país continental é muito preocupante a constatação de mais uma década perdida.

No Quadro 2, observamos nitidamente a taxa de crescimento do PIB brasileiro entre 2010 e 2017, a taxa média neste período, as projeções para 2018 e 2019 do FMI, e a taxa média projetada para a década de 2010.

Quadro 2. Taxa de Crescimento do PIB brasileiro – 2010-2019											
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média	2018p	2019p	Médiap
7,5%	4,0%	1,9%	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	1,4%	1,8%	2,5%	1,5%
Fonte: FMI, World Economic Outlook (Julho/2018).											
Nota: p significa projeções do FMI.											

Ao analisar os dados estatísticos do FMI sobre o Brasil, constatamos que a economia brasileira cresceu 7,5% em 2010, um ano de prosperidade econômica. Depois desacelerou por dois anos consecutivos, 2011 (4,0%) e 2012 (1,9%). Em seguida, no ano de 2013, a economia acelerou alcançando uma taxa de crescimento econômico de 3,0%. Posteriormente, ocorreu uma semiestagnação de 0,5% no ano de 2014. Em seguida, a pior recessão econômica da história, com quedas consecutivas de 3,5% ao ano no biênio 2015-2016. No ano de 2017 a economia brasileira cresceu 1,0% e conseguiu a sua recuperação econômica, graças à queda na taxa SELIC e na taxa de inflação, à safra recorde de grãos e à liberação das contas inativas do FGTS.

A projeção do FMI para o crescimento do Brasil é de 1,8% em 2018 e 2,5% em 2019. Entre 2010 e 2017, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de apenas 1,4% ao ano. A taxa média projetada de crescimento do PIB será de 1,5% ao ano entre 2010 e 2019. É a confirmação de mais uma década perdida no Brasil, com crescimento aquém do potencial da nossa economia.

3 Década Perdida: anos de 1980

Como já apontado anteriormente, em razão da prolongada estagnação, os anos 1980 ficaram conhecidos como "década perdida". No Quadro 3, podemos observar nitidamente que a taxa média de crescimento do PIB brasileiro entre 1979 e 1989 foi de 3,3% ao ano.

+

Quadro 3. Taxa de Crescimento do PIB brasileiro – 1979-1989											
1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Média
6,8%	9,2%	-4,3%	0,8%	-2,9%	5,4%	7,8	7,5%	3,5%	-0,1%	3,2%	3,3%

Fonte: IBGE.

O Brasil sofreu com a segunda crise do petróleo em 1979 e a hiperinflação em 1989. No governo João Figueiredo, entre 1979 e 1984, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,5% ao ano. Enquanto no governo José Sarney, entre 1985 e 1989, a taxa média de crescimento econômico foi de 4,4% ao ano, segundo dados do IBGE.

Na década de 1980, o Brasil apresentou crescimento econômico negativo em três anos: 4,3% em 1981; 2,9% em 1983; e 0,1% em 1988. Foram, portanto, anos de recessão econômica. A dívida externa brasileira cresceu de US\$ 55,8 bilhões em 1979 para US\$ 102,1 bilhões em 1984, ou seja, um crescimento absoluto de US\$ 46,3 bilhões e um crescimento relativo de 82,97%. Na década perdida dos anos 1980 ocorreu uma forte redução do fluxo de capitais externos para o desenvolvimento do País.

No quinquênio seguinte, a dívida externa brasileira cresceu de US\$ 105,1 bilhões em 1985 para US\$ 115,5 bilhões em 1989, ou seja, um aumento absoluto de US\$ 10,4

bilhões e um aumento relativo de 9,89%. Paralelamente ao crescimento acelerado da dívida externa, ocorreu, na década perdida dos anos 1980, uma disparada na taxa de inflação no País. A taxa de inflação cresceu de 77,2% em 1979 para 223,8% em 1984 e, em seguida, alcançou os 1.782,8% em 1989, medida pelo IGP-DI da FGV.

Quadro 4. Taxa de Crescimento do PIB per capita brasileiro – 1979-1989											
1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Média
4,4%	6,8%	-6,3%	-1,3%	-4,5%	3,2%	5,6%	5,4%	1,6%	-1,9%	1,4%	1,5%

Fonte: IBGE.

Observando atentamente o Quadro 4, visualizamos que o PIB *per capita* brasileiro recuou em quatro anos durante a década perdida dos anos 1980: -6,3% em 1981; -1,3% em 1982; -4,5% em 1983; e -1,9% em 1988. Estas quedas do PIB *per capita* brasileiro nos anos 1980 podem ser analisadas pelo âmbito da queda da produtividade do trabalho.

No século XVIII, o economista escocês Adam Smith (1723-1790), o pai da economia moderna, já entendia o papel da produtividade na geração da riqueza das nações. Já no século XXI, o Prêmio Nobel de Economia de 2008, o economista americano Paul Krugman²⁹ enfatizou: "A produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo. Aumentos nos padrões de vida de um país dependem dos aumentos de quanto um trabalhador produz por hora".

Para aumentar a produtividade do trabalho é necessário muito investimento em educação de qualidade, capacitação e treinamento profissionais. Segundo o economista Paulo Sandroni (2008, p.687) em seu *best-seller Dicionário de economia do século XXI*, a produtividade significa:

Resultado da divisão da produção física numa unidade de tempo (hora, dia, ano) por um dos fatores empregados na produção (trabalho, terra, capital). Em termos globais, a produtividade se expressa a utilização eficiente dos recursos produtivos, tendo em vista alcançar a máxima produção na menor unidade de tempo e com os menores custos.

4 Principais indicadores da economia brasileira

Com os impactos da crise de 2008, o governo Lula tomou medidas de uma política fiscal expansionista, a fim de não deixar a economia brasileira recuar como em 2009 (-0,1%), reduzindo as alíquotas do IPI de bens de consumo duráveis como carros, fogões, geladeiras e máquinas de lavar roupas, que resultou no crescimento econômico de 7,5% em 2010.

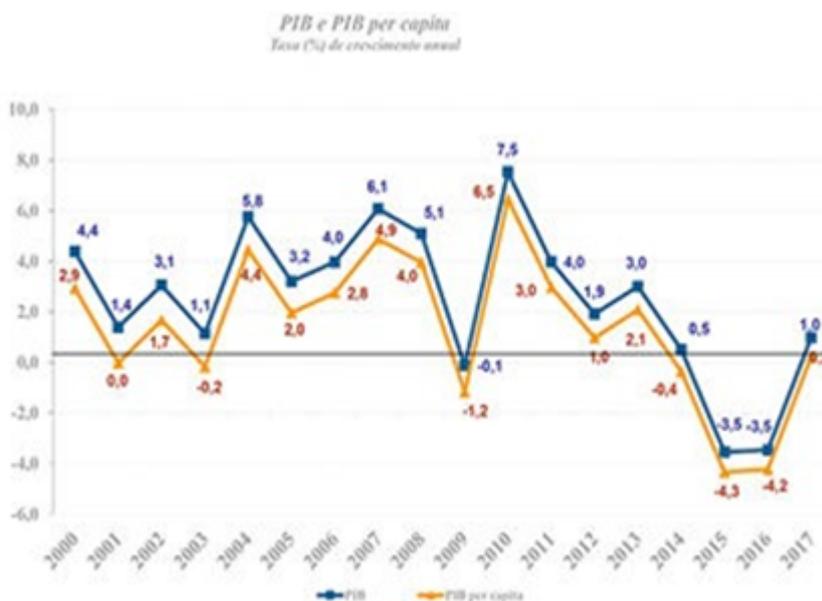
²⁹Trecho do artigo intitulado "A produtividade depende da demanda" no Valor Econômico. Disponível em: <https://www.valor.com.br/opiniao/4980070/produtividade-depende-da-demanda>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

No século XX, o economista inglês John Maynard Keynes³⁰ (1883-1946) enfatizou que o consumo das famílias é de longe mais importante do que os investimentos das empresas privadas, os gastos do governo e as exportações para o crescimento econômico de um país capitalista.

Nós, os economistas, sabemos que o crescimento econômico puxado pelo consumo das famílias não é um crescimento muito consistente. O ideal é um crescimento econômico alavancado pelos investimentos das empresas privadas. O elevado desemprego chegou ao seu ápice em março de 2017 com mais de 14 milhões de desempregados, sendo fruto da política fiscal contracionista do governo federal nas gestões Dilma e Temer.

Podemos analisar os principais indicadores da economia brasileira pelo Gráfico 1 que mostra a evolução do PIB e do PIB *per capita* do Brasil a partir do ano 2000 até o ano de 2017.

Gráfico 1. Evolução do PIB e do PIB *per capita* no Brasil – 2000-2017



Fonte: IBGE.

De 2000 a 2017 observamos no Brasil o fenômeno da desaceleração econômica e da recessão econômica com a trajetória de queda do PIB *per capita* nos anos de 2003 (-0,2%), 2009 (-1,2%), 2014 (-0,4%), 2015 (-4,3%) e 2016 (-4,2%). Entre 2000 a 2017,

³⁰Keynes foi contra a Lei de Say, “A oferta cria sua própria demanda”, ao contrário, defendia Keynes, “A demanda cria a oferta”. O modelo de Keynes se completará mediante o estímulo a seus dois componentes: o consumo e as inversões. A forte queda do consumo das famílias e dos investimentos das empresas levam à economia de mercado a depressão.

observamos também o fenômeno da recessão econômica em três anos na trajetória de retração do PIB brasileiro: 2009 (-0,1%), 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,5%).

Ressaltamos que o Brasil não chegou à pior fase cíclica da economia, a depressão. Não ocorreu por três anos consecutivos o declínio do PIB brasileiro entre 2000 e 2017. A depressão econômica é causada pelo desemprego elevado durante muito tempo, que gera sofrimento financeiro e psicológico ao trabalhador, e pela recessão profunda e duradoura, que quebra financeiramente as empresas e os bancos do País. De novo, o Brasil não conheceu a depressão em 2017 por causa do crescimento do setor agropecuário, após duas quedas consecutivas do PIB no biênio 2015-2016.

É fundamental aumentar o nível de confiança dos consumidores, dos empresários e dos investidores, além de acelerar a expansão do crédito a pessoas físicas e jurídicas para que os agentes econômicos realizem negócios, projetos e parcerias para promover a melhor fase da economia, a prosperidade econômica. É muito importante analisar os principais indicadores do País na década de 2010 para entender que estamos vivendo mais uma década perdida. Entre os principais indicadores destacamos o PIB, a população e o PIB *per capita*.

Quadro 5. A Evolução do PIB, População e PIB per capita no Brasil –2010-2017			
Ano	PIB (em R\$ milhões)	População (em milhões de hab.)	PIB per capita (em R\$ mil)
2010	3.885.847	190,7	19.564,80
2011	4.376.382	192,3	21.825,43
2012	4.814.760	193,9	23.788,15
2013	5.331.619	201,0	26.102,20
2014	5.778.952	202,7	28.042,56
2015	6.000.572	204,4	28.870,07
2016	6.266.895	206,0	30.179,67
2017	6.558.194	207,6	31.587,00

Fonte: IBGE.

No Quadro 5, observamos o aumento do PIB, da população e do PIB *per capita* do Brasil no período de 2010 a 2017. O PIB cresceu de R\$ 3,8 trilhões em 2010 para R\$ 6,5 trilhões em 2017, ou seja, um crescimento absoluto de R\$ 2,7 trilhões e um crescimento relativo de 71,5% nos últimos 8 anos.

A população aumentou de 190,7 milhões de habitantes em 2010 para 207,6 milhões de habitantes em 2017, ou seja, um crescimento absoluto de 16,9 milhões de habitantes e um crescimento relativo de 8,86% nos últimos 8 anos. Já o PIB *per capita* brasileiro cresceu de R\$ 19.564,80 em 2010 para R\$ 31.587,00 em 2017, ou seja, um aumento absoluto de R\$ 12.022,20 e um aumento relativo de 61,45%. Vale registrar que no período compreendido entre 1979 e 1994 o Brasil teve seis moedas, como se pode observar no Quadro 6.

Quadro 6. Histórico de alterações da moeda no Brasil – 1970-2018			
Moeda	Símbolo	Período	Governo
Cruzeiro	Cr\$	15/05/1970 a 27/02/1986	Médici/Geisel/Figueiredo
Cruzado	Cz\$	28/02/1986 a 15/01/1989	Sarney
Cruzado Novo	NCz\$	16/01/1989 a 15/03/1990	Sarney
Cruzeiro	Cr\$	16/03/1990 a 31/07/1993	Collor/Itamar
Cruzeiro Real	CR\$	01/08/1993 a 30/06/1994	Itamar
Real	R\$	01/07/1994 até hoje	Itamar/FHC/Lula/Dilma/Temer

Fonte: BCB – Elaboração dos autores.

Foi uma fase marcada por um perverso tripé que combinava estagnação prolongada, elevada inflação e pressão das dívidas – ora pesava mais a externa, ora a interna. Tal instabilidade explica a frequente substituição dos ministros responsáveis pelo planejamento da nossa economia: entre 1979 e 1985, o ministro do Planejamento foi o economista Antônio Delfim Netto; de 1985 a 1989, foram três ministros do Planejamento, os economistas João Sayad e João Batista de Abreu e o político Aníbal Teixeira de Souza.

Registre-se ainda que nos últimos 38 anos o Brasil implantou oito planos econômicos, a maior parte deles na segunda metade da década de 1980, período chamado por alguns analistas de "quinquênio dos pacotes": III PND (1980), Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990), Plano Collor II (1991) e Plano Real (1994).

5 Economia brasileira na atualidade

Dados recentes revelam – simultânea e paradoxalmente – boas e péssimas notícias na economia brasileira. Entre as boas notícias, destacamos que o governo federal liberou os saques do PIS/PASEP para pessoas que trabalharam com carteira assinada entre 1971 e antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, em todas as idades, no valor total de R\$ 34,6 bilhões até 28 de setembro de 2018. Entre as péssimas notícias, enfatizamos que a recessão econômica poderá voltar em 2018. Recentemente, o BCB divulgou que o PIB brasileiro ficou semiestagnado no primeiro trimestre de 2018 com crescimento de 0,20%. Mas, o PIB nacional retraiu 0,99% no segundo trimestre de 2018. Se no terceiro trimestre de 2018 o PIB cair de novo, teremos uma recessão técnica, ou seja, dois trimestres seguidos de queda do PIB.

Na atualidade, no ranking mundial do PIB, o Brasil, um país de dimensões continentais, encontra-se em oitavo lugar, com US\$ 2,141 trilhões. Perdemos o posto de sétima economia do mundo para a Índia já em 2015. Já no ranking global do PIB *per capita*, o Brasil, um dos dez países mais populosos do planeta, apresenta-se na 62ª colocação, com US\$ 10.309.

A lenta recuperação da economia brasileira pode se transformar no terceiro trimestre de 2018 numa nova recessão econômica. Mais recessão, mais desemprego. O desemprego alcançou no segundo trimestre de 2018 o número de 13,0 milhões de

pessoas, sendo 4,1 milhões de jovens entre 18 e 24 anos de idade, conforme os dados da PNAD Contínua do IBGE. É muito preocupante o elevado desemprego no País e chama muita atenção, a faixa etária dos desempregados nas cinco regiões: 1) entre 25 a 39 anos com 34,6%; 2) entre 18 a 24 anos com 32,0%; 3) entre 40 a 59 anos com 22,7%; 4) entre 14 a 17 anos com 8,1%; e 5) 60 anos ou mais com 2,6% do total.

6 Considerações finais

O Brasil tem 7.367 km de costa marítima, mas não explora o seu grande potencial na pesca, além de dispor de 12.000 rios em doze bacias hidrográficas para atividades de aquicultura. Precisamos de mais investimentos públicos e privados no setor da pesca e aquicultura para criação de novas empresas e de empregos formais. As faculdades e as universidades, públicas e privadas, instaladas em cidades litorâneas e portuárias têm excelentes condições de incentivar os seus estudantes a estudarem mais, a fim de compreender por que o País parou de crescer em ritmo satisfatório, com pouco progresso tecnológico, muita burocracia e praticamente sem qualquer planejamento. Dessa forma, ficarão mais conscientes das boas perspectivas identificadas pelo banco holandês Rabobank, o maior banco do setor de alimentos e de agronegócio do mundo, para o qual o Brasil tem tudo para se transformar na nova superpotência mundial na aquicultura até 2020.

Em 2000, um dos mais renomados gurus da Administração moderna, o professor austríaco e consultor naturalizado norte-americano Peter Drucker (1909-2005) enfatizou: "*Aquaculture, not the Internet, represents the most promising investment opportunity of the 21st Century*"³¹. A aquicultura poderá ser uma das mais importantes indústrias das próximas décadas, certamente a mais revolucionária, a mais lucrativa do século XXI. Portanto, o Brasil poderá ser o maior produtor e exportador de pescado do mundo no século XXI, porque tem 42 mil quilômetros de rios potencialmente navegáveis e a demanda de alimentos saudáveis dos atuais 7,6 bilhões de habitantes (ONU) e dos futuros 8,6 bilhões de pessoas em 2030 (ONU), ou seja, um aumento de um bilhão de pessoas nos próximos 12 anos.

Ressaltamos que o Brasil com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados é o segundo maior exportador de alimentos do planeta, atrás somente dos EUA, segundo a FAO e a OMC. O Brasil é líder mundial na exportação de café, açúcar e suco de laranja. Também é vice-líder global na exportação de soja e milho. A cadeia do agronegócio prospera no País, devido ao olhar eficiente e eficaz dos agentes econômicos envolvidos na produção de insumos, na produção primária com alta produtividade, no processamento, no trading, no varejo, no atacado e no comércio exterior. O agricultor brasileiro moderno acorda cedo para trabalhar e para tomar suas decisões conforme o preço da commodity na Bolsa de Mercadorias de Chicago, a previsão do tempo, os custos

³¹"Não é a Internet, mas a Aquicultura que se apresenta como a oportunidade de investimento mais promissora do século 21", trecho divulgado em inglês no vídeo do professor português Joaquim Macedo de Sousa em língua portuguesa intitulado Economia do Mar: a "Multiplicadora" de Sonhos, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SXd2N9Vvjac>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

de produção e, sobretudo, os rumos do mercado. São muitas as lições da agricultura para a produtividade na economia brasileira. Não esquecendo que o Brasil é também o maior exportador mundial de carne bovina e de carne de frango, além de estar na quarta colocação na carne suína.

Como evitar mais uma década perdida no Brasil? Entre as reformas inadiáveis encontram-se a reforma do Estado, a fim de reduzir o peso do mesmo sobre a economia e a reforma tributária, a fim de modificar o absurdo cipoal existente atualmente, composto por 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria). Entre os 13 impostos, 3 são municipais (IPTU, ITBI e ISS), 3 são estaduais (ITCMD, ICMS e IPVA) e 7 são federais (sendo 4 extrafiscais: II, IE, IPI e IOF e 3 fiscais: IR, ITR e IGF). O que mais machuca nessa sucessão recente de décadas perdidas é que o Brasil teve, por um longo período, um desempenho econômico extraordinário. Como bem observa o embaixador Rubens Ricupero,

Um dos maiores especialistas em medição histórica do desenvolvimento econômico, Angus Maddison, publicou em 1987, o estudo *World Economic Performance since 1870*, no qual comparava dez das mais representativas economias do mundo, as cinco principais da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), isto é, do grupo das industrializadas (EUA, Alemanha, Japão, França e Reino Unido) e as cinco maiores de fora da OCDE (URSS³², China, Índia, Brasil e México, que ainda não tinha ingressado na organização dos desenvolvidos). O período de medição era bastante dilatado para descontar variações conjunturais, episódicas ou temporárias, pois abarcava mais de um século, os 116 anos que se estendiam de 1870 (fim da Guerra do Paraguai) até 1986. A conclusão foi que o melhor desempenho tinha sido o brasileiro, com a média anual de 4,4% de crescimento; em termos *per capita*, o Japão ostentava o resultado mais alto, com 2,7%, mas o Brasil, não obstante a explosão demográfica daquela fase, vinha logo em segundo lugar, com 2,1% de expansão por ano. É bem provável que os resultados tivessem sido muito diferentes se fossem incluídos os treze anos pós-1987, que coincidem com a forte desaceleração brasileira e o espetacular crescimento da China (2001, p. 103).

Portanto, a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida. Na década de 2010 chegaremos a uma nova década perdida e, se não ocorrerem grandes mudanças a partir de 1º de janeiro de 2019, é muito provável que tenhamos uma nova década perdida a partir de 2020. Enfim, o Brasil é um país rico e populoso, que possui dimensões continentais, mas é muito desigual.

³²Desde 1991 é a Federação Russa ou Rússia.

Referências bibliográficas e webgráficas

FMI. **World Economic Outlook.** Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/07/02/world-economic-outlook-update-july-2018>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

GAZETA DE S. PAULO. **Brasil será superpotência na criação de peixe até 2020, diz banco.** Disponível em: <https://www.gazetasp.com.br/nilson-regalado/18395-brasil-sera-superpotencia-na-criacao-de-peixe-ate-2020-diz-banco>. Acesso: 19 de agosto de 2018.

IBGE. **Estatísticas do Século XX.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2052.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2018.

MADDISON, Angus. **Desempenho da economia mundial desde 1870.** Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

PEGN, Revista. **Brasil vive nova década perdida, diz secretário do Tesouro.** Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2018/08/pegn-brasil-vive-nova-decada-perdida-diz-secretario-do-tesouro.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI.** 4ª ed. São Paulo: Record, 2008.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Capítulo XIII

Muita atenção nos 13 anos de morte de Galbraith

Paulo Galvão Júnior

1 Considerações iniciais

O presente artigo discorre sobre a vida e a obra do economista canadense John Kenneth Galbraith. Busca revelar a importância do seu pensamento econômico nos séculos XX e XXI para um país continental, populoso, tropical, emergente, com muitos recursos naturais, mas, infelizmente, com 28,3 milhões de desempregados e subempregados (IBGE), 43,5 milhões de pobres (Banco Mundial), 63,0 milhões de inadimplentes (Serasa Experian), 11,5 milhões de analfabetos (IBGE), além de 5,2 milhões de pessoas que passam fome (FAO).

A atenção é um dos processos estudados na psicologia cognitiva, que estuda a cognição e os processos mentais que estão por detrás do comportamento humano, e que se refere à forma como processamos informações presentes em nosso ambiente específico ativamente. Enquanto uma pessoa lê um livro na biblioteca, por exemplo, um estudante universitário ao ler o livro do economista Galbraith estão acontecendo muitas coisas ao seu redor, exemplos, os sons, as sensações, a visão da mata por uma janela próxima, o calor das roupas no frio do ar-condicionado da biblioteca ou a memória de uma conversa que teve com um professor de economia sobre os 90 anos da Crise de 1929.

Especificamente, a atenção é um processo cognitivo pelo qual o intelecto focaliza e seleciona estímulos, estabelecendo relação entre eles no cérebro humano. A todo instante recebemos estímulos, provenientes das mais diversas fontes, exemplo, um vídeo da *BBC Television* do episódio *A Era da Incerteza* do professor Galbraith com tradução em português, porém só atendemos a alguns deles, pois não seria possível e necessário responder a todos ao mesmo tempo.

Por isso, estimado(a) leitor(a), com os seus 86 bilhões de neurônios, muita atenção nos 13 anos de morte de Galbraith. A relevância do artigo é a importância do pensamento econômico do economista canadense John Kenneth Galbraith, que faleceu no dia 29 de abril de 2006, aos 97 anos, de causas naturais no Hospital Mount Auburn, em Cambridge, nos Estados Unidos da América (EUA), o país mais rico do mundo.

Este artigo é formado por sete itens. O primeiro item apresenta breves considerações iniciais. O segundo item trata da biografia de Galbraith. O terceiro item destaca um dos mestres da economia. O quarto item expõe os pensamentos de Galbraith sobre a Crise de 1929. O quinto item busca entender o desenvolvimento econômico. O

sexto item alertar sobre o clima econômico atual e futuro no Brasil. O último e sétimo item são as considerações finais deste artigo.

2 Biografia de John Kenneth Galbraith

Eu não li na íntegra a biografia de Galbraith intitulada *John Kenneth Galbraith: his life, his politics, his economics* (John Kenneth Galbraith: sua vida, sua política, sua economia), do economista americano Richard Parker, no ano de 2005.

Pesquisando muito em livros, revistas, eBooks e na Internet, eu descobri que Galbraith nasceu em 15 de outubro de 1908 no segundo maior país do mundo, o Canadá. Ele foi criado em uma pequena fazenda canadense na província de Ontário. John Kenneth Galbraith era filho de canadenses de ascendência escocesa. Seu pai, William Archibald Galbraith, era agricultor e professor. E sua mãe, Sarah Catherine Kendall, era dona de casa e ativista político.

Casou-se em 17 de setembro de 1937 com a americana Catherine Merriam Atwater, com quem teve quatro filhos, Alan, Peter, Douglas e James Kenneth Galbraith. Ao casar com Catherine, carinhosamente chamada de “Kitty”, conquistou o direito de ser um cidadão americano. Galbraith trabalhou no *New Deal* (Novo Acordo) do então presidente democrata Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), em Washington, no cargo de diretor da Administração de Preços da Agência de Supervisão de Preços no ano de 1941.

Com a morte de Roosevelt, um dos três mais queridos presidentes dos EUA, ao lado de George Washington (sem partido, 1789-1797) e Abraham Lincoln (partido republicano, 1861-1865), assume o vice-presidente dos EUA durante o último ano da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Infelizmente, foi o presidente democrata Harry Truman (1945-1953) que ordenou o lançamento de duas bombas atômicas no Japão, a primeira bomba atômica de urânio (*Little Boy*) foi lançada na cidade portuária de Hiroshima em 06 de agosto de 1945 e a segunda bomba atômica de plutônio (*Fat Man*) foi lançada na cidade industrial de Nagasaki em 09 de agosto de 1945.

Estima-se que cerca de 80 mil pessoas morreram em Hiroshima e 40 mil vítimas imediatas em Nagasaki, provocando a morte de 120 mil japoneses civis e militares durante os calorosos cogumelos atômicos. Seis dias depois do bombardeio atômico de Nagasaki, o imperador japonês Hirohito pelo rádio declarou a rendição incondicional no dia 15 de agosto de 1945. Vinte e quatro dias depois, levando ao fim da Segunda Guerra Mundial, no dia 2 de setembro de 1945 com o acordo de rendição total do Império do Japão. Era o início da Era Atômica.

Depois de seus longos anos em Washington, capital dos EUA, abandonou a Casa Branca para novos rumos e começou a escrever mais páginas dos seus 42 (quarenta e dois) livros de economia, que foram publicados na maior potência econômica e militar do planeta. Galbraith foi um grande pacifista, sempre segurou na mão esquerda ou na mão direita a bandeira branca da paz (*peace*).

Galbraith foi professor de economia nas universidades de Califórnia, Princeton, Cambridge, Bristol e Harvard. Na Universidade de Harvard, em Cambridge, perto de Boston, Massachusetts, Galbraith foi nomeado professor emérito.

Como escritor se tornou um autor versátil de livros *best-seller* de economia que advertem profeticamente os perigos dos mercados desregulados, a ganância das empresas monopolistas, a tecnocracia e a inatenção aos elevados e desnecessários gastos com armas, sobretudo, armas atômicas.

3 Um dos mestres da economia

Há exatamente 13 anos faleceu Galbraith, um dos mestres da economia. O seu pensamento econômico influenciou gerações de economistas nos EUA como Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001, por criar os fundamentos da teoria dos mercados com informações assimétricas.

Em minha opinião, os seis mestres da economia são Smith, Marx, Keynes, Hayek, Friedman e Galbraith. As principais ideias dos seis economistas mais influentes da economia mundial são: Adam Smith (1723-1790), defendendo o liberalismo econômico, o *laissez-faire*, a mão invisível do mercado e a divisão e a especialização do trabalho; Karl Marx (1818-1888), criticando a mais-valia absoluta e relativa do capitalismo, defendendo radicalmente o socialismo com sua mão de ferro do Estado e a ditadura do proletariado, em seguida, prevendo o fim do Estado e o surgimento do comunismo; John Maynard Keynes (1888-1946), pregando o governo com forte intervencionismo na economia de mercado e o Estado de Bem-Estar Social; Friedrich von Hayek (1889-1992) e Milton Friedman (1912-2006), Prêmios Nobel de Economia de 1974 e de 1976, ambos defensores do neoliberalismo e argumentando que a liberdade econômica é uma condição essencial para a liberdade dos indivíduos, sociedades e países; E John Kenneth Galbraith (1908-2006), não ganhou o Prêmio Nobel de Economia em Estocolmo, na Suécia, mas foi um dos economistas mais brilhantes e influentes do século XX.

Cada visão econômica dos mestres da economia teve uma influência nos rumos do capitalismo do século XVIII até os dias atuais. Galbraith foi um dos seis mestres da economia no mundo. Galbraith discordou profundamente do pensamento econômico de Karl Marx, mas não rejeitou suas ideias revolucionárias sem ao menos ler o volume I de *O Capital*. Galbraith concordou profundamente com o pensamento econômico de Keynes, apoiou a revolução keynesiana, mas pensou algumas vezes distintamente: “O problema da economia moderna não é um fracasso do conhecimento da economia; é um fracasso do conhecimento da história”.

Galbraith sempre teve forte posicionamento diante da Grande Depressão, do New Deal, da Segunda Guerra Mundial, do Plano Marshall, do surgimento do FMI, do Banco Mundial, da ONU e do Estado de Israel, da Guerra da Coreia, da Guerra do Vietnã, da Primeira Crise do Petróleo, da Segunda Crise do Petróleo, da Guerra Fria, do fim da União Soviética, da Guerra do Afeganistão, da Guerra do Golfo, dos ataques terroristas as torres gêmeas do World Trade Center e da Guerra do Iraque.

Segundo o economista John Kenneth Galbraith as origens do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) foram os pensamentos econômicos do economista inglês John Maynard Keynes (1888-1946). De acordo com *O livro de Economia* (2013, p.149), “Nos EUA, as políticas keynesianas foram defendidas com entusiasmo por economistas como o canadense-americano John Kenneth Galbraith e logo adotadas pelo governo democrata liberal”.

Galbraith foi para a Inglaterra entre 1937 e 1938, para estudar economia, e o seu professor foi o economista mais influente do século XX, John Maynard Keynes. O professor Keynes lecionava economia na Universidade de Cambridge, em Cambridge. Na época, Galbraith frequentava as salas de aula e a biblioteca de uma das melhores universidades de ciências econômicas da Inglaterra, da Europa e do mundo.

Durante mais de meio século, o canadense Galbraith foi um dos economistas mais visíveis do planeta. Galbraith tinha mais de dois metros de altura, exatamente dois metros e seis centímetros, era o mais alto economista do mundo. Em 1962, Galbraith na Índia ao lado da primeira-dama americana Jacqueline Kennedy revelava a sua importância como embaixador dos EUA, entre 1961 e 1963, a relevância do seu pensamento econômico e a sua altura.

O economista canadense John Kenneth Galbraith foi o autor que mais vendeu livros de economia para não economistas da sua época. Galbraith enfatizou que “Um dos segredos da sabedoria econômica é saber aquilo que não se sabe”. O *Fed* (*Federal Reserve*), o banco central dos EUA foi inaugurado em 1914. A Revolução Russa de 1917 foi o início da era da incerteza.

The Affluent Society (A Sociedade Afluente) de John Kenneth Galbraith, foi publicado em 1958. O livro do mais famoso economista canadense trata sobre a divisão crescente entre ricos e pobres na sociedade capitalista. Conforme *O livro de Economia* (2013, p.140), “1958. O economista americano John Kenneth Galbraith chama a atenção para a pobreza no livro A sociedade afluenta”.

Mais desemprego, mais pobreza (*more unemployment, more poverty*) nos EUA, na Inglaterra, na Alemanha ou no Brasil. Segundo Galbraith (1974, p.272), “Os pobres encontram emprego mais facilmente quando a economia está em expansão. Assim a pobreza sobrevive na teoria econômica em parte como suporte da sabedoria econômica convencional”.

John Kenneth Galbraith, em seu livro *A Sociedade Afluente* explica e revela o porquê os pobres ficam cada vez mais pobres, enquanto os ricos ficam cada vez mais ricos. Ao longo dos anos, Galbraith desenvolveu uma maneira distintiva de “fazer economia” e transformou-se num severo crítico tanto de economistas conservadores quanto de economistas neoliberais e monetaristas nos anos 1980 e 1990. Por isso, Galbraith (1974, p.277) defendia uma melhor distribuição de renda, “Garantir para cada família uma renda mínima, como função normal da sociedade, contribuiria para garantir que o infortúnio dos pais, merecido ou não, não seria transmitido aos filhos. Ajudaria a evitar que a pobreza perpetuasse”.

Galbraith esteve muitas vezes no epicentro da política em seu tempo. Na década de 1960 foi uma das maiores e críticas vozes da Guerra do Vietnã. A amizade de

Galbraith com o presidente democrata John Fitzgerald Kennedy (1961-1963) aumentou suas contribuições sobre a política econômica, a política americana na Ásia, e a pesada influência do orçamento do Pentágono em todos os assuntos públicos internos e externos. Galbraith após 35 anos do assassinato de Kennedy em 22 de novembro de 1963, em Dallas, escreveu um livro dedicado ao seu estimado amigo (cartas de 1959 a meados de 1963) denominado *Letters for Kennedy* (Cartas para Kennedy), de 1998.

Os EUA foram protagonistas de muitas guerras nos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, cujas consequências foram desastrosas para a humanidade. Para Galbraith, “A guerra segue sendo o maior fracasso humano”. Infelizmente, a guerra é muito cruel e tão sangrenta. A veia pacifista de Galbraith sempre me atraiu em seus livros e artigos. Segundo o economista americano John Kenneth Galbraith, em *A Cultura do Contentamento*, “As universidades americanas, o local de maior concentração de jovens relativamente afluentes, tornou-se o centro da resistência à guerra do Vietnã e, mais especificamente, ao recrutamento militar obrigatório. O primeiro grupo de ação ecológica nasceu na Universidade de Berkeley na Califórnia em 1968, devido à destruição da vegetação, dos animais e da população pela guerra química no Vietnã”.

É relevante o papel das instituições de ensino superior americanas, europeias, canadenses, japonesas, russas até brasileiras no processo de resistência aos gastos exorbitantes em testes nucleares no mundo. Em seguida Galbraith, enfatiza que “Os recursos hoje destinados ao sistema militar poderiam se disponíveis, provocar uma pequena revolução na educação”.

Outro livro do famoso do economista Galbraith foi *O Novo Estado Industrial*, de 1967, no qual com máxima atenção fez críticas à economia capitalista avançada. Neste livro Galbraith (1988, p.22) expõe que, “Tecnologia significa a aplicação sistemática de conhecimento científico ou outro conhecimento organizado a tarefas práticas”.

Para Galbraith, o melhor modelo econômico não é o socialista ou o capitalista. Na sua obra prima intitulada *O Novo Estado Industrial*, Galbraith (1988, p.43) enfatizou, “Nem a economia soviética nem a dos Estados Unidos confiam a poupança e o crescimento à decisão individual. Ambos confiam-nos à autoridade”.

E, num trecho posterior que também poderia ser utilizado para explicar a relevância do seu pensamento econômico, continua Galbraith (1988, p.45):

Quando A Teoria Geral, de Keynes, foi publicada, durante a Grande Depressão, e por duas décadas após a Segunda Guerra Mundial, o problema econômico fundamental, na realidade, era compensar as poupanças e assim manter o nível de produção e renda.

Galbraith estudou e analisou muito as transformações econômicas e sociais do capitalismo comercial, do capitalismo industrial, do capitalismo financeiro e do capitalismo globalizado, ao ponto que enfatizou que, “Na economia, a maioria está sempre errada”. De acordo com Galbraith (1988, p. 145):

Especificamente, o planejamento industrial exige que os preços estejam sob controle. A tecnologia moderna, conforme vimos, reduz a segurança do

mercado e aumenta o comprometimento de tempo e capital que se exigem na produção. Por essa razão, não se podem deixar os preços aos caprichos do mercado não dirigido.

Eu sempre admirei Galbraith pela sua luta contra o desemprego nos EUA, no Canadá e no mundo. De acordo com o economista John Kenneth Galbraith (1988, p.180):

Com frequência, os economistas debatem se o desemprego na economia moderna é primariamente estrutural, isto é, se é resultado de uma fraca adaptação da qualificação e aptidões do trabalhador às necessidades, ou se é resultado de uma falta geral de demanda. Há debates acirrados, porquanto os argumentos tinham importante relação com os remédios propostos. Se o desemprego é estrutural, o remédio é tornar a treinar aqueles que estão sem trabalho. Mas se o problema é apenas decorrente de uma falta de demanda, impõe-se uma ação geral para aumentar os dispêndios ou reduzir os impostos, sempre supondo-se que a inflação pode ser evitada ou não é mais temida do que o desemprego. O uso da redução de impostos como remédio para a insuficiência de demanda adiciona mais um ponto ao debate, pois os defensores de causas e remédios estruturais naturalmente receiam que isso possa limitar o dispêndio com a educação, o treinamento e retreinamento, que constituem o remédio para o desemprego.

Galbraith criticou os erros cometidos por administrações posteriores na gestão da riqueza e do poder dos EUA nos anos dos presidentes republicanos Richard Nixon (1969-1973), Gerald Ford (1974-1977), Ronald Reagan (1981-1989), George W. Bush (1989-1993) e George Bush (2001-2009). Galbraith (1988, p.190) criticou severamente a gestão Nixon:

Os economistas de Nixon achavam-se fortemente comprometidos com antigas crenças do mercado; afirmavam vigorosamente sua crença de que podiam combinar os preços estáveis com alto desemprego sem qualquer intervenção direta nos salários e preços. Evitaram-se especificamente controles, voluntários ou não.

Como escritor de obra de não ficção, Galbraith influenciou antes, durante e após a Guerra Fria (*Cold War*). Em minha opinião, a sua principal obra foi *O Novo Estado Industrial*, de 1967. Com certeza absoluta, a obra mais popular foi *A Era da Incerteza*, de 1977, que depois virou uma conceituada série de televisão de 13 programas, coproduzida pela BBC Television (Londres), CBC, KCET e TV Ontário e que foi escrita e apresentada pelo próprio Galbraith.

Galbraith foi um dos primeiros economistas a escrever um best-seller sobre o colapso econômico de 1929. Galbraith escreveu obras voltadas ao público não especializado, e sem o rigor científico, sem os dados econométricos do mundo acadêmico. Galbraith (1988, p.219) constatou que, “A Grande Depressão deu forte impulso ao movimento sindicalista”.

4 Os pensamentos de Galbraith sobre a Crise de 1929

O livro denominado *The Great Crash 1929* (em português traduzido para *1929 - A Grande Crise*) foi publicado pela primeira vez em 1955, pelo renomado economista canadense John Kenneth Galbraith. Segundo Galbraith a Crise de 1929 foi o momento mais negro do capitalismo mundial, com a grande queda (*the great crash*) da Bolsa de Valores de Nova York. Segundo Galbraith (2010, p.112), “A terça-feira, 29 de outubro, foi o dia mais devastador na história da Bolsa de Valores de Nova York e, talvez, o mais devastador na história dos mercados”.

The Great Crash 1929 é um dos livros extraordinários, escrito por um intelectual mundialmente renomado, por um escritor canadense que se naturalizou americano, mas não ganhou o Prêmio Nobel de Economia. Galbraith era pacifista, keynesiano e um brilhante economista e escreveu mais de 40 livros.

Galbraith foi um conceituado professor em suas respectivas universidades no Velho Mundo e no Novo Mundo, além de grande crítico contra as armas nucleares e a favor da preservação ambiental. Os livros de Galbraith retratam com maestria a prosperidade econômica, a recessão econômica, a depressão econômica e a recuperação econômica dos EUA entre 1919 e 2005.

Em 24 de outubro de 1929, o economista John Kenneth Galbraith, com 21 anos de idade, assistiu à queda (em inglês, *the crash*) da Bolsa de Valores de Nova York, o maior centro financeiro dos EUA e do mundo, provocando a Grande Depressão dos anos 30.

O teórico empreendedor americano Roger Babson num discurso no estado de Massachusetts, em 17 de setembro de 1929, cunhou sua célebre previsão: “(...) quase certamente teremos uma depressão econômica em 1929” (Galbraith, 2010, p.33). Ele foi ironizado e desacreditado pelos investidores de Wall Street. Em 24 de outubro de 1929, os jornais estamparam a seguinte manchete: “*CRASH!*”. Uma irrefreável onda de vendas derruba o preço das ações ordinárias, causa pânico na Bolsa de Valores de Nova York e leva milionários à bancarrota e a pobreza da noite para o dia.

O banqueiro Paul Warburg em 9 de março de 1929 alertou para o desastre ameaçador da especulação financeira excessiva, então galopante nos EUA, prevendo a grande quebra (*the great crack*) e a depressão generalizada que afetaria todo o país, o que ocorreu nos dias 24 e 29 de outubro de 1929. De acordo com Galbraith (2010, p.80) “Em março de 1929, ele exigiu uma política mais enérgica do Federal Reserve e argumentou que se a orgia de “especulação desenfreada” não fosse prontamente detida haveria, ao fim, um colapso desastroso. Isso, sugeriu ele, seria desafortunado não apenas para os especuladores. Provocaria uma depressão geral que envolveria o país inteiro”.

Galbraith era um grande defensor do pensamento do eminente economista inglês John Maynard Keynes. De 1930 até 1936, Lorde Keynes publicou vários artigos e livros de Economia, o mais célebre livro foi intitulado *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936. Keynes foi o maior economista do século XX, ao defender uma maior intervenção do Estado na economia de mercado.

Para Keynes a Demanda Agregada (DA) é a variável fundamental para mover a atividade econômica de um país que vigora a economia de mercado. Esta DA é formada

pela demanda interna dos bens de consumo das famílias (C), pela demanda do investimento das empresas (I), pela demanda dos gastos públicos (G) e pela demanda externa dos mercados através da exportação (X), ou seja, $DA=C+I+G+(X-M)$, onde M significa importação.

O desemprego é resultado da insuficiência DA e a solução keynesiana para combater o desemprego é estimular o consumo das famílias baixando os impostos, baixar a taxa de juros para as empresas investiram mais, aumentar os gastos governamentais e estimular as exportações baixando a taxa de câmbio, assim baixando o desemprego tecnológico a curto prazo.

De acordo com Galbraith (2010, p.161) em *The Great Crash 1929*, “Em 1933, havia quase 13 milhões de pessoas sem trabalho ou cerca de um quarto da força de trabalho disponível”. A redução dos impostos, a política de taxa de juros baixa e o aumento dos gastos públicos são medidas keynesianas para contribuir no aumento da taxa de emprego numa economia de mercado no período da Grande Depressão (*Great Depression*) dos anos 30.

É preciso enfatizar as estatísticas econômicas dos EUA na Grande Depressão. Segundo o professor Galbraith (1988, p.45), “A poupança das empresas caiu de 11,2 bilhões de dólares em 1929 para 3,2 bilhões de dólares em 1933, o pior ano da Grande Depressão”. Em entrevista o célebre economista Galbraith enfatiza o sucesso do *New Deal*:

Foram os anos do *New Deal*, quando os governos pela primeira vez ofereceram seguridade social e auxílio aos desempregados. Houve uma grande aceitação de Keynes. Suas teorias macroeconômicas se tornaram práticas da economia moderna. E voltando ao que eu disse antes: isso não foi feito apenas de acordo com interesses socialistas ou capitalistas. Mas sim, de acordo com necessidades práticas. Foram tempos de grande pragmatismo. Olhar para trás me dá grande satisfação. Até porque eu fiz parte de tudo isso (...).

Galbraith foi conselheiro econômico do presidente Roosevelt. Galbraith foi assessor econômico do presidente democrata John Kennedy. Presidente Kennedy recebeu conselhos de Galbraith para reflexões sobre questões críticas dos EUA, tais como a Crise dos Mísseis de Cuba em outubro de 1962, aonde a Terceira Guerra Mundial chegou bem próximo do seu trágico e nuclear início, entre as duas superpotências, os EUA e a URSS, em plena Guerra Fria.

Em quase 243 anos como país independente, desde 04 de julho de 1776, os EUA já passaram 126 anos em guerras como a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã, a Guerra do Golfo, a Guerra do Iraque e a Guerra do Afeganistão. Esses 51,8% da história em guerras tiveram elevados custos financeiros e humanos.

O capitalismo tem sua origem histórica na Europa do século XV, portanto mais de seis séculos de desigualdades sociais. Muitos apontam que o fim do capitalismo é totalmente inviável. Poucos apontam que o fim do capitalismo está muito próximo. O

“DNA” do capitalismo é o preço. Todos os bens econômicos têm os seus respectivos preços. Evidentemente, a necessidade de grandes mudanças, modernas transformações, em poucas palavras, **um novo sistema econômico**. Após tantas crises econômicas os seus impactos provocarão o surgimento de um novo sistema econômico em pleno século XXI.

O professor John Kenneth Galbraith, considerado um dos maiores economistas do século XX, morreu em 2006, com 97 anos, de causas naturais em Cambridge, Massachusetts, nos EUA. Galbraith foi contra os parasitas que domina o capitalismo, que absorve todos os recursos para sustentar o verdadeiro cassino global à custa da gigantesca espoliação dos recursos naturais finitos e dos recursos humanos. Milhões de trabalhadores estão desempregados e endividados no mundo.

5 O desenvolvimento econômico

Segundo o professor John Kenneth Galbraith no Prefácio à Terceira Edição do livro *O Novo Estado Industrial* (1988, p.12), “O mundo continuará mudando, e mais rapidamente, sem dúvida, do que a Economia que o explica e interpreta”. Logo, o Brasil continuará mudando também. As mudanças econômicas e sociais do País são profundas nos últimos 48 anos.

O Brasil tem um fantástico potencial econômico no século XXI. O Brasil é um país continental, populoso, urbano, industrializado, com enormes recursos naturais renováveis e não renováveis. O Brasil concentra 12% da água disponível na Terra. O Brasil tem um dos maiores potenciais de energia eólica do mundo.

Todavia, o Brasil não tem um projeto de desenvolvimento econômico, é muito visível o crescimento da pobreza nas cinco regiões do País. Mais de 70% da água disponível está na região Norte, que tem apenas 7% da população brasileira, enquanto 3% da água está na região Nordeste, que concentra 30% da população total. As turbinas de energia eólica representam apenas 3,5% da matriz elétrica brasileira, incapaz de promover o desenvolvimento econômico do Brasil.

Com apenas nove anos de idade eu li pela primeira vez o sobrenome Galbraith no livro em português da famosa coleção Biblioteca Salvat de Grandes Temas. Foi no livro intitulado *O desenvolvimento econômico*, de 1979, cuja capa dura chama muita atenção pela fotografia de uma refinaria de petróleo e no qual destaco a página 64: “Galbraith divulgou com grande precisão algumas características das economias capitalistas”. Em seguida na página 71 tem a foto colorida de Galbraith, com um olhar muito atento e de mãos dadas, e com o seguinte trecho:

O economista e diplomata norte-americano John Kenneth Galbraith, que foi embaixador na União Indiana de 1961 a 1963, com o seu livro *A Sociedade da Opulência*, conseguiu não só um recorde de vendas, mas influenciou consideravelmente o pensamento econômico contemporâneo.

Reli estes dois trechos do livro *O desenvolvimento econômico* na cabine 1 da biblioteca pública Juarez da Gama Batista do Espaço Cultural José Lins do Rego, agora com 48 anos de idade. Galbraith influenciou também os economistas no Brasil, exemplo, Paulo Galvão Júnior³³, atualmente, economista, escritor com 12 eBooks de economia, autor e coautor de 182 artigos de economia, palestrante e professor universitário.

Na nova e moderna biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado do IESP Faculdades como economista estou quase diariamente em busca do ouro do século XXI, o conhecimento. Com conhecimento podemos promover o desenvolvimento econômico a longo prazo, isto é, a capacidade de produzir bens e serviços e obter riquezas e rendas de modo quantitativo e qualitativo para garantir o bem-estar social da população de uma nação.

O Brasil é um país predominantemente urbano e industrial, localizado na América do Sul. Em 1970, ano que nasci na Paraíba, a taxa de fecundidade total (TFT) era de 5,8 filhos por mulher. Exatos 48 anos depois, a TFT brasileira alcançou 1,7 filho por mulher em 2018, segundo dados demográficos do IBGE, logo, uma queda, em média, de 4,1 filhos por mulher.

Por que o Brasil, um país continental e populoso, não investe muito em ferrovias, energias eólica e solar nem bibliotecas? Com mais investimentos privados e públicos em ferrovias, energias eólica e solar e bibliotecas alcançaríamos mais rápido o desenvolvimento econômico. O Brasil é o quinto maior país do mundo, mas não tem ferrovias ligando as capitais brasileiras. Já a Coreia do Sul, 80 vezes menor do que o Brasil tem ferrovias ligando suas principais cidades. O Brasil é o sexto país mais populoso do planeta, porém não tem biblioteca funcionando 24h nos 5.570 municípios. Já o Canadá, com quase seis vezes menos população do que o Brasil tem bibliotecas funcionando 24h nas universidades.

O tropical Brasil viverá uma revolução nas energias eólica e solar a partir de 2020, com o crescimento do número de imóveis com placas solares no telhado, que deverá saltar de mais de 3.500 nos dias atuais para 9,5 milhões e o aumento de cidades litorâneas repletas de parques eólicos até 2040.

6 Estado de Atenção no Brasil

A extraordinária inteligência de Galbraith poderá influenciar os brasileiros que terminam o mês sem dinheiro ou no vermelho. Atualmente, oito em cada dez habitantes

³³Professor de economia e de economia brasileira no IESP, localizado na pequena e portuária Cabedelo, escolhido pelos alunos universitários dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis e Direito por quatro vezes não consecutivas o Professor Destaque IESP pela votação da CPA (Comissão Própria de Avaliação) no final dos semestres 2016.1, 2017.1, 2017.2 e 2018.2. Escolhido também pela Diretoria Acadêmica do IESP no Programa de Progressão Docente (PPD) o professor com média final em terceiro lugar em 2016 e em segundo lugar no ano de 2019. Escolhido também pelos alunos do P1 do Curso de Gestão de Recursos Humanos nos períodos 2018.1 e 2018.2 o professor homenageado como o melhor índice de satisfação. Além de receber o troféu Mister Simpatia na categoria Professor nos melhores do ano 2018 pela votação direta dos funcionários, sobretudo da biblioteca do IESP.

no Brasil vivem no limite do orçamento familiar (SPC Brasil). Lembrando que as cores da bandeira do Canadá são branca e vermelha. Segundo o professor de economia na Universidade de Harvard, John Kenneth Galbraith, “Nada estabelece limites tão rígidos à liberdade de uma pessoa quanto à falta de dinheiro”.

Em plena Quarta Revolução Industrial, o maior inimigo do secular e emergente Brasil é a má administração aliada à corrupção. O maior aliado do continental e populoso Brasil é o sonho de ser um país desenvolvido no século XXI. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), “Entre 194 países em cinco continentes, apenas 39 países são ricos e avançados como os cinco países nórdicos: Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlândia e Islândia. São 155 países em desenvolvimento como os cinco países do grupo BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul”.

Para Galbraith no programa de sucesso internacional *A Era da Incerteza*, “O dinheiro disputa com o amor a primazia de maior prazer do homem e rivaliza com a morte como fonte de ansiedade”. Sem dinheiro não podemos comprar os livros de Galbraith no Brasil. Infelizmente, entre janeiro a março de 2019, a venda de livros caiu 1,2 milhão de exemplares no País.

O clima econômico irá mudar no Brasil, a oitava economia do mundo e ao mesmo tempo a nona nação mais desigual do planeta. É um absurdo, atualmente, no Brasil, existem 94 tributos, sendo eles 13 impostos, 36 taxas e 45 contribuições de melhoria por parte dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, sem grande retorno social. A carga tributária, ou seja, o patamar de tributos federais, estaduais e municipais pagos em relação à soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos num país, durante um determinado período de tempo, que somou 32,43% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2017, segundo dados da Secretaria da Receita Federal (SRF). Em 2015, a carga tributária brasileira era de 32,1% do PIB, a segunda maior carga tributária da América Latina, atrás apenas de Cuba com 38,6% do PIB (OCDE).

Eu li na íntegra as obras primas de Adam Smith, *A Riqueza das Nações* de 1776, de John Maynard Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de 1936, e de John Kenneth Galbraith, *O Novo Estado Industrial* de 1967. Para a economia brasileira crescer muito como no “Milagre Econômico” entre 1968 e 1973, ou seja, promover a prosperidade econômica, é fundamental que os tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) sejam reduzidos a curto prazo para aumentar o consumo das famílias e reduzir os custos de produção para as empresas brasileiras. É um absurdo, um trabalhador brasileiro trabalhou 153 dias em 2017 apenas para pagar impostos (IBPT).

7 Considerações finais

Este artigo constitui uma reflexão crítica acerca da dura realidade do Brasil nas comemorações alusivas aos 13 anos de falecimento do grande economista canadense John Kenneth Galbraith, que morreu nos EUA. Galbraith era discípulo do economista inglês Keynes e sempre defendeu uma forte ação do Estado na economia de mercado para criar empregos e gerar uma sociedade mais justa. Galbraith foi um dos mais influentes e populares economistas do século XX.

Na minha visão pessoal, o primeiro grande economista no século XX a chamar muito atenção ao pensar no novo sistema econômico e este sendo muito superior ao capitalismo selvagem e ao socialismo totalitário nos dias atuais foi o economista canadense John Kenneth Galbraith. No entendimento de Galbraith: “Sob o capitalismo, o homem explora o homem. Sob o comunismo, é exatamente o oposto”. Em breve, escreverei a minha obra prima numa severa crítica ao capitalismo e ao socialismo, e o surgimento de um novo sistema econômico em pleno século XXI.

Infelizmente, o mundo na atualidade caminha para uma Terceira Guerra Mundial. Segundo as estimativas do Instituto de Pesquisas para a Paz de Estocolmo (SIPRI)³⁴, o número total no arsenal mundial é de aproximadamente 14.940 armas nucleares, estas armas nucleares foram produzidas na Rússia (7.000), EUA (6.800), França (300), China (270), Reino Unido (215), Paquistão (135), Índia (125), Israel (80) e Coreia do Norte (15). O número de armas nucleares no Irã é uma incógnita. São cerca de 15.000 armas nucleares no planeta, capazes de destruir a humanidade, hoje, em cerca de 7,6 bilhões de habitantes (ONU)³⁵, que poderá alcançar 9,7 bilhões de habitantes em 2050.

Infelizmente, é verdade, será a última guerra da humanidade, entre os países do sistema capitalista tão desigual, repleto de pessoas miseráveis versus os países do sistema socialista tão carnificina, repleto de pessoas não livres. Na Grande João Pessoa, eu continuarei pensando muito, frequentando as bibliotecas públicas e privadas e almejando cada vez mais um novo sistema econômico no século XXI, muito superior ao capitalismo e ao socialismo, além de preservar o meio ambiente e promover a paz. Em suma, será o início da Era da Certeza.

Referências bibliográficas

BBC Television. **A Era da Incerteza**. Disponível em:

<https://www.bing.com/videos/search?q=programa+a+era+da+incerteza+de+galbraith&&view=detail&mid=D36E08BF67E27AC52129D36E08BF67E27AC52129&&FORM=VRDGAR>. Acesso em 28 de abril de 2019.

G1. **Banco Mundial alerta para aumento da pobreza no Brasil**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/05/banco-mundial-alerta-para-aumento-da-pobreza-no-brasil.ghtml>. Acesso em 27 de abril de 2019.

G1. **Número de inadimplentes alcança o recorde de 63 milhões em março, diz Serasa**.

Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/24/numero-de-inadimplentes-alcanca-o-recorde-de-63-milhoes-em-marco-diz-serasa.ghtml>. Acesso em 27 de abril de 2019.

³⁴Nove países com poder nuclear têm um arsenal de 14.934 armas. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/06/internacional/1507284753_073640.html. Acesso em: 29 de abril de 2019.

³⁵População mundial atingiu 7,6 bilhões de habitantes. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Sociedade Afluente**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1974.

GALBRAITH, John Kenneth. **O Novo Estado Industrial**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

GALBRAITH, John Kenneth. **1929 - A Grande Crise**. Tradução de Clara A. Colotto. São Paulo: Larousse, 2010.

KISHTAINY, Niall; ABBOT, George; et al. **O livro da Economia**. São Paulo: Globo, 2013.

SALVAT, Biblioteca. **O desenvolvimento econômico**. Grandes Temas. Rio de Janeiro: Salvat, 1979.

SPUTNIK NEWS. **IBGE: 13,1 milhões de brasileiros estão desempregados**. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/brasil/2019032913578084-ibge-desemprego-brasil-emprego-desocupacao/>. Acesso em 27 de abril de 2019.

Capítulo XIV

Os 240 anos de Rousseau: O homem de ideias revolucionárias

Paulo Galvão Júnior

1 Considerações iniciais

Em 02 de julho de 1778, na França, exatamente na cidade de Ermenonville, o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau faleceu aos 66 anos de idade. O célebre filósofo Rousseau morreu há 240 anos e foi um homem de ideias revolucionárias. A obra prima de Rousseau foi intitulada *Do Contrato Social* ou, Princípios de Direito Político, de 1762. Rousseau escreveu sua obra prima com 50 anos e escreveu vários livros, entre eles, destacam-se: Discurso sobre as Ciências e as Artes (1749); Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens (1755); Discurso sobre a Economia Política (1755); A Nova Heloísa (1761); Emílio, ou da Educação (1762); Os Devaneios de um Caminhante Solitário (1766); e As Confissões (1778).

2 Ideias revolucionárias

As ideias revolucionárias de Rousseau significam a defesa da liberdade natural do homem e a luta por uma sociedade justa, igual e humana, em outras palavras, a liberdade e a igualdade. *O Contrato Social* de Rousseau tem quatro livros com 48 capítulos: O Livro Primeiro tem nove capítulos; o Livro Segundo tem 12 capítulos; o Livro Terceiro tem 18 capítulos; e o Livro Quatro tem nove capítulos.

Segundo Rousseau (1999, p.25), em *O Contrato Social*, já no Livro Primeiro, Capítulo I, “O homem nasceu livre, e não obstante, está acorrentado em toda a parte”. No século do Iluminismo, Rousseau, com seu espírito de livre pensamento, era contra a ambição e o egoísmo do indivíduo e a influência corrupta da sociedade. Ele era contra o soberano que faz o mau contra o povo e que promove leis injustas e excessivas contra os direitos do homem. Ele foi defensor da soberania do povo, que é inalienável, indivisível e infalível. Conforme Rousseau (1999, p.35), grande defensor da igualdade política e da liberdade civil pelo pacto social em pleno século XVIII, no Livro Primeiro, Capítulo VI:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado de qualquer força comum, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, ficando assim tão livre como dantes. Tal é o problema fundamental que o Contrato Social soluciona.

No Livro Segundo, Capítulo X, Rousseau fez fortes críticas a corrupção dos governantes na França. Conforme Rousseau (1999, p.67), “(...) quanto à riqueza, que

nenhum cidadão seja bastante opulento para poder comprar a outro, e nenhum tão paupérrimo para necessitar vender-se". Entre 1774 e 1789, no Palácio de Versalhes, magnífico palácio da monarquia, o rei Luís XVI e a rainha Maria Antonieta esbanjavam nas mordomias, nas festas, mas a sua redondeza a miséria e a fome do povo francês.

Rousseau foi um dos três filósofos contratualistas, ao lado dos filósofos ingleses Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704). O contratualismo é a teoria que explica como a sociedade se organizou com o Estado, a partir de um contrato social entre os homens. Rousseau defendeu um novo contrato social onde se defenda a liberdade do homem.

O pensamento revolucionário de Rousseau influenciou nos rumos da Revolução Francesa, em 14 de julho de 1789. Rousseau defendeu dois princípios fundamentais, liberdade e igualdade (em francês, *Liberté et Égalité*). Para Rousseau (1999, pp.30-31), no Livro Primeiro, Capítulo IV, "Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade e mesmo aos próprios deveres".

A vontade geral de Rousseau influenciou na busca da liberdade civil e na defesa da democracia, no qual o povo é quem escolhe os seus representantes pelo voto na França. Para Rousseau, todo o poder emana do povo. Conforme Rousseau (1999, p.109), no Livro Terceiro, Capítulo XVII, "Essa é a vantagem, própria do governo democrático, de poder ser instituído de fato por um simples ato da vontade geral".

Rousseau foi também um dos enciclopedistas, ao lado dos filósofos franceses Diderot (1713-1784) e D'Alembert (1717-1783). O Enciclopedismo foi um movimento iluminista que buscava catalogar todo o conhecimento humano a partir dos novos princípios da razão numa única obra intitulada *L'Encyclopédie* (em português, A Enciclopédia). Conforme Rousseau (1999, p.200), "Sob maus governos, essa igualdade é apenas aparente e ilusória: serve somente para manter o pobre em sua miséria e o rico em sua usurpação. Na realidade, as leis são sempre úteis aos que possuem e prejudiciais aos que nada têm".

3 Farol da liberdade e da igualdade

Rousseau foi o farol da liberdade e da igualdade na França. Para o filósofo genebrino Rousseau (1712-1778) no estado de natureza os seres humanos nascem bons e se corrompem com as suas relações sociais. Rousseau defendeu a vontade geral frente ao direito divino na França. Rousseau influenciou muitos filósofos, economistas e sociólogos dos séculos XVIII, XIX e XX, e até hoje, em pleno século XXI, ele continua influenciando com suas ideias revolucionárias. Segundo o economista Sandroni (2008, p. 746) sobre Rousseau:

Pensador suíço, precursor das doutrinas socialistas do século XIX. Conquistando a celebridade com sua obra **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens** (1755), escreveu na mesma época o verbete "*Économie politique*" para a **Enciclopédia**. Rousseau recusa a ordem social existente com toda sua carga de opressão social e extremas desigualdades sociais e rejeita a ideia de que a sociedade seja regida

por “leis naturais”. Afirma que o homem é um ser naturalmente livre, e procura conciliar essa liberdade (grifos nossos).

Um debate sobre a igualdade nos dias atuais começa com a obra *Discurso sobre a Origem da Desigualdade*, de Rousseau. No Século das Luzes, Rousseau afirmava que, “A propriedade privada é a origem da desigualdade”. Para Rousseau a propriedade é um bem natural e a desigualdade social começou quando o primeiro homem ficou à estaca de “propriedade privada” na terra demarcada e a desigualdade natural é diferente da desigualdade social.

Rousseau em *Emílio*, ou *a Educação* enfatizava que, “O homem é bom por natureza, mas foi corrompido pela sociedade”. Os homens nascem livres, iguais e felizes, em harmonia com a natureza, porém a sociedade corrompe o homem, sendo necessária a implantação de um pacto social, para reestabelecer o equilíbrio entre a liberdade natural e a liberdade civil.

Um homem mesmo inocente pode ficar dez anos na prisão injustamente após ser condenado pela Justiça controlada pelo Estado. Mas, um homem preso em sua cela é livre e pode não se prender as ideias contrárias as suas. Por isso, Rousseau influenciou os pensadores clássicos do liberalismo econômico, destacando a amizade em Paris com o filósofo e economista escocês Adam Smith, grande defensor da liberdade econômica.

O pensador iluminista Adam Smith simpatizou com muitos aspectos da crítica ampla de Rousseau da sociedade comercial. Segundo Rousseau, “Quem quer agradar a todos não agrada a ninguém”. Mais de vinte milhões de franceses lutaram pela liberdade e pela igualdade de Rousseau. O filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau dizia que o povo deseja o que é bom, mas nem sempre o enxerga e que é dever e direito do homem seguir sua consciência. Ele acreditava que a tecnologia e o progresso eram fontes da corrupção.

4 Considerações finais

Nas suas seis últimas semanas de vida, Rousseau viveu em Ermenonville, na França. Ele morreu como hóspede no Castelo de Ermenonville, logo, seu enterro aconteceu em 1778. Os restos mortais de Rousseau foram trasladados para o Pantheon de Paris em 1794, 16 anos depois da sua morte e cinco anos após a Revolução Francesa. A Revolução Francesa mudou os rumos da humanidade no século XVIII e dos seus grandes defensores na luta pela liberdade, igualdade e fraternidade foi o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau.

A grande preocupação do pensamento de Rousseau é libertar o homem dos seus grilhões e apontou a propriedade privada da terra como a principal origem da desigualdade entre os homens. Nos dias de hoje, é muito interessante propagar as ideias revolucionárias de Rousseau, porque a humanidade continua insatisfeita, infeliz, em sua maioria empobrecida e em busca de um novo sistema econômico. Em suma, é preciso, urgente, conciliar a liberdade econômica com a igualdade social sem destruir o meio ambiente.

Referências

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**: princípios de direito político. Tradução de Antônio P. Machado. 19ª. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SANDRONI, Paulo. **O dicionário de economia do século XXI**. São Paulo: Record, 2008.

Capítulo XV

O círculo vicioso da pobreza no Brasil

Paulo Galvão Júnior

*A educação
é a arma mais poderosa
que você pode usar
para mudar o mundo.
Nelson Mandela*

1 Considerações iniciais

O Brasil continua um país continental, populoso, tropical e adormecido em seu berço esplêndido, e sobretudo, muito desigual. Recentemente, o Banco Mundial apontou no seu último relatório que a crise econômica fez aumentar o número de pobres no Brasil, de 36,5 milhões de pobres em 2015 para 44,0 milhões de pobres em 2017, ou seja, um aumento absoluto de 7,5 milhões de pobres e um crescimento relativo de 20,54%.

No último ano do século XIX, a população do Brasil alcançou mais de 17 milhões de habitantes. Já em pleno século XXI, a população atinge mais de 208 milhões de habitantes em 2018. De 1900 até 2018, cresceu mais de 191 milhões de habitantes nos últimos 118 anos. “O Brasil tem 54,8 milhões de pobres e 15,2 milhões de miseráveis”, segundo os dados de 2017 da Síntese de Indicadores Sociais 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de pobres no Brasil é maior do que a população total da Coreia do Sul, com 51,8 milhões de habitantes.

A recessão econômica no biênio 2015-2016, a recuperação econômica muito lenta no ano de 2017, a elevada taxa de desemprego no triênio 2015-2016-2017 e o aumento da inflação no biênio 2015-2016 foram as principais causas no ano de 2017 para o crescimento da pobreza e da miséria no Brasil, atualmente, a oitava economia do mundo, e ao mesmo tempo, a nona nação mais desigual do planeta.

A pobreza cresceu no País, em números absolutos, de 52,820 milhões de pessoas em 2016 para 54,789 milhões em 2017, ou seja, um aumento absoluto de 1,969 milhão de pessoas que vivem com menos de R\$ 20 por dia. Este crescimento relativo de 3,72% alimentou o círculo vicioso da pobreza no Brasil. As pessoas pobres estão abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial e adotada no Brasil pelo IBGE. A definição da linha de pobreza estabelece que um indivíduo é considerado pobre, se este possui rendimento inferior a US\$ 5,50 por dia, o que corresponde a cerca de R\$ 406 por mês.

A miséria cresceu também nas cinco regiões do País, em números absolutos, de 13,5 milhões em 2016 para 15,2 milhões de pessoas em 2017, ou seja, um crescimento absoluto de 1,7 milhão de pessoas que vivem com menos de R\$ 7 por dia. Este aumento relativo de 12,59% agravou as dores de cabeça das pessoas que vivem na pobreza

extrema, na miséria. Vale ressaltar que ultrapassar o valor de R\$ 140 por mês não significa abandonar a pobreza por completo, mas somente a pobreza extrema.

A pobreza é uma mazela social que cresce num país continental, populoso, emergente, de renda média alta e eminentemente urbano desde 1970. No quinto maior país do planeta, localizado na América do Sul, a pobreza atinge um em cada quatro brasileiros e a maioria mora no Nordeste, com 25,5 milhões de pessoas com um mínimo de renda.

2 O quadro social desolador no Brasil

O quadro social desolador revela-se nos 18,2 milhões de crianças e adolescentes na pobreza e 5,2 milhões de pessoas entre 0 a 14 anos de idade na miséria. Segundo o IBGE, a pessoa é considerada em situação de pobreza extrema quando ganha menos de US\$ 1,90 por dia. A busca por uma solução sustentável é urgente para pessoas que recebem inferior a R\$ 406 por mês (os pobres) ou a R\$ 140 mensais (os miseráveis). Por que os pobres continuam pobres no Brasil? Como sair do círculo vicioso da pobreza? O empobrecimento do povo brasileiro é muito triste e por demais assustador em plena Quarta Revolução Industrial. Constata-se que 26,5% da população sofre com a pobreza e 7,4% com a miséria no sexto país mais populoso do mundo.

É fundamental iniciar o círculo virtuoso da economia brasileira, por isso, concordamos com o pensamento do economista paulista Paulo Sandroni (2008, p.147), “Ao círculo vicioso opõe-se o círculo virtuoso, quando, por exemplo, o aumento de níveis médios de educação viabiliza o aumento da produtividade, e esta o aumento da riqueza, que, por sua vez, permite o aumento dos recursos destinados à educação”. É indispensável que os pais ou responsáveis mandem as crianças ou os adolescentes para a escola ao invés de obrigá-las a trabalhar nas ruas, praças, praias, feiras livres, mercados públicos, plantações ou semáforos. Infelizmente, o trabalho infantil nas ruas alimenta o círculo vicioso da pobreza no Brasil.

É visível a falta de políticas públicas eficazes e eficientes contra a pobreza no Brasil. As crianças ou os adolescentes pobres são meninos e meninas realizando trabalho infantil de lavador de carro, ajudante de pedreiro, de vendedor, de garçom, de flanelinhas, de frete, dos mais diversos tipos. Nas cinco regiões do País, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) já contabilizou 2,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. A pobreza cresceu de maneira alarmante, a realidade atual é que a pobreza deu um salto substancial entre 2016 e 2017, em um ano aumentou quase 2 milhões de pessoas. Para romper o círculo vicioso da pobreza são fundamentais os grandes investimentos em educação de qualidade na atual e futura geração.

Grande investimento em educação de qualidade não é prioridade no Brasil. Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que, “Das 180 mil escolas brasileiras, 98 mil ou 54,4% não têm biblioteca”. Muitos adolescentes e jovens brasileiros ainda não leram a obra prima do poeta português Luís Vaz de Camões (1524-1580), **Os Lusíadas**, de 1572, nem tão pouco

a obra prima do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), **A Rosa do Povo**, de 1945. No canto primeiro, segundo Camões:

As Armas e os barões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram.

Os primeiros versos de “Consolo na Praia”, de Drummond:

Vamos, não chores...
A infância está perdida.
A mocidade está perdida.
Mas a vida não se perdeu.
O primeiro amor passou.
O segundo amor passou.
O terceiro amor passou.
Mas o coração continua.

Precisamos ler, reler e ler de novo livros e eBooks. A baixa escolaridade gera poucas opções de trabalho, o desemprego provoca péssima qualidade de vida, logo, a baixa escolaridade e o desemprego provocam uma pessoa que tem poucas posses. Os bolsões de pobreza surgem nas zonas urbana e rural do Brasil. O déficit habitacional já alcança mais de sete milhões de moradias. A pobreza é um fenômeno social, todavia, no artigo 3º da Constituição Federal de 1988 determina que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é erradicar a pobreza.

3 Considerações finais

O Brasil já teve nove moedas de 1500 até 2018, mas não saiu do círculo vicioso da pobreza nos últimos 518 anos. Vale salientar que a pobreza cresce 3,72% e atinge 26,5% da população brasileira, enquanto que a miséria aumenta 12,59% e alcança 7,4% da população no ano de 2017. A soma dos contingentes da pobreza e da miséria corresponde a 70 milhões de pessoas, mais do que a população total da França, com os atuais 67,3 milhões de habitantes, ou seja, 33% ou um terço da população brasileira em péssimas condições de vida. Em suma, a pobreza aumenta no Brasil provocando mais desigualdade social, logo, os 10% mais ricos recebem 17,6 vezes mais que os 40% mais pobres. Portanto, os ricos estão cada vez mais ricos, enquanto os pobres estão cada vez mais pobres.

Referências

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

DE ANDRADE, Carlos Drummond. **A rosa do povo**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2018**. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

INEP. **Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura**. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/566523-DADOS-DO-INEP-MOSTRAM-QUE-55-DAS-ESCOLAS-BRASILEIRAS-NAO-TEM-BIBLIOTECA-OU-SALA-DE-LEITURA.html>. Acesso em: 06 de dezembro de 2018.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Capítulo XVI

Os impactos da crise econômica sobre o comportamento emocional dos trabalhadores no Brasil

Ana Patrícia Alves de Brito Formiga³⁶

Paulo Galvão Júnior

A única coisa a temer é o próprio medo.

Franklin Delano Roosevelt

1 Considerações iniciais

O presente artigo pretende tratar do comportamento emocional dos agentes econômicos, especificamente, as famílias, com foco no trabalhador brasileiro. Neste artigo a ênfase é a Economia Comportamental que, recentemente, tem se destacado na mídia nacional e internacional pelo pensamento do economista norte-americano Richard Thaler, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2017.

A revista RADIS, na edição de fevereiro de 2018, traz o alerta da pesquisadora Lígia Giovanella, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Ela diz que, “desde que a crise econômica brasileira começou a despontar em meados de 2014, algumas situações começaram a surgir ou se intensificar como redução de orçamentos públicos em períodos de demandas ampliadas, aumento do desemprego, redução de renda sobre o estado de saúde da população e muitos outros cortes”.

O Brasil tardará a ver o fim do desemprego em massa. No trimestre de julho-agosto-setembro de 2018, no sexto país mais populoso do planeta, o desemprego atinge 12,5 milhões de pessoas, destes 4,8 milhões de desempregados são conhecidos como desalentados, ou seja, pessoas que desistiram de procurar emprego formal no mercado de trabalho ou não tinham experiência profissional.

Segundo a entrevista de Vieira à revista RADIS (fevereiro de 2018), especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “se as pessoas não têm dinheiro, elas perderam suas fontes de renda, diminui a capacidade de pagamento direto do bolso – quando se compra medicamento ou paga um serviço de saúde – aumenta a demanda do serviço público”.

Consequentemente, esses fatos desencadeiam uma alteração comportamental na população, que se mostra desmotivada e sem esperança de um futuro melhor na maior potência industrial da América Latina.

³⁶Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Santa Emília de Rodat (2003) e Graduada em Gestão Financeira pela FATECPB (2018). E-mail: anaformigaccihcme@gmail.com

Este artigo traz uma pesquisa bibliográfica sobre Economia Comportamental, com uma abordagem multidisciplinar nas áreas de Psicologia, Economia, Sociologia e Neurociência. Assim, diante do exposto, o presente artigo procura respostas sensatas para o seguinte questionamento: **Quais são as características emocionais de um trabalhador brasileiro frente a uma crise econômica?**

Para tentar encontrar as respostas, este artigo tem como objetivo principal, identificar quais os impactos que a crise econômica causou nas emoções do trabalhador brasileiro. Ainda destacamos dois objetivos específicos: i) constatar que tipo de comportamento o trabalhador brasileiro apresentou frente à crise econômica; e ii) verificar o número de desocupados e de mortos por suicídios no Brasil entre 2014 e 2017.

O presente artigo é formado por seis itens. O primeiro item tem as considerações iniciais. O segundo item trata da Economia Comportamental. O terceiro item aborda o desempregado desalentado no Brasil. O quarto item analisa os determinantes do suicídio no País. O quinto item retrata o pensamento de Durkheim sobre o suicídio. E o último e sexto item trata das considerações finais.

2 Economia Comportamental

A crise econômica provocou graves transtornos à população brasileira. Elevado desemprego, alta taxa de inflação, alta inadimplência, milhares de obras públicas paralisadas, cortes em gastos sociais, sobretudo na saúde, tudo isso têm causado impactos no comportamento emocional do trabalhador brasileiro. O Brasil viveu o seu pior momento econômico dos últimos 87 anos e gerou muitos transtornos psiquiátricos, muita desesperança.

O brasileiro quer, sim, pagar as suas contas, mas não consegue e acaba fazendo parte do quadro de inadimplência do País. Segundo o economista e escritor paraibano Paulo Galvão Júnior, em seu eBook intitulado **Diversos Enfoques Econômicos** (2017, p.14), “O trabalhador brasileiro tem medo de perder o emprego diante de uma recessão tão profunda. A crise econômica é tão avassaladora, que muitos trabalhadores e muitos empresários estão com depressão ou outros problemas psicológicos”.

Como consequência do alto desemprego, nos deparamos com o aumento da pobreza na população brasileira, evidenciados por não ter condições de pagar as contas mensais, não conseguir alimentar a família.

Outras impossibilidades financeiras começam a fazer parte da realidade do trabalhador brasileiro, que em outros anos acreditou que estava, finalmente, vivendo tempos de prosperidade econômica. Com o poder de compra perdido, teve que abrir mão do plano de saúde, mudar o padrão de vida já estabelecido, tudo isso, fazem parte da realidade dos que um dia puderam experimentar tais bens e serviços de consumo, e acreditaram que a vida estava melhorada.

Agora é viver administrando o pouco que tem (quando tem), conforme sua restrição orçamentária, para conseguir sobreviver às limitações impostas pela recessão e pela recuperação econômica muito lenta no Brasil.

De acordo com o livro intitulado *Guia de Economia Comportamental e Experimental* (2015, p.26) destaca a definição de Economia Comportamental nos dias atuais: “Economia Comportamental é o estudo das influências cognitivas, sociais e emocionais observadas sobre o comportamento econômico das pessoas”.

A Economia Comportamental é o ramo da economia que estuda os efeitos de fatores psicológicos e sociais nas decisões. A Economia Comportamental emprega, principalmente, a experimentação para desenvolver teorias sobre a tomada de decisão pelo ser humano, em outras palavras, é o estudo de como as alterações econômicas têm sido percebidas e, até, processada pela psique de cada indivíduo numa resposta intelectual a situação ao qual esse indivíduo foi exposto.

Ela mostra que a pobreza se correlaciona com a infelicidade, depressão, ansiedade e outros sintomas, sintomas esses, que determinam uma baixa na saúde emocional.

Ansiedade, medo, angústia, desânimo, desesperança, depressão, sentimentos vivenciados por quem está passando por qualquer tipo de crise. Vivenciar esses sofrimentos, esses sentimentos sem o apoio da família e sem acreditar que dias melhores virão, pode chegar ao caos total, um suicídio.

Segundo a revista RADIS (fevereiro de 2018) citando o relatório da OMS (Organização Mundial de Saúde), os quintis mais pobres da população de países ricos apresentam prevalência de depressão e transtornos de ansiedade 1,5 a 2 vezes maior do que os quintis mais ricos.

Tendo em vista os efeitos nocivos dessa crise econômica sobre a saúde emocional, sobretudo, do trabalhador brasileiro, a Neurociência vem apresentando um grande interesse sobre esse tema sendo evidenciado pelas pesquisas realizadas na área da Economia Comportamental, onde os seus estudos mostram níveis elevados de cortisol (hormônio do estresse) em pessoas com renda mais baixa. Tais resultados, demonstram que, realmente, a pobreza se relaciona com a infelicidade, depressão e ansiedade.

Destacamos que o medo de perder emprego gera muita ansiedade, a impossibilidade de pagar as contas mensais gera insônia, noites mal dormidas que maltrata o corpo e a mente do trabalhador brasileiro.

Tomar decisões faz parte do comportamento humano, sobretudo, decisões econômicas, como analisa a Economia Comportamental nos dias atuais. Em entrevista à revista ESPM (Março/Abril, 2015) o psicólogo israelense Daniel Kahneman, PhD em Psicologia e Prêmio Nobel de Economia em 2002, retratou que “as situações de crise e de incerteza elevada causam efeitos da aversão exacerbada de perdas e que fica difícil tomar qualquer decisão em um período de incertezas elevadas”.

No best-seller *O Livro da Economia* (2013, pp. 266-267), aprendemos com Kahneman, que a “Economia Comportamental visa tornar as teorias econômicas vigentes sobre tomadas de decisão mais realistas do ponto de vista psicológico. As pessoas não são 100% racionais”.

Podemos dizer com isso, que além de todas as emoções nocivas causadas pelo impacto de uma grande crise econômica, o trabalhador ainda enfrenta dificuldades em tomar decisões em meio a um cenário de incertezas.

Uma crise econômica leva às perdas salariais e, conseqüentemente a um empobrecimento do trabalhador. Na crise econômica o suicídio envolve um sofrimento psíquico extremo provocado também pelo desemprego. A taxa de suicídio tem uma correlação positiva com a taxa de desemprego no Brasil. O desemprego é uma das principais causas de morte por suicídio no País.

Citado pelo *Guia de Economia Comportamental* (2015, p. 141), Haushofer enfatizou que “pobreza econômica significa viver em péssimas condições de higiene, morrer cedo e criar filhos com essas mesmas perspectivas”. Para Haushofer a pobreza pode favorecer comportamentos que dificultam escapar dela.

Viver em ambiente de privações onde o cenário econômico não se mostra favorável para o trabalhador é aterrorizante. Ver a família passando por necessidades e não ter como pagar suas contas é, no mínimo, estressante.

É difícil fazer escolhas com o orçamento apertado ou sem renda para planejar o futuro, o que resta é tentar sobreviver, seja recorrendo a ajuda de familiares, seja tentando o comércio informal.

Todo ser humano tem direito a se alimentar corretamente, ter lazer, qualidade de vida, uma boa educação e acesso a uma assistência de saúde adequada e eficiente, mas, infelizmente, nem todos vivenciam esses direitos humanos. O empobrecimento da população reforça um fator que há muito tempo faz parte: A desigualdade social. Diante de tais números é impossível não se sentir desesperançados, desanimados e entristecidos com o cenário econômico atual.

3 A desesperança de 4,8 milhões de desempregados

O desemprego é uma das mais graves conseqüências da crise econômica. A recessão econômica no Brasil começou no segundo trimestre de 2014 e terminou no quarto trimestre de 2016. A face mais triste da crise econômica é o desempregado desalentado. É forte o desalento de quem não procura e de quem já desistiu de encontrar emprego nas cinco regiões do País, diante de um período de fortes retrações econômicas ou de fracas expansões econômicas. É muito triste a realidade do desempregado brasileiro nos dias atuais, o desalento de quem não procura e de quem já desistiu de encontrar emprego formal nas cinco regiões diante da mais profunda recessão econômica da História do Brasil.

Os desalentados são os trabalhadores desocupados, cansados e desmotivados, de procurar trabalho, dia após dia, nos últimos trinta dias. Os desalentados deixaram de procurar uma vaga de emprego formal no mercado de trabalho. Eles perderam a esperança de dias melhores no Brasil, a oitava maior economia do mundo e ao mesmo tempo a nona nação mais desigual do planeta.

Os trabalhadores desocupados não têm esperança de encontrar uma vaga ou seu primeiro emprego de carteira de trabalho assinada. Muitos desalentados estão desde o

segundo trimestre de 2014, desempregado, e com a desesperança de encontrar um emprego formal nos três setores da economia.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Índice de Medo do Desemprego é alto no Brasil, a maior economia da América do Sul. Em dezembro de 2017, de acordo com os dados da CNI, o Índice de Medo do Desemprego alcançou 65,7 pontos, revelando que os trabalhadores têm medo do desemprego e que suas expectativas são preocupantes com a crise econômica. O medo do desemprego cresceu mais entre os homens e os trabalhadores com menor grau de instrução.

Quadro 1. Número de desocupados no Brasil – 2014-2017

2014	2015	2016	2017
6,7 milhões	8,5 milhões	11,7 milhões	13,2 milhões

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

De 2014 a 2017, no Brasil, a população desocupada passou de 6,7 milhões em 2014 para 13,2 milhões em 2017, ou seja, um aumento de 6,5 milhões nos últimos quatro anos, chegando quase a dobrar no período (97%). Comparando 2017 com o ano de 2016, verificou-se o aumento de 1,5 milhão no contingente de desocupados. Embora este acréscimo fosse inferior ao observado na comparação de 2015 e 2016 (3,2 milhões) verificou-se que a desocupação continuou a crescer no País.

No Brasil, o perfil do desempregado desalentado tem as seguintes características:

- i) não há busca incessante de uma vaga de emprego formal a mais de dois trimestres consecutivos;
- ii) não busca mais qualificação profissional;
- iii) jovens de 18 a 24 anos com desânimo;
- iv) mulheres de 25 a 30 anos com ensino fundamental completo sem esperança;
- v) e idosos com ensino superior completo sem motivação.

Nas cadeiras do Sistema Nacional de Emprego (SINE) estaduais e municipais, revelam claramente, e quase diariamente, o desalento dos desempregados após mais de dois anos de crise econômica.

A última redução da taxa de desocupação no Brasil ocorreu na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2014, isto é, uma queda de 6,8% contra 6,5%. Desde esse momento, o número de desocupados aumentou. Infelizmente, segundo o IPEA, a região Nordeste concentra 60,2% do total dos desalentados no País. São milhões de nordestinos que desistiram de procurar uma vaga de emprego, porque perderam a esperança de dias melhores em suas vidas. Observamos nas ruas nordestinas, os desalentados, dizendo que a vida está muito difícil.

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou também que quanto menos escolaridade, maior o número de desemprego. A taxa é de

20% de desemprego para quem tem o ensino médio incompleto e para 6,2% para quem tem o nível superior concluído.

O IBGE revelou, ainda, que temos cinco classes econômicas de acordo com a remuneração salarial, onde a classe A é classificada por aqueles que ganham acima de 20 salários mínimos. A classe B é formada por trabalhadores que ganham entre 10 e 20 salários mínimos. Já a classe C é composta por trabalhadores que recebem de 4 a 10 salários mínimos. A classe D recebe entre 2 e 4 salários mínimos, enquanto, a classe E recebe até 2 salários mínimos por mês. Apesar de toda essa estimativa, sabemos que brasileiros ganham menos de um salário mínimo por mês e vivem em situação de extrema pobreza, por exemplo, os catadores de lixo nas ruas que tentam viver de reciclagem.

O Brasil é um país de renda média alta, onde a grande maioria da população ganha de 1 a 2 salários mínimos, contabilizados 66%, contra a minoria da Classe A, que ganha acima de 20 salários mínimos, correspondendo, assim, apenas 1% do total.

O rendimento mensal dos trabalhadores brasileiros, apresentou uma baixa de 2014 em relação a 2015. Em seguida, outra baixa, de 2016 para 2017. Em 2014, o rendimento mensal foi de R\$ 1.950 para R\$ 1.855 em 2015. Já em 2016 foi de R\$ 2.223 para R\$ 2.178 em 2017, caracterizando uma redução que pode vir a perdurar, ainda, diante de uma crise que não mostra sinais fortes de melhoras nem rumo à prosperidade.

Essas reduções implicam em dizer que os brasileiros das classes mais baixas (D e) estão evitando as compras ou tendo muita cautela ao ter que fazê-lo, tendo sempre o medo do desemprego como fator determinante para as suas decisões econômicas.

No Brasil, o sexto maior emissor de gases efeito estufa da Terra, onde o índice de desocupação é mais elevado é a região Nordeste com 15,8% contra 8,4% da região Sul. Apresentando os estados que mais sofrem com o desemprego como Pernambuco, em primeiro lugar, com uma taxa de desemprego de 18,8% no segundo trimestre de 2017, seguido por Alagoas com 17,8%, Bahia com 17,5% e Amapá com 17,1%, constituindo, assim, os quatro estados brasileiros que detêm o maior índice de desemprego no País.

O PNAD Contínua de 2017 mostrou que a taxa do desemprego é ainda maior entre as mulheres com uma taxa de 13,4% contra 10,5% da taxa de desemprego masculino. O desemprego, também, é maior entre os jovens com uma porcentagem de 39,0% entre jovens com faixa etária de 14 a 17 anos e 25,3% de 18 a 24 anos.

Diante de todos esses dados, é lamentável saber que as mulheres permanecem sob o efeito de uma tradição onde os homens têm mais oportunidades do que as mulheres e, também, apresentam maiores remunerações do que elas. De acordo com o IPEA (2017), o rendimento médio real feminino caiu para 0,4%, enquanto o masculino teve uma alta de 1,7%. Tudo isso nos mostra que a crise econômica que se abateu sobre o País desde 2014, além de avassaladora em seus aspectos, ainda demonstra uma situação de desigualdade, levando a atitudes desesperadas como o aumento de tentativas de suicídio.

4 Determinantes socioeconômicos do suicídio

Muito antes das pessoas chegarem ao extremo do suicídio, muitas delas, já vivenciam um grave problema que ocorre no mundo e que é fator determinante para esse ato desesperador, a depressão. De acordo com o relatório global da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 2005 a 2015, 322 milhões de pessoas tiveram depressão psicológica em todo o mundo, sendo a maioria, mulheres.

No Brasil, a depressão atinge 11,5 milhões de pessoas (5,8% da população), enquanto distúrbios relacionados à ansiedade afetam mais 18,6 milhões de brasileiros (9,3% da população). Não ter acesso adequado ao tratamento contra depressão, já causa uma perda na economia global estimada em um trilhão de dólares americanos. Pessoas que sofrem desse mal precisam ser afastadas do trabalho, muitas por tempo indeterminado, outras, mesmo que venham a trabalhar com ajuda de medicação, não apresenta o mesmo rendimento de quando estão saudáveis e acabam mesmo por enfrentar uma demissão.

A depressão atinge mais as mulheres que os homens, além de vivenciar mais papéis do que os homens, as mulheres ainda enfrentam as alterações hormonais que o seu próprio corpo apresenta desde a puberdade até o momento do climatério, passando ainda pela carga hormonal que enfrenta na gestação.

A depressão é o resultado de fatores econômicos, sociais, psicológicos e biológicos. Evento como luto, desemprego, ou trauma de qualquer natureza pode levar a um estado depressivo e, conseqüentemente o suicídio.

O estresse, a depressão, o desespero, a falta de fé, a velocidade tecnológica, a falta de família, a falta de afetividade e as dificuldades econômicas são fatores que contribuem para o aumento significativo de casos de suicídio no País.

Pessoas que vivenciam esse mal do século XXI têm por sinais e sintomas: falta de apetite, ou uma grande vontade de comer, dorme mal (de mais ou de menos), apresentam déficit de atenção, são instáveis em suas emoções (podem, por um momento, parecer feliz e em outro parecer triste, uma tristeza que parece sem fim), ter sentimento de culpa ou desesperança podem estar presentes, assim como, pensamentos de autodestruição e suicídio.

Segundo o relatório de vigilância epidemiológica do MS (2017), o suicídio é um fenômeno que ocorre em todos continentes. A estimativa é que 800 mil pessoas tiram a sua própria vida por ano no mundo (OMS, 2014). Vários fatores, considerados de riscos, podem levar o suicídio. As tentativas de suicídio são considerados fenômenos multicausais, pelo órgão supracitado, possuindo como determinantes, fatores sociais, econômicos e a história de vida pessoal, incluindo problemas mentais, estresse agudo.

O Brasil é um país de renda média alta e de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, mas, a porcentagem de suicídios foi a maior da História entre 2014 e 2017, sendo o Brasil, o oitavo país com maior número absoluto de suicídio, conforme o Quadro 2:

Quadro 2: Número de mortos por suicídios no Brasil – 2014-2017

2014	2015	2016	2017
11.220	11.178	11.433	11.336

Fonte: Ministério da Saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde, mais de 11 mil tiram a sua própria vida no Brasil em 2017. Em 2014 foram registrados 11.220 suicídios no País. Em 2015 foram contabilizados 11.178 óbitos por suicídio. Já em 2016 foram registrados 11.433 suicídios nas cinco regiões do País. Em 2017, estima-se 11.336 mortes por suicídio. De 2014 a 2017 foram registrados 45.167 mortes por suicídio, tendo uma taxa de 79% de homens e 21% de mulheres. Infelizmente, no Brasil, em média, tem uma morte por suicídio a cada 46 minutos.

O suicídio se configura como a 3ª maior causa de morte entre os homens com idade entre 15 e 29 anos, a 4ª maior entre jovens de 15 a 29 anos e a 8ª maior causa de morte entre mulheres de 15 a 29 anos.

A taxa de mortalidade entre os homens é 3,6 vezes maior por mil habitantes, ou seja, os homens morrem mais do que as mulheres quando tentam o suicídio, apesar das mulheres tentarem mais do que os homens.

De acordo com os dados oficiais do Ministério da Saúde, cresceu de forma alarmante o número de suicídios no Brasil no período de 2014 e 2017. De 11.178 suicídios em 2015 cresceu para 11.433 suicídios em 2016, ou seja, um aumento absoluto de 255 suicídios e um crescimento relativo de 2,28%.

No Brasil, em média, registra-se 11.292 casos de suicídio por ano. De 2014 a 2017, mais de 45 mil pessoas tiraram suas próprias vidas, por graves enfermidades, depressão, ansiedade, síndrome de pânico, pressão excessiva, sérios problemas financeiros, além do desemprego.

Com esses números a região brasileira que mais apresentou um aumento na taxa de suicídio foi à região Sudeste. Conforme o Ministério da Saúde, a segunda causa de mortes por suicídio no Brasil é a intoxicação exógena, sendo a primeira causa o enforcamento.

A pesquisa do Ministério da Saúde nos revela ainda, que foram registrados 176.211 casos de violência por lesão autoprovocada de 2011 a 2017, sendo 116.113 (65,9%) mulheres e 60.098 (34,1%) homens, onde 86,2% desses homens residiam em zona rural e 51,2% dessas mulheres que residiam, também, em zona rural.

Em observância a esses dados podemos dizer que nesse período morreram mais mulheres brancas, jovens e residentes na região Sudeste. Muitas mulheres teve uma crise de ansiedade. Eles não têm tratamento contra a depressão psicológica. Muitas mulheres sofrem mais com a depressão do que os homens.

5 Durkheim e o suicídio

David Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo, psicólogo social e filósofo francês, foi o primeiro a relacionar o suicídio a causas sociais. Para Durkheim, o suicídio é um fato social e ligado a fragilidade dos laços sociais e não tem ligação com a pobreza. A sua obra intitulada *O Suicídio*, de 1897, foi um estudo sociológico das taxas de suicídio em populações católicas e protestantes.

Em seus estudos, Durkheim caracterizou que a organização social e os acontecimentos que perturbam a harmonia do funcionamento coletivo são fatores que influenciam gritantemente nas taxas de suicídio de uma sociedade (A verdade, 2013).

Para Durkheim existem três tipos de suicídio: i) suicídio anômico; ii) suicídio egoísta; e iii) suicídio altruísta. Quando uma sociedade tem baixa coesão social aparecem mais os suicídios anômico e egoísta. Mas, quando uma sociedade tem alta coesão social aparece mais os casos de suicídio altruísta.

Durkheim analisou também o aumento das taxas de suicídio em momentos de grave crise econômica, concluindo que esse contexto influencia os números por serem perturbações da ordem social e coletiva e não necessariamente pelas consequências da pobreza. O suicídio anômico acontece pela forte perda de padrão social.

O estudo moderno do IPEA diagnosticou, a partir de diferentes estudos, que as crises econômicas e o conseqüente aumento do desemprego cresce o risco de suicídios e mortes. Fatores como dificuldades de se enquadrar no ambiente são fatores que podem ser potencializados em tempos de crise (Agência Brasil, 2017).

Sabemos que o cenário econômico, é propício para o adoecimento emocional do trabalhador brasileiro, devido às lutas pelas quais ele tem passado. Homens e mulheres da classe trabalhadora buscam todos os dias sobreviver ao caos estabelecido por uma grande crise econômica e por uma recuperação econômica muito lenta.

Alimentar os filhos, pagar contas, sustentar a família proporcionando qualidade de vida, tarefas nada fácil onde o grande desafio é, no mínimo, a sobrevivência. Manter-se calmo e controlado em relação a tudo isso, é quase impossível. Seria como ver um tsunami e não sentir nada. Não sentir pavor pela destruição que ela pode trazer e mesmo assim não se afligir para tentar evitar ou reduzir o impacto causado por ela. Angustiar-se, deprimir-se e até chegar ao extremo do suicídio é uma realidade social do Brasil.

6 Considerações finais

Há muita tensão, muito desespero, muita agonia entre os desalentados na economia brasileira. Milhões de desempregados vagam nas ruas das cidades brasileiras, enfrentado filas quilométricas, pelas madrugadas, na esperança de conseguir um emprego, outros milhões, simplesmente, desistiram de procurar. É preciso evitar que o desalento se espalhe rapidamente pelo quinto maior país do planeta.

De 2014 a 2017 houve um aumento no desemprego, deixando 4,8 milhões de brasileiros desalentados, desanimados e desesperançados por empregos nos três

setores da economia brasileira. Esses trabalhadores não têm buscado trabalhos formais no País. A crise econômica traz uma triste realidade, o crescimento da depressão, conseqüentemente, o aumento do número de suicídio nas cinco regiões do País, diante de um cenário econômico caótico por dois anos consecutivos e que agora mostra pequenos sinais de melhora na economia brasileira desde 2017.

Podemos concluir que há uma correlação positiva entre o suicídio e o desemprego no Brasil, porque constatamos que muitos suicídios se devem ao elevado desemprego, sobretudo no biênio 2015-2016, quando a economia brasileira sofreu uma forte recessão.

Em 1932, durante o auge da Grande Depressão dos anos 30, os EUA, o país mais rico do mundo, apresentava 13,5 milhões de desempregados, além de inúmeros suicídios em todo o País. Em 2017, o Brasil alcançou 13,2 milhões de desempregados e diante de uma realidade onde as mulheres aparecem como as pessoas que mais sofrem com o desemprego, não é de se surpreender que esse fator contribua ainda mais para ao aumento de casos de tentativas de suicídio do que os homens.

A recuperação da economia brasileira é muito lenta (1,1% em 2017), devido ao forte crescimento da dívida pública bruta, nos atuais 70% do PIB nacional em 2017, e que chegará ao final de 2018 aos absurdos 77,3% do PIB brasileiro, cerca de R\$ 3,9 trilhões, segundo projeções do FMI. Sem prosperidade econômica não reduziremos o elevado desemprego. Infelizmente, com alto desemprego, mais trabalhador brasileiro põe fim à sua própria vida.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Crise econômica, desemprego e preconceito aumentam o risco de suicídio, diz IPEA**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/crise-economica-desemprego-e-preconceito-aumentam-o-risco-de-suicidio-diz-ipea>. Acesso em: 11 de Setembro de 2018.

ÁVILLA, F.; BICHARA, A. M. **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. 1ª edição. São Paulo: Editora, 2015.

BRASIL. **Contagem Populacional**. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em: 28 de Setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Agenda de Ações Estratégicas de Prevenção ao Suicídio?** Disponível em: <https://www.neca.org.br/p=7065>. Acesso em: 28 de Setembro de 2018.

CNI. **Índice de Medo do Desemprego**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>. Acesso em: 28 de Dezembro de 2018.

DURKHEIN, David Émile. **A verdade**. Disponível em: averdade.org.br/. Acesso em: 28 de Setembro de 2018.

G1. **Suicídios aumentam 2,3% em 1 ano, e Brasil tem 1 caso a cada 46 minutos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2018/09/20/suicidios-aumentam-23-em-1-ano-e-brasil-tem-1-caso-a-cada-46-minutos.ghtml?fbclid=IwAR3QGxlyVIZyGcCpVjONDPBUJiealXrliLQi99Pc8JsUwLuIip3cWByNdb0>. Acesso: 21 de setembro de 2018.

GALVÃO JÚNIOR, Paulo. **Diversos Enfoques Econômicos**. (Recurso eletrônico). Cabedelo, PB, 31 de Dezembro de 2017.

IPEA. **Indicadores do Brasil**. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 23/11/2018.

KISHTAINY, Niall; ABBOT, George; et al. **O Livro da Economia**. São Paulo: Globo, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim epidemiológico Secretaria de Vigilância em Saúde**. Disponível em: www.portalms.saude.gov.br. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas e Saúde Mental/Suicídio é grave problema e sua prevenção**. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option+=com.suicidio.oms>. Acesso em: 29/11/2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Casos de Depressão em todo o mundo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-registra-aumento-de-casos-de-depressao-em-todo-o-mundo>. Acesso em: 29/11/2018.

REVISTA ESPM. **Os Novos Cientistas do Consumo: Eles estão de olho em você**. Disponível em: <https://www.espm.br/a-espm/bibliotecas-espm/revista-da-espm/>. N° 3 Maio/Junho de 2015. Acesso em: 28 de Setembro de 2018.

REVISTA RADIS. **A Austeridade Mata**. Publicação Impressa e Online da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. Edição: Fevereiro, 2018.

Capítulo XVII

Os impactos que o *BREXIT* poderá provocar para o Reino Unido e à União Europeia

*Kalwenglen Barbosa Macena*³⁷

Paulo Galvão Júnior

1 Introdução

Cada vez mais, os agentes econômicos sentem a necessidade de acordos, alianças ou colaboração em prol de interesses particulares ou do coletivo, como podemos observar no caso da União Europeia (UE). Pouco tempo antes de findar-se a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), países como Bélgica, Holanda (*Netherlands*) e Luxemburgo, o *Benelux*, adotaram uma espécie de pacto econômico com o intuito de se beneficiarem com a redução de tarifas aduaneiras e alfandegárias em 1944. A ideia prosperou ao ponto que foram criados outros acordos e tratados de cooperação, o que mais tarde, acabou criando o que chamamos hoje de UE, que nada mais é, a junção de várias nações do continente europeu, com o intuito de ajudarem uns aos outros em diversas esferas, sendo elas econômica, social e outras.

Em 1957 foi criado o Mercado Comum Europeu (MCE), que deu a origem a União Europeia em 1992. Em 2009, a UE reunia 27 países europeus, sendo que 16 países membros faziam parte da zona do euro, a nova moeda da UE. Uma característica muito importante do Reino Unido (RU) foi a sua não adesão ao euro, assim permanecendo com sua secular libra esterlina como moeda oficial.

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (em inglês, *United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland*), é um Estado soberano insular localizado em frente à costa noroeste do continente europeu. O Reino Unido (RU) é uma união política de quatro países membros: Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales.

Tendo pesquisado e analisado o modo como funciona e interage economicamente o bloco europeu e como se tornou difícil e conturbada a separação que já se arrasta por anos, do Reino Unido (RU), surge o seguinte questionamento: *Quais os impactos que o Brexit poderá trazer para o Reino Unido e à UE?*

O objetivo deste artigo é apontar e analisar quais as consequências que sugiram e que estão por vir com o *Brexit*, sejam elas no aspecto econômico, financeiro e social, tanto para a UE quanto para o RU e o mundo.

O presente artigo, pretende abordar um tema que não é tão familiar aos profissionais de Contabilidade no Brasil. O atual e o futuro contador brasileiro tem sempre que se manter atualizado, muito bem atualizado e sobretudo, tentar entender o

³⁷Graduado em Ciências Contábeis no IESP Faculdades (2019). E-mail: kal_bm@hotmail.com

que está acontecendo nos rumos da economia mundial, inclusive com o atual e polêmico *Brexit*.

Um contador além de creditar e debitar as contas, precisa ter seu conhecimento empírico sempre atualizado e no caso do *Brexit* (sigla em inglês, BRE = *Britain* (Britânico) e *EXIT* = Saída, ou seja, saída britânica), vai além de uma simples separação ou questão política, envereda para questões que são essenciais ao ramo da atividade, principalmente se aplicada ao setor financeiro.

Ao pesquisar materiais, livros e e-books sobre o assunto, identificou-se que a maioria deles trata o assunto em sua maioria especificamente sobre o *Brexit*, economia europeia, sistema financeiro ou contabilidade internacional, o que não é o caso deste artigo, que tem a pretensão de unir esses assuntos em um mesmo trabalho para que sua contribuição ao meio acadêmico e profissional em uma perspectiva no qual os temas isolados dialoguem. Nesse sentido, este estudo se destaca pela originalidade e relevância para o meio acadêmico, a sociedade e o campo das ciências sociais, sociais aplicadas.

Existe uma discussão sobre o primeiro caso de desmembramento de um dos países não fundadores do principal bloco econômico da Europa e do mundo. Foi com muita resistência por parte de alguns das nações que idealizaram a UE, que o RU conseguiu finalmente ingressar em 1973, durante o governo da primeira-ministra Margareth Thatcher, ao adentrar na UE que prometia unir a Europa, que foi tão fragilizada com duas guerras mundiais em menos de 30 anos e que estava ainda recuperando-se do estrago da última.

Muitos anos se passaram, acordos foram feitos, alianças foram costuradas e a UE via-se ficando cada vez mais forte e seus países membros cada vez melhor, porém, com a crise que se acometeu em meados de 2008, que se iniciou no país mais rico do mundo, os Estados Unidos da América (EUA), antiga colônia do RU, e que se assolou pelos cinco continentes. Somando-se a isso e com as consequências que a globalização e outros acontecimentos políticos trouxeram, foi feito em 2016 um referendo no qual era questionado a população se eles queriam ou não permanecer na UE, porém, para a surpresa de todos, o SIM ganhou com 52% dos votos válidos e atualmente, está sendo finalizado o acordo que trata deste divórcio tão conturbado.

A União Europeia (em inglês, *European Union*) é uma união econômica e política de 28 Estados-membros independentes situados na Europa. A União Europeia (UE) é composta por 28 Estados soberanos: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Reino Unido, Romênia e Suécia.

Diversos economistas e estudantes de Ciências Sociais Aplicadas especulam quais os impactos financeiros e econômicos que tal saída pode trazer para a UE e ao RU. Segundo Alves (2015, p.13) parte da Escola de Economia de Londres (LSE), calculou que o Reino Unido poderia sofrer quedas entre 6,3% a 9,5% do Produto Interno Bruto (PIB), similar à perda resultante da crise financeira global no biênio 2008-2009. Esses números foram pensados e calculados dois anos antes do resultado sair e precisa ser levado em

consideração, porque eram números bem pessimistas, pois, os mais positivos apontavam para perdas de 2,2% do PIB em 2030.

As perdas econômicas que podem vir como resultado final do *Brexit*, são inúmeras, mas, há quem também pense que mais acordos e uma balança comercial mais favorável seja um resultado esperado. O mercado financeiro também está de olho no que essa separação pode causar ao bloco europeu e principalmente ao Reino Unido, pois, muitas empresas e o mercado podem acabar por se mudar do Reino Unido devido ao fato de políticas imigratórias e mais atrativas nos EUA ou em outro país europeu (VIEGAS, 2016, p.101).

Os Estados Unidos da América (em inglês, *United States of America - USA*) vem acompanhando atentamente cada passo da sua antiga MetrÓpole, Reino Unido, em relação ao *Brexit*.

Neste artigo, tentaremos abordar o tema mundial como o *Brexit* via estudo essencialmente bibliográfico e teórico disponíveis.

Estruturalmente, este artigo se organiza em quatro itens, esta introdução contendo um apanhado geral do material produzido, a fundamentação teórica possuindo a base para este trabalho científico, a metodologia e considerações finais.

2 Fundamentação teórica

2.1 A História do Reino Unido

Ao debatermos de um determinado assunto, é imprescindível que os primórdios de sua história sejam abordados, uma vez que, somente assim poderemos entender com mais precisão os rumos que serão tomados. Esta fundamentação pretende começar com a formação do que hoje chamamos de Reino Unido (em inglês, *United Kingdom - UK*).

Segundo a plataforma digital Reino Unido (2019), o surgimento do Reino Unido se deu da seguinte forma:

A história do Reino Unido é densa, vasta e sedutora. Desde a chegada dos Romanos às Ilhas Britânicas, são quase dois mil anos de lutas, conquistas, impérios, reinados e, recentemente, um *Brexit*. A história do Reino Unido, de fato, começa no ano de 1707, quando a Escócia se uniu à Grã-Bretanha. Mas isso não quer dizer que a trajetória e todas as outras raízes inglesas tivessem nascido naquele momento.

A origem do Reino Unido, ou melhor, da Inglaterra, começou com os romanos, que estenderam os seus tentáculos do império no começo do século I d.C.

Já os primeiros traços ingleses são do século 10, aproximadamente de 939 d.C., quando os conquistadores anglo-saxões uniram forças com o Império do Mar do Norte, liderado por Canuto II da Dinamarca. Anos mais tarde, durante a invasão normanda (*viking*), em 1066, a configuração do reino privilegiou Westminster (onde fica hoje o Parlamento do Reino Unido) como capital política e lar da realeza.

Durante as dinastias Stewart e Windsor, o Reino Unido viu seu poderio, riqueza e influência aumentar, ao passo que o seu declínio também foi gradual e desgastou ao pouco a imagem do monarca e do país ao longo do tempo. Mas, engana-se quem acredita que os ingleses foram apenas acumuladores de vastos territórios e impérios ao longo do tempo, a sua tradição política e o modo como ela anda operando, é indiscutivelmente, um dos traços mais fortes do Reino Unido. Segundo escreveu Norbury (2013, pp.82-85), a política no RU está articulada da seguinte forma:

Considerado como o “berço da democracia”, o Reino Unido incrivelmente não possui uma Constituição escrita. Em vez desse estatuto, as leis e decretos são sancionados determinando-se a natureza da democracia e as liberdades desfrutadas pelas pessoas como um processo contínuo.

Além disso, a justiça é amplamente baseada no que se denomina *regra do precedente* – em outras palavras, o que foi determinado no passado, por meio de regramentos legais, induz o presente.

O aparato completo do sistema jurídico se fundamenta na história, incluindo as convenções da Corte e dos trajes, que essencialmente remontam aos séculos XVIII e XIX. Isso claramente agrada aos ingleses, e não há nenhum sinal de que essas tradições estejam sendo eliminadas. Exceto pelo fato de que, no verão de 2003, o governo repentinamente anunciou que iria abolir o cargo de presidente da Câmara dos Lordes — o mais antigo e notável cargo público da nação — e substituí-lo por um Departamento de Assuntos Constitucionais.

Outras reformas do sistema judiciário também estão sendo consideradas, inclusive a abolição da Casa dos Lordes, a mais alta Corte da nação, a ser substituída por uma Suprema Corte, ao estilo norte-americano.

A Inglaterra e o País de Gales, de um lado, e a Escócia, de outro, continuam — exatamente como era antes do Tratado de União (1707) — a ter um sistema diferenciado para o legislativo (incluindo a polícia), o judiciário, os sistemas educacionais, os sistemas de governo locais, as igrejas nacionais e os departamentos governamentais. Como vimos, desde 1999 a Escócia tem seu próprio Parlamento, enquanto o País de Gales tem uma Assembleia, com poderes consideravelmente menores. A Irlanda do Norte tem um governo autônomo, que lhe foi restituído em 2000.

A monarquia é a instituição governamental mais antiga do Reino Unido, remontando à era de Egberto, rei de Wessex, que unificou a Inglaterra em 829.

O título oficial da rainha é “Elizabeth, a Segunda, pela Graça de Deus, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e de Seus Outros Reinos e Territórios, Chefe da Comunidade de Nações, Defensora da Fé”.

Em termos legais, a rainha é chefe do executivo e, portanto, chefe de Estado. É parte integrante da legislatura governamental, chefe do judiciário e comandante-chefe de todas as Forças Armadas da Coroa.

Se um decreto passa por todos os estágios do Parlamento, é enviado à rainha para a sanção real, após a qual se torna lei e integra a legislação do território. Ao longo dos séculos, no entanto, o poder absoluto do(a) monarca foi praticamente extinto, com os atos da rainha passando a se basear no aconselhamento dos ministros de seu governo.

Figura 02: Parlamento Britânico às margens do Rio Tâmisia.³⁸



Fonte: Plataforma digital da escola de idiomas Wizard.

2.2 O pensamento liberal que dominou o Reino Unido há séculos

Berço de uma das grandes civilizações do mundo, a Inglaterra também é o país onde o liberalismo econômico teve a sua propagação e adoção em maior escala, tendo como grandes pensadores desta escola, Thomas Robert Malthus e David Ricardo, estes dois últimos economistas ingleses, foram seguidores do genial economista e filósofo escocês Adam Smith (1723-1790), o pai do Liberalismo Econômico. Segundo a plataforma digital intitulada Dicionário Financeiro (2019), o liberalismo econômico significa:

As primeiras ideias do liberalismo econômico apareceram na era do mercantilismo, em que os governos, principalmente europeus, controlavam o comércio exterior e o movimento interno do mercado. Foi então que alguns pensadores franceses do Iluminismo, começaram a exigir um Estado com menos controle e impostos.

Essas ideias influenciaram o economista Adam Smith, que no ano 1776 publicou seu livro conhecido como "**A Riqueza das Nações**". Ele defendia que, os indivíduos de um mercado, ofertam bens e serviços em benefício próprio, mas que beneficiavam a sociedade, como se houvesse uma "mão invisível" a orientá-los, sem a necessidade de um governo para impor regras.

³⁸Disponível em: www.Wizard.com.br. Acesso em: 07 de abr. 2019.

Adam Smith havia percebido que a economia do Reino Unido era beneficiada por essa liberdade no mercado e o poder das instituições para a proteção da propriedade individual, comparado a outros países que cobravam altos impostos dos comerciantes e dos consumidores.

A partir desses princípios, surge a economia clássica, também conhecida como **liberalismo clássico**, ou **liberalismo *laissez-faire***.

A era da economia neoclássica é marcada pelo desenvolvimento dos estudos da Economia, após o aparecimento das ideias de Adam Smith. Essas análises consideravam sempre, a economia liberal como objeto de estudo, também conhecida como economia de mercado.

A economia de mercado é caracterizada pela formação dos preços através de oferta e demanda, a produção e a distribuição de renda através do livre mercado, com o mínimo de intervenção política.

O liberalismo começou a ser contestado e a dividir espaço com outras ideologias políticas e econômicas, como o socialismo, ideologia contrária e que apoia o planejamento central da economia.

A partir da Primeira Guerra Mundial, e também, a Crise de 1929, a falta de confiança no livre mercado para dar estabilidade e crescimento para a economia, deu lugar a uma estratégia mais intervencionista e que se preocupava em ter um Estado de bem-estar social e a diminuição do desemprego.

Muitos países passam a adotar políticas de planejamentos macroeconômicos, como na criação de empresas estatais e o aumento do emprego público, ou também, na maioria dos casos, economias mistas entre o livre mercado e o planejamento central pelos governos (Grifos nossos).

O liberalismo econômico que tão foi difundido e aplicado no Reino Unido, caiu em cheque com a Crise de 1929, que obrigou aos países tanto do continente europeu como os Estados Unidos a terem mais controle sobre as ações do mercado, pois, a maioria das nações estavam destruídas com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o problema econômico só piorou com a Grande Depressão dos anos 30.

Depois de tantos anos controlando o mercado e como ele era regido, a maioria dos países do mundo e da UE, viram-se obrigados a mudarem a sua estratégia comercial com o que veio com a Segunda Crise do Petróleo no ano de 1979, pois, viram que as suas medidas intervencionistas estavam só piorando a situação que já estava degradante, com isso, renasceu o liberalismo econômico, porém com o novo nome, neoliberalismo. Ele não se caracterizava mais como na época de Smith (1723-1790) e como foi difundido entre os seus discípulos e simpatizantes. Ao invés de algo mais livre e relaxado, surgiu um novo conceito, estava se instalando no RU e no mundo ainda tenso com a Guerra Fria, o neoliberalismo dos economistas Friedrich von Hayek (1889-1992) e Milton Friedman (1912-2006), o primeiro economista austríaco e ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1974 e o segundo economista americano e vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1976.

Segundo Anderson (2019, s.p.):

Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O

neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é **O Caminho da Servidão**, de Friedrich von Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: "Apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna".

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

[...] Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita.

[...] Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.

2.3 A origem da União Europeia

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os países europeus encontravam-se em sua maioria destruído e o velho continente estava mais que necessitado de uma reconstrução no modo mais amplo, seja no sentido moral, financeiro, econômico e físico.

Foi a partir do *Benelux*, uma organização que teve como países fundadores os Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo, que veio o conceito e conscientização dos governantes para a criação de algo maior e pudesse unir os países tão devastados depois de duas guerras pelo poder. Segundo Carlos (2019, s.p.), os pilares e início da UE se deu a partir de:

A reconstrução da Europa iniciou-se com a criação da Comunidade Econômica do Carvão e Aço (CECA), formada por seis Estados: Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França e Itália. A CECA tinha como objetivo garantir a reserva do carvão e do aço, insumos esses, de extrema importância

para fomentar o processo de reconstrução da Europa. Nota-se que, a princípio, poucos países da Europa aceitaram participar da CECA, mais precisamente aqueles que experimentaram o caos provocado pela 2ª Guerra Mundial.

O próximo passo foi a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957, o qual se deu com o Tratado de Roma. A CEE visava a constituição de um Mercado Comum, estabelecendo uma união aduaneira e tinha como objetivo a integração econômica por meio da redução das barreiras alfandegárias e não alfandegárias do comércio. Com isso, estabeleceu uma Tarifa Externa Comum ao bloco, facilitando a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho, o que pressupunha uma política comercial comum. O Tratado aludido também foi o marco inicial da Comunidade Europeia de Energia Atômica (*Euratom*), que objetivava agregar as indústrias energéticas dos Estados Membros, investindo em pesquisa e desenvolvimento do setor.

Posteriormente, em 1972, o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca ingressaram na Comunidade Econômica Europeia. No ano de 1979 ingressou a Grécia e em 1986 ingressaram Portugal e Espanha. Logo, a Europa dos seis, agora, formara a Europa dos doze.

O Tratado de Maastricht (1993) agregava as demais comunidades previamente estabelecidas como a Comunidade Europeia do Carvão e Aço, a Comunidade Econômica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atômica e ainda angariava outros projetos em matéria de defesa, política e cooperação comum, além da criação de uma união econômica e monetária, incluindo uma moeda única.

2.4 A economia europeia

A UE é hoje, um dos maiores blocos econômicos e a sua economia não seria diferente, pois, mesmo com os problemas que foram enfrentados nos últimos anos com a crise econômica que começou em 2008, depois da bolha americana, o bloco europeu possui uma sólida e competente economia, capaz de travar brigas comerciais de igual para igual com os países mais ricos do mundo na atualidade.

Segundo a plataforma digital oficial da União Europeia (2019, s.p.), a economia europeia está se desenvolvendo na atualidade na seguinte maneira:

Funcionando como um mercado único constituído por 28 países, a UE é uma grande potência comercial a nível mundial.

A política econômica da UE está concentrada na criação de emprego e na promoção do crescimento, o que passa por utilizar de forma mais eficaz os recursos financeiros, suprimir os obstáculos ao investimento e dar visibilidade e assistência técnica aos projetos de investimento.

Em termos do valor total dos bens e serviços produzidos (PIB), a economia da UE é maior do que a economia dos EUA. PIB da UE em 2017:15,3 trilhões de euros.

Mais de 64% das trocas comerciais dos países da UE realizam-se com outros países da UE.

Embora a UE represente apenas 6,9% da população mundial, as suas trocas comerciais com o resto do mundo correspondem, aproximadamente, a 15,6% das exportações e importações mundiais.

Juntamente com os Estados Unidos e a China, a UE é um dos três maiores parceiros do comércio internacional.

Em 2016, a quota-parte tanto das importações como das exportações do conjunto dos países da UE foi a segunda maior do mundo.

As suas exportações representaram 15,6% do total mundial, embora, em 2014, pela primeira vez na história da UE, tivessem sido ultrapassadas pelas da China (16,1% em 2014 e 17,0% em 2016), mantendo-se, contudo, à frente das dos EUA (11,8%).

No que se refere às importações, a maior quota foi a dos EUA (17,6%), seguida pela da UE (14,8%) e da China (12,4%).

A taxa de emprego, isto é, a proporção da população em idade ativa empregada, é um indicador social fundamental para analisar as tendências do mercado de trabalho.

O impacto da crise econômica mundial e da turbulência da zona euro em 2008 foi seguido de um aumento constante da taxa de emprego nos anos seguintes.

3 Metodologia

De acordo com Silva (2010), o método é o caminho na busca de um determinado resultado e a técnica um conjunto de processos ou etapas para a execução do método, ou melhor do caminho. Neste sentido, destaca-se neste estudo enquanto caminho uma pesquisa de cunho teórico e bibliográfico.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa adotada neste estudo é a bibliográfica, que segundo Silva (2010) é uma pesquisa inicialmente realizada pela maioria dos pesquisadores, embasada no aprofundamento teórico de um tema, no qual dialoga-se com autores de livros, revistas, periódicos, artigos científicos, entre outros, enquanto fontes, na busca de um amadurecimento intelectual e reflexivo por meio de técnica de análise de texto, se constituindo como um "excelente meio de formação científica", como destaca Silva (2010, p.52).

3.2 Análise, discussão e resultados

3.2.1 As consequências econômicas do *Brexit*

O Reino Unido é uma das maiores economias na atualidade, principalmente na União Europeia e, sua brusca e conturbada saída pode trazer inúmeros impactos tanto para o RU, quanto para a UE. Não podemos mensurar até o presente momento, qual será o nível e como isso se dará inicialmente nem tão pouco a curto, médio e longo prazos, porém, o que os estudiosos estimam, é que os tão temidos impactos, poderão ser sentidos em escalas que até então não se viam e que suas consequências podem ter suas feridas saradas depois de um longo período que passou esse divórcio tão conturbado.

É claro que sempre que há uma separação, as partes envolvidas neste imbróglio, sempre levam em consideração os aspectos necessários e jurídicos antes de assinar toda a documentação para finalizar o trato, entretanto, isso não foi bem pensado pela população, pelos políticos, pelo David Cameron (ex-primeiro-ministro britânico que resolveu levar às ruas o plebiscito questionando a permanência do Reino Unido na União Europeia) e nem muito menos por Bruxelas (sede administrativa da UE), que agora teme que outras nações ou até mesmo fundadoras do bloco europeu, resolvam sair dele também.

O que as partes envolvidas precisam compreender neste momento é que, o que está em negociação é o fim de um acordo de um país de extrema importância econômica e o maior bloco econômico na atualidade, gerando grandes impactos na vida da população, das instituições e dos governos. Alguns discursos apontam que esta separação amplamente divulgada e negociada, traga bons frutos em algum futuro, seja ele próximo ou não, porém, há aqueles que são inegavelmente pessimistas e acreditam que a saída do RU pode trazer impactos econômicos bem duros de serem engolidos.

Segundo Alves (2015, p.13), as estimativas dos impactos gerados com a finalização do acordo de saída do Reino Unido da UE são variáveis, sendo os mais cogitados os seguintes:

Houve algumas tentativas de quantificar o que uma saída da UE faria para o tamanho da economia do Reino Unido, apesar das armadilhas óbvias de tentar colocar uma figura sobre uma situação hipotética, que tem uma série de variáveis - como a que tipo de acordos comerciais será negociado pós-*Brexit*. Dada variedade de potenciais situações de pós-*Brexit* há uma ampla gama de estimativas. Alguns argumentam que a economia vai sofrer perdas permanentes em um comércio e investimento mais fracos. Outros dizem que a liberdade das leis e burocracias, bem como dos custos, que vêm com a adesão à UE faria o Reino Unido mais próspero.

O que não podemos negar é que, independente do que vai acontecer futuramente, os impactos, principalmente os econômicos, serão os primeiros e os mais sentidos por todos, em diversos níveis e escalas. Segundo Alves (2015, p.14), os que projetam perspectivas mais positivas, apontam que:

Entre aqueles que vêem uma perda líquida ou um ganho líquido de *Brexit*, estão aqueles que salientam as consequências econômicas que ocorreriam de qualquer maneira. A *think tank Open Europe* observou, em março, por exemplo, que uma saída poderia aumentar o PIB do Reino Unido em determinadas circunstâncias.

Eles afirmam que por um lado, o PIB do Reino Unido poderia ter 2,2% menor em 2030, se o Reino Unido sair da UE e não conseguir chegar a um acordo com a UE ou se reverter ao protecionismo.

Em um cenário mais favorável, em que o Reino Unido conseguiria entrar em acordos comerciais liberais com a UE e com o resto do mundo, enquanto prossegue a desregulamentação em grande escala em casa, o Reino Unido poderia estar melhor com 1,6% do PIB em 2030.

3.2.2 As consequências financeiras do *Brexit*

Quando falamos em sistema financeiro, o mais famoso, procurado e lembrado, sem dúvida alguma é o dos Estados Unidos da América (EUA), porém, o bloco europeu resolveu seguir ou pelo menos adaptar seu sistema financeiro depois da Crise de 2008, levando em consideração os moldes do norte-americano.

Pode-se dizer que havia sim grandes chances de tal ideia dar certo e fortes louros serem colhidos ao longo do tempo, porém, nem tudo aquilo que reluz é ouro, em 23 de junho de 2016, o Reino Unido, maior centro financeiro da União Europeia, resolveu que já era hora de seguir em frente sem toda aquela regulamentação e exigências por parte de Bruxelas, na Bélgica, pelo menos é o que diz a população e os políticos que sentam para votar quase todos os dias, os planos arranjados para a saída do RU da UE.

O que os britânicos não imaginavam, era que tal atitude colocaria em risco o plano de recuperação do mercado europeu e até mesmo o seu, já que todo ato tem uma consequência, seja ela boa ou ruim e as que estão sendo especuladas pelo mercado não são muito atraentes, pelo menos em curto prazo. Segundo Viega (2017, p.15), o que é esperado pela maioria dos estudiosos é que:

[...]Em termos políticos, as ações da Comissão Europeia, em resposta a estes acontecimentos, vão marcar o destino do projeto da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais, e muito dependerá dos acordos comerciais que se estabelecerão pós-*Brexit* entre a União Europeia e o Reino Unido.

Se os problemas de reestruturação do mercado de capitais europeu tivessem somente a saída do Reino Unido como empecilho, as coisas seriam um pouco mais diferente do que está acontecendo. Ainda segundo Viega (2017, p.15):

O eurocepticismo do Reino Unido e dos Estados Unidos da América expõe uma divergência complexa com a União Europeia, que parece alastrar-se a outros Estados-membros, como se depreende do caso italiano de descrédito de Matteo Renzi, com a sua derrota no Referendo de alteração constitucional de 4 de dezembro de 2016 e o crescimento nas sondagens do movimento eurocéptico “5 estrelas” de Beppe Grillo. As próximas eleições dos Estados-membros da União Europeia serão fulcrais para o avanço de um plano de uma união financeira que não pode coexistir com medidas protecionistas.

O Reino Unido, mesmo sendo o país mais competitivo no campo financeiro na Europa, pode sentir um grande baque com a formalização do tão aclamado *Brexit*, pois, ele perderá o status de país membro da UE e isso trará com certeza, imbróglis jurídicos que não vão querer ser travados por nenhuma instituição financeira, o que acabará por fazer com que o Reino Unido mude o modo como opera atualmente para que não veja o seu capital indo embora para outros países-membros do bloco europeu e mudará também a atrativa que UE opera nesta questão, tendo em vista que não é vantajoso que uma parcela de seus investimentos irão parar ou continue em Londres por causa de

como Bruxelas resolverá burocratizar excessivamente e torna dúbia a legislação financeira do bloco.

A União Europeia mais do que nunca, precisa se manter unida, que é uma de suas premissas e olhar para o futuro, pensando no bem-estar social da população de seus países membros e desenvolver melhor o modo como irá concorrer com o mercado de capital do Reino Unido e dos Estados Unidos, dois gigantes e que podem lhes trazer dores de cabeça e ameaçar a sua reestruturação.

3.2.3 As consequências trabalhistas do *Brexit*

O mundo ainda se recuperava dos estragos que foram causados pela crise econômica mundial que surgiu praticamente no final do ano de 2008. Inúmeros países dos seis continentes da Terra não passaram ilesos com a bolha imobiliária originada nos Estados Unidos.

Mesmo sendo um dos continentes mais ricos da Terra, a Europa não passou facilmente ilesa da pior crise econômica mundial após a Grande Depressão surgida ainda no ano de 1929. Atualmente, o cenário é muito incerto, o *Brexit* foi aprovado, no dia 23 de junho de 2016, com um resultado de 51,9% favorável à saída do bloco, contra 48,1% contrário a saída do Reino Unido da União Europeia.

O Reino Unido, que foi um dos poucos países que não sofreram impactos gigantescos, como ocorreu em Portugal, Itália ou Espanha, que viram empresas fechando, postos de trabalho diminuindo e a economia entrando em colapso, observou que o fluxo migratório na ilha cresceu vertiginosamente, sendo destino para profissionais de diversas áreas, de várias idades, religiões, culturas e etnias de dentro ou de fora do bloco europeu, todos em busca de uma nova vida e querendo fugir para aquele que era um símbolo de prosperidade e recomeço na UE e no mundo, tudo isso sem contar com o tráfego de trabalhadores que estavam em constante movimento dentro da UE e do RU.

Com isso, a população que vivia no Reino Unido identificou que os postos de trabalho ocupados pelos cidadãos nativos, estavam sendo preenchidos por estrangeiros que chegavam a cobrar bem mais barato para desempenhar algum tipo de atividade laborar, o que acabou influenciando no resultado do plebiscito. Porém, engana-se quem pensa que a UE não se beneficiou com mão de obra qualificada, valores baixos e com o intercâmbio cultural gerado entre seus países, afinal, fomentou a economia do bloco, empresas puderam ver seus resultados crescerem, havia uma gama maior de escolhas e todos estavam vivendo em harmonia até então.

Recentemente, um dos assuntos mais debatidos e que preocupa Bruxelas e Londres, é como será tratada a questão dos trabalhadores que no RU são mais de três milhões de cidadãos europeus e na UE, que possui mais de um milhão de cidadãos europeus exercendo algum tipo de atividade laboral em algum país-membro do bloco.

Pensando em como seria tratado o assunto pós-*Brexit*, tanto no RU como iria se desenvolver na UE, o Reino Unido publicou medidas para auxiliar em tratativas de

diversas áreas, inclusive em relação as questões trabalhistas em atualmente e que em um futuro próximo, afetarão quase cinco milhões de pessoas.

Segundo a plataforma digital O Globo (2019, s.p.), a questão dos trabalhadores será tratada da seguinte forma:

[...] A comissão pediu medidas pragmáticas para garantir segurança aos britânicos fora do Reino Unido, incluindo que os governos de países do bloco concedam vistos temporários de residência. Esta é uma condição com a qual a UE já se comprometeu, desde que o Reino Unido faça o mesmo para os cidadãos da comunidade europeia vivendo no seu território.

Nesta quarta-feira, o governo britânico iniciou a maior reformulação da sua política imigratória em décadas, pondo fim ao tratamento especial para cidadãos da União Europeia, com a promessa de dar tempo ao empresariado para se adaptar aos planos pós-Brexit. Segundo Londres, o novo sistema priorizará trabalhadores qualificados e tratará cidadãos de dentro e de fora da UE igualmente.

[...] Os cidadãos da UE não precisarão de visto para visitas turísticas ao Reino Unido de até seis meses, e os irlandeses continuarão a viajar e trabalhar livremente. O novo sistema será posto em funcionamento a partir do início do período de implementação pós-Brexit, atualmente previsto para vigorar até o final de dezembro de 2020. Os trabalhadores qualificados que entrarão no Reino Unido mediante o novo sistema terão que ser encaminhados por uma empresa e estarão sujeitos a um teto salarial mínimo, cujo nível será determinado após uma consulta com o empresariado ao longo do próximo ano. Não haverá um limite ao número de trabalhadores qualificados imigrantes. Também haverá um esquema temporário de transição para contratações, que permitirá que cidadãos da UE e trabalhadores de qualquer qualificação de outros países de "risco baixo" entrem em solo britânico sem uma oferta de emprego por até 12 meses de cada vez.

3.2.4 As consequências do *Brexit* na Contabilidade Internacional

Com uma das mais antigas profissões do mundo, a prática contábil sofreu algumas mudanças ao longo do tempo e o seu trabalho e as empresas para quem eles prestavam serviços, serem vítimas de desconfiança do mercado e algumas até, terem os esqueletos expostos para os investidores após uma auditoria mais minuciosa em suas demonstrações.

Com o intuito de uniformizar as demonstrações contábeis e trazer maior credibilidade, confiança e comparabilidade, foi criada o *International Accounting Standards Committee (IASC)*, no ano de 1973 e que tinha como premissa, regular como o mercado iria normatizar o modo como as informações seriam repassadas aos investidores, sendo que, no ano de 2001, o *IASC* foi substituído pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que logo mais iria implementar os *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, no ano de 2005.

A globalização unida ao processo de informatização e necessidade de maiores informações, fez com que as instituições do mundo precisassem que o que fosse repassado ao mercado, possuísse um atestado de que aqueles números estavam mais

fiéis e que não importasse quais empresas seriam comparadas, ambas iriam apresentar dados que seriam facilmente comparáveis e pensando nisso, o bloco europeu tratou que para fossem incorporadas as *IFRS* o quanto antes, para que assim, as suas empresas e instituições tivessem uma competitividade e atestado similar entre si, porém, a difícil compreensão dessas normas para alguns e a não aceitação por parte de outros governos, acabou atrasando o objetivo da UE de largar na frente pela competitividade, confiabilidade, comparabilidade e tempestividade nos relatórios contábeis. Segundo Silva (2017, p.18):

A diversidade contabilística apesar de problemática no seio da UE durante muitos anos não se assumiu como um impedimento para o desenvolvimento do projeto europeu. No entanto, tudo isso mudou com a intenção de criar, implementar e maximizar o mercado único. Para que tal fosse possível foi necessário a harmonização das práticas contabilísticas existentes no seio dos Estados-Membros, sendo que para tal foi necessário estabelecer um modelo contabilístico europeu coerente e que se aproximasse no fundamental das normas do *IASB*. Deste modo, durante o resto dos anos 90 e princípio dos anos 2000, foram diversas as diretivas e os regulamentos produzidos pela UE na tentativa de efetuar esta mesma harmonização contabilística.

No entanto, a própria complexidade dos documentos tornava ainda mais confusa a situação, pelo que foi preciso alcançar uma solução mais simples e clara. Foi neste contexto, e após diversas tentativas que, em 2002, surgiu o Regulamento 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu, que se assumia de aplicabilidade obrigatória em todas as sociedades dos Estados-Membros com cotação em bolsa.

A partir do dia 23 de junho de 2016, o bloco europeu e todos os planos que ele tinha feito até então, foi colocado em cheque ao se saber do resultado do plebiscito no Reino Unido, que cancelou a saída da UE. O mercado único, a implementação e convergência das normas contábeis acabaram por terem o seu sucesso colocado em risco depois que o euroceticismo³⁹ e a vontade de um “novo” Reino Unido ganhou nas urnas e fez com que todo o planejamento feito por Bruxelas fosse colocado em cheque.

O que tem que ser entendido agora é que, independente de quando será finalizado o *Brexit* e como será daqui por diante, as instituições e os países vão perder investimento para as suas empresas e ações, afinal de contas, quem irá querer colocar dinheiro em uma empresa em que não se pode confiar nos resultados apresentados ou como saber se realmente o que está naquele relatório, pode-se ser comparado ou se está de acordo com o que determina o *IASB*?

O que a UE e o RU têm que entender a partir de agora é que independente de quem saia perdendo ou o grau em que isso se dará, o estrago já está feito, o *Brexit* está para ser assinado agora, no dia 31 de outubro de 2019 segundo a plataforma digital G1.com (2019) e as consequências terão de ser arcadas não importa quando. E uma dessas consequências, é que a harmonização que o *IFRS* traria para o bloco europeu e

³⁹Euroceticismo significa uma ideologia política assentada na desconfiança ou na descrença acerca da União Europeia (UE).

para os Estados-Membros não se dará como planejado anteriormente, afinal de contas, teremos a saída de um país da UE e isso irá desestabilizar o mercado ainda mais depois que o divórcio for efetivamente assinado.

A partir do momento que for declarada a saída do RU da UE, as empresas terão tratamento diferente, afinal, elas perderão o passaporte de Estado-Membro europeu, ao passo que o bloco perderá algumas das mais valiosas empresas do mundo na atualidade.

4 Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo, possibilitou a análise e debate de como uma decisão tomada democraticamente e que não foi bem trabalhada pelo governo britânico, poderá afetar não somente a uma parcela pequena de uma população, mas sim, toda ela votante ou não do Reino Unido e de todos aqueles que vivem no continente europeu, além daqueles pertencentes a UE. Por isso, os atuais e os futuros contadores precisam estar atentos, aptos e dispostos a entender o *Brexit*.

No dia 23 de junho de 2016, os cidadãos britânicos, foram às urnas, convocados pelo então primeiro-ministro, David Cameron, para decidirem se queriam ou não continuar pertencendo ao bloco europeu e, como já apontado, o “*leave*” (expressão apontada nas cédulas como alternativa de saída em inglês), ganhou nas urnas com praticamente 52% dos votos, considerada uma vitória apertada, que só foi apenas conquistada, porque os que apoiavam a permanência do Reino Unido na União Europeia, não se preocuparam em expressar o seu desejo, o que claramente não aconteceu com aqueles que almejavam a saída do RU da UE.

Com a vitória do *leave*, o então primeiro-ministro, David Cameron, que era apoiador da permanência do país na UE, sentiu na pele uma das primeiras consequências deste resultado, teve que pedir a sua renúncia e ver dos bastidores, o que seria acordado entre o RU e UE para que todos pudessem ter o melhor resultado possível para ambos.

Como já era de se esperar, a candidata vencedora das eleições para o cargo de primeiro-ministro, após a renúncia de Cameron, teria de ser alguém com ideias diferentes do seu antecessor e que representaria o “novo” Reino Unido e assim aconteceu, a escolhida por unanimidade foi a Theresa May, forte apoiadora do *Brexit* e pertence ao Partido Conservador, um dos maiores apoiadores do plebiscito e que queriam a saída do país da UE.

Oficialmente, a primeira data para a saída do RU da UE, era o dia 29 de março de 2019, entretanto, a primeira-ministra não conseguiu a maioria dos votos dos senhores deputados do parlamento britânico para que nenhuma das tentativas de acordos costurados com Bruxelas, fossem aceitos, o que acabou obrigando que a União Europeia estendesse o prazo limite para o dia 31 de outubro de 2019 e deu um ultimato à primeira-ministra britânica: Se o parlamento não aprovasse nenhum dos futuros acordos que fossem elaborados, o país sairia do bloco europeu de forma abrupta e drasticamente e os impactos seriam gigantescos.

Depois de tantos jogos políticos, concessões, baixas no governo e votações frustradas para aprovar os acordos costurados com a UE, a primeira-ministra, Theresa May, foi obrigada a anunciar, no dia 24 de maio de 2019, aos prantos em frente a icônica porta preta de número 10 na *Downing Street*, que ficaria no cargo até o dia 05 de junho, o que para muitos já devia ter sido anunciado há bastante tempo, devido as monções sugeridos pelos diversos parlamentares, alguns deles de seu próprio partido e dos de oposição, alinhado com o seu enfraquecimento política na condução de suas atividades, já evidentes desde o fim de 2018.

Desde que o resultado saiu, diversos estudiosos, cientistas, economistas, intelectuais, políticos e empresas, vêm tentando compreender e prever o que acontecerá com todo o bloco europeu e com o Reino Unido enquanto os acordos entre ambos são costurados até sair um resultado final e o que acontecerá *pós-Brexit*.

Considerando que o fio condutor desta pesquisa foi identificar os impactos que o *Brexit* poderá provocar para o Reino Unido e à União Europeia, acredita-se que há uma divisão sobre o que realmente acontecerá, uma pequena parte e mais otimista aposta em crescimento, prosperidade, melhor qualidade de vida para a população britânica, mais trabalhos para os que nasceram na terra de Adam Smith e de John Maynard Keynes, menor quantidade de estrangeiros, investimentos e um comércio bastante aquecido e livre da burocracia que cerca o bloco econômico europeu, aos passos que também acreditam que em um período não tão distante, outros países irão querer fazer parte da UE e que tudo irá se encaminhar para a mais perfeita ordem e todos estarão bem.

Livres de pensamentos tão utópicos e mais pessimistas, realistas e apresentando números e estudos alarmantes, há os que informam que o bloco europeu poderá receber uma onda de pedidos de saídas de países membros devido ao sentimento de euroceticismo estar crescendo vertiginosamente na UE, muitos deles, países historicamente tradicionais, como Grécia, Itália e Espanha, que sofreram de forma arrasadora com a crise econômica que assolou o mundo em setembro de 2008.

Não encerrando somente com a informação acima, há os que apontam e apresentam dados de que a economia do Reino Unido sofrerá com a quebra daquilo que seria o acordo único entre os países do bloco europeu para otimizar a economia e escoar os seus produtos, afinal de contas, o RU não irá mais desfrutar dos privilégios comerciais da UE, uma vez que não será país-membro do bloco.

Países e empresas deixarão de investir no Reino Unido devido aos custos que se tornarão cada vez maiores, pouca credibilidade nas informações apresentadas e se há a implementação das normas contábeis exigidas nos relatórios, fazendo com que bancos, empresas, indústrias e grandes conglomerados mudem suas sedes e operações para outros países membros da UE ou até mesmo façam transações com países fora do bloco e que apresentem condições melhores do que as que serão postas pelo RU, assim também como a UE perderá um dos seus países mais ricos e competitivos, trazendo uma queda no seu PIB e mais incertezas sobre o seu futuro.

Com a finalização do *Brexit*, pessoas que têm livre circulação para trabalhar dentro da UE e conseqüentemente dentro do RU, terão os seus acessos limitados também, assim como os cidadãos britânicos, provocando dúvidas sobre questões

trabalhistas futuras para aqueles que moram no RU e os que moram na UE, sem contar na questão migratória, que é amplamente discutida tanto no RU como UE, fazendo com que seja repensado como a UE e os outros países pertencentes ao bloco, irão trabalhar a questão dos imigrantes que vieram de países em guerra, àqueles que nasceram em países não pertencentes ao bloco ou os cidadãos do RU que possuem visto para morar e trabalhar na UE.

Com certeza, esse será um dos principais assuntos também dentro do Reino Unido depois de finalizado o *Brexit*, uma vez que, o RU possui um grande número de cidadãos que nasceram em países pertencentes ao bloco europeu e constituíram vidas inteiras no país, ao passo que imigrantes de países em guerra ou procurando por oportunidades, que também se encontram no RU e precisarão ter a sua permanência assegurada por lei para que o seu cotidiano e toda a sua trajetória não seja interrompida.

Não ignorando o fato que o cargo de primeiro-ministro do RU ainda encontra-se em aberto e que a maioria dos seus candidatos não estão se preocupando com uma saída da UE sem nenhum tipo de acordo, temos que considerar que as consequências de um *Brexit* forçado e sem alinhamento, seria um caos para ambos os lados.

Através de tudo o que foi exposto até o presente momento, consideramos que, embora haja uma corrente positiva que aposte em fortes louros sendo colhidos tanto pelo Reino Unido como pela União Europeia, após o *Brexit*, há uma corrente mais pessimista e de maiores apoiadores que tratam os impactos negativos como os de maior consequência, afetando a população, empresas, governos e trabalhadores em geral, provocando mais desemprego, mais pobreza.

Referências

ALVES, Juliana Helena de Lima. **A saída do Reino Unido da União Europeia: Um dilema sobre as consequências econômicas e políticas.** [S.I]: Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/17158/1/2015_JulianaHelenadeLimaAlvestcc.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo.** In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.) Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp.09-23. Disponível em: <http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Anderson,%20Perry/Balanco%20do%20Neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CARLOS, Raquel Fernandes. **União Europeia: processo de formação histórica.** 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49599/uniao-europeia-processo-de-formacao-historica>. Acesso em: 7 abr. 2019.

ECONOMIA DA INGLATERRA. **Mapa de Londres,** 2018. Disponível em: <https://mapadelondres.org/economia-da-inglaterra/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

EUROPA EU. **A Economia da União Europeia**. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/economy_pt. Acesso em: 9 abr. 2019.

HISTÓRIA DO REINO UNIDO. **Mapa de Londres**, 2018. Disponível em: <https://mapadelondres.org/historia-reino-unido/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

LIBERALISMO ECONÔMICO. **Dicionário financeiro**. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/liberalismo/>. Acesso em: 7 abr. 2019.

NORBURY, Paul. **Culture Smart! Reino Unido**. 2013. 1ª Edição. Rio de Janeiro – RJ / Campinas – SP. Disponível em: <https://www.casasbahia-imagens.com.br/Control/ArquivoExibir.aspx?IdArquivo=14213915&Attachment=1>. Acesso em 07/05/2019.

O GLOBO E AS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. **Brexit sem acordo poderia afetar quase 5 milhões de imigrantes em Reino Unido e UE**. [S. l.], 19 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brexit-sem-acordo-poderia-afetar-quase-5-milhoes-de-imigrantes-em-reino-unido-ue-23315899>. Acesso em: 29 maio 2019.

SILVA, Duarte Miguel Zuzarte Ferreira da. **O Brexit e o seu efeito no processo de harmonização fiscal da UE**. 2017. 81 f. Dissertação. Mestrado em Contabilidade, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/16201>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VEIGA, Fabio da Silva; SANTOS, João Vieira dos. **O impacto do Brexit na União Europeia**. Revista de Direito da Empresa e dos Negócios. v. 2, n. 1, pp.87-106. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15745>. Acesso em: 27 fev. 2019.

Capítulo XVIII

Os principais índices dos países nórdicos na atualidade

Paulo Galvão Júnior

*A questão da competitividade é muito dinâmica
e não permite que se durma nos louros
de conquistas passadas.*

Luiz Alberto Machado

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização da economia, os avanços tecnológicos e o aumento da concorrência internacional, os países são obrigados a produzir bens mais sofisticados e a oferecer serviços com qualidade. Nesse contexto econômico, o presente artigo teve como motivação principal a realização de uma pesquisa detalhada nos principais índices dos países nórdicos na atualidade, devido a existência de obras pertinentes sobre o tema escolhido em plataformas digitais.

Na Europa, exatamente na Europa Setentrional, estão localizados os países nórdicos. Os cinco países nórdicos são a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, a Finlândia e a Islândia. As nações nórdicas estão situadas ao norte do Oceano Atlântico, no Mar de Barents e nos limites do Círculo Polar Ártico.

Os países nórdicos são de clima frio, mas têm excelentes índices econômicos, sociais e ambientais. Os países nórdicos têm uma população total de 26,7 milhões de habitantes distribuídos por uma área territorial de 3,5 milhões de km², onde as regiões autônomas da Groenlândia, das Ilhas Faroé e das Ilhas Aland correspondem a mais de 60% da área total.

De acordo com os dados de 2017 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Suécia é a mais populosa entre as nações nórdicas com 9,9 milhões de habitantes. Em segundo lugar encontra-se a Dinamarca com 5,7 milhões de habitantes. A Finlândia é a terceira nação mais populosa com 5,5 milhões de habitantes. A Noruega é a quarta nação mais populosa com 5,3 milhões de habitantes. A quinta e última nação menos populosa é a Islândia com apenas 335 mil habitantes.

Os países nórdicos são ricos e de economia mista. A Suécia é o mais rico dos cinco países nórdicos com o Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 538,5 bilhões, segundo os dados de 2017 do Fundo Monetário Internacional (FMI). O segundo país mais rico é a Noruega com o PIB de US\$ 396,4 bilhões. O terceiro é a Dinamarca com o PIB de US\$ 324,4 bilhões. O quarto e o quinto países mais ricos são a Finlândia e a Islândia, com o

PIB de US\$ 253,2 bilhões e de US\$ 23,9 bilhões, respectivamente. As cinco economias nórdicas juntas têm um PIB total de US\$ 1,536 trilhão no ano de 2017.

O PIB *per capita* é alto dos atuais países membros do Conselho Nórdico. A Noruega lidera com o maior PIB *per capita*, US\$ 74.941, segundo dados de 2017 do FMI. A Islândia e a Dinamarca encontram-se em segunda e terceira colocações, com US\$ 70.332 e US\$ 56.444, respectivamente. Em quarto e quinto lugares apresentam-se a Suécia e a Finlândia, com US\$ 53.218 e US\$ 46.017, respectivamente.

Com os índices e indicadores adequados e suficientes para evidenciação da liberdade econômica com igualdade social nos cinco países considerados os melhores países do mundo para viver, e mundialmente, conhecidos como países nórdicos.

A Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia encabeçam a lista dos países mais felizes do mundo, a questão é: **Qual é o papel decisivo do Estado de Bem-Estar Social para números de causar invejar nos países nórdicos?** Essa a problemática que o presente artigo procura discutir nos dias de hoje.

Este artigo se organiza em seis secções, com uma breve introdução e mais cinco secções. A segunda secção descreve a fundamentação teórica; a terceira secção apresenta a metodologia; a quarta secção analisa os resultados sobre os principais índices dos países nórdicos; a quinta secção trata da educação e da saúde de qualidade; e a última e sexta secção expõe sobre as considerações finais.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os principais índices dos cinco países nórdicos nos dias atuais com base nos principais relatórios mundiais divulgados por diversos organismos ou instituições internacionais com grande respeitabilidade.

1.1.2 Objetivos Específicos

- i) Explicar os altos índices de desenvolvimento humano, de prosperidade, de competitividade, de felicidade, de liberdade econômica, de inovação e de performance ambiental;
- ii) Compreender as transformações socioeconômicas que contribuem para os mais baixos níveis de desigualdade, de criminalidade e de corrupção no mundo; e
- iii) Pesquisar os indicadores fundamentais em termos sociais como educação e saúde.

2 Fundamentação teórica

2.1 O Modelo Nórdico do Estado do Bem-Estar Social

Sob a orientação do economista sueco Karl Gunnar Myrdal (1898-1987), que dividiu o Prêmio Nobel de Economia de 1974 com o economista austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992), os países nórdicos implantaram o modelo do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o objetivo de atender as necessidades básicas da população.

Myrdal defendeu a tese de que o Estado desse aos cidadãos educação e saúde de qualidade mediante o pagamento de altos impostos. Do nascimento até a morte do indivíduo, o Estado garante saúde, licença maternidade, licença paternidade, educação, renda mínima, seguro desemprego, aposentadoria e outros benefícios sociais. Há um consenso da sociedade nórdica de que os elevados impostos são justos para desfrutar uma excelente qualidade de vida. Apesar dessas ideias, Myrdal não se opunha totalmente à economia de mercado.

O modelo nórdico de social democracia combina uma economia de mercado com um Estado forte, ou seja, elevados gastos sociais, altos impostos, altos salários para manter o nível da atividade econômica em pleno emprego, além de promover educação e saúde de qualidade.

Gunnar Myrdal defendeu também como prioridade social que o Estado oferecesse aos cidadãos educação e saúde de alta qualidade e suas ideias triunfaram nos países nórdicos e explicam a excelente qualidade de vida que desfrutam há décadas. O primeiro país do modelo nórdico de Estado do Bem-Estar Social foi a Noruega em 1945.

As cinco verdadeiras causas do êxito do Estado do Bem-Estar Social nos países nórdicos do pós-guerra até o século XXI são: 1. Educação; 2. Saúde; 3. Liberdade Econômica; 4. Economia Mista; 5. Benefícios Sociais. Nos cinco países nórdicos ocorrem o desenvolvimento de capacidades e de oportunidades para toda a população. É a combinação perfeita do próprio interesse de cada indivíduo com um Estado forte vigorando numa economia de mercado.

De acordo com o best-seller *O Livro da Economia* (2013, p.223), “O dito modelo nórdico caracteriza-se por sistemas de bem-estar social generoso e compromisso com uma justa distribuição de riqueza obtida com impostos e gastos públicos elevados. Esses países têm usufruído de alto padrão de vida e forte crescimento econômico, auxiliados por uma população pequena, indústria forte, (...)”. Os nórdicos pagam os seus impostos elevados de bom grado.

O imposto de renda de pessoa física (IRPF) e o imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) são altos na Suécia (61,8% e 22%), na Dinamarca (55,8% e 22%), na Finlândia (51,6% e 20%), na Islândia (46,3% e 20%) e na Noruega (38,5% e 24%). A média anual dos cinco países nórdicos de IRPF é de 50,8% e de IRPJ é de 21,6%. Mas, os impostos elevados são fundamentais para viver num ambiente de elevado nível de qualidade de vida nas nações nórdicas. As creches, os hospitais, as escolas e as bibliotecas são gratuitas e de qualidade porque se pagam os impostos justos, evitando um contraste de riqueza e pobreza extremas tão comum nos países emergentes.

3 Metodologia

A metodologia adotada do presente artigo é inicialmente um levantamento bibliográfico e uma revisão documental, a partir de relatórios internacionais em consonância com o tema, particularmente das publicações oficiais sobre os cinco países pesquisados, abordando desta forma dez índices: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); IPC (Índice de Percepção da Corrupção); IGI (Índice Global de Inovação); IGP (Índice Global da Paz); IP (Índice de Prosperidade); IGC (Índice Global de Competitividade); ILE (Índice de Liberdade Econômica); IF (Índice de Felicidade); IPA (Índice de Performance Ambiental) e Índice de Gini. Dez índices que revelam porque são considerados por muitas instituições e organismos internacionais como os melhores países para se viver no mundo.

Segundo Marconi & Lakatus (2010, p.42), "A pesquisa bibliográfica é um apanhando geral sobre os principais trabalhos – já realizados, revertidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema".

4 Resultados

Os objetivos e dados disponibilizados sobre os cinco países nórdicos foram baseados nas informações contidas nos principais relatórios internacionais disponíveis em sites e eBooks a nível mundial. Os resultados obtidos estão no Quadro 1 sobre os principais índices das nações nórdicas nos dias atuais após a escolha de dez índices, a seguir: IDH; IPC; IGI; IGP; IP; IGC; ILE; IF; IPA e Índice de Gini. Além dos Quadros 2 e 3 que tratam dos indicadores de educação e de saúde da população nórdica.

4.1 Os principais índices dos países nórdicos na atualidade

Em comemoração aos 120 anos de nascimento do economista Gunnar Myrdal, nascido em Gustafs, na Suécia, em 06 de dezembro de 1898, este artigo contribui para uma reflexão crítica sobre os rumos da economia mundial e apresenta os principais índices dos países nórdicos na atualidade e os seus respectivos rankings mundiais.

O economista sueco Gunnar Myrdal foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 1974, "por seu trabalho pioneiro na teoria da moeda e flutuações econômicas e pela análise penetrante da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais". Myrdal dividiu o renomado prêmio com o economista austríaco Friedrich von Hayek, em Estocolmo, na Suécia. Com certeza, Myrdal foi um economista que estudou o papel da economia aplicada aos problemas sociais, sobretudo, ao problema da pobreza nos países subdesenvolvidos.

Quadro 1: Os principais índices dos países nórdicos na atualidade

País	Ranking	IDH	Ranking	IPC	Ranking	IGI	Ranking	IGP	Ranking	IP
Noruega	1	0,953	7	84	19	52,63	14	1.519	1	79,85
Islândia	6	0,935	14	76	11	51,24	1	1.096	13	76,06
Suécia	7	0,933	3	85	3	63,08	18	1.502	5	77,59
Dinamarca	11	0,929	1	88	8	58,70	5	1.353	7	77,06
Finlândia	15	0,920	3	85	7	58,49	17	1.506	3	78,46
País	Ranking	IGC	Ranking	ILE	Ranking	IF	Ranking	IPA	Ranking	Índice de Gini
Noruega	16	78,2	23	74,3	3	7.554	14	77,49	3	27,5
Islândia	24	74,5	11	77,0	4	7.494	11	78,57	1	25,6
Suécia	9	81,7	15	76,3	7	7.343	5	80,51	5	29,2
Dinamarca	10	80,6	12	76,6	2	7.600	3	81,60	4	28,2
Finlândia	11	80,3	26	74,1	1	7.769	10	78,64	2	27,1

Fontes: Quadro elaborado pelo autor baseado nos dados oficiais de diversos organismos ou instituições internacionais com grande respeitabilidade como o PNUD, a ONG Transparência Internacional, o IEP, o FEM, o Instituto Legatum, *The Heritage Foundation*, a SDSN e as Universidades de Yale e de Cornell.

4.1.1 A Noruega é o país com o melhor IDH do planeta

A Noruega, com 385.155 km², é o país com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do planeta habitado por 7,5 bilhões de habitantes, segundo os dados de 2017 do *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*, do PNUD. A Noruega é classificada pelo PNUD como o país com o maior IDH do mundo desde 2001. O IDH é mensurado anualmente entre 0 (pior desenvolvimento humano) a 1 (melhor desenvolvimento humano) desde 1990. O IDH é um índice que mede a qualidade de vida da população de um país. O IDH avalia três indicadores: educação, saúde e renda. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Os cinco países nórdicos são considerados países de desenvolvimento humano muito elevado. A Noruega é rica em petróleo, gás natural e bacalhau e lidera com o IDH

de 0,953. Em segundo e terceiro lugares estão Islândia e Suécia, com IDH de 0,935 e 0,933, respectivamente. Na quarta e quinta posições encontramos a Dinamarca e a Finlândia, com IDH de 0,929 e 0,920, conforme os dados de 2017 do PNUD.

Entre 189 países analisados pelo PNUD no ano de 2017, sendo 59 países integrantes do grupo do desenvolvimento humano muito alto (0,800 ou superior), 53 do grupo do desenvolvimento humano alto (0,700 a 0,799), 39 do grupo do desenvolvimento humano médio (0,550 a 0,699) e 38 países do grupo do desenvolvimento humano baixo (menos do que 0,550). O país com o pior IDH do planeta é o Níger, com 0,354, sendo, portanto, um país de desenvolvimento humano baixo. O Brasil, o quinto maior país do mundo, por sua vez, encontra-se na 79ª colocação, com o IDH de 0,759, sendo, portanto, um país de desenvolvimento humano alto.

4.1.2 A Dinamarca é o país menos corrupto do planeta

A Dinamarca, com 43.075 km², é o país menos corrupto do planeta, segundo dados de 2018 da Transparência Internacional (*Transparency International*), numa amostra que compreende 180 países. Os políticos dinamarqueses são honestos e estão a serviço da população, não existindo nepotismo no serviço público.

O Índice de Percepção da Corrupção (*Corruption Perceptions Index*) é baixíssimo nos países nórdicos, todos eles, encontram-se entre os 15 países menos corruptos do mundo, liderados pela Dinamarca (88 pontos), Finlândia (85 pontos), Suécia (85 pontos), Noruega (84 pontos) e Islândia (76 pontos). Nos países nórdicos, a população tem acesso às informações públicas, podendo verificar os recursos utilizados pelo Governo. Existe muita transparência pública, muita fiscalização, gerando muita confiança da população. Nos países nórdicos os políticos têm trabalhado muito para combinar impostos altos (*high taxes*) com padrão de vida elevado (*high standard of living*).

O IPC (Índice de Percepção da Corrupção) é mensurado anualmente entre 0 (altamente corrupto) a 100 (muito íntegro) desde 1995. Maior pontuação significa menos percepção de corrupção no país. O segundo país menos corrupto do planeta é agora a Nova Zelândia com 87 pontos. O país mais corrupto do mundo é a Somália com 10 pontos. O Brasil, o sexto país mais populoso do planeta, encontra-se, agora, na 105ª colocação com 35 pontos, conforme dados de 2018 da Transparência Internacional.

4.1.3 A Suécia é um dos líderes mundiais em inovação

A Suécia, com 450.295 km², é o maior e o mais industrializado dos países nórdicos, além de um dos líderes mundiais em inovação, pois encontra-se agora na terceira colocação, conforme os dados do Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index*), uma medição global que mede o nível de inovação de cada país. O IGI, medido pela Universidade de Cornell, na Suíça, é muito utilizado pelos economistas e jornalistas, desde 2007.

O IGI (Índice Global de Inovação) é alto entre os países nórdicos: Suécia (63,08 pontos), Dinamarca (58,70 pontos), Finlândia (58,49 pontos), Noruega (52,63 pontos) e Islândia (51,24 pontos). Os cinco nórdicos estão no seletivo grupo de 25 países mais inovadores do planeta. A inovação gera vantagem competitiva para atrair novos clientes, novos consumidores e novos investidores. A Suécia tem cerca de 38 clusters industriais.

A Suíça é o país mais inovador do mundo, com 68,40 pontos no ano de 2018, conforme análise de 80 indicadores pela Universidade de Cornell. O Iêmen é o país menos inovador do planeta, com 15,04 pontos. O Brasil, a oitava maior economia do mundo, agora encontra-se na 64ª colocação entre 126 países avaliados pelo IGI, com 33,44 pontos. Com poucos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (*research and development*), o Brasil não promove com qualidade uma das atividades chave para o processo de inovação tecnológica.

4.1.4 A Islândia é o país mais pacífico do mundo

A Islândia, com 102.751 km², é o país mais pacífico do mundo, entre os 163 países considerados, conforme dados de 2018 do Índice Global da Paz (*Global Peace Index*). Desde 2008 até os dias de hoje a nação com o melhor IGP é a Islândia, segundo o Instituto para a Economia e a Paz (*Institute for Economics & Peace*), em Sydney, na Austrália. Na Islândia, a taxa de homicídio é de 0,3 para cada 100 mil habitantes por ano. Portanto, ocorre por ano menos de um homicídio na mundialmente conhecida Terra do Gelo. Na Islândia o salário do trabalhador é muito digno. Os islandeses são educados, honestos e pacíficos nas ruas dos seus 98 municípios e tem um regime abrangente de previdência social.

O IGP (Índice Global da Paz) é muito alto nos países nórdicos: Islândia (1.096 pontos), Dinamarca (1.353 pontos), Suécia (1.502 pontos), Finlândia (1.506 pontos) e Noruega (1.519 pontos). De acordo com o economista Luiz Alberto Machado (2018), “*Esse elevado nível de paz existente entre os países nórdicos torna ainda mais difícil compreender os atentados ocorridos em 2011 na Noruega cometidos por Anders Behring Breivik, relatados brilhantemente por Asne Seierstad no livro Um de nós (Record, 2016), que resultaram na morte de 69 pessoas, jovens na sua maioria, na ilha de Utøya*”.

Para ser considerado o mais pacífico, o país é avaliado por uma séria análise de 23 indicadores de qualidade e de quantidade de cada nação e que mede o estado de paz usando três domínios temáticos: o nível de segurança e proteção da sociedade; a extensão do conflito interno e internacional em andamento; e o grau de militarização. O país menos pacífico do mundo é a Síria com 3.600 pontos. Enquanto isso, o Brasil, uma das vinte maiores economias do planeta, encontra-se no 106º lugar com 2.160 pontos no ano de 2018 do Índice Global da Paz.

4.1.5 A Noruega é o líder mundial em prosperidade

A Noruega é o líder mundial em prosperidade, conforme os dados de 2017 do Índice de Prosperidade (*Prosperity Index*), idealizado pelo *Legatum Institute* (Instituto

Legatum) em 2007. É necessário esclarecer os principais critérios utilizados pelo *Legatum Institute*, localizado em Londres, na Inglaterra, para definir o que é o Índice de Prosperidade, que mede os níveis de riqueza e de bem-estar social.

Desde 2006, o britânico *Legatum Institute* analisa 104 variáveis, divididas em nove subcategorias (qualidade econômica, ambiente de negócios, governança, educação, saúde, segurança e proteção, liberdade pessoal, capital social e meio ambiente natural) de cada país para apontar o seu IP anual. Os países nórdicos estão comprometidos com o meio ambiente e empenhados em reduzir os gases do efeito estufa.

A Noruega (79,85 pontos) lidera o IP entre os países nórdicos, seguida pela Finlândia (78,46 pontos), Suécia (77,59 pontos), Dinamarca (77,06 pontos) e Islândia (76,06 pontos). Os cinco nórdicos com muita habilidade e criatividade para lidar com as dificuldades alcançam altos desempenhos no IP do *Legatum Institute*. Ressalta-se que na Noruega a moeda oficial é a coroa norueguesa. Já a Dinamarca mantém a sua própria moeda, a coroa dinamarquesa. Na Suécia a moeda oficial é a coroa sueca. Na Islândia a moeda oficial é a coroa islandesa. Apenas a Finlândia tem o euro como moeda em vigor entre as nações nórdicas.

Entre os 149 países analisados pelo *Legatum Institute* (Instituto Legatum) no ano de 2017, o Iêmen, localizado na entrada do Mar Vermelho, é considerado o país com menos prosperidade do planeta, com 36,36 pontos. O Brasil, localizado na América do Sul, ficou em 54º lugar no Índice de Prosperidade, com 60,64 pontos.

4.1.6 A Suécia é um dos líderes mundiais em competitividade

A Suécia é um dos dez líderes mundiais em competitividade no ano de 2017, segundo o *Relatório Global de Competitividade 2018 (The Global Competitiveness Report 2018)* do FEM (Fórum Econômico Mundial). O FEM classificou a Suécia como o nono país mais competitivo do planeta.

Entre as cinco nações nórdicas a Suécia lidera com 81,7 pontos no *Global Competitiveness Index* (Índice Global de Competitividade). Em segundo, terceiro e quarto lugares encontramos a Dinamarca (80,6 pontos), a Finlândia (80,3 pontos) e a Noruega (78,2 pontos). No quinto e último lugar está à Islândia com 74,5 pontos.

Segundo o CEO americano Lee Iacocca (2017, p.4), "A competitividade de um país não começa nas indústrias ou nos laboratórios de engenharia. Ela começa na sala de aula". Por isso, os EUA são líder mundial em competitividade, com 85,6 pontos no IGC, segundo o FEM (*WEF - World Forum Economic*). Enquanto, o Chade, na África, é o país menos competitivo do planeta, com apenas 35,5 pontos. O Brasil, um país rico só que mal administrado, ficou em 72º lugar entre 140 países no ano de 2017, com 59,5 pontos.

4.1.7 A Islândia é um dos líderes mundiais em liberdade econômica

Com sua aurora boreal, a Islândia é um dos líderes mundiais em liberdade econômica, de acordo os dados de 2019 do Índice de Liberdade Econômica (*Index of Economic Freedom*), elaborado anualmente pela *Heritage Foundation*, nos EUA.

Os doze fatores de liberdade econômica estão divididos em quatro eixos: 1. Estado de Direito (direitos de propriedade, integridade governamental e eficiência jurídica); 2. Tamanho do Governo (carga tributária, gastos do governo e saúde fiscal); 3. Eficiência Regulatória (liberdade de negócios, liberdade de trabalho e liberdade monetária); e 4. Abertura dos Mercados (liberdade de comércio, liberdade de investimentos e liberdade financeira).

Os países são avaliados em cinco categorias no IEL: 1. Livre (80 a 100 pontos); 2. Majoritariamente Livre (70 a 79,9); 3. Moderadamente Livre (60 a 69,9); 4. Majoritariamente Não Livre (50 a 59,9); 5. Reprimido (0 a 49,9 pontos). Atualmente, são avaliados 180 países, inclusive o Brasil. Quanto mais próximo de 100, maior é a liberdade econômica desse país. Apenas seis países não foram analisados, sem dados informados, Iraque, Líbia, Liechtenstein, Somália, Síria e Iêmen.

Os dados do ILE das economias nórdicas revelam que estão nas 30 economias mais livre do mundo. A liderança nórdica é da Islândia (77,0 pontos), em seguida, Dinamarca (76,6 pontos), Suécia (76,3 pontos), Noruega (74,3 pontos) e Finlândia (74,1 pontos).

Hong Kong é o país com mais liberdade econômica do mundo desde 1995, com 90,2 pontos. Hong Kong, um Tigre Asiático, repleto de arranha-céus, shopping centers, restaurantes e joalherias vendendo ouro, além de bancos comerciais cobrando juros baixos, nos seus primeiros passos a caminho da liberdade econômica refutou o protecionismo, o monopólio, o oligopólio, os elevados impostos, os subsídios, os benefícios especiais, as quotas de importação, as licenças de importação, e, sobretudo, a forte intervenção do Estado na economia de mercado. Pelo porto de Hong Kong chega à maioria da comida importada da população e ninguém passa fome.

A Coreia do Norte é o país mais reprimido do planeta, com apenas 5,8 pontos. Em outras palavras, a Coreia do Norte é o país de economia mais fechada do mundo, não há celular nem internet nos lares, ocorrem cortes diários de fornecimento de energia elétrica, mas tem, infelizmente, pessoas famintas, mais de um milhão de soldados, além de mísseis, armas atômicas e bombas de hidrogênio (dez vezes mais poderosa e letal do que as bombas atômicas lançadas em Hiroshima e em Nagasaki pelos EUA em agosto de 1945).

O Brasil, um país emergente e localizado na América Latina, encontra-se na 153ª posição no ranking mundial, com 51,4 pontos. O Brasil está à frente do Afeganistão com 51,3 pontos, um país asiático que sofre com a guerra desde a invasão da ex-União Soviética, de 27 de dezembro de 1979 até 15 de fevereiro de 1989, depois veio a guerra civil afegã que durou de 1992 até 2001, em seguida os ataques dos EUA em 07 de outubro de 2001 as tropas do Talibã e do Al-Qaeda até os dias atuais.

A oitava economia do mundo é majoritariamente não-livre e um dos grandes obstáculos para a liberdade econômica é o elevado nível de corrupção, oriunda da forte intervenção do Estado na economia de mercado. A corrupção é um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico com inclusão social e sem degradação do meio ambiente. O grande dinamismo da economia brasileira é o mercado interno, além do relevante papel do mercado externo, mas sofre com a corrupção sistêmica e a elevada carga tributária.

4.1.8 A Finlândia é o país mais feliz do planeta

Na Terra do Sol da Meia-Noite encontramos a felicidade, porque a Finlândia é o país mais feliz do planeta, segundo os dados de 2018 da Rede de Soluções da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), liderados pelo grupo de economistas John F. Helliwell, Richard Layard e Jeffrey D. Sachs, que divulga desde 2012 um relatório anual intitulado *Relatório Mundial da Felicidade 2019 (World Happiness Report 2019)*.

Entre 156 nações, seis fatores são levados em conta para mensurar o IF (Índice de Felicidade) de uma nação: PIB *per capita*, expectativa de vida saudável, generosidade, exposição da corrupção, liberdade para fazer escolhas e apoio social. Além de uma pergunta selecionada pela Gallup International: De 0 a 10, qual é o seu grau de satisfação pessoal neste exato momento?

A Finlândia com 303.815 km² lidera com 7.769 pontos o IF entre os frios países nórdicos. Em segundo e terceiro lugares encontram-se a Dinamarca e a Noruega, com 7.600 e 7.554 pontos, respectivamente. A Islândia aparece como o quarto país mais feliz do planeta e dos nórdicos, com 7.494 pontos. Na última e quinta colocação dos nórdicos e no sétimo lugar a nível mundial, a Suécia com 7.343 pontos, segundo dados da SDSN.

Apesar dos invernos rigorosos, as nações nórdicas ocupam os dez primeiros lugares no ranking internacional da felicidade, porque possibilitam que a população tenha o acesso gratuito a boas escolas, bons hospitais, excelentes bibliotecas, esporte, cultura, segurança e lazer. Os nórdicos contemplam à natureza e curtem uma boa leitura, e, sobretudo, confiam na maioria das pessoas que vivem. Entre os nórdicos, ninguém é melhor, superior ou mais inteligente do que o outro.

Já o Sudão do Sul, na África, é o país menos feliz do mundo, com 2.853 pontos. Em 2018, o Brasil, o país com a maior floresta tropical da Terra, ficou na 32^a colocação, com 6.300 pontos, segundo os dados da SDSN.

4.1.9 A Dinamarca é um dos líderes mundiais em performance ambiental

A Dinamarca, a terra dos Vikings, é um dos líderes mundiais em performance ambiental, encontra-se em terceiro lugar, conforme o Índice de Performance Ambiental 2018. É um índice para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um país em oito regiões do mundo desde 2008. No Índice de Performance Ambiental 2018 (*Environmental Performance Index 2018*) são avaliados o desempenho de 24 indicadores em dez categorias de problemas cobrindo a saúde

ambiental (40% e com 6 indicadores) e a vitalidade do ecossistema (60% e com 18 indicadores) de cada nação avaliada pela Universidade de Yale, nos EUA.

A Dinamarca é rica em energia eólica e lidera com 81,60 pontos o IPA nos cinco países nórdicos. Em segundo, terceiro e quarto lugares encontra-se a Suécia, a Finlândia e a Islândia, com 80,51 pontos, 78,64 pontos e 78,57 pontos, respectivamente. Na última e quinta colocação a Noruega com 77,49 pontos. Na Noruega, em 2025, todos os carros vendidos serão elétricos.

No ano de 2018, entre 180 países analisados pela Universidade de Yale, o país com o maior IPA é a Suíça, na Europa, com 87,42 pontos e o país com menor IPA é o Burundi, na África, com 27,43 pontos. O Brasil, um país com doze mil rios em doze bacias hidrográficas, ficou em 69º lugar com 60,70 pontos no ano de 2018.

4.1.10 A Islândia é um dos líderes mundiais em igualdade

A Islândia destaca-se pelos gêiseres e vulcões e por ser um dos países mais igualitários do planeta, é o segundo lugar no ranking mundial na igualdade, mensurado pelo Índice de Gini, um instrumento estatístico utilizado para medir a desigualdade social. O Índice de Gini foi idealizado pelo estatístico italiano Corrado Gini (1884-1965) e varia de 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade perfeita). No Índice de Gini de um país, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade econômica, ou seja, maior é a concentração de renda desse país.

Entre as nações nórdicas a Islândia lidera agora com Índice de Gini de 25,6. A Islândia foi considerada em 2017 um dos menores índices de desigualdade social a nível mundial. A Finlândia e a Noruega estão em segundo e terceiro lugares, com 27,1 e 27,5. Na quarta colocação encontra-se a Dinamarca com Índice de Gini de 28,2. E no quinto e último lugar a Suécia com o Coeficiente de Gini de 29,2.

O Azerbaijão é o país mais igual do planeta, com o Índice de Gini de 16,6. O país mais desigual do mundo é a África do Sul, de acordo com os dados de 2017, divulgados no *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*, do PNUD, com o Coeficiente de Gini de 63,0. O Brasil é a nona nação mais desigual do mundo, com Índice de Gini de 51,3, reflexo de um processo histórico marcado por flagrantes desigualdades, ainda persistente, apesar dos avanços verificados nos últimos 20 anos.

5 Educação e saúde de qualidade nos países nórdicos

5.1 A Educação de Qualidade é Prioridade nos países nórdicos

Os resultados dos indicadores de Educação pelo PISA (*Programme for International Student Assessment*), o maior exame internacional do mundo, revelam que

os cinco países nórdicos, alvo do presente artigo, nas provas de múltipla escolha em três áreas (Ciências, Matemática e Leitura) obtiveram resultados positivos.

O PISA é uma prova internacional aplicada para alunos de 70 (setenta) países. O PISA é avaliado trienalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 2000 até os dias de hoje. O PISA é uma grande avaliação internacional dos alunos de 15 anos e três meses (completos) e 16 anos e dois meses (completos) em Ciências, Leitura e Matemática e em pontos.

Os testes internacionais do PISA revelam o número de pessoas com 15 anos de idade com sérias dificuldades de leitura, ou seja, não sabem ler, além de não fazer corretamente as operações matemáticas básicas. Por isso, os cinco nórdicos investem em educação de qualidade, logo, demandam novo conhecimento, nova criatividade e que possam contribuir para o futuro com crescimento econômico sustentável, afetando a inovação e a competitividade. Para o economista inglês Alfred Marshall (1842-1924), “O mais valioso de todos os capitais é aquele investido em seres humanos”. Os países nórdicos são líderes também no PISA.

Quadro 2. Os resultados no PISA dos países nórdicos em 2015.

País	Ranking	PISA	Ranking	Ciências	Ranking	Leitura	Ranking	Matemática
Noruega	24	496	24	498	9	513	19	502
Dinamarca	21	498	21	502	17	500	12	511
Islândia	39	485	39	473	35	482	32	488
Suécia	28	493	28	493	18	500	28	494
Finlândia	5	529	5	531	4	526	13	511

Fonte: Quadro elaborado pelo autor baseado nos dados oficiais da OCDE.

Verificando os resultados no PISA, observamos que a Finlândia obteve o melhor resultado entre os países nórdicos, com 529 pontos, segundo os dados de 2015 da OCDE. Em segundo, terceiro e quarto lugares, Dinamarca, Noruega e Suécia, com 498, 496 e 493 pontos, respectivamente. Esses três países europeus são conhecidos mundialmente como países escandinavos. E na quinta e última colocação aparece à Islândia com 485 pontos.

Entre os 70 países analisados pela OCDE, o melhor e o pior resultado do PISA no ano de 2015 são de Singapura e da República Dominicana com 556 e 332 em Ciências, de

Singapura e de Kosovo com 535 e 347 em Leitura, e de Singapura e da República Dominicana com 564 e 328 em Matemática.

O Brasil passa vergonha no período trienal no ranking da Educação ficando entre os últimos colocados no PISA, atual 65º lugar com 387 pontos, devido às provas de Ciências (401 pontos e 63º lugar), Leitura (407 e 59º) e Matemática (377 e 66º).

Na Finlândia, 99% dos jovens concluem o ensino médio, o maior índice global. No Brasil, só 59% completam essa fase escolar até os 19 anos. Os jovens finlandeses colaboram para promover uma nação desenvolvida. Na Finlândia os gastos públicos em educação são de 5,7% do PIB, enquanto no Brasil são de 5,9% do PIB.

Recentemente, constatou-se de novo, que é baixa a média de anos de estudos do Brasil, é apenas 7,8 anos, conforme dados de 2017 do PNUD. Já os anos esperados de escolaridade permaneceram nos mesmos 15,4 anos. Enquanto, a média de anos de estudo da Alemanha é de 14,1 anos e da Noruega é de 12,6 anos, enquanto a expectativa de anos de escolaridade da Austrália é de 22,9 anos e da Islândia é de 19,3 anos.

Com a falta de grandes investimentos em educação, o Brasil só investe 5,9% do PIB (PNUD), por isso tem 11,5 milhões de analfabetos (IBGE, PNAD), além da corrupção endêmica dos recursos públicos destinados à educação, que empurram o Brasil para um gigantesco abismo social.

5.2 A Saúde de Qualidade é Prioridade nas Nações Nórdicas

Analisando os resultados nos indicadores de saúde das nações nórdicas constatamos que estão no topo da lista dos países mais desenvolvidos do planeta e são conhecidos mundialmente por garantir o Estado de Bem-Estar Social. Com uma elevada carga tributária, em média 45% do PIB, o Estado garante uma saúde pública de qualidade e gratuita, além dos políticos gastarem os recursos públicos finitos de forma adequada.

Na Suécia, a saúde é um direito social para todos. A Suécia é um dos melhores países para envelhecer no mundo, devido ao seu excelente sistema público de saúde. Os pacientes suecos ou imigrantes não enfrentam enormes filas na rede pública de hospitais em casos de urgência e de emergência. A Suécia tem o quarto melhor sistema de saúde do mundo.

Observando atentamente os indicadores no Quadro 3, constatamos que as cinco nações nórdicas são países tão saudáveis, de excelente nível nos serviços de saúde, com sua baixa taxa de mortalidade infantil e sua elevada esperança de vida ao nascer.

Quadro 3: Os resultados na Saúde das nações nórdicas em 2016 e 2017

País	Ranking	Taxa de Mortalidade Infantil	Ranking	Esperança de Vida ao Nascer
Noruega	5	2,1 mortes por mil nascidos vivos	12	82,3 anos
Dinamarca	6	3,7 mortes por mil nascidos vivos	21	80,9 anos
Islândia	3	1,6 mortes por mil nascidos vivos	7	82,9 anos
Suécia	4	2,4 mortes por mil nascidos vivos	9	82,6 anos
Finlândia	7	1,9 mortes por mil nascidos vivos	16	81,5 anos

Fonte: Quadro elaborado pelo autor baseado nos dados oficiais do PNUD.

A taxa de mortalidade infantil nas nações nórdicas é muito baixa. Na Noruega, Terra de Hans Christian Andersen, por exemplo, é de 2,1 mortes por mil crianças nascidas vivas no ano de 2016, conforme o PNUD. Na Noruega, a licença maternidade é de 12 meses com salário integral e retorno ao trabalho garantido por lei ou optar por receber 80% do salário e permanecer por 15 meses com o bebê recém-nascido em seu lar.

A maior taxa de mortalidade infantil do planeta encontra-se na República Centro-Africana, com 88,5 por mil crianças vivas no ano de 2016. No Brasil, o segundo maior exportador de alimentos da Terra, a taxa de mortalidade infantil apresenta-se em 13,5 por mil crianças nascidas vivas, segundo os dados de 2016 do PNUD.

Infelizmente, no Brasil, os principais agentes econômicos, as famílias e as empresas, gastam muito em 93 tributos (13 impostos, 35 taxas e 45 contribuições de melhoria). Os Governos Federal, Estaduais, Distrito Federal e Municipais não oferecem o retorno social esperado pelas pessoas, sobretudo pelas pessoas de menor renda na saúde pública. Os serviços públicos de saúde são precários.

Entre as cinco nações nórdicas, a Islândia lidera com expectativa de vida ao nascer de 82,9 anos. Em segundo, terceiro e quarto lugares, verificamos a Suécia, a Noruega e a Finlândia, com 82,6 anos, 82,3 anos e 81,5 anos, respectivamente. E em

quinto e último lugar encontra-se a Dinamarca com expectativa de vida de 80,9 anos, no ano de 2017.

De acordo com o PNUD, a maior esperança de vida ao nascer do mundo encontra-se em Hong Kong, na Ásia, com 84,1 anos. E a menor expectativa de vida ao nascer do planeta aparece em Serra Leoa, na África, com 52,2 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 75,7 anos, conforme os dados de 2017 do PNUD.

Por causa das baixas taxas de fecundidade total, a população das nações nórdicas está envelhecendo a cada ano. Para sanar esse problema demográfico, a Finlândia, por exemplo, é uma nação aberta aos imigrantes, sobretudo, de mão de obra qualificada e jovem. Dados de 2015 do PNUD, revelam que a Finlândia, a Dinamarca e a Noruega têm uma taxa de fecundidade total (TFT) de 1,8 filho por mulher. Na Islândia e na Suécia, a TFT é de 1,9 filho por mulher, respectivamente, abaixo de 2,1 filhos por mulher, taxa de reposição populacional, recomendada pela ONU.

6 Considerações finais

É notório, afirmar, verificou-se que os cinco países nórdicos contêm os melhores índices de qualidade de vida no mundo, conforme os resultados obtidos e disponíveis durante a pesquisa bibliográfica. Concordamos com o pensamento sobre as economias nórdicas do economista argentino Bernardo Kliksberg, “Os países nórdicos são as sociedades mais avançadas do planeta”. Na Noruega o Fundo de Pensões do Governo Global já ultrapassou os 8,1 bilhões de coroas norueguesas em outubro de 2018 e beneficiará as atuais e futuras gerações, segundo o *Norges Bank Investment Management*.

As nações nórdicas são consideradas as nações mais socialmente justas da atualidade e são os países com menores diferenças salariais entre as profissões do mundo. No ano de 2017, a taxa de desemprego foi baixa nos cinco países nórdicos: Islândia (2,8%), Noruega (4,2%), Dinamarca (5,7%), Suécia (6,7%) e Finlândia (8,6%).

As cinco nações nórdicas pesquisadas, o Reino da Dinamarca, a República da Finlândia, a República da Islândia, o Reino da Noruega e o Reino da Suécia, são países de renda elevada, que se cooperam no âmbito do Conselho Nórdico desde 1952 e apresentam similaridades em seus principais índices econômicos, sociais e ambientais e são os melhores índices da Terra nos rankings de qualidade de vida, de corrupção, de inovação, de paz, de prosperidade, de competitividade, de liberdade econômica, de felicidade, de performance ambiental e de igualdade. São números de fazer inveja na atualidade há vários países emergentes localizados na América Latina.

Em Copenhague, Helsinque, Reykjavik, Oslo e Estocolmo, capitais dos cinco países, a população nórdica desfruta de excelente qualidade de vida em cidades sustentáveis com uma forte redução das emissões de gases de efeito estufa. Com suas bicicletas os dinamarqueses, finlandeses, islandeses, noruegueses e suecos aproveitam o verão, o inverno, os jardins, os museus, os castelos, as igrejas, as galerias de arte, os

parques, as escolas, as universidades (importantíssimas na produção do conhecimento) e, sobretudo, as bibliotecas (milhões de livros são emprestados anualmente).

Conclui-se, que o que observamos é a predominância de uma vida tranquila, feliz e sem pobreza nos países nórdicos, repletos de praias, lagos, ilhas, montanhas e fiordes.

Referências

CORNELL, University of. **Global Innovation Index 2018: Energizing the World with Innovation**. Disponível em: <https://www.globalinnovationindex.org/userfiles/file/reportpdf/GII%202018%20Full%20print.WEB.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

FMI. **List of countries by GDP (nominal)**. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_GDP_\(nominal\)](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_GDP_(nominal)). Acesso: 10 de outubro de 2018.

HERITAGE, Foundation **Índice de Liberdade Econômica 2019**. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/economia/ranking-de-liberdade-economica-2019/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

IACOCCA, Lee. **Citado em Frases e Pensamentos**. Ed. 13 – Sucesso. Edicase Negócios Editoriais Ltda., 2017.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Peace Index 2018**. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Global-Peace-Index-2018-2.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

INTERNACIONAL, Transparência. **Índice de Percepção da Corrupção 2018**. Disponível em: https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/?gclid=Cj0KCQjwu-HoBRD5ARIsAPIPenfaeu65oI5DiNSUsl6E_X0xs4XRw6OCSjmZCcUunVshc6kn2Nnw5XUaAsy8EALw_wcB. Acesso em: 30 de junho de 2019.

KLIKSBERG, Bernardo. **Las economías nórdicas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qkk8pMz6htA>. Acesso em: 25 de outubro de 2018.

LAGATUM, Institute. **The Lagatum Prosperity Index 2017**. Disponível em: http://prosperitysite.s3-accelerate.amazonaws.com/3515/1187/1128/Legatum_Prosperty_Index_2017.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

LAGATUM, Institute. **Show rank or score of the Lagatum Prosperity Index 2017**. Disponível em: <https://www.prosperity.com/rankings>. Acesso em: 08 de outubro de 2018.

MACHADO, Luiz Alberto; GALVÃO JÚNIOR. **Números de causar inveja**: Os principais índices dos países nórdicos. Disponível em:
<http://www.souzaaranhamachado.com.br/2018/03/numeros-de-causar-inveja/>.
Acesso em: 08 de outubro de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NORGES BANK INVESTMENT MANAGEMENT. **Fundo de Pensões do Governo Global**. Disponível em: <https://www.nbim.no/>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

OCDE. **PISA 2015**. Disponível em: https://www.keepeek.com//Digital-Asset-Management/oecd/education/pisa-2015-results-volume-i_9789264266490-en#page360. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

PNUD. **Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update**.

Disponível em:

http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

SDSN. **World Happiness Report 2019**. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/happiness-report/2019/WHR19.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

WEF. **The Global Competitiveness Report 2018**. Disponível

em: <http://www3.weforum.org/docs/GCR2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2018.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

YALE, University. **2018 Environmental Performance Index**. Disponível em:

<https://epi.envirocenter.yale.edu/downloads/epi2018policymakerssummaryv01.pdf>.
Acesso em: 01 de outubro de 2018.

Capítulo XIX

Por que o Brasil é tão rico e ao mesmo tempo tão desigual?

Paulo Galvão Júnior

*(...) sempre oferecer uma visão plural
das explicações de como o Brasil chegou a ser o que é hoje.*

Luiz Alberto Machado

1 Considerações iniciais

Para muitos economistas, na economia mundial, existem poucos países como o Brasil, um país continental, populoso, emergente e desigual. Atualmente, o Brasil é um dos dez países de maior economia do mundo, mas é também um dos dez países com maior desigualdade de renda.

Num pequeno livro publicado em 2001 e uma reedição revista e ampliada em 2010, intitulado *O Brasil e o dilema da globalização*, o embaixador Rubens Ricupero alertava para duas pré-condições essenciais para um projeto estratégico para o Brasil, indispensável para uma inserção positiva numa economia em franca consolidação do processo de globalização: (i) o combate à pobreza e à desigualdade; e (ii) a prioridade à educação e ao conhecimento.

Nos próximos quatro anos, o Brasil enfrentará dez grandes problemas econômicos: 1) o desequilíbrio nas contas públicas; 2) o elevado desemprego; 3) a elevada desigualdade econômica; 4) a elevada carga tributária; 5) as altas taxas de juros no cheque especial, no cartão de crédito e no empréstimo pessoal; 6) a baixa confiança dos consumidores, dos empresários e dos investidores; 7) os baixos investimentos em infraestrutura; 8) a baixa produtividade; 9) a baixa competitividade; e 10) a pouca liberdade econômica.

O FMI classificou o Brasil como a nona economia do mundo, com o PIB nominal de US\$ 2,1 trilhões no ano de 2017. De acordo com a mesma fonte, os EUA têm a maior economia do planeta, com o PIB nominal de US\$ 20,4 trilhões.

Recentemente, o PNUD, no *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*, apontou o Brasil como a nona nação mais desigual do planeta. O Índice de Gini do Brasil nos anos 2010-2017 foi de 51,3.

No ano de 2017, o PNUD apontou também que o Brasil estagnou no ranking mundial do IDH, mantendo-se na 79ª colocação entre 189 países, com o IDH de 0,759. Com esse índice, o Brasil é um país de alto desenvolvimento humano.

Este artigo tem como principal objetivo tentar responder uma questão muito atual: **Por que o Brasil é tão rico e ao mesmo tempo tão desigual?** Ele apresenta de maneira clara também objetivos específicos como: (i) apresentar e analisar os principais indicadores econômicos e sociais do Brasil e de vários países na atualidade; e (ii) estimular a leitura e a reflexão sobre as questões supramencionadas, recomendando alguns textos relevantes para a sua compreensão num país democrático e na trajetória atual de desindustrialização.

2 A lenta recuperação da economia brasileira

Com crescimento do PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, de apenas 1,1% em 2017 e de algo próximo a isso em 2018, segundo dados do Relatório Focus do Banco Central, as estimativas para o PIB brasileiro em 2018 caíram de 3,0% para 1,38%, a recuperação da economia brasileira segue em ritmo lento.

As famílias e as empresas brasileiras sofreram muito com a grave crise econômica do biênio 2015-2016, quando o País registrou quedas consecutivas do PIB, de 3,5% em 2015 e de 3,3% em 2016, segundo o IBGE. Após dois longos e árduos anos de recessão, e um ano de recuperação lenta, precisamos urgentemente de uma recuperação robusta da maior economia da América Latina. A nova projeção do FMI é a taxa de crescimento do PIB brasileiro de 1,4% em 2018 e 2,4% em 2019.

As taxas de crescimento econômico de 0,4% no primeiro trimestre e de 0,2% no segundo trimestre de 2018 são insuficientes para reduzir o elevado nível de desemprego do País, já na casa de 11,9% da PEA no trimestre de julho-agosto-setembro de 2018.

O trabalhador desocupado se mostra sem esperança de um futuro melhor no maior país da América Latina, desmotivado de encontrar uma vaga ou seu primeiro emprego com carteira de trabalho assinada. Muitos desalentados estão desde o segundo semestre de 2014 desempregado e com desânimo de encontrar um emprego formal nos três setores da economia brasileira, nem busca mais qualificação profissional.

Infelizmente, segundo o IPEA, a região Nordeste concentra 60% do total dos desalentados no Brasil, ou seja, seis em cada dez desalentados do País estão morando nos nove estados nordestinos. São milhões de nordestinos que desistiram de procurar uma vaga de emprego, porque perderam a esperança de dias melhores em suas vidas.

3 Da prosperidade à recessão econômica

No final do segundo mandato do presidente Lula ao impeachment da presidenta Dilma em seu segundo mandato, o Brasil passou por um ano de prosperidade econômica (7,5% em 2010) para dois anos de recessão econômica (-3,5% em 2015 e -3,3% em 2016). O Brasil conviveu com a desaceleração da atividade econômica nos anos de 2011 (4,0%), de 2012 (1,9%) e de 2014 (0,5%).

Infelizmente, desde 12 de maio de 2016, o presidente Michel Temer (MDB) – o presidente da República mais impopular do Brasil nos últimos 130 anos – não resolveu uma dívida pública federal que já ultrapassou R\$ 3,5 trilhões (2017) e um déficit

primário que já passou dos R\$ 124 bilhões (2017). O incompetente governo Temer não faz nada certo, exemplos recentes, foi sua incompetência durante os 11 dias que abalaram o Brasil, a greve dos caminhoneiros, que freou uma recuperação econômica robusta no ano de 2018. Para o empresário Joesley Batista⁴⁰, “Michel Temer é o líder da maior e mais perigosa organização criminosa do Brasil”.

No ano de 2013, o Brasil alcançou uma recuperação econômica de 3,0%. O economista Marcos Mendes, no excelente **Por que o Brasil cresce pouco?** (2014), enfatiza uma combinação de três fatores que servem como pano de fundo para diversos acontecimentos recentes da nossa economia. São eles: (i) democratização do país em um contexto social e econômico caracterizado por alta desigualdade; (ii) péssimas condições sociais para os mais pobres no momento da transição para a democracia; e (iii) enraizados privilégios para as classes sociais mais altas.

Para Marcos Mendes, a redemocratização do Brasil em 1985 – e a consequente percepção por parte dos políticos, de que a maior parte dos votos estava nas mãos dos eleitores pobres (classes econômicas D e) – gerou uma preocupação de atender os interesses imediatos desse grupo que tinha fortes demandas por políticas públicas que aliviassem a pobreza e as más condições sociais acumuladas ao longo do período da Ditadura Militar (1964-1985).

Ressaltamos, de acordo com o IBGE, no Brasil, existem cinco classes econômicas conforme as faixas de renda: Classe E (de zero até 2 salários mínimos); Classe D (entre 2 e 4 salários mínimos), Classe C (entre 4 e 10 salários mínimos); Classe B (entre 10 e 20 salários mínimos) e Classe A (acima de 20 salários mínimos).

Em função disso, assevera Mendes (2014):

Isso desencadeou a criação e expansão de muitos programas voltados para os mais pobres: redução da pobreza, assistência social, saúde pública, educação pública etc. O gasto público cresceu em decorrência dessas políticas. Ao mesmo tempo, os mais ricos conseguiram manter os seus privilégios, seja por meio de conexões políticas, seja pelo uso do poder econômico para influenciar as políticas públicas. Assim, com a redemocratização, o que se observou não foi uma substituição dos gastos a favor dos ricos por gastos a favor dos pobres. As políticas visando os últimos se somaram às antigas e resistentes políticas em favor dos primeiros. Daí o impulso ao gasto público.

Em livro recém-lançado, intitulado *Apelo à razão* (2018), os economistas Fabio Giambiagi e Rodrigo Zeidan dão uma explicação criativa que de certa forma complementa a visão de Marcos Mendes, chamando atenção para a gravidade do quadro atual:

Na base da ideia de que “sempre cabe mais um”, fomos enchendo o “ônibus” do Estado brasileiro com novos ocupantes, que com o passar do tempo tornaram o “veículo” demasiadamente pesado para o tipo de sociedade moderna. É um

⁴⁰Entrevista na Revista ÉPOCA em 16 de junho de 2017.

Estado incapaz de dar conta dos desafios dos novos tempos, que devem privilegiar mais temas como educação, inovação, pesquisa e ciência e tecnologia, e despesas que aliviem a situação dos mais pobres, com espaço reduzido na atual configuração das despesas.

O administrador Luiz Philippe de Orleans e Bragança, eleito por São Paulo para a Câmara Federal, em *Por que o Brasil é um país atrasado?* (2017) afirma que a Constituição Federal de 1988, elaborada ainda sob os efeitos dos fatores apontados por Marcos Mendes, acabou por exacerbar o problema, por meio de um texto extremamente pormenorizado, que criou uma série interminável de deveres do Estado, sem, entretanto, definir claramente a origem dos recursos públicos necessários ao atendimento das inúmeras demandas. Esse descompasso entre receitas e despesas também contribuiu decisivamente para o aumento do déficit público.

Com tudo isso, ainda que a economia brasileira se recupere lentamente, ela deve em boa parte essa recuperação ao setor primário, sobretudo, à agropecuária. O Brasil é uma potência agrícola, é o segundo maior exportador de alimentos do planeta. O Brasil produz e exporta açúcar, suco de laranja, soja, carne bovina, carne de frango e carne suína. O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo há 150 anos. O Brasil produz e exporta também minério de ferro, nióbio, petróleo, calçados, biquínis, automóveis, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos, entre outros produtos primários e industrializados para o resto do mundo.

Após a maior e mais prolongada recessão econômica da sua história republicana, em seguida a recuperação econômica mais lenta da história econômica, a recuperação robusta da economia brasileira virá do consumo das famílias e, sobretudo, dos investimentos tanto do setor público como do setor privado. Daí a necessidade urgente de uma simplificação do sistema tributário.

4 Absurda concentração de terra

Infelizmente, o Brasil ainda possui os maiores latifúndios e a maior concentração de terra do mundo, logo, a desigualdade, a miséria e a pobreza têm origem também na péssima distribuição de terras observada nas cinco regiões do País.

No Brasil, o quinto maior país do planeta, a reforma agrária de cunho capitalista está atrasada há pelo menos quatro séculos. É absurda a concentração de terra no Brasil: (i) apenas dois por cento da população brasileira detêm 50% das terras do País (IBGE); (ii) 45% de toda terra brasileira está concentrada em 1% das propriedades rurais (Oxfam Brasil).

A estrutura fundiária é altamente concentrada desde o século XVI e até os dias atuais temos grandes produtores de cana-de-açúcar, café, laranja, cacau e soja para atender a demanda interna e o mercado externo.

Evidentemente, essa péssima distribuição de terras é uma das principais razões da excessiva concentração de renda e da riqueza, algo inadmissível num país com a quinta maior extensão territorial do mundo.

O grande desafio da reforma agrária capitalista é encontrar um equilíbrio entre o agronegócio de elevado nível de produtividade e a agricultura familiar que permanece sendo a fonte de sustento de parcela significativa da população rural brasileira. Realizar a reforma agrária em terras improdutivas é uma decisão sábia sobre o futuro do nosso país, capitalista e democrático, para retomar o crescimento econômico com inclusão social e sem degradação ambiental.

5 Absurda concentração de renda

No Brasil, mais da metade da renda nacional, exatamente 55%, está concentrada nas mãos dos 10% mais ricos. De 1960, quando o IBGE começou oficialmente a mensurar o Índice de Gini no Brasil, até os dias atuais, o Brasil é um dos países com mais absurda concentração de renda.

Os elevados níveis de concentração de terra e de renda têm impacto direto na fome, que permanece assolando parcela significativa da população brasileira, o que se constitui numa contradição inaceitável para um país que se encontra entre os maiores produtores e exportadores de alimentos do planeta.

Quando se observam os indicadores da fome – no Brasil e no mundo – constata-se que uma de suas principais causas reside no elevado nível de desperdício. Também nesse aspecto, a situação é preocupante, uma vez que o Brasil está entre os dez países que mais desperdiçam alimentos, em residências, restaurantes, bares, lanchonetes e feiras.

É verdade, nós somos um dos países mais prósperos do planeta. Atualmente 193 países são membros da ONU, localizado em cinco continentes (África, América, Ásia, Europa e Oceania). Todavia, muitos brasileiros estão extremamente desnutridos. São milhões de pessoas, sobretudo, crianças que estão a rigor passando fome, principalmente, na região Nordeste. São sete anos consecutivos de seca no Nordeste do País. A seca extrema traz fome e obriga a população mais pobre dividir água com animais ao redor de cajueiros e de mandacarus.

Infelizmente, o Brasil não usa muito a tecnologia israelense como uma solução definitiva para a seca do Nordeste. No Estado de Israel são produzidos e exportados os melhores hidrômetros do mundo, os melhores medidores de água *Woltmann* de irrigação do planeta. Em Israel chove apenas 500 mm por ano, muito semelhante ao clima semiárido nordestino. Uma forte parceria com Israel, o Brasil poderá utilizar uma irrigação subterrânea com as mangueiras de gotejamento e os hidrômetros israelenses para usar economicamente a escassa água na região e para aumentar significativamente a produção agrícola nos estados nordestinos como a Paraíba.

A israelense Arad é líder mundial na fabricação de hidrômetros (*water meters*), hidrômetros residenciais, empresarias e de irrigação. Todavia, com esta provável parceria comercial e tecnológica com o Estado de Israel aliada a uma reforma agrária capitalista em terras improdutivas no quinto maior país do mundo, nos próximos quatro anos, aumentará a produção agrícola. Segundo as projeções da CONAB, o Brasil poderá colher um novo recorde de produção agrícola, na safra 2018/19, com 238,5 milhões de

toneladas de grãos. Ressaltamos também que o Estado de Israel poderá construir uma usina de dessalinização no Nordeste para combater a seca. Que esta inédita usina seja instalada na Paraíba.

No Brasil, segundo o *Censo Agropecuário 2017* do IBGE, temos 5.072.152 estabelecimentos agropecuários com uma área total de 350.253.329 hectares, número equivalente à soma das propriedades rurais dos EUA, Canadá, Austrália e Argentina juntos. Segundo os dados de 2016 da FAO, o Brasil é um dos líderes mundiais na produção de produtos agrícolas: arroz (9º lugar), feijão (3º lugar), milho (3º lugar), soja (2º lugar), café (1º lugar), cana-de-açúcar (1º lugar), abacaxi (2º lugar), banana (4º lugar), coco-da-baía (4º lugar), laranja (1º lugar), mamão (2º lugar), manga (7º lugar), melancia (4º lugar), tangerina (6º lugar) e mandioca (3º lugar).

A safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas foi de 238,7 milhões de toneladas de grãos, a safra 2016/2017 foi recorde. O agronegócio brasileiro vem se modernizando, cada vez mais produtivo e competitivo, contribuindo com o grande sonho do presidente Getúlio Vargas e do povo brasileiro – O Brasil será o Celeiro do Mundo.

6 Principais indicadores sociais

Hoje, estamos muito preocupados com os alarmantes números e as expectativas que se apresentam os principais indicadores sociais do Brasil. A esperança de vida ao nascer do Brasil é de 75,7 anos, enquanto a de Hong Kong é de 84,1 anos, segundo dados de 2017 do PNUD. A taxa de mortalidade infantil no Brasil é de 13,5 mortos por 1.000 crianças nascidas vivas, conforme dados de 2016 do PNUD, enquanto a da Noruega é de 2,1 óbitos por 1.000 bebês nascidos vivos. Segundo José Aníbal (2017),

A experiência internacional mostra que é preciso fazer um investimento massivo e consistente na educação de uma criança logo em seus cinco, seis primeiros anos de vida. Negligenciar esse período de formação educacional é condená-la a ter menos oportunidades de crescimento profissional e, conseqüentemente, de renda e qualidade de vida.

É baixa a média de anos de estudos do Brasil, é apenas 7,8 anos, conforme dados de 2017 do PNUD. Já os anos esperados de escolaridade permaneceram nos mesmos 15,4 anos. A despesa do Governo em educação é de 5,9% do PIB (PNUD, 2012-2017).

Economistas e outros especialistas em políticas públicas voltadas à educação não chegam a um consenso a respeito da questão do volume de recursos a ela destinados. Para alguns, o volume de recursos destinados à educação é baixo e se constitui na principal razão da péssima qualidade do ensino fornecido no Brasil, que faz com que nossos estudantes obtenham posições pífias nas comparações com estudantes de outros países na prova trienal do PISA. Para outros, porém, o problema não reside no volume ou quantidade de recursos públicos, mas sim à sua má gestão e à existência de inúmeros ralos pelos quais vazam proporções consideráveis desses recursos públicos escassos.

Independentemente de qual dos dois grupos está com a razão, o fato é que enquanto não conseguirmos solucionar esse problema, a educação permanecerá como um dos maiores gargalos às nossas expectativas de crescimento econômico e de desenvolvimento social sem poluir o meio ambiente.

Reivindicamos que o professor seja o profissional mais valorizado, mais respeitado da nação brasileira, por ser ele um agente social de transformação socioeconômica nas cinco regiões do País. A principal riqueza de uma nação é a sua população alfabetizada. Infelizmente, o Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, conforme os dados de 2016 do IBGE. Assim, torna-se muito difícil atingir o seleto grupo dos países desenvolvidos como o Canadá e a França nos próximos quatro anos.

Infelizmente, no País, cresceu o número de jovens entre 15 e 29 anos de idade que não estudam nem trabalham, agora são exatamente 11,1 milhões de jovens conhecidos como “nem-nem”, segundo os dados de 2017 da PNAD Contínua. Existe também outra geração de jovens denominados de “nem-nem-nem”, ou seja, nem estuda, nem trabalha e nem procura um emprego numa fazenda, numa fábrica ou numa pousada, agravando a desigualdade econômica no Brasil.

7 A desigualdade que nos envergonha e nos maltrata

Até quando conviveremos com a dura realidade representada por muitos domicílios em situação de insegurança alimentar grave num dos países líderes na produção e na exportação mundial de alimentos? De acordo com o economista pernambucano Cristovam Buarque (1993),

A realidade é que o Brasil moderno convive com um Brasil primitivo, no que talvez seja a mais segregada de todas as sociedades atuais, incluindo entre estas a própria África do Sul. No Brasil de hoje, e de forma crescente, criam-se escolas para ricos e os pobres ficam sem escolas. (...) O mais grave, porém, é que nada indica que o Brasil ingressou em um processo de superação desta desigualdade.

De acordo com o PNUD (2018), o Brasil com Índice de Gini de 51,3 é uma das nações que possui uma das nove maiores desigualdades na distribuição de renda do mundo, atrás apenas de África do Sul (63,0), Namíbia (61,0), Botsuana (60,5), Zâmbia (57,1), República Centro-Africana (56,2), Lesoto (54,2), Moçambique (54,0) e Reino de Eswatini (51,5).

A extrema desigualdade social no Brasil é visível quando constatamos que, segundo a FAO (2018), 5,2 milhões de pessoas passam fome por serem pessoas que não possuem renda suficiente para comprar alimentos. É visível – e inaceitável – o contraste entre as imensas riquezas do Brasil, de um lado, e de parcela considerável da população subnutrida, de outro.

O economista paraibano Celso Furtado (1920-2004), cujo centenário de nascimento ocorrerá em 2020, foi um lutador incansável contra a brutal desigualdade social no Brasil. Em Paris, numa entrevista à TV Cultura, Celso Furtado refletiu: “ Por que

o Brasil é um país atrasado, se tem tantas riquezas? Por que o Brasil que tem os recursos potenciais que possui, não dá de comer a sua população adequadamente? Por que o Brasil é tão atrasado dentro da própria América Latina?”.

Celso Furtado estava correto ao afirmar no discurso oficial na cerimônia de recriação da SUDENE, em Recife que:

Ao contrário de muitos países de nível de desenvolvimento semelhante, no Brasil a renda não se concentra para aumentar a taxa de poupança, e sim para aumentar o consumo dos mais ricos. A miséria de boa parte do povo brasileiro é contrapartida do hiperconsumo de uma pequena minoria privilegiada.

Recentemente, a Tendências Consultoria apontou que o percentual de famílias brasileiras que vivem em pobreza extrema, ou seja, renda *per capita* mensal até R\$ 85, aumentou em 25 estados brasileiros entre 2014 e 2017, e apenas dois estados a miséria caiu, Tocantins (-1,1%) e Paraíba (-0,6%). A Tendências Consultoria revelou também que em oito estados nordestinos subiram o percentual de famílias em condições de extrema pobreza nos últimos quatro anos, Bahia (+5,0%), Sergipe (+4,8%), Piauí (+4,1%), Maranhão (+3,6%), Pernambuco (+2,4%), Ceará (+2,1%), Rio Grande do Norte (+1,9%) e Alagoas (+1,0%).

As elevadas taxas de poupança doméstica da China sustentam um investimento vigoroso e se constituem num dos principais ingredientes da fórmula chinesa de crescimento econômico prolongado. Desde 1979, com abertura da economia, quatro décadas com elevadas taxas de crescimento do PIB, a China é, atualmente, a segunda economia do mundo, com o PIB de US\$ 14 trilhões, apesar de possuir um IDH de 0,752, o que revela haver ainda muito a se fazer para reduzir as desigualdades nas cidades chinesas do interior com extrema pobreza.

8 Novos rumos para o Brasil

Ressaltamos que as reservas internacionais no Brasil encontram-se em US\$ 382 bilhões (BCB), o que nos dá certa tranquilidade em comparação a outras economias emergentes, como a da Argentina, por exemplo, cuja vulnerabilidade é significativamente maior e recentemente conseguiu um empréstimo de US\$ 56,3 bilhões do FMI. O Brasil participará da próxima Cúpula do G-20 em Buenos Aires, na Argentina.

A inflação é um aumento contínuo e generalizado dos preços em uma economia. No Brasil, a taxa oficial de inflação é o IPCA do IBGE, utilizado anualmente para determinar as metas de inflação. O IPCA em 2017 foi de 2,95%, a menor taxa de inflação desde a implantação do regime de metas de inflação no ano de 1999.

A taxa SELIC é utilizada como instrumento de política monetária de combate à inflação no Brasil. A taxa SELIC está fixada em 6,5% ao ano, segundo o BACEN, em 31 de outubro de 2018.

O Brasil é marcado por alto nível de corrupção. A Operação Lava Jato desde 17 de março de 2014 já condenou 215 pessoas entre físicas e jurídicas pelo desvio total

estimado aos cofres públicos de R\$ 42,8 bilhões até os dias atuais, sendo R\$ 12,3 bilhões já foram recuperados. Na lama da corrupção endêmica dos últimos 13 anos destacam-se negativamente os R\$ 51 milhões nas nove malas e sete caixas de papelão do ex-ministro e ex-vice-presidente da CEF, Geddel Vieira Lima. É preciso sérias medidas para dar um fim à corrupção no Brasil, sobretudo, em Brasília.

Os governos Lula e Dilma pelo BNDES enviaram US\$ 2,3 bilhões para o Porto de Mariel, em Cuba, enquanto no Porto de Cabedelo, na Paraíba, muito pouco foi investido nos últimos 13 anos em parceria com o governo estadual. Infelizmente, o Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo, inaugurado em 15 de setembro de 2010, com investimentos em R\$ 15 milhões pelo antigo Ministério da Pesca e Aquicultura, até os dias atuais encontra-se completamente abandonado e totalmente deteriorado, logo, sem gerar emprego e renda.

9 Brasil é um país de renda média alta

A renda *per capita* é um indicador econômico obtido pela divisão do PIB pelo número de habitantes. A renda *per capita* do Brasil é de US\$ 10.309, enquanto do Qatar, país sede da Copa do Mundo 2022, é de US\$ 94.743, de acordo com os dados de 2017 do Banco Mundial. O Brasil é um país de renda média alta, logo, um país emergente. Ressaltamos que em termos renda *per capita* o Brasil encontra-se em 62ª colocação, enquanto a Noruega tem uma renda capita de US\$ 70.666 e alcançou a 8ª posição no ranking da economia mundial, segundo dados de 2017 do Banco Mundial.

De acordo com o cálculo do Banco Mundial, o Brasil chega perto do limite da categoria dos países de renda alta, faltando apenas US\$ 2.307, mas ainda está na faixa da renda média alta, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Faixas da renda segundo classificação – 2017

Classificação	Renda nacional <i>per capita</i>	País selecionado
Renda alta	Mais que US\$ 12.616	Qatar (US\$ 94.743)
Renda média alta	US\$ 4.086 a US\$ 12.615	Brasil (US\$ 10.309)
Renda média baixa	US\$ 1.036 a US\$ 4.085	Bolívia (US\$ 3.030)
Renda baixa	Menor que US\$ 1.035	Níger (US\$ 484)

Fonte: Banco Mundial.

Os elevados tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) não foram repassados na íntegra para os serviços públicos de saúde, educação, segurança e

transporte. Precisamos, urgentemente, com essa enorme mudança política, reduzir a carga tributária para diminuir significativamente a nossa elevada desigualdade econômica.

Essa desigualdade, diga-se de passagem, merece atenção especial, pois pode ser observada não apenas no plano nacional, mas também nos planos regional e municipal. No plano nacional, é evidente a desigualdade entre as regiões mais ricas (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e as mais pobres (Norte e Nordeste). Porém, há outras formas de desigualdade igualmente aflitivas.

Se pegarmos o estado mais rico da federação, São Paulo, observaremos uma diferença acentuada de desenvolvimento na confrontação entre as regiões da Grande São Paulo e do eixo Campinas-Ribeirão Preto (que já foi chamado de Califórnia brasileira) com a do Vale do Ribeira. Também no plano municipal, é possível constatar acentuado contraste entre diferentes bairros da capital paulista, o que foi objeto de excelente artigo do economista argentino, há anos radicado no Brasil, Roberto Luiz Troster intitulado *Dois jardins*. E se quisermos focalizar num plano ainda mais localizado, podemos olhar para o bairro do Morumbi, onde no espigão da Av. Giovanni Gronchi, há um flagrante contraste: separados por poucos metros, veem-se suntuosos edifícios ao longo da referida avenida e as construções precárias de Paraisópolis, uma das maiores favelas da capital paulista.

Nunca é demais repetir: Quanto mais desigualdade, menos consumidores, menor produção agrícola e industrial, menos consumidores nos restaurantes e bares, menos empresas, menos empregos nos três setores da economia brasileira. O Brasil tem 92,6 milhões de trabalhadores ocupados e 27,3 milhões de trabalhadores subutilizados (IBGE).

É importante enfatizar: Infelizmente, continua ocorrendo no Brasil um fenômeno social, também observado em outros 20 países e que foi muito bem descrito pelo economista francês Thomas Piketty, no consagrado *O capital no século XXI*: os ricos estão cada vez mais ricos, enquanto os pobres estão cada vez mais pobres. A desigualdade de renda aumentou no mundo (Piketty) e no Brasil (PNUD).

10 Projeção para o ano de 2019

Em julho de 2019, no Brasil, já visualizaremos a fase cíclica da economia brasileira, o maior mercado emergente da América Latina. Qual é a sua projeção para a economia brasileira no ano de 2019: (i) recuperação lenta; (ii) recuperação robusta; (iii) recessão; (iv) depressão; ou (v) prosperidade?

Estamos passando por uma transição de recessão para recuperação, e a caminho muito lento para a prosperidade econômica. Crescimento econômico alto está relacionado à mão de obra qualificada, e esta é o resultado de grandes investimentos em educação. Com mais educação de qualidade aumenta a produtividade do trabalhador.

O Brasil continuará sua recuperação econômica lenta em 2019 e crescerá apenas 2%, devido ao aumento do consumo das famílias e o crescimento dos investimentos das empresas privadas. É fundamental o aumento da confiança dos consumidores, dos

empresários e dos investidores. A taxa atual de investimento é de 15,5% do PIB brasileiro.

Constata-se uma crise acentuada de confiança, tanto por parte das famílias como por parte das empresas. Em decorrência disso, e do alto e complexo sistema tributário, os níveis de consumo e de investimento estão abaixo do seu potencial, com reflexo direto na geração de emprego e renda.

A recuperação econômica muito lenta no Brasil poderá sofrer alguns fatores internos e externos, tais como: (i) nova greve dos caminhoneiros; (ii) queda prolongada do preço internacional das commodities; (iii) agravamento da guerra comercial entre os EUA e a China; (iv) nova crise energética brasileira; (v) nova crise financeira internacional; (vi) a saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT); (vii) o agravamento da crise econômica na Venezuela; (viii) o aumento da inadimplência dos consumidores e das empresas; (ix) uma guerra entre Israel e Palestina; ou (x) greve geral da classe trabalhadora contra os impactos negativos do governo Bolsonaro.

11 Considerações finais

Infelizmente, o Brasil é muito mal administrado e tem uma crise fiscal latente. O Brasil tem um enorme déficit na previdência social, com 980 mil aposentados e pensionistas com déficit no RPPS de R\$ 100 bilhões no setor público e com 29 milhões de aposentados e pensionista com déficit no RGPS de R\$ 150 bilhões no setor privado.

Felizmente, o Brasil é um dos seis países continentais, com uma área total de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. O Brasil é um país extremamente rico, com riquezas naturais incalculáveis, com o PIB em valores correntes de R\$ 6,6 trilhões (IBGE, 2017), mas continua muito desigual, com 52 milhões de pobres (IBGE) e 12 milhões de miseráveis (Tendências Consultoria). Em 2030, o Brasil terá 225,5 milhões de habitantes, conforme projeções do PNUD.

De acordo com *A riqueza das nações*, obra-prima do filósofo e economista escocês Adam Smith (1723-1790), considerado o pai da economia moderna, publicada em 1776, “Nenhuma sociedade pode florescer e ser feliz se a maioria dos seus membros é pobre e miserável”. Para Adam Smith a economia livre de mercado era o melhor caminho para a prosperidade econômica de todas as nações. O preço de um bem é resultado direto da lei da oferta e da demanda na livre concorrência e no livre mercado.

Adam Smith era contra os elevados impostos em pleno século XVIII. Precisamos, urgente, reduzir a elevada carga tributária brasileira, eliminar vários dos 13 impostos, várias das 35 taxas e das 45 contribuições de melhoria no ano de 2018. Em pleno século XXI, é um absurdo o número de tributos existentes, tão desnecessários a um país emergente, que na conta de energia elétrica o consumidor paga 47,7% de tributos. Podemos ter apenas um único imposto sobre o consumo, o IVA.

O Brasil é a maior economia da América do Sul, porém tem uma dívida bruta do governo que já alcançou 76,7% do PIB brasileiro, ou seja, R\$ 5,2 trilhões no ano de 2018. Infelizmente, o Brasil encontra-se na 79ª posição no IDH mundial, com 0,759, à frente do Azerbaijão, 80º lugar, com IDH de 0,757, antigo país socialista e membro da extinta

União Soviética e a atrás da Venezuela, que ocupa a 78ª colocação com IDH de 0,761. A mesma Venezuela que massacra seu povo faminto com a implantação de uma república bolivariana de extrema esquerda e liderada pelo Partido Socialista Unido da Venezuela, há 18 anos no poder. A Venezuela tem a maior taxa de inflação do planeta, atingiu 2.400% em 2017 e a previsão do FMI que a hiperinflação venezuelana chegará a 1.370.000% no ano de 2018 e a 10.000.000% até o final do ano de 2019. A fome, a hiperinflação, a depressão econômica e o socialismo autoritário provocaram a fuga de três milhões de venezuelanos para os países vizinhos, Brasil, Colômbia e Guiana, além de outros países.

Podemos combinar o crescimento econômico com alto nível de igualdade após elevados investimentos em educação e saúde de qualidade. Podemos produzir mais e exportar mais commodities para a Europa, os EUA, o Canadá, a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Arábia Saudita, a Índia e a África do Sul.

Reduzir a secular desigualdade num país de dimensões continentais, deve ser, portanto, um sonho e um objetivo a serem perseguidos não só pelo presidente, governadores, prefeitos ou demais autoridades públicas, mas por todos aqueles que desejam ver o Brasil transformado num país desenvolvido, com um futuro promissor, incentivando a Indústria 4.0, fazendo parte do seletor grupo classificado no IDH como de desenvolvimento muito alto (IDH de 0,800 ou superior), liderado pela Noruega, pelo 18º ano consecutivo, com IDH de 0,953.

Por fim, recomenda-se a leitura do *best-seller* intitulado *Freakonomics*. De acordo com os economistas americanos Steven Levitt e Stephen Dubner (2005), "(...) a Economia é, em essência, o estudo dos incentivos – como as pessoas conseguem o que desejam ou lhes é necessário, principalmente quando outros desejam a mesma coisa ou dela necessitam". Em suma, o incentivo está atrelado à tomada de decisão, logo, uma questão crítica: O Brasil está preparado para a Quarta Revolução Industrial?

Referências bibliográficas e webgráficas

ANÍBAL, José. **Por que o Brasil é um país tão desigual?** Disponível em: <http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2017/10/por-que-o-brasil-e-um-pais-tao-desigual.html>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

BACEN. **Expectativas de Mercado para a taxa de crescimento do PIB brasileiro em 2018**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20180914.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

BRAGANÇA, Luiz Philippe de Orleans e. **Por que o Brasil é um país atrasado?** Ribeirão Preto: Novo Conceito Editora, 2017.

BUARQUE, Cristovam. **A Desordem do Progresso**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FAO. **Countries by commodity**. Disponível em: http://www.fao.org/faostat/en/#rankings/countries_by_commodity. Acesso em: 28 de outubro de 2018.

FMI. **World Economic Outlook: Challenges to Steady Growth – October 2018**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/09/24/world-economic-outlook-october-2018>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

FORTE. **As maiores economias do mundo em 2018**. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2018/05/01/as-maiores-economias-do-mundo-em-2018/>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

G1 ECONOMIA. **Desemprego recua para 11,9% em setembro, mas ainda atinge 12,5 milhões de pessoas, diz IBGE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/30/desemprego-recua-para-119-em-setembro-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 09 de novembro de 2018.

G1 ECONOMIA. **FMI prevê que inflação na Venezuela chegará a 10.000.000% em 2019**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/09/fmi-preve-que-inflacao-na-venezuela-chegara-a-10000000-em-2019.ghtml>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

G1 ECONOMIA. **Pobreza extrema cresce em 25 estados brasileiros, aponta estudo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/10/pobreza-extrema-cresce-em-25-estados-brasileiros-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

G1 EDUCAÇÃO. **Cresce o número de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/cresce-o-numero-de-jovens-entre-15-e-29-anos-que-nao-estudam-nem-trabalham.ghtml>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

G1 POLÍTICA. **Ministério da Economia unificará Fazenda, Planejamento e Indústria, diz Paulo Guedes**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/10/30/ministerio-da-economia-unificara-fazenda-planejamento-e-industria-diz-paulo-guedes.ghtml>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

GIAMBIAGI, Fabio; ZEIDAN, Rodrigo. **Apelo à razão**: a reconciliação com a lógica econômica – por um Brasil que deixe de flertar com o populismo, com o atraso e com o absurdo. Rio de Janeiro: Record, 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Divulgação Mensal – Julho a Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em:
https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.htmlAcesso em: 28 de outubro de 2018.

IPEA. **Nordeste concentra 60% dos desalentados** – situação é pior para mulheres. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34278:veja-nordeste-concentra-60-dos-desalentados--situacao-e-pior-para-mulheres&catid=131:sem-categoria&directory=1. Acesso em: 13 de outubro de 2018.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **PIB do 2º trimestre sobe 0,2% e indica estagnação da economia**. Disponível em:
https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/08/31/internas_economia,984975/pib-do-2-trimestre-sobe-0-2-e-indica-estagnacao-da-economia.shtml. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

LEVITT, Steven D.; DUBNER, Stephen J. **Freakonomics**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MENDES, Marcos. **Por que o Brasil cresce pouco?** desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. São Paulo: Intrínseca, 2014.

PNUD. **Human Development Indices and Indicators 2018**. Disponível em:
http://www.hdr.undp.org/sites/default/files/reports/2947/2018_human_development_statistical_update.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil e o dilema da globalização**. São Paulo: Editora SENAC. Série Livre Pensar, 2001.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. Vol. I e Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

TESOURO NACIONAL. **Carga tributária bruta do Governo Geral foi de 32,36% do PIB em 2017**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/carga-tributaria-bruta-do-governo-geral-foi-de-32-36-do-pib-em-2017>. Acesso em: 24 de setembro de 2018.

TROSTER, Roberto Luiz. **Dois jardins**. Disponível em:
<http://espacodemocratico.org.br/?s=Roberto+Troster>. Acesso em: 9 de outubro de 2018.

Capítulo XX

Possíveis aspectos positivos do PROSUL

*Paulo Galvão Júnior
Luiz Alberto Machado⁴¹*

1 Considerações iniciais

Na capital da República do Chile, em 22 de março de 2019, oito países se reuniram na criação de um fórum para o progresso da América do Sul, o PROSUL (em espanhol, PROSUR). Em Santiago de Chile, os presidentes da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do Equador, do Paraguai e do Peru, além do embaixador da Guiana, dialogaram numa mesa redonda sobre os novos rumos dos países sul-americanos.

O PROSUL é o novo fórum que une oito países da América do Sul, subcontinente da América e formado por 12 países e dois territórios, a Guiana Francesa (França) e as Ilhas Falkland (Reino Unido). Na Primeira Cúpula do PROSUL, o tapete vermelho foi estendido para os líderes, portanto, novos acordos comerciais, econômicos e ambientais poderão ocorrer nos próximos meses ou anos.

A Declaração de Santiago foi assinada pelos líderes dos países membros do PROSUL no Palácio de La Moneda. O primeiro presidente do PROSUL, pelos próximos 12 meses, será o presidente chileno Sebastián Piñera. Depois desse período, passará o cargo e as responsabilidades para o presidente paraguaio Mario Benítez.

Assinalamos que a Bolívia, o Uruguai e o Suriname enviaram seus representantes ao Chile, como países observadores, mas não aderiram ao PROSUL. A Venezuela, com a maior reserva mundial de petróleo, não participou do evento regional.

2 Os prós do PROSUL

Recentemente, a *The Economist*, uma das mais respeitadas revistas de economia em todo o mundo, publicou uma matéria intitulada *Why Prosur is not the way to unite South America* (em português, *Porque o PROSUL não é a maneira de unir a América do Sul*) e enfatizou que: *“Attempts at regional integration always seem to stumble over politics”* (em português, *As tentativas de integração regional parecem sempre tropeçar na política*).

O presente artigo procura destacar possíveis aspectos positivos do PROSUL e não debater os tropeços políticos dos antigos e atuais líderes sul-americanos nem tão pouco

⁴¹Economista, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Sócio-diretor da empresa SAM – Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas. E-mail: lasam.machado@gmail.com

questionar se o PROSUL é o fim da União das Nações Sul-americanas (UNASUL)⁴², cuja sede administrativa inicial foi Quito, no Equador.

No contexto de forte polaridade política vivido em nosso país, duros questionamentos ao PROSUL aconteceram e severas críticas virão pela criação de uma nova instituição regional. Nós, no entanto, acreditamos na validade do debate e da reflexão serena quanto ao surgimento do PROSUL e consideramos que na sociedade da Quarta Revolução Industrial os aspectos positivos do PROSUL são:

- (i) a plena vigência da liberdade e da democracia;
- (ii) a busca de uma melhor cooperação e integração regional;
- (iii) o respeito aos direitos humanos;
- (iv) a proteção ao meio ambiente;
- (v) os investimentos em infraestrutura logística e energia;
- (vi) as políticas públicas em defesa da educação e saúde;
- (vii) a cooperação na defesa e na paz;
- (viii) e a busca pelo desenvolvimento sustentável.

No histórico Palácio de La Moneda⁴³, os líderes sul-americanos não pensaram na criação de uma única moeda em circulação na América do Sul, porque tal reforma monetária regional não é necessária em países tão distintos nos âmbitos populacionais, econômicos e sociais.

3 Os principais indicadores e índices do PROSUL na atualidade

O PROSUL é um novo bloco sul-americano e seus líderes estão pensando na cooperação regional, em suas economias e suas populações. De acordo com o pronunciamento final do presidente chileno Sebastián Piñera, "(...) Para enfrentar o problema de hoje e também assumir o desafio do futuro. Hoje se dá início ao processo de criação do PROSUL".

Por isso, é relevante examinar os principais indicadores e índices do PROSUL nos dias atuais: PIB nominal, população, taxa de crescimento do PIB, IDH, esperança de vida ao nascer e índice de Gini.

42A UNASUL foi fundada em 23 de maio de 2008 por 12 países sul-americanos e hoje tem cinco países membros: Bolívia, Guiana, Suriname, Uruguai e Venezuela. A sede parlamentar da UNASUL está em Cochabamba, na Bolívia.

43O Palácio de La Moneda ou simplesmente La Moneda é a sede da Presidência da República do Chile. Também abriga o Ministério do Interior, a Secretaria Geral da Presidência e a Secretaria Geral do Governo.

Quadro 1: Os principais indicadores e índices do PROSUL na atualidade.

País	PIB Nominal (Em bilhões de dólares)	População (Em milhões de hab.)	Taxa de Crescimento do PIB (Em %)	IDH	Esperança de Vida ao Nascer (Em anos)	Índice de Gini
PROSUL	3,789	377,2	2,0	0,754	74,8	47,0
 Brasil	2,141	209,3	1,1	0,759	75,7	51,3
 Argentina	0,536	44,3	-2,5	0,825	76,7	42,4
 Colômbia	0,427	49,1	2,7	0,747	74,6	50,8
 Peru	0,286	32,2	4,0	0,750	75,2	43,8
 Chile	0,264	18,1	4,0	0,843	79,7	47,7
 Equador	0,100	16,6	1,0	0,752	76,6	45,0
 Paraguai	0,032	6,8	4,0	0,702	73,2	47,9
 Guiana	0,003	0,8	sd	0,654	66,8	sd

Fontes: FMI (2018), PNUD (2017) e CEPAL (2018). **Nota:** sd significa sem dados.

Com base nos dados do Quadro 1, verificamos as seguintes características do novo bloco regional da América do Sul: O PIB total do PROSUL é de US\$ 3,789 trilhões (FMI, 2018); A população total do PROSUL é de 377,2 milhões de habitantes (PNUD, 2017); Em média, a taxa de crescimento do PIB do PROSUL é de 2,0% ao ano (CEPAL, 2018). O IDH do bloco, em média, é de 0,754 (PNUD, 2017), corresponde ao desenvolvimento humano elevado. Em média, a esperança de vida ao nascer é de 74,8 anos (PNUD, 2017). Por último, em média, o Índice de Gini é de 47,0 (PNUD, 2017).

O Brasil é o país mais rico e mais populoso do PROSUL, além do terceiro melhor IDH. O Chile é país com o melhor IDH do PROSUL. Enquanto, a Guiana é o país mais pobre, menos populoso e com o pior IDH do bloco.

A Argentina é o segundo país mais rico e o segundo melhor IDH do PROSUL. Enquanto, a Colômbia é o terceiro país mais rico, o segundo mais populoso e com o sexto melhor IDH do PROSUL.

O Equador e o Paraguai têm quase o mesmo IDH, com 0,752 e 0,750, respectivamente. Já o PIB peruano é um pouco superior ao chileno, com PIB nominal (em inglês, Nominal GDP) de US\$ 286 bilhões contra US\$ 264 bilhões.

Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), três países concentram 81,9% do PIB total do PROSUL, o Brasil, a Argentina e a Colômbia. O PIB de US\$ 3,789 trilhões do PROSUL é um pouco inferior ao PIB da Alemanha, a quarta maior economia do mundo, com o PIB de US\$ 3,990 trilhões.

O Chile tem a maior esperança de vida ao nascer com 79,7 anos, enquanto a menor expectativa de vida ao nascer é da Guiana, com 66,8 anos. A diferença entre os dois países sul-americanos é de 12,9 anos. O Brasil tem o pior Índice de Gini do PROSUL, com 51,3, enquanto a Argentina tem o melhor Índice de Gini do bloco, com 42,4. A diferença entre as duas nações da América do Sul é de 8,9 no Coeficiente de Gini. Alertamos que o novo **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2019** do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) será centrado na desigualdade.

Constatamos também com os dados de 2018 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Argentina entra em recessão econômica com 2,5%, enquanto, os dois vizinhos, o Chile e o Paraguai, e o não vizinho, o Peru, avançam economicamente com uma taxa de crescimento do PIB de 4,0%. Vale lembrar que o Chile é o maior produtor e exportador global de cobre.

4 Considerações finais

Em suma, consideramos que o PROSUL pode se constituir num avanço em direção à liberdade econômica e à igualdade social na América do Sul.

Referências webgráficas

FMI. **Nominal GDP**. Disponível em: <https://www.imf.org/>. Acesso em 30 de março de 2019.

PIÑERA, Sebastián. **Presidente Piñera tras cumbre en La Moneda: "Hoy se da inicio al proceso de creación de Prosur"**. Disponível em: <https://www.bing.com/videos/search?q=pinera+y+prosur&&view=detail&mid=56E115040B78B539EA8D56E115040B78B539EA8D&&FORM=VRDGAR>. Acesso em 23 de março de 2019.

PNUD. **Human Development Indices and Indicators 2018**. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf. Acesso em 23 de março de 2019.

THE ECONOMIST. **Why Prosur is not the way to unite South America**. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2019/03/23/why-prosur-is-not-the-way-to-unite-south-america>. Acesso em 23 de março de 2019.

VALOR ECONÔMICO. **Argentina cai 2,5% e lidera frustração da AL em 2018**. Disponível em: https://www.valor.com.br/internacional/6174631/argentina-cai-25-e-lidera-frustracao-da-al-em-2018?fbclid=IwAR1Zfd3WUCgU8hzn_i7S63_YQ8dKMZcH-hQqPapCOIViRySH6uFYkPccNfc. Acesso em 23 de março de 2019.

Capítulo XXI

Propostas e projeções do turismo e da economia na Paraíba

Paulo Galvão Júnior

Embora a indústria turística paraibana só tenha passado a existir de fato, a partir de 1971, com o funcionamento do 'Tropical Hotel Tambaú', desde os primeiros anos de nossa fundação, no século XVI, uma rica literatura, com todos os elementos que caracterizam um imprensa divulgadora do turismo, vem sendo praticada.

Wills Leal

1 Introdução

O presente artigo é fruto de uma consultoria as principais entidades do setor de turismo do estado da Paraíba (PB), liderada pelo Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação de João Pessoa (SEHA-JP), no qual visava apresentar projeções do turismo e da economia na Paraíba, e sobretudo, encaminhar propostas aos candidatos ao cargo de Governador de Estado no ano de 2018, com o objetivo de colaborar para a construção de “uma política pública que possa efetivamente promover o desenvolvimento do turismo na Paraíba” nos próximos quatro anos.

Com certeza, o turismo é um dos setores que mais cresce no mundo, no Brasil e na Paraíba e pode impulsionar a economia paraibana, promover a atração de divisas, aumentar a demanda por mão de obra qualificada e sobretudo, melhorar a qualidade de vida da população paraibana.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), com sede em Madrid, na Espanha, “Turismo compreende as atividades dos visitantes, isto é, das pessoas que viajam a um destino principal diferente do seu entorno habitual, por uma duração inferior a um ano, com qualquer finalidade principal (lazer, negócio ou outro motivo pessoal) que não a de exercer atividade remunerada por um entidade do país ou local visitado”.

O turismo é a quarta maior indústria de exportação de bens e serviços do mundo, atrás apenas das indústrias petrolífera, química e de alimentos, e a frente da indústria automobilística, ambas grandes poluidoras do planeta.

O turismo é conhecido mundialmente como a “indústria sem chaminé”, portanto, devemos analisar os principais indicadores turísticos e econômicos do mundo, do Brasil e da Paraíba, além de oferecer propostas e sugestões para impulsionar a “indústria do turismo” na Paraíba e o seu desenvolvimento sustentável no estado.

O termo “indústria do turismo” é bastante utilizado ao se referir ao setor, todavia, o turismo está inserido no setor terciário da economia. Faz parte da Economia Verde, da Economia Criativa e da Economia Compartilhada.

Esse artigo defende mais investimentos públicos e privados na cadeia produtiva do turismo paraibano, sobretudo, na melhoria da infraestrutura pública, na qualificação profissional da mão de obra e no fortalecimento dos meios de hospedagem, dos restaurantes e dos bares, na busca constante da produtividade, da competitividade, da qualidade e da sustentabilidade.

2 Os Principais Indicadores do Turismo e da Economia

No ano de 2017, o turismo movimentou US\$ 1,3 trilhão em 50 países nos cinco continentes (América, Europa, África, Ásia e Oceania). Em 2017 foi registrado o fluxo turístico de 1,322 bilhão de turistas internacionais, conforme dados da OMT.

O secretário geral da OMT, Zurab Pololikashvili, destacou a importância da indústria turística por representar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e ser o quarto setor exportador do mundo com 7% das exportações mundiais. Além disso, uma de cada dez pessoas no mundo trabalha diretamente ou indiretamente no turismo.

De acordo com a OMT, “o turismo é a atividade econômica transversal do setor terciário que mais cresce no mundo, e diretamente envolve 52 setores e mais de 60 segmentos”. O turismo nacional e internacional estimulam o crescimento econômico, o desenvolvimento social e o desenvolvimento humano de uma nação. O turismo tem papel fundamental para gerar novos empregos formais. O turismo provoca grandes impactos econômicos, sociais e ambientais na região utilizada para fins turísticos.

Para a OMT, os 52 setores do turismo são: Hotelaria, Operadoras Turísticas, Agentes de Viagens, Transportadoras Marítimas, Transportadoras Aéreas, Transportadoras Terrestres, Órgãos Governamentais, Parques Temáticos, Extrativismo Mineral, Extrativismo Vegetal, Tecnologia do Lazer, Tecnologia de Equipamentos, Indústria de Alimentos, Artesanato, Pesca, Avicultura, Agricultura, Indústria Têxtil, Pecuária, Comunicações, Sinalização, Vestuário, Guias de Turismo, Construção Civil, Urbanização, Agroindústria, Shopping Centers, Equipamentos Culturais, Equipamentos de Lazer, Bancos, Comércio, Casas de Câmbio, Saneamento Básico, Serviços, Energia, Segurança, Calçados, Infraestrutura, Formação de Mão de Obra, Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Empresas de Eventos, Universidades, Organizações Turísticas, Postos de Gasolina, Marketing, Farmácias, Casas Noturnas, Táxi, Serviços de Interpretes e Serviços de Capacitação.

Conforme a OMT, são mais de 60 segmentos do turismo no mundo: Turismo de Sol e Praia, Turismo Infante-Juvenil, Turismo Popular, Turismo de Luxo, Turismo Aéreo, Turismo Rodoviário, Turismo Ferroviário, Turismo Marítimo, Turismo Náutico, Turismo Espacial, Cicloturismo, Turismo Local, Turismo Regional, Turismo Alternativo, Turismo Social, Turismo Nacional, Turismo Internacional, Turismo Individual, Turismo de Solteiros, Turismo de Casais, Turismo de Famílias, Turismo de Grupos, Turismo de Fronteira, Turismo Emissivo, Turismo Receptivo, Turismo de Neve, Turismo de

Montanha, Turismo de Campo, Turismo Arqueológico, Turismo de Cidades Inteligentes, Turismo de Naufrágio, Turismo da Melhor Idade, Turismo Cultural, Turismo Étnico, Turismo Religioso, Turismo Histórico, Turismo Científico, Turismo de Congresso, Turismo de Estudos e de Intercâmbio, Turismo Gastronômico, Turismo Rural, Turismo de Caça, Ecoturismo, Turismo de Massa, Turismo Cívico, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Lazer, Turismo de Interior, Turismo de Férias, Turismo de Saúde, Turismo de Pesca, Turismo de Aventura, Turismo de Repouso, Turismo de Esportes, Turismo Urbano, Turismo de Compras, Turismo Comunitário, Turismo Místico, Turismo LGBT e outros segmentos do turismo.

2.1 Turismo Internacional

A OMT disponibiliza os dados dos TOP 50 do turismo internacional. Neste artigo trataremos os TOP 10 no número de turistas internacionais no triênio 2015-2016-2017 e a evolução mundial no número de turistas internacionais no período de 2011 a 2017.

Quadro 1. TOP 10 no Número de Turistas Internacionais – 2015-2017				
Ranking	País	2015	2016	2017
		(Milhões de Turistas Internacionais)	(Milhões de Turistas Internacionais)	(Milhões de Turistas Internacionais)
1°	França	84,5	82,6	88,9
2°	Espanha	68,2	75,6	82,2
3°	EUA	77,5	75,6	72,9
4°	China	56,9	59,3	59,3
5°	Itália	50,7	52,4	57,8
6°	Turquia	39,5	35,8	39,9
7°	México	32,1	35,0	39,3
8°	Reino Unido	34,4	35,0	38,7
9°	Alemanha	35,0	32,6	37,6
10°	Tailândia	29,9	32,0	34,7
43°	Brasil	6,3	6,6	6,6

Fonte: OMT, World Tourism Barometer (Março/2018).

Segundo a OMT, no Quadro 1 constata-se a liderança da França entre os TOP 10 no número de turistas internacionais, com 88,9 milhões no ano de 2017. O México entrou e permaneceu no TOP 10 do turismo internacional, com 39,3 milhões de turistas estrangeiros.

O Brasil não encontra-se nos TOP 10, ao contrário, está na 43ª colocação, com apenas 6,6 milhões de turistas internacionais em 2017. Um número pequeno de turistas estrangeiros pelas belezas naturais e sobretudo, pelo potencial turístico do quinto maior país do mundo.

Quadro 2. Evolução Mundial no Número de Turistas Internacionais – 2011-2018		
Ano	Número de Turistas Internacionais	Crescimento
2011	997 milhões	-
2012	1.043 bilhão	+4,6%
2013	1.095 bilhão	+4,9%
2014	1.141 bilhão	+4,2%
2015	1.193 bilhão	+4,5%
2016	1.239 bilhão	+3,9%
2017	1.322 bilhão	+6,7%
Média	1.147 bilhão	-
2018p	1.388 bilhão	+5,0%
2019p	1.600 bilhão	+6,0%

Fonte: OMT, World Tourism Barometer (Janeiro/2018).

Nota: p significa projeções da OMT (2018) e do autor (2019).

No Quadro 2, conforme os dados oficiais da OMT, observa-se claramente que, o fluxo turístico internacional cresceu de 977 milhões de turistas em 2011 para 1,322 bilhão de turistas em 2017, ou seja, um crescimento absoluto de 345 milhões de turistas internacionais ou um aumento relativo de 35,32% nos últimos sete anos.

2.2 Economia mundial

Quadro 3. TOP 10 no Produto Interno Bruto – 2014-2017						
Ranking	País	PIB 2014 (US\$ trilhões)	País	PIB 2015 (US\$ trilhões)	País	PIB 2017 (US\$ trilhões)
1º	EUA	17,4	EUA	17,9	EUA	19,4
2º	China	10,3	China	10,9	China	11,8
3º	Japão	4,6	Japão	4,1	Japão	4,8
4º	Alemanha	3,8	Alemanha	3,3	Alemanha	3,4
5º	Reino Unido	2,9	Reino Unido	2,8	Reino Unido	2,5
6º	França	2,8	França	2,4	França	2,4
7º	Brasil	2,3	Índia	2,0	Índia	2,4
8º	Itália	2,1	Itália	1,8	Brasil	2,1
9º	Índia	2,0	Brasil	1,7	Itália	1,8
10º	Rússia	1,8	Canadá	1,5	Canadá	1,6

Fonte: FMI.

É importante destacar que entre os 10 países mais ricos do mundo, o Brasil encontra-se na oitava economia do planeta, com US\$ 2,1 trilhões, conforme dados de 2017 do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Quadro 3.

Quadro 4. Taxa de Crescimento do PIB de doze países do G20 – 2011-2019										
País	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média	2018p	2019p
EUA	1,8%	2,2%	2,4%	2,4%	2,9%	1,5%	2,3%	2,2%	2,9%	2,7%
Japão	-0,6%	1,9%	1,6%	-0,1%	0,5%	1,0%	1,7%	0,9%	1,0%	0,9%
Alemanha	3,1%	0,9%	0,2%	1,6%	1,5%	1,9%	2,5%	1,7%	2,2%	2,1%
França	2,0%	0,0%	0,3%	0,4%	1,1%	1,1%	1,8%	1,0%	1,8%	1,7%
Reino Unido	1,0%	0,3%	1,7%	2,6%	2,2%	1,8%	1,8%	1,6%	1,4%	1,5%
Itália	0,4%	-2,4%	-1,9%	-0,4%	0,8%	0,9%	1,5%	-0,2%	1,2%	1,0%
Canadá	2,5%	1,7%	2,0%	2,5%	1,2%	1,4%	3,0%	2,0%	2,1%	2,0%
G7	1,5%	0,7%	0,9%	1,3%	1,5%	1,4%	2,1%	1,3%	1,8%	1,7%
China	9,3%	7,8%	7,8%	7,4%	6,9%	6,7%	6,9%	7,5%	6,6%	6,4%
Índia	6,7%	4,7%	5,0%	7,2%	7,3%	7,1%	6,7%	6,4%	7,3%	7,5%
Rússia	4,3%	3,4%	1,3%	0,6%	-3,7%	-0,2%	1,5%	1,0%	1,7%	1,5%
África do Sul	3,5%	2,5%	2,2%	1,4%	1,3%	0,3%	1,3%	1,8%	1,5%	1,7%
Brasil	4,0%	1,9%	3,0%	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	0,5%	1,8%	2,5%
BRICS	5,5%	4,1%	3,9%	3,3%	1,7%	2,1%	3,5%	3,4%	3,8%	3,9%

Fonte: FMI, World Economic Outlook (Julho/2018).

Nota: p significa projeções do FMI.

Há três importantes fatores no cenário internacional que podem impactar o crescimento do Brasil no biênio 2018-2019: i) A guerra comercial entre os EUA e a China; ii) A saída do Reino Unido da União Europeia (UE); e iii) O ritmo de crescimento econômico do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O Brasil, o sexto país mais populoso do planeta, poderá crescer 2,5% ao ano em 2019, segundo projeções econômicas do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil cresceu apenas 0,5% ao ano, em média, no período de 2011 a 2017, enquanto a China e a Índia, o primeiro e o segundo países mais populosos do mundo cresceram, em média, de 7,5% e 6,4% ao ano, respectivamente, nos últimos sete anos, conforme o Quadro 4.

2.3 Turismo mundial

Quadro 5. TOP 10 nas Receitas Cambiais Turísticas no Mundo – 2016-2017				
Ranking	País	2016	2017	Crescimento
1°	EUA	US\$ 206,9 bilhões	US\$ 210,7 bilhões	+1,84%
2°	Espanha	US\$ 60,5 bilhões	US\$ 68,0 bilhões	+12,40%
3°	França	US\$ 54,5 bilhões	US\$ 60,7 bilhões	+11,38%
4°	Tailândia	US\$ 48,8 bilhões	US\$ 57,5 bilhões	+17,83%
5°	Itália	US\$ 40,2 bilhões	US\$ 44,2 bilhões	+9,95%
6°	Reino Unido	US\$ 41,5 bilhões	US\$ 43,9 bilhões	+5,78%
7°	Austrália	US\$ 37,0 bilhões	US\$ 41,7 bilhões	+12,70%
8°	Alemanha	US\$ 37,5 bilhões	US\$ 39,8 bilhões	+6,13%
9°	Macao	US\$ 30,4 bilhões	US\$ 35,6 bilhões	+17,10%
10°	Japão	US\$ 30,7 bilhões	US\$ 34,1 bilhões	+11,07%
47°	Brasil	US\$ 6,0 bilhões	US\$ 5,8 bilhões	-3,33%
Total		US\$ 1,239 trilhão	US\$ 1,332 trilhão	+7,51%

Fonte: OMT, World Tourism Barometer.

Segundo dados da OMT, o país que ganha mais receitas turísticas são os Estados Unidos, com US\$ 210,7 bilhões no ano de 2017. Os Estados Unidos têm vários pontos turísticos, nos quais destacamos: i) a Estátua da Liberdade; ii) o Grand Canyon; iii) o Yellowstone; iv) o Mount Rushmore; v) os Cassinos de Las Vegas; vi) as Cataratas do Niágara; vii) a Golden Gate de São Francisco; viii) as praias da Flórida, da Califórnia e do Havaí; ix) a Casa Branca e o Capitólio em Washington; ex) a Disneyland.

Quadro 6. TOP 10 no Número de Turistas Internacionais na América Latina – 2016		
Ranking	País	2016
1°	México	32,09 milhões de turistas internacionais
2°	Brasil	6,31 milhões de turistas internacionais
3°	Argentina	5,74 milhões de turistas internacionais
4°	República Dominicana	5,60 milhões de turistas internacionais
5°	Chile	4,48 milhões de turistas internacionais
6°	Porto Rico	3,54 milhões de turistas internacionais
7°	Cuba	3,49 milhões de turistas internacionais
8°	Peru	3,46 milhões de turistas internacionais
9°	Colômbia	2,98 milhões de turistas internacionais
10°	Uruguai	2,77 milhões de turistas internacionais

Fonte: OMT, World Tourism Barometer.
Nota: Segundo a consultoria espanhola STATISTA o número de turistas internacionais que visitarão os países da América Latina será de 79 milhões em 2020 e 110 milhões em 2030, respectivamente.

Na América Latina, o Brasil encontra-se em segundo lugar no número de turistas internacionais, atrás apenas do México. A diferença turística entre o México e o Brasil é de 25,78 milhões de turistas estrangeiros, portanto, é preciso endurecer as políticas de marketing do quinto maior país em extensão territorial. As propagandas brasileiras de turismo da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) são fundamentais para atrair e alavancar o número de turistas internacionais para as cinco regiões do Brasil, em especial, para as praias espalhadas pelo litoral de mais de sete mil quilômetros quadrados de extensão.

Quadro 7. TOP 10 no Índice de Competitividade do Turismo – 2015		
Ranking	País	2015 (Em pontos)
1°	Espanha	5,43
2°	França	5,32
3°	Alemanha	5,28
4°	Japão	5,26
5°	Reino Unido	5,20
6°	EUA	5,12
7°	Austrália	5,10
8°	Itália	4,99
9°	Canadá	4,97
10°	Suíça	4,94
27°	Brasil	4,49

Fonte: FEM, The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017.

O Brasil ocupa hoje a 27ª colocação no ranking mundial de competitividade no turismo entre 136 países analisados pelo Fórum Econômico Mundial (FEM), com 4,49 pontos, segundo os dados do Relatório 2017. “Os investimentos realizados no país para o ciclo de megaeventos – Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016) – foram decisivos para o país pular do 51º lugar em 2013 para a 27ª colocação em 2017. Avançamos muito no período de apenas quatro anos, mas ainda há muito a ser feito. Vamos trabalhar pontualmente em cada uma dessas dimensões para colocar o Brasil em uma posição ainda mais competitiva no setor de viagens”, afirmou o ex-ministro do Ministério do Turismo (MTur), Marx Beltrão.

Quadro 8. A posição do Brasil no Índice de Competitividade do Turismo – 2015 e 2017		
Dimensão	Ranking 2015	Ranking 2017
Ranking	51	27
Recursos naturais	1	1
Recursos culturais	8	8
Infraestrutura para atendimento ao turista	51	39
Infraestrutura aeroportuária	41	40
Competitividade de preço	81	41
Tecnologia	57	63
Sustentabilidade	86	66
Saúde e Higiene	66	70
Recursos Humanos	66	93
Abertura internacional	91	96
Priorização do setor de Viagens e Turismo	101	106
Segurança	104	106
Infraestrutura de portos e solo	130	112
Ambiente de Negócios	126	129

Fonte: FEM, The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017.

Anualmente o Brasil é avaliado pelo FEM em 14 dimensões, sendo a melhor dimensão recursos naturais (1º lugar no ranking mundial) e a pior dimensão ambiente de negócios (129ª colocação no ranking internacional).

Quadro 9. Os Principais Indicadores do Turismo Internacional no Brasil – 2012-2018			
Ano	Desembarques Internacionais de Passageiros	Chegadas de Turistas Internacionais ao Brasil	Receita Cambial Turística
2012	9,236 milhões	5,800 milhões	US\$ 3,00 bilhões
2013	9,467 milhões	5,813 milhões	US\$ 6,47 bilhões
2014	10,464 milhões	6,429 milhões	US\$ 6,84 bilhões
2015	10,571 milhões	6,305 milhões	US\$ 5,84 bilhões
2016	10,172 milhões	6,546 milhões	US\$ 6,20 bilhões
2017	10,624 milhões	6,588 milhões	US\$ 5,80 bilhões
2018p	10,800 milhões	6,800 milhões	US\$ 6,20 bilhões
2019p	11,800 milhões	7,800 milhões	US\$ 7,20 bilhões

Fontes: MTur e ANAC.

Nota: p significa projeções do MTur (2018) e autor (2019).

A projeção do MTur é chegar a 12 milhões de turistas internacionais em 2022 e a estimativa de receita cambial é alcançar US\$ 19 bilhões.

Os dados do Quadro 9 revelam que no Brasil o número de desembarques internacionais de passageiros cresceu de 9,236 milhões em 2012 para 10,624 milhões em 2017, ou seja, um crescimento absoluto de 1,388 milhão de passageiros, aumento relativo de 15,02%. Enquanto, o número de chegadas de turistas internacionais cresceu de 5,800 milhões no ano de 2012 para 6,588 milhões no ano de 2017, ou seja, um aumento absoluto de 788 mil passageiros, um crescimento relativo de 13,58%.

Quadro 10. TOP 10 no Número de Turistas Internacionais no Brasil – 2016-2017				
Ranking	País	2016	2017	Crescimento
1º	Argentina	2.294.900	2.622.327	+14,27%
2º	EUA	570.350	475.232	-16,68%
3º	Chile	311.813	342.143	+9,73%
4º	Paraguai	316.714	336.646	+6,29%
5º	Uruguai	284.113	328.098	+15,48%
6º	França	263.774	254.153	-3,65%
7º	Alemanha	221.513	203.045	-8,34%
8º	Reino Unido	202.671	185.858	-8,29%
9º	Itália	181.493	171.654	-5,42%
10º	Portugal	149.968	144.095	-3,92%

Fonte: MTur, Anuário Estatístico de Turismo - 2018.

No Quadro 10 observamos claramente que a Argentina lidera o número de turistas internacionais que visitam o Brasil. Mais de 2,6 milhões de argentinos visitaram as cinco regiões do Brasil no ano de 2017, sobretudo, a região Sul. Em segundo lugar constatamos os EUA, o país mais rico do mundo e o terceiro país mais populoso do planeta, com 325,7 milhões de habitantes, com apenas 475.232 norte-americanos visitaram as belas praias da Paraíba. Em terceiro e quarto lugares estão o Chile e o Paraguai, com 342.123 e 336.646 turistas, respectivamente, no ano de 2017.

Quadro 11. Entradas de turistas por país – 2006-2015		
Ranking	País	Participação Acumulada
1º	Argentina	33%
2º	EUA	9,1%
3º	Chile	4,9%
4º	Paraguai	4,8%
5º	Uruguai	4,2%

Fonte: Anuário Estatístico de Turismo 2016.

No Quadro 11 observamos nitidamente com os países vizinhos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai correspondem a mais de 41% da participação acumulada de entradas de turistas estrangeiros no País no período de 2006 a 2015, segundo o MTur.

Quadro 12. TOP 10 no Número de Turistas Internacionais nos Estados – 2016-2017				
Ranking	Estado	2016	2017	Crescimento
1º	São Paulo	2.248.947	2.144.606	-4,64%
2º	Rio de Janeiro	1.408.121	1.355.616	-3,73%
3º	Rio Grande do Sul	1.106.845	1.270.618	+14,80%
4º	Paraná	846.387	892.629	+5,46%
5º	Bahia	132.339	157.913	+19,32%
6º	Pernambuco	62.405	83.151	+33,24%
7º	Mato Grosso do Sul	77.028	80.270	+4,21%
8º	Distrito Federal	79.356	76.747	-3,29%
9º	Ceará	77.514	74.497	-3,89%
10º	Minas Gerais	34.099	56.504	+65,70%

Fonte: MTur, Anuário Estatístico de Turismo 2018.

Os turistas estrangeiros preferencialmente visitam os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Entre os nove estados nordestinos destacam-se os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará. O estado da Paraíba ainda não encontra-se entre os TOP 10 do turismo internacional no Brasil. A Paraíba desde 1987 vem tentando implementar um projeto turístico intitulado “Projeto Cabo Branco”, idealizado pelo então governador Milton Bezerra Cabral. Este projeto turístico na capital paraibana visava a construção de hotéis, apart-hotéis e bangalôs-hotel com cerca de 15 mil novos leitos. Há 32 anos

consecutivos, os turistas nacionais, e sobretudo, os turistas internacionais estão aguardando a inauguração destes novos empreendimentos turísticos na famosa Costa do Sol, para realizar suas reservas, depois comprar as lindas peças do artesanato paraibano e curtir com muita tranquilidade as belas praias da Paraíba.

2.4 Turismo nacional

Quadro 13. Número de Passageiros Nacionais nas cinco regiões do Brasil – 2011-2017		
Ano	Número de Passageiros Domésticos	Crescimento
2011	79,244 milhões	-
2012	85,471 milhões	+7,86%
2013	88,943 milhões	+4,06%
2014	94,741 milhões	+6,52%
2015	97,894 milhões	+3,33%
2016	90,274 milhões	-7,78%
2017	92,149 milhões	+2,08%
Média	89,816 milhões	-
2018p	83,000 milhões	-9,93%
2019p	90,000 milhões	+8,43%

Fonte: MTur, Anuário Estatístico de Turismo 2018.

Nota: p significa projeções do autor (2018 e 2019).

O turismo representa 3,7% do PIB brasileiro e gera 7,0 milhões de empregos nas cinco regiões do País. Para a OMT, o Brasil é a décima maior economia de turismo do mundo. Segundo os dados do MTur, o número de passageiros domésticos cresceu de 79,244 milhões em 2011 para 92,149 milhões em 2017, ou seja, um crescimento absoluto de 12,905 milhões e um aumento relativo de 16,28%. Em 2017, o turismo esteve em 1º lugar na exportação de serviços e em 8º lugar na pauta geral de exportações no Brasil. Segundo os dados do Banco Central do Brasil (BCB), os gastos dos turistas brasileiros no exterior ficaram em US\$ 19,0 bilhões e as receitas dos turistas estrangeiros no Brasil alcançaram US\$ 5,8 bilhões, logo, um déficit acumulado na balança de serviços no País de US\$ 13,2 bilhões no ano de 2017.

2.5 Economia Brasileira

Quadro 14. A Balança Comercial no Brasil – 2011-2019			
ANO	EXPORTAÇÃO (em US\$ bilhões FOB)	IMPORTAÇÃO (em US\$ bilhões FOB)	SALDO COMERCIAL (em US\$ bilhões FOB)
2011	256,0	226,2	29,8
2012	242,5	223,1	19,4
2013	242,0	239,7	2,3
2014	225,1	229,1	-4,0
2015	191,1	171,4	19,7
2016	185,2	137,5	47,7
2017	217,7	150,7	67,0
Média	222,8	196,8	26,0
2018p	224,4	168,1	56,3
2019p	653,1	452,1	201,0

Fonte: MDIC.

Nota: p significa projeções da AEB (2018) e do autor (2019).

É muito importante para o turismo de negócios e eventos os sucessivos superávits comerciais do Brasil desde 2015. Segundo o antigo MDIC, hoje Ministério da Economia, o Brasil exportou mais bens do que importou no triênio 2015-2016-2017. Destacamos o superávit comercial de US\$ 67 bilhões no ano de 2017.

Quadro 15. Taxa de Desemprego no Brasil – 2011-2019	
ANO	Taxa de Desemprego
2011	5,9%
2012	5,5%
2013	5,3%
2014	4,8%
2015	6,8%
2016	10,8%
2017	12,7%
2018	12,6%
Média	8,1%
2019p	7,1%

Fonte: IBGE. Nota: p significa projeções do autor (2019).

A taxa de desemprego no Brasil aumentou de 5,9% em 2011 para 12,6% em 2018, ou seja, um crescimento absoluto de 6,7% nos últimos oito anos. O desemprego poderá recuar mais no País com grandes investimentos públicos e privados na cadeia produtiva do turismo. A minha projeção é de uma taxa de desemprego no Brasil de 7,1% no ano de 2019, ocorrendo uma recuperação econômica robusta. A recuperação econômica foi muita lenta, no Brasil, no biênio 2017-2018, provocando incertezas no rumo da economia brasileira no biênio 2019-2020. O turismo gera muitos empregos formais e para que isso ocorra fortemente nas cidades turísticas brasileiras, requer uma reforma tributária, urgentemente.

Quadro 16. Oferta Hoteleira da Paraíba - 2017			
REGIÕES	MH	UH	LEITOS
JOÃO PESSOA	124	4.712	11.802
BAYEUX	1	3	10
CAMPINA GRANDE	28	1.143	2.867
LITORAL SUL	68	1.065	3.353
LITORAL NORTE	52	634	1.702
CAMINHOS DO FRIO	28	403	1.276
SERTÃO	75	1.702	3.625
OUTRAS REGIÕES	45	720	1.791
TOTAL GERAL	421	10.382	26.426

Fonte: PBTur.

Atualizado em: 31/12/2017.

Nota: MH significa meio de hospedagem e UH significa unidade habitacional.

Os principais meios de hospedagens são hotéis, pousadas e hostels.

De acordo com os dados de 2017 da Empresa Paraibana de Turismo S/A (PBTur), a Paraíba tem 26.426 leitos distribuídos em 101 cidades turísticas (Mapa do Turismo Brasileiro 2017). Conforme dados da PBTur, a cidade de João Pessoa tem 124 meios de hospedagem e corresponde a 29,4% do total na Paraíba. A capital paraibana de 4.712 unidades habitacionais e corresponde a 45,38% do total, além de 11.802 leitos disponíveis.

Quadro 17. TOP 6 no Número de Turistas Internacionais na Paraíba – 2016-2017				
Ranking	País	2016	2017	Crescimento
1°	Argentina	1.117	3.850	+244,67%
2°	EUA	1.156	953	-17,56%
3°	Itália	830	547	-34,09%
4°	Portugal	542	448	-17,34%
5°	Espanha	372	442	+18,81%
6°	Alemanha	765	302	-60,52%

Fonte: PBTur.

No Quadro 17 observamos claramente que no estado da Paraíba, os turistas argentinos lideram o número de turistas internacionais. Para o ano de 2019 tende a diminuir com a forte crise econômica que passa a República da Argentina e, sobretudo, a aproximação maior do Brasil com os Estados Unidos, Israel e Chile.

Precisamos desenvolver projetos turísticos com sustentabilidade nas quatro mesorregiões da Paraíba. Conforme o MTur (2016), “Turismo Sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro”.

Quadro 18. TOP 5 no Número de Turistas Nacionais na Paraíba – 2016-2017		
Ranking	Estado	2017 Participação
1°	São Paulo	18,33%
2°	Pernambuco	18,08%
3°	Minas Gerais	7,87%
4°	Rio Grande do Norte	7,83%
5°	Distrito Federal	7,68%

Fonte: PBTur.

No Quadro 18 constatamos que o estado mais rico e populoso do Brasil, São Paulo, lidera no TOP 5 no número de turistas nacionais para o estado da Paraíba. A tendência é o crescimento maior de turistas paulistas para conhecer pela primeira vez a terra onde o Sol nasce primeiro.

Quadro 19. TOP 5 no Número de Turistas Nacionais por Regiões na Paraíba – 2016-2017				
Ranking	Região	2016 Participação	2017 Participação	Crescimento
1°	Nordeste	39,06%	39,50%	+1,13%
2°	Sudeste	35,94%	35,32%	-1,72%
3°	Centro-Oeste	13,84%	13,27%	-4,12%
4°	Sul	8,84%	7,71%	-12,78%
5°	Norte	2,32%	4,20%	+81,03%

Fonte: PBTur.

No Quadro 18 tudo leva a crer que a região Nordeste continue liderando no TOP 5 no número de turistas nacionais por regiões para o estado da Paraíba, devido ao fluxo de turistas pelos modais rodoviário e aéreo.

3 As Propostas

O setor privado de turismo será aliado do novo governo estadual no ano de 2019, na busca do fortalecimento das políticas públicas. O setor deve ter representação e orçamento condizentes com sua importância econômica, buscando aumentar a competitividade, a qualidade, e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural da atividade nas quatro mesorregiões da Paraíba.

Para tanto, dez premissas são necessárias para que as propostas sugeridas pelo setor privado sejam implementadas num cenário colaborativo:

- i)** Melhorar a infraestrutura pública, a qualidade das instalações e dos serviços que atendem a população e também os turistas nacionais e internacionais;
- ii)** Fortalecer e divulgar mais a imagem da Paraíba nos 26 estados do Brasil e no DF e no mundo como destino turístico;
- iii)** Melhorar as condições para investimentos nacionais e estrangeiros, e apoiar a inovação como condução de competitividade turística;
- iv)** Apoiar e adotar políticas de taxaço inteligentes, que incluem simplificação na tributação e desburocratização, para melhorar o ambiente de negócios;
- v)** Melhorar a capacitação em todos os níveis educacionais, assim como as habilidades técnicas;
- vi)** Aprimorar os transportes aéreo, rodoviário, náutico e ferroviário, garantindo conectividade eficiente para facilitar as viagens internacionais e nacionais para a Paraíba;
- vii)** Buscar mercados internacionais e nacionais emissores que combinem volume de turistas estrangeiros e brasileiros e gastos altos;
- viii)** Adotar práticas de digitalização nas áreas de gestão, planejamento, marketing e comunicação;

- ix) Apoiar e estimular o desenvolvimento de novos produtos turísticos que tragam melhor experiência ao turista; e
- x) Encorajar o desenvolvimento econômico sustentável e o crescimento inclusivo nas 23 microrregiões da Paraíba.

4 As Propostas por Setores do Turismo

As propostas para o desenvolvimento sustentável do turismo na Paraíba nos próximos quatros anos, em seus municípios turísticos, do litoral ao sertão, estão baseadas em cinco pilares de ação: i) Infraestrutura; ii) Promoção; iii) Segurança Jurídica; iv) Competitividade; e v) Gestão e Monitoramento.

4.1 Infraestrutura

As nossas prioridades em infraestrutura são:

- i) Melhorar a Ponta do Seixas. João Pessoa é conhecida nacional e internacionalmente como a Terra Onde o Sol Nasce Primeiro. João Pessoa está localizada no ponto mais oriental das Américas e do Brasil, com longitude oeste de 34°47'30" e latitude sul de 7°09'28" e a 5.753 km de Lisboa. Infelizmente, a Ponta do Seixas está completamente abandonada. Há décadas o local mais conhecido geograficamente da Paraíba está sem qualidade de infraestrutura para receber turistas domésticos e estrangeiros. O trade turístico paraibano estabeleceu como prioridade absoluta a reconstrução e modernização da Praça do Ponto Extremo Oriental das Américas. Muitas cidades brasileiras têm Centro de Convenções, muitos municípios brasileiros têm equipamentos turísticos similares a Estação Cabo Branco, o Espaço Cultural José Lins do Rego e o Teatro Santa Roza. Mas, apenas um dos 5.670 municípios brasileiros tem um deslumbrante e único ponto turístico como a Ponta do Seixas, João Pessoa.
- ii) Criar programas para a preservação e valorização do patrimônio natural e cultural da Paraíba;
- iii) Ampliar e garantir maior eficiência do setor de transportes aeroportuário (os Aeroportos de João Pessoa e de Campina Grande), terrestre (as rodoviárias), marítimo (o Porto de Cabedelo) e ferroviária com as privatizações;
- iv) Promover interlocução com as políticas de segurança pública e sanitária, com a criação de Selo de Segurança de Destinos Turísticos (incluindo temas de doenças como dengue, zika e outras);
- v) Criar uma política estadual e permanente de sinalização turística;
- vi) Implementar políticas públicas de saneamento básico na orla paraibana;
- vii) Privatizar o Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima;

- viii) Implementar reformas de proteção e modernização do Farol do Cabo Branco, inaugurado em 21 de abril de 1972, com seus 19 metros e seu alcance luminoso de 27 milhas náuticas (aproximadamente 4.345 km); e
- ix) Iniciar imediatamente as medidas de proteção as falésias do Cabo Branco que estão desmoronando há décadas. As chuvas, os ventos e as ondas do mar estão provocando o processo de erosão na falésia da Praça de Iemanjá (completamente abandonada e a estátua de Iemanjá sem a cabeça) até a Praia do Seixas. Percebemos a falta de vegetação no topo da falésia e problemas de impermeabilização do solo, além da insegurança com os possíveis deslizamentos da barreira.

4.2 Promoção

As nossas prioridades em promoção são: i) Divulgar as belezas naturais da Paraíba com mais famtur, fampress, road show, feiras nacionais e internacionais; ii) Estimular e promover o turismo nacional, com foco na região Sudeste; iii) Estimular e promover o turismo internacional, com destaque nos países emergentes e membros do grupo BRICS; iv) Fortalecer as ações, as campanhas de divulgação e o calendário de eventos da PBTur, sobretudo do Maior São João do Mundo em Campina Grande; e v) Fortalecer e apoiar com recursos financeiros e humanos o Festival do Turismo de João Pessoa, o maior evento de turismo do Norte e Nordeste.

4.3 Segurança Jurídica

As nossas prioridades em segurança jurídica são: i) Impedir o retorno da incidência do Imposto de Renda retido na fonte das empresas de turismo quando realizam remessas para pagamentos de serviços ao exterior; ii) Implementar política de crédito que considere a exportação de serviços turísticos como setor essencial de exportação na Paraíba; iii) Criar uma política de incentivos para o crescimento das empresas e da economia do turismo; iv) Regulamentar o uso de plataformas digitais na comercialização de serviços e produtos de turismo; e v) Fortalecer o surgimento de novos empreendimentos turísticos.

4.4 Competitividade

As nossas prioridades em competitividade são: i) Promover estímulo à iniciativa privada para o desenvolvimento, a inovação e a estruturação da oferta turística; ii) Implementar novos programas de capacitação e promover melhorias dos já existentes de turismo; iii) Estabelecer política de revisão e criação de novas linhas de crédito para construção, ampliação e reforma de empreendimentos turísticos; iv) Criar e implementar uma estratégia de gestão digital do turismo internacional e nacional; e v) Ampliar investimentos em promoção nacional e internacional.

4.5 Gestão e Monitoramento

As nossas prioridades em gestão e monitoramento são: i) Criar a Secretaria de Estado de Turismo (SETURIS), após o seu desmembramento da atual Secretaria de Estado do Turismo e do Desenvolvimento Econômico (SETDE); ii) Estimular as políticas públicas de desenvolvimento do turismo; iii) Modernizar a PBTur; iv) Utilizar o Fundo Estadual do Turismo para promover as ações de marketing do destino Paraíba sob a responsabilidade de um competente gestor do fundo estadual; e v) Realizar licitação de recursos públicos para contratar uma agência de propaganda para o turismo paraibano (de João Pessoa à Cajazeiras).

5 Considerações finais

A Paraíba tem um enorme potencial no turismo. Estes indicadores turísticos e econômicos analisados e estas propostas apresentadas aos candidatos ao cargo de Governador do estado da Paraíba pretendem impulsionar a indústria do turismo como vetor importante da retomada do crescimento econômico e geração de empregos e receitas.

Infelizmente, a Paraíba não tem o turismo como prioridade. Precisamos mudar esta realidade, porque o turismo significa mais desenvolvimento, mais emprego e mais sustentabilidade. As expectativas de futuro promissor no turismo paraibano são enormes com as transformações tecnológicas no setor hoteleiro, a gastronomia, os eventos culturais e a preservação da cultura dos povos indígenas que vivem há séculos no estado da Paraíba, como os Potiguaras no município de Baía da Traição.

A Paraíba é pequena geograficamente, mas é terra de grandes homens e mulheres como Augusto dos Anjos, José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Pedro Américo, Ariano Suassuna, Celso Furtado (100 anos de nascimento no ano de 2020), Sivuca, Jackson do Pandeiro (100 anos de nascimento no ano de 2019), Marinês, Elba Ramalho, Cátia de França, Roberta Miranda, Zé Ramalho, Geraldo Vandré, Herbert Viana, tantos outros nomes de renome nacional e internacional.

A Paraíba tem o mais belo e mais conhecido nascer do Sol das Américas, o mais belo e mais conhecido pôr do Sol do Brasil, além de um povo hospitaleiro. A Paraíba tem as piscinas naturais da Ponta do Seixas e as pedras rupestres do Lajedo de Pai Mateus, belezas naturais que atraem os turistas nacionais e internacionais.

Em suma, o trade turístico paraibano ressalta neste inédito e valioso estudo que o turismo é uma das maiores indústrias do mundo. E, principalmente, almejamos uma aliança da iniciativa privada com o setor público, buscando abrir novos caminhos para o turismo sustentável na Paraíba, nos próximos quatro anos.

Referências

MTUR. **Anuário Estatístico de Turismo 2018**. Brasília: MTUR, 2019.

PBTUR. **Indicadores do turismo de João Pessoa**. Disponível em: <https://www.pbtur.pb.gov.br/>. Acesso em: 13 de setembro de 2019.

Capítulo XXII

Reforma Tributária em 2019

Paulo Galvão Júnior

*A reforma tributária é
a mais importante para o Brasil superar
a desigualdade social.
Rosa Angela Chieza*

1 Considerações iniciais

Em 2009, a Grécia fez um enorme ajuste fiscal com o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI). A redução dos gastos públicos e, sobretudo, o aumento de impostos provocaram a queda do consumo das famílias gregas. O ajuste fiscal empurrou a milenar Grécia para a recessão econômica, posteriormente, a depressão econômica.

O presente artigo pretende apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 293 de 2004, no qual extingue nove tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto Sobre Serviços (ISS); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Programa de Integração Social (PIS); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE); Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); e Salário-educação. Desses nove tributos no Brasil, sete são tributos federais: IPI, PIS, COFINS, CIDE, PASEP, IOF e salário-educação; Um é tributo estadual: ICMS; Outro tributo é municipal: ISS.

A PEC 293/2004 pretende unificar nove tributos em um único tributo, o Imposto sobre operações com Bens e Serviços (IBS), de competência estadual. O IBS é uma espécie de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) já existente no Canadá, por exemplo. O IBS será cobrado no destino da mercadoria ou do serviço. O IVA existe em mais de 100 países. Também, pretende criar um novo tributo, Imposto Seletivo (IS), uma espécie de um imposto monofásico e de competência federal. O Imposto Seletivo visa taxar produtos sensíveis ou que devem sofrer uma tributação maior como energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas, veículos, pneus e autopeças.

2 Defensores da Reforma Tributária

No Brasil existem cinco bases de tributação:

- (i) consumo;
- (ii) comércio exterior;
- (iii) patrimônio;
- (iv) produção;
- (v) e renda. É muito elevado a tributação brasileira sobre o consumo e a renda nas cinco regiões do País. Segundo o economista e deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), *"(...)há hoje um entendimento claro de que a tributária é a principal reforma para aumentar a competitividade das empresas, alavancar a retomada do crescimento e também a geração do emprego"*.

É preciso acabar com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 1988, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1990 e as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) de 2001. O modelo tributário no Brasil é excessivamente complexo, caótico, desorganizado, caro, burocrático, injusto e prejudicial para o crescimento sustentável da economia brasileira, além de favorecer a corrupção e de facilitar a sonegação.

O Sistema Tributário Brasileiro é composto por Leis, normas e instituições que têm como principal finalidade instituir e arrecadar tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Infelizmente, o atual Sistema Tributário Nacional é muito contra a economia brasileira, contra o povo brasileiro. Chega de impostos sobre os alimentos e os remédios!

Uma das principais Leis é o Código Tributário Nacional (CTN) de 1966. O CTN, Lei nº 5.172 de 1966, define o tributo em seu artigo 3º: *"Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada"*. Os tributos são regressivos no Brasil e o País possui hoje cinco tributos que incidem sobre o consumo de bens e serviços: ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS.

Já o artigo 5º do CTN dispõe que, *"Os tributos são impostos, taxas e contribuição de melhoria"*. O CTN tem adotado a teoria da tripartição desde 1966, em plena Ditadura Militar. Por isso, temos dois tipos de taxas: taxas de polícia e taxas de serviço. Entre as contribuições de melhoria podemos destacar as contribuições sociais.

No Brasil, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas não aguentam mais pagar R\$ 2 trilhões por ano em mais de 90 tributos, exatamente 94 tributos, sendo 13 impostos, 36 taxas e 45 contribuições de melhoria. Os impostos cobrados no Brasil estão divididos em impostos federais, estaduais e municipais. Segue no Quadro 1 a distribuição dos impostos nos três níveis de governos nos dias atuais:

Quadro 1. Os impostos no Brasil na atualidade

União	Estados e Distrito Federal	Municípios
II – Imposto de importação de produtos; IE – Imposto de exportação de produtos; ITR – Imposto sobre a propriedade territorial rural; IOF – Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários; IPI – Imposto sobre produtos industrializados; IR – Imposto sobre a renda e proventos.	ITCD – Imposto sobre transmissão a qualquer título de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia; ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações; IPVA – Imposto sobre propriedade de veículos automotores.	ITBI – Imposto de transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza; IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Fonte: IBPT.

O número de tributos no Brasil é enorme e a arrecadação cada vez maior a cada ano. Conforme o site do Impostômetro (2018), da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), *“De 01 de janeiro até 12 de dezembro de 2018 já arrecadaram mais de R\$ 2,245 trilhões. Com este dinheiro você poderia comprar 32.089.542 carros Jeep Renegade 2.8”*.

No Brasil, os mais ricos com seus jatos, jet skis, iates e lanchas não pagam o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Enquanto, os mais pobres pagam os impostos em cascata, ou seja, cobrança cumulativa que é a incidência de impostos várias vezes no mesmo produto.

Ressaltando que o tributo *“não possui finalidade sancionatória e visa a arrecadar e a intervir em situações sociais e econômicas”* (RICARDO ALEXANDRE, 2013, p.12). Infelizmente, a sonegação fiscal já ultrapassou os R\$ 400 bilhões no Brasil. Segundo o relator Haully, *“A PEC 293/2004 também busca desburocratizar o Sistema Tributário Nacional. A base da cobrança passa a ser o dinheiro e não mais a mercadoria, simplificando a tributação. Para isso, será criada uma nota fiscal eletrônica para toda e qualquer compra no país”*. O Brasil é o segundo país com mais sonegação fiscal do planeta, atrás apenas da Rússia.

De 1981 até 2017, o Brasil teve um crescimento econômico abaixo da média mundial. Nos últimos 37 anos, o Brasil cresceu, em média, de 2,25% ao ano. A elevada carga tributária (33,5% do PIB) atrapalhou o crescimento econômico sustentado do País. A carga tributária é alta no Brasil porque os gastos públicos são altos. O mundo cresceu em média de 3,4% ao ano entre 2014 e 2017, enquanto o Brasil retraiu 1,3% ao ano.

Concordo com o relator da PEC 293/2004, o deputado paranaense Haully, precisamos lutar pela Reforma Tributária em 2019. A Reforma Tributária é uma mudança na atual legislação de impostos, taxas e contribuições de melhoria vigentes na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios com o objetivo de tornar a tributação brasileira mais igualitária.

Com a Reforma Tributária em 2019, as empresas brasileiras conquistarão mais competitividade no mercado globalizado. Segundo o último relatório **Doing Business 2018**, do Banco Mundial, *"Uma empresa brasileira gasta 1.958 horas ao ano para cumprir todas as suas obrigações tributárias, enquanto uma empresa dos países da América Latina gasta, em média, 332 horas ao ano"*.

3 A Reforma Tributária no Brasil

Em 18 de julho de 2017, eu participei como economista paraibano da palestra do economista paranaense Luiz Carlos Haully, sobre a Reforma Tributária no Brasil, realizada no Teatro Armando Monteiro Neto, na sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), em João Pessoa.

Nós concordamos também com o pensamento idêntico dos economistas britânicos Adam Smith (1723-1790) e John Maynard Keynes (1883-1946), ambos são contra os elevados impostos. O economista escocês Adam Smith foi um forte oponente aos altos impostos no século XVIII. O economista inglês John Maynard Keynes defendeu a redução dos impostos que podem gerar mais demanda por ativos líquidos (moeda) no século XX, logo, reduzindo os impostos sobre a renda pessoal e o consumo.

Com menos tributos, as famílias consomem mais bens e serviços. Com menos tributos, os custos de produção são menores para as empresas. Com a Reforma Tributária em 2019, mais empresas serão constituídas nas cinco regiões do País. De acordo com os dados do primeiro semestre de 2018 do SERASA EXPERIAN, o Brasil bateu recorde de abertura de novas empresas desde 2010, *"De Janeiro a Junho de 2018, o País registrou abertura de 1.262.934 empresas, sendo o setor de alimentação o que mais houve registro de abertura, com 8,1% do total"*.

É preciso ler mais livros sobre Contabilidade Tributária para defender a Reforma Tributária no Brasil. Recentemente, na biblioteca do IESP Faculdades, li o livro intitulado **Contabilidade Tributária** do Professor Láudio Camargo Fabretti. Logo, o Prof. Fabretti (2005, p.289) enfatizou que, *"(...) uma ampla reforma tributária, que se faz necessária há muito tempo, e que tem sido constantemente adiada"*.

Em seguida, Prof. Fabretti (2005, p.291) destacou que, *"Nos vários projetos de reforma tributária apresentados ao Congresso Nacional e ainda não apreciados, prevê-se a instituição do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), em substituição ao ICMS, ao IPI, ao PIS/Pasep e à Cofins"*.

É preciso ler também muitos livros sobre Direito Tributário para defender a Reforma Tributária na oitava maior economia do mundo e ao mesmo tempo a nona nação mais desigual do planeta. Recentemente, li o livro denominado **Direito tributário esquematizado** do Professor Ricardo Alexandre na biblioteca do IESP Faculdades.

Conforme o Professor Ricardo Alexandre (2013, p.3), “(...) o direito tributário é, inequivocamente, ramos do direito público e que a ele são inteiramente aplicáveis os princípios fundamentais inerentes ao regime jurídico de direito público”. Entre tantas reformas que o Brasil precisa para crescer, com certeza, a mais importante delas, é a tributária. Uma nova legislação tributária poderá mudar os rumos do País.

Em seguida, o Professor Ricardo Alexandre (2013, p.7) destacou que, “Assim, existem tributos cuja finalidade principal é **fiscal** (ex.: ISS, ICMS, IR etc.). Há tributos, contudo, que têm por finalidade precípua intervir numa situação social ou econômica. É a finalidade **extrafiscal** (como nos exemplos citados, no IOF, no IE, no ITR etc.)”. É preciso diminuir a quantidade de dinheiro que recebe o Estado por cobrança de tributos anualmente.

4 Considerações finais

Após quase 230 anos da Revolução Francesa, os sucessivos aumentos de impostos no Brasil de hoje, ainda geram desapontamento nas famílias e nas empresas brasileiras. É possível aprovar a Reforma Tributária em 2019 e fazer o Brasil voltar a crescer forte.

Com a Reforma Tributária no ano de 2019 vislumbro a prosperidade econômica no Brasil nos próximos quatro anos. A curto prazo, com cortes de tributos ocorrerá o aumento do consumo das famílias brasileiras, a redução no custo de produção das empresas brasileiras e o crescimento dos investimentos por parte dos investidores brasileiros.

A Reforma Tributária poderá contribuir significativamente contra a desigualdade social e melhorar o índice de liberdade econômica no País! Chega de 94 tributos! Chega de ICMS! Chega de CSLL! Chega de IOF! Basta de Cofins! Basta de CIDE! IBS já! IS já!

Em suma, Reforma Tributária já!

Referências

ACSP. **Impostômetro**. Disponível em: <https://impostometro.com.br/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HAULY, Luiz Carlos. **Notícias**. Disponível em: <http://www.hauly.com.br/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

SERASA EXPERIAN. **Número de novas empresas no primeiro semestre de 2018**. Disponível em: <https://serasaexperian.com.br>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

Capítulo XXIII

Sai o NAFTA, entra o USMCA

Paulo Galvão Júnior

1 Considerações iniciais

O USMCA (*United States-Mexico-Canada Agreement*, em português, Acordo Estados Unidos-México-Canadá) foi assinado em 30 de novembro de 2018, em Buenos Aires, na Argentina. O presidente americano Donald Trump, o ex-presidente mexicano Enrique Peña Nieto e o primeiro-ministro canadense Justin Trudeau assinaram um novo acordo comercial entre os três países da América do Norte.

Sai o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*, em português, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), entra o USMCA. O NAFTA entrou em vigor em 01 de janeiro de 1994 e este bloco econômico durou 25 anos. Esta Zona de Livre Comércio gerou um forte mercado consumidor, grandes investimentos no setor industrial e a circulação de US\$ 1,2 trilhão por ano em bens de consumo.

Embora tenha sido assinado pelos líderes dos Estados Unidos da América (EUA), Estados Unidos Mexicanos e Canadá, durante a XIII Cúpula do Grupo dos Vinte (G20), na Argentina, o acordo comercial ainda precisa ser ratificado pelos legisladores (por exemplo, os democratas e os republicanos, em Washington) em cada país do USMCA.

2 USMCA

Sob o novo acordo comercial, o USMCA, constam grandes mudanças para as montadoras, novos padrões trabalhistas e ambientais, proteções à propriedade intelectual e algumas cláusulas de comércio digital, destacam-se:

1. Carros ou caminhões devem ter 75% de seus componentes fabricados no México, nos Estados Unidos ou no Canadá para se qualificarem para tarifas de importação zero. Este é um aumento substancial dos 62,5% no NAFTA original;
2. O acordo prevê que 40% a 45% dos componentes de automóveis sejam feitos por trabalhadores que ganham pelo menos US\$ 16 por hora até 2023. Essa provisão visa especificamente o México e destina-se a elevar os salários para os padrões americano e canadense;

3. Os Estados Unidos conseguiram que o Canadá abrisse seu mercado de lácteos, iniciando com uma fase de acesso de seis meses que chega a quase 4%, um valor ligeiramente acima do que foi negociado no TPP (*Trans-Pacific Partnership*). O Canadá cedeu no sistema de cotas para o leite, o que abrirá seu mercado aos produtores americanos;
4. O novo acordo estende os termos de copyright de 50 anos além da vida do autor para 70 anos além da vida do autor;
5. O Canadá preservou o Capítulo 19 do NAFTA, que criou um mecanismo independente para resolver disputas comerciais especiais entre os países-membros. O Canadá viu o Capítulo 19 como uma forma de se defender contra as políticas comerciais protecionistas dos Estados Unidos e prevaleceu nessa meta;
6. No NAFTA original, uma cláusula conhecida como Capítulo 11 dava aos investidores a capacidade de processar os governos por mudanças nas políticas que alegam prejudicar os lucros futuros. Ele foi eliminado para os EUA e Canadá e foi restrito no México, exceto em alguns setores, incluindo energia;
7. A seção 232 é basicamente uma lacuna comercial que Trump usou para impor tarifas de aço e alumínio no Canadá e México. Além disso, 70% de aço e alumínio precisam ter como origem a América do Norte;
8. No comércio digital busca compromissos que abordem uma gama mais ampla de questões, como compromissos para permitir o fluxo de dados através das fronteiras e proibições de requisitos para armazenar dados localmente;
9. O acordo também está sujeito a uma revisão a cada seis anos, quando os Estados Unidos, o México e o Canadá podem decidir estender o USMCA.

3 Os principais indicadores do USMCA na atualidade

Além do novo acordo comercial, a integração dos países-membros do USMCA crescerá a economia internacional e o comércio exterior. Por isso, incluímos o Quadro 1, no qual podemos ver os principais indicadores (população, área total, PIB, reservas internacionais, IDH e taxa de desemprego) do USMCA na atualidade.

Quadro 1. Os principais indicadores do USMCA na atualidade.

Indicadores	EUA	México	Canadá	USMCA
População (Em milhões de hab.)	325,7	123,6	35,1	484,4
Área Total (Em milhões de km ²)	9,371	1,958	9,984	21,313
PIB (Em US\$ trilhões)	19,3	1,2	1,7	22,2
Reservas Internacionais (Em US\$ milhões)	123,5 72	4,135	82,088	209,795
IDH	0,924	0,774	0,926	0,875
Taxa de Desemprego (Em % da PEA)	3,7	3,2	5,8	4,2

Fontes: OCDE, FMI e PNUD.

Pela análise do Quadro 1, verificamos que, entre os três países-membros do USMAC, o país mais populoso são os Estados Unidos, com 325,7 milhões de habitantes. O país mais extenso é o Canadá com 9,984 milhões de quilômetros quadrados. E o país mais pobre é o México, com um Produto Interno Bruto (PIB) nominal de US\$ 1,2 trilhão.

O USMAC tem 484,4 milhões de habitantes, 21,313 milhões de quilômetros quadrados e um PIB total de US\$ 22,2 trilhões. De acordo com o Quadro 1, os Estados Unidos detêm as maiores reservas internacionais, com US\$ 123,572 bilhões. O Canadá tem o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com IDH de 0,926. E a menor taxa de desemprego é do México, com 3,2% da população economicamente ativa (PEA). Os três países juntos têm US\$ 209,795 bilhões em reservas internacionais, e na média, um IDH de 0,875 e uma taxa de desemprego de 4,2% da PEA.

4 Os líderes do USMCA

O novo acordo comercial chamado USMCA precisa ser ratificado pelo Congresso dos Estados Unidos no ano de 2019. De acordo com o discurso de Donald Trump: “Nos Estados Unidos, o novo pacto comercial apoiará os empregos com altos salários industriais e promoverá maior acesso para as exportações americanas em toda a gama de setores, incluindo nossos setores de agricultura, manufatura e serviços. Como parte de nosso acordo, os Estados Unidos poderão garantir acesso ao Canadá e ao México,

além de expandir enormemente nossas exportações agrícolas, algo que estamos querendo fazer há muitos anos”.

Em Buenos Aires, durante a XIII Cúpula do G20, o presidente americano Donald Trump disse, “Nós nos livramos do NAFTA. Tem sido um desastre para os Estados Unidos. Isso nos causou enormes quantidades de desemprego e perda de empresas e tudo mais. Isso será terminado”.

Segundo o economista Jayme de Mariz Maia (2008, p.327) em seu livro intitulado **Economia Internacional e Comércio Exterior**, “O objetivo do Nafta é estabelecer apenas uma Zona de Livre Comércio. Portanto, diferente do Mercosul, que pretende ser uma União Aduaneira. O Acordo visa eliminar barreiras alfandegárias e outras barreiras comerciais, o que proporcionará maiores oportunidades de trocas comerciais e crescimento dos fluxos de investimentos entre os estados-membros”.

O USMCA favorece aos novos investimentos e novas regras entre os três países-membros. Conforme Jayme de Mariz Maia (2008, p.327), “A disparidade era muito grande entre a economia do México e a dos demais parceiros. Além do mais, devido ao nível salarial mexicano ser muito inferior ao dos Estados Unidos e Canadá, temia-se uma migração maciça das indústrias para o México. Esse fato geraria desemprego nos outros países-membros”.

O México é um país emergente e o segundo maior mercado de exportação dos Estados Unidos, atrás apenas do Canadá. O México é a segunda economia da América Latina, atrás apenas do Brasil. O México é a terceira economia da América do Norte, atrás apenas dos EUA e do Canadá. O novo presidente mexicano é López Obrador (desde 1 de dezembro de 2018) e tem conhecimento que o NAFTA provocou a queda de 20% no poder aquisitivo dos salários, além de crescimento da desigualdade social e da violência no México. Obrador nos próximos seis anos irá lutar contra a corrupção endêmica.

O Canadá é um país desenvolvido, uma das dez nações mais ricas do mundo e oferece qualidade de vida a sua população que mora no maior país da América. Os EUA são o país mais rico do mundo e do USMAC, com US\$ 19,3 trilhões e o PIB norte-americano é 6,6 vezes maior do que a soma dos PIBs canadense e mexicano.

5 As diferenças entre Zona de Livre Comércio e União Aduaneira

A Zona de Livre Comércio facilita as transações econômicas entre os países membros, reduzindo ou abolindo as taxações de importações sobre a circulação de produtos. No USMCA não há projeto de União Aduaneira como no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

A União Aduaneira tem livre comércio e corresponde a uma etapa no qual os países membros de uma Zona de Livre Comércio adotam uma mesma tarifa de importações aos produtos provenientes de mercados externos. Portanto, existe a Tarifa Externa Comum (TEC) ao comércio exterior com outros países. Essa política comercial uniforme não existe na Zona de Livre Comércio.

6 Considerações finais

Cabe-nos ressaltar que, para o crescimento sustentável do USMAC, também é necessário formar capital humano. O USMAC tem a finalidade de desenvolver o comércio internacional da América do Norte, através de eliminação ou redução de barreiras alfandegárias, como também, fortalecer a competitividade e a produtividade desta economia de livre comércio voltada para a exportação.

O novo bloco econômico USMAC tem grandes vantagens econômicas e sociais. É preciso mais preocupações com as mudanças climáticas, além de ações e projetos sustentáveis na produção de produtos agrícolas, minerais e industrializados.

O USMCA é um bom acordo comercial trilateral para o Canadá, os Estados Unidos e o México e possibilitará o aumento da exportação de mercadorias e serviços, além do crescimento da importação entre os três países integrantes da América do Norte.

Referências

A TARDE. **No G20, EUA, Canadá e México assinam acordo comercial do USMCA.**

Disponível em: <http://www.atarde.uol.com.br/economia/noticias/2015767-no-g20-eua-canada-e-mexico-assinam-acordo-comercial-do-usmca>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

G1 ECONOMIA. **EUA, Canadá e México assinam renovação de acordo comercial durante o G20.** Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/30/trump-anuncia-acordo-comercial-entre-eua-canada-e-mexico.ghtml>. Acesso em: 16 de dezembro de 2018.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Capítulo XXIV

Uma breve análise dos dois principais indicadores das cinco maiores empresas do Brasil

*Ana Carolina Carvalho de Lemos⁴⁴
Gabryella Andrezza Paschoal da Nóbrega⁴⁵
Paulo Galvão Júnior*

1. Introdução

Nas comemorações alusivas ao Dia do Administrador no Brasil, inicia-se este artigo que se propõe mostrar vários problemas da economia brasileira e ao mesmo tempo estimular reflexões críticas sobre o futuro do Brasil. Mas, nos dias atuais, como projetar o futuro após a maior recessão econômica do Brasil. O primeiro passo é entender que o futuro começa hoje ao fazer uma análise acerca do ranking publicado na edição anual da revista EXAME MELHORES E MAIORES, da editora Abril, verificando os critérios levados em consideração para atribuir às maiores empresas, além de evidenciar suas posições de destaque no mercado brasileiro.

Sabe-se que a globalização aproximou as economias mundiais, gerou tendências, causou a ascensão de clientes exigentes e acirrou ainda mais a competição entre empresas do mesmo segmento, no mesmo setor, na busca pelo maior lucro, crescimento nas vendas, maiores receitas, redução nos custos de produção, além de funcionários e clientes detentores de alto nível de satisfação, dentre outros fatores. Os pressupostos do tão almejado sucesso englobam grandes e complexos processos administrativos, como a tomada de decisão, por exemplo, que pode levar as empresas ao sucesso ou fracasso, em outras palavras, lucro ou prejuízo.

Mediante a atual situação da economia brasileira, marcada por uma forte crise econômica que começou no segundo semestre de 2014 e se agravou no biênio 2015-2016, além da lenta recuperação econômica de 1,1% em 2017, fica iminente a importância do bom desenvolvimento das empresas nos diversos setores da economia para o fomento da forte recuperação e crescimento econômico sustentável do País.

A revista EXAME MELHORES E MAIORES analisa 20 setores da economia brasileira: 1. Atacado; 2. Autoindústria; 3. Bens de capital; 4. Bens de consumo; 5. Eletroeletrônicos; 6. Energia; 7. Farmacêutico; 8. Indústria da Construção; 9. Indústria

⁴⁴Graduanda em Gestão de Recursos Humanos na FATECPB. Atual presidente da CONSULT IESP, a empresa júnior de Administração, de Gestão de RH e de Gestão Comercial do IESP. E-mail: carolinalemos17@gmail.com

⁴⁵Graduada em Administração pelo IESP (2018). Graduanda em Pós-Graduação em Gestão de Pessoas no IESP. E-mail: gabyzinha_jampa@hotmail.com

digital; 10. Infraestrutura; 11. Mineração; 12. Papel e celulose; 13. Química e petroquímica; 14. Saúde; 15. Serviços; 16. Siderurgia e metalurgia; 17. Telecomunicações; 18. Têxtil; 19. Transportes; e 20. Varejo.

A edição da revista EXAME MELHORES E MAIORES aponta através de um ranking entre as 500 empresas que tiveram o maior crescimento anual na nação brasileira, assim como os fatores que as levaram a isso. Vale salientar a grande importância em conhecer esses fatores, para que micro e pequenas empresas, as quais, de acordo com o site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), "No Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPE). As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões)". Portanto, as MPEs podem ter bons exemplos a serem seguidos ou evitar os graves erros.

Numa entrevista ao site da revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios (PEGN), o presidente do SEBRAE, Guilherme Afif Domingos (2017), ressalta que "o fato dos pequenos negócios representarem 98,5% dos empreendimentos no país e serem responsáveis pela geração de renda de 70% dos brasileiros ocupados no setor privado é prova irrefutável da importância desse segmento para a economia".

Com isso, o mercado interno como também o mercado externo exigem profissionais cada vez mais qualificados, detentores das habilidades gerenciais, tais como as habilidades técnicas, humanas e intelectuais, na busca pelo sucesso empresarial nos contextos nacional e internacional.

Técnicas administrativas são renovadas constantemente; pesquisas de mercado, políticas agressivas de crescimento no comércio exterior, aplicação de treinamento e qualificação profissional, dentre outros, são fatores indispensáveis para o crescimento corporativo. Os administradores, economistas e contadores, independente do porte das empresas que trabalham, precisam analisar constantemente o mercado no qual estão inseridos, já que este está em constante mudança, adequando-se às novas tendências, exigências e tecnologias.

Para fins deste trabalho, tem-se a seguinte problemática: **Quais os dois principais indicadores analisados no Anuário Melhores e Maiores, considerados determinantes para a formulação do ranking de 2014 a 2017?**

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os indicadores mais relevantes para a formulação do ranking das cinco maiores empresas do Brasil, publicado no Anuário MELHORES E MAIORES entre 2014 e 2017.

1.1.2 Objetivos Específicos

- i. Elencar os indicadores verificados pela revista EXAME, dando destaque aos dois principais; e
- ii. Verificar as estratégias de negócios que conferem às cinco primeiras colocadas em destaque no ranking da revista EXAME.

1 Metodologia

Este artigo realizará uma breve pesquisa bibliográfica com o objetivo principal de fazer uma breve análise sobre as maiores empresas do Brasil, utilizando a revista EXAME MELHORES E MAIORES, livros, eBooks e sites, a fim de agregar conhecimentos sobre a forma de administração e ações dessas empresas na economia brasileira. Segundo Marconi e Lakatus (2010, p.142):

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revertidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros e, representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

Este artigo possui caráter inteiramente bibliográfico, já que utiliza a revista EXAME MELHORES E MAIORES, livros, eBooks e sites para realizar todo o embasamento que justifique a classificação das cinco maiores empresas do Brasil no ranking da referida revista.

Como principal instrumento para a coleta de dados será utilizada a revista Exame MELHORES E MAIORES, que mostrará o caminho para o cumprimento dos objetivos deste trabalho e facilitará o entendimento das informações necessárias. Ressalta-se a importância da divulgação oficial do balanço patrimonial das 500 empresas, especialmente, das cinco maiores empresas do Brasil.

3 Fundamentação Teórica

3.1 A formulação do ranking no Anuário MELHORES E MAIORES

O Grupo Abril constitui um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina. Fundada em 1950, cujo presidente do Brasil era Eurico Gaspar Dutra, a companhia possui como missão, de acordo com o site do Grupo Abril:

Contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria para a qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país.

Atualmente, por meio de empresas controladas e suas holdings, está presente nas áreas de mídia, gráfica, distribuição e logística. A marca EXAME surgiu com a publicação da revista EXAME, em 1967, em plena Ditadura Militar, sendo hoje a maior revista que

fala sobre negócios no País. Uma de suas edições, realizada anualmente, é a MELHORES E MAIORES, que divulga o ranking das 500 e também das 1.000 maiores empresas do Brasil que possuíram maior crescimento no ano referente à publicação, na qual possui grande credibilidade e destaque no seu meio de atuação.

Desde 1974, a revista EXAME publica anualmente a edição MELHORES E MAIORES. Como o Brasil mudou nos últimos 44 anos. A partir de 1974, o País piorou com o dragão da inflação, o fantasma do desemprego, os espectros das dívidas externa e interna, o dinossauro da corrupção e o monstro da recessão. Ressalta-se que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi de 9,0% em 1974 caindo para apenas 1,1% em 2017.

Ao longo de seus 44 anos, MELHORES E MAIORES tem acompanhado a evolução das 500 maiores empresas do Brasil diante do segundo choque do petróleo em 1979, da hiperinflação da década de 1980, do apagão de energia de 2001, da crise financeira global de 2008 e da greve dos caminhoneiros, de onze dias, no ano de 2018, foram momentos de grandes desafios, grandes turbulências para os empresários e suas empresas na economia brasileira.

Na edição de 2017 as empresas que encabeçaram o ranking, consideradas as cinco maiores empresas do Brasil foram: a Petrobras, no setor de energia; BR Distribuidora, no setor de atacado; Ipiranga, atacado; Raízen Combustíveis, também no setor de atacado; e a Vale, na mineração. Os dois principais indicadores dessas organizações serão analisados separadamente, a fim de elucidar o problema deste trabalho.

Muitos fatores econômicos interferem no crescimento e declínio desses indicadores, como exemplos, as taxas de câmbio e de inflação, as políticas fiscal e monetária, por isso é necessário a realização da análise de SWOT (em português, Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e pesquisas de mercado, dentre outros fatores, o preço dos custos de produção (sobretudo, de energia elétrica).

Para a obtenção do sucesso no mundo de negócios, faz-se necessário que essas empresas detenham uma boa gestão, realizem de forma adequada as funções administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar, para que todos os processos sejam bem planejados e executados; além disso, os setores das empresas devem ser vistos como partes de um corpo, no qual o trabalho de um setor influencia os demais e, conseqüentemente, o desempenho de toda a organização.

Com a finalidade de elaborar o ranking das MELHORES E MAIORES, a equipe da renomada revista EXAME analisa as 500 maiores empresas instaladas no Brasil e analisa também 31 (trinta e um) indicadores de cada uma delas, a saber:

1. "ATIVO TOTAL AJUSTADO — É o total dos recursos que estão à disposição da empresa. O valor é ajustado para reconhecer os efeitos inflacionários que as empresas deixaram, por imposição legal, de considerar nas demonstrações contábeis. O valor do ativo total ajustado pode ser obtido dividindo-se o patrimônio líquido ajustado pelo endividamento geral, subtraído de 1;

2. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO — Representa o total de recursos de curto prazo disponíveis para financiamento das atividades da empresa. É medido pela diferença entre o ativo e o passivo circulantes;
3. CONTROLE ACIONÁRIO — Indica o país de origem do acionista controlador. Empresas multinacionais controladas por holding constituída no Brasil são classificadas pelo país de origem do acionista controlador final;
4. CRESCIMENTO DAS VENDAS — Mostra a evolução da receita líquida de vendas em reais, descontada a inflação média apontada pela variação do IPCA-IBGE. As empresas que não publicaram demonstrações contábeis com correção monetária integral tiveram suas vendas atualizadas por MELHORES E MAIORES. Os valores foram convertidos para moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2017;
5. EBITDA — Abreviatura da expressão em inglês *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, que significa lucro antes de descontar os juros, os impostos sobre o lucro, a depreciação e a amortização. Em essência, corresponde ao caixa gerado pela operação da empresa;
6. EMPREGADOS — Número de funcionários na data de fechamento do balanço, normalmente 31 de dezembro;
7. ENDIVIDAMENTO A LONGO PRAZO — Indica o quanto a empresa está comprometida com dívidas classificadas no passivo não circulante. É expresso em porcentagem, em relação ao ativo total ajustado;
8. ENDIVIDAMENTO GERAL — É a soma do passivo circulante (isto é, dívidas e obrigações de curto prazo) com as do passivo não circulante. O resultado é mostrado em porcentagem, em relação ao ativo total ajustado, e representa a participação de recursos financiados por terceiros na operação da empresa. É um bom indicador de risco do negócio;
9. EXCELÊNCIA EMPRESARIAL — Indicador criado por MELHORES E MAIORES. É obtido pela soma de pontos ponderados conseguidos pelas empresas em cada um destes cinco indicadores de desempenho: crescimento das vendas (peso 10), liderança de mercado (peso 20), liquidez corrente (peso 25), rentabilidade do patrimônio (peso 30) e riqueza criada por empregado (peso 15). Com relação ao quesito rentabilidade e riqueza criada por empregado, são atribuídos pontos apenas às empresas cujos índices sejam positivos. Em cada indicador, a escala de pontos iniciais vai de 10, para o primeiro colocado, a 1, para o décimo. Assim, o primeiro colocado em rentabilidade obtém 300 pontos, ou seja, os 10 pontos iniciais vezes o peso 30;

10. EXIGÍVEL TOTAL — É um indicador derivado, obtido da multiplicação do ativo total ajustado pelo endividamento geral, sendo o resultado dividido por 100;
11. EXPORTAÇÃO — É a parcela das vendas líquidas realizadas para o exterior, obtida a partir das demonstrações contábeis publicadas ou das respostas aos questionários pela revista;
12. GIRO DO ATIVO — É a receita líquida de vendas dividida pelo ativo total ajustado. Mede a eficiência operacional da empresa e deve ser comparado com a margem de lucro sobre vendas;
13. INVESTIMENTOS NO IMOBILIZADO — Considera o valor das aplicações em máquinas, equipamentos, edificações e outras que servirão para manter, renovar ou aumentar a capacidade produtiva da empresa;
14. LIDERANÇA DE MERCADO — Expressa em porcentagem a participação da empresa no seu setor. É calculada dividindo-se as vendas líquidas da empresa pela soma das vendas das empresas do mesmo setor pesquisadas pela revista;
15. LIQUIDEZ CORRENTE — É o ativo circulante dividido pelo passivo circulante;
16. LIQUIDEZ GERAL — Mostra uma relação entre os recursos da empresa que não estão "imobilizados" e o total de sua dívida. É calculada pela divisão da soma do ativo circulante com o realizável a longo prazo pela soma do exigível total. Dessa divisão, obtém-se um índice. Se o índice for menor que 1, conclui-se que a empresa, para manter a solvência, dependerá de lucros futuros, renegociação das dívidas ou venda de ativos;
17. LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO — É o lucro líquido apurado depois de reconhecidos os efeitos da inflação nas demonstrações contábeis. Algumas empresas, mesmo sem exigência legal, calcularam e divulgaram esses efeitos mediante demonstrações complementares, notas explicativas ou resposta ao questionário elaborado por MELHORES E MAIORES. Para as empresas que não fizeram tal divulgação, os efeitos foram calculados. Nesse valor estão ajustados os juros sobre o capital próprio, eventualmente considerados como despesas financeiras;
18. LUCRO LÍQUIDO LEGAL — É o resultado nominal do exercício, apurado de acordo com as regras legais (sem considerar os efeitos da inflação), depois de descontado o imposto de renda e a contribuição social e ajustados os juros sobre o capital próprio, se considerados como despesas financeiras;

19. MARGEM DAS VENDAS — É a divisão do lucro líquido ajustado pelas vendas líquidas, expressa em porcentagem. Esse índice também pode ser denominado de rentabilidade das vendas;
20. MEDIANA DO SETOR — É calculada com base nas empresas classificadas entre as 500 maiores;
21. NOME DAS EMPRESAS — É o nome mais conhecido da empresa, que nem sempre coincide com sua razão social;
22. PASSIVO CIRCULANTE — É um indicador obtido da multiplicação do ativo total ajustado pela diferença entre o endividamento geral e o endividamento a longo prazo. O resultado final é dividido por 100;
23. PASSIVO NÃO CIRCULANTE — É um indicador derivado, obtido da multiplicação do ativo total ajustado pelo índice de endividamento a longo prazo, sendo o resultado dividido por 100;
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO — É o patrimônio líquido legal atualizado pelos efeitos da inflação. Também essa informação foi dada por parte das empresas, mesmo sem exigência legal. Para as empresas que não fizeram tal divulgação, os efeitos foram calculados pela revista, considerando-se, inclusive, os impostos;
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO LEGAL — É a soma do capital, das reservas e dos ajustes de avaliação patrimonial, menos a soma do capital a integralizar, das ações em tesouraria e dos prejuízos acumulados, sem considerar os efeitos da inflação. Mede a riqueza da empresa, embora distorcida pela ausência de correção monetária desde 1996;
26. RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO — É o principal indicador de excelência empresarial, porque mede o retorno do investimento para os acionistas. Resulta da divisão dos lucros líquidos, legal e ajustado, pelos respectivos patrimônios líquidos, legal e ajustado. O produto é multiplicado por 100, para ser expresso em porcentagem. Para o cálculo, consideram-se como patrimônio os dividendos e os juros sobre o capital próprio classificados como passivos;
27. RIQUEZA CRIADA — Representa a contribuição da empresa na formação do produto interno bruto do país, já deduzida a depreciação;
28. RIQUEZA CRIADA POR EMPREGADO — É o total da riqueza criada pela empresa dividido pela média aritmética do número de empregados, sem levar em

conta eventuais serviços terceirizados. Serve para indicar a produtividade dos trabalhadores e a contribuição média de cada um na riqueza gerada pela empresa;

29. **TRIBUTOS** — Inclui os impostos incidentes sobre vendas (IPI, ICMS, ISS, PIS e COFINS), tributos incidentes sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a folha de pagamento e outros sobre atividades ou propriedades específicas);

30. **VENDAS EM DÓLARES** — Foram apuradas com base nas vendas líquidas em reais, atualizadas para a moeda de poder aquisitivo de 31 de dezembro de 2017 e convertidas pela taxa de dólar do Banco Central na data, que era de 3,3080 reais;

31. **VENDAS LÍQUIDAS** — São calculadas pela diferença aritmética entre o valor das vendas brutas, deduzidas das devoluções e abatimentos, e os impostos sobre vendas”.

A economia brasileira necessita de boas análises contábeis das empresas para oferecer dados importantes, informações relevantes sobre o rumo de cada setor econômico.

3.2 Contextualizando o mercado global

A economia global vem sofrendo drásticas mudanças em sua dinâmica, desde o final do século XVIII, com o processo de industrialização na economia mundial, com o início da Revolução Industrial na Inglaterra. Sabe-se que desde a época das grandes navegações e expedições marítimas, nos séculos XV e XVI, já visavam à expansão do comércio das potências daquela época, como Portugal e Espanha, que buscavam vender seus produtos oriundos das Índias e enriquecer com o ouro e a prata de suas colônias. A colônia mais rica de Portugal foi o Brasil por 322 anos, mas o Brasil proclamou sua independência política no dia 07 de setembro de 1822. Recentemente, os 208,4 milhões de brasileiros comemoram os 196 anos do Dia da Independência.

Mas, foi somente com a Primeira Revolução Industrial, depois a Segunda Revolução Industrial e em seguida, a Terceira Revolução Industrial, com advento do computador e da internet, bem como desenvolvimento dos meios de transporte mais rápidos, mais seguros e mais baratos que a produção de diversos produtos das empresas passaram a ser realizada em grande escala, volume e com maior variedade, com melhor tecnologia, alcançando o mercado internacional, com as exportações de bens para o resto do mundo.

Os clientes também passaram a ocupar uma nova posição na visão dos empresários: passaram a ser o cerne dos objetivos organizacionais, onde todos os esforços, alocações dos insumos e mão de obra, busca pela eficiência e eficácia, pesquisas de mercado, dentre outros fatores, são voltados à satisfação dos clientes e busca da fidelização destes. Com isso, todos os setores das empresas sofreram grandes

transformações, grandes mudanças nos seus processos, que foram otimizados e são constantemente atualizados, adequando-se às novas tendências, novas tecnologias do mercado global.

São enormes os fatores que influenciam na tomada de escolha dos clientes, referente à escolha de qual produto comprar e em qual empresa investir parte de sua renda; o setor de marketing enfrenta esse grande desafio: entender o perfil dos clientes, suas aspirações, desejos e preferências. Ainda mais, as empresas passaram a ter maiores obrigações com a preservação do meio ambiente, onde devem investir na sustentabilidade de seus processos; este também constitui um fator decisivo na escolha dos clientes. Como exposto, são grandes os desafios enfrentados pelas empresas modernas; para a sobrevivência de qualquer organização, faz-se necessário que esta conheça bem seu público alvo, seus concorrentes, as fusões e as aquisições, a dinâmica do mercado em diversos setores como bens de consumo, bens de capital ou transportes, no qual está inserido e fique atento às novas tendências que surgem diariamente.

A análise de SWOT deve ser feita periodicamente, já que o mercado encontra-se em constante mudança no mundo globalizado, sobretudo com a chegada da Quarta Revolução Industrial também conhecida como a Indústria 4.0. Com certeza, a Indústria 4.0 promete trazer consigo a automatização da maioria dos processos de produção, o que acarretará grandes mudanças no mundo, na forma em que trabalhamos, nos relacionamos, e em nossa maneira de viver e pensar. Países desenvolvidos como, Estados Unidos da América (EUA), Alemanha e Japão têm buscado com entusiasmo a incorporação desta revolução tecnológica em sua realidade.

Segundo economistas, o impacto econômico nos próximos anos acontecerá numa proporção gigantesca, podendo agregar em média de 14,2 bilhões de dólares americanos na economia global. Entretanto, a Indústria 4.0 pode extinguir mais de 5 milhões de empregos nos países desenvolvidos e mais de 2 milhões de empregos nos países emergentes. Por este motivo, apenas pessoas dotadas da capacidade de inovação conseguirão obter benefício desta transição da indústria, logo, adaptar-se é essencial.

3.3 Contextualizando o mercado nacional

O Brasil sofreu com a recessão econômica, onde enfrentou as quedas sucessivas do PIB de 3,5% no biênio 2015-2016. A retração econômica prejudicou muito o crescimento do setor industrial brasileiro.

Nesse cenário, a sobrevivência empresarial torna-se ainda mais difícil; os desafios são maiores; o crescente número de desempregados, crescimento da taxa de inflação que em 2014 chegou a 6,41%, conheceu seu ápice em 2015 com crescimento de 10,67% e tornou a recuar nos anos de 2016 e 2017, sendo de 6,29% e 2,21%, respectivamente, segundo os dados do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); além de alto índice de inadimplência (são 63,3 milhões de consumidores inadimplentes, de acordo o SPC Brasil) podem ser indicadores determinantes para a falência, a concordata, a recuperação judicial ou a recuperação extrajudicial de muitas empresas, principalmente

as de menor porte. Segundo o IBGE, no ano de 2017, 21,5 mil empresas fecharam suas portas nas cinco regiões do Brasil.

Portanto, é importante a capacitação dos empregados, incentivos a participação criativa dos colaboradores, além do desenvolvimento de lideranças participativas e integrativas. O empresário deve usar sua liderança para entusiasmar e motivar sua equipe de empregados e de colaboradores.

Através da análise dos dois principais indicadores das cinco maiores empresas do Brasil, torna-se importante observar como se deu a tomada de decisão, ou seja, suas estratégias de mercado, para destacar suas posições no ranking, já que o país passou pelo período de semi-estagnação da economia em 2014, de recessão econômica no biênio 2015-2016 e de recuperação econômica em 2017.

Ressalta-se que toda crise econômica é cíclica. A crise econômica tem início, auge e fim, e o seu término no país é mais rápido com grandes investimentos do setor privado para produzir bens e oferecer serviços na economia de mercado. É a iniciativa privada que gera mais riquezas produzidas no Brasil, atualmente, a oitava economia do mundo e ao mesmo tempo a décima nação mais desigual do planeta.

A livre iniciativa cresceu muito desde 1974, o que faz com que novas empresas surjam diariamente nos três setores da economia brasileira. As empresas precisam se adequar, além do mais, devem respeitar as normas legais, os regulamentos municipais, estaduais e federais, além de realizar a prestação de contas e pagamentos dos tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) cobrados. Infelizmente, nos últimos 25 anos a carga tributária brasileira cresceu de 23,7% do PIB em 1992 para 32,4% do PIB em 2017, ou seja, um aumento assustador de 8,7% do PIB.

3.4 Definição de PIB e sua formulação no território brasileiro

Segundo o economista Paulo Sandroni (2008, p. 641), no **Dicionário de economia do século XXI**, o PIB (Produto Interno Bruto) significa: “Refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços”.

Na obra intitulada **Introdução à Economia** (2012, p.63), Jefferson Mariano assim explica a formulação do PIB brasileiro:

No Brasil, devido às dimensões do país e também às diferenças regionais, o IBGE também levanta essa informação no âmbito das unidades da federação e desde 2004, também constrói esse agregado para os municípios. Assim, é possível verificar a contribuição de cada unidade da federação para o PIB do país e também no interior dessas unidades, a participação de cada município.

Isso quer dizer que, além do levante geral realizada com a análise da produção nacional, o IBGE, órgão responsável pela verificação do PIB brasileiro, também analisa de forma mais minuciosa a contribuição de cada município e cada estado no que tange a produção de bens e serviços, indicador este que permite outras análises, como a

desigualdade entre os estados nacionais, e áreas que demandam maior visibilidade governamental para fomento do desenvolvimento social do País.

Para a análise aprofundada acerca dos resultados obtidos pelas empresas em questão, faz-se importante entender o desenvolvimento do PIB nacional nos anos de 2014a 2017, já que nesse período o Brasil passou por uma severa crise econômica, que retraiu o crescimento da economia brasileira.

Em 2014, o PIB brasileiro passou por um momento de quase estagnação, pois cresceu apenas 0,5%; em 2015 e 2016, o país chegou à recessão econômica, com crescimento negativo de 3,5% do PIB em cada ano; foi somente no ano de 2017 que o país apresentou uma melhora, com o crescimento positivo de seu PIB em 1,1%, de acordo com os dados recentes do IBGE.

4 Índices de rentabilidade

Além de saber como a empresa está se saindo em seu meio atuante e qual sua contribuição para o desenvolvimento social, produtivo e financeiro do país, a análise dos índices de rentabilidade também é importante no quesito de atrair investidores; passar confiança aos acionistas em potencial, logo, é fundamental para o crescimento da empresa e, conseqüentemente, da nação.

Na obra *Princípios de Administração Financeira* (2010, p.58), o autor Lawrence J. Gitman define índices de rentabilidade da seguinte forma: “Há muitas medidas de rentabilidade. Tomadas em seu conjunto, essas medidas permitem aos analistas avaliar os lucros da empresa em relação a um dado nível de vendas, um dado nível de ativos ou o investimento dos proprietários”.

Isso quer dizer que os custos inerentes à fabricação dos produtos ou execução dos serviços de uma empresa são analisados em detrimento do retorno obtido com as vendas, podendo inferir o desempenho organizacional em dado período de tempo.

Os índices de rentabilidade interferem diretamente no crescimento ou declínio do desemprego e geração de renda, uma vez que o crescimento dos lucros resulta, geralmente, na estabilidade e aumento no nível de empregabilidade. Além disso, reflete positivamente ou negativamente no PIB nacional, no PIB *per capita* brasileiro, já que um maior lucro reflete maior produção, um prejuízo significa menor produção.

Para o cumprimento da finalidade deste trabalho, o montante produto das vendas será analisado detalhadamente, ou seja, o lucro. O lucro é definido por Alexandre Assaf e Fabiano Guasti, no livro **Fundamentos de Administração Financeira** (2014, p.96):

O lucro de uma empresa é apurado pelo regime de competência, ou seja, independentemente de sua geração de caixa. O lucro é entendido como de competência do exercício, podendo ou não existir em termos de caixa. As receitas e despesas incorridas no período são consideradas por sua realização, não se considerando se foram efetivamente recebidas ou pagas.

Com isso, após a apuração de todas as despesas referentes à produção ou execução do produto e serviço, subtraídas do montante advindo das vendas, o lucro pode ser determinado. Ainda há outros fatores que são deduzidos do lucro, como imposto de renda, por exemplo, e o dividendo dos acionistas, entretanto, como dito acima pelos referidos autores, para determinar o lucro da empresa em dado exercício, são levados em consideração todos os valores a receber (as vendas realizadas a prazo, por exemplo) e todas as contas a pagar, mesmo que ainda não tenham sido pagas.

4.1 Conhecendo as Cinco Maiores Empresas do Brasil

4.1.1. Petrobras

Fundada em 03 de outubro de 1953, pelo então Presidente Getúlio Vargas, a Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras se destaca no seu ramo de atuação. Constitui uma sociedade anônima de capital aberto, que atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Atuante nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados de petróleo, gás natural, energia elétrica e bicomcombustíveis.

Todavia, é importante destacar que a Petrobras vem passando por graves momentos de dificuldades, devido as propinas e aos grandes desvios de recursos públicos que, atualmente, é investigada pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, como envolvimento de diretores, empresários e políticos de vários partidos.

Segundo o site da Petrobras, no ano de 2017 a referida empresa apresentou um prejuízo no valor de R\$ 446 milhões; em comparação com o ano de 2016, o prejuízo referido foi menor, devido ao aumento das exportações de petróleo com valores mais elevados, menores gastos com pessoal, no segundo trimestre de 2017 e menores depreciações de ativos.

A Petrobras estar presente em 19 países e após a descoberta do pré-sal, uma das maiores reservas de petróleo do mundo, a empresa passou a ter um grande diferencial competitivo em relação aos seus concorrentes, produzindo em maiores escalas e com qualidade; mesmo com todos os desafios que enfrentou nos últimos quatro anos, a empresa continua encabeçando o ranking das 500 maiores empresas do Brasil.

4.1.2 BR Distribuidora

Criada em 12 de novembro de 1971, a Petrobras Distribuidora S.A., a BR Distribuidora é uma empresa que atua no ramo de distribuição de petróleo e derivados. Em 1994 as empresas dos grupos Petrobras e BR se fundem, adotando o símbolo da BR em todas as empresas do novo grupo, atuando até hoje com grande representação de mercado.

4.1.3 Ipiranga

A Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. passou por grandes dificuldades, devido as suas atividades suspensas por um período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O grupo surgiu em 1937, e atuou em vários segmentos, como hotéis, agropecuária, e couro, chegando a 30 segmentos diferentes. Todavia, foi no ramo da petroquímica que a Ipiranga se destacou, e, sobretudo, no Atacado. No decorrer dos anos, a empresa fez grandes parcerias, como por exemplo, com a Ultrapar, em 2008 e 2009. Atualmente, possui grande representação no segmento de combustíveis e distribuição, prestação de serviços em carros e motos, assim como atuação na internet, com o Ipiranga Web.

4.1.4 Raízen Combustíveis

A Raízen Combustíveis S.A. foi criada em 2011 a partir da junção de parte dos negócios da Shell e da Cosan, a Raízen é hoje uma das maiores empresas em faturamento no Brasil. É a principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar do país e a maior exportadora individual de açúcar de cana no mercado internacional, além de um dos principais players na distribuição e comercialização de combustíveis no Brasil. A Raízen Combustíveis tem controle anglo-holandês, tem cogeração de energia e com sede no município do Rio de Janeiro.

4.1.5 Vale

A Vale, de 1942 até 2007 foi a Companhia Vale do Rio Doce S/A (CVRD), é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. A Vale S.A. é uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel. A empresa também produz manganês, cobre, bauxita, potássio, caulim e alumínio. No setor de energia elétrica, a empresa participa em consórcios e atualmente opera nove usinas hidrelétricas, no Brasil, no Canadá e na Indonésia. A Vale como a Petrobras foi inaugurada pelo então presidente do Brasil, o advogado gaúcho Getúlio Vargas, na data de 14 de junho de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial.

No ano de 2015, mais precisamente no dia 05 de novembro, ocorreu o maior desastre ambiental do Brasil, o rompimento da barragem do Fundão, de propriedade da Vale. A tragédia ocorreu no estado de Minas Gerais, na cidade de Mariana, uma avalanche de 55 milhões de metros cúbicos invadiu o pequeno vilarejo chamado Bento Rodrigues, deixando centenas de pessoas desabrigadas, 19 mortes e impactos ambientais em proporção tamanha que ainda não se pode calcular com exatidão.

A catástrofe poderia ter sido evitada se a empresa não houvesse ignorado os alertas de riscos de desestabilização da barragem. A Vale e a Samarco foram investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público por não possuir licenças para continuar a exploração de minério mesmo com ciência dos riscos e por possuir um plano de emergência com várias falhas. Houve negligência por parte da empresa, o que acarretou consequências muito além do financeiro.

4.2 Definição dos dois principais indicadores

Os **dois principais** indicadores analisados pelos autores são:

- (i) Vendas líquidas – É o indicador que apresenta o montante gerado através da realização das atividades de uma empresa. Na contabilidade, receita líquida refere-se por a receita bruta com deduções, por exemplo, custos, despesas, deduções de impostos;
- (ii) Lucro líquido ajustado – A margem de lucro bruto se dá através do cálculo seguindo a seguinte fórmula: Receita de Vendas menos Custo das Mercadorias dividido pela Receita de Vendas. Isso quer dizer que, o lucro bruto é o valor adquirido após o pagamento dos insumos necessários para fabricar produto ou prestar determinado serviço. Já a margem de lucro líquido ajustado, de acordo com Lawrence (2010, p.59) "é a margem de lucro líquido mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas remanescente após a dedução de todos os custos e despesas, inclusive juros, impostos e dividendos de ações preferenciais. Quanto mais elevada a margem de lucro líquido de uma empresa, melhor".

5 Análise e interpretação dos dados

Considerando que o objetivo principal deste artigo é analisar os indicadores mais relevantes para a formulação do ranking das cinco maiores empresas do Brasil, publicado no Anuário MELHORES E MAIORES, entre 2014 e 2017, foi realizado as análises das vendas líquidas e do lucro líquido da Petrobras, BR Distribuidora, Ipiranga, Raízen Combustíveis e Vale.

Segundo um dos principais gurus da Administração, o economista Peter Drucker, "A melhor maneira de prever o futuro é construí-lo". Drucker está corretíssimo. Nós estamos aptos e dispostos a construir um futuro melhor para o Brasil. É preciso mudar os rumos da economia brasileira o mais breve possível.

O maior economista do século XX, o economista inglês John Maynard Keynes, era a favor de uma política fiscal expansionista e totalmente contra os elevados impostos, porque diminuem o consumo das famílias.

Quadro 1. As Cinco Maiores Empresas do Brasil em Vendas – 2014 e 2016

EMPRESA	SETOR	VENDAS – 2014 (Em milhões de reais)	VENDAS – 2016 (Em milhões de reais)
Petrobras	Energia	277.558	222.870
BR Distribuidora	Atacado	101.459	88.061
Ipiranga	Atacado	60.507	67.617
Raízen Combustíveis	Atacado	55.956	61.155
Vale	Mineração	48.817	47.423

Fonte: Revista EXAME.

Observa-se no Quadro 1 os dados das cinco maiores empresas do Brasil nos últimos três anos: Petrobras, BR Distribuidora, Ipiranga, Raízen Combustíveis e Vale. A Petrobras ficou em primeiro lugar das 500 maiores empresas do Brasil, entre 2014 e 2016, segundo a Edição Especial MELHORES E MAIORES da revista EXAME. Destaca-se que as vendas líquidas da Petrobras caíram de R\$ 277,5 bilhões em 2014 para R\$ 222,8 bilhões em 2016, ou seja, uma queda absoluta de R\$ 54,7 bilhões e uma queda relativa de 19,72%.

A BR Distribuidora por três anos consecutivos foi eleita a segunda entre as cinco maiores empresas do País. Ressalta-se que as vendas líquidas da BR Distribuidora caíram de R\$ 101,4 bilhões em 2014 para R\$ 88,0 bilhões em 2016, ou seja, uma queda absoluta de R\$ 13,4 bilhões e uma queda relativa de 13,21%.

Ipiranga alcançou o terceiro lugar entre 2014 e 2016 e aumentou suas vendas líquidas de R\$ 60,5 bilhões em 2014 para R\$ 67,6 bilhões em 2016, ou seja, um crescimento absoluto de R\$ 7,1 bilhões e um aumento relativo de 11,73%.

Raízen Combustíveis ficou em quarto lugar no triênio 2014-2015-2016 e aumentou suas vendas líquidas de R\$ 55,9 bilhões em 2014 para R\$ 61,1 bilhões em 2016, ou seja, um crescimento absoluto de R\$ 5,2 bilhões e um crescimento relativo de 9,3%. Já a Vale foi a quinta colocada entre as 500 maiores do Brasil, mas diminuiu as vendas líquidas entre 2014 e 2016 no valor total de R\$ 1,394 bilhão.

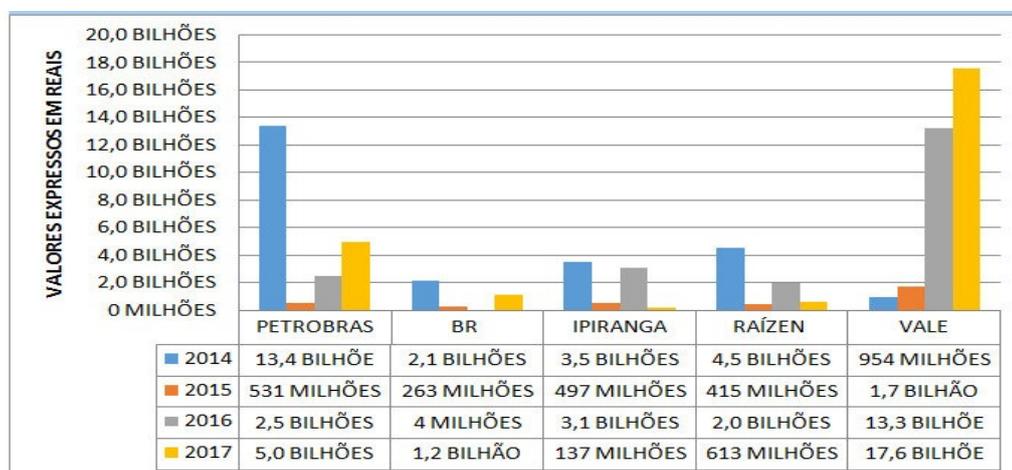
A EXAME (2014) revela que em 2014, as 500 maiores empresas do País tiveram um faturamento de 854 bilhões de dólares e um lucro líquido de 21,6 bilhões de dólares. Ressalta-se que as receitas líquidas das 500 maiores empresas do Brasil caíram de US\$ 854 bilhões em 2014 para US\$ 809 bilhões em 2016, além da queda do lucro líquido no valor de US\$ 21,6 bilhões em 2014 para US\$ 19,0 bilhões em 2016.

Destaca-se que as cinco maiores empresas do País geram muitos empregos diretos e indiretos. Todavia, o Brasil com os atuais 12,9 milhões de desempregados tem gerado os desalentados. O mercado de trabalho brasileiro tem 4,8 milhões de desalentados. Os desalentados são trabalhadores desocupados, sem esperança, cansados e desmotivados de procurar trabalho, dia após dia, deixaram de procurar vagas de emprego formal no mercado de trabalho, até nas cinco maiores do Brasil, Petrobras, BR Distribuidora, Ipiranga, Raízen Combustíveis e Vale, desde o segundo semestre de 2014 até os dias atuais.

Com menos trabalhadores, as grandes empresas tendem a diminuir a produção de bens de consumo duráveis ou não duráveis, logo, lucro menor. Os dias atuais refletem diretamente o desemprego como uma chaga real que impacta cada vez mais a economia brasileira, alcançando níveis cada vez mais elevados em diversos setores. O desemprego alto provoca menos consumidores para adquirem bens duráveis ou não duráveis no País.

O desemprego alto gera baixos salários, além de alimentar o subemprego, este último consiste na remuneração salarial muito abaixo de padrões aceitáveis no mercado de trabalho. O desemprego alto provoca sérios problemas sociais como fome, desigualdade e despejo, além de impactos psicológicos como ansiedade, desânimo e depressão. A crise econômica provoca mais desemprego, mais dívidas.

Gráfico 1. As Cinco Maiores Empresas do Brasil por Lucro – 2014 a 2017



Fonte: Revista EXAME.

Constata-se no Gráfico 1, o real crescimento das empresas listadas na revista EXAME. A Petrobras se encontra em recuperação após quatro anos consecutivos de perdas consideráveis. O desempenho da empresa foi afetado devido a inúmeros processos judiciais acionados por investidores norte-americanos, a Operação Lava-Jato e a adesão a programas de regularização fiscal. A empresa retomou o fôlego após uma série de medidas para redução de prejuízo como reavaliações nos ativos, redução de despesas com pessoal, ampliação nas exportações de petróleo e elevação nos preços de venda. O lucro da Petrobras caiu de R\$ 13,4 bilhões em 2014 para R\$ 5,0 bilhões em 2017.

A BR Distribuidora, por sua vez, também lidou com prejuízos significativos, apesar de manter a liderança no segmento ao longo dos últimos quatro anos. A companhia definiu uma reestruturação de seu capital no mês de agosto de 2017, a estratégia possibilitou uma rentabilidade superior aos anos anteriores, revertendo o endividamento no valor de R\$ 315 milhões do ano de 2016. A empresa se mostra confiante para manter o desempenho financeiro, conservando a estratégia desenvolvida.

Logo, o lucro da BR Distribuidora caiu de R\$ 2,1 bilhões em 2014 para R\$ 1,2 bilhão em 2017.

A Ipiranga, principal componente do grupo Ultrapar, sofreu altos e baixos no decorrer dos últimos 4 anos. A empresa apresentou crescimento após sete trimestres consecutivos de declínio, segundo dados apresentados pela revista EXAME. O fator predominante para o aumento na receita líquida da companhia foi à queda nas taxas de juros que possibilitou uma melhor comercialização de vendas e serviços. Logo, o lucro da Ipiranga despencou de R\$ 3,5 bilhões em 2014 para R\$ 137 milhões em 2017.

A Raízen apresentou um histórico de prejuízos entre os anos de 2014 e 2017, sabendo-se que a atividade da empresa tem como principal insumo a cana-de-açúcar, um dos fatores que favoreceram o endividamento da companhia foram as condições climáticas adversas. O clima seco foi prejudicial ao desenvolvimento do canavial. O fator positivo para a estabilização da receita líquida da empresa se deu pelo aumento do preço médio do etanol e a alta nos volumes de venda. Logo, o lucro da Raízen Combustíveis despencou de R\$ 4,5 bilhões em 2014 para R\$ 613 milhões em 2017.

A Vale apresentou seu melhor desempenho no ano de 2017, a companhia atribuiu seu resultado positivo as melhorias no preço internacional do minério de ferro. A empresa também divulgou que a empresa atingiu o recorde de produção do minério de ferro no mesmo ano. Logo, o lucro da Vale aumentou de R\$ 954 milhões em 2014 para R\$ 17,6 bilhões no ano de 2017.

6 Considerações finais

Com base no que foi abordado neste artigo, pode-se concluir que a recessão econômica que atingiu o Brasil, em meados de 2014, e se estendeu até 2016, exigiu inovações no cenário organizacional. Deste modo, as empresas precisaram reavaliar seus conceitos e abordar novas formas para driblar todas as dificuldades que ameaçaram sua estabilidade. Destaca-se a alta concorrência nos diversos segmentos do mercado, os altos custos de produção, a alta na inflação, aliada a queda nos lucros.

Os indicadores apresentados pela revista EXAME mostram que as cinco maiores empresas do País também foram, de certa forma, atingidas pela crise econômica nas vendas líquidas, com exceção da Ipiranga (dados até 2016) e da Raízen (dados até 2016) e no lucro líquido, com exceção da Vale (dados até 2017).

As micro, pequenas e médias empresas, no entanto, foram afetadas em uma proporção muito maior em comparação com as grandes empresas e multinacionais. De acordo com o IBGE, em média de 341,6 mil empresas fecharam no período de 2014 a 2017. Um número preocupante, levando em consideração a quantidade de empregos que deixaram de existir, causando proporcionalmente um grande impacto negativo no consumo das famílias.

O Brasil se encontra no período de recuperação econômica, é o momento onde os empreendedores devem desenvolver ideias inovadoras, onde os atuais empresários devem ampliar seus horizontes em busca de conquistar mais espaço no mercado e os comerciantes devem buscar novos métodos de abordagem de clientes. Somente desta

forma, a economia será aquecida novamente e a confiança do consumidor será renovada. Tudo isso de forma bem elaborada, pois, o planejamento é à base do sucesso e a empresa liderará o mercado.

Por isto, ressalta-se a importância da boa administração para a sociedade. Um bom administrador compreenderá a respeito das atividades e desafios de uma empresa, auxiliando de forma concreta na preparação da organização em que atua. Independente do segmento, setor ou porte, a empresa de capital nacional ou de capital estrangeiro que investe em uma boa gestão de suas atividades, estará mais preparada para enfrentar os contratemplos que surgirem ao longo de doze meses.

No dia 09 de setembro é comemorado o Dia do Administrador, a data foi instituída através da Resolução do Conselho Federal de Administração (CFA) nº 65/68, em 09 de dezembro de 1968 e se trata de uma homenagem à assinatura da Lei nº 4.769, de nove de setembro de 1965, responsável por regulamentar a profissão de Administrador no Brasil. O trabalho do administrador é indispensável para a economia e para a sociedade brasileira, por isso, por um Brasil melhor, desejamos muito sucesso aos atuais e futuros administradores das cinco regiões do País, em especial, das regiões Norte e Nordeste.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Fundamentos de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2014.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IPIRANGA. **A Empresa**. Disponível em: <https://portal.ipiranga/wps/portal/ipiranga/aempresa/>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

LAKATUS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MANKINW, N. Gregory. **Princípios de Microeconomia**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MARIANO, Jefferson. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2012.

PETROBRAS. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/>. Acesso: em 20 de março de 2018.

PETROBRAS. **Fatos e Dados**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/apresentamos-lucro-liquido-de-r-5-bilhoes-nos-primeiros-nove-meses-de-2017.htm>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

PEGN. **Em cinco anos, número de pequenos negócios crescerá 43%**. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2017/10/em-cinco-anos-numero-de-pequenos-negocios-crescera-43.html>. Acesso em: 08 de setembro de 2018.

RAÍZEN COMBUSTÍVEIS. **Sobre a RAÍZEN**. Disponível em: <https://www.raizen.com.br/sobre-raizen>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

REVISTA EXAME. **Melhores e Maiores – As 1.000 maiores empresas do Brasil**. São Paulo, Editora Abril, Edição 2014.

REVISTA EXAME. **Melhores e Maiores – As 1.000 maiores empresas do Brasil**. São Paulo, Editora Abril, Edição 2017.

REVISTA EXAME. **Sobre EXAME**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/sobre/>. Acesso em: 08 de março de 2018.

REVISTA EXAME. **Melhores e Maiores – As 500 maiores empresas do Brasil**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/500-maiores-empresas/>. Acesso em: 07 de setembro de 2018.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 4ª ed. São Paulo: Record, 2008.

SEBRAE. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso: 08 de setembro de 2018.

VALE. **Sobre a VALE**. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

VEJA. **PF indícia Vale, Samarco e 8 pessoas por tragédia em Mariana**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pf-indicia-vale-samarco-e-8-pessoas-por-tragedia-em-mariana/amp/>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

Capítulo XXV

Últimas análises do Relatório Focus e da situação na Argentina, Brasil e Venezuela

Paulo Galvão Júnior

Tenemos que cambiar el sistema
José Luis Espert

Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO 28 de junho de 2019

	2019				2020				2021		2022	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%) 	4,03	3,82	3,80	▼ (5)	4,00	3,95	3,91	▼ (2)	3,75	≡ (29)	3,75	≡ (49)
IPCA (%) últimos 5 dias úteis 	3,98	3,80	3,79	▼ (6)	4,00	3,90	4,00	▲ (1)	3,75	≡ (24)	3,75	≡ (3)
PIB (var. %) 	1,13	0,87	0,85	▼ (18)	2,50	2,20	2,20	≡ (2)	2,50	≡ (120)	2,50	≡ (62)
CÂMBIO (R\$/US\$) 	3,80	3,80	3,80	≡ (6)	3,80	3,80	3,80	≡ (8)	3,84	≡ (1)	3,88	≡ (1)
SELIC (% a.a.) 	6,50	5,75	5,50	▼ (1)	7,25	6,50	6,00	▼ (1)	7,50	≡ (3)	7,50	≡ (6)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição ≡ Estabilidade
em relação ao Focus anterior

1 Considerações iniciais

O presente artigo foi escrito para servir prioritariamente como artigo do meu décimo segundo livro digital de economia desde 2009. Este artigo é formado por três itens distintos. O primeiro item trata de uma breve análise do último Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN). O segundo item retrata uma breve análise da situação socioeconômica na Argentina, Brasil e Venezuela na atualidade. Finalmente, o último e

terceiro item apresenta algumas considerações finais de três países sul-americanos, cujo entendimento é essencial para uma reflexão crítica nos dias atuais.

2 Último Relatório Focus

Desde 05 de janeiro de 2001, o Banco Central do Brasil (BCB) emite o Relatório de Mercado Focus em seu site oficial a cada semana. O Relatório Focus é a previsão dos principais indicadores macroeconômicos pelos agentes econômicos entrevistados, que são coletados pelo BCB, na sexta-feira de cada semana e, em seguida, na segunda-feira de cada semana, pela manhã, divulga a mediana das expectativas de mercado dos agentes econômicos sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de câmbio e a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).

O Relatório de Mercado Focus do BC (Banco Central) é muito importante para os agentes econômicos do Brasil, atualmente, a oitava economia do mundo, com o PIB de US\$ 3,3 trilhões, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Relatório Focus divulga os principais indicadores macroeconômicos do maior, mais populoso e mais rico país da América do Sul, como exemplos, a balança comercial, o investimento externo direto (IED) e a dívida líquida do setor público.

O Relatório Focus ou Boletim Focus é elaborado por profissionais do GERIN (Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais) do BACEN, através de um levantamento durante a semana das previsões da economia brasileira feito por de cerca de 120 pessoas físicas e jurídicas, destacando-se os economistas, os bancos, os gestores de recursos e as demais instituições financeiras (empresas do setor real, corretoras, consultorias, etc.). O último Relatório Focus do BACEN é do dia 28 de junho de 2019, na última sexta-feira.

A previsão atual é do IPCA, mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, é de fechar a 3,80% ao ano, abaixo da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 4,25% ao ano, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75% ao ano. O IPCA é a taxa oficial de inflação do Brasil e mede o custo de vida de famílias que possuem renda entre 1 e 40 salários mínimos, com base em 13 regiões metropolitanas do País (Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória). Há quatro semanas a previsão do IPCA era de 4,03% ao ano, logo caiu o seu comportamento anual.

No Relatório Focus do BACEN, a previsão da taxa de crescimento do PIB brasileiro é de 0,85% no ano de 2019. O PIB é o principal indicador macroeconômico do País, é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado país, durante um período determinado. Há quatro semanas anteriores à previsão da taxa de crescimento do PIB brasileiro era de 1,13%, a previsão da taxa de crescimento do PIB nacional caiu em 2019.

A previsão atual em relação à taxa de câmbio é no final do ano um dólar norte-americano equivalente a R\$ 3,80. A taxa de câmbio é uma relação entre moedas de dois

países que resulta no preço de uma delas medido em relação à outra. Segundo o economista Paulo Sandroni (2008, p.111) câmbio significa, "Operação financeira que consiste em vender, trocar ou comprar valores em moedas de outros países ou papéis que representem moedas de outros países". Preferencialmente, os agentes econômicos utilizam a moeda mais importante da economia mundial, o dólar norte-americano, para realizar os seus negócios e a previsão da cotação do dólar americano em reais, porque existem outros dólares no mundo, por exemplos, o dólar canadense, o dólar australiano, o dólar neozelandês e o dólar jamaicano. Há quatro semanas passadas a previsão da taxa de câmbio era a mesma de R\$ 3,80.

Já a projeção da taxa básica de juros, a taxa SELIC, é no fim do ano alcançar 5,50% ao ano. A taxa SELIC é determinada e divulgada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, em Brasília, a cada 45 dias, ou seja, oito vezes por ano. A taxa SELIC é o principal instrumento do BC para manter sob controle a inflação oficial do Brasil. A previsão da meta da taxa SELIC há quatro semanas passadas era de 6,50% ao ano, ou seja, a projeção caiu.

3 Situação socioeconômica na Argentina, Brasil e Venezuela

Em minha opinião como economista sul-americano, a situação socioeconômica na Venezuela está terrível. A situação socioeconômica na Argentina está horrível. Já a situação socioeconômica no Brasil está inadmissível.

Muito atenção aos principais indicadores socioeconômicos (PIB, população, taxa de desemprego, taxa de inflação, esperança de vida ao nascer, índice de liberdade econômica, taxa de crescimento do PIB, taxa de juros, IDH, risco-país, nível de pobreza e índice de Gini) da Argentina, do Brasil e da Venezuela nos dias atuais.

Quadro 1. Principais indicadores socioeconômicos da Argentina, Brasil e Venezuela na atualidade.

País	PIB	População	Taxa de Desemprego	Taxa de Inflação	Esperança de Vida ao Nascer	Índice de Liberdade Econômica
Argentina	US\$ 960,6 bilhões	43,6 milhões de hab.	12%	51,3%	76,7 anos	52,2
Brasil	US\$ 3,3 trilhões	208,4 milhões hab.	12,4%	4,0%	75,7 anos	51,9
Venezuela	US\$ 454,0 bilhões	31,7 milhões hab.	48%	1.864%	74,7 anos	25,9
País	Taxa de Crescimento do PIB	Taxa de Juros	IDH	Risco-País	Nível de Pobreza	Índice de Gini
Argentina	-2,5%	71,00%	0,825	950	32%	45,8
Brasil	1,1%	6,50%	0,759	250	21%	51,3
Venezuela	-18,0%	19,27%	0,761	2.640	87%	44,8

Fontes: FMI, PNUD, Banco Mundial, INDEC, Heritage Foundation, S&P e CEPAL.

Segundo o FMI, o Brasil alcançou um PIB total de US\$ 3,3 trilhões no ano de 2018, muito superior à soma dos PIBs da Argentina e da Venezuela, US\$ 960,6 bilhões mais US\$ 454,0 bilhões, respectivamente, totalizando um PIB de US\$ 1,4 trilhão.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a população total do Brasil é de 208,4 milhões de habitantes, muito superior à soma das populações da Argentina e da Venezuela, 43,6 milhões de habitantes mais 31,7 milhões de habitantes, totalizando uma população de 75,3 milhões de habitantes.

Infelizmente, a taxa de desemprego no Brasil é de 12,4% da População Economicamente Ativa (PEA) e da Argentina é 12% da PEA, respectivamente. A maior taxa de desemprego no mundo encontra-se na Venezuela, com 48% da PEA, conforme dados do FMI. Sinceramente, milhões de pessoas sem trabalho é uma desastrosa perda de capital humano nos três países emergentes do continente sul-americano. É uma catástrofe social.

Segundo o Prêmio Nobel de Economia de 1976, o economista americano Milton Friedman, “A inflação é uma enfermidade que pode destruir a uma sociedade”. A hiperinflação venezuelana alcançou 1.864% no ano de 2018, é muito cruel com as famílias venezuelanas, sendo muito superior à soma das taxas de inflação da Argentina e do Brasil, com 51,3% mais 4,0%, totalizando uma taxa de inflação de 55,3%.

Segundo os dados de 2018 do PNUD, a nível sul-americano a esperança de vida ao nascer na Argentina é de 76,7 anos, no Brasil é de 75,7 anos e na Venezuela é de 74,7 anos.

Conforme os dados da Heritage Foundation, o Índice de Liberdade Econômica da Argentina e do Brasil foram de 52,2 e 51,9 no ano de 2019, respectivamente. A Venezuela encontra-se no penúltimo lugar no Índice de Liberdade Econômica, com 25,9 em 2019, à frente apenas da Coreia do Norte, com apenas 5,9 e em 180º lugar, ambos são países de economias reprimidas, ou seja, falta liberdade econômica.

Em 2018, a queda na taxa de crescimento do PIB argentino foi de 2,5%, provocando uma forte recessão econômica na Argentina. Em 2001 na Argentina ocorreu uma brutal recessão econômica. No ano de 2018, a queda na taxa de crescimento do PIB venezuelano foi de 18,0%. A Venezuela, a maior reserva de petróleo do mundo, encontra-se em depressão econômica desde 2014. Segundo o FMI, o PIB venezuelano caiu cinco anos consecutivos: 3,89% (2014), 6,22% (2015), 16,46% (2016), 14,00% (2017) e 18,00% (2018). Já o Brasil, em 2018, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de apenas 1,1% e encontra-se em recuperação econômica muito lenta desde 2017.

A taxa de juros na Argentina é de 71,00% ao ano e se tornou a maior taxa de juros nominais do planeta. No Brasil, a taxa básica de juros, a famosa taxa SELIC está na mínima histórica de 6,50% ao ano. Já a taxa de juros na Venezuela é de 19,27%.

De acordo com o PNUD, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2018, a Argentina, o segundo maior país da América do Sul, se encontra em nível muito elevado com 0,825. Enquanto, a Venezuela e o Brasil se encontram em nível elevado, com 0,761 e 0,759, respectivamente.

A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) classificou a Venezuela como o país com maior risco financeiro do mundo, com 2.640 pontos, sendo

1.690 pontos superior ao da Argentina (940 pontos) e 2.390 pontos superior ao do Brasil (250 pontos).

A *Macrisis*⁴⁶ provocou uma situação socioeconômica horrível para a população argentina, sobretudo para quem sobrevive com um salário mínimo por mês. A vida está muito difícil na Argentina, segundo o Banco Mundial, “De cada três argentinos um sobrevive na pobreza”. O nível de pobreza na Argentina já alcançou 32% da população atual, inferior ao da Venezuela (87%) e superior ao do Brasil (21%). Entre 1975 até os dias atuais a Argentina já teve 41 ministros da Economia, que provocaram o crescimento da pobreza nas 23 províncias argentinas e na cidade autônoma de Buenos Aires, hoje, 4 de cada 10 crianças argentinas vive em situação de pobreza.

De acordo com o PNUD, o Índice de Gini do Brasil foi de 51,3 e muito superior ao da Argentina e da Venezuela, com Índice de Gini de 45,8 e de 44,8, respectivamente. A desigualdade de renda é muita alta no Brasil, devido ao não acesso à educação de qualidade. O Brasil, infelizmente, é a nona nação mais desigual do planeta. O salário mínimo na Venezuela é de aproximadamente cinco dólares americanos, que só dá para comprar um quilo de frango (*pollo*). Viver com um salário mínimo na Argentina é muito difícil, devido a elevada taxa de inflação. A cada mês diminui o saldo na caderneta de poupança no trabalhador argentino, porque poupança é o consumo futuro, é a postergação da capacidade de consumo, é a expectativa de poder realizar maiores gastos no futuro.

4 Considerações finais

Os agentes econômicos brasileiros necessitam diariamente de indicadores macroeconômicos sobre os rumos da economia brasileira no ano de 2019 e na previsão da taxa de crescimento do PIB do Brasil no triênio 2020-2021-2022: de 2,20% em 2020, 2,50% em 2021 e 2,50% em 2022, respectivamente, conforme Relatório Focus (28.06.2019).

O Relatório de Mercado Focus é disponibilizado semanalmente pelo BACEN em seu site e as projeções são valiosas para o agente econômico tomar inúmeras decisões ao longo do dia ou da semana. Apesar de ser impossível "prever" o futuro da economia brasileira, é possível "saber" o comportamento recente dos principais indicadores macroeconômicos do Brasil, o quinto país mais extenso do planeta.

Baseado no último Relatório Focus, se não houver mudanças radicais na política econômica do governo Jair Bolsonaro no ano de 2019, tipo uma reforma tributária, o Brasil caminha para uma taxa de crescimento do PIB muito baixa. Não podemos descartar um resultado negativo no PIB em 2019, provocando o retorno da recessão econômica. Infelizmente, os bancos comerciais brasileiros praticam as mais altas taxas de juros para empréstimo do mundo.

⁴⁶Em espanhol, Mauricio Macri + crisis.

Enquanto, o Brasil não realizar a reforma tributária no ano de 2019. A política fiscal contracionista provocará impactos negativos na economia brasileira: a inflação de custos em alta, a cotação do dólar em alta, o desemprego elevadíssimo, a muito desigual distribuição de renda, a queda na taxa de crescimento do PIB brasileiro, e, sobretudo, o aumento da pobreza, no qual podemos enxergar diariamente em vários cruzamentos das cidades, as pessoas mais pobres tentando sobreviver com moedas arrumadas como limpador de para-brisas, vendedor de alimentos e de água mineral ou artistas de rua.

O Brasil está vivendo a mais lenta recuperação econômica da sua história como ruma para uma nova e 21ª recessão econômica desde 1892 e em seguida, a longo prazo, se não realizar as reformas, sua primeira depressão econômica desde 15 de novembro de 1889. Até quando esperar para mudar a má distribuição no secular Brasil? É inadmissível 13,0 milhões de desempregados (IBGE), 63,2 milhões de inadimplentes (SERASA Experian) e 5,7 milhões de empresas inadimplentes (SERASA Experian). É inadmissível 94 tributos (IBPT). É hora de despertar e mudar os rumos do Brasil em direção à prosperidade econômica.

A situação socioeconômica na Venezuela nos dias atuais é terrível. A Venezuela é um país sul-americano defensor do socialismo do século XXI e com as maiores reservas de petróleo do mundo, mas que vive uma crise econômica (depressão, hiperinflação e desabastecimento) e social (pobreza, fome e desemprego) sem precedentes em sua História. A fome já fez os venezuelanos perderem, em média, 11 quilos.

A situação socioeconômica da Argentina nos dias atuais é horrível. O peso argentino fechou com a desvalorização cambial de 51% em relação ao dólar americano no ano de 2018. No mesmo ano, a República Argentina tomou emprestados US\$ 56,3 bilhões ao FMI, sendo o 27º acordo de ajuda externa do FMI para Argentina desde 1968. É visível o crescimento de argentinos e argentinas com fome nas ruas das províncias de Buenos Aires até Tucumán. É um absurdo, Argentina tem 163 impostos!

Na Venezuela ocorre o desabastecimento de mercadorias. Na Argentina ocorre o congelamento de preços por seis meses em 60 produtos e tarifas fixas de energia elétrica, água, gás e transporte até o final do ano. E no Brasil ocorre o aumento dos bens e serviços de consumo. Quando a economia vai mal ou muito mal, o povo também vai mal ou muito mal. Sem bolívares, sem pesos argentinos ou sem reais, mas com fome (*hambre*), a vida está muito pior na Venezuela, na Argentina e no Brasil.

Em suma, o empobrecimento é cada vez maior nos três países sul-americanos, além da forte queda do poder aquisitivo de compra. É hora de despertar um novo sistema, porque falta liberdade econômica, falta igualdade social!

Referências

BCB. **Relatório de Mercado Focus**. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20190628.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

GAZETA DO POVO. **Índice de Liberdade Econômica 2019**. Disponível em:
<https://especiais.gazetadopovo.com.br/economia/ranking-de-liberdade-economica-2019/>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Capítulo XXVI

Uma visão contábil e econômica do grupo BRICS

Victorya Maria dos Santos Gomes⁴⁷

Paulo Galvão Júnior

1 Introdução

O objetivo da contabilidade é gerar informações úteis aos seus usuários. Para que a informação seja útil é necessário que ela apresente características como compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007). Visto que a contabilidade transpassou o cotidiano dos escritórios e está se tornando uma profissão que pode alcançar níveis maiores como diretor, gestor, analista e consultor, isso só é possível com a análise correta de uma visão global sobre como anda a situação financeira da empresa, instituição e até mesmo o mercado financeiro sabendo como prever e prevenir certas oscilações prejudiciais.

Para isso é preciso estar sempre atualizado tanto na contabilidade gerencial como na internacional, já que se vive uma era da globalização e é importante o contador possuir conhecimento das normas internacionais do mercado.

Cada país tem características econômicas que se adequam a sua necessidade financeira. Existem diversos fatores que deram origem a esse enorme leque de padrões, como exemplos, a sofisticação da sociedade e dos negócios e o crescimento econômico veloz se aliando com as normas legais contábeis e os relatórios produzidos pela contabilidade.

Assim, para que haja desenvolvimento é preciso que as entidades relatem as atividades econômicas e que a profissão seja consolidada. Isso tem como objetivo promover o controle gerencial da instituição e assim ter um relatório confiável para se adequar as normas contábeis da respectiva nação que se quer fazer negócio.

No passado a atividade contábil era muito diversificada, cada país tinha suas normas de aplicação contábil e isso tudo gerava uma enorme burocracia para as empresas negociarem com outros países, mas durante o século XX, isso foi mudando graças a duas economias capitalistas e dominantes, Estados Unidos e Inglaterra, que criaram um conjunto de atos que facilitam o engajamento das empresas que desejam fazer transações financeiras com essas nações.

A crescente necessidade de atenuar as diferenças contábeis e promover maior comparabilidade entre as demonstrações financeiras apresentadas pelos diversos países motivou os estudos de contabilidade internacional, em especial, os voltados para a

⁴⁷Graduada em Ciências Contábeis pelo IESP Faculdades. E-mail: victoryamsgomes@gmail.com

convergência entre os modelos contábeis existentes (MUELLER; GERONON; MEEK, 1997; WEFFORT, 2005; NIYAMA, 2006).

Um grande marco para a internacionalização foi a implantação em 1973, em plena primeira crise do petróleo, do *International Accounting Standards Committee* (IASC) que abriga *International Accounting Standards Board* (IASB) que foi a principal fundadora das normas contábeis internacionais.

Desta forma, esse estudo tem como principal tema apontar uma perspectiva da visão contábil e econômica do grupo econômico que é composto por cinco países emergentes, o Brasil⁴⁸, Rússia, Índia, China e África do Sul – BRICS e que tem em comum não só a economia em desenvolvimento, mas como vastos territórios, populações elevadas e que desde 2000 vem crescendo significativamente em sua economia nacional tanto como na internacional.

De acordo com Wilson e Purushothaman (2003) que tem investimentos no Goldman Sachs⁴⁹, argumentam que no ano de 2050 esses países – Brasil, Rússia, Índia e China – serão capazes de superar o atual G-6⁵⁰ formado pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália, que são os países mais ricos da economia mundial.

O grupo BRICS é um agrupamento de países emergentes e começou com quatro países sob o nome **BRIC**, reunindo **B**rasil, **R**ússia, **I**ndia e **C**hina em 16 de junho de 2009, até que, em 14 de abril de 2011, o "**S**" foi acrescido com a admissão da África do Sul (em inglês, *South Africa*) ao grupo **BRICS**.

Os países dos BRICS apresentam as seguintes semelhanças: (a) proporções territoriais; (b) convergências internas; (c) grande influência e liderança regional; (d) renda *per capita* média; (e) economias emergentes inseridas no comércio internacional; (f) presente mercado de países globais em suas economias; (g) tentam se destacar em projetos industriais; (h) população consumidora; (i) em questão de recursos naturais são países em abundância, porém com desigualdade social evidente.

Visto assim é perceptível que uma divergência das normas contábeis só iria prejudicar o comércio internacional e ao mesmo tempo impedir o progresso de economias em desenvolvimento. Com o poder da contabilidade em suas tomadas de decisões, o grupo BRICS tem grande chance de se destacar e conseguir seguir o plano de que em 2050 se tornará o maior grupo econômico mundial, liderado pela China.

Por isso que a figura do contador é de máxima importância para a realização do intercâmbio de cada país e suas propostas de melhoramento econômico, portanto, o questionamento desse presente trabalho é: **Como uma visão contábil e econômica pode auxiliar no entendimento do grupo econômico BRICS no mercado internacional?**

⁴⁸O Brasil exerce a presidência do grupo BRICS no ano de 2019 e a XI Cúpula do BRICS será em 13 a 14 de novembro de 2019 em Brasília.

⁴⁹É um banco de investimento multinacional que atua como consultor de governos, empresas e pessoas físicas com rendas altas e com sede nos Estados Unidos da América (EUA).

⁵⁰O G6 é um grupo econômico composto de 6 países desenvolvidos economicamente, industrializados e com grande importância no cenário global.

O objetivo da tomada de decisões na contabilidade é levar ao usuário final a informação necessária para que possa ser escolhido um caminho ao invés de outras opções que poderiam ser favoráveis como desfavoráveis para aquela determinada situação que a empresa poderia estar passando.

No cenário internacional vigente, o objetivo geral é mostrar a importância da contabilidade internacional e da economia mundial na formação e no crescimento do grupo econômico BRICS nos últimos anos. Já os objetivos específicos consistem em demonstrar a relevância dos BRICS no seu estudo específico sobre a contabilidade internacional em cada país membro e constatar como a contabilidade internacional e a economia podem ser essenciais para o crescimento econômico dos países integrantes dos BRICS.

Sendo visto que no momento atual o país ainda enfrenta uma recuperação econômica muito lenta, logo, é importante falar sobre a economia e a importância da ajuda desses países como parceiros de negócios, e assim mostrar como a contabilidade pode ser relevante não só nas empresas, mas sim também é um relevante grupo econômico como os BRICS.

É pontuado que esse assunto não é muito abordado cientificamente pois existe uma aceleração de informações que acontece devido às alterações no mercado financeiro global que acabam impactando as decisões que são feitas por esse grupo. Por isso, o presente trabalho de forma bastante clara aponta e destaca a contabilidade e a economia dos 5 países membros dos BRICS, além de ser uma importante contribuição para os futuros contadores. No estudo sobre a contabilidade nacional e internacional.

Para Marconi e Lakatos (2003) a metodologia é a exposição dos métodos de abordagem e de procedimentos, assim como das técnicas utilizadas. De acordo com o pensamento das autoras Marconi e Lakatos (2011, p.43) na pesquisa bibliográfica “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”.

A fundamentação teórica no presente artigo será uma vasta e séria análise sobre temas mundiais entre eles contabilidade gerencial, contabilidade internacional, economia internacional, comércio exterior, comércio internacional e a economia de mercado.

Na metodologia será utilizada o método comparativo. Para Lakatos (2010, p.89), “este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências, ele usado entre grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado”.

A vista disso, para o desenvolvimento deste artigo foram usadas pesquisas bibliográficas, que foram baseadas na contabilidade gerencial, contabilidade internacional, economia internacional, comércio exterior, comércio internacional e a economia de mercado que se interliga com o BRICS.

2 Fundamentação teórica

2.1 Contabilidade Gerencial

Para Eldenburg e Wolcott (2007), a contabilidade gerencial "é o processo de coletar, resumir e fornecer as informações financeiras e não financeiras que serão utilizadas internamente pelos gerentes nas tomadas de decisões". Com a constante mudança na forma de gerir empresas a contabilidade básica foi dando espaço para novas formas de conhecimentos na área contábil.

Antes do século XIX a comercialização era uma atividade simples que não exigia complexidade nas formas de transação, isso aos poucos foi sendo mudado principalmente depois da Revolução Industrial, no século XVIII, que modificou o antigo estado de fazer negócios, pois surgiram assalariados, hierarquia nos cargos e a chegada da produção em larga escala, e assim com o desenvolvimento da economia foram sendo formadas grandes instituições organizacionais com estruturas mais complexas dando margem para a evolução da contabilidade (REDE JORNAL CONTÁBIL, 2017).

A contabilidade gerencial é a maneira que a empresa tem de determinar um futuro na questão do desenvolvimento da organização, já que essa forma de gestão tem como principal objetivo o planejamento estratégico que vai avaliar não só internamente, mas também externamente e isso direciona o controle efetivo dos processos ocorridos naquela instituição. Assim vemos que o gerenciamento contábil é capaz de acompanhar o progresso através de relatórios e sistematizando e melhorando a companhia internamente (SCIELO, 1999).

Para o *International Federation of Accountants* (IFAC) a contabilidade gerencial é uma referência de um produto de quatro estágios⁵¹ que se relacionam como a informação contábil é transmitida porque antes o objetivo era o conhecimento passado e atualmente é o gerenciamento de recursos com o foco em controle de perdas e criação de valor.

Deste modo, pode-se afirmar que a contabilidade gerencial é um total de análises financeiras, econômicas e produtivas, que disponibilizam para os usuários das informações contábeis da empresa para que possam auxiliar na tomada de decisões, facilitando o ato de planejar, mensurar e dominar os recursos de terceiros e os próprios, com o objetivo de cumprir as metas.

2.2 Objetivos da Contabilidade Gerencial

Segundo Padoveze (2012, p.9),

O objetivo da contabilidade gerencial é atender a todos os aspectos da gestão das entidades onde se torna necessária a informação contábil.

⁵¹Primeiro estágio – Controle Financeiro; Segundo estágio – Planejamento; Terceiro estágio – Análise de recursos; Quarto estágio – Controle de perdas e criação de valor.

Portanto, sua abrangência é a empresa como um todo, desde as suas necessidades estratégicas e de planejamento até as suas necessidades de execução e controle.

Visto que a contabilidade geral tem como objetivo principal a coleta e o registro de todos os atos e fatos financeiros que ocorrem no negócio, emitindo demonstrativos que auxiliem na avaliação da situação econômica e contábil, em um determinado período de tempo, para que possam ser utilizados os métodos padronizados para a regularização de informações.

Já a contabilidade gerencial tende a ser uma ferramenta que tem como função principal simplificar a atividade para a tomada de decisões juntamente com o acesso as informações contábeis de maneira que possa ser interpretada de uma forma relevante e seletiva e satisfaça o planejamento para a gestão de decisões futuras.

Para entender mais como atua a contabilidade de gerenciamento e sua importância é preciso mencionar o conceito de Ludícibus (2006, p.21):

A Contabilidade Gerencial é uma união de todos os métodos e conceitos aplicados na Contabilidade Financeira, na Contabilidade de Custos, na análise de demonstrações contábeis e de balanços financeiros etc., postos de um modo diferente, com uma análise mais profunda e um grau de conhecimento mais detalhado, na apresentação e em uma determinada classificação, de maneira que auxilie os gestores das organizações em seu procedimento de decisão.

Por isso, essa área é focada em três grandes indicadores fundamentais para se ter uma forma precisa de informação contábil que são o enfoque no planejamento, o aperfeiçoamento do controle e o estágio final que é a tomada de decisões uma vez que ela é a decisão que vem sendo acompanhada nos dois primeiros estágios que são o planejamento e controle.

Logo é importante a conexão entre essas etapas já que elas irão ser o plano estratégico que os gestores precisarão saber para coordenar suas ações sabendo do nível financeiro da empresa e que decisões tomar.

De acordo com Sant'Anna (2012, p.10),

A contabilidade gerencial, por meio de informações mais precisas e atualizadas, permite a elaboração de relatórios gerenciais, tornando-os uma ferramenta útil que auxiliará o gestor em suas funções de análise e controle.

Sobre o conhecimento preciso da informação contábil, o autor finaliza:

A informação contábil é uma ferramenta extremamente importante para o sucesso de qualquer empresa, mas não deve apenas se restringir ao atendimento das determinações legais, pois deve contribuir decisivamente para a tomada de decisão pelos gestores da empresa, bem como por outros usuários interessados nas informações (como acionistas, investidores, empregados etc.).

O conhecimento de uma forma adequada tem sido um fator relevante de competitividade de uma maneira saudável. Já que o papel das informações é dar o reforço necessário através de sistemas que atuem de um modo flexível dando suporte ao comportamento organizacional.

Pensando dessa forma Sant'Anna (2012, p.11) discorre:

É preciso que se tenha conscientização sobre a importância de fortalecer as divulgações das informações contábeis, tornando seus relatórios públicos e transparentes com o objetivo de crescimento interno das empresas e de melhora do processo de comunicação com os usuários das informações. Tal fato proporcionará uma maior eficácia na gestão das instituições e a consequente valorização do profissional contábil. Por diversas razões, os demonstrativos contábeis podem apresentar erros ou omissões, tornando-se enganosos ou, até mesmo, tendenciosos ou dolosos por interesses políticos ou por pressões de empresários.

Portanto, a finalidade da contabilidade gerencial é atuar como processo decisório para a tomada de decisões da organização, para isso é preciso levar em consideração o mercado atual de negócios como moedas, taxas, índices, relatórios para que possa servir como base para a informação de seus *stakeholders* (usuários de informações) internos.

Já sendo direcionados para os externos, é preciso ter como instrumento capaz de demonstrar a prestação de contas e o levantamento de impostos, taxas e contribuições de melhoria que são necessários para o desenvolvimento da empresa. No mais essa contabilidade específica está para a informação em todas as etapas de gestão como objetivo avaliar os resultados empresariais e o desempenho dos gestores.

2.3 Contabilidade Internacional

O sistema da informação contábil em cada país não é homogênea e tende a variar conforme cada nação. Por isso a contabilidade tem por definição ser uma ciência social aplicada, ou seja, ela sofre enorme influência do meio em que está inserida.

A contabilidade internacional surgiu como uma forma de padronização para os relatórios financeiros emitidos por outros países procurando buscar uma adequação aos padrões exigidos internacionalmente a partir da contabilidade de origem. A importância da contabilidade internacional para o mercado brasileiro foi com a criação da Bolsa de Valores, a famosa Bolsa de Valores de São Paulo, antiga (BOVESPA), posteriormente, BM&FBOVESPA⁵², hoje, a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e a chegada de moeda estrangeira ao mercado nacional, especificamente o dólar norte americano.

Com a rápida globalização dos mercados de capitais e do comércio, começou a ser especulado a harmonização das normas contábeis. Casos como mudanças de fluxos de capitais, desenvolvimento tecnológico em setores como comunicação, tem feito o rápido acesso as informações principalmente nos relatórios financeiros assim buscando validar

⁵²É a sigla de uma companhia criada em 2008, consequência da fusão de BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo).

tais dados. A visto disso foi preciso se adaptar para que as informações contábeis não fossem perdidas e assim causando uma falha no processo de transmissão de informações confiáveis.

A contabilidade é alvo de vários estudos que buscam entender as causas das diferenças internacionais no *financial reporting* entre os países que costumam fazer negócios e os problemas que ocorrem quando existem tais tentativas. O processo que trata da proximidade das normas e práticas contábeis que são exigidas a se fazer comércio com outros países é denominada harmonização.

O *financial reporting* - processo de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis - difere substancialmente entre a maioria dos países (NIYAMA, 2005). Particularmente essas diferenças estão ligadas a fatores culturais, econômicos, políticos e até mesmo sociais. Para extinguir tais diferenças no *financial reporting* é preciso ser unânime tanto os pesquisadores como as instituições normatizadoras e as organizações para que se tenha uma visão da necessidade da harmonização das normas e práticas contábeis.

É importante ter conhecimento que a harmonização se difere da padronização que teria como objetivo a unificação das práticas e normas contábeis para que todos os países negociem de acordo com um modelo padrão, o que impede a adaptação dependendo do seu perfil e necessidades já que ela não aceita flexibilidades, pois é um processo de uniformização, por consequência desses dois conceitos não abrangerem toda a contabilidade internacional foi fundamental a “convergência” que é basicamente a trajetória das nações para ser adotado o *International Accounting Reporting Standards* (IFRS)⁵³, que tem como propósito a adoção integral desses dois conceitos pelos países. Todos os países integrantes dos BRICS fazem parte das IFRS, inclusive essas nações também fazem parte do G20⁵⁴.

A Contabilidade Brasileira adotou as IFRS que são normas emitidas pelo IASB, generalizando a função das IFRS é de definir ações que devem ser reconhecidas para avaliação, mensuração, apresentação, reconhecimento e divulgação de relatórios financeiros, patrimoniais e econômicos das demonstrações contábeis. As IFRS são adequadas pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que é a junção dos órgãos: Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Weffort (2005, p.69) explica como o IASB atua:

O IASB, apesar de elaborar os padrões internacionais, não tem poder para impô-los localmente. Não há nenhuma penalidade para aqueles que não adotarem as normas do IASB; os seus membros apenas assumem uma obrigação moral de tentar, junto aos responsáveis pela elaboração das normas contábeis em seus países, a inserção dos padrões internacionais.

⁵³São normas internacionais de Contabilidade emitidas e revisadas pelo IASB que tendem a uniformizar as práticas contábeis e as políticas dos países com a finalidade de proporcionar uma interpretação das demonstrações financeiras.

⁵⁴Grupo dos Vinte é um grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

O órgão IASB não está dentro da padronização por diferenças com as outras normas contábeis como por exemplo, a dos Estados Unidos, que adotam normas próprias, já que esse país vive numa economia de mercado com viés neoliberal em que o governo não participa efetivamente da economia e assim a nação vai sendo governada mais pelas instituições econômicas.

No Brasil essa reflexão sobre normas contábeis foi refletida para ter como objetivo a harmonização dos países negociadores no mercado, para isso foi necessário seguir o padrão internacional, as IFRS, que se destacam nas Leis 11.638/07 e 11.941/09 que são atualizações das Leis das Sociedades por Ações, a Lei 6.404/76.

Com a globalização do mercado financeiro e na maneira das trocas de negócios, é especialmente necessário a correta adequação da contabilidade internacional é cada vez mais essencial para o trânsito comercial fluir melhor.

No caso de investidores para um determinado mercado, é de competência apenas deles desistirem do caso, o negócio não atenda aos requisitos impostos pelo mercado financeiro. Isso também pode ocorrer com requisição de tomada de crédito, a organização procurada pode oferecer um maior nível de juros pelo não atendimento das normas.

Concluindo, que essas empresas que conseguem atender aos pronunciamentos do IASB e do CPC tendem a ter um maior nível de adesão do mercado, de investidores e nos interessados em fazer negócio com determinada empresa. Dessa maneira, com o cumprimento dessas normas contábeis internacionais e a que foi aderida no Brasil, a instituição pode vir a ter um melhor desempenho e crescimento no mercado global.

2.4 Economia Internacional

A Economia Internacional é o nome dado para a comercialização, trocas monetárias, fluxos de troca de mercadorias e serviços que envolvam outros países do globo. Essas dinâmicas de relações econômicas são capazes de afetar um país economicamente, socialmente e em questões ambientais, resumindo tudo aquilo que afete o cotidiano da população.

Como forma de estudo a Economia Internacional é uma parte de Ciência Política e Relações Internacionais. O foco dessa área é a estruturação de comércios globais, com a cooperação das nações, tudo isso delimitando questões de fronteiras, cultura e desenvolvimento, assim facilitando o interesse nas trocas comerciais, uma das hipóteses da economia é a união dos países para a conquista de novos avanços econômicos.

As questões de comércio exterior entre países se dão em uma relação de compra e venda de mercadorias (bens econômicos), onde é visto que a necessidade é o primeiro fator de consumo, procurando não causar excedentes e sempre buscando obter o abastecimento interno do país com bens de primeira necessidade. Já o comércio internacional é a exportação e a importação de bens e serviços entre países, por exemplo de serviços, o turismo internacional.

O objetivo geral é manter uma situação superavitária ou de um certo equilíbrio, essas variáveis devem ser analisadas por agentes políticos para que a economia e a

sociedade desfrutem de uma estabilidade econômica em plena Quarta Revolução Industrial (SCIELO, 1998).

A Economia Internacional para (MAIA, 2008, p.4) engloba:

- (I) Importação e exportação;
- (II) Serviços (transportes, viagens, seguros e outros serviços);
- (III) Transferências de rendas (rendas de investimentos, juros, lucros e rendas de outros investimentos);
- (IV) Transferências unilaterais (donativo, remessas de imigrantes e emigrantes); e
- (V) Movimentos de capitais.

2.5 Comércio Exterior

Palhoça (2017) diz que o comércio exterior é a forma pela qual um país se organiza em termos de políticas, leis, normas e regulamentos que disciplinam a execução de operações de importação e exportação de mercadorias com o exterior. O comércio exterior contempla as operações comerciais de exportação e importação de bens.

O conceito de comércio exterior é utilizado para firmar as regras que se relacionam com o comércio internacional, supervisionando a entrada de bens e a saída para outros países. Ela também trata das questões fiscais, monetárias, logísticas, comerciais e alfandegárias.

As operações envolvendo o comércio internacional são só oficializadas depois de terem sido passadas pela fiscalização alfandegária de cada país, isto é, o comércio exterior que visa cumprir todas as normas estabelecidas nacionalmente sobre transações de mercadorias e movimentos de capitais entre outros territórios.

Para Werneck (2011, p.27), o Estado exerce diversos papéis ao mesmo tempo, articulando-os em busca dos resultados que almeja. No âmbito externo, age como negociador, buscando vantagens e combatendo limitações nas relações com outros países. Também age como promotor, auxiliando as empresas nacionais a alcançar o mercado externo.

Cada país tem como foco ao participar de negócios exteriores é alargar seu mercado e fluxo financeiro para que possa ser visto internacionalmente e assim alavancar sua economia e aumentar suas riquezas.

2.5.1 Comércio Exterior Entre o Brasil e os Países dos BRICS

Para o Fundo Monetário Internacional (FMI) a expectativa é que a participação do grupo BRICS suba para 26,8% em 2022. Acredita-se que o comércio exterior entre os BRICS continuará se desenvolvendo em médio e longo prazo, porém, para o Brasil que está passando por uma recuperação econômica muito lenta, a probabilidade de crescimento exterior pode ser mais baixa em comparação com a China, com seu desempenho superior na exportação.

Se comparado ao ano anterior é perceptível um aumento nas importações da Rússia, Índia, China e África do Sul para o Brasil principalmente em *commodities*. Todo esse embaraço foi resultado da crise que ocorreu em 2014, que tinha o aguardo de ser ultrapassada em 2018, como esse ano foram ocorridas às eleições presidenciais o mercado ficou estagnado perante as mudanças que poderiam ocorrer com a troca de governantes (PORTOS E NAVIOS, 2018).

2.6 Comércio Internacional

Segundo a Plataforma Digital Porto Gente (2018) a existência desse comércio é antiga na civilização, por exemplo, os egípcios costumavam exportar e importar madeiras e artigos de luxo para a construção de palácios. A expansão marítima que aconteceu por volta do século XV é outro grande exemplo da expansão desse comércio. Mas a partir do século XX com a era da globalização, o crescimento de empresas, a produção industrial, aumento da população serviram como base para a ampliação desse comércio.

Com esse impulso de evolução os países começaram a investir no comércio internacional de uma maneira mais intensa, que teve como início o pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com as participações cada vez maiores dos países foram surgindo atividades como empréstimos e outras transações diversas envolvendo exportação e importação.

Com tamanho crescimento da economia internacional foram surgindo barreiras que tinham como propósito a proteção em questões de desenvolvimento das empresas locais, assim iniciou as dificuldades para os países emergentes atuarem nesse comércio tão concorrido, uma das causas para ser citada é a barreira tarifária, que são as alíquotas impostas sob produtos estrangeiros, e a barreira não tarifária, que seria o controle de preços, regras, normas e regulamentações sanitárias quanto às mercadorias estrangeiras.

Para reverter esse cenário econômico ou reduzir progressivamente a dependência de outras nações foram criados os blocos econômicos que vieram com a intenção de diminuir essas barreiras e privilegiar as economias regionais.

Os blocos econômicos surgiram na metade do século XX, para incentivar o desenvolvimento da economia de determinada região, é também uma forma de suportar os movimentos acelerados de cada país. Cada bloco foi gerado por interesses mútuos de crescimento e expansão do mercado, por isso o primeiro bloco a ser formado foi depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que várias nações estavam fragilizadas pelos eventos ocorridos. De acordo com o tipo de união, eles podem ser classificados em áreas de livre comércio, integração alfandegária, mercado em comum, agregação financeira e econômica.

O ato de exportar e importar vai depender do volume de importação e exportação de mercadorias de cada nação. O que deve ser considerado na hora de fazer negócio é o nível de desenvolvimento do país, já que se o a nação for pouca desenvolvida o valor das

suas mercadorias serão baixas, assim será necessário importar mais do que exportar, para os desenvolvidos é o contrário irão exportar mais do que importam.

No comércio internacional, importar é o ato de comprar bens e serviços de outros países. Já exportar é o ato de vender mercadorias e serviços para fora do país. Sendo que vale ressaltar que o comércio internacional não é uma mão de via dupla entre todos as nações, pois alguns contribuem mais outros menos dependendo da sua condição econômica.

2.6.1 Comércio Internacional e a Participação dos BRICS

Com a criação de grupos econômicos para os países emergentes foi sendo visto uma maior participação deles no comércio internacional, em especial os BRICS. Com a crise financeira de 2008 foi criada a agremiação de países com o objetivo de aumentar a participação e a liberdade de voto de países emergentes para organizações multilaterais como o FMI e o Banco Mundial.

Para melhorar os relacionamentos econômicos entres as nações que compõem o BRICS, já está em vigor o Banco BRICS, com sede na cidade chinesa de Xangai e com um escritório em São Paulo, cuja visão especial é de igualar as economias participantes do grupo e assim viabilizar o comércio entre os cinco participantes.

De acordo com a Plataforma Digital da Agência Brasil (2018), o Brasil teve uma maior participação no comércio exterior com seus aliados dos BRICS:

De janeiro a junho deste ano, o Brasil exportou US\$ 33,1 bilhões para Rússia, Índia, China e África do Sul. Houve um crescimento de 5,4% em relação ao mesmo período do ano passado, quando a venda para esses países somou US\$ 31,4 bilhões. As importações somaram, neste ano, US\$ 18,3 bilhões, o que resulta em um superávit comercial de US\$ 14,8 bilhões.

O grupo BRICS constitui 43% da população mundial e 26% do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, mesmo com a influência dos Estados Unidos que não compartilha do bloco por ser uma economia desenvolvida, unilateral e protecionista. Vale ressaltar que os BRICS são partidários do multilateralismo e do livre comércio, e um dos seus principais enfoques é estabelecer pontes no comércio internacional com isso foi promovida uma iniciativa denominada de “BRICS PLUS” serve para aumentar a participação de países emergentes umas das economias que se beneficiaram com a ideia foi a Argentina, que faz parte rotativamente do BRICS e país-membro do G20.

2.7 Economia de Mercado

Com relação à Economia de Mercado, o economista americano MANKIWI (2013, p.10) salienta que é “uma economia que aloca recursos por meio das decisões

descentralizadas de muitas empresas e famílias quando estas interagem nos mercados de bens e serviços”.

A Economia de Mercado parte do viés do liberalismo econômico que propõe a não intervenção do Estado na economia, a livre concorrência e a iniciativa privada. Esse sistema econômico surgiu na intensificação das teorias do capitalismo que prega a maior existência de empresas privadas e um número menor de estatais. No Brasil seguindo esse sistema houve grandes vendas de empresas estatais na década de 90, precisamente nos governos de Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco, como também, os Projetos de Concessão e as Parcerias Público-Privadas (PPP) nos governos Lula, Dilma e Temer.

Esse modelo afirma que não precisa intervenção já que o mercado é capaz de se autorregular, essa teoria também trabalha com base em dois princípios que é a livre concorrência e a lei da oferta e da procura. O primeiro princípio tem relações com a livre iniciativa que defende a seguinte particularidade que é estar em um mercado competitivo e usar meios lícitos para se destacarem na sua respectiva atividade econômica, assim a economia deixará aqueles que são mais capacitados tanto nos produtos como para a clientela no mercado.

Já o segundo se refere a uma regra “informal” que é usada deliberadamente em meios de comércio, para ela um produto com grande quantidade em circulação e com baixa procura tende a diminuir o seu preço, já o quando a uma baixa quantidade circulando e uma alta demanda o preço tem a aumentar.

Existes diversos tipos de economia em vigor no planeta, exemplos mais relevantes, a Economia Capitalista, a Economia Centralizada (Socialista) e a Economia Mista. A Economia Capitalista engloba a economia visando à obtenção de lucro, com proprietários dos fatores de produção em busca de se enriquecer, exemplo, o Canadá. A Economia Centralizada é aquela economia visando os interesses econômicos e sociais dos trabalhadores, sendo uma sociedade que não existe a propriedade privada, mas sim a propriedade coletiva, exemplo, Cuba. E por último a Economia Mista que tanto a esfera privada e a pública participam ativamente da economia determinada daquele país, exemplo, a Noruega.

2.8 BRICS

O acrônimo BRIC foi criado pelo economista inglês Jimi O'Neill, do banco americano Goldman Sachs, em 2001. BRIC em inglês são as letras iniciais de **Brazil, China, India and Russia**. São quatro países emergentes com grandes perspectivas de crescimento econômico em 2050. São países líderes em seus continentes, o Brasil é um dos países líderes da América, é a segunda maior economia do Continente Americano, atrás apenas dos EUA. A China é o país mais rico da Ásia e ao mesmo tempo é a segunda maior economia do planeta, atrás apenas dos EUA. A Índia é um dos países líderes da Ásia e o sexto país mais rico do mundo. E a Rússia é um dos países mais ricos da Europa e atualmente é a décima segunda maior economia do planeta.

Com o crescimento econômico desses países em desenvolvimento e a realização da sua primeira cúpula na Rússia, o BRIC se tornou grupo econômico mais conhecido do mundo. Hoje, BRICS, em inglês são as letras iniciais de ***Brazil, China, India, Russia and South Africa***.

O que era antes para ser apenas uma classificação para os economistas para nomear países com características em comum, em 2006, passou a ser uma forma de mecanismo internacional. Já que foi decisão dos países dar um caráter diplomático a expressão BRICS, isso também melhorou a forma deles se relacionarem.

Nos dias de hoje os BRICS são responsáveis por mais de 21% total do PIB mundial, além de representar 42% da população do planeta e 45% do consumo total juntamente com a mão de obra, sem falar nas riquezas naturais e os recursos para explorá-las.

Para desafiar a ordem econômica mundial em 2013 o BRICS decidiu criar um banco internacional do grupo, em Fortaleza, que não agradou países como Estados Unidos e Inglaterra encarregados do FMI e do Banco Mundial, respectivamente.

Como prova que o esse grupo pensa em continuar com suas ações de negócios eles resolveram criar uma reserva de 100 bilhões de dólares norte-americanos que tem como medida garantir a estabilidade dos 5 países que fazem parte do grupo econômico.

No ambiente de mudanças que o país vive atualmente, embora não tão radicais, porém relevantes, vão trazer uma nova perspectiva de atuação no BRICS. Um dos maiores desafios que o Brasil passa é saber relacionar seus acordos bilaterais como os Estados Unidos e União Europeia, sem esquecer seus parceiros de negócios como China e Argentina, para não virar alvo de guerra comercial e no fim não escolher o melhor lado para o crescimento econômico da nação.

2.9 Contabilidade no Grupo BRICS

Para descrever o ambiente contábil é necessária uma relação com uma governança corporativa, baseando-se nisso foram elaborados certos tipos de estruturas de governança, como as grandes empresas de um grupo econômico que possuem uma enorme concentração de propriedade, existe uma falta de transparência na gestão gerencial, pouca utilização das empresas de auditoria e contabilidade, desorganização na hora de apresentar resultados, entre outros. Esses casos são similaridades que estão presentes nos países que participam do BRICS.

O Brasil é um país impulsionado pelo consumo interno que contribui com 80% do seu PIB, já os outros modelos econômicos contribuem para a realização total da economia do país, também conta com a vantagem de ter seus mercados financeiros totalmente regulados e na década de 80, no qual foi feito um plano para os incentivos fiscais, principalmente na hora da abertura dos capitais, houve um enorme crescimento das propriedades privadas.

O Banco Central do Brasil (BACEN), em 2006 divulgou através de um comunicado 14.259/06 que toda a organização financeira tem a obrigatoriedade de elaborar e apresentar as demonstrações contábeis e financeiras conforme as IFRS. Essa adoção tem

como objetivo normatizar o processo do usuário interno e externo no mercado ao avaliar, investir e até mesmo nas tarefas cotidianas do profissional da área de finanças.

O país que antes era intitulado como União Soviética que desde dezembro de 1991, hoje, é conhecida internacionalmente como Rússia (ou Federação Russa) tem um modelo de mercado baseado nas cooperações de consumo interno e das demandas externas, por ser um país que está em transição no método da governança corporativa é perceptível um cuidado dos investidores por conta da baixa liquidez e confiança.

A contabilidade na Rússia é definida pelas regras que tem como objetivo manter os livros contábeis. As conhecidas normas das IFRS são obrigatórias desde o ano de 2012. As Normas Russas (RAS), que são convergidas com as IFRS, são condições necessárias para demonstrações financeiras particulares. No caso de pequenas e médias organizações são usadas as normas de contabilidade que são determinadas pelo Ministério das Finanças (GRUPO ÉPOCA, 2018).

A Índia é o segundo maior país emergente tanto na questão da população como no mercado e é considerado o maior em números de empresas privadas.

Apesar de ter uma economia diversificada a nação asiática investe num sistema forte de comando e planejamento estratégico. A maior parte do crescimento econômico da Índia se concentra da demanda interna com o consumo público e pessoal. Vale notar que esse país tende a exportar serviços de terceirização para outras nações, por isso dos integrantes dos BRICS ele é um dos que possui uma das economias mais desenvolvidas na área de tecnologia de software.

Na Índia são aplicadas as normas indianas de contabilidade que foram definidas pelo Instituto de Especialistas Contábeis da Índia (ICAI, *Institute of Chartered Accountants of India*), que são em sua maioria baseadas nas normas da IFRS. Com relação das demonstrações financeiras elas são elaboradas anualmente e um dos requisitos é que se tenha conformidade com as normas contábeis na Lei das Sociedades Comerciais. Já que existem algumas diferenças as normas contábeis e o IFRS (SANTANDER, 2019).

A China tem um modelo de mercado denominado de economia socialista de mercado desde o então presidente Deng Xiaoping, com o intuito de preservar bancos e empresas estatais. Com isso foi sendo investido em outras áreas como a estruturação do mercado e a exclusão do planejamento estratégico central, assim investindo nas indústrias que não pertenciam ao governo. O objetivo dessa mudança de sistema era criar a autonomia e responsabilidade administrativa e operacional na economia.

Segundo o Jornal Contábil (2019) a China possui três esferas de estrutura de mercado na contabilidade que são, Ministério das Finanças, *China Accounting Standards Committee* (CASC) e o *Chinese Institute of Certified Public Accountants* (CICPA). São essas esferas que definem regras, alíquotas e outras formas de *compliance*⁵⁵ nas empresas. Os chineses eram totalmente estatais, mas com o decorrer do tempo o capital foi se abrindo

⁵⁵No âmbito organizacional são os conjuntos de disciplinas e normas legais a se cumprir para as diretrizes do negócio.

isso faz esse país bastante diferente, pois combina comunismo no âmbito social ao capitalismo no patamar da economia.

A China em 2018 teve uma redução do PIB em comparação aos anos anteriores, para mudar esse contexto foi elaborado um plano de alterações fiscais, como por exemplo, subir as alíquotas para o Imposto de Renda para Pessoas Físicas (IRPF), a forma de mudar de uma hora para outra as manobras fiscais é visto como ponto fraco para os investidores por causa da constante mudança econômica. Essas ações também dificultam estrangeiros que conduzem negócios na China.

Mas apesar desses problemas a China possui grandes atrativos como o maior mercado consumidor do mundo, o rápido crescimento do mercado, a mão de obra barata e outros incentivos internacionais para abertura de empresas estrangeiras (JORNAL CONTÁBIL, 2019).

A África do Sul possui a segunda maior economia africana, ficando atrás apenas da Nigéria. Isso ocorre principalmente por conta da produção intensa de minério que representa 45% do continente. Até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a África se voltou para a produção de ouro e minério, além da agricultura. Assim como o Brasil, na América do Sul, a África do Sul possui recursos naturais em abundância.

Na contabilidade a nação africana segue as normas de padronização internacional e pede obrigatoriedade das empresas nacionais e estrangeiras. Em 2011, a nova Lei das Sociedades por Ações permitiu o uso das IFRS para pequenas e médias empresas.

A Plataforma Digital da Revista Época Negócios (2017) destaca uma mudança no grupo BRICS desde a crise econômica de 2008 que atingiram o Brasil e a Rússia, e a China que desacelerou seu crescimento econômico, porém em meio à crise o grupo se fortaleceu ao criar um banco de investimentos. A China que no início da década 2000 era a sexta maior economia do mundo, atualmente passa a ser a segunda economia do mundo com o PIB de 11 trilhões de dólares americanos ficando atrás apenas dos EUA que exibem um PIB de 18 trilhões de dólares americanos. Já a Índia que ficava em décimo subiu para a sétima, o Brasil continua em nono lugar e a Rússia teve um pequeno desfalque na lista já que antes ela era a décima primeira, caiu para a décima segunda, de acordo com os dados oficiais do FMI.

3 Metodologia

A metodologia realizada neste artigo será o método comparativo. Esse método tem como objetivo mostrar as características, diferenças e similaridades fazendo comparações de acordo com o tema do artigo, aliando se há uma pesquisa exploratória, já que o objetivo desse tipo de pesquisa é entender mais a fundo como determinadas variáveis funcionam através de pensamentos de grandes autores com o aprofundamento do tema como Iudícibus (2006), Mankiw (2013), Werneck (2011) e outros tantos autores que enriqueceram o tema com suas ideias e pesquisas.

De acordo com Neves (1996, p.01), “a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos. Ela serve para obter dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos”. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica com os

conceitos utilizados “Contabilidade Gerencial e Internacional”, “Economia Internacional” e “Comércio Exterior e Internacional”.

4 Considerações Finais

Este inédito trabalho proporcionou uma maior compreensibilidade entre as áreas da contabilidade e economia voltadas para o mercado internacional. O BRIC que foi o tema geral deste artigo é um grupo econômico que foi criado em 2001 pelo economista inglês Jim O’ Neill dos quais os integrantes eram Brasil, Rússia, Índia, China e em 2010 a convite da China a África do Sul aderiu ao grupo assim formando os BRICS.

Os BRICS buscam estreitar os negócios entre si, visando um crescimento econômico e o desenvolvimento social, com temas que envolvem segurança, meio ambiente, comércio e investimentos. Por ser um grupo especialmente constituído de países emergentes, ele possui grandes entraves que precisam de mais cooperação das nações envolvidas, um desses entraves que podem ser citados é a forma de trocas comerciais entre Brasil e China, Rússia e China que possuem um relacionamento pautado entre confianças e desconfianças.

Mas como essa aliança entre países em desenvolvimento continua sendo benéfica para o crescimento de todos, inclusive depois de crises financeiras que o comércio exterior dos BRICS ajudou cada um a se reerguer, além do aumento do contingente de economistas voltados a apostar no desdobramento desse seleto grupo econômico.

A linguagem da contabilidade não é homogênea, por isso para o mercado internacional foi criado às normas internacionais do mercado que tem como objetivo a padronização das regras e uma viabilização e alcance entre os países. Por isso é necessário o entendimento de como funciona a contabilidade interna de cada país que participa dos BRICS.

Como objetivos específicos foram definidos dois. O primeiro foi demonstrar como a contabilidade e a economia juntas são importantes para o crescimento do Brasil, para isso foram sintetizados dados da economia brasileira nessa década que foi sendo desenvolvida com o crescimento do ramo da contabilidade que deixou mais de ser prática, para ser analítica. Já o segundo objetivo é a constatação dos fatos que foram demonstrados com as pesquisas sobre o tema.

Durante a pesquisa para os objetivos específicos ficou sendo observada que as normas internacionais quando não eram padronizadas eram o maior empate de negócios entre países, assim dificultando o comércio exterior e impedindo o crescimento da riqueza das nações.

Em suma, este tema tem uma ampla forma de pesquisa que pode ser usada para a maior compreensão da área econômica, e como funciona a economia de mercado. Para pesquisas futuras pode ser usado um conhecimento maior devido às mudanças políticas que estão ocorrendo através dos anos e que estão impactando a exteriorização dos BRICS.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Comércio do Brasil com BRICs avança mas agenda mudou em dez anos.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/comercio-do-brasil-com-brics-avanca-mas-agenda-mudou-em-dez-anos>. Acesso em: 03 maio 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **A Cúpula do BRICS começa hoje em Johannesburgo na África do Sul.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/10a-cupula-do-brics-comeca-hoje-em-joanesburgo-na-africa-do-sul>. Acesso em: 03 maio 2019.

AS VOZES DO MUNDO. **China propõe o "Brics Plus", com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka.** Disponível em: <http://br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus>. Acesso em: 17 abril 2019.

ELDENBURG, L. G.; WOLCOTT, S. K. **Gestão de custos: como medir, monitorar e motivar o desempenho.** Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GRUPO ÉPOCA. **Contabilidade na Rússia.** Disponível em: <http://grupoepoca.com/contabilidade/contabilidade-na-russia/>. Acesso em: 27 maio 2019.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JORNAL CONTÁBIL. **Carreira: Oportunidades da China para o contador brasileiro.** Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/carreira-oportunidades-da-china-para-o-contador-brasileiro/>. Acesso em: 28 maio 2019.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução a Economia.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NIYAMA, Jorge. K, SILVA, César A. T. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 1996.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria Estratégica e Operacional**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PORTOS E NAVIOS. **Comércio exterior entre Brasil e países do BRICS desacelera**. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/navegacao-e-marinha/comercio-exterior-entre-brasil-e-paises-do-brics-desacelera>. Acesso em: 14 maio 2019.

PORTO GENTE. **O que é Comércio Exterior – introdução, conceito e mercado de trabalho**. Disponível em: <https://portogente.com.br/portopedia/101829-o-que-e-comercio-exterior-introducao-conceito-e-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 12 abr. 2019.

REDE JORNAL CONTÁBIL. **A Contabilidade do Mundo Moderno 1495 à 1840**. Disponível em <https://www.jornalcontabil.com.br/contabilidade-mundo-moderno-1495-1840/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

REVISTA ÉPOCA NÉGOCIOS. **O poder dos Brics: conheça os países que formam o grupo**. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/09/o-poder-dos-brics-conheca-os-paises-que-formam-o-grupo.html>. Acesso em: 28 maio 2019.

SANTADER TRADE PORTAL. **Índia: Ambiente empresarial**. Disponível em: <https://pt.portal.santandertrade.com/internacionalize-se/india/ambiente-empresarial>. Acesso em: 27 maio 2019.

SANT'ANNA, Roberto de O. **Contabilidade Gerencial. [Apostila digital]**. Disponível em: <http://www.unisa.br/conteudos/6402/f1603556549/apostila/apostila.pdf>. Acesso em: 03 Jun. 2017.

SCIELO. **O papel da Contabilidade Gerencial no processo empresarial de criação de valor**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511999000200003. Acesso em: 16 mar. 2019.

SCIELO. **Economia internacional e desenvolvimento econômico: a RBPI na vanguarda do pensamento brasileiro**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300006. Acesso em: 12 mar. 2019.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado.** São Paulo: Atlas, 2005.

WERNECK, Paulo. **Comércio Exterior & Despacho Aduaneiro.** 4^a. ed. Curitiba: Jorúá, 2011.

Capítulo XXVII

Uma visão crítica sobre a carga tributária no Brasil no período 2002 a 2017

*Leonardo Epaminondas Pereira⁵⁶
Paulo Galvão Júnior*

1 Introdução

No Brasil, em relação à carga tributária, em geral, pode ser definida como sendo o montante total dos tributos arrecadados pelas esferas governamentais: União, Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios, cujo valor somado é dividido pelo Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao ano fiscal.

Nesse sentido, a compreensão em torno dos aspectos conceituais, legais e fiscais da carga tributária é relevante para os profissionais de Ciências Contábeis e, bem como, aos gestores públicos e empreendimentos da iniciativa privada, bem como as entidades do terceiro setor. No contexto brasileiro, os tributos são regidos por políticas fiscais e legislação tributária, a tal ponto que as alíquotas são aplicadas em seu detrimento de um determinado tributo.

No Brasil, a contabilidade criativa adquiriu um caráter demasiadamente notável nos últimos 10 anos, principalmente na esfera central de Governo Federal, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000. Mas, o Estado tem obrigatoriedades normatizadas na Constituição Federal (CF) de 1988. Segundo o Tesouro Nacional (TN), em 2016, aproximadamente, 75% da despesa primária do Governo Federal foram relativas aos benefícios previdenciários, salários, encargos sociais e, principalmente, com os ministérios da Saúde (MS), da Educação (MEC) e do Desenvolvimento Social (MDS).

Desse modo, a Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a Emenda do Teto dos Gastos, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – o Novo Regime Fiscal para as despesas da União no Brasil. Ora, a arrecadação estatal através da cobrança de tributos repercute na carga tributária e, em regra, deveria ser utilizada para o bem da sociedade (ANANIAS; NOLASCO, 2018).

Porém, na prática, as arrecadações governamentais não são destinadas apenas para os serviços de interesse da sociedade, pois de acordo com a literatura, a trajetória evolutiva da Carga Tributária Bruta (CTB) brasileira evidencia a excessiva cobrança de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria).

⁵⁶Graduado em Ciências Contábeis pelo IESP Faculdades (2019). E-mail: leonardoepaminondas97@gmail.com

Apesar de o Brasil ser considerado um país em desenvolvimento, localizado na América do Sul, sendo a 8ª maior economia do mundo. Todavia, a CTB é inferior à média dos 36 países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil lidera o *ranking* da regressividade dos tributos entre os diversos sistemas tributários vigentes na OCDE (ROCHA, 2006).

Em 2018, o Brasil possuía um número total de 94 tributos, destes 13 são impostos, 36 taxas e 45 contribuições de melhoria, segundo a plataforma digital Portal Tributário (2019). Entre os 94 tributos brasileiros podemos encontrar uma contribuição de melhoria denominada “Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional” de 1984 em plena Ditadura Militar. Logo, é dever de todos arcar com essa alta carga tributária, pois são eles os meios que o Estado-Nação detém para manter os elevados custos da Administração Pública.

Historicamente, a CTB brasileira aumentou bastante, ultrapassando o total arrecadado de R\$ 2,388 trilhões só em 2018, evidenciando uma elevação de 7,6% quando comparado a 2017, cuja arrecadação aos cofres públicos atingiu R\$ 2,172 trilhões, conforme dados disponibilizados pela plataforma digital do Impostômetro de 2018.

O presente artigo busca responder à seguinte problemática: **Por que a carga tributária vigente no Brasil não é capaz de suprir as demandas sociais da população brasileira de forma justa?**

O objetivo geral deste artigo é analisar os aspectos econômicos e tributários que incidem na carga tributária brasileira, mediante a política tributária no país, durante o período 2002 a 2017. Enquanto que os objetivos específicos são: analisar as trajetórias das receitas e despesas da União; analisar os dados disponibilizados pelo BACEN e pela SRF.

Por se tratar de um tema atual, bastante discutido e complexo, este artigo justifica-se quanto a sua importância enquanto reflexão crítica referente aos elevados tributos praticados no Brasil, além de poder contribuir com uma visão dinâmica sobre o assunto e colaborar para o entendimento no mundo acadêmico do que foi vivenciado nos últimos 16 anos.

Em relação à fundamentação teórica, cabe destacar que dialoga com autores especializados em contabilidade tributária, direito tributário e política fiscal. Desta forma, a metodologia utilizada será pesquisa bibliográfica de obras das principais instituições públicas e privadas que tratam do tema no Brasil, através de artigos eletrônicos, revistas, livros, *eBooks*, plataformas digitais e legislação vigente. Assim como também uma pesquisa documental de dados disponibilizados pelo BACEN, pela OCDE e pela SRF no período 2002 a 2017, para análise e discussão sobre os dados levantados.

O presente artigo é constituído por cinco itens. O primeiro item aborda esta breve introdução. O segundo item trata do referencial teórico. O terceiro item demonstra a metodologia utilizada neste artigo. O quarto item analisa os resultados a partir dos principais indicadores da carga tributária no Brasil. E finalmente o quinto e último item expõem as considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Da Arrecadação Governamental

A atividade financeira do Estado é representada pelas ações estatais em prol da obtenção de recursos públicos necessários ao funcionalismo governamental, o sustento e a respectiva realização de gastos direcionados à execução das necessidades públicas. Podendo ser dispostas em três elementos essenciais: (i) elaboração do orçamento público que representa um fator limitante às receitas e despesas públicas, inerentes a certo período, tal como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); (ii) as formas, condições e limites de obtenção de receitas para fazer frente às despesas fixadas; (iii) as formas, condições e limites de gasto do dinheiro público, bem como, os métodos de aplicação e dispêndio das respectivas despesas públicas (ROSA JÚNIOR, 2007). A atividade financeira do Estado é marcada por dois momentos específicos em relação à natureza financeira: o período clássico e o período moderno.

No contexto denominado de período Clássico, verifica-se que estava relacionado ao Estado Liberal dos séculos XVIII e XIX e era pautado pelo princípio do não intervencionismo do Estado no mundo econômico. Isto é, o período Clássico o Estado interferia minimamente na economia, este regime derrubou o estado absolutista monarca, sendo influenciado pelo individualismo filosófico (Iluminismo) e político (Revolução Francesa) e liberalismo econômico (HARADA, 2005).

Porém, no segundo momento denominado de período Moderno, que teve início ao final do século XIX, a partir da ampliação das funções estatais decorrente de quatro fatores: oscilações econômicas, crises econômico-financeiras, descobertas científicas e Revolução Industrial (REZENDE; CARNEIRO; REZENDE, 2014). A natureza intervencionista do Estado pode ser representada em virtude da institucionalização de tributos com finalidade extrafiscal, além da nova visão de personalização do imposto, em decorrência do fator contributivo da população.

Verifica-se a incidência de vários tributos instituídos com a finalidade extrafiscal, tais como: Imposto de Importação (II) e de Imposto de Exportação (IE) utilizados como instrumentos da política cambial e do comércio exterior, tal como determina os arts. 21 e 26 do Código Tributário Nacional (CTN); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) disposto na política monetária do art. 65 do CTN (2010); contribuições para fiscais interventivas, tal como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), regido pelo art. 149 da Constituição Federal (CF) de 1988 (HARADA, 2005).

A legitimidade do fortalecimento do Estado perpassa pelas demandas da sociedade e pela incidência desses recursos, que constituem a receita pública. No contexto fiscal e financeiro pátrio, a receita de contribuições representa uma hipótese de receita orçamentária que não pode ser inserida na regra da não afetação das receitas. Ora, as contribuições recorrentes ao âmbito da parafiscalidade passaram a ter a função primordial de fonte de arrecadação da União.

Diferentemente dos impostos, as contribuições são designadas em função de suas respectivas finalidades e determinações, sendo vedada a hipótese legal de submetê-las

ao princípio das receitas. É aconselhável que ocorra uma distinção conceitual entre o conjunto de despesas e o conjunto de receitas:

Por outro lado, há receitas que são vinculadas por sua própria natureza. É o caso dos empréstimos. Modalidade de receita extraordinária, o empréstimo terá sempre uma finalidade: financiará uma despesa de capital, atendendo ao que dispõe a denominada “regra de ouro” ou, então, refinanciará a dívida pública. Não há como recorrer ao crédito público e com tais recursos atender despesas gerais do serviço público. A taxa e o preço são modalidades inatingidas pelo princípio, por se tratar de receitas a título de contrapartida pela prestação de serviços públicos divisíveis ou de natureza comercial ou industrial (SILVA, 1962, p.27).

Uma hipótese plausível para significar a opção pela criação de contribuições por parte do Governo Federal seria a regra constitucional que obriga a União a partilhar com os Estados o produto da arrecadação de novos impostos.

Mediante lei complementar, a União poderá instituir impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprio dos discriminados na CF de 1988, art. 154, inciso I. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal, 20% do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I e art. 157, II (MARTINS, 2004, p.134).

Destarte, segundo o art. 149 da CF (1988), “compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas”. Mas, de acordo com o Ementário de Classificação das Receitas Orçamentárias da União é possível contabilizar 29 contribuições sociais e 15 contribuições econômicas (44 contribuições de melhoria mais a CIDE igual a 45) ou de intervenção no domínio econômico. As principais contribuições sociais constituem receita do orçamento da seguridade social, especializado nas funções de Assistência Social, Previdência Social e Saúde.

Durante o processo de elaboração da Constituição de 1988 foram tantas as propostas de vinculação da receita de impostos que a comissão de sistematização decidiu não acatar nenhuma nova proposta nesse sentido. Manteve-se a vinculação para o ensino, objeto da ainda recente reivindicação da sociedade junto ao Congresso Nacional e o antigo e tradicional mecanismo de transferência de receita de impostos federais aos Estados e Municípios. No caso da vinculação da receita de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino, a atual Constituição manteve a regra anterior para os Estados e Municípios (25%) e para a União aumentou o percentual mínimo de 13% para 18% (MARTINS, 2004, p.6).

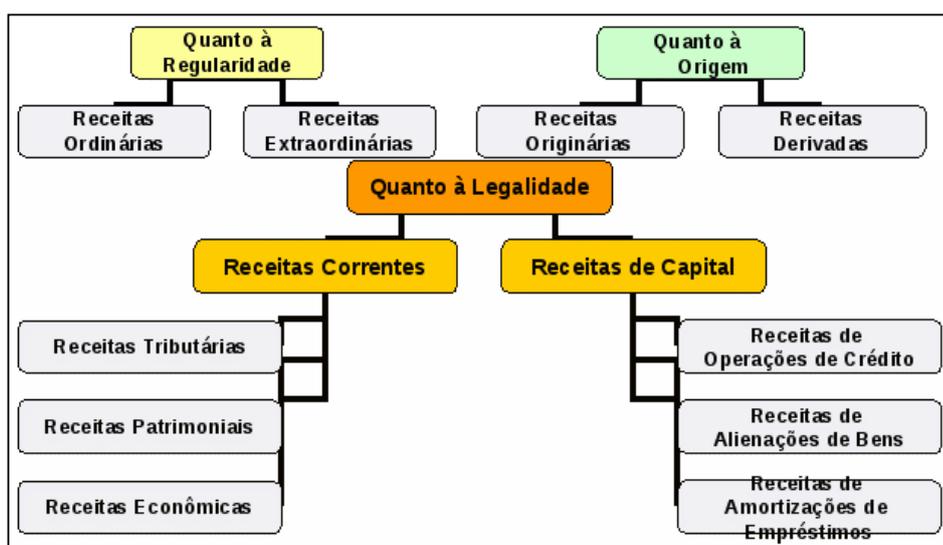
A CF (1988) eliminou os impostos únicos e compensou as perdas de Estados e Municípios elevando a vinculação da receita dos impostos federais aos fundos de participação, a tal ponto que:

Do produto da arrecadação dos impostos sobre produtos industrializados e sobre a renda, a União entregará 48% da seguinte forma: 21,5% ao Fundo de Participação dos Estados; 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios; 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e 1% ao Fundo de Participação dos Municípios, entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano. Além disso, outros 10% do IPI serão repassados aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. Da respectiva parcela, o Estado transferirá 25% ao Município-sede das unidades exportadoras (TORRES, 1995, p.54).

Para além dos aspectos legais da hipótese de vinculações de receitas e os fundos, cabe evidenciar que as despesas de execução obrigatória são as principais responsáveis pela rigidez do orçamento público. E, desse modo, em virtude de se tratar de ato de administração, a lei orçamentária não cria direitos e obrigações, restringindo-se a estimar as receitas e a autorizar a realização de despesas, cuja efetivação dependerá da discricionariedade do gestor, ou seja, de seu poder de escolha e tomada de decisão.

No Brasil gasta-se muito e mal, provocando sérios problemas sociais, entre eles, infelizmente, destacamos, a falta de novos recursos públicos, novos olhares e novas responsabilidades sobre a questão da primeira infância (de zero a seis anos) no sexto país mais populoso do planeta.

Figura 01: Classificação das receitas públicas



Fonte: Giambiagi e Além (1999, p.60).

De acordo com a Figura 01, as receitas públicas podem ser classificadas em ordinárias e extraordinárias. As receitas públicas ordinárias representam as fontes de riqueza recorrentes e previsíveis, pois faz parte do orçamento fixo do Estado, tal como os tributos. Enquanto que as receitas públicas extraordinárias têm natureza esporádica e sem previsibilidade, em virtude de não ser recorrente no orçamento governamental como, por exemplo: doações, indenizações e empréstimos compulsórios.

Mas, as receitas também podem ser originárias – exploração estatal de alguma atividade econômica que gera lucro, tais como: patrimoniais, industriais, comerciais e de serviço; derivadas – tributos, penas pecuniárias e confiscos. Cabe evidenciar que as receitas correntes decorrem do poder de tributar do Estado e da exploração de seu patrimônio ou de atividades econômicas. Enquanto que as receitas de capital representam recursos de dívidas, bens e direitos.

O CTN (2010) define no seu art. 3º o tributo da seguinte forma: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 2010). Desse modo, pode-se afirmar que:

A instituição do tributo significa a definição, por lei ou medida provisória, da situação configuradora da hipótese de incidência, sua base de cálculo, sua alíquota, seus contribuintes e responsáveis, enfim, todos os critérios da regra de incidência tributária (DUARTE, 2015, p.81).

Ora, os tributos são responsáveis por contribuir para a legitimidade e garantia estatal do bem comum da população, independentemente de cor, raça ou religião. Todavia, acabam que não estão sendo utilizados corretamente por parte dos governantes nas esferas federal, estadual e municipal, e fazendo com que o país seja tão rico e ao mesmo tempo extremamente desigual.

No Brasil, são utilizados como bases para a tributação cinco aspectos diferentes: consumo, comércio exterior, patrimônio, produção e renda. Sendo que no país, as bases mais utilizadas são o consumo e a renda. Para o economista britânico Keynes (1936), uma política fiscal anticíclica é uma política fiscal expansionista. Leia-se uma política fiscal expansionista com duas propostas básicas, a primeira, redução dos impostos, a segunda, aumento dos gastos públicos.

Para efeito de pesquisa, este artigo em foco trata da discussão em torno da redução dos impostos baseado na obra prima de John Maynard Keynes, de 1936, intitulada *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Segundo o economista Keynes, o Pai da Macroeconomia moderna, a redução dos impostos sobre a renda e sobre o consumo é fundamental para o aumento da propensão marginal a consumir das famílias. É simples o raciocínio teórico, as famílias consomem mais bens e serviços com a redução dos tributos. Menos impostos, mais consumo das famílias brasileiras.

Contudo, não adianta somente diminuir ou aumentar a carga tributária no país. A política tributária brasileira tem sofrido com uma enorme dificuldade na hora de converter todos os tributos arrecadados em bens e prestações de serviços públicos para os contribuintes com qualidade.

Segundo Rocha (2006, p.13), “É corrente se falar, e nós particularmente adotamos esse ponto de vista, que o Direito brasileiro adotou a teoria tripartite dos tributos [...]”. Desta forma, o autor faz referência às três maneiras de como os tributos são arrecadados aos cofres públicos na República Federativa do Brasil: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

2.2 Impostos

O imposto está definido e conceituado no artigo 16 do CTN (2010), representando um tipo de tributo de natureza obrigatória, por ser um fato gerador de uma situação que independe de qualquer contraprestação estatal específica voltada ao contribuinte.

O fato gerador do imposto é uma situação ligada a alguma manifestação de riqueza por parte do contribuinte. Este é atingido pelo imposto, não pelo fato de obter alguma atividade estatal, mas sim por demonstrar capacidade econômica [...] (ROCHA, 2006, p.14).

Ou seja, os impostos surgem a partir do momento em que o contribuinte (pessoa física ou jurídica) aumenta sua capacidade econômica, seja ela através da renda, aquisição de bens (sejam eles móveis ou imóveis) etc., cujo montante arrecadado fica totalmente desvinculado de qualquer contraprestação.

O imposto caracteriza-se por ser um tributo distributivo da riqueza, e serve para que o Estado possa se sustentar e realizar atividades sociais para a população. Assim, suas atividades favorecem de forma mais efetiva a parte mais carente da sociedade, por sua reduzida capacidade econômica. Diminuindo os impostos de consumo ocorrerá necessariamente maior propensão a consumir pelas famílias.

As famílias são os principais agentes econômicos de uma economia de mercado. No caso do imposto sobre a renda, o Ministério da Economia decide anualmente as alíquotas conforme a faixa de renda de cada contribuinte.

Porém, vale ressaltar que mesmo com um tributo voltado para o bem comum da sociedade, o que vem ocorrendo nos últimos 16 anos é que a maneira como os impostos estão sendo aplicados não correspondem ao que se esperava nas cinco regiões do País.

Conforme a CF de 1988, os 13 impostos listados são divididos entre as três esferas do governo: sete deles são da União, três dos Estados e do Distrito Federal e outros três dos Municípios.

Dentre os impostos, cabe-se a União: Imposto sobre a Importação (II); Imposto sobre a Exportação (IE); Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (IR); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Operações Financeiras

(IOF); Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); e Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

Enquanto aos Estados e Distrito Federal, pertencem os seguintes impostos: Imposto sobre a Transmissão Causa *Mortis* e Doação, de quaisquer bens e direitos (ITCMD ou ITCD); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Estão nas esferas Municipais os três impostos: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto da Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); e Imposto Sobre Serviços (ISS).

a. Das Taxas e suas Respectivas Atribuições

Conforme o artigo 77 do CTN (2010), as taxas significam:

As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição (BRASIL, 2010).

Ao contrário dos impostos, as taxas devem obrigatoriamente ser vinculadas a uma obrigação específica que o ente público presta ao contribuinte. Ou seja, tudo que for arrecadado deve ser destinado ao motivo que lhe deu causa. Portanto, conforme o texto do CTN (2010) há dois tipos de taxas (serviço ou polícia) assim como também dois fatos geradores diferentes.

2.3.1 Taxas de Serviço

O CTN (2010), em sua redação trata que a taxa possui como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de um serviço público. Tal serviço que deve ser realizado pelo Estado, de acordo com a lei, ser de competência deste.

[...] Utilização efetiva ocorre quando o contribuinte faz concretamente uso da utilidade relativa ao serviço prestado. Já utilização potencial significa a circunstância em que o contribuinte não se utiliza concretamente do serviço, mas o tem à sua disposição [...] (ROCHA, 2006, p.16).

Assim, considera-se que seja possível a cobrança da taxa ao contribuinte, mesmo que este não faça uso do serviço, só pelo simples fato deste estar à disposição do usuário.

Na redação do artigo 77, o CTN (2010) relata que o serviço público deve ser específico e divisível. Ou seja, o fato gerador deve ser o serviço que está sendo utilizado pelo contribuinte, e divisível, pois varia de acordo com a utilização.

Entre as principais taxas de serviço no Brasil, destacam-se cinco: Taxa de Coleta de Lixo; Taxa de Conservação e Limpeza Pública; Taxa de Licenciamento Anual de Veículos; Taxa do Registro do Comércio; e Taxa de Emissão de Documentos.

2.3.2 Taxas de Polícia

Outra taxa prevista no CTN (2010), é a do poder de polícia, tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia e ocorre quando a administração utiliza a fiscalização e vigilância para com a realização de determinadas atividades pelo particular em geral. Em outras palavras, é uma atividade por parte da administração que implica limites para a execução de direitos e liberdades.

O artigo 78 do CTN (2010) expõe que:

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (BRASIL, 2010).

Dentre as principais taxas de polícia no Brasil, destacam-se: Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária; Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal; Taxa de Fiscalização da Agência Nacional das Águas e Taxa de Fiscalização da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

2.4 Contribuição de melhoria

Prevista no artigo 145 da CF (1988), a Contribuição de Melhoria é uma espécie de tributo que está vinculada a uma determinada atividade estatal, podendo ser determinado pelo Poder Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Nesse caso a atividade vinculada específica é a realização de uma obra pública, não podendo o ente tributante exercer a cobrança sem a realização da atividade.

É um tributo difícil de ser aplicado em decorrência da complexidade para encontrar o seu valor. O fato gerador da contribuição de melhoria é a valorização imobiliária decorrente das obras públicas. E, tem como finalidade não aumentar a arrecadação do ente público a que compete, mas custear a obra:

Teremos, de um lado, o Estado, que promove a obra que acarreta valorização, concorrendo para o respectivo custo (é a contraprestação do Estado); de outro lado, temos o proprietário cujo imóvel absorve a valorização e, em função disso, está passível de ser atingido pelo tributo (ROCHA, 2006, p.20).

Mas, em alguns casos, a obra pública pode acarretar na desvalorização dos imóveis adjacentes. Dessa forma, não haverá contribuição de melhoria. Na verdade, o Estado que deverá oferecer uma indenização correspondente ao proprietário. Se a indenização não for oferecida, ou seja, injusta, pois o proprietário pode buscar através de via judicial a reparação do seu direito.

Para sua instituição, conforme redação do artigo 81 do CTN (2010), ainda há limites para cobrança da contribuição, limite total e o individual. O limite total diz respeito à arrecadação com a contribuição que não pode ultrapassar o gasto com a obra. Enquanto que o limite individual é uma proteção a cada proprietário, fazendo com que seja necessário o cálculo da valorização imobiliária de cada imóvel, para poder cobrar a contribuição.

Dentre as contribuições de melhoria destacam-se: Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição aos Órgãos de Fiscalização Profissional (OAB⁵⁷, CRC⁵⁸, CORECON⁵⁹, etc.); Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (SEBRAE).

Nesse sentido da arrecadação fiscal do Brasil, verifica-se que a incidência de 94 tributos no contexto nacional representa um desafio aos profissionais de contabilidade e, bem como aos empreendimentos, pois repercute na riqueza produzida pelo país, pois a carga tributária é mensurada em função do PIB⁶⁰.

2.5 A carga tributária bruta

No tocante à CTB brasileira, em relação ao contexto da economia nacional, verifica-se que vem sendo consideravelmente prejudicada em decorrência da trajetória evolutiva crescente em relação ao PIB. Segundo Torres (1995), a carga tributária representa o montante que o Estado arrecada, cujos recursos são destinados à manutenção do funcionalismo público e dos serviços e produtos governamentais, tais como: saúde, educação, transporte, segurança (polícia e corpo de bombeiros).

No Brasil, a trajetória histórica da CTB é marcada pelo excesso tributário e pela porcentagem consumida do PIB. Nesse aspecto, a dinâmica estrutural da política favorece a sobrecarga de tributos ao setor privado. Na CF de 1988, em seu artigo 173, acerca dos dispositivos que regulamentam o exercício direto da atividade econômica, verifica-se é de competência do Estado exercer a tutela dos aspectos inerentes à segurança nacional.

Daí se conclui que a CF adotou a divisão quadripartida: o tributo compreende o imposto, taxa, a contribuição social, de intervenção no

⁵⁷Ordem dos Advogados do Brasil.

⁵⁸Conselho Regional de Contabilidade.

⁵⁹Conselho Regional de Economia.

⁶⁰PIB (Produto Interno Bruto) é a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (países, estados ou cidades), durante um determinado período de tempo (mês, trimestre, ano).

domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas, referidas no art. 149, devem se amalgamar conceptualmente às contribuições de melhoria mencionadas no art. 145, III, subsumindo-se todas no conceito mais amplo de contribuições especiais. O empréstimo compulsório, previsto no art. 148, também compõe o conceito de tributo (TORRES, 1995, p.307).

Na prática, o dinamismo econômico brasileiro está atrelado aos resultados da riqueza produzida pela iniciativa privada. O Estado tem que implementar políticas tributárias para aumentar a arrecadação em detrimento à eficácia dos serviços prestados à sociedade e ao bem-estar social da população.

2.5.1 A arrecadação tributária e os serviços públicos

No tocante às relações estabelecidas entre a carga tributária brasileira e os aspectos relativos aos direitos e deveres do contribuinte, a literatura evidencia que o sujeito tem responsabilidades legais e, inclusive, o Estado também tem suas especificações regidas em Lei (MATTOS et al, 2017).

Os princípios do Direito Financeiro, infelizmente, não são definidos na CF (1988) e, desse modo, não há unanimidade entre os doutrinadores. Mas, verifica-se a existência de alguns princípios norteadores do Direito Financeiro, tais como: Legalidade (art. 164 CF/1988), Economicidade (art. 70 CF/1988), Transparência (arts. 48 e 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000), Publicidade e Responsabilidade Fiscal.

Na concepção teórica e conceitual de Carrazza (1999), a arrecadação governamental deve ser destinada às materialidades dos direitos subjetivos dos contribuintes. Por sua vez, segundo Bereijo (1993, s/p), “igualmente não podem ser ilimitados os direitos fundamentais do contribuinte, de modo que ao fisco se torne impossível à efetivação de suas atividades”. Nessa perspectiva, pode-se complementar esse argumento ao observar que:

[...] o cidadão não pode considerar sua relação com o Estado e com a sociedade de forma apenas passiva, vislumbrando somente seus direitos, como se pudesse reclamar bens e serviços do Estado, sem considerar seu dever de contribuir de maneira geral para o incremento da sociedade, inclusive como o pagamento de tributos (MACHADO, 2007, p.58).

Portanto é dever do contribuinte arcar com a CTB e dever do Estado direcionar a arrecadação tributária à administração pública, no intuito de ofertar à sociedade brasileira os preceitos e fundamentos constitucionais: educação, saúde, moradia e segurança, etc. (HARADA, 2011). De acordo com a plataforma digital G1 (2018), baseado nos dados da OCDE, o Brasil é um dos países com maior número de pessoas sem diploma do ensino médio, 52% da população entre 25 e 64 anos. Entre 46 países analisados pela

OCDE, o Brasil encontrava-se em terceiro lugar, atrás apenas do México (62%) e da Costa Rica (60%). Portanto, tem elevados tributos, mas baixo retorno social.

“Diante da grande dificuldade que o Estado encontra para fiscalizar todos os fatos tributáveis que ocorrem diariamente, esse dever representa ferramenta fundamental na relação tributária” (MATTOS et al, 2017, p.50). Contudo, o entrelaçar de direitos e deveres entre Estado e contribuinte, observa-se que deva estar em conformidade com o art. 5º, LIV, da CF de 1988, por compreender um princípio constitucional que assegura ao contribuinte o direito “a regular tramitação do processo administrativo e, se for o caso, do processo judicial, no momento da cobrança dos tributos” (BRASIL, 1991).

Historicamente, o contribuinte brasileiro sente os reflexos nocivos do excesso da carga tributária imposta pelo Estado, principalmente em função de medidas tomadas pelo Poder Executivo e do Poder Legislativo, visando à criação de novos tributos ou aumento tarifário dos que existam.

A carga tributária no Brasil já atingiu níveis insuportáveis. Falta, porém, a transparência necessária para que as pessoas entendam o quanto ela é realmente pesada. Os que falam de carga tributária elevada geralmente se reportam à proporção desta em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), que é a soma da produção de riquezas no País. Bem poucos, porém, sabem como é determinado o PIB, nem que existem vários critérios para essa determinação, cuja manipulação permite alterações significativas. Em outras palavras, não se sabe exatamente qual é o peso dos impostos para os brasileiros – quer dizer, a carga tributária não tem sido definida com a transparência necessária para que seja entendida pela imensa maioria (MACHADO, 2009, pp.31-32).

Para além dos entraves legais, econômicos e políticos, a CTB brasileira pode ser definida em função de um sistema complexo de 94 tributos, sendo eles federais, estaduais e municipais. “São impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico, contribuições profissionais, contribuições de seguridade social” (MATTOS et al, 2017, p.65).

E, com relação à complexidade em operacionalizar os tributos brasileiros, os profissionais da área de Contabilidade têm que se manter atualizados à legislação vigente. A SRF disponibiliza anualmente o demonstrativo dos benefícios tributários, de acordo com determinação do § 6º do art. 165 da CF de 1988 e em conformidade com o inciso II, do art. 5º da LC n. 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde 2010 que a economia nacional é afetada pelo excesso da CTB sobre a produção de riqueza (MATTOS et al, 2017).

O Congresso Nacional aprovou a EC nº 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal, estabelecendo limites individualizados às despesas primárias por um prazo máximo de 20 anos. Assim, a redução da carga tributária representaria um aspecto relevante para que a economia nacional pudesse ser fortalecida (FURUGUEM, 2006).

3 Metodologia

Essa pesquisa pode ser caracterizada como sendo uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, quantitativa e descritiva (GIL, 2007). Observa-se que as pesquisas qualitativas podem ser definidas quando:

O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p.58).

Em relação às pesquisas qualitativas, segundo Fonseca (2002), são usadas como uma ferramenta de análise para vários tipos de pesquisa científica. Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. Enquanto que a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. "A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente" (FONSECA, 2002, p.20).

De acordo com Gil (2002), uma pesquisa de caráter descritivo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo Oliveira (2002, p.117) esse tipo de pesquisa propicia "ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno". Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica representa:

Levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia publicada sobre o pesquisado no meio acadêmico e, posteriormente, publicado em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material escrito sobre o tema (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.66).

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. Enquanto que a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico: tabelas estatísticas, relatórios e documentos oficiais, dentre outras (FONSECA, 2002).

Para analisar o desenvolvimento da economia brasileira e a distribuição de renda mediante a política tributária no país durante o período 2002 a 2017, através da

demonstração da sua aplicabilidade corretamente em forma de serviços públicos de qualidade para a população, fez-se necessário recorrer aos dados disponíveis pela SRF e pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Tributária (IBPT).

Com relação à fundamentação teórica, destaca-se que está fundamentada em autores especializados em economia, contabilidade tributária, direito tributário e política fiscal, tais como Keynes (1936), Duarte (2015) e Rocha (2006). Portanto, a metodologia utilizada através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental fez uso de obras das principais instituições públicas e privadas que tratam do tema no Brasil, através de artigos eletrônicos, revistas, livros, *eBooks*, plataformas digitais e legislação vigente. Principalmente em função de dados disponibilizados pelo IBPT, pela OCDE e pela SRF no período 2002 a 2017, objetivando a análise e a discussão sobre os dados coletados.

4 Resultados

4.1 Resultado Fiscal da União

No Brasil, as variáveis macroeconômicas usadas no Projeto da Lei de Execução Orçamentária (PLOA) dizem respeito às previsões mensuradas pela Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Economia, tal como o PIB real e nominal. Cabe evidenciar que os parâmetros macroeconômicos são fundamentais ao planejamento orçamentário e previsão das receitas. Portanto, representa uma missão da gestão pública dar conta de sanar as demandas da sociedade por bens e serviços dentro da capacidade fiscal do Estado.

Para uma melhor visualização da relação entre PIB e estimativa populacional brasileira, fez-se relevante apreciar os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo BACEN. Portanto, a disponibilidade das informações em documentos oficiais do Poder Público enaltece à legitimidade dos princípios do Direito Financeiro, tais como Legalidade (art. 164 CF/1988), Economicidade (art. 70 CF/1988), Transparência (arts. 48 e 49 da LRF de 2000), Publicidade e Responsabilidade Fiscal.

Tabela 01: PIB nominal e per capita do Brasil (2002-2017)

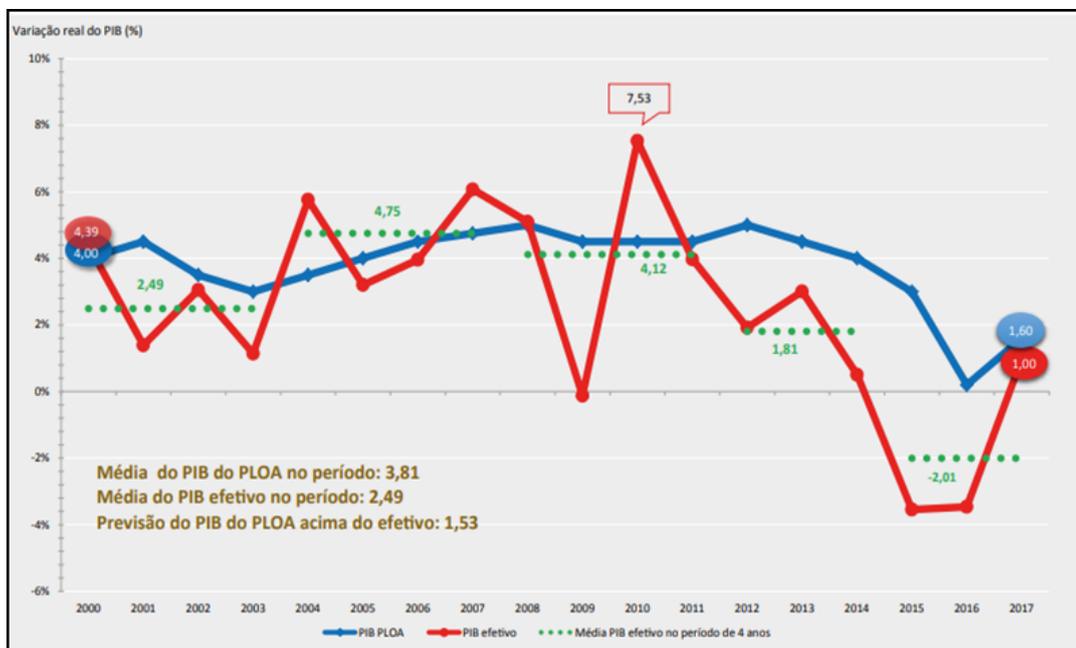
Ano	PIB (em R\$)	Varição (em %)	População (em milhões)	PIB <i>per capita</i> (em R\$)
2002	1.488.787.255.158	3,05	178,288	8.350
2003	1.717.950.396.424	1,14	180,627	9.511
2004	1.957.751.212.963	5,76	182,913	10.703
2005	2.170.584.500.000	3,20	185,144	11.724
2006	2.409.449.940.000	3,96	187,322	12.863
2007	2.720.262.930.000	9,07	189,445	14.359
2008	3.109.803.100.000	5,09	191,514	16.238
2009	3.333.039.350.000	-0,13	193,528	17.223

2010	3.885.847.000.000	7,53	195,488	19.878
2011	4.376.382.000.000	3,97	197,394	22.171
2012	4.814.760.000.000	1,92	199,245	24.165
2013	5.331.619.000.000	3,00	201,041	26.520
2014	5.778.953.000.000	0,50	202,783	28.498
2015	6.000.570.460.100	-3,77	204,470	29.347
2016	6.266.894.736.444	-3,59	206,102	30.407
2017	6.266.894.736.444	0,99	207,678	31.587

Fontes: IBGE e BACEN, 2018.

De acordo com a Tabela 01, verifica-se que segundo os dados do IBGE e do PLOA, publicados no Orçamento da União em Foco (2018), ocorreu uma queda na variação do PIB de 2002 para 2003 e, posteriormente, de 2004 para 2005, com redução de 3,05% para 1,14%; 5,76% para 3,20%, respectivamente. Mas, a partir de 2007, a redução foi mais acentuada, chegando ao patamar negativo em 2009, ou seja, (-0,13%) e, inclusive esse quadro deficitário foi delineado em 2015 com o índice de (-3,77%), e em 2016 com a variação negativa de (-3,59%). Essa repetição negativa foi revertida em 2017, cuja variação voltou a ficar positiva em 0,99%. De modo complementar, a previsão do PIB e sua respectiva legitimidade estão descritas no Gráfico 01:

Gráfico 01: Estimativa do PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2017).



Fontes: IBGE e PLOA, 2018.

As metas delineadas como estimativa ao resultado primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) direcionam a legitimidade efetiva da execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), em seguida executada no Plano Plurianual (PPA), em virtude

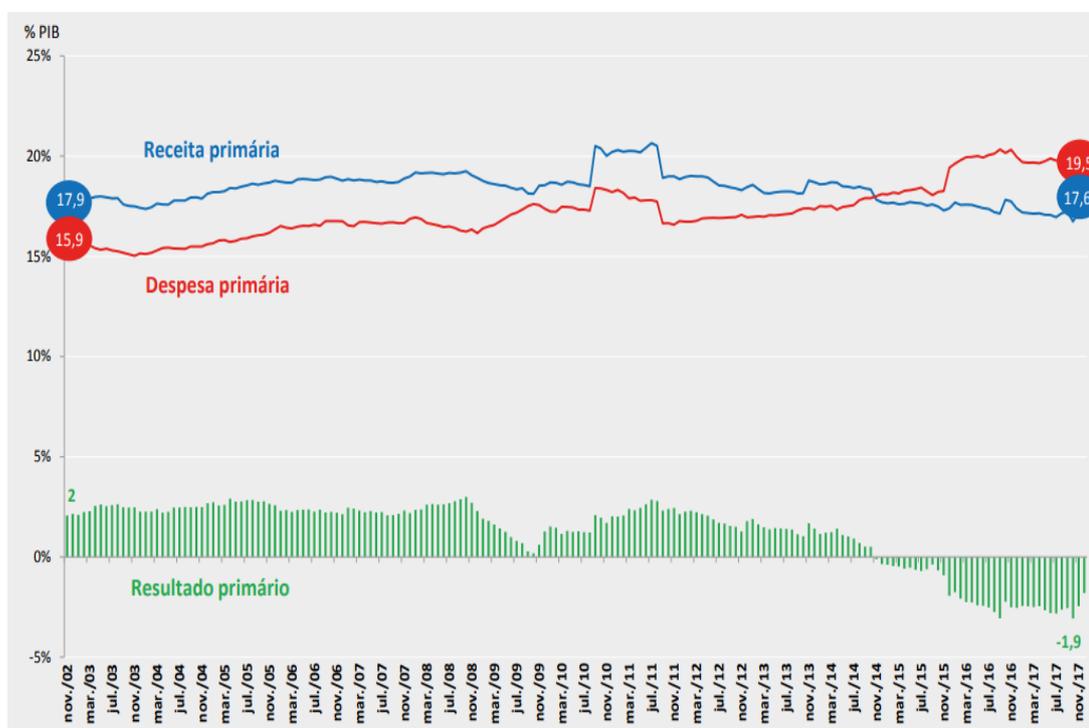
de equacionar a trajetória da dívida pública. De acordo com o Gráfico 01, observa-se que do ano 2008 para 2009 houve uma queda acentuada no PIB efetivo.

E, após uma elevação em 2010 de 7,53%, voltou a cair a partir de 2011, alcançando o patamar negativo em aproximadamente 4% em 2016, vindo a recuperar o nível positivo em 2017, em 1%. Ou seja, os resultados evidenciam que há uma complementaridade com os apontamentos de Mattos et al (2017), ao destacar que após a gigantesca crise econômica de 2009, desde 2010 que a economia nacional é afetada pelo excesso da CTB sobre a produção de riqueza.

Contudo, de 2011 em diante, observa-se uma mitigação do dinamismo das receitas estatais, enquanto que as despesas tendem a se manter crescentes. E, desde o ano de 2014, em decorrência da crise política, evidenciam-se os déficits primários no triênio seguinte: 2014, 2015 e 2016.

Por sua vez, das receitas e despesas primárias em relação ao resultado primário de 2002 a 2017, os dados disponibilizados pelo STN e BACEN estão dispostos no Gráfico 02:

Gráfico 02: Receitas e despesas primárias em relação ao resultado primário (2002-2017).



Fontes: STN e BACEN, 2018.

De acordo com o Gráfico 02, constata-se que de 2002 a 2013 as receitas primárias foram superior às despesas primárias. Mas, a partir de 2014 as despesas primárias

atingiram valores superiores às receitas primárias, cuja diferença demonstra um déficit de 1,9% do PIB no ano de 2017.

Os dados evidenciam as argumentações de Ananias e Nolasco (2018), ao inferirem que a EC nº 95/2016, a Emenda do Teto dos Gastos que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instaurando o Novo Regime Fiscal para as despesas da União no Brasil, foi fundamentada na crise fiscal, política e econômica do Brasil no decorrer dos Governos Dilma Rousseff I e II, bem como Michel Temer. Ora, a arrecadação estatal está diretamente relacionada com a CTB brasileira, pois é calculada em porcentagem ao PIB, de toda riqueza produzida no país.

4.2 TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA BRASILEIRA

A carga tributária corresponde à relação entre o montante de impostos, taxas e contribuições arrecadados pelas três esferas de governo e o PIB do país. A Tabela 02 exemplifica a trajetória histórica e evolutiva da CTB brasileira de 2002 a 2017, a partir de dados disponibilizados pela SRF, BACEN e IBGE, por meio da metodologia delineada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Tabela 02: Trajetória da Carga Tributária Bruta (2002-2017).

Ano	Carga Tributária Bruta (em % do PIB)
2002	32,03
2003	31,39
2004	32,37
2005	33,57
2006	33,32
2007	33,67
2008	33,59
2009	32,31
2010	32,50
2011	33,38
2012	32,49
2013	32,58
2014	31,90
2015	32,15
2016	32,34
2017	32,30

Fonte: SRF, 2018.

Os dados disponibilizados na Tabela 02 evidenciam os argumentos de Machado (2009), ao considerar que a CTB brasileira atingiu níveis insuportáveis em relação ao PIB. Em 2002, a CTB brasileira alcançou 32,03% do PIB brasileiro. Em 2017, a CTB

atingiu o patamar de 32,30% do PIB, quase idêntico aos 32,34% de 2016. Destaca-se, que em média, a CTB foi de 32,62% do PIB ao ano no período de 2002 a 2017.

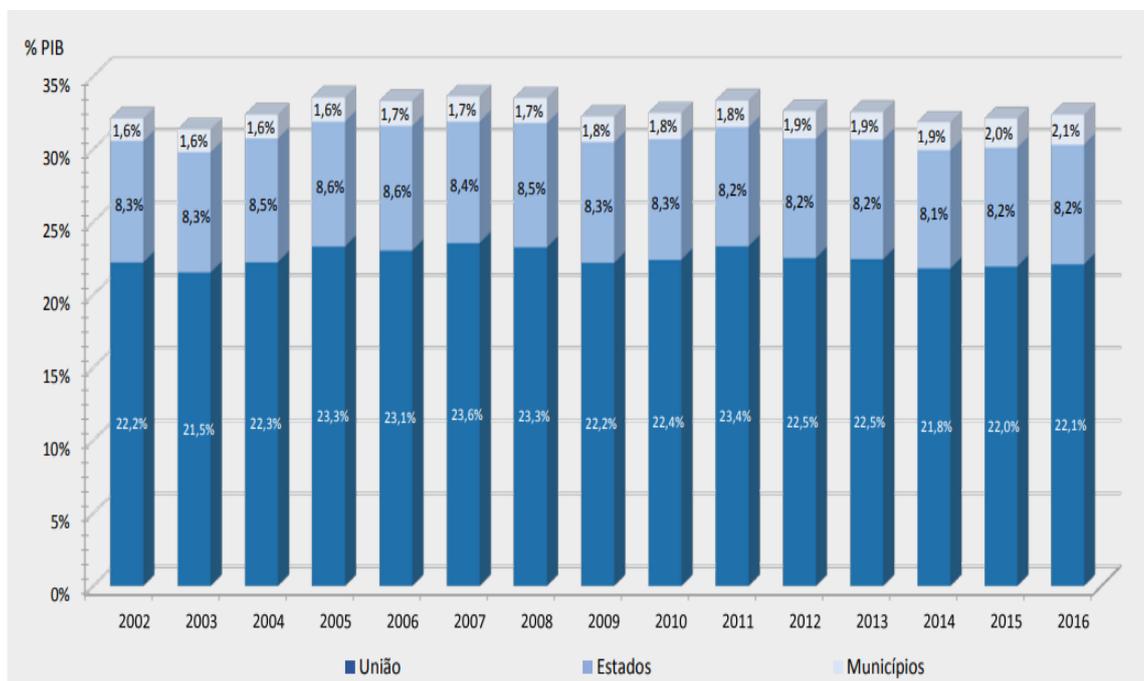
Mas, em virtude da EC 13.254/2016, a CTB em 2016 sofreu forte impacto causado pelo Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária. E, também, destaca-se que a CTB de 32,30% do PIB em 2017 assemelha-se aos dados revelados da média histórica de 2012 a 2015, com 32,28%.

Os resultados obtidos em relação à CTB brasileira corroboram com os dados do CTN (2010), ao destacarem que a CBT é excessivamente elevada e, em comparação aos demais países, verifica-se que costuma ser elencada dentre as 20 maiores da economia internacional.

Em 2013, a CTB no Brasil era de 32,6% do PIB, enquanto na França era de 45,2% do PIB e da Coreia do Sul era de 25,2% do PIB. Mas, a França e a Coreia do Sul oferecem serviços públicos de qualidade, enquanto o Brasil se encontra em um cenário desalentador de atender as demandas sociais da população brasileira de mais de 200 milhões de habitantes.

A CTB brasileira representa o montante total das receitas tributárias dos três níveis de governo (União, Estados e Municípios) em relação ao PIB. O Gráfico 03 ilustra a arrecadação tributária por esfera do governo:

Gráfico 03: Arrecadação tributária por esfera de governo (2002-2016).



Fonte: SRF, 2018.

De acordo com o Gráfico 03, observa-se claramente que a União detém a maior fatia da arrecadação tributária (22%), em segundo lugar estão os Estados (8%) e por fim os Municípios, com aproximadamente 2% do montante em relação ao PIB.

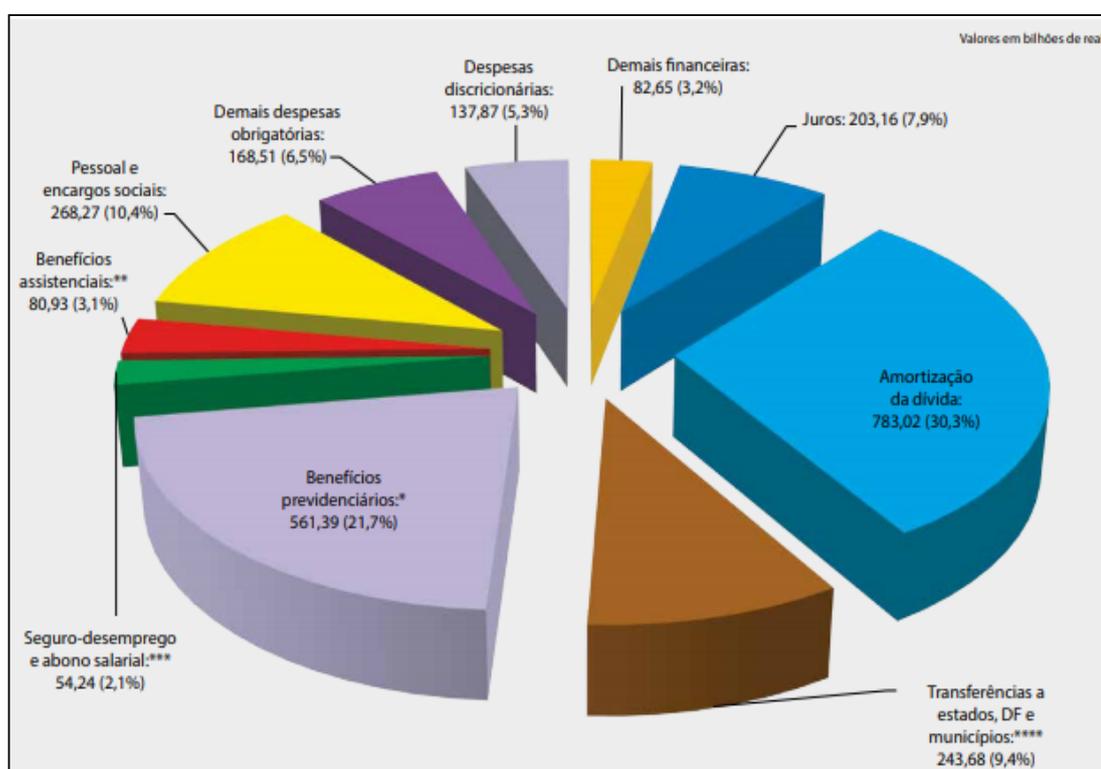
Esse cenário fiscal e tributário é evidenciado por Harada (2011), ao destacar que o crescimento econômico do país está diretamente relacionado aos tributos, às políticas fiscal e monetária. Porém, apesar da excessiva CTB brasileira, a arrecadação de tributos não implica, necessariamente, em retorno à sociedade e ao contribuinte.

Nesse sentido, o Gráfico 04 apresenta os dados disponibilizados pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (PRODASEN) e pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) em relação à execução das despesas financeiras e primárias de 2017.

4.3 Da execução das despesas primárias e discricionárias em 2017

Em relação aos resultados obtidos sobre as despesas financeiras e primárias no ano de 2017, para efeito de pesquisa os dados coletados estão dispostos no Gráfico 04:

Gráfico 04: Execução de despesas financeiras e primárias (2017).



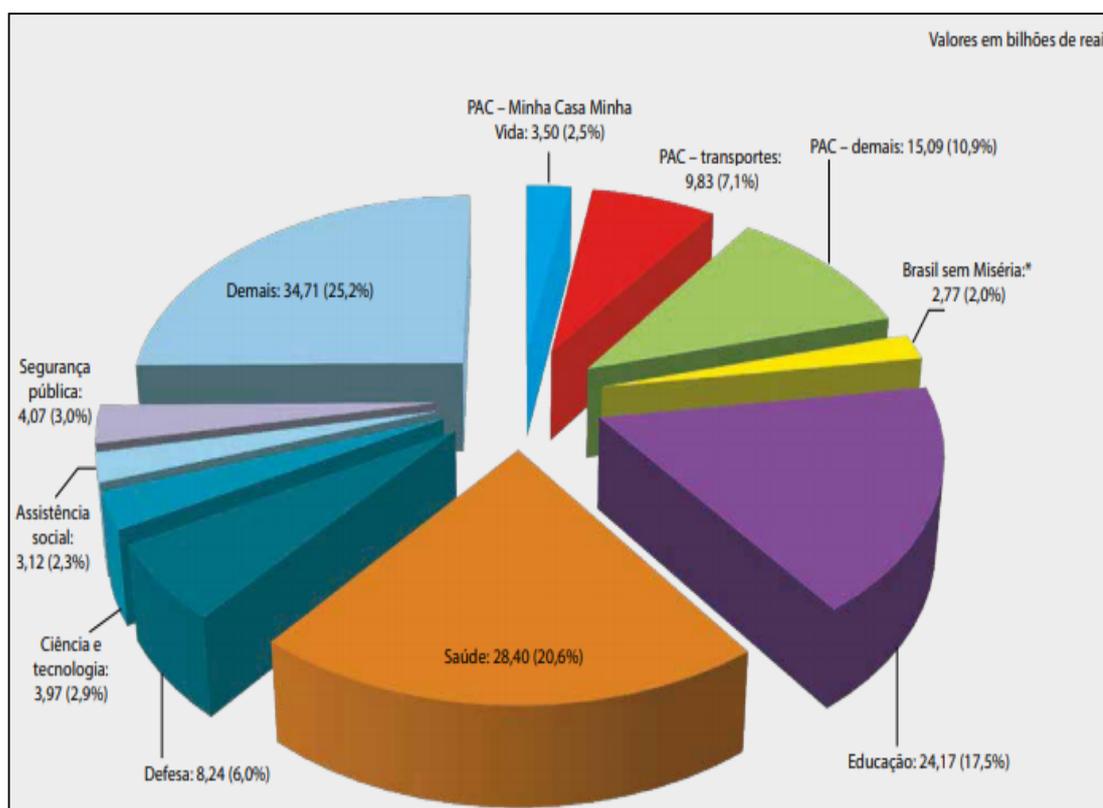
Fontes: SIAFI e Prodasen, 2018.

No Gráfico 04 verifica-se que a maior parte da execução de despesas financeiras e primárias são destinadas à amortização da dívida (30,3%) e em seguida para o pagamento de benefícios previdenciários (21,7%), que juntos somam 52% do valor total. De modo complementar, em relação à carga tributária brasileira e aos aspectos relativos aos direitos e deveres do contribuinte, segundo Mattos et al (2017), a o sujeito tem responsabilidades legais e, inclusive, o Estado também tem suas especificações regidas em Lei. E, segundo Martins (2004), a CF de manteve a vinculação para o ensino.

Assim, pode-se afirmar que o contribuinte tem obrigatoriedade pagar os tributos e é dever do Estado destinar a execução orçamentária à eficácia da gestão pública, disponibilizando à sociedade brasileira os preceitos e fundamentos constitucionais: educação, saúde, moradia e segurança, etc. (HARADA, 2011).

No Gráfico 05, encontram-se ilustrados os dados obtidos em relação à execução de despesas discricionárias em 2017.

Gráfico 05: Execução de despesas discricionárias (2017).



Fontes: SIAFI e Prodasen, 2018.

De acordo com o Gráfico 05, constata-se que as áreas que mais foram aplicadas a execução das despesas discricionárias dizem respeito à saúde (20,6%) e à educação (17,5%) que juntas representam 38,1% do PIB no ano de 2017.

Portanto, corrobora com os posicionamentos de Torres (1995), ao evidenciar que a CTB representa o montante que Estado arrecada, cujos recursos devem suprir as demandas do funcionalismo público e dos serviços e produtos governamentais, tais como: saúde e educação. Com saúde e educação de qualidade a população brasileira poderá alcançar uma melhor qualidade de vida.

5 Considerações Finais

Essa pesquisa apreciou a problemática em torno da carga tributária vigente no Brasil e a execução orçamentária para suprir as demandas sociais da população brasileira de forma justa. Desse modo, pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados, em virtude de ter sido possível analisar os aspectos econômicos e tributários que incidem na carga tributária brasileira, mediante a política tributária no país, durante o período 2002 a 2017.

As receitas e despesas da União, a partir dos dados disponibilizados pelo BACEN e a SRF, destacam que a carga tributária vigente exige que contribuinte trabalhe ao longo dos últimos 7 anos, uma média de 151 dias ao ano (IPBT), somente para pagar tributos. Em 2012 cada trabalhador brasileiro trabalhava 150 dias apenas para pagar tributos no Brasil. Nos dias atuais, o trabalhador brasileiro trabalha 153 dias por ano para pagar impostos no Brasil (IBPT).

Observa-se também que entre 2015 e 2016 há o maior aumento na relação de dias trabalhados para pagar tributos. Todavia, no mesmo período o Brasil iniciou um período de recessão econômica. Algo justificável devido ao período em que o governo passava pelo processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, além da implantação de uma política fiscal contracionista, ou seja, aumento dos impostos e redução dos gastos públicos.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a máquina pública vê na elevação de tributos novas oportunidades para manter o custeio, as pessoas físicas e jurídicas em geral nas cinco regiões do país sofrem com o peso da CTB que reduz o consumo de bens e serviços, e aumenta o custo de produção, conseqüentemente uma retração na geração de emprego e renda. Essa realidade tributária brasileira serve de obstáculo ao desenvolvimento da economia nacional, regional e municipal.

Portanto, pode-se concluir que a carga tributária vigente no Brasil não é capaz de suprir as demandas sociais da população brasileira de forma justa, pois mais de 30% da execução de despesas financeiras e primárias servem, apenas, para amortizar a dívida pública, que por sua vez, ao ser adicionado o pagamento de benefícios previdenciários (21,7%), o montante ultrapassa a metade valor total, aproximadamente 52%.

Em suma, por mais que o contribuinte (pessoa física ou pessoa jurídica) tenha a obrigatoriedade de pagar os 94 tributos (13 impostos, 36 taxas e 45 contribuições de melhoria), o Estado deveria cumprir seu papel de tutelar a execução orçamentária em prol das demandas sociais e eficácia da gestão pública no quinto maior país do mundo.

REFERÊNCIAS

ANANIAS, Ricardo Alex Ribeiro; NOLASCO, Loreci Gottschalk. Análise da Emenda Constitucional n. 95, de 2016, sob a perspectiva de violação de direitos fundamentais.

Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ, v. 6, n. 1, mar.-jun./2018.

Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/download/2531/1991>.

Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2000.

BRASIL. **Orçamento da União em Foco: Parâmetros, resultados fiscais e execução** Ano 5 |n. 1| 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/orcamento-da-uniao-em-foco/web-orcamento-em-foco-2018>. Acesso em 23 mar 2019.

BRASIL. **Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 dez. 2016.

BEREIJÓ, Álvaro Rodríguez. El Sistema Tributario em La Constitución (los límites constitucionales del poder tributario en la jurisprudencia del tribunal constitucional). In: **Revista de Direito Tributário**, n. 59. São Paulo: Malheiros, 1993.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 13ª. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

DESLAURIERS; KÉRISIT. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. In POUPART. et al. (Orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, 2008.

DUARTE, Francisco Leite. **Direito Tributário: Teoria e Prática**. 2ª. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURUGUEM, Alberto. **Metas para a carga tributária**. In: Revista Conjuntura Econômica. São Paulo, v.60, n.10, out. 2006. pp.16-19. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/27558/26432>. Acesso em: 04 mar. 2019.

G1. **Mais da metade dos brasileiros não tem diploma do ensino médio, aponta OCDE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/09/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-diploma-do-ensino-medio-aponta-ocde.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HARADA. **Direito Financeiro e Tributário**. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HARADA. **Direito Financeiro e Tributário**. 12ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011

IBPT. **Brasileiro trabalha 153 dias por ano para pagar impostos**. Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2644/BRASILEIRO-TRABALHA-153-DIAS-POR-ANO-PARA-PAGAR-IMPOSTOS>. Acesso em: 20 jun. 2019.

IMPOSTOMETRO. **Arrecadação Brasil**. Disponível em: <https://impostometro.com.br/#arrecadacaoBrasil>. Acesso em: 25 fev. 2019.

KEYNES, John M. (1936). **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 30ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. **Interesse público e direito do contribuinte**. São Paulo: Dialética, 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Paulo de Sena. **A União e a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

p.6. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/documentos-epesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/311479.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2019.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2^a. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

REZENDE, Aline M. R. T.; CARNEIRO, Ricardo; REZENDE, João Victor S. **A lei de responsabilidade fiscal e as finanças públicas estaduais**: do ajuste fiscal aos desafios recentes. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXIX 2015, Belo Horizonte. Anais. Anpad, 2015.

ROCHA, Agamenon Suesdek da. **Tributos que remanescem nos resíduos sólidos e sobras industriais: reflexões, consequências e perspectivas**. 2017. 185 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROCHA, João Marcelo. **Direito Tributário**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2006.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio. **Manual de direito financeiro e direito tributário**. 20^a. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SILVA, Sebastião Sant'Anna. **Os princípios orçamentários**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1962.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

TRIBUTÁRIO, Portal. **Os Tributos no Brasil**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>. Acesso em: 21 fev. 2019.

Capítulos XXVIII

Valente fantasma da recessão ronda o Brasil de novo

Paulo Galvão Júnior

1 Considerações iniciais

A economia brasileira poderá entrar oficialmente em recessão econômica a partir de julho de 2019. Existe uma possibilidade de uma recessão técnica no Brasil. Conceitualmente, a recessão técnica significa dois trimestres consecutivos de queda da taxa de crescimento do PIB no país. É interessante ressaltar, ainda, que a recessão econômica é uma fase cíclica em que ocorre um forte declínio na taxa de crescimento econômico de um país. O Brasil enfrentou a pior recessão econômica da sua História, a queda da taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, segundo o IBGE.

Basicamente, a economia brasileira na recuperação econômica muito lenta desde 2017. Hoje, o Brasil ruma em direção à uma recessão técnica, e posteriormente, à uma recessão real. A recessão econômica real é quando o conjunto de indicadores econômicos e sociais apontam uma forte retração do PIB por três trimestres consecutivos, ocorrendo queda no consumo das famílias, endividamento elevado, taxas de juros altas, desemprego e desalento elevados, aumento da pobreza, falências, concordatas e dívidas, menos investimentos das empresas, menos gastos públicos necessários, declínio da confiança dos agentes econômicos, aumento do risco-país e da dívida pública interna, queda do IBOVESPA, além de uma forte desvalorização do real em relação ao dólar.

2 Os riscos de uma recessão econômica

Diariamente, aumenta os riscos de uma recessão econômica na 8ª maior economia do mundo. Em 30 de maio de 2019, o IBGE divulgou oficialmente a queda no primeiro PIB trimestral de 0,20% ao ano, ou seja, as atividades econômicas retraíram nos meses de janeiro, fevereiro e março. Nesse cenário econômico, a tendência é de acontecer uma nova contração no segundo trimestre, de toda hora aparecer um novo e intrépido fantasma.

A economia brasileira precisa acelerar a produção de bens e serviços finais e, evitar o valente fantasma da recessão que ronda o Brasil de novo. É importante notar que há uma crescente desigualdade social na locomotiva econômica da América Latina.

Surgindo assim uma questão interessante: Como exorcizar o valente fantasma da recessão com 94 tributos?

Infelizmente, o Brasil corre forte risco de voltar a fase de recessão econômica. A economia brasileira recua 0,2% no primeiro trimestre no ano de 2019, de acordo com o IBGE e sem a Reforma Tributária o Brasil irá para a recessão técnica no final do segundo trimestre e início do primeiro trimestre. É fundamental reduzir a brutal carga tributária que incide nos alimentos, nos produtos industrializados e nos serviços básicos.

O Governo Federal analisa a forte possibilidade de liberar saques do FGTS de contas inativas e ativas para estimular o crescimento do PIB brasileiro no ano de 2019. Com mais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na conta ativa do FGTS, com sua provável liberação, pagamentos das contas mensais, reformas da casa, além de dois futuros investimentos na minha carteira serão certos, um investimento em renda fixa a curto prazo, LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), outro investimento de renda variável a longo prazo, as ações ordinárias (ON) da Localiza *Rent a Car*, RENT3 e da Petrobras, PETR3. Infelizmente, apenas 0,3% da população brasileira investe em ações ON e preferenciais (PN) na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A maior empresa do Brasil com ações negociadas na B3 é a Petrobras, fundada em 1953 pelo então presidente Getúlio Vargas. Em 2018, a Petrobras apresentou um lucro líquido de R\$ 23,6 milhões. A Petrobras é a empresa líder no mercado nacional de petróleo, gás natural e biocombustível. A Petrobras poderá ser privatizada na sua totalidade no atual governo.

3 Considerações finais

Em suma, a nossa maior prioridade é o maior investimento em educação de qualidade para promover a prosperidade econômica na nação mais democrática da América do Sul. O Brasil, infelizmente, se aproxima do abismo econômico de novo. Por isso, concordamos com o ex-presidente americano Barack Obama (2019), ao dar ênfase em uma recente entrevista no Brasil, que países que investirem em educação e criatividade serão os bem-sucedidos, “Os países que ensinarem suas crianças a serem criativas e a pensar criticamente serão os mais bem sucedidos economicamente. Sem investir nas pessoas, é improvável para um país ter sucesso no longo prazo”.

Capítulo XXIX

Vida e obras do Conde Francesco Matarazzo: O maior empreendedor do Brasil no século XX

*Luciana Santos Ferreira⁶¹
Paulo Galvão Júnior*

*Não se conforme,
busque sempre mais,
somente assim continuará crescendo.
Pois, uma coisa puxa a outra.
Francesco Matarazzo*

1 Introdução

O italiano Francesco Antônio Maria Matarazzo (1854-1937), conhecido no Brasil como o Conde Francesco Matarazzo⁶², nasceu em 09 de março de 1854, na cidade de Santa Maria de Castellabate, na província de Salerno, no sul da Itália, sendo primogênito dos nove filhos do médico e proprietário de grande prestígio da região, o Sr. Costabile Matarazzo e de Mariangela Jovane (COUTO, 2004).

O jovem Francesco Matarazzo foi morar na casa de um tio, no intuito de cursar o Liceu de Salerno, mas com o assassinato de seu pai em 1873, fez com que o jovem decidisse abandonar tudo, seus estudos e planos, retornando a sua cidade natal, para cuidar da sua família e dos negócios, que já passava por sérias dificuldades, e que não deixou de sofrer com os abalos financeiros da época no Velho Mundo. A comunidade de Castellabate tinha como base econômica a agricultura; decorrente aos problemas enfrentados pelos proprietários da época por uma crise econômica devido à unificação da Itália; Francesco Matarazzo decidiu migrar⁶³ para o Brasil, para o Novo Mundo.

Conforme o escritor e jornalista Antonelli (2011), em matéria especial ao *site* Gazeta do Povo: Em 1881, o Francesco Matarazzo com 27 anos chegou ao Brasil com sua esposa Filomena, juntos com os dois filhos pequenos, para atuar no comércio brasileiro. Mas, infelizmente, ele teve mais um golpe em sua vida; após o desembarque na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, viu sua carga de banha de porco naufragar; as duas toneladas de banha de porco caíram no mar que seria comercializado no Brasil, ele havia

⁶¹Graduada em Administração pelo IESP Faculdades (2019). E-mail: lsouza.luciana@gmail.com.

⁶²Conde **Francisco** Matarazzo era chamado pelos brasileiros.

⁶³Francesco Matarazzo migrou com a família para o Brasil a convite do seu grande amigo, o sapateiro italiano Francesco Granadino.

perdido tudo. Restaram-lhe algumas poucas economias, e isto foi o essencial para seu recomeço, investiu tudo que tinha, e já no país sul-americano, começou o seu trabalho como mascate, viajando de sítio em sítio comercializando seus produtos.

O jovem Francesco Matarazzo encontrou um Brasil cheio de dificuldades, recomeça do zero foi um dos seus maiores obstáculos num país tropical e continental. Sua visão empreendedora começou em Sorocaba, no interior do estado de São Paulo.

A trajetória do Conde⁶⁴ Francesco Matarazzo em sua chegada ao Brasil, na construção do seu império provocou uma seguinte questão: **Quais os desafios dos negócios empreendedores do Conde Francesco Matarazzo, considerando os impactos vividos de 1881 e 1937?**

Este trabalho foi oriundo de questionamentos em meados da década de 1980, sobre uma fábrica abandonada, localizada na Cidade Baixa na capital paraibana. A fábrica abandonada pertencia ao Conde Francesco Matarazzo. Este artigo tem como reflexão aprofundar no ramo das atividades envolvidas pelo empreendedorismo do Conde Francesco Matarazzo na nação brasileira, como o modelo de gestão empreendedora que trouxe para o país, um grande desenvolvimento nas áreas do comércio e da indústria, fomentando a economia brasileira.

Pode-se ressaltar que conhecer os desafios vividos da geração passada, impactou na nossa atual geração de empreendedores e dos futuros empreendedores no Brasil. Neste sentido, o intuito deste artigo, é resgatar os aspectos históricos do Conde Francesco Matarazzo, mesmo não possuindo curso superior, ou tendo especialização específica dos estudos de Marketing ou Empreendedorismo; já que as práticas que eram poucas conhecidas, ou até mesmo estudos de tais ferramentas e as demais disponíveis dos dias atuais, momento em que o Conde Francesco Matarazzo ergueu seu império industrial no Brasil.

O Conde Francesco Matarazzo tornou-se o homem mais rico do Brasil e sexto mais rico do mundo, porque não dizer o maior empreendedor⁶⁵ do complexo industrial do Brasil e da América Latina na sua época. Ele foi proprietário de 365 fábricas no Brasil, o quinto maior país do mundo na atualidade.

O que parece impossível neste mundo globalizado e de tanta divisão do trabalho e especialização, é uma nova organização multinacional como a velha Matarazzo, que tinha banco, ferrovias, navegação oceânica, vastas fazendas e centenas de fábricas espalhadas pelo Brasil. Dizia-se que Matarazzo tinha tantas indústrias, que podia visitar uma por dia durante um ano, sem repetir (CASTRO, 2004, p.63).

O Conde Francesco Matarazzo contribuiu com o crescimento econômico do nosso país, soube lidar com as dificuldades da época e construiu seu império; visado por muitos, um imigrante italiano, pode dá uma virada na vida, diante de tantas adversidades, mas com trabalho (em italiano, *lavoro*), muito trabalho.

⁶⁴Francesco Matarazzo foi consagrado Conde Matarazzo pelo rei italiano Vittorio Emanuele III em 1917.

⁶⁵O termo empreendedor é de origem francesa, *entrepeneur*, e significa assumir riscos e começar algo novo.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral:

Compreender os desafios dos negócios empreendedores do Conde Francesco Matarazzo no Brasil, tendo em vista os impactos vividos da época entre 1881 e 1937.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- i) Mostrar a trajetória do Conde Francisco Matarazzo no país, de forma que possa contribuir para o surgimento de novos empreendedores; e ii) Conhecer os impactos do empreendedorismo da geração passada e contribuir para uma nova geração de empreendedores.

2 Referencial Teórico

O presente artigo foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a vida e as obras (leia-se trabalhos como construção de fábricas) do Conde Francesco Matarazzo; um empresário italiano que se tornou o homem mais rico do Brasil do século XX.

Este artigo buscará ajudar o leitor a compreender os desafios dos negócios empreendedores do Conde Francesco Matarazzo, de forma que possa entender como foi importante sua contribuição para o empreendedorismo⁶⁶ no Brasil, que de forma empírica já praticava o empreendedorismo.

Compreenderemos o conceito de empreendedorismo, o que diz a literatura sobre essa temática; serão abordadas as características do empreendedor, como essas pessoas são vistas no mercado.

Conheceremos como o empreendedorismo chegou ao Brasil, o que levou as pessoas a empreender, a buscar novos caminhos perante a crise econômica. O empreendedor é uma pessoa ativa, criativa e que acima de tudo tem paciência e insistência em enfrentar várias barreiras que possam vir a surgir em seu caminho em busca de informações e conhecimentos, mas com a capacidade de descobrir oportunidades para inovar, sem medo de assumir riscos e obter o êxito do seu negócio.

2.1 Conceito de empreendedorismo

O empreendedorismo já existe desde o tempo da Idade Média, passando por diferentes termos, tais termos foram modificados pelo tempo e sua definição varia de acordo com cada país.

⁶⁶O termo empreendedorismo tem sua origem atribuída ao economista francês Richard Cantillon (1680-1734) em 1730 ao distinguir o empreendedor (pessoa que assume riscos) do capitalista (fornecedor do capital visando à obtenção de lucro) no século XVIII.

Segundo Dolabela (2008, p.59), “Empreendedorismo é um neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship* e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação”.

Muitos conhecem uma pessoa empreendedora, como aquela pessoa que assume riscos, que está disposto a passar o que for preciso no alcance dos seus objetivos, sem se preocupar nas consequências. Na antiguidade, essas pessoas que conseguiam empreender e adquirir sucesso eram tidas como pessoas de sorte.

O empreendedorismo tem um papel importante para gerar desenvolvimento de uma sociedade, buscando oportunidades e recursos para transformação de uma ideia em um negócio com rentabilidade. Assim o empreendedor possui características inovadoras, é destemido, numa busca constante por inovações visando sucesso para seus negócios, porém para ter êxito, precisa ter iniciativa, visão, muita coragem, pulso firme, senso de organização e direção (FILLION, 1999).

O empreendedorismo é pensar de forma diferente, é estar com a atenção voltada para o mercado, de forma que possa identificar as oportunidades, é fazer algo inovador, ou aprimorar algo já existente.

2.2 Características do empreendedor

O empreendedor possui o perfil combinado em comportamentos, manifestando-se com grau de intensidade e em várias formas e em diversas pessoas. Com comportamento que completam as competências necessárias para o desenvolvimento do empreendedor. As principais formas de comportamento que caracteriza um empreendedor são: criatividade; inovação, capacidade de assumir riscos; perseverança e otimismo e senso de independência (MAXIMIANO, 2011).

Os empreendedores apresentam características específicas, e de modo geral são pessoas que apresentam as seguintes características: São pessoas que buscam oportunidades; iniciativa; persistência; são exigentes com a qualidade e eficiência; comprometimento; buscam estar sempre informados; estabelecem metas; fazem planejamentos e monitoramento sistemático; agem com independência e autoconfiança; tem o poder de persuasão.

Tais características são importantes para identificar um indivíduo empreendedor. De acordo com SEBRAE (2007), observando o modo como agem, as características dos empreendedores são as seguintes:

- a) Iniciativa: agir espontaneamente antes de ser forçado pelas circunstâncias;
- b) Busca de oportunidades: reconhecer e saber aproveitar oportunidades novas e pouco comuns, precisa estar atento e capaz de perceber, no momento certo, as oportunidades de negócio que o mercado oferece;
- c) Persistência: não desistir diante das dificuldades encontradas, nunca deixar de ter esperança e lutar para ver seus projetos realizados;

- d) Busca de informação: valorizar a informação e buscá-la pessoalmente para elaborar um plano ou tomar decisões, buscar conhecimentos em livros, cursos ou até mesmo com pessoas que tenham experiência no setor;
- e) Preocupação com a alta qualidade do trabalho: interesse em manter um alto nível de qualidade nos produtos ou serviços prestados;
- f) Eficiência: preocupação em reduzir o custo, os recursos necessários e o tempo para realizar as tarefas;
- g) Autoconfiança: Acreditar na própria habilidade e capacidade;
- h) Persuasão: habilidade de convencimento diante dos demais;
- i) Uso de estratégias de influência: tendência a pensar e definir formas para influenciar os demais;
- j) Reconhecimento das próprias limitações: admitir suas limitações aprendendo com os próprios erros;
- k) Comprometimento com os contratos de trabalho: comprometimento pessoal para cumprir contratos firmados;
- l) Assertividade: apresentar os problemas aos outros de forma direta e tomar decisões fortes no papel de oposição;
- m) Monitoramento: acompanhamento do trabalho dos outros para assegurar que o trabalho satisfaz as expectativas relativas a procedimento, planejamento e qualidade;
- n) Perícia: experiência ou capacitação prévia em áreas relacionadas ao próprio negócio, pois quanto mais dominar o ramo em que atua, maiores serão as chances de êxito;
- o) Planejamento Sistemático: uso de análise lógica para desenvolver planos específicos para a tomada de decisões;
- p) Resolução de problemas: habilidade para mudar de estratégia quando se torna necessário identificar novas soluções para os problemas.

2.3 O empreendedorismo no Brasil

O empreendedorismo surge no Brasil nos anos 90, durante a abertura da economia brasileira, no governo do então presidente Fernando Collor de Mello, pois com a entrada de fornecedores estrangeiros, que tinham o controle sobre os preços dos nossos produtos, diversos setores tiveram que se reinventar, buscar soluções para sair da crise, pois não tinha como competir com os produtos importados. Muitas empresas foram obrigadas a se lançar em novos projetos no mercado, enxergar novas oportunidades para então sair da complicada situação, chamada crise econômica, com isso o empreendedorismo deve seu início no Brasil.

Segundo Galvão Júnior (2014, p.115), “O mercado é intercâmbio entre vendedores e compradores. No mercado ocorre a realização de vendas e compras de bens e de serviços, baseados nos preços”.

Esse intercâmbio gera possibilidades de oportunidades de novos empreendimentos e serviços, pois o mercado é competitivo e muito exigente, nesse mundo globalizado.

Conforme Dornelas (2014, p.15), “Foi com os programas criados no âmbito da Softex em todo o país, junto a incubadoras de empresas e a universidades/cursos de ciências da computação/informática, que o tema empreendedorismo começou a despertar na sociedade brasileira”.

A Softex (Sociedade Brasileira para Promoção da Exportação de Software)⁶⁷ foi uma das entidades que ajudaram para o surgimento do empreendedorismo no Brasil, assim como também houve incentivo por parte do governo, com o Programa Brasil Empreendedor, criado pelo Governo Federal, no ano de 1999, no que diz respeito à capacitação e todo apoio; destinando recursos financeiros para esses empreendedores, em forma de crédito.

Ressaltamos também, outras entidades de apoio ao empreendedorismo no Brasil como: SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), Endeavor (empresa americana que tem como trabalho, apoiar os empreendedores de alto impacto em seus desafios e mobilizando o poder público para pavimentar um ambiente de negócios mais favorável) e várias outras ONGs (Organizações Não-Governamentais).

Atualmente, o empreendedorismo no Brasil, está em crescimento, devido ao alto contingente de desempregados, que já atingiu 13,2 milhões (IBGE, PNAD). O desemprego levou aos brasileiros mais uma vez em momentos de retração econômica, procurar outras saídas, de buscar outras fontes de renda, de se reinventarem, e com isso a população de desempregados, hoje muitos deles são empreendedores; muitos são empreendedores por necessidades, e não apenas por enxergarem oportunidades de negócios.

Segunda uma pesquisa realizada pelo SEBRAE Nacional, a taxa de empreendedorismo no Brasil é a maior nos últimos 14 anos. Com certeza, nunca se abriu, se constituiu tanta empresa nas cinco regiões do País. Mas, infelizmente, muitas atividades empreendedoras só duram em média de 3 anos no Brasil. Um dos vários motivos para o encerramento destas micro e pequenas empresas são os 94 tributos existentes na economia brasileira.

2.4 O Empreendedorismo do Conde Francesco Matarazzo

Os desafios vividos pelo Conde Francesco Matarazzo ao chegar ao Brasil foram marcados por uma sucessão de dificuldades, primeiro, ver sua carga sendo naufragada no fundo do mar, com seus sonhos de novos dias melhores, em uma terra com tantas promessas de prosperidade, tudo foram por água abaixo. O Conde Francesco Matarazzo

⁶⁷Em 03 de dezembro de 1996 foi criada a Sociedade Brasileira para Promoção da Exportação de Software (SOFTEX), uma entidade civil sem fins lucrativos, designada pelo MCT para atuar como gestora do Programa Softex 2000 a partir de 02 de janeiro de 1997.

teve então que recomeçar do zero, ser mascate foi o início de suas atividades no país sul-americano, viajar de sítio em sítio para vender seus produtos de qualidade aos brasileiros e sobretudo, as famílias de imigrantes italianos.

Em 1882, conseguiu abrir um pequeno comércio na cidade de Sorocaba no estado de São Paulo, onde comercializava produtos secos e molhados, e foi crescendo sem parar, trabalhando muito, e confiando na sua intuição (COUTO, 2004).

Para garantir produtos de boa qualidade e obter melhores preços, decidiu trabalhar diretamente com os produtores, percorrendo as fazendas da região para negociar diretamente com os fazendeiros.

Percebendo que o Brasil importava banha de porco, decidiu constituir uma fábrica do produto em Sorocaba, e posteriormente constituiu outra fábrica na cidade de Capão Bonito de Paranapanema, hoje Capão Bonito, no estado de São Paulo. Matarazzo tinha habilidade para negociar, tinha uma boa relação de fidelidade e lealdade com seus fornecedores, logo, conseguia comprar sempre sua matéria-prima direta do produtor, com isso poderia ter sempre os preços competitivos ao mercado, não existia concorrente que batesse o seu preço.

O Conde Matarazzo pensava sempre à frente de seus concorrentes, à frente do seu tempo, gostava de inovar, e estava de mente aberta para as novas tecnologias. Após brusca paralisação na importação do produto norte-americano, a banha de porco que chegava ao Brasil em barris de madeira. Foi então que Matarazzo viu a oportunidade de produzir o produto no país, constituiu então a sua terceira fábrica, na cidade de Porto Alegre, pôde trazer a novidade ao Brasil, produzir banha de porco enlatada, novidade já utilizada nos Estados Unidos; em nosso país virou febre. Destacando-se na conservação do produto, a sua forma visionária de oferecer ao mercado brasileiro a banha de porco em lata, isto foi inovador para o país, uma embalagem com a capacidade de prolongar a vida útil da banha de porco, tornou-se o diferencial no mercado (COUTO, 2004).

A comercialização com banha de porco permitiu que Matarazzo pudesse enxergar a oportunidade na criação de porcos, nada do animal se perdia, o aproveitamento do porco era total, carne, vísceras, rabo, orelhas, cabeça, ossos (faziam botões de camisa), etc. Tudo era aproveitado do animal, a banha de porco permitiu a prosperidade do italiano.

Um homem de visão, o Conde Francesco Matarazzo enxergava as oportunidades mesmo diante das dificuldades, ele soube aproveitá-las muito bem. Não tendo nenhum curso superior nem tão pouco um estudo de mercado. Hoje, sabemos o quão é importante e fundamental para abertura de qualquer empresa, precisa-se fazer um plano de negócio. O Conde contava com sua intuição apurada para os negócios, a experiência herdada do seu pai, dos tempos que o jovem Matarazzo presenciava seu pai trabalhar, gerando a riqueza da família no sul da Itália, tal experiência foi fundamental para que o Conde pudesse ter como base no fortalecimento de seus negócios, foi essa grande bagagem que o Conde trouxe da Itália que permitiu seu crescimento e, em seguida, enriquecimento.

Matarazzo estava com olhar focado no mercado interno, nas necessidades do cliente, em produtos que ele julgava ser essencial no dia a dia das famílias brasileiras.

Segundo Dornelas (2008, p.22), “Empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades, de modo geral ele diz que o empreendedorismo está na forma de gerar oportunidades”. E isso o Conde Francesco Matarazzo sabia fazer como ninguém.

Matarazzo sempre atento, tinha um olhar apurado nas necessidades do cliente, no dia a dia, em produtos que pudesse suprir suas carências, suas necessidades, seus desejos de consumo. A centralização das empresas estava na produção de bens de consumo essenciais, como alimentos e tecidos, produtos de consumo amplo, de uso rotineiro, diário. O Conde Matarazzo sempre dizia que mercadoria só tem preço de verdade quando há quem queira e possa comprá-la, não adianta colocar no mercado um produto e não tem o consumidor para ele (COUTO, 2004).

Percebemos que realmente o empreendedorismo está crescendo, e evoluindo entre o pensamento dos empreendedores das cinco regiões do País.

De acordo com Dolabela (2008, p.39), “No Brasil, pode-se dizer que empreendedorismo está apenas começando, mas os resultados já alcançados no ensino indicam que estamos no início de uma revolução silenciosa”.

Francesco Matarazzo tinha a percepção de mercado, gosto apurado para os negócios, comercializava seus produtos, mas não se acomodava em produzir apenas o que já tinha no mercado, estava sempre em constante alerta, para descobrir o que de fato estava faltando para o mercado. O Conde gostava mesmo de inovar, esse olhar focado ao mercado foi o que fez com que ele tivesse sucesso em seus empreendimentos, gostava de ser sempre o pioneiro em tudo que fazia.

Na visão de Dornelas (2014, p.31), “O talento empreendedor resulta da percepção, direção, dedicação e muito trabalho dessas pessoas especiais, que fazem acontecer. Onde existe esse talento, há a oportunidade de crescer, diversificar e desenvolver novos negócios”.

Para o Conde Francesco Matarazzo esse talento empreendedor ele tinha de sobra, sempre dedicado aos negócios, foco no seu empreendimento.

Com o crescente império Matarazzo, trouxe também o despertar de muitos olhares para o seu forte crescimento, muitas pessoas o admiravam, como o imigrante que ao chegar ao Brasil, tenha perdido tudo, pudesse ter tanto sucesso. Admirável a sua trajetória no Brasil, como ele teve sua virada, transformar sua vida da água para o vinho, pessoas o tinha como modelo de empreendedor a ser seguido na vida, a cada empreendimento, mais admiradores, todos tinham sede de vencer na vida como o Conde Matarazzo.

Matarazzo foi, sobretudo, um criador, um inovador, um pioneiro, fabricante de fábricas e de outras riquezas (COUTO, 2004). Francesco Matarazzo montou fábricas de banha de porco na região de Sorocaba, e com seu pioneirismo venceu na vida, por ser um homem à frente do seu tempo.

Devido suas implementações de ideias inovadoras no mercado brasileiro, já existente no mercado europeu, buscando sempre inovar com tecnologia de ponta, trazendo ao Brasil diferenciação em seus empreendimentos.

O italiano Francesco Matarazzo acreditava no mercado e no momento de crise econômica, não deixava passar despercebidas as oportunidades, enquanto todos imaginavam que a situação estava muito complicada e sem solução, o Conde Francesco Matarazzo enxergava formas de expandir seus empreendimentos. E foi assim em uma crise na importação de farinha, que o italiano Matarazzo teve a percepção no mercado, foi visionário; chegou à conclusão que poderia produzir a farinha de trigo no Brasil, e por que não?

A construção do primeiro moinho no Brasil, ninguém antes deve essa ousada ideia de construir um moinho. Mas para isso Matarazzo precisava de um empréstimo, para viabilizar o seu ousado projeto, ele resolve então pegar um empréstimo com um banco inglês, que no primeiro instante foi negado. Porém, com seu prestígio o italiano consegue reverter o quadro e seu pedido é aceito, o Conde já pode contar com recursos para realização de seu projeto.

O Moinho Matarazzo foi construído em 1900, no bairro do Brás, na cidade de São Paulo. A farinha de trigo era importada dos EUA, posteriormente da Argentina. O Moinho Matarazzo era produzir 110 toneladas de farinha de trigo por dia, graças ao valioso empréstimo do banco inglês.

O Conde Francesco Matarazzo tem o mais ambicioso dos seus projetos concretizado; nada visto até então igual no Brasil, o italiano constrói o primeiro moinho Matarazzo, é pioneiro, compra máquinas de alta tecnologia da Inglaterra, constrói um moinho gigantesco.

Figura 01: Fábrica Moinho Matarazzo em São Paulo.



Fonte: Google Imagens, 2019.

O Conde Matarazzo foi ousado, correu riscos calculados, pois no projeto de construção do Moinho Matarazzo, já estava todo bem estruturado, desde o seu início, o italiano já pensava como iria escoar sua produção, pois localização do moinho era próxima à ferrovia, que poderia facilmente transportar sua produção. Ainda não bastasse pensar no transporte, Matarazzo pensou, mais uma vez na conservação do seu produto; a farinha passou a ser transportada em sacos de algodão e não mais em barricas. Assim como fez com a banha de porco, ele pensou na forma de conservação. O algodão permitia melhor conservação da farinha, além de facilitar na armazenagem e no transporte.

Foi a partir do moinho que o Conde Francesco Matarazzo pode expandir ainda mais seus negócios no Brasil; não apenas produzir farinha de trigo, como diversos produtos.

O moinho de 1900 é marco da gestação do império industrial. Projeto estruturante e germinativo. Passo decisivo na contínua e rápida escalada que vai fazer de Matarazzo líder da industrialização, mito empresarial, modelo do imigrante bem-sucedido, construtor e dono de fortuna colossal. E dar-lhe o reconhecimento de maior empreendedor do século XX no Brasil (COUTO, 2004, p.272).

O Conde em seus empreendimentos nunca se permitiu ter o governo como sócio, patrão ou empregado, pois não queria está preso a ninguém. Seus projetos eram grandes. O Conde Francesco Matarazzo era um homem à frente de seu tempo. Matarazzo é sinônimo de empreendedorismo, inovação e criatividade.

O Conde pensava no seu consumidor, em produtos que pudessem facilitar a vida do dia-a-dia das pessoas, moinho Matarazzo foi o passo decisivo para construção do seu império, o que hoje, temos problemas de gargalos de produção e de produtividade, Matarazzo não tinha esse problema. No armazenamento da farinha de trigo nasceu uma fábrica de tecelagem, que em seguida deu a vida em uma fábrica Metalúrgica para fabricação das embalagens de latas. Assim foi crescendo e diversificando o leque de produtos oferecidos ao mercado brasileiro.

2.5 A crise de 1929 e seus impactos para Matarazzo

A grande crise econômica no ano de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, começou com a grande queda da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos; e teve seus reflexos sentido pelo mundo, pois naquela época os Estados Unidos matinha relações comerciais com diversos países capitalistas, afetando assim quase todos os países, exceto, a União Soviética.

Os reflexos da crise internacional chegaram ao nosso país, abalando a economia brasileira. Foi a partir dessa crise, que desencadeou no Brasil dias difíceis, gerando fortes impactos da crise de 1929⁶⁸.

O mundo muda a partir da Quinta-Feira Negra, 24 de outubro de 1929, com o colapso da Bolsa de Valores de Nova York. As ações afundam. O índice Dow Jones – calculado a partir de média das cotações das principais trinta empresas industriais, vinte ferroviárias e quinze concessionárias de serviços públicos – baixa 90%. Pânico. A renda nacional dos Estados Unidos desabarará 54% entre 1930 e 1933, o desemprego alcançará 25% da população ativa, um terço dos norte-americanos ficará abaixo da linha de pobreza. Um desastre (COUTO, 2004, p.154).

O Brasil sente os impactos da crise internacional, o país vive momentos de tensão, o mercado brasileiro passa por dificuldades, muitas indústrias têm suas produções paralisadas, em destaque as localizadas em São Paulo.

Na agricultura; verdadeiro desespero, as exportações de café apresentam queda em 40% de 1929 para 1930, muitos fazendeiros são prejudicados pela crise internacional, muitos barões do café vivem um sufoco, pois os Estados Unidos era o maior comprador de café do Brasil (COUTO, 2004).

O Brasil perde sua capacidade para importação, e o processo para substituição de produtos importados favorece as indústrias domésticas, que produzem produtos de primeira necessidade, de uso diário.

Os reflexos da crise chegam ao Brasil, em pleno crescimento do império do Conde Francesco Matarazzo. Como o italiano vai passar por essa triste situação que pegou o Brasil de forma inesperada?

A crise não foi surpresa para Matarazzo, ele estudava o mercado, buscava está sempre atualizado, e sabia que algum momento poderia acontecer uma crise econômica.

Matarazzo empreendia, mas procurava fazer liquidez em seus empreendimentos, por esta razão, a saúde financeira encontrava-se mais sadia do que nunca. Enquanto muitos pensaram que era o período para esfriamento dos negócios, com o imigrante italiano foi o contrário; as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM) mantiveram-se ainda mais aquecidas. Em seu escritório o Conde recebeu a visita dos representantes do banco inglês que veio oferece-lhe um empréstimo ilimitado; Matarazzo agradeceu, disse-lhes que no momento não precisava, pois suas fábricas estavam bem.

Matarazzo era um grande administrador, pois estudava o mercado, em dias de crise soube enxergar as oportunidades. Em entrevista de 1928 fazia avaliações otimistas, confiantes:

⁶⁸Em 24 de outubro de 1929 foi uma “Quinta-feira negra” (*Black Thursday*). Ocorre a grande queda (*the great crash*) da Bolsa de Valores de Nova York, em Wall Street. O Índice Dow Jones tem forte queda. 12,8 milhões de ações disponibilizadas com preço em forte queda, sem compradores, um grande desastre financeiro. A desvalorização das ações ordinárias e ações preferenciais foram de 10 bilhões de dólares no único e drástico pregão.

[Vejo no futuro do Brasil] possibilidades colossais, que tudo prometem ao trabalho do homem. Numa época não muito distante, o país terá amplos e rápidos meios de transporte, indústrias auxiliares desenvolvidas, a agricultura aperfeiçoada, a população multiplicada. Tudo isso contribuirá para baratear o custo de vida, para reduzir todos os custos de produção em geral, quando as nossas indústrias serão capazes de produzir tão barato quanto nos países tecnicamente mais adiantados (COUTO *apud* MATARAZZO, 2004, p.154).

O italiano acreditava no potencial do Brasil, ele não escolheu viajar para o Brasil no acaso, ele quando decidiu investir tudo que tinha no Brasil, sabia que tinha chances de ser bem sucedido seu empreendimento, mas infelizmente, teve sua carga perdida assim que desembarcou na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro em 1881.

O mundo passa por Grande Depressão nos anos 30, mas esse momento de crise em que atravessa o nosso país, brutal recessão econômica, em nada assusta o italiano, nem tão pouco abala seus empreendimentos. Matarazzo enxerga a crise como um problema a ser enfrentado, e aproveita as oportunidades do mercado.

Atento ao futuro percebeu a projeção e impacto da recessão internacional sobre o Brasil. Mas não procura apenas defender-se. Olha bem mais adiante, trata de identificar e aproveitar o perfil das IRFM e as oportunidades criadas pela crise. Por isso, ainda em 1930, investe mais nas duas filiais na Argentina. Internamente, aposta na substituição de importações. Sempre o tino empresarial, o pragmatismo, a flexibilidade (COUTO, 2004, p.158).

Matarazzo, empreendedor, que não deixava passar as oportunidades, faz crescer ainda mais suas indústrias, entregando produtos de necessidades, de uso diário ao mercado. A bem sucedida Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo S/A (IRFM), torna-se nas décadas de 1930 e 1950 como a maior organização empresarial da América Latina.

2.6 A IRFM na Paraíba

O estado da Paraíba não ficou de fora dos empreendimentos do Conde Francesco Matarazzo, João Pessoa, exatamente na Rua da República, próxima ao Rio Sanhauá, o italiano possuía uma fábrica cuja produção era óleo de algodão e sabão em pedra.

Figura 02: Fábrica Matarazzo de óleo de algodão e sabão em pedra na cidade de João Pessoa.



Fonte: Google Imagens, 2019.

Matarazzo acreditava no potencial da Paraíba, em 1928, além da fábrica de óleo algodão e sabão em pedra da Rua da República, o Conde constitui outra empresa de porte gigantesco, com investimento inicial de Cr\$ 191.000.000,00 (cento e noventa e um milhões de cruzeiros) nasce então à indústria POLYNOR do Grupo Matarazzo, a indústria de produção de fios de poliéster; uma empresa associada aos empreendimentos do Grupo TORAY, a maior indústria químico-têxtil do Japão (O GLOBO, 1972).

A Paraíba apresentava possibilidades de crescimento para o Conde, ele sabia que havia grandes chances para os investimentos aplicados serem bem sucedidos; tomou como base de experiência a fábrica de óleo de algodão e sabão da Cidade Baixa da capital paraibana.

Matarazzo tinha foco no mercado, inovar, trazer para o Brasil a mais alta tecnologia de ponta em todos os seus investimentos. A POLYNOR produz então fios de poliéster, uma demanda que só crescia; com capacidade de produzir inicialmente 5.250 toneladas de fios de poliéster e com projeto para duplicar a produção ao curto prazo, pois a carência do mercado era grande (O GLOBO, 1972).

Este olhar observador do italiano para o mercado; estudá-lo era o que o Conde fazia muito bem, dava passos calculados, cautelas nos negócios, projeção sempre no futuro, faz toda diferença na expansão de seus investimentos, as indústrias Matarazzo crescem e se mantêm firme no mercado, sua preocupação em oferecer produtos de qualidade faz com que o Conde tenha seu próprio laboratório de pesquisa e teste para novos produtos, além da qualidade dos seus produtos, uma exigência que ele fazia

questão de ter. O italiano sabe que a sua marca é símbolo de qualidade perante o mercado em que atuava, prezar pela qualidade faz toda a diferença.

Nos dias atuais, infelizmente, a antiga Fábrica Matarazzo de óleo comestível de caroço de algodão denominado **Óleo Sol Levante** e de sabão em pedra, é inviável para produção industrial, mas é um grande palco de disputas diurnas entre jovens de *paintball* no meio do mato, de galpões abandonados, de chaminés e de várias carcaças de carro.

2.7 Matarazzo, IRFM e seus empreendimentos

Os empreendimentos do Conde Francesco Matarazzo são diversos, ele começou como um mascate, depois um pequeno armazém em seguida foi só crescimento e veloz crescimento, diziam que Matarazzo poderia quase tudo.

O italiano possuía 365 fábricas espalhada em todo país sem contar com as fábricas fora do Brasil, como Buenos Aires, Rosário de Santa Fé, na Argentina e em Nova York, nos Estados Unidos.

Dentro do leque de produtos, Matarazzo queria ter o controle da sua produção de bens, não dependia em nada para sua produção e comercialização, uma forma de indústrias verticalmente integradas, que partia dos insumos de fabricação, embalagens, manutenção de máquinas e transporte; corrigindo os gargalos na produção, pois ele era seu fornecedor. Permitindo assim, uma produção enxuta, otimizada com preços competitivos ao mercado, ele era quase um monopolista, pois o pioneirismo era sua marca registrada, com o inovar sempre como meta. Matarazzo possuía naquela época além das diversas fábricas, moinho de trigo, frigorífico, oficina de carpintaria, serralheria artística, oficinas de máquinas, navegações, ferrovias, muitas fazendas, centenas de terrenos urbanos, prédios, era ainda correspondente bancário do banco Di Napoli na Itália. Além de ter casa bancária, o italiano atua em negócios próprios de seguros e outros bancos⁶⁹ e também é representante da Fiat no Brasil. Mais tarde dono de uma distribuidora de filmes cinematográficos e de outros negócios de importação.

⁶⁹Segundo Paulo Sandroni (2008, p.519), "(...) Matarazzo voltou-se para o ramo financeiro, participando, em maio de 1900, da fundação do Banco Commerciale Italiano di São Paulo. Em 1905 organizou, com outros investidores, o Banco Italiano del Brasile. Um terceiro banco foi organizado com sua participação em 1910.

Figura 03: Documento do Conde Matarazzo de correspondente do Banco Di Napoli.

Industrias Reunidas F. Matarazzo.
Correspondentes Officiaes do "BANCO DI NAPOLI" (Sociedade Anonyma)
para o Estado de São Paulo.

MOINHOS MATARAZZO
SÃO PAULO
E ANTONINA.

ENGENHO DE ARROZ
REFINAÇÃO DE ASSUCAR
E MOAGEM DE SAL
SERRARIA "MATARAZZO"
CIA. DE NAVEGAÇÃO A VAPOR:
"F. MATARAZZO"

SÉDE CENTRAL:
Rua Direita, 15. SÃO PAULO.

CAIXA POSTAL 86 TELEGRAMMAS:
TELEPH. 816 E 274 "MATARAZZO"

FIAÇÃO, TEGELAGEM-TINTURARIA, MALHARIA "MARIANGELA"
FIAÇÃO, TEGELAGEM-BRANQUEARIA E ESTAMPARIA DO BELEMZINHO
FABRICA DE OLEOS "SOL LEVANTE"
FABRICA DE SABÃO "SOL LEVANTE"

FABRICA DE BANHA EM PONTA GROSSA
AMIDERIA E FECULARIA "MATARAZZO"

FILIAES: RIO DE JANEIRO, RUA S. BENTO, 7, TEL. 2220, NORTE.
SANTOS. ANTONINA.
ROSARIO DE SANTA FÉ.

Representante:

Fonte: Google Imagens, 2019.

Matarazzo como suas fábricas produzia quase tudo no mercado brasileiro, passa a exportar em grande escala para diversos países, tendo como seu principal cliente os Estados Unidos, que importava principalmente café, cacau, açúcar e outros produtos agrícolas.

2.8 O adeus ao patriarca Matarazzo

Francesco Matarazzo e sua esposa Filomena tiveram 13 (treze) filhos, sendo seis homens e sete mulheres. Matarazzo era um homem que tinha projeção do futuro, ele sabia que tinha que preparar alguém para sua sucessão nos negócios, por isso decidiu preparar seu primogênito Ermelino para dá continuidade do império industrial dos Matarazzo.

Mas um grave acidente automobilístico mudou os planos do empresário italiano, o seu primogênito Ermelino teve sua vida cevada por um grave acidente de carro, que pegou todos de surpresa. E agora quem seria seu sucessor no império dos Matarazzo? O

Conde ficou muito triste com a morte do seu filho Ermelino, decidiu treinar um dos seus caçulas para o cargo, Francisco Matarazzo Júnior, o “Chiquinho” foi o escolhido.

Anos depois o Conde Francesco Matarazzo, já como quase 80 anos já havia pensado em ir se afastando dos negócios, para isso decidiu fazer um testamento, para evitar o desmembramento das suas indústrias, conforme descrita por Couto.

Maior de setenta anos, Francesco Matarazzo, treze filhos, doze vivos, dono de uma das grandes fortunas do planeta, resolve passar testamento em cartório. Quer assegurar, preto no branco, os rumos e a integridade de sua maior criação, as indústrias Matarazzo. Preservá-las, mediante garantia de sua coesão, unidade e comando único. Não quer seu império empresarial fragmentado, os estabelecimentos e o poder rateados entre tantos herdeiros, como se fosse uma grande ilha transformada em disperso arquipélago (COUTO, 2004, p.189).

O Conde Francesco Matarazzo tinha amor ao trabalho, gostava da vida agitada dos negócios, muito dedicado, era sempre o primeiro a chegar e o último a sair da fábrica, fazia isso todos os dias, até ser impedido de trabalhar devido a uma forte dor e uma doença invencível. Conforme é relatada por Couto:

Na tarde quente do dia 8 de fevereiro de 1937, segunda-feira de carnaval, faz sua última visita à Viscoseda, em São Caetano. Como sempre, caminha pela fábrica, verifica os serviços, ouve os gerentes, dá instruções. Sai satisfeito e vai ver a Santa Celina, no Belenzinho, onde repete tudo.

Chega à casa por volta de cinco horas e entra direto no escritório. O neto Ferdinando já esperava para ler, em voz alta, os jornais do dia. Por volta de quinze para as seis, um susto. Tomado por convulsões, sem voz, o velho parece sentir dores fortíssimas. Alerta, princípio de pânico, correria, providências (COUTO, 2004, p.346).

O Conde Matarazzo é levado ao quarto, em pouco tempo, os médicos chegam à mansão, no primeiro diagnóstico: insulto cerebral, derrame. No segundo diagnóstico: uremia insuficiência renal. O italiano não recupera os sentidos, sofre sucessivas crises. Logo a notícia correr em São Paulo; não se falava em outra coisa, sobre a terrível doença com risco de morte, que se abateu ao dono das indústrias Matarazzo (COUTO, 2004).

Logo chegaram muitos parentes e amigos, todos apreensivos com o estado de saúde do Conde. Na manhã seguinte o Conde já apresentava melhoras, parecia estar reagindo e sua saúde estabilizada. Mero engano, à tarde o Conde passa muito mal, e vai piorando com fortes crises, e só vai piorando durante a manhã e tarde do dia seguinte. Assim nos deixa o Conde Francesco Antônio Maria Matarazzo na tarde do dia 10 de fevereiro de 1937⁷⁰, o maior empreendedor do Brasil do século XX (COUTO, 2004).

⁷⁰Na internet, infelizmente, muitos sites colocam erroneamente a data da sua morte sendo em 10 de dezembro de 1937.

Comoção em todo país, São Paulo parou, o comércio e as indústrias fecharam suas portas na morte do Conde, no enterro mais de cem mil pessoas, cuja notícia de sua morte foi manchete em diversos jornais nacionais e internacionais.

Conde Francesco Matarazzo, com 1,83 metro de altura, foi o maior empreendedor do século XX, o homem que construiu um império, com 365 fábricas e 30.000 empregados, e que contribuiu para o desenvolvimento industrial no Brasil. Aos 83 anos deixou uma fortuna avaliada em cerca de 10 bilhões de dólares americanos na época.

Ainda em 11 de fevereiro, Vila Matarazzo. Coroas de flores entram a todo instante. (...) que necessário colocar a maior parte nas várias dependências do jardim. Mais de duas mil informará a imprensa no dia seguinte. Dizem que todas as flores que havia no comércio foram para a mansão, dando-lhe um aspecto impressionante, quase surreal. Beleza, tristeza, saudade. Muita dor e cor. Chovem mensagens, cartas e telegramas de todo o Brasil e do exterior (COUTO, 2004, p.354).

Figura 04: Cortejo do enterro do Conde Francesco Matarazzo.



Fonte: Google Imagens, 2019.

É difícil imaginar que o homem que tenha passado por tantos desafios, que tenha enfrentado tudo com muito esforço e dedicação, construído um grande império, contribuído com a industrialização no Brasil, seja esquecido pelo tempo, uma história de sucesso do Conde Francesco Matarazzo. Em 1928 se juntou a outros empresários e criou o Centro da Indústria do Estado de São Paulo (CIEP), se tornando o primeiro presidente. Em 1931 foi criada a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), também assumindo a presidência.

No Cemitério da Consolação, em São Paulo, em um belo mausoléu descansa em paz o Conde Francesco Matarazzo, o maior empreendedor do Brasil no século XX.

3 Metodologia

3.1 Tipologia da pesquisa

O presente artigo é fruto da utilização de conteúdos de *sites*, revistas, livros, e diversos, como fonte para embasar o levantamento da história do empreendedorismo vivenciado pelo Conde Francesco Matarazzo, previamente disponível. Desta forma podemos definir que se trata de uma pesquisa bibliográfica, além de documental.

A pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmagens e televisão (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.166).

A proposta desse artigo foi através de um levantamento bibliográfico e documental trazer ao leitor a compreensão mais aprofundada do empreendedorismo no Brasil, de forma que possa levá-lo a refletir como o empreendedorismo levou o país ao seu crescimento econômico, utilizando como escopo desta pesquisa, a trajetória do empresário Matarazzo.

3.2 Técnicas de coleta de materiais

A montagem do corpo teórico e estrutural deste trabalho foi essencialmente o uso de livros, revistas, reportagens, documentários e *sites*, já disponíveis previamente, de maneira que veio a embasar e dá credibilidade aos materiais já discutidos e publicados anteriormente.

2 Considerações Finais

O desenvolvimento deste trabalho é o resultado de uma pesquisa detalhada sobre a vida empreendedora do Conde Francesco Matarazzo, e como sua trajetória pode impactar o nosso país. Foi através de sua experiência adquirida pelo longo de sua vida, que o levou ao seu crescimento empresarial.

O imigrante italiano chegou ao Brasil com uma grande carga de banha de porco; foi esta mesma carga que o Conde perdeu logo em sua chegada ao solo brasileiro; teve então que começar do zero. Mas isso não foi empecilho para o Conde Matarazzo; mesmo não tendo nenhuma formação acadêmica ou instrumento que o auxiliasse, contando apenas com sua experiência e habilidade para os negócios, com muito trabalho, esforços e dedicação, o Conde Francesco Matarazzo construiu um dos maiores impérios industriais, tornando-se o maior empreendedor do seu tempo na América Latina.

Enfatizamos que é muito importante falar do Conde Francesco Matarazzo, lembrar de sua rica trajetória no Brasil e no mundo. Empreendedor de grande sucesso, grande influenciador da industrialização no Brasil, pioneiro, gostava de estar atualizado,

procurava dá sempre o seu melhor em tudo que fazia, não é à toa que os produtos que levavam o nome Matarazzo em sua fabricação, eram sinônimos de qualidade, tinha credibilidade perante o mercado, portanto, um grande administrador.

De acordo com a base teórica adquirida pelos autores, pode-se afirmar que o Conde Francesco Matarazzo de forma empírica, impactou o empreendedorismo no Brasil, sendo assim, conclui-se que Matarazzo contribuiu com a industrialização brasileira. Infelizmente, nos tempos de hoje poucos conhecem sua história. Como um homem que influenciou muitos na industrialização no Brasil, pode ficar de fora da vida acadêmica?

O Conde Matarazzo, era empreendedor nato, tinha todas as qualidades de empreendedor e administrador. Não só apenas empreendeu, construiu um grande império; não foi apenas pioneiro em vários projetos para construção e lançamentos de produtos para o mercado brasileiro; o Conde Francesco Matarazzo teve sucesso em seus empreendimentos porque ele foi acima de tudo um grande e verdadeiro administrador.

Este inédito artigo no IESP Faculdades teve como ponto de partida a curiosidade de uma criança de apenas 9 anos, da janela de um ônibus; com trajeto da Rua da República passava nas ruínas da velha fábrica, na cidade de João Pessoa. O despertar de sua curiosidade, além de seus questionamentos: O que produzia esta fábrica? Quem foram seus donos? Mas, a imaginação da criança cresceu e junto com ela cresceu também sua vontade de pesquisar e escrever sobre o tema com o seu estimado professor de Economia Brasileira. A criança cresceu e concluiu seu curso de Graduação em Administração na cidade portuária de Cabedelo; hoje ela é fascinada pela história do seu dono, o Conde Francesco Matarazzo, o maior empreendedor e administrador que ela já conheceu e leu nos livros.

Em suma, o Conde Matarazzo foi o homem mais rico do Brasil no século XX, um homem cuja riqueza criou o futuro e aniquilou a pobreza com seu empreendedorismo.

Referências

CASTRO, Bertholdo. **Matarazzo**: O fabricante de fábricas. Rio de Janeiro: Conjuntura Econômica, 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. **Matarazzo**: A travessia. Volume I. 1ª. ed. São Paulo: Planeta, 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. **Matarazzo**: Colosso brasileiro. Volume II. 1ª. ed. São Paulo: Planeta, 2004.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. 1ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 5ª ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

FILLION, Lois Jacques. **Empreendedorismo**: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, São Paulo, v. 34, n. 2, pp.5-28, abr./jun., 1999.

GALVÃO JÚNIOR, Paulo Francisco Monteiro. **Economia**. E-book, 1ª ed. Cabedelo: Editora IESP, 2014.

GAZETA DO POVO. **O Império Matarazzo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-imperio-matarazzo-a4wrqjr2yehkbn0hdadi2qh5a/>. Acesso em: 18 set. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO. **Indústrias Matarazzo**. Disponível em: <https://www.facebook.com/industriasmatarazzo/photos/a.1511494102399656/1690330114516053/?type=3&theater>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

O GLOBO. **A POLYNOR inaugura sua fábrica em João Pessoa**. Rio de Janeiro, 72, p.5, 28 jun. 1972.

PILAGALLO, Oscar. **Biografia evoca o passado dos Matarazzos Administração para empreendedores**. Jornal Folha de S. Paulo, 13 de novembro de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1311200415.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SÃO PAULO IN FOCO. **A História do Maior Empreendedor do Brasil**: Francesco Matarazzo. Disponível em: <http://www.saopauloinfoco.com.br/francesco-matarazzo/>. Acesso em: 25 set. 2018.

SEBRAE. **Empreendedorismo**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/tipoconteudo/empreendedorismo?codTema=2>. Acesso em: 22 mar. 2019.

Capítulo XXX

Xeque-mate no desemprego no Brasil

Paulo Galvão Júnior

1 Considerações iniciais

O Brasil é o quinto maior país do mundo e a sexta nação mais populosa do planeta, mas não priorizou o sistema educacional de qualidade nem tão pouco o sistema ferroviário. Gigantescos gastos governamentais ocorreram nos últimos 65 anos em rodovias federais e estaduais, além de enormes desperdícios de recursos naturais, humanos e financeiros para inúmeras obras públicas não concluídas, por exemplo, a BR-230, a famosa Transamazônica.

O Brasil enfrentou o ciclo de contração econômica no biênio 2015-2016 e, em seguida, vem enfrentando uma recuperação econômica muito lenta desde 2017 até os dias atuais, ambas provocaram o desemprego alto.

O desemprego (parado há 30 dias, procurando emprego formal e sem ocupação atual) no País é mais forte entre as mulheres. O desemprego é maior entre os jovens nas cinco regiões brasileiras. E o desemprego é crescente entre as pessoas com menos escolaridade.

As expectativas econômicas do Brasil são uma queda do desemprego nos próximos quatro anos com mais investimentos públicos (por exemplo, em saneamento básico) e privados (por exemplo, em energia solar) nas cinco regiões do País, além de mais exportações de produtos agropecuários (por exemplos, o Brasil é o maior exportador mundial de café e de carne bovina) e de produtos industrializados (por exemplos, o Brasil é um dos maiores exportadores de aviões e de biquínis do planeta) para o resto do mundo.

O xeque-mate no desemprego no Brasil, a oitava maior economia do mundo, é possível, mas, depende das melhores estratégias de crescimento econômico. Estamos à beira da recessão econômica e toda forma de desemprego é terrível. O IBGE contabilizou 13,0 milhões de pessoas sem trabalho formal no País na atualidade.

2 As principais causas do desemprego

Por que o desemprego cresceu muito no Brasil no quadriênio 2015-2016-2017-2018? As melhores estratégias para dar um xeque-mate no desemprego no Brasil são identificar as cinco principais causas do desemprego:

- i) A crise econômica;
- ii) A elevada complexidade tributária;
- iii) As elevadas taxas de juros;
- iv) A falta de investimentos em educação de qualidade; e
- v) A queda na taxa de investimentos.

Os juros cobrados pelos bancos no cheque especial e pelas empresas no cartão de crédito são absurdos. A elevada complexidade tributária é visível nos gastos de 2,5 mil horas por ano nas empresas privadas para lidar com todo aparato relacionado a 94 tributos (13 impostos, 36 taxas e 45 contribuições de melhoria). Com menos juros, menos tributos, mais consumo, mais produção, mais exportação, mais empregos.

Infelizmente, no Brasil, a carga tributária, que é o patamar de tributos pagos em relação à riqueza do País, somou 33,58% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2018, segundo os dados oficiais da Receita Federal.

As estratégias de crescimento econômico para enfrentar o desemprego no Brasil requer mais mecanismos de apoio aos MEIs (Microempreendedores Individuais), as micro e pequenas empresas, porque é visível o crescimento do trabalho por conta própria no País.

O motor da economia brasileira será os grandes investimentos privados. Duas das diversas atividades econômicas com possibilidades de elevado crescimento no Brasil a curto prazo, devido aos seus enormes recursos naturais, são a aquicultura e o turismo.

Na aquicultura continental e marítima, com tanques modernos e jaulas modernas, podemos cultivar peixes nos rios, lagoas, lagos, açudes e no Oceano Atlântico para gerar empregos formais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A aquicultura brasileira tem excelentes condições de aumentar as atuais 691,7 mil toneladas de peixes de água doce e de águas do mar, além de aumentar a produção agrícola das rações para alimentar os peixes cultivados. Com o crescimento da aquicultura podemos ofertar peixes mais saudáveis para 208,4 milhões de habitantes no Brasil e 7,7 bilhões de habitantes no mundo.

No turismo são enormes a possibilidade de geração de empregos diretos num país. O turismo sustentável necessita infraestrutura básica, mais hotéis e pousadas, vias de comunicação adequadas, aeroporto e porto modernos que pudessem lhe dar suporte e mão de obra especializada para aumentar o PIB sem poluir o meio ambiente.

A execução e o consumo turístico são simultâneos e as chances de correção de erros são limitadas. Os turistas nacionais e internacionais (6,621 milhões de turistas estrangeiros em 2018) impactam na economia com os atos de dormir, comer, passear e comprar. A sustentabilidade é uma das principais ações que visam o crescimento da cadeia produtiva do turismo e geram mais oportunidades de qualificação profissional.

O trade turístico nacional precisa se comprometer com um turismo sustentável. Para a OMT (2004), “o desenvolvimento sustentável do turismo é um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, de modo que, com ações de manejo, seja possível minimizar os impactos negativos e

maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos”.

O trade turístico nacional tem a obrigação de entender e praticar o conceito de sustentabilidade, além de evitar os resíduos sólidos na orla, a contaminação por esgoto das praias, a devastação das matas e o corte das árvores. De acordo com o Relatório Brundtland (1987), “Sustentabilidade significa atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”.

3 As principais consequências do desemprego

A corrupção e a desigualdade (os 1% mais ricos ganham 72 vezes mais do que os 50% mais pobres) não permitiram o Brasil ingressar no seletivo grupo dos países desenvolvidos. Sem liberdade econômica (51,9) e sem igualdade social (51,3), o Brasil não alcançará os países com muito elevado desenvolvimento humano, com IDH de 0,759, faltam ainda 0,041.

Infelizmente, no Brasil, a maior economia da América Latina, as cinco principais consequências do desemprego crônico são:

- vi) Aumento da informalidade;
- vii) Aumento da violência;
- viii) Aumento da desigualdade;
- ix) Crescimento da inadimplência; e
- x) Forte queda da renda.

4 Considerações finais

O Brasil e o mundo enfrentam um cenário econômico internacional muito complexo, com a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. Portanto, estamos no momento decisivo, certamente já é hora de dar um xeque-mate no desemprego no Brasil, um país sul-americano que a população está envelhecendo a cada ano.

É necessário acelerar o ciclo da expansão econômica, e o primeiro passo é muito relevante, mais investimentos em educação de qualidade para promover a ordem social e o progresso econômico no Brasil. É inadmissível em plena Quarta Revolução Industrial, 11,3 milhões de analfabetos (IBGE, 2018). São brasileiros e brasileiras que não sabem ler nem escrever o lema da nossa bandeira: ORDEM E PROGRESSO.

As perspectivas da economia brasileira no biênio 2020-2021 reforçam o pensamento do economista Celso Furtado⁷¹(1920-2014) de que o Brasil precisa retomar ao crescimento econômico autossustentado, com base no setor industrial e no setor

⁷¹Em 2019, o economista paraibano Celso Monteiro Furtado, se estivesse vivo, completaria 99 anos no dia 26 de julho. No próximo ano, 2020, será o centenário do maior economista do Brasil, que nasceu no município de Pombal, no sertão do estado da Paraíba.

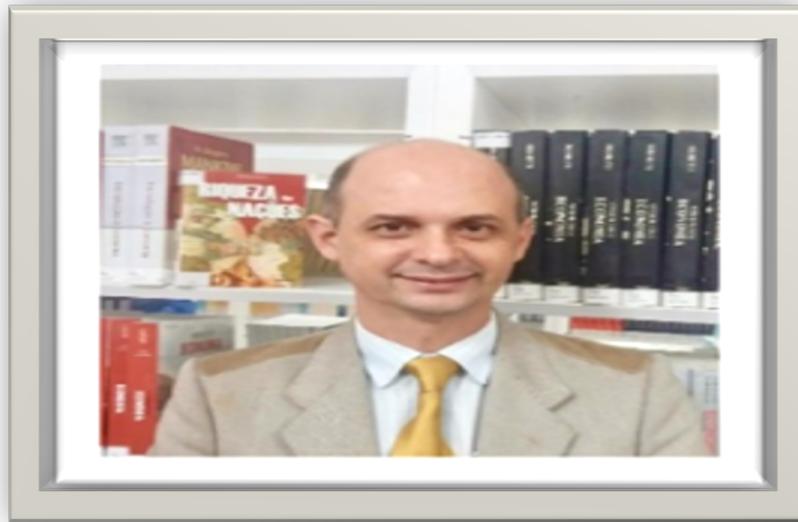
exportador. De acordo com Celso Furtado⁷²(1958), “No período compreendido entre 1945 e 1954 a produção real cresceu no Brasil a uma taxa média anual de 6,2%. (...) A experiência indica que a economia brasileira pode alcançar espontaneamente uma taxa de crescimento anual de sua produção física de 7% a 8%”.

Foram dois anos de recessão econômica, com quedas de 3,5% e 3,3% em 2015 e 2016, respectivamente. Em seguida, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 1,1% ao ano no biênio 2017-2018. Segundo as perspectivas da economia brasileira para o biênio de 2020 e 2021 reservam um cenário de otimismo e consolidação da retomada do crescimento econômico. As previsões de melhora em 2020 (2,20%), e posteriormente, em 2021 (2,50%) com crescimento do PIB brasileiro, segundo as estimativas do último Relatório Focus.

Todavia, é necessário oferecer perspectivas mais otimistas para as famílias e as empresas privadas e estatais brasileiras. O Brasil almeja o crescimento econômico robusto, acima de 6% ao ano. Os desafios econômicos, sociais e ambientais são enormes no Brasil nas próximas quatro décadas. Em suma, está na hora de mudar o rumo do Brasil e, sobretudo, diminuir o nível de desigualdade e elevar o índice de liberdade econômica, além de proporcionar melhor qualidade de vida.

⁷²FURTADO, Celso. **Perspectivas da Economia Brasileira**. 1958. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado4.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2019.

Sobre o autor



Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior, nasceu no dia 13 de maio de 1970. Filho de Paulo Francisco Monteiro Galvão e Maria Verônica Paiva da Silva. É natural de João Pessoa/Paraíba, no Nordeste do Brasil. Casado, pai de duas filhas. Possui formação acadêmica na área de Ciências Econômicas (Graduação, UFPB) e Gestão de RH (Especialização, UNINTER). Professor de Economia e de Economia Brasileira nos Cursos de Ciências Contábeis e Administração, Gestão de RH e Gestão Financeira no UNIESP. Economista (CORECON-PB 1392), é também palestrante, autor e coautor de 201 artigos de Economia publicados em sites no Brasil e no mundo, sobretudo, na Rússia. Eleito o Economista do Ano 2019 na Paraíba pelo CORECON-PB.

Seus livros:

- ✓ RBCAI (ISBN 978-85-5597-049-8, 2009);
- ✓ Reflexões Socioeconômicas (ISBN 978-85-5597-050-4, 2010);
- ✓ Novas reflexões socioeconômicas (ISBN 978-85-5597-051-1, 2011);
- ✓ Vamos fazer juntos a economia verde? (ISBN 978-85-5597-052-8, 2012);
- ✓ Por que o Brasil é muito desigual? (ISBN 978-85-5597-048-1, 2013);
- ✓ Economia (ISBN 978-85-5597-047-4, 2014);
- ✓ Economia brasileira: de Pedro Álvares Cabral ao Ajuste Fiscal (ISBN 978-85-5597-046-7, 2015);
- ✓ O ouro do século XXI (ISBN 978-85-5597-045-0, 2016);
- ✓ Diversos enfoques econômicos (ISBN 978-85-5597-044-3, 2017);
- ✓ Novos enfoques econômicos (ISBN 978-85-5597-042-9, 2018);
- ✓ Dia mundial da alimentação: Investindo na Agropecuária, na Pesca e na Aquicultura para Salvar Vidas (2018);
- ✓ Liberdade econômica e igualdade social (978-85-5597-107-5, 2019).



Muitos detratores do liberalismo, por desconhecimento ou má fé, fazem críticas a ele pela falta de preocupação social das políticas públicas nele inspiradas. Dessa forma, o liberalismo teria responsabilidade, direta ou indiretamente, pela desigualdade social reinante nos locais em que é praticado.

Uma rápida viagem pela história do pensamento econômico é suficiente para desmontar esse tipo de argumento, uma vez que foi justamente para aumentar a eficiência da economia e obter maior grau de justiça social que vários expoentes do liberalismo, tanto econômico como político, escreveram obras consagradas pela história: David Hume, John Locke, Adam Smith, Jean-Baptiste Say, John Stuart Mill, Alfred Marshall, Alexis de Tocqueville, Joseph Schumpeter, Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman, James Buchanan e tantos outros.

Alguns deles, expressaram sua elevada preocupação com a busca da redução da desigualdade por meio do estímulo aos investimentos em educação (teoria do capital humano), como Alfred Marshall, para quem "o mais valioso de todos os capitais é o que se investe em seres humanos". Outros, como Hayek, a expressaram fazendo a defesa apaixonada da liberdade individual, mostrando que as diferentes formas de intervencionismo que predominaram em determinados momentos constituíam-se em verdadeiros caminhos da servidão.

Mais recentemente, um economista oriundo de um país não desenvolvido, Amartya Sen, tornou-se mundialmente conhecido por sua contribuição à teoria econômica e à formulação de políticas públicas, propondo um novo critério, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para aferição do desenvolvimento. Por trás disso, uma inabalável crença na estreita relação entre desenvolvimento e liberdade.

Saindo do plano da história do pensamento econômico e fazendo outra viagem, desta vez pela história da humanidade, o que se constata é que os países que alcançaram maior eficiência econômica e proporcionaram a suas populações maior grau de igualdade e justiça foram exatamente aqueles que adotaram o binômio "democracia política + liberalismo econômico". Aqueles que tiverem alguma dúvida disso, sugiro que observem os resultados alcançados pelos países que experimentaram regimes políticos não democráticos combinados com economias centralmente planejadas. Redundaram, sem exceção, em estrondoso fracasso. Mesmo a China, que se constitui no maior exemplo de crescimento acelerado nas últimas décadas, só conseguiu resultados expressivos após as reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1979 voltadas à abertura da economia, à aceitação da propriedade privada e ao fomento à livre iniciativa. É bem verdade que, na seara política, prevalece ainda um alto grau de autoritarismo com o poder concentrado nas mãos do Partido Comunista. Tenho cá minhas dúvidas sobre a durabilidade dessa combinação num mundo caracterizado pelo acesso cada vez maior à informação e ao conhecimento, o ouro do século XXI.

Neste seu novo livro, Paulo Galvão Júnior reúne artigos – individuais ou escritos com diversos parceiros – que expressam a crença de que a liberdade econômica é o melhor caminho para conduzir à igualdade social. Mais do que isso, revela sua inabalável confiança de que o Brasil será capaz de reduzir seus ainda elevados níveis de desigualdade para se transformar, num prazo não muito longo, num dos países mais desenvolvidos do nosso planeta.

Boa leitura!

Luiz Alberto Machado
Economista, mestre em Criatividade e Inovação,
assessor da Fundação Espaço Democrático

